



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Porto Alegre - RS
Março de 2018



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que a Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018.

Porto Alegre - RS
Março de 2018

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Gestão 2015-2017

BEATRIZ RENCK
Presidente

JOÃO PEDRO SILVESTRIN
Vice-Presidente

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
Corregedora Regional

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
Vice-Corregedor Regional

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Gestão 2017-2019

VANIA CUNHA MATTOS
Presidente

RICARDO CARVALHO FRAGA
Vice-Presidente

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
Corregedora Regional

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Vice-Corregedor Regional

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	10
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	12
2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
2.1.1. FINALIDADE	12
2.1.2. COMPETÊNCIA	12
2.2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	12
2.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	13
2.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	17
3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	19
3.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	19
3.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
3.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS	21
3.1.4. DESDOBRAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO	21
3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS	21
3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	22
3.3.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	22
3.3.2. FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	37
3.3.3. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO	38
3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74
3.3.5. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	74
3.3.6. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS	74
3.3.6.1. CONTRATOS COM OS BANCOS	75
3.3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	76
3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	76
3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	77
3.3.7.3. ANÁLISE CRÍTICA	77
3.3.8. SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL	79
3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	79
3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	79
3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	80
3.3.8.4. ANÁLISE CRÍTICA	81
3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	82
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	86
4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	86
4.1.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA INTERNAS	86
4.1.1.1. COMISSÕES DE APOIO À GOVERNANÇA	86
4.1.1.2. ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA	87
4.1.1.3. OUVIDORIA	87
4.1.2. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA EXTERNAS	88
4.1.2.1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	88
4.1.2.2. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO	89
4.1.2.3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA	89
4.1.3. CORREGEDORIA	90
4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	90
4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	91
4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	93

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	95
5.1. GESTÃO DE PESSOAS	95
5.1.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	136
5.1.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	139
5.1.3. GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	142
5.1.4. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	143
5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO	143
5.1.4.2. ESTAGIÁRIOS	143
5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	144
5.2.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	144
5.2.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	147
5.2.3. CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS E ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS	152
5.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIRO	156
5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	158
5.3.1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)	158
5.3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI	158
5.3.3. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	163
5.3.4. DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI	164
5.3.5. DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI	166
5.3.6. DESCRIÇÃO DOS PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI IMPLEMENTADOS	166
5.3.7. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO	166
5.3.8. MEDIDAS TOMADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE TI PARA A UNIDADE	167
5.3.9. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).	167
5.3.10. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	167
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	168
6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	168
6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	169
6.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	170
6.4. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	172
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	174
7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	174
7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADES	174
7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	176
7.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL	176
7.3.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	176
7.3.3. BALANÇO FINANCEIRO	176
7.3.4. DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	176
7.3.5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	176
7.3.6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31-12-2017	177
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE	190
8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	190
8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	193
8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	197
8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993	197
8.5. GESTÃO DE PRECATÓRIOS	198
8.5.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	198
8.5.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	198
8.6. INFORMAÇÃO SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	199

9. ANEXOS	202
9.1. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 5.3	203
9.1.1. ANEXO 5.3.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES 2016-2020	204
9.1.2. ANEXO 5.3.1. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - PDTIC - 2016-2017	238
9.1.3. ANEXO 5.3.2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE TIC	342
9.1.4. ANEXO 5.3.3. RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	346
9.1.5. ANEXO 5.3.4. PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017	351
9.1.6. ANEXO 5.3.4. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017	356
9.1.7. ANEXO 5.3.6. PORTARIA TRT4 Nº 2628/2016	394
9.1.8. ANEXO 5.3.6. PORTARIA TRT4 Nº 6371/2016	399
9.1.9. ANEXO 5.3.7. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI	408
9.1.10. ANEXO 5.3.8. MODELO DO PLANO DE SUSTENTAÇÃO	432
9.2. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 7.3	435
9.2.1. ANEXO 7.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL	436
9.2.2. ANEXO 7.3.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	439
9.2.3. ANEXO 7.3.3. BALANÇO FINANCEIRO	443
9.2.4. ANEXO 7.3.4. DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	445
9.2.5. ANEXO 7.3.5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	449
9.3. Documentos Referentes e Complementares ao Item 8.6.	453
9.3.1. ANEXO 8.6. OFÍCIO-CIRCULAR Nº 579/SG-SCI/2013	454
9.3.2. ANEXO 8.6. OFÍCIO-CIRCULAR Nº 264/SG-SCI/2014	469
9.3.3. ANEXO 8.6. COMUNICADO SIASG	481
9.3.4. ANEXO 8.6. OFÍCIO CIRCULAR Nº 191/SG/2015	485
9.3.5. ANEXO 8.6. AVISO Nº 346-GP/TCU	490
9.3.6. ANEXO 8.6. ACÓRDÃO AC-1212-16/14-P	493

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.3. INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	14
Quadro 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	16
Quadro 3.3.2.1. COMPARATIVO PLOA 2017 E LOA 2017	37
Quadro 3.3.2.2. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS RECEBIDOS EM 2017	37
Quadro 3.3.3.1. CODIFICAÇÃO DOS PASSIVOS	40
Quadro 3.3.3.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	41
Quadro 3.3.3.3. MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PASSIVOS EM 2017	46
Quadro 3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74
Quadro 3.3.6.1. RECEITAS DO EXERCÍCIO	75
Quadro 3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	76
Quadro 3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	77
Quadro 3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	79
Quadro 3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	79
Quadro 3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS	80
Quadro 3.4. APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO	82
Quadro 4.1.2.3. RESULTADO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TRT4	90
Quadro 4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	93
Quadro 5.1. CURSOS OFERTADOS	104
Quadro 5.1.1.1. FORÇA DE TRABALHO	136
Quadro 5.1.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	136
Quadro 5.1.1.3. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	137
Quadro 5.1.1.4. QUANTITATIVOS DE SERVIDORES AFASTADOS OR TIPO DE LICENÇAS	138
Quadro 5.1.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL ATIVO	140
Quadro 5.1.2.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE INATIVOS E PENSIONISTAS	141
Quadro 5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO	143
Quadro 5.1.4.2. CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	144
Quadro 5.2.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS	148
Quadro 5.2.2.2. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	149
Quadro 5.2.4. IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	156
Quadro 5.3.1. RESUMO DAS REUNIÕES OCORRIDAS EM 2017	160
Quadro 5.3.3. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	163
Quadro 5.3.5. FORÇA DE TRABALHO DE TIC	166
Quadro 7.3.6.1. DETALHAMENTO DE SALDO - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$)	179
Quadro 7.3.6.2. DETALHAMENTO DE SALDO - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - DEMAIS CONTAS - CEF CAUÇÕES (R\$)	179
Quadro 7.3.6.3. DETALHAMENTO DE SALDO - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO POR FONTE DE RECURSOS (R\$)	179
Quadro 7.3.6.4. DETALHAMENTO DE SALDO - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$)	180
Quadro 7.3.6.5. DETALHAMENTO DE SALDO - ALMOXARIFADO (R\$)	180
Quadro 7.3.6.6. DETALHAMENTO DE SALDO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$)	180
Quadro 7.3.6.7. DETALHAMENTO DE SALDO - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO(R\$)	181
Quadro 7.3.6.8. DETALHAMENTO DE SALDO - CRÉDITOS POR CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO (R\$)	181
Quadro 7.3.6.9. DETALHAMENTO DE SALDO - BENS MÓVEIS (R\$)	181
Quadro 7.3.6.10. DETALHAMENTO DE SALDO - BENS IMÓVEIS (R\$)	182
Quadro 7.3.6.11. DETALHAMENTO DE SALDO - INTANGÍVEL (R\$)	182
Quadro 7.3.6.12. DETALHAMENTO DE SALDO - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$)	182
Quadro 7.3.6.13. DETALHAMENTO DE SALDO - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS (R\$)	183
Quadro 7.3.6.14. PASSIVOS RECONHECIDOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS	185
Quadro 7.3.6.15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR - CONTA 21.111.04.00 (R\$)	185
Quadro 7.3.6.16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR - CONTA 22.111.04.00 (R\$)	186
Quadro 7.3.6.17. OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (R\$)	186
Quadro 7.3.6.18. DETALHAMENTO DE SALDO - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)	187

Quadro 7.3.6.19. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO (R\$)	187
Quadro 7.3.6.20. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - POR CONTRATADO (R\$)	188
Quadro 8.1. DEMANDAS DO TCU EM 2017	191
Quadro 8.2.1. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO EM 2017	193
Quadro 8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	197
Quadro 8.5.1. REQUISIÇÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	198
Quadro 8.5.2. REQUISIÇÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	198
Quadro 8.6.1. RELAÇÃO DE CONTRATOS COM VALORES APURADOS PARA DESONERAÇÃO - CONSTRUÇÃO CIVIL	200
Quadro 8.6.2. RELAÇÃO DE CONTRATOS COM VALORES APURADOS PARA DESONERAÇÃO - SERVIÇOS DE TI	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CPCR - CONSOLIDAÇÃO DE PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA REGIONAL

CSJT - CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

GND - GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

GP - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OFSS - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PA - PROCESSO ADMINISTRATIVO

PJe-JT - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

SIASG - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

SIOP - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SISAC - SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

SPIUnet - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TRT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

TRT4 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

TST - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

UG - UNIDADE GESTORA

UJ - UNIDADE JURISDICIONADA

UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

VT - VARA DO TRABALHO

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região apresenta, neste relatório, a síntese das ações empreendidas com o propósito de cumprir sua atividade essencial, a prestação jurisdicional, e de prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade, dos resultados alcançados no exercício de 2017.

De forma correlata e ordenada, demonstra-se, também, a utilização dos recursos orçamentários e financeiros que foram disponibilizados a nossa instituição para o implemento dessas ações.

O Relatório foi elaborado segundo as normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas estabelecidos na Instrução Normativa TCU nº 63, de 01-09-2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013), Decisão Normativa TCU nº 161, de 01-11-2017 e na Portaria TCU nº 65/2018, de 28-02-2018. Contém, portanto, as seguintes partes:

Conforme previsto nestas normas o Relatório está estruturado nas seguintes partes:

- 1) APRESENTAÇÃO
- 2) VISÃO GERAL
- 3) PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS
- 4) GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS
- 5) ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO
- 6) RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
- 7) DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
- 8) CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
- 9) ANEXOS E APÊNDICES

As ações realizadas em 2017 refletem a busca para garantir a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional trabalhista, devendo ser considerado que no ano de 2017, o Tribunal recebeu 265.823 processos - 184.591 no 1º Grau e 81.232 no 2º Grau de Jurisdição. Foram julgados um total de 268.353 processos - 193.881 no 1º Grau e 74.472 no 2º Grau de Jurisdição.

Dentre as principais realizações na gestão no exercício de 2017, destaca-se o alcance da categoria Ouro do Selo Justiça em Números, distinção concedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos da Portaria CNJ nº 46/2017, para identificar e premiar a excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros. Para atingir essa categoria, o TRT4 obteve 481 pontos dentre os 590 possíveis para a premiação. Entre os critérios mais importantes, cabe mencionar os seguintes:

- repasse regular de dados atualizados ao programa Justiça em Números;
- transmissão ao CNJ das informações relacionadas à movimentação processual do Tribunal;
- implantação de um setor de gestão estratégica e estatística (Assessoria de Gestão Estratégica - AGE);
- realização periódica de Reuniões de Análise da Estratégia;
- implantação de Comitê que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau;
- utilização do PJe (implantado em todo o TRT4);
- disponibilização, no site do TRT4, de itens referentes à transparência, tais como:

- gestão orçamentária e financeira;
- quadro de pessoal (com as estruturas remuneratórias e a distribuição de orçamento entre primeiro e segundo graus);
- dados estatísticos referentes à Gestão Socioambiental;
- dados referentes à atenção à saúde de Magistrados e Servidores.

A instituição dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs), mediante a Portaria Conjunta nº 1791/2017, contribuiu para o fortalecimento da Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesse da Justiça do Trabalho, mediante a promoção de audiências de conciliação e mediação em processos trabalhistas que apresentem boas possibilidades de acordo. Nos primeiros cinco meses de funcionamento, foram alcançados cerca de 1,5 mil acordos, num total de R\$ 200 milhões.

O contexto das severas diretrizes orçamentárias de 2017 repercutiu na vedação do provimento de cargos de servidores, que aumentassem a despesa de pessoal, exigindo da Administração do TRT4 a adoção de medidas de racionalização dos recursos humanos disponíveis.

Para o exercício de 2018, está prevista a continuidade das ações administrativas, o aperfeiçoamento, fortalecimento e capacitação de magistrados e servidores, o desenvolvimento da área de tecnologia da informação e comunicação e o cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020, o qual foi revisado no ano de 2016.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1. FINALIDADE

A finalidade da Justiça do Trabalho é realizar justiça na solução de conflitos individuais e coletivos do trabalho.

2.1.2. COMPETÊNCIA

A competência da Justiça do Trabalho está estabelecida no artigo 114 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45 de 30-12-2004:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei."

2.2. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

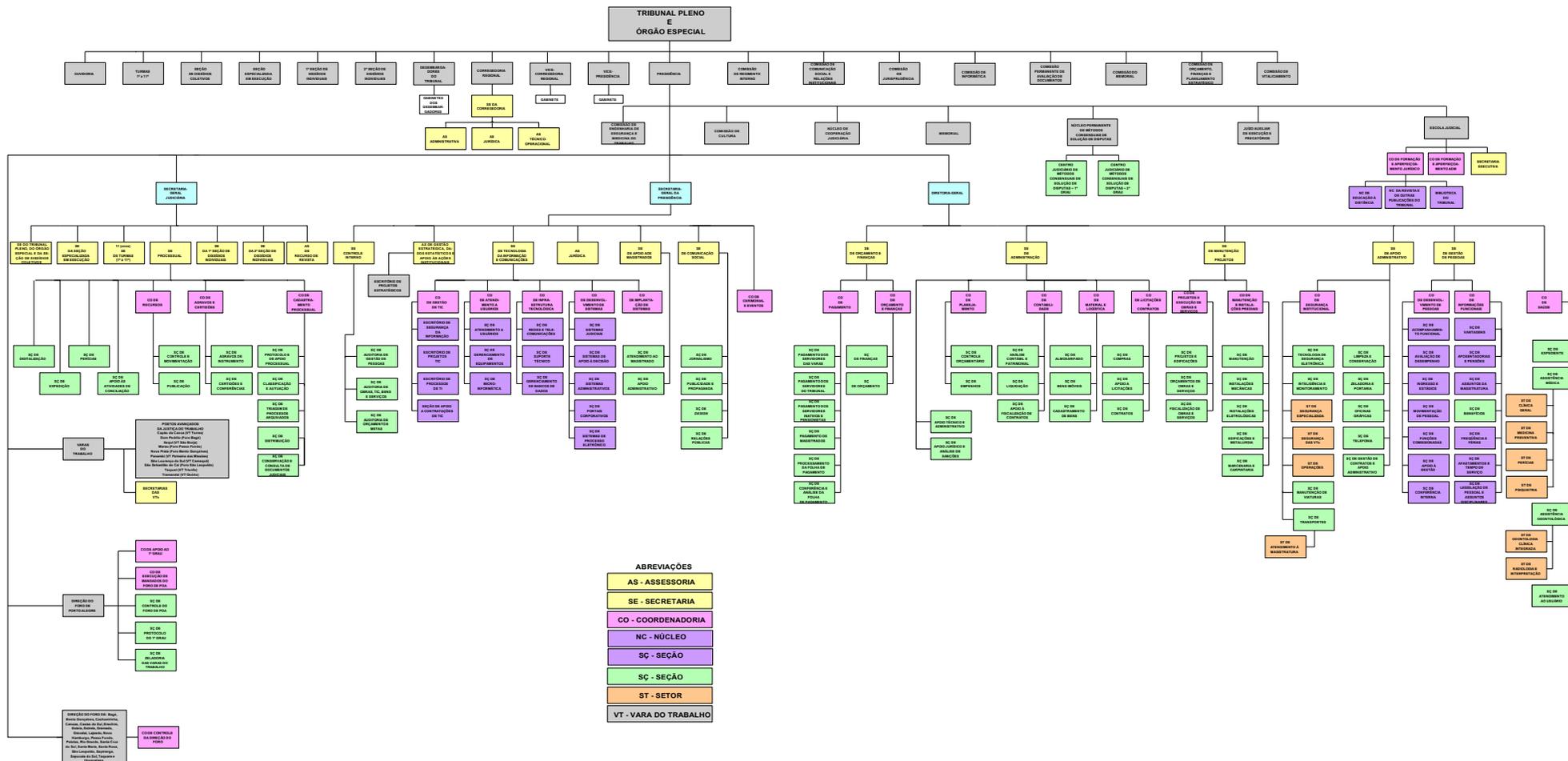
O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é órgão do Poder Judiciário e integrante da Justiça do Trabalho, nos termos dos artigos 92 e 111 da Constituição Federal.

A Justiça do Trabalho da 4ª Região conta com 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 102 (cento e duas) no interior do Estado. Ainda conta com 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

No que diz respeito ao exercício da função judicante devem ser respeitadas as competências exclusivas dos diversos órgãos que compõem o Poder Judiciário, porquanto decorrentes diretamente do texto constitucional. Assim, o ambiente de atuação está delimitado em lei, não sendo aplicável, aos órgãos do Poder Judiciário, dados sobre espaço potencial ocupado, concorrentes ou parceiros, comportamento e riscos de mercado, ambiente de negócio, produtos, serviços ofertados e clientes.

2.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO



Quadro 1.3. INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

ÁREAS-SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Secretaria-Geral da Presidência	Dirigir, orientar e apoiar administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência.	Katia Viegas	Analista Judiciário, Área Judiciária	De 14-12-2015 a 14-12-2017
		Rodrigo Fontes Correa	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 15-12-2017
Secretaria de Controle Interno	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, sob o enfoque da eficácia e eficiência.	Tania Mara de Araujo Borges	Analista Judiciário, Área Administrativa	De 16-12-1997 a 31-05-2017
		Luiz Antonio dos Santos Pinto	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 26-06-2017
Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais	Realizar a gestão estratégica. Acompanhar e divulgar indicadores e dados estatísticos que apoiem a tomada de decisão; contribuir no processo de alinhamento das unidades judiciárias e administrativas à estratégia. Coordenar ações de melhoria de rotinas de trabalho.	Carolina da Silva Ferreira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 19-05-2014
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Planejar, prospectar, desenvolver, integrar, implantar e dar suporte à infraestrutura tecnológica e aos sistemas de informação.	Natacha Moraes de Oliveira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 18-06-2010
Assessoria Jurídica	Prestar assessoramento técnico especializado à Presidência do Tribunal.	Eduardo Munari Preto	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 14-12-2015
Secretaria de Apoio aos Magistrados	Auxiliar a Administração do Tribunal nos assuntos pertinentes aos magistrados.	João Carlos Giroto	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 16-12-1997
Secretaria Executiva da Escola Judicial	Acompanhar e promover a formação dos magistrados e servidores.	Diogo de Seixas Grimberg	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 25-02-2014
Secretaria da Corregedoria	Coordenar as atividades dos juízes e das unidades judiciárias de primeiro grau.	Mauro Baltar Grillo	Analista Judiciário, Área Judiciária	De 14-12-2015 a 14-12-2017
		Maria Eneida Giordani	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 15-12-2017
Secretaria-Geral Judiciária	Coordenar e supervisionar os serviços necessários à realização das atividades do Tribunal, na prestação jurisdicional.	Onelio Luis Soares dos Santos	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 24-03-2008
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Sessão de Dissídios Coletivos	Executar as atividades inerentes à realização das sessões ordinárias e extraordinárias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Sessão de Dissídios Coletivos, bem como das tarefas relativas à tramitação dos processos judiciais e administrativos de sua competência.	Claudia Regina Schroder	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 26-11-2003
Secretaria da Seção Especializada em Execução	Executar os procedimentos necessários ao recebimento dos processos para inclusão em pauta e para encaminhamento aos Magistrados e à PRT; fazer os lançamentos dos resultados dos julgamentos e também para a geração da pauta dos embargos de declaração; gerar a ata das sessões.	Marcia Lamberti Doval	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 22-04-2014
Secretaria Processual	Processar e enviar processos para análise da respectiva autoridade; publicar a matéria judiciária do Tribunal nos órgãos oficiais; gerenciar o fluxo de processos e documentos para os órgãos públicos e unidades judiciárias; promover a interlocução com as demais áreas do TRT4 buscando o bom andamento do fluxo processual.	Janine Scharlau Stoeber	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 03-04-2014
Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais	Gerenciar processos de competência originária do Tribunal.	Ialdari Maria Benvenuti Santin	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 14-05-2009
Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais	Gerenciar processos de competência originária do Tribunal.	Mauren Reinoldi da Silva	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 01-09-2008
Assessoria de Recurso de Revista	Realizar análise prévia e elaboração dos despachos relativos aos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista interpostos.	Fabiane Paixão Cortopassi*	Técnico Judiciário, Área Administrativa	De 07-03-2016 a 14-12-2017
		Andrea Simoes da Costa	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 15-12-2017
Secretaria da 1ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Elizete de Fatima de Freitas Machado	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 10-02-2004

ÁREAS-SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Secretaria da 2ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Ceci Dal Mass Coser	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 07-01-1994
Secretaria da 3ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Paulo de Assis Bergman	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 07-03-2012
Secretaria da 4ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Geraldo Cruz Teixeira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 30-08-2016
Secretaria da 5ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Francine Costa Weege	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 28-10-2013
Secretaria da 6ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Rubmar Fanni Adami	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 07-01-1997
Secretaria da 7ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Marguit Elisa Landmeier	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 07-01-2002
Secretaria da 8ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Carlos Eduardo da Cunha Rockenbach	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 04-05-2015
Secretaria da 9ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Carlos Augusto Correa Lovato	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 22-04-2014
Secretaria da 10ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Soraia Bohn	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 05-09-2016
Secretaria da 11ª Turma	Secretariar o trâmite processual em segunda instância.	Paulo Eduardo Vieira Correa	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 05-12-2011
Diretoria-Geral	Administrar, supervisionar e coordenar as atividades administrativas do Tribunal, que envolvam recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos. Coordenar as atividades da temática socioambiental.	Bárbara Burgardt Casaletti	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 14-12-2015
Secretaria de Orçamento e Finanças	Coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas à administração Financeira e orçamentária.	Eder Giovane Scherer Oliveira	Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade	Desde 14-12-2015
Secretaria de Administração	Planejar, coordenar e controlar as atividades das áreas de contabilidade, material e patrimônio, licitações e contratos, engenharia e arquitetura e planejamento, além da responsabilidade pela ordenação da despesa, por delegação da Presidente do Tribunal.	João Henrique Carvalho de Lima Ribas	Analista Judiciário, Área Administrativa	Desde 01-07-2016
Secretaria de Manutenção e Projetos	Elaborar e gerenciar os Planos de Obras. Acompanhar a elaboração e o gerenciamento dos Planos de Manutenção Predial e Modernização das Instalações Prediais. Gerenciar as etapas de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura.	Sandro Schiavon	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 01-07-2016
Secretaria de Comunicação Social	Assessorar o Presidente e os demais magistrados em assuntos de Comunicação Social e interação do Tribunal com a imprensa.	Gabriel Pereira Borges Fortes Neto	Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Comunicação Social	Desde 11-02-2016
Secretaria de Apoio Administrativo	Agir, planejar, organizar e coordenar as atividades relacionadas aos serviços de apoio administrativo nas áreas de segurança, transporte, gráfica, reprografia, manutenção de veículos, gestão de contratos terceirizados, recepção de gabinetes, portaria, zeladoria, limpeza e conservação.	Madison Gonçalves Trautmann	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Desde 14-12-2015
Secretaria de Gestão de Pessoas	Gerenciar e integrar os subsistemas de gestão de pessoas.	Paulo Ricardo Barreto Ferreira	Analista Judiciário, Área Judiciária	Desde 14-12-2015

* A servidora Fabiane Paixão Cortopassi exerceu como Substituto, a Função de Assessor-Chefe CJ3, da Assessoria de Recurso de Revista, no período de 07-01-2016 a 06-03-2016, passando a exercer a Função como Titular a partir de 07-03-2016.

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

2.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, da mesma forma que todos os Tribunais do Trabalho, tem como processo essencial o recebimento, processamento e arquivamento de reclamações trabalhistas. Foram considerados dois tipos de macroprocessos: os originários de 1º Grau, assim denominados os que são ajuizados na 1ª instância e que corresponderam a 98,8% em 2017 de todos os casos que ingressaram na instituição; e os originários de 2º Grau, que correspondem aos restantes 1,2% e que têm seu início diretamente no 2º Grau de jurisdição. Grande parte dos processos originários de 1º grau tramita também pelo 2º Grau. Isso acontece sempre que são interpostos recursos nas reclamações, o que ocorreu em cerca de 37,6% dos processos em 2017. O macroprocesso "Processos Originários de 1º Grau" significa apenas que a reclamação "nasceu" no 1º Grau, ou seja, foi ajuizada na 1ª instância, não implicando que esteja restrito a ela. O macroprocesso "Processos Originários de 2º Grau", por sua vez, tramita apenas na 2ª instância e nas instâncias superiores, nunca "descendo" para o 1º Grau.

O quadro a seguir detalha esses dois macroprocessos.

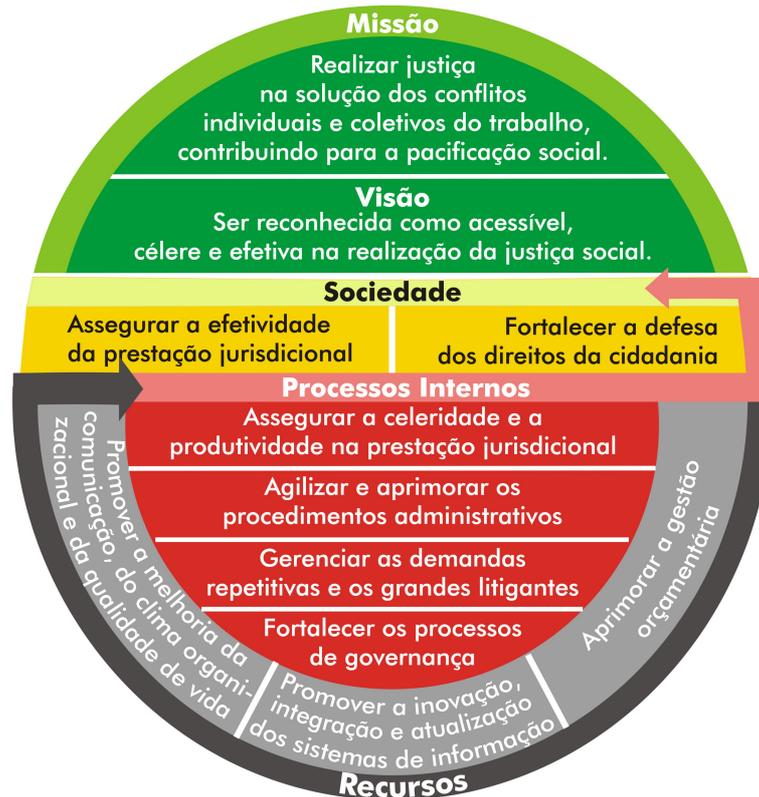
Quadro 1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS DE 1º GRAU	Tramitação de Reclamações trabalhistas ajuizadas na 1ª instância.	Processos distribuídos; audiências realizadas; encerramentos da instrução; processos solucionados: sentenças proferidas e conciliações homologadas; cálculos elaborados e/ou analisados; sentença de liquidação proferida; citação positiva; execução garantida; pagamento recebido pelo credor; arquivamento definitivo; processos solucionados: acordãos prolatados; sessões realizadas; remessa dos autos ao órgão superior; atendimento; certidões.	Jurisdicionados: partes (reclamantes e reclamados), advogados, sindicatos; Ministério Público; Procuradorias da Fazenda Pública (Municípios, Estado e União).	Juizes de 1º Grau; Varas do Trabalho; Desembargadores; Gabinetes dos Desembargadores; Secretarias de Turmas; Seção Especializada em Execução; TST.
PROCESSOS ORIGINÁRIOS DE 2º GRAU	Tramitação de processos ajuizados na 2ª instância (ações rescisórias, mandado de segurança, habeas corpus, dissídio coletivo).	Processos distribuídos; sessões realizadas; processos solucionados: acordãos prolatados; remessa dos autos ao órgão superior; arquivamento definitivo; certidões; atendimento.	Jurisdicionados: partes (reclamantes e reclamados), advogados, sindicatos; Ministério Público; Procuradorias da Fazenda Pública (Município, Estado e União).	Desembargadores; Gabinetes dos Desembargadores; Seções de Dissídios Individuais e Seção de Dissídios Coletivos; TST.

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região elabora e executa planejamento estratégico desde o ano 2010. O primeiro Plano Estratégico vigorou até dezembro de 2014. A partir de 2015 entrou em vigor um novo Plano, elaborado para vigor até 2020. O Plano Estratégico que vigorou em 2017 foi a versão revisada em 2016 do Plano 2015-2020, porém com algumas metas e o portfólio de projetos alterados. Os objetivos estratégicos permanecem os mesmos desde 2015 e estão no Mapa Estratégico reproduzido a seguir.



Os objetivos estratégicos que vigoraram em 2017 foram:

Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos da Justiça do Trabalho. Inclui programas e ações relacionados à melhoria da comunicação, à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas de magistrados e servidores, à valorização das pessoas, à promoção da saúde ocupacional, à humanização das relações de trabalho, ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação

Objetiva garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas, por meio do incremento e da modernização dos mecanismos tecnológicos, do controle efetivo dos processos de segurança e do controle efetivo de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos. Visa a, além de desenvolver novos sistemas, tornar os já existentes mais adequados à demanda dos usuários e garantir sua integração e atualização.

Aprimorar a gestão orçamentária

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, de investimentos e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Objetivo que tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Visa a garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade de magistrados e servidores.

Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos

Refere-se ao aprimoramento contínuo dos procedimentos administrativos e das rotinas de trabalho, por meio da documentação, otimização e agilização dos fluxos.

Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Objetiva reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa a reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Fortalecer os processos de governança

Objetivo que, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias, visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação de melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional

Objetivo estratégico que sintetiza todos os demais, levando em conta, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do Direito e gerenciamento de custos, a satisfação da sociedade quanto à atuação da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania (previstos no inc. II do art. 1º da CF/1988) em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão trabalhador-produtor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, adotando-se práticas socioambientais sustentáveis e o uso de tecnologia limpa.

3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Todos os objetivos estratégicos que constam do plano 2015-2020 vigoraram em 2017. O objetivo estratégico com o maior número de iniciativas vinculadas foi "Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional".

Foi realizado desdobramento formal do plano estratégico para a área de Tecnologia da Informação e Comunicações. A principal estratégia de implementação foi baseada em projetos e ações setoriais, que envolveram diferentes áreas na sua execução.

As iniciativas estratégicas executadas em 2017 foram:

- agilização dos Julgamentos (1º grau);
- mapeamento do desempenho das unidades judiciárias de 1º Grau;
- sistema de Governança;
- ferramenta para Análise de Recursos de Revista;
- aprimoramento de Ferramenta de Pesquisa Patrimonial;
- implantação do SIGEP (Sistema Integrado de Gestão de Pessoas);
- equidade de gêneros e raça;
- divulgação de Informações sobre direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT;
- plano geral de aquisições.

O desempenho é verificado por meio dos indicadores e metas que constam no plano estratégico. Estiveram em vigor no exercício de 2017 um total de 24 indicadores e metas. Para a maioria das metas a aferição é feita mensalmente, mas há casos em que a medição é anual ou bienal.

Até 2017 o TRT4 não realizou Gestão de Riscos de forma geral, mas existe a expectativa de passar a adotar a gestão de riscos a partir de 2018, tanto em nível estratégico, quanto nos projetos, especialmente nos de maior complexidade.

3.1.1. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Todos os objetivos estratégicos estabelecidos para o período 2015-2020 vigoraram em 2017. São eles:

- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional
- Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania
- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional
- Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos
- Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes
- Fortalecer os processos de governança
- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida
- Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação
- Aprimorar a gestão orçamentária

As metas que vigoraram em 2017 foram todas as Metas do Conselho Nacional de Justiça, as do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidas de metas específicas do TRT4, totalizando vinte e quatro. O conjunto de metas está apresentado a seguir:

- META 1: Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas.
- META 2: Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovTI.
- META 3: Aumentar, até 2020, em 5 pontos percentuais o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013.
- META 4.1: Reduzir o tempo médio de duração dos processos sem recurso de revista em 5% até 2020.
- META 4.2: Reduzir o tempo médio de duração dos processos com recurso de revista em 10% até 2020.
- META 4.3: Reduzir o tempo médio de duração dos processos originários de 2º Grau em 20% até 2020.
- META 4.4: Reduzir o prazo médio da fase de conhecimento, em relação ao ano de 2014, em 10% até 2020.
- META 4.5: Reduzir o prazo médio de tramitação das execuções em 10% até 2020.
- META 4.6: Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período - 2ª instância.
- META 4.7: Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período - 1ª instância.
- META 4.8: Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.
- META 4.9: Reduzir o prazo médio de tramitação total, em relação ao ano base 2014, em 10% até 2020.
- META 4.10: Identificar e julgar, até 31-12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-015 no 2º grau.
- META 4.11: Identificar e julgar, até 31-12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2015 no 1º grau.
- META 4.12: Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 2º grau.
- META 4.13: Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2014 no 1º grau.
- META 4.14: Reduzir o prazo médio de duração do processo na 2ª instância em 10% em relação ao ano base de 2014, até 2020.
- META 4.15: Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013-2014, em 2 pontos percentuais.
- META 6: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.
- META 7.1: Atingir 75 pontos no iGov.
- META 8.1: Arquivar sem dívida 92,5% dos processos até 2020.
- META 8.2: Atingir e manter pontuação de 58 a 72 até 2020 no Índice de Alcance de Metas.
- META 9.1: Fazer 20 postagens mensais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho nas redes sociais.
- META 9.2: Obter 20 inserções mensais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho na imprensa.

3.1.2. ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O plano estratégico em vigor foi aprovado em março de 2015 e revisado em 2016. Cobre o período de 2015 a 2020. Foram executados, ao longo de 2017, nove iniciativas estratégicas.

3.1.3. VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

O Poder Judiciário elabora planos estratégicos desde 2009, quando foi publicada a Resolução CNJ nº 70/2009, substituída pela Resolução CNJ nº 198/2014. Desde então, todos os Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário estão obrigados a elaborar plano estratégico, alinhado com o plano publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (que orienta o Poder Judiciário como um todo) e, no caso da Justiça do Trabalho, com o plano publicado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O primeiro plano abrangeu o período 2010-2014 e o segundo abrange o período 2015-2020. No primeiro plano, embora obedecido o alinhamento do plano do TRT4 com o do CNJ, houve algumas diferenças de objetivos, com maior liberdade dos tribunais em geral. O plano 2015-2020 do TRT4 está completamente alinhado tanto com o plano do Poder Judiciário quanto com o da Justiça do Trabalho, sendo que o TRT4 encampou todas as metas de ambos os Conselhos e acrescentou metas específicas, por iniciativa própria.

Quanto ao alinhamento com a Missão institucional, o Plano foi construído a partir da Missão e Visão, de maneira que já “nasceu” alinhado. A Missão do TRT4 é “Realizar justiça na solução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, contribuindo para a pacificação social”. Pelas metas citadas no item 4.1.1 é possível verificar que elas estão completamente alinhadas com a Missão e a Visão institucionais.

3.1.4. DESDOBRAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

A única unidade organizacional que realizou desdobramento do plano estratégico de maneira formal foi a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC. A unidade possui também um Plano Diretor, que orienta as ações do biênio.

Outra forma de desdobramento do plano se dá por meio da execução das iniciativas estratégicas. Cada iniciativa costuma envolver mais de uma unidade organizacional, o que possibilita a participação de um número maior de pessoas e áreas à medida que o plano é executado.

3.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Os dados sobre o plano estratégico que possibilitam o seu monitoramento estão cadastrados no sistema SIGEST, adquirido e coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. No SIGEST estão cadastrados o Mapa Estratégico do TRT4, os objetivos estratégicos, os indicadores, as metas e os projetos estratégicos. A cada objetivo estratégico está vinculado pelo menos um indicador. Os dados são atualizados mensalmente, sendo que o sistema atribui uma cor conforme a meta esteja atingida (verde), quase atingida (amarela) ou não atingida (vermelha). A responsabilidade pela atualização dos dados no SIGEST é da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais. O sistema concentra dados de todos os TRTs e é gerenciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Quadrimestralmente acontece, no TRT4, uma Reunião de Análise da Estratégia, onde a alta administração da instituição é informada acerca do andamento e dos resultados obtidos por meio da execução do Plano Estratégico.

3.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não possui Programas Temáticos estabelecidos no PPA, sendo suas ações vinculadas ao Prestação Jurisdicional Trabalhista. O espelho da movimentação física e financeira das ações finalísticas da gestão são apresentadas a seguir:

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	00M1					
TÍTULO	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO FUNERAL E AUXÍLIO NATALIDADE					
LOCALIZADOR	043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
631.740,00	631.740,00	506.675,15	6.675,15	506.675,15	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
0,00	0,00	0,00				

Fonte: SIAFI, SIOF.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	0181					
TÍTULO	APOSENTADORIAS DE PENSÕES CIVIS DA UNIÃO					
LOCALIZADOR	043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
372.322.036,00	464.774.385,00	463.455.526,11	463.455.526,11	463.455.526,11	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
969.612,06	969.612,06	0,00				

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	09HB					
TÍTULO	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O					
LOCALIZADOR	043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
129.449.617,00	150.694.972,00	140.431.564,19	140.431.564,19	140.431.564,19	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133R					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE URUGUAIANA - RS					
LOCALIZADOR	5175 - NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	0%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
174.853,98	0,00	174.853,98	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133T					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ERECHIM - RS					
LOCALIZADOR	4850 - NO MUNICÍPIO DE ERECHIM - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	0%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
126.892,54	54.247,38	67.897,61	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133U					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VIAMÃO - RS					
LOCALIZADOR	5186 - NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
700.000,00	910.000,00	910.000,00	677.920,59	677.920,59	0,00	232.079,41
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	28%	28%	27%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
689.340,55	689.340,55	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	28%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133V					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE TRIUNFO - RS					
LOCALIZADOR	5164 - NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.700.000,00	1.673.448,00	1.673.447,12	353.961,45	353.961,45	0,00	1.319.485,67
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	68%	68%	18%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133W					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ESTRELA - RS					
LOCALIZADOR	4861 - NO MUNICÍPIO DE ESTRELA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
4.200.000,00	3.895.000,00	3.894.999,15	0,00	0,00	0,00	3.894.999,15
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	70%	70%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
774.320,87	0,00	774.320,87	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133X					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE SÃO BORJA - RS					
LOCALIZADOR	5083 - NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.850.000,00	1.602.684,00	1.590.247,72	400.556,98	400.556,98	0,00	1.189.690,74
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	74%	74%	18%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	133Y					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE OSÓRIO - RS					
LOCALIZADOR	4994 - NO MUNICÍPIO DE OSÓRIO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
500.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	20%	20%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134A					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM TRABALHISTA DE SÃO LEOPOLDO - RS					
LOCALIZADOR	5100 - NO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.000.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	12%	12%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134D					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE NOVO HAMBURGO - RS					
LOCALIZADOR	4989 - NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
5.000.000,00	6.5000,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	50%	50%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134F					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE SANTA ROSA - RS					
LOCALIZADOR	5071 - NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.300.000,00	910.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	21%	21%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	134G					
TÍTULO	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE LAJEADO - RS					
LOCALIZADOR	4934 - NO MUNICÍPIO DE LAJEADO - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
2.000.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	50%	50%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	140R					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ALEGRETE - RS					
LOCALIZADOR	4708 - NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.800.000,00	1.578.868,00	1.578.867,11	0,00	0,00	0,00	1.578.867,11
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	72%	72%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	14WP					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VACARIA - RS					
LOCALIZADOR	5176 - NO MUNICÍPIO DE VACARIA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.000.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	40%	40%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	1520					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ARROIO GRANDE - RS					
LOCALIZADOR	4728 - NO MUNICÍPIO DE ARROIO GRANDE - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.950.000,00	2.000.000,00	1.691.116,78	0,00	0,00	0,00	1.691.165,78
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	78%	78%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	159V					
TÍTULO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE LAGOA VERMELHA - RS					
LOCALIZADOR	4933 - NO MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA - RS					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.000.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	40%	40%	0%		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FÍSICA	0%	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2004					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
23.947.560,00	24.873.210,00	24.559.916,41	24.559.916,41	24.559.916,41	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	9.282	9.282	9.551		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2010					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
5.905.152,00	6.342.927,00	6.325.077,97	6.325.077,97	6.325.077,97	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	704	704	845		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2011					
TÍTULO	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
798.372,00	912.463,00	811.747,03	811.747,03	811.747,03	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	258	258	244		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2012					
TÍTULO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO ASO SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
39.589.056,00	39.589.056,00	39.219.343,04	39.219.343,04	39.219.343,04	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	3.732	3.732	3.655		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	20TP					
TÍTULO	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
693.898.154,00	767.253.761,00	767.253.761,00	766.838.991,79	766.838.991,79	0,00	414.769,21
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
38.344,14	38.344,14	0,00				

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	216H					
TÍTULO	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
15.381.424,00	15.381.424,00	14.642.326,33	14.642.326,33	14.642.326,33	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
AGENTE BENEFICIADO	UNIDADE	325	325	281		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00	AGENTE PÚBLICO BENEFICIADO	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	216H					
TÍTULO	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS					
LOCALIZADOR	6510 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
AGENTE BENEFICIADO	UNIDADE	0	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
104.752,03	1.835,82	102.916,21	AGENTE PÚBLICO BENEFICIADO	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	2549					
TÍTULO	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
122.076,00	122.076,00	121.696,25	120.398,75	120.398,75	0,00	1.297,50
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
MATÉRIA VEICULADA	UNIDADE	700	700	633		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
7.700,20	0,00	7.700,20	MATÉRIA VEICULADA	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	4224					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
30.000.000,00	29.000.000,00	28.118.187,72	27.988.187,72	27.988.187,72	0,00	130.000,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	25.000	25.000	26.484		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
61.345,02	60.335,79	1.009,23	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	56	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	4256					
TÍTULO	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO					
LOCALIZADOR	0043 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
88.886.403,00	88.488.887,00	88.430.388,08	78.777.619,58	78.777.619,58		9.652.768,50
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PROCESSO JULGADO	UNIDADE	287.169	287.169	297.650		
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	8.000	8.000	8.529		
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
MAGISTRADO CAPACITADO	UNIDADE	4.850	4.850	3.787		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
5.064.642,99	4.261.203,79	682.372,60	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	27.469	

Fonte: SIAFI, SIOP.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
CÓDIGO	4256					
TÍTULO	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO					
LOCALIZADOR	6504 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)					
PROGRAMA	0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - RS					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
0,00	295.915,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	META				
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA		
PROCESSO JULGADO	UNIDADE	0	0	0		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$ 1,00)			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º DE JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
4.403.020,05	1.030.762,72	3.372.257,33	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	0	

Fonte: SIAFI, SIOP.

3.3.2. FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, órgão integrante da Administração Direta da União está submetido às regras fixadas pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Também conhecida como “teto de gastos”, essa regra estabelece que, pelo período de vinte anos (2017-2036), a despesa primária da União não poderá se expandir em ritmo superior ao da taxa de inflação medida pelo IPCA. Trata-se, em síntese, de uma regra fiscal de “crescimento real zero” da despesa.

Inicialmente, de acordo com o texto constitucional, o orçamento de 2017 corresponderia à despesa primária paga no exercício de 2016, inclusive os Restos a Pagar pagos, corrigidos em 7,2%. Em 2017, para a Justiça do Trabalho, foram mantidos os valores aprovados pela Lei nº 13414/2017, Lei Orçamentária de 2017, utilizando-se a forma de compensação prevista nos parágrafos 7º e 8º do art. 107 da EC 95:

“§ 7º Nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal, o Poder Executivo poderá compensar com redução equivalente na sua despesa primária, consoante os valores estabelecidos no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo no respectivo exercício, o excesso de despesas primárias em relação aos limites de que tratam os incisos II a V do caput deste artigo.

§ 8º A compensação de que trata o § 7º deste artigo não excederá a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do limite do Poder Executivo.”

O Tribunal vem aperfeiçoando sua política de gastos visando à adequação ao novo ordenamento jurídico de planejamento e execução dos recursos orçamentários e financeiros que lhes são entregues para cumprimento da prestação jurisdicional trabalhista no âmbito da sua competência.

Quadro 3.3.2.1. COMPARATIVO PLOA 2017 E LOA 2017

DESCRIÇÃO	PLOA 2017	AJUSTES CMO	LOA 2017	VARIAÇÃO % LOA/PLOA
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - ODC	89.976.479,00	- 1.090.076,00	88.886.403,00	-1,21%
INVESTIMENTOS (OBRAS)	24.000.000,00	-	24.000.000,00	0,00%
TOTAL	113.976.479,00	- 1.090.076,00	112.886.403,00	-0,96%

Fonte: Secretaria de Administração.

Como se observa no quadro supra, os ajustes efetuados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO não impactaram de forma significativa no orçamento das despesas de custeio do exercício de 2017.

Quadro 3.3.2.2. DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS RECEBIDOS EM 2017

INSTRUMENTO	DATA	AÇÃO	TIPO	ESF	GND	RP	MOD	FTE	VALOR R\$ (1,00)
Ato CSJT nº 28/2017	15-02-2017	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (reabertura de crédito extraordinário)	S	F	3	2	90	150	295.915,00
Ato CSJT nº 255/2017	14-09-2017	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos servidores Públicos Federais	S	F	1	0	91	100	9.988.441,00
Ato CSJT nº 259/2017	23-10-2017	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	181	1.080.000,00
		133U - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Viamão - RS	S	F	4	2	90	181	210.000,00
		134A - Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS	C	F	4	2	90	181	-300.000,00

INSTRUMENTO	DATA	AÇÃO	TIPO	ESF	GND	RP	MOD	FTE	VALOR R\$ (1,00)
		134F - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS	C	F	4	2	90	181	- 390.000,00
		134G - Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lajeado - RS	C	F	4	2	90	181	- 600.000,00
Ato CSJT nº 261/2017	30-12-1899	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	S	F	1	1	90	100	56.939.556,00
		20TP - Pessoal Ativo da União	S	F	1	1	90	100	29.321.726,00
Portaria MP nº 321/2017	20-10-2017	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	S	S	3	1	90	100	925.650,00
		2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	S	F	3	1	90	100	437.775,00
		2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	S	F	3	1	90	100	114.091,00
		4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	C	F	3	2	90	100	- 1.477.516,00
Ato CSJT nº 345/2017	30-11-2017	4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	C	F	3	1	90	100	- 1.000.000,00
Ato CSJT nº 347/2017	30-11-2017	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	S	F	4	2	90	181	970.000,00
		4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	C	F	3	2	90	181	- 970.000,00
Ato CSJT nº 348/2017	30-11-2017	134D - Construção do Edifício-Sede Do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS	S	F	4	2	90	181	1.500.000,00
		1520 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS	S	F	4	2	90	181	50.000,00
		133V - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Triunfo - RS	C	F	4	2	90	181	- 26.552,00
		133W - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Estrela - RS	C	F	4	2	90	181	- 305.000,00
		133X - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de São Borja - RS	C	F	4	2	90	181	- 247.316,00
		133Y - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Osório - RS	C	F	4	2	90	181	- 150.000,00
		140R - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS	C	F	4	2	90	181	- 221.132,00
		14WP - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS	C	F	4	2	90	181	- 300.000,00
		159V - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS	C	F	4	2	90	181	- 300.000,00
Ato CSJT nº 349/2017	30-12-1899	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	S	S	1	1	90	100	16.103.730,00
		20TP - Pessoal Ativo da União	F	1	1	90	0	100	9.235.011,00
Ato CSJT nº 350/2017	30-11-2017	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos servidores Públicos Federais	S	F	1	0	91	100	2.031.703,00
Ato CSJT nº 367/2017	30-12-1899	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	S	S	1	1	90	100	19.409.063,00
		20TP - Pessoal Ativo da União	S	F	1	1	90	100	34.798.870,00
Ato CSJT nº 368/2017	14-12-2017	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos servidores Públicos Federais	S	F	1	0	91	100	9.225.211,00

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.3. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

A contabilização dos valores relativos a passivos é regulamentada neste Tribunal no Processo Administrativo nº 0004901-58.2012.5.04.0000.

Desde o exercício de 2012 os passivos de pessoal reconhecidos no âmbito do TRT4 são contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme determinação e instruções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 14/2012 e da Mensagem CFIN-CSJT nº 34/2012.

Posteriormente, a Resolução CSJT nº 137/2014 estabeleceu critérios pertinentes ao reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamentos de despesas de exercícios anteriores de passivos relativos a magistrados e servidores no âmbito do Judiciário do Trabalho.

No ano de 2015 foi emitida nova regulamentação sobre a contabilização de passivos de pessoal por meio da Mensagem CFIN-CSJT nº 53/2015 de 29 de outubro de 2015. As grandes alterações propostas para os lançamentos no SIAFI foram:

- a criação de contas próprias para a contabilização dos passivos de pessoal da Justiça do Trabalho, a saber: 21111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP) e 22111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (LP)
- situações específicas no SIAFI para lançamento contábil com passivos (LPA 308 e LPA 316);
- lista padronizada de códigos de Inscrição Genérica - IG por tipo de passivo para consolidação e comparação dos dados.

Já no exercício de 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminhou aos Tribunais do Trabalho a Mensagem CFIN-CSJT nº 005/2016, complementando a Mensagem CFIN-CSJT nº 53/2015, no sentido de delimitar como passivos aqueles definidos na Resolução CSJT nº 137/2014 e na Instrução Normativa nº 01/2014.

Em outubro de 2016, a Secretaria de Orçamento e Finanças formulou dois questionamentos à CFIN por meio de correio eletrônico, sendo o primeiro sobre a correta classificação de passivos com pagamento suspenso por medida judicial e o segundo com relação a critérios para a contabilização de passivos oriundos das Mensagens CFIN-CSJT nº 008, 053/2015 e 005/2016.

A primeira consulta gerou a Informação nº 272/2016-CSJT.CFIN.SG, com parecer da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, sugerindo que os passivos com exigibilidade suspensa por medida cautelar poderão ser enquadrados no conceito de provisão e, se a cautelar versar sobre a existência ou não do passivo, este poderá ser registrado como um passivo contingente.

A segunda consulta teve resposta mediante a Informação nº 247/2016-CSJT.CFIN.SG, com parecer da mesma setorial sugerindo a emissão de nova orientação para os tribunais no sentido de esclarecer que os passivos enquadrados no parágrafo único do art. 2º da IN 01/2014 sejam objeto de contabilização individualizada, excluindo-se apenas aqueles de pequena monta nos termos do art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. A mesma informação também esclarece que não deve ser estabelecida ordem de preferência entre os artigos 12 e 13 da Resolução CSJT nº 137/2014 e o parágrafo único do art. 2º da IN nº 01/2014, uma vez que todos os dispositivos são excludentes, com exceção do último que poderá ser objeto ou não da individualização.

A seguir, em novembro de 2016, foi emitida a Mensagem CFIN-CSJT nº 036/2016, tratando da "Retificação parcial da Mensagem CFIN-CSJT nº 005/2016" e contendo as novas orientações aos Tribunais a respeito dos questionamentos já respondidos a este Tribunal por meio das Informações nº 247 e 272/2016, acima explicitadas. De imediato, foram realizadas as operações de acerto contábil para o correto enquadramento conforme especificado pelo 8112/1990Setorial.

Já no exercício de 2017, por meio da Mensagem CFIN-CSJT nº 39/2017, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho solicitou aos Regionais informações acerca dos saldos pendentes de pagamento de passivos administrativos, estipulando que os passivos a serem informados deveriam obrigatoriamente estar registrados no SIAFI e de acordo com as orientações constantes nas mensagens e informações acima referidas.

Em relação aos pagamentos efetuados no ano de 2017, o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13, de 30 de novembro de 2017 autorizou a abertura de crédito suplementar para pagamento de passivos administrativos, esclarecendo que os recursos disponibilizados deveriam ser aplicados na quitação dos valores devidos a título de "Recálculo da Parcela de Equivalência (PAE) e na amortização dos demais passivos.

Na sequência, por meio do Ofício Circular nº 15, de 13 de dezembro de 2017, foi comunicada nova abertura de crédito para pessoal e encargos sociais, autorizando a amortização dos passivos no caso de disponibilidade de recursos.

Esses passivos reconhecidos por insuficiência de créditos são oriundos de despesas de pessoal e encargos sociais, cujas razões e justificativas para seus lançamentos contábeis estão amparados conforme a tabela a seguir e de acordo com as orientações e legislações acima citadas:

Quadro 3.3.3.1. CODIFICAÇÃO DOS PASSIVOS

CODIFICAÇÃO DO PASSIVO	TIPO DE PASSIVO	BASE LEGAL
ADSAPATSE - ADSACATSE - ADSAJATSE	ATS - SERVIDOR	Lei nº 8112/1990, art. 67, revogado pela MP nº 2.225-45, de 2001, porém respeitadas as situações constituídas até 08-03-1999.
ADSAPD13S-ADSACD13S-ADSAJD13S ADSIPD13S-ADSICD13S-ADSIJD13S	13º SALÁRIO - SERVIDOR	Lei nº 8112/1990, arts. 63 a 66.
ADSAPDAFI-ADSACDAFI-ADSAJDAFI ADSIPDAFI-ADSICDAFI-ADSIJDAFI	DIFERENÇA DE FÉRIAS - SERVIDOR	Lei nº 8112/1990, arts. 77 a 80.
ADSIPLPIN-ADSIPLPIN-ADSIJLPIN	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA - SERVIDOR	Resolução CSJT nº 72/2010.
ADMAPABPE-ADMACABPE-ADMAJABPE ADSAPABPE-ADSACABPE-ADSAJABPE ADSIPABPE-ADSICABPE-ADSIJABPE	ABONO DE PERMANÊNCIA	Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º, § 5º e art. 3º, § 1º. Constituição Federal, art. 40, §19.
ADMACPAEM-ADMAJPAEM ADMICPAEM-ADMIJPAEM ADMPCPAEM-ADMIPJPAEM	PAE - MAGISTRADO - CM e juros sobre o auxílio-moradia integrante do abono variável de JAN/1998 a DEZ/1999.	Ato TST GP nº 109/2000, Resolução STF nº 195/2000 e Ato CSJT.GP nº 110/2008. Acórdão do processo CSJT-PP-744-53.2012.5.90.0000.
ADCNPAEM-ADCNJPAEM ADCICPAEM-ADCIJPAEM ADCPAEM-ADCPJPAEM	PAE - CLASSISTA	Acórdão STF nos autos do RMS nº 25.841-F, em 20-03-2013 e Recomendação CSJT nº 017, de 23-05-2014, disponibilizada no DEJT de 26-05-2014.
ADPCDPRP-ADCPDPRP-ADCPPDPRP	DIFERENÇA DE PROVENTOS E PENSÕES	Lei nº 8112/1990, arts. 189 e 215.
ADMAPFIMG-ADMACFIMG-ADMAJFIMG	FÉRIAS INDENIZADAS - MAGISTRADOS	Resolução CNJ nº 133/2011.
ADMAPOUTR-ADMACOUTR-ADMAJOUTR ADMIPOUTR-ADMICOUTR-ADMIJOUTR	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO	Resolução CSJT nº 155/2015.
ADSACURVR-ADSAJURVR ADSIPURVR-ADSICURVR-ADSAJURVR	URV - SERVIDOR	Ação Ordinária nº 97.0018061-1 - SINDIJUSTRA

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Segue o detalhamento dos lançamentos contábeis efetuados no exercício de 2017, com contas correntes individualizadas.

Quadro 3.3.3.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.1.1.04.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - COR. MONETARIA	-	685.631,69	685.631,69	-
080014	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - JUROS	-	946.341,50	946.341,50	-
080014	PAE-CLASSISTA-CORRECAO MONETARIA	-	215.368,38	215.368,38	-
080014	PAE - CLASSISTA - JUROS	-	283.452,37	283.452,37	-
080014	DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES - CLASSISTAS	-	1.154,29	1.154,29	-
080014	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - CORRECAO	-	141.975,53	141.975,53	-
080014	DIFEREN. DE PROVENTOS E PENSOES - CLASSISTAS	-	1.819,24	1.819,24	-
080014	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - JUROS	-	200.942,78	200.942,78	-
080014	DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES - CLASSISTAS	-	21.457,16	21.457,16	-
080014	ABONO PERMAN-MAGIST.-ATIVO - CORR.MONETARIA	-	121,98	121,98	-
080014	FERIA INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - COR MON.	-	574,45	574,45	-
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-COR MONET.	-	252.279,93	252.279,93	-
080014	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORRECAO MONETARIA	-	2.189.952,43	2.189.952,43	-
080014	ABONO PERMAN - MAGIST. - ATIVO - JUROS	-	303,74	303,74	-
080014	FERIAS INDENIZADAS DE MAGISTRADO ATIVO- JUROS	-	1.163,05	1.163,05	-
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	-	414.021,12	414.021,12	-
080014	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	-	3.095.063,54	3.095.063,54	-
080014	ABONO PERMAN - MAGIST. - ATIVO - PRINCIPAL	-	7.822,34	7.822,34	-
080014	FERIAS INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - PRINCIP	-	19.436,65	19.436,65	-
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	-	10.938.520,20	10.938.520,20	-
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTR - INATIV - CORR MON	-	13.289,11	13.289,11	-
080014	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORRECAO MONETARIA	-	5.037.224,48	5.037.224,48	-
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO INATIVO - JUROS	-	21.669,52	21.669,52	-
080014	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	-	7.132.680,07	7.132.680,07	-

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.1.1.04.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	OUTROS PASIVOS - MAGISTRADO INATIVO-PRINCIPAL	-	511.600,34	511.600,34	-
080014	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORRECAO MONETARIA	-	875.592,44	875.592,44	-
080014	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	-	1.236.311,98	1.236.311,98	-
080014	ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETARIA	-	6.032,05	6.032,05	-
080014	ATS - SERVIDOR - ATIVO - CORRECAO MONETARIA	-	2.436,32	2.436,32	-
080014	DIF.13º SAL-SERV. - ATIVO - CORR.MONET.	-	115,88	115,88	-
080014	DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-CORR.MON	-	193,60	193,60	-
080014	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	-	11.163,35	11.163,35	-
080014	ATS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	-	4.451,78	4.451,78	-
080014	DIF.13º SAL-SERV. - ATIVO - JUROS	-	268,20	268,20	-
080014	DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.ATIVO - JUROS	-	355,52	355,52	-
080014	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	-	392.268,47	392.268,47	-
080014	ATS - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	-	15.233,81	15.233,81	-
080014	DIF.13º SAL-SERV. - ATIVO - PRINCIPAL	-	12.503,58	12.503,58	-
080014	DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-PRINCIPAL	-	19.491,61	19.491,61	-
080014	ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-CORR MONETARIA	-	760,54	760,54	-
080014	DIF.13º SAL-SERV. - INATIVO - CORR.MONET.	-	100,63	100,63	-
080014	DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-COR.MON	-	176,66	176,66	-
080014	LICENCA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-CM	-	4.415,91	5.851,28	1.435,37
080014	ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	-	1.641,83	1.641,83	-
080014	DIF.13º SAL-SERV. - INATIVO - JUROS	-	268,20	268,20	-
080014	DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.INATIVO -JUROS	-	355,52	355,52	-
080014	LICENCA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-JR	-	11.159,83	14.519,04	3.359,21
080014	ABONO PERMAN-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	-	27.436,37	27.436,37	-
080014	DIF.13º SAL-SERV. - INATIVO - PRINCIPAL	-	12.503,58	12.503,58	-
080014	DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-PRINCIP	-	19.491,61	19.491,61	-

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.1.1.04.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	LICENCA PREMIO INDENIZ SERVIDOR INATIVO- PRIN	-	20.779,47	27.980,09	7.200,62

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.2.1.1.1.04.00	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - COR. MONETARIA	420.072,90	370.991,64	1.093.258,17	1.142.339,43
080014	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - JUROS	802.423,32	523.401,13	2.245.103,78	2.524.125,97
080014	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - PRINCIPAL	124.863,57	-	343.534,79	468.398,36
080014	PAE-CLASSISTA-CORRECAO MONETARIA	669.348,17	738.785,85	69.437,68	-
080014	PAE - CLASSISTA - JUROS	1.191.693,25	1.521.382,39	329.689,14	-
080014	PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	152.511,88	237.656,35	85.144,47	-
080014	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - CORRECAO	203.460,76	131.154,33	23.835,37	96.141,80
080014	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - JUROS	345.815,29	185.618,51	41.551,73	201.748,51
080014	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS.- PRINCIPAL	35.572,46	-	1.567,15	37.139,61
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-COR MONET.	-	94.177,07	94.177,07	-
080014	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORRECAO MONETARIA	10.317.353,78	5.008.634,69	- 3.108.266,71	2.200.452,38
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	-	159.096,11	159.096,11	-
080014	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	19.063.632,28	9.844.304,78	- 3.896.734,77	5.322.592,73
080014	OUTROS PASSIVOS - MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	-	3.866.138,07	3.866.138,07	-
080014	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	2.694.849,34	1.500.211,74	10.671,62	1.205.309,22
080014	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORRECAO MONETARIA	3.145.642,39	4.656.753,18	7.366.992,16	5.855.881,37
080014	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	6.077.197,18	6.577.472,51	13.874.276,42	13.374.001,09

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.2.1.1.1.04.00	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	972.978,40	-	1.780.585,27	2.753.563,67
080014	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORRECAO MONETARIA	1.411.376,41	729.916,70	1.402.681,76	2.084.141,47
080014	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	2.601.029,21	1.030.388,22	3.072.383,95	4.643.024,94
080014	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	362.021,98	-	534.300,32	896.322,30
080014	URV-SERVIDOR-ATIVO-CORRECAO MONETARIA	-	-	16.102,68	16.102,68
080014	URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	-	-	68.143,40	68.143,40
080014	URV-SERVIDOR-INATIVO-CORRECAO MONETARIA	-	-	520.910,36	520.910,36
080014	URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	-	-	2.973.627,58	2.973.627,58
080014	URV-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	-	-	6.130,55	6.130,55

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.1.1.4.2.98.00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	ATS - SERVIDOR - CPSSS - CORRECAO MONETARIA	-	528,56	528,56	-
080014	ATS - SERVIDOR - CPSSS - PRINCIPAL	-	3.217,82	3.217,82	-

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA CONTÁBIL					
CÓDIGO SIAFI	DENOMINAÇÃO				
2.2.1.4.2.98.00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS				
UG	CONTA CORRENTE	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
080014	PAE-CLASSISTA-CPSSS-CORRECAO MONETARIA	158.272,29	139.790,92	12.860,29	31.341,66
080014	PAE-CLASSISTA-CPSSS-PRINCIPAL	33.552,61	17.596,05	-	15.956,56
080014	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORRECAO MONETARIA	2.503.844,14	2.073.605,98	339.681,41	769.919,57
080014	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	592.866,85	302.544,18	7.483,71	297.806,38

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Quadro 3.3.3.3 MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DE PASSIVOS EM 2017

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCICPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	173.954,75
		080014000012017NE402074	17:45	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(173.954,75)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	52.562,30
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	215.368,38
		080014000012017NE402407	17:47	REFORCO - PAE CORR. MONET E JUROS - 98/99 LOTE 2 - DEA	(267.930,68)
	21-12-2017	080014000012017NL000043	15:45	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 106/2017 DE 28/12/2017.	45.202,91
		080014000012017NE402495	16:13	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(45.202,91)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	99.271,68
	28-12-2017	080014000012017NE402659	17:19	PAE CM JUROS 98/99	(99.271,67)
		080014000012017NL000047	17:55	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(0,01)
	29-12-2017	080014000012017NE402671	20:26	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	99.271,67
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(99.271,67)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCIJAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	246.645,54
		080014000012017NE402074	17:45	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(246.645,54)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	73.866,20
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	283.452,37
		080014000012017NE402407	17:47	REFORCO - PAE CORR. MONET E JUROS - 98/99 LOTE 2 - DEA	(357.318,57)
	21-12-2017	080014000012017NL000043	15:45	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 106/2017 DE 28/12/2017.	63.401,39
		080014000012017NE402495	16:13	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(63.401,39)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	139.488,00
	28-12-2017	080014000012017NE402659	17:19	PAE CM JUROS 98/99	(139.488,00)
	29-12-2017	080014000012017NE402671	20:26	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	139.488,00
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(139.488,00)
	TOTAL				

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCNCPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	215.368,38
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(215.368,38)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCNJAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	283.452,37
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(283.452,37)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPCDRP

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002760	17:56	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	181,68
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	25,97
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	49,51
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(22,37)
SET-2017	18-09-2017	080014000012017NS007710	19:07	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO REFERENTE A DIFERENCA DE PROVENTOS DE PENSAO DE LUCIA SEVERINO CAMPOS, CPF 474.115.380-00 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0000239-12.2016.5.04.0000	680,79
		080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	43,42
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	24,66
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009692	13:10	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO REFERENTE DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSÕES DA PENSIONISTA DE CLASSISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, CPF 226.049.280-00 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO PA 0000135-83.2017.5.04.0000.	334,34
		080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	76,30
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010681	09:16	CANCELAMENTO DE INSCRICAO DO PASSIVO TENDO EM VISTA LANCAMENTO EM DUPLICIDADE DA PENSIONISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, PA 0000239-12.2016.5.04.0000.	(262,38)
		18-12-2017	080014000012017NE402380	11:20	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. _____ *DEA
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPCPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	120.333,13
		080014000012017NE402075	17:56	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(120.333,13)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	10.821,20
	28-12-2017	080014000012017NE402662	17:21	PAE CM JUROS 98/99	(10.821,20)
	29-12-2017	080014000012017NE402670	20:22	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	10.821,20
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(10.821,20)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPJDRP

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002761	17:59	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	325,32
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	62,60
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	125,81
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	61,10
SET-2017	18-09-2017	080014000012017NS007710	19:07	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE A DIFERENCA DE PROVENTOS DE PENSAO DE LUCIA SEVERINO CAMPOS, CPF 474.115.380-00 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0000239-12.2016.5.04.0000	869,60
	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	64,26
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	106,91
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009692	13:10	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES DA PENSIONISTA DE CLASSISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, CPF 226.049.280-00 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO PA 0000135-83.2017.5.04.0000.	754,03
		080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	101,71
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010681	09:16	CANCELAMENTO DE INSCRICAO DO PASSIVO TENDO EM VISTA LANCAMENTO EM DUPLICIDADE DA PENSIONISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, PA 0000239-12.2016.5.04.0000.	652,10
		080014000012017NS010682	09:19	CANCELAMENTO DE INSCRICAO DO PASSIVO TENDO EM VISTA LANCAMENTO EM DUPLICIDADE DA PENSIONISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, PA 0000239-12.2016.5.04.0000.	(1.304,20)
	18-12-2017	080014000012017NE402380	11:20	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. *DEA	(1.819,24)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPJPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400).	170.294,24
		080014000012017NE402075	17:56	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(170.294,24)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	15.324,27
	28-12-2017	080014000012017NE402662	17:21	PAE CM JUROS 98/99	(15.324,27)
	29-12-2017	080014000012017NE402670	20:22	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	15.324,27
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(15.324,27)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPPDRP

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002757	17:47	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	12.171,69
SET-2017	18-09-2017	080014000012017NS007710	19:07	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE A DIFERENCA DE PROVENTOS DE PENSAO DE LUCIA SEVERINO CAMPOS, CPF 474.115.380-00 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0000239-12.2016.5.04.0000	9.285,47
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009692	13:10	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES DA PENSIONISTA DE CLASSISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, CPF 226.049.280-00 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO PA 0000135-83.2017.5.04.0000.	12.171,69
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010681	09:16	CANCELAMENTO DE INSCRICAO DO PASSIVO TENDO EM VISTA LANCAMENTO EM DUPLICIDADE DA PENSIONISTA LUIZA MARIAM QUINES DANIGNO, PA 0000239-12.2016.5.04.0000.	(12.171,69)
	18-12-2017	080014000012017NE402380	11:20	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. *DEA	(21.457,16)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMACABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
OUT-2017	20-10-2017	080014000012017NS008747	16:41	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DA MAGISTRADA ATIVA ANITA JOB LUBBE, CPF 339.214.820-20 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0006226-68.2012.5.04.0000.	69,81
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NS010662	17:30	CONTABILIZACAO DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	52,17
	18-12-2017	080014000012017NE402409	17:59	LICENCA PREMIO INDENIZADA - FOLHA 99 - DEA	(121,98)
	28-12-2017	080014000012017NS011368	16:39	AJUSTE DE VPD DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO CONFORME CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015.	0,00
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMACFIMG

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002760	17:56	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	232,19
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	41,35
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	78,84
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(35,62)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	69,14
OUT-2017	31/10/17	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	21,80
		080014000012017NS009241	12:56	ALTERACAO DE VPD E AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	0,00
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	67,47
DEZ-2017	14-12-2017	080014000012017NS010595	14:47	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	63,66
	18-12-2017	080014000012017NE402388	11:39	FERIAS INDENIZADAS, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(538,83)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMACOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000033	12:46	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	87.624,19
		080014000012017NL000034	12:53	TROCA DE INSCRICAO GERARIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	(6.604,39)
		080014000012017NE402342	13:43	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 _____*DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(81.019,80)
		080014000012017NE402362	17:25	ANULACAO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	81.019,80
		080014000012017NE402366	17:28	REFORCO - PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	(81.019,80)
		080014000012017NE402367	17:40	ANULACAO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	81.019,80
		080014000012017NE402368	17:48	REFORCO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 _____*DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(81.019,80)
		20-12-2017	080014000012017NS010855	17:55	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE GECJ - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO. PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.
21-12-2017	080014000012017NE402466	11:13	REFORCO - FOLHA SUPLEMENTAR 107/2017	(2.616,14)	
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMACPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN-CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF-CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO DE 221110400 PARA 211110400.	2.101.176,09
		080014000012017NE402076	18:03	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF-SOF.	(2.101.176,09)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24-12-2017.	88.776,34
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24-12-2017.	(88.776,34)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAJABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
OUT-2017	20-10-2017	080014000012017NS008747	16:41	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 2211100 PARA 211110400).	234,32
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NS010662	17:30	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	69,42
	18-12-2017	080014000012017NE402409	17:59	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(303,74)
	28-12-2017	080014000012017NS011368	16:39	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	0,00
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAJFIMG

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002761	17:59	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	393,31
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	99,44
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	199,75
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	97,52
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	101,88
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	94,05
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	88,44
DEZ-2017	14-12-2017	080014000012017NS010595	14:47	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	88,66
	18-12-2017	080014000012017NE402388	11:39	FERIAS INDENIZADAS, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(1.163,05)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAJOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000033	12:46	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	143.287,90
		080014000012017NL000034	12:53	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	(10.747,52)
		080014000012017NE402342	13:43	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 _____*DEA _____ CFIN/CSJT 039/2017.	(132.540,38)
		080014000012017NE402362	17:25	ANULACAO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	132.540,38
		080014000012017NE402366	17:28	REFORCO - PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	(132.540,38)
		080014000012017NE402367	17:40	ANULACAO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	132.540,38
		080014000012017NE402368	17:48	REFORCO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA _____ DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 _____*DEA _____ CFIN/CSJT 039/2017.	(132.540,38)
	20-12-2017	080014000012017NS010855	17:55	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE GECJ - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO. PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATÉ O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	5.652,46
	21-12-2017	080014000012017NE402466	11:13	REFORCO - FOLHA SUPLEMENTAR 107/2017	(5.652,46)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAJPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	2.950.515,27
		080014000012017NE402076	18:03	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(2.950.515,27)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	144.548,27
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(144.548,27)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAPABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
OUT-2017	20-10-2017	080014000012017NS008747	16:41	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DA MAGISTRADA ATIVA ANITA JOB LUBBE, CPF 339.214.820-20 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0006226-68.2012.5.04.0000.	7.822,34
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402409	17:59	LICENCA PREMIO INDENIZADA - FOLHA 99 - DEA	(7.822,34)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAPFIMG

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002757	17:47	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	19.436,65
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402388	11:39	FERIAS INDENIZADAS, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA _____	(19.436,65)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAPOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)	
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000033	12:46	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	3.765.360,14	
		080014000012017NL000034	12:53	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	(254.730,72)	
		080014000012017NE402342	13:43	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GE CJ PARA 2017 _____ *DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(3.510.629,42)	
		080014000012017NE402362	17:25	ANULACAO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	3.510.629,42	
		080014000012017NE402366	17:28	REFORCO - PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	(3.510.629,42)	
		080014000012017NE402367	17:40	ANULACAO PARA REALOCAAO ORCAMENTARIA.	3.510.629,42	
	20-12-2017	080014000012017NS010855	17:55	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE GE CJ - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO. PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATÉ O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	151.901,22	
		080014000012017NE402466	11:13	REFORCO - FOLHA SUPLEMENTAR 107/2017	(151.901,22)	
	TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMICOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000034	12:53	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	6.604,39
		080014000012017NE402343	13:45	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GE CJ PARA 2017 _____ *DEA	(6.604,39)
		080014000012017NE402355	15:17	DEA	6.604,39
		080014000012017NE402356	15:20	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GE CJ PARA 2017 _____ *DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(6.604,39)
	20-12-2017	080014000012017NS010855	17:55	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE GE CJ - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO. PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	80,33
	21-12-2017	080014000012017NE402465	11:03	REFORCO - FOLHA SUPLEMENTAR 107/2017	(80,33)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMICPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 2211100 PARA 211110400).	4.102.864,95
		080014000012017NE402074	17:45	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(4.102.864,95)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	262.193,27
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	88.776,34
		080014000012017NE402407	17:47	REFORCO - PAE CORR. MONET E JUROS - 98/99 LOTE 2 - DEA	(350.969,61)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	291.694,96
	28-12-2017	080014000012017NE402659	17:19	PAE CM JUROS 98/99	(291.694,96)
	29-12-2017	080014000012017NE402671	20:26	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	291.694,96
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(291.694,96)
	TOTAL				

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMIJOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000034	12:53	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	10.747,52
		080014000012017NE402343	13:45	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 *DEA	(10.747,52)
		080014000012017NE402355	15:17	DEA	10.747,52
		080014000012017NE402356	15:20	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 *DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(10.747,52)
	20-12-2017	080014000012017NS010855	17:55	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE GECJ - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO. PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	174,48
21-12-2017	080014000012017NE402465	11:03	REFORCO - FOLHA SUPLEMENTAR 107/2017	(174,48)	
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMIJPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	5.797.407,61
		080014000012017NE402074	17:45	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(5.797.407,61)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	369.405,61
		080014000012017NL000039	15:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	144.548,27
		080014000012017NE402407	17:47	REFORCO - PAE CORR. MONET E JUROS - 98/99 LOTE 2 - DEA	(513.953,88)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	410.659,29
	28-12-2017	080014000012017NE402659	17:19	PAE CM JUROS 98/99	(410.659,29)
	29-12-2017	080014000012017NE402671	20:26	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	410.659,29
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(410.659,29)
	TOTAL				

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMIPOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000034	12:53	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	254.730,72
		080014000012017NE402343	13:45	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 *DEA	(254.730,72)
		080014000012017NE402355	15:17	DEA	254.730,72
		080014000012017NE402356	15:20	DESPESAS COM GRATIFICACAO DE EXERCICIO CUMULATIVO - GECJ PARA 2017 *DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(254.730,72)
	20-12-2017	080014000012017NS010855	17:55	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS DE GECJ - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO. PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	2.138,90
	21-12-2017	080014000012017NE402465	11:03	REFORCO - FOLHA SUPLEMENTAR 107/2017	(2.138,90)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMPCPAEM

EMISSION-MÊS	EMISSION-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	408.353,87
		080014000012017NE402075	17:56	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(408.353,87)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	175.887,09
		080014000012017NE402408	17:49	PAE - CORR. MONET E JUROS 98/99 - LOTE 2	(175.887,09)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	145.675,74
	28-12-2017	080014000012017NE402662	17:21	PAE CM JUROS 98/99	(145.675,74)
	29-12-2017	080014000012017NE402670	20:22	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	145.675,74
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(145.675,74)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMPPAEM

EMISSION-MÊS	EMISSION-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	577.077,29
		080014000012017NE402075	17:56	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES POR SOLICITACAO DA SECOF/SOF.	(577.077,29)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	247.387,17
		080014000012017NE402408	17:49	PAE - CORR. MONET E JUROS 98/99 - LOTE 2	(247.387,17)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	205.923,76
	28-12-2017	080014000012017NE402662	17:21	PAE CM JUROS 98/99	(205.923,76)
	29-12-2017	080014000012017NE402670	20:22	ANULACAO DE EMPENHO POR SOLICITACAO DA SECOF/COFIN	205.923,76
		080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	(205.923,76)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSACABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002760	17:56	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	862,68
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	255,59
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	487,67
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(220,28)
SET-2017	18-09-2017	080014000012017NS007711	19:24	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DO SERVIDOR ATIVO JULIO MOROSZCZUK, CPF 082.452.740-20 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0005679-52.2017.5.04.0000.	424,80
	29-09-2017	080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	770,81
OUT-2017	20-10-2017	080014000012017NS008746	16:18	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DA SERVIDORA ATIVA YARA MARIA DOS SANTOS, CPF 554.188.560-49 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0002127-79.2017.5.04.0000	239,64
	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	377,08
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.344,58
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NS010662	17:30	CONTABILIZACAO DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	508,66
		080014000012017NS010663	17:50	CONTABILIZACAO DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	760,54
		080014000012017NL000035	18:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 094/2017 DE 14/12/2017.	(760,54)
	18-12-2017	080014000012017NE402382	11:25	ABONO PERMANENCIA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 CFIN/CSJT 039/2017.*DEA	(5.051,23)
	28-12-2017	080014000012017NS011368	16:39	AJUSTE DE VPD DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO CONFORME CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015.	0,00
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSACATSE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.058,73
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	30,34
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(13,70)
SET-2017	01-09-2017	080014000012017NS007115	18:35	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICIO DO SERVIDOR ATIVO ONELIO LUIS SOARES DOS SANTOS, CPF 387.015.100-53 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0004191-04.2013.5.04.0000	1.185,55
	29-09-2017	080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	26,60
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	19,27
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	59,64
DEZ-2017	14-12-2017	080014000012017NS010595	14:47	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	56,19
	18-12-2017	080014000012017NE402385	11:28	ADICIONAL TEMPO DE SERVICIO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017.*DEA	(2.422,62)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSACD13S

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	38,75
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	25,34
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(15,25)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	16,13
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	5,09
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	15,74
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NS010683	09:37	CONTABILIZACAO DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	14,83
		080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	(100,63)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSACDAFI

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	141,89
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(17,84)
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(16,94)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	21,65
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	6,83
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	21,13
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NS010683	09:37	CONTABILIZACAO DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	19,94
		080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	(176,66)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAJABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002761	17:59	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.412,11
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	612,53
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.231,60
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	604,91
SET-2017	18-09-2017	080014000012017NS007711	19:24	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DO SERVIDOR ATIVO JULIO MOROSZCZUK, CPF 082.452.740-20 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0005679-52.2017.5.04.0000.	608,98
	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.118,53
OUT-2017	20-10-2017	080014000012017NS008746	16:18	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DA SERVIDORA ATIVA YARA MARIA DOS SANTOS, CPF 554.188.560-49 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0002127-79.2017.5.04.0000	506,69
	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.615,64
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.721,79
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NS010662	17:30	CONTABILIZACAO DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	88,74
		080014000012017NS010663	17:50	CONTABILIZACAO DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.641,83
		080014000012017NL000035	18:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 094/2017 DE 14/12/2017.	(1.641,83)
	18-12-2017	080014000012017NE402382	11:25	ABONO PERMANENCIA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 CFIN/CSJT 039/2017.*DEA	(9.521,52)
28-12-2017	080014000012017NS011368	16:39	AJUSTE DE VPD DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO CONFORME CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015.	0,00	
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAJATSE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	2.214,54
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	85,00
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	33,87
SET-2017	01-09-2017	080014000012017NS007115	18:35	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO DO SERVIDOR ATIVO ONELIO LUIS SOARES DOS SANTOS, CPF 387.015.100-53 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0004191-04.2013.5.04.0000	1.806,15
	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	46,30
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	86,87
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	89,73
DEZ-2017	14-12-2017	080014000012017NS010595	14:47	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	89,32
	18-12-2017	080014000012017NE402385	11:28	ADICIONAL TEMPO DE SERVICO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017.*DEA	(4.451,78)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAJD13S

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	75,42
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	71,76
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(16,94)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	23,58
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	21,88
		080014000012017NS009083	18:14	REGULARIZACAO DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO.	0,00
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	20,45
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NS010683	09:37	CONTABILIZACAO DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	72,05
		080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	(268,20)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAJDAFI

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	316,68
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(57,41)
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	30,46
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	32,06
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	29,50
		080014000012017NS009083	18:14	REGULARIZACAO DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO.	0,00
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	27,85
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	(355,52)
		080014000012017NS010757	17:54	ESTORNO DA APROPRIACAO DE DESPESAS COM JUROS NA IG ADSAJDAFI TENDO EM VISTA QUE O PAGAMENTO OCORREU ATRAVES DA IG ADSIJD13S PARA O MESMO CREDOR, CONFORME EMPENHO 2017NE402379.	(23,62)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAPABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002757	17:47	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	120.768,47
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007087	14:50	CONTABILIZACAO DO PASSIVO DE ABONO DE PERMANENCIA DEVIDO A SERVIDORA LEA REGINA MACHADO NUNES. ADME 0005585-07.2017.5.04.0000.	98.079,28
SET-2017	18-09-2017	080014000012017NS007711	19:24	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DO SERVIDOR ATIVO JULIO MOROSZCZUK, CPF 082.452.740-20 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0005679-52.2017.5.04.0000.	121.370,33
OUT-2017	20-10-2017	080014000012017NS008746	16:18	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ABONO DE PERMANENCIA DA SERVIDORA ATIVA YARA MARIA DOS SANTOS, CPF 554.188.560-49 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0002127-79.2017.5.04.0000	52.050,39
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000035	18:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 094/2017 DE 14/12/2017.	(27.436,37)
	18-12-2017	080014000012017NE402382	11:25	ABONO PERMANENCIA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(364.832,10)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAPATSE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	6.525,26
SET-2017	01-09-2017	080014000012017NS007115	18:35	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO DO SERVIDOR ATIVO ONELIO LUIS SOARES DOS SANTOS, CPF 387.015.100-53 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0004191-04.2013.5.04.0000	8.708,55
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402385	11:28	ADICIONAL TEMPO DE SERVICO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(15.233,81)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAPD13S

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	4.559,71
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	7.943,87
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	(4.559,71)
		080014000012017NL000037	10:03	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 097/2017 DE 10/12/2017.	(7.943,87)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAPDAFI

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002757	17:47	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	13.412,00
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	6.079,61
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	(6.079,61)
	19-12-2017	080014000012017NL000041	16:47	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 105/2017 DE 30/11/2017.	(13.412,00)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSICABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000035	18:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 094/2017 DE 14/12/2017.	760,54
	18-12-2017	080014000012017NE402381	11:23	ABONO PERMANENCIA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(760,54)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSICD13S

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	100,63
		080014000012017NE402379	11:19	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(100,63)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSICDAFI

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096-2017 DE 09-12-2017.	176,66
		080014000012017NE402379	11:19	VENCIMENTOS-PROVENTOS-PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN-CSJT CFIN-CSJT 039-2017. _____*DEA	(176,66)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSICLPIN

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002758	17:51	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	4.879,92
		080014000012017NS002760	17:56	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	392,63
MAI-2017	26-05-2017	080014000012017NS003555	18:54	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE PAGAMENTO EM PECUNIA DA LICENCA-PREMIO DO SERVIDOR APOSENTADO JOSE VIEIRA LOGUERCI, CPF 349648780-15 DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0001903-44.2017.5.04.0000	3.969,78
		080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	69,85
		080014000012017NS003963	17:05	CANCELAMENTO DOS LANCAMENTOS PELO FATO DE O PASSIVO JA TER SIDO REGISTRADO ATRAVES DO DOCUMENTO HABIL 2017PA000138.	(3.969,78)
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	133,38
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007088	15:10	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(60,22)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008048	17:06	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	116,89
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	36,87
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	114,07
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402378	11:08	LICENCA PREMIO INDENIZADA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 _____*DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(4.355,69)
	28-12-2017	080014000012017NS011375	19:40	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	107,67
TOTAL					1.435,37

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIJABPE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000035	18:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 094/2017 DE 14/12/2017.	1.641,83
	18-12-2017	080014000012017NE402381	11:23	ABONO PERMANENCIA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(1.641,83)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIJD13S

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	268,20
		080014000012017NE402379	11:19	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(268,20)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIJDFAFI

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	355,52
		080014000012017NE402380	11:20	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(355,52)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIJLPIN

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002759	17:52	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	12.213,78
		080014000012017NS002761	17:59	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	810,99
MAI-2017	26-05-2017	080014000012017NS003555	18:54	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE PAGAMENTO EM PECUNIA DA LICENCA-PREMIO DO SERVIDOR APOSENTADO JOSE VIEIRA LOGUERCI, CPF 349648780-15DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0001903-44.2017.5.04.0000	10.042,25
		080014000012017NS004167	15:48	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	194,00
		080014000012017NS003963	17:05	CANCELAMENTO DOS LANCAMENTOS PELO FATO DE O PASSIVO JA TER SIDO REGISTRADO ATRAVES DO DOCUMENTO HABIL 2017PA000138.	(10.042,25)
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	387,40
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007090	15:25	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	142,48
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008050	17:14	REGISTRO DA JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	215,69
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009226	11:02	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	172,70
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	191,91
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402378	11:08	LICENCA PREMIO INDENIZADA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 _____*DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(11.159,83)
	28-12-2017	080014000012017NS011375	19:40	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	190,09
TOTAL					3.359,21

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIPABPE

EMISSION-MÊS	EMISSION-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000035	18:17	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 094/2017 DE 14/12/2017.	27.436,37
	18-12-2017	080014000012017NE402381	11:23	ABONO PERMANENCIA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(27.436,37)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIPD13S

EMISSION-MÊS	EMISSION-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	4.559,71
		080014000012017NL000037	10:03	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 097/2017 DE 10/12/2017.	7.943,87
		080014000012017NE402379	11:19	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(12.503,58)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIPDAFI

EMISSION-MÊS	EMISSION-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NL000036	09:41	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 096/2017 DE 09/12/2017.	6.079,61
		080014000012017NE402379	11:19	VENCIMENTOS/PROVENTOS/PENSAO, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEMIN/CSJT CFIN/CSJT 039/2017. _____*DEA	(6.079,61)
	19-12-2017	080014000012017NL000041	16:47	TROCA DE INSCRICAO GENERIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 105/2017 DE 30/11/2017.	13.412,00
	20-12-2017	080014000012017NE402985	10:41	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - FERIAS INDENIZADAS FOLHA 105.	(13.412,00)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIPLPIN

EMISSION-MÊS	EMISSION-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002757	17:47	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	27.980,09
MAI-2017	26-05-2017	080014000012017NS003555	18:54	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO REFERENTE PAGAMENTO EM PECUNIA DA LICENCA-PREMIO DO SERVIDOR APOSENTADO JOSE VIEIRA LOGUERCI, CPF 349648780-15 DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0001903-44.2017.5.04.0000	20.779,47
		080014000012017NS003963	17:05	CANCELAMENTO DOS LANÇAMENTOS PELO FATO DE O PASSIVO JA TER SIDO REGISTRADO ATRAVES DO DOCUMENTO HABIL 2017PA000138.	(20.779,47)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402378	11:08	LICENCA PREMIO INDENIZADA, CONFORME AUTORIZACAO PELA MENSAGEM CFIN/CSJT 039/2017 _____*DEA CFIN/CSJT 039/2017.	(20.779,47)
TOTAL					7.200,62

Conta Contábil: 211429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADSXCATSE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004173	17:42	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CONTRIBUICAO PATRONAL E CORRECAO MONETARIA SOBRE PATRONAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	232,92
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	6,68
AGO-2017	31-08-2017	080014000012017NS007092	15:41	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS SOBRE PATRONAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE AGOSTO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(16,40)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008052	17:36	REGISTRO DA CORRECAO MONETARIA DOS ENCARGOS PATRONAIS SOBRE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTE AO MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	260,47
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009227	11:06	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CORRECAO MONETARIA SOBRE CONTRIBUICAO PATRONAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(4,07)
		080014000012017NS009241	12:56	ALTERACAO DE VPD E AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. ATUALIZACAO ATE O MES DE OUTUBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	8,14
		080014000012017NS009083	18:14	REGULARIZACAO DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO.	0,00
NOV-2017	22-11-2017	080014000012017NS009706	18:19	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS, CORRECAO MONETARIA E ENCARGOS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE NOVEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	12,60
DEZ-2017	14-12-2017	080014000012017NS010595	14:47	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	11,82
	18-12-2017	080014000012017NE402386	11:37	ENCARGOS PATRONAIS	(512,16)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 211429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADSXPATSE

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004173	17:42	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CONTRIBUICAO PATRONAL E CORRECAO MONETARIA SOBRE PATRONAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.435,56
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(92,84)
SET-2017	01-09-2017	080014000012017NS007115	18:35	CONTABILIZACAO DE PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO REFERENTE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO DO SERVIDOR ATIVO ONELIO LUIS SOARES DOS SANTOS, CPF 387.015.100-53 - DE ACORDO COM CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES ATUALIZADOS ATE O MES DE SETEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. PROCESSO ADMINISTRATIVO 0004191-04.2013.5.04.0000	2.176,70
	29-09-2017	080014000012017NS008051	17:21	AJUSTE NA CONTA DE ENCARGOS PATRONAIS SOBRE O PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIOS DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(301,60)
DEZ-2017	18-12-2017	080014000012017NE402386	11:37	ENCARGOS PATRONAIS	(3.217,82)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 211429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADSXPD13S

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
MAI-2017	31-05-2017	080014000012017NS004173	17:42	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE CONTRIBUICAO PATRONAL E CORRECAO MONETARIA SOBRE PATRONAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE MAIO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	2.340,65
JUL-2017	27-07-2017	080014000012017NS006094	13:20	AJUSTE DOS SALDOS DAS CONTAS DE PRINCIPAL, CONTRIBUICAO PATRONAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES A DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES. ATUALIZACAO ATE O MES DE JULHO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	876,63
DEZ-2017	21-12-2017	080014000012017NS010996	13:30	CANCELAMENTO DE PASSIVO RELATIVO A ENCARGOS PATRONAIS TENDO EM VISTA A ALTERACAO DA SITUACAO DOS CREDORES DE PESSOAL ATIVO PARA PESSOAL INATIVO EM DECORRENCIA DO PAGAMENTO DAS FOLHAS SUPLEMENTARES 096 E 097/2017.	(3.217,28)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCICPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002763	20:05	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	119.634,92
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	18.908,69
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	182.478,38
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	3.863,88
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	22.904,84
		080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	(173.954,75)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(52.562,30)
	21-12-2017	080014000012017NL000043	15:45	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 106/2017 DE 28/12/2017.	(45.202,91)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(99.271,68)
	28-12-2017	080014000012017NL000047	17:55	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 221110400 PARA 221110400).	0,01
		080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	523.417,47
		080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	122.778,31
	29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 221110400 PARA 221110400).	99.271,67
TOTAL					722.266,53

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCIJAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002764	20:10	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	176.332,40
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	32.220,08
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	457.100,45
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	11.524,68
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	31.387,64
		080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	(246.645,54)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(73.866,20)
	21-12-2017	080014000012017NL000043	15:45	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 106/2017 DE 28/12/2017.	(63.401,39)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(139.488,00)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	1.237.930,02
		080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	159.120,51
29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 221110400 PARA 221110400).	139.488,00	
TOTAL					1.721.702,65

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCIPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	105.878,44
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	237.656,35
TOTAL					343.534,79

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCNCPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002763	20:05	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(77.270,72)
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	42.313,98
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	123.232,58
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	4.066,68
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	(22.904,84)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(215.368,38)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	(523.417,47)
TOTAL					(669.348,17)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCNJAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002764	20:10	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(90.996,55)
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	66.139,42
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	373.209,61
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	12.724,30
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	(31.387,64)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(283.452,37)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	(1.237.930,02)
TOTAL					(1.191.693,25)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCNPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	85.144,47
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	(237.656,35)
TOTAL					(152.511,88)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPCPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002763	20:05	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(3.992,14)
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.436,70
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	2.889,27
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	1.078,23
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATÉ O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	(120.333,13)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(10.821,20)
	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	11.602,11
	29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	10.821,20
TOTAL					(107.318,96)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPJAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002764	20:10	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(3.991,35)
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	3.566,91
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	7.236,37
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	3.707,01
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATÉ O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	(170.294,24)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(15.324,27)
	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	15.708,52
	29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	15.324,27
TOTAL					(144.066,78)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADCPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTA TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	1.567,15
TOTAL					1.567,15

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMACOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008065	17:35	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - GECJ GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAÇÃO AOS MAGISTRADOS ATIVOS - DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PROCESSO ADME 0000771-49.2017.5.04.0000. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	76.420,81
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	17.756,26
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000033	12:46	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	(87.624,19)
	28-12-2017	080014000012017NS011373	19:20	BAIXA DE PASSIVO DE PESSOAL DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE DEZEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DEZ/2017.	(6.552,88)
TOTAL					(0,00)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMACPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002763	20:05	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(1.162.027,74)
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	22.532,27
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	384.865,12
		080014000012017NS008054	17:59	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	(192.432,56)
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	54.386,32
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	(2.215.590,12)
		080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400).	(2.101.176,09)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(88.776,34)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GERICIA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	(2.818.682,26)
TOTAL					(8.116.901,40)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAJOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008065	17:35	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - GECJ GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAÇÃO AOS MAGISTRADOS ATIVOS - DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PROCESSO ADME 0000771-49.2017.5.04.0000. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	123.045,64
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	36.050,47
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000033	12:46	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	(143.287,90)
	28-12-2017	080014000012017NS011373	19:20	BAIXA DE PASSIVO DE PESSOAL DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE DEZEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DEZ/2017.	(15.808,21)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAJPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002764	20:10	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(1.575.779,54)
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	148.095,85
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	470.105,34
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	190.267,93
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	(3.129.424,35)
		080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	(2.950.515,27)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(144.548,27)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	(6.749.241,24)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAPOUTR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008065	17:35	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - GECJ GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO AOS MAGISTRADOS ATIVOS - DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PROCESSO ADME 0000771-49.2017.5.04.0000. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	3.824.983,74
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	41.154,33
DEZ-2017	15-12-2017	080014000012017NL000033	12:46	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 095/2017 DE 15/12/2017.	(3.765.360,14)
	28-12-2017	080014000012017NS011373	19:20	BAIXA DE PASSIVO DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE DEZEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO DEZ/2017.	(100.777,93)
TOTAL					0,00

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMAPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002762	19:59	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(55.552,38)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	66.224,00
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	(1.500.211,74)
TOTAL					(1.489.540,12)

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMICPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002763	20:05	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.155.610,42
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	57.163,48
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	249.923,03
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	25.787,93
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	2.215.590,12
		080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATÉ O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	(4.102.864,95)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(262.193,27)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(291.694,96)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENEIRICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	2.818.682,26
		080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	552.539,96
	29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400).	291.694,96
TOTAL					2.710.238,98

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMIPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002764	20:10	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.674.717,67
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	122.833,75
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	658.383,15
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	89.983,32
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NS010057	16:28	TROCA DE CONTA CORRENTE, ALTERACAO DE PASSIVO DE PAE DE MAGISTRADOS E CLASSISTAS ATIVOS PARA INATIVOS A FIM DE EFETIVAR O PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR NUMERO 085/2017 DE 01/12/2017.	3.129.424,35
		080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATUALIZADOS ATÉ O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 PARA 211110400).	(5.797.407,61)
	18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(369.405,61)
	27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(410.659,29)
	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENEIRICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	6.749.241,24
		080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTES TRT DA 4ª REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.039.033,65
	29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400).	410.659,29
TOTAL					7.296.803,91

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMIPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	1.144.575,00
		080014000012017NS008054	17:59	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	(1.000.000,00)
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NL000049	18:39	TROCA DE INSCRICAO GENERICA DE PESSOAL ATIVO PARA INATIVO PARA FINS AJUSTE DOSSALDO DAS CONTAS DE PASSIVO DE PESSOAL, EM FUNCAO DA ALTERACAO DE SITUACAO DE BENEFICIARIOS ATIVOS PARA INATIVOS	1.500.211,74
		080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	135.798,53
TOTAL					1.780.585,27

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMPCPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)	
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002763	20:05	CONTABILIZACAO DE CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	31.619,05	
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	67.566,09	
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	956.290,05	
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	15.146,86	
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	(408.353,87)	
		18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(175.887,09)
		27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(145.675,74)
		28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	186.383,97
29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	145.675,74		
TOTAL					672.765,06	

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMPJPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)	
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002764	20:10	CONTABILIZACAO DE JUROS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	62.522,08	
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005809	14:07	CONTABILIZACAO DA CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE JULHO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	111.318,45	
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	2.370.529,55	
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	53.453,43	
DEZ-2017	01-12-2017	080014000012017NL000032	16:48	CONTABILIZACAO DO VALOR PRINCIPAL DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 ATU IZADOS ATE O MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/CO G. TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110 0 PARA 211110400).	(577.077,29)	
		18-12-2017	080014000012017NL000038	15:14	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE PAGAMENTO DA FOLHA SUPLEMENTAR 100/2017 DE 24/12/2017.	(247.387,17)
		27-12-2017	080014000012017NL000045	17:12	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE CURTO PRAZO (DE 221110400 PARA 211110400) PARA FINS DE INSCRICAO EM CONTA DE RESTOS A PAGAR.	(205.923,76)
		28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	268.636,68
29-12-2017	080014000012017NL000055	20:30	TRANSFERENCIA DOS VALORES PARA CONTA DE PASSIVO DE LONGO PRAZO (DE 211110400 PARA 221110400).	205.923,76		
TOTAL					2.041.995,73	

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADMPPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008049	17:13	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	534.300,32
TOTAL					534.300,32

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSACURVR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008064	17:29	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - URV SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS - DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	15.979,35
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	71,97
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	51,36
TOTAL					16.102,68

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSAJURVR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008064	17:29	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - URV SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS - DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	67.409,98
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	447,46
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	285,96
TOTAL					68.143,40

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSICURVR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008064	17:29	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - URV SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS - DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	516.873,73
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	2.355,48
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	1.681,15
TOTAL					520.910,36

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIJURVR

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008064	17:29	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - URV SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS - DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	2.943.929,97
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009740	14:30	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	17.967,49
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	11.730,12
TOTAL					2.973.627,58

Conta Contábil: 221110400:= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR

Conta Corrente: ADSIPURVR

EMIÇÃO-MÊS	EMIÇÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008064	17:29	CONTABILIZACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - URV SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS - DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015, CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG. VALORES ATUALIZADOS ATE SETEMBRO/2017.	6.130,55
TOTAL					6.130,55

Conta Contábil: 221429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADCXCPAEM

EMIÇÃO-MÊS	EMIÇÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002914	19:56	CANCELAMENTO DA 2017NS002765 REFERENTE A CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(134.603,57)
		080014000012017NS002915	20:07	BAIXA DE PASSIVO SEM SUPORTE ORCAMENTARIO RELATIVO A ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES E RECALCULOS EFETUADOS ENTRE OS MESES DE JANEIRO E ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(93.143,77)
		080014000012017NS002765	21:24	CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	134.603,57
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005814	16:00	CONTABILIZACAO DAS ATUALIZACOES MONETARIAS AO MES JULHO/2017 DOS ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	12.498,03
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008053	17:45	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO (PATRONAL) DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	(46.647,15)
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009084	18:22	REGULARIZACAO DO 50 NIVEL DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A CORRECAO MONETARIA, INCORPORACAO E DESINCORPORACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO.	0,00
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009741	14:39	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - CONTRIBUICAO PATRONAL- DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	211,39
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JURIS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	150,87
TOTAL					(126.930,63)

Conta Contábil: 221429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADCXPPAEM

EMIÇÃO-MÊS	EMIÇÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002914	19:56	CANCELAMENTO DA 2017NS002765 REFERENTE A CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(35.295,93)
		080014000012017NS002915	20:07	BAIXA DE PASSIVO SEM SUPORTE ORCAMENTARIO RELATIVO A ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES E RECALCULOS EFETUADOS ENTRE OS MESES DE JANEIRO E ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(16.776,30)
		080014000012017NS002765	21:24	CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	35.295,93
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008053	17:45	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO (PATRONAL) DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	(819,75)
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009084	18:22	REGULARIZACAO DO 50 NIVEL DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A CORRECAO MONETARIA, INCORPORACAO E DESINCORPORACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO.	0,00
TOTAL					(17.596,05)

Conta Contábil: 221429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADMXCPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002914	19:56	CANCELAMENTO DA 2017NS002765 REFERENTE A CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(774.062,21)
		080014000012017NS002915	20:07	BAIXA DE PASSIVO SEM SUPORTE ORCAMENTARIO RELATIVO A ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES E RECALCULOS EFETUADOS ENTRE OS MESES DE JANEIRO E ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(1.496.758,28)
		080014000012017NS002765	21:24	CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	774.062,21
JUL-2017	18-07-2017	080014000012017NS005814	16:00	CONTABILIZACAO DAS ATUALIZACOES MONETARIAS AO MES JULHO/2017 DOS ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	331.503,66
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008053	17:45	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO (PATRONAL) DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	(576.847,70)
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009084	18:22	REGULARIZACAO DO 50 NIVEL DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A CORRECAO MONETARIA, INCORPORACAO E DESINCORPORACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO.	0,00
NOV-2017	23-11-2017	080014000012017NS009741	14:39	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO - CONTRIBUICAO PATRONAL- DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NOV/2017.	4.771,93
DEZ-2017	28-12-2017	080014000012017NS011372	19:07	CONTABILIZACAO DE PRINCIPAL, JUROS E CORRECAO MONETARIA DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DO MES DE DEZEMBRO/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	3.405,82
TOTAL					(1.733.924,57)

Conta Contábil: 221429800:= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS

Conta Corrente: ADMXPPAEM

EMISSÃO-MÊS	EMISSÃO-DIA	DOCUMENTO	HORA	DOC-OBSERVAÇÃO	MOVIMENTO (MOEDA ORIGEM CONTA CONTÁBIL)
ABR-2017	28-04-2017	080014000012017NS002914	19:56	CANCELAMENTO DA 2017NS002765 REFERENTE A CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(281.478,56)
		080014000012017NS002915	20:07	BAIXA DE PASSIVO SEM SUPORTE ORCAMENTARIO RELATIVO A ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES E RECALCULOS EFETUADOS ENTRE OS MESES DE JANEIRO E ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	(302.544,18)
		080014000012017NS002765	21:24	CONTABILIZACAO DE ENCARGOS PATRONAIS DOS PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO DESTE TRT DA 4A REGIAO DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015 REFERENTES AS ATUALIZACOES DOS MESES DE JANEIRO A ABRIL/2017 CONFORME PLANILHAS DE CONTROLE DA SECOF/COPAG.	281.478,56
SET-2017	29-09-2017	080014000012017NS008053	17:45	ATUALIZACAO DAS CONTAS DE PASSIVOS DE PESSOAL DE LONGO PRAZO (PATRONAL) DESTE TRT DA 4A REGIAO NO MES DE SETEMBRO/2017, DE ACORDO COM OS CRITERIO DEFINIDOS NA MENSAGEM CFIN/CSJT 053/2015. VALORES OBTIDOS DA FOLHA DE PAGAMENTO SET/2017.	7.483,71
OUT-2017	31-10-2017	080014000012017NS009084	18:22	REGULARIZACAO DO 50 NIVEL DAS CONTAS DE VPD E VPA RELATIVAS A CORRECAO MONETARIA, INCORPORACAO E DESINCORPORACAO DOS PASSIVOS DE PESSOAL DESTE TRT DA 4A REGIAO.	0,00
TOTAL					(295.060,47)

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 3.3.4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$ 1,00)				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE 01-01-2017	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO A PAGAR 31-12-2017
2016	9.138.289,35	5.645.545,85	3.492.743,50	0,00
2015	3.145.186,83	1.426.904,61	1.633.165,75	85.116,47
2014	248.948,07	108.761,75	99.488,64	40.697,68
2013	118.902,19	28.812,92	90.089,27	0,00
2012	2.075,14	2.075,14	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE 01-01-2017	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	SALDO A PAGAR 31-12-2017
2016	5.008,50	5.008,50	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

Em 2017, ocorreram pagamentos por restos a pagar relativos aos exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Empenhos de 2012 a 2015 foram reinscritos, conforme autorizado pelo Decreto 7.654/2011, que alterou o artigo 68 do Decreto 93.872/1986. Não houve ocorrência de valores reinscritos sem que sua vigência tenha sido prorrogada pelo Decreto. Não ocorreu reinscrição de saldos de empenhos de exercícios anteriores a 2012.

Não houve impacto negativo na gestão financeira no exercício de 2017 decorrentes do pagamento de restos a pagar, tendo em vista a existência de disponibilidade financeira para atender os pagamentos realizados.

As principais razões para a permanência de restos a pagar por mais de um exercício são pendências na execução dos serviços e dificuldade de alguns fornecedores de apresentarem todos os documentos necessários à liquidação e pagamento das despesas.

A estratégia de pagamentos dos restos a pagar prevê o monitoramento constante dos saldos, avaliando-se as razões e circunstâncias existentes para a sua permanência conforme disposto no Processo Administrativo TRT4 nº 0007718-27.2014.5.04.0000.

3.3.5. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não houve descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para a execução de ações ou atividades de responsabilidade do TRT4.

3.3.6. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Nos quadros a seguir, são demonstradas a previsão, arrecadação e evolução histórica das receitas próprias do Órgão contendo a respectiva variação percentual.

Quadro 3.3.6.1. RECEITAS DO EXERCÍCIO

FONTES DE RECURSOS	PREVISTA (LOA 2017)	ARRECADADA	ANÁLISE HORIZONTAL ARRECADADA-PREVISTA%
0150 - RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	839.347,00	780.848,08	93,03%
0181 - RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS DE CONVÊNIOS	45.209.267,00	38.536.137,98	85,24%
TOTAL	46.048.614,00	39.316.986,06	85,38%

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

3.3.6.1. CONTRATOS COM OS BANCOS

A origem das receitas da fonte de recursos "0181 - recursos de convênios" é a remuneração dos saldos dos depósitos judiciais trabalhistas, precatórios e requisições de pequeno valor efetuados à ordem dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, até o seu regular levantamento pelos titulares das contas, mediante repasse equivalente a um percentual aplicado sobre os saldos médios apurados no mês imediatamente anterior. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região vinha administrando há vários exercícios esses recursos. O último contrato de acordo de cooperação com o Banco do Brasil foi o de nº 008/16, de 28-01-2016, com vigência de cinco anos. Com a Caixa Econômica Federal foi o de nº 016/16, de 18-03-2016, também com vigência quinquenal.

Todavia, o Conselho Superior do Trabalho – CSJT, por meio do Ato nº 293/CSJT.GP.SG, de 14-12-2016, resolveu centralizar a contratação dos serviços dos depósitos judiciais junto às instituições financeiras oficiais, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Assim sendo, o art. 4º do referido Ato determinou que ficassem automaticamente rescindidos, a partir de 1º de janeiro de 2017, os contratos vigentes firmados pelos Tribunais Regionais do Trabalho que tivessem por objeto a administração dos depósitos judiciais, precatórios e requisições de pequeno valor. A contar do exercício de 2017 os recursos vinculados à fonte de recursos "0181 - recursos de convênios" passaram a ser descentralizados pelo CSJT aos Tribunais, por meio liberação financeira a ser solicitada, na forma do art. 9º do Ato Conjunto nº 04/2017:

"Custeio - Fonte 0181 - Convênios

Art. 9º O contrato de prestação de serviços bancários celebrado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e os bancos, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, tem como objeto a remuneração, no percentual de 0,13% (zero vírgula treze por cento), calculada sobre a média de saldos diários - MSD (dias úteis) dos depósitos judiciais, precatórios e requisições de pequeno valor, do mês imediatamente anterior.

§ 1º O valor ajustado no caput será creditado ao CSJT, mediante recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho solicitarão à Setorial Financeira da Justiça do Trabalho, UG 080017, o recurso financeiro para pagamento de despesas empenhadas na fonte 0181, por meio de Mensagem SIAFI.

§ 3º O limite mensal para solicitação de recursos é a arrecadação até o mês corrente, referente ao respectivo TRT, deduzido o valor repassado anteriormente. O limite total, para recebimento dos recursos de convênios, é a dotação estabelecida na Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 4º O CSJT informará, mensalmente, o valor da arrecadação aos respectivos TRTs."

3.3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Quadro 3.3.7.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA				DESPESA PAGA			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO (a+b+c+d+e+f+g)	83.352.962,84	5,03%	68.660.234,45	4,64%	83.352.962,84	5,03%	68.660.234,45	4,64%
a) CONVITE	79.445,75	0,00%	13.581,72	0,00%	79.445,75	0,00%	13.581,72	0,00%
b) TOMADA DE PREÇOS	451.461,08	0,03%	408.920,59	0,03%	451.461,08	0,03%	408.920,59	0,03%
c) CONCORRÊNCIA	8.233.391,63	0,50%	3.024.765,60	0,20%	8.233.391,63	0,50%	3.024.765,60	0,20%
d) PREGÃO	74.449.983,95	4,49%	65.212.966,54	4,41%	74.449.983,95	4,49%	65.212.966,54	4,41%
e) CONCURSO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
f) CONSULTA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
g) REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	138.680,43	0,00%	0,00	0,00%	138.680,43	0,00%	0,00	0,00%
2. CONTRATAÇÕES DIRETAS (h+i)	17.783.406,29	1,07%	17.453.603,62	1,18%	17.783.406,29	1,07%	17.448.595,12	1,18%
h) DISPENSA	10.605.843,84	0,64%	10.874.301,17	0,74%	10.605.843,84	0,64%	10.869.292,67	0,74%
i) INEXIGIBILIDADE	7.177.562,45	0,43%	6.579.302,45	0,45%	7.177.562,45	0,43%	6.579.302,45	0,45%
3. REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL (j)	1.753,01	0,00%	1.904,76	0,00%	1.753,01	0,00%	1.904,76	0,00%
j) SUPRIMENTO DE FUNDOS	1.753,01	0,00%	1.904,76	0,00%	1.753,01	0,00%	1.904,76	0,00%
4. PAGAMENTO DE PESSOAL (k+l)	1.460.800.596,20	88,14%	1.325.931.986,65	89,69%	1.460.800.596,20	88,14%	1.325.931.986,65	89,69%
k) PAGAMENTO EM FOLHA	1.457.487.137,01	87,94%	1.323.394.662,00	89,52%	1.457.487.137,01	87,94%	1.323.394.662,00	89,52%
l) DIÁRIAS	3.313.459,19	0,20%	2.537.324,65	0,17%	3.313.459,19	0,20%	2.537.324,65	0,17%
5. TOTAL DAS DESPESAS ACIMA (1+2+3+4+5)	1.561.938.718,34	94,24%	1.412.047.729,48	95,52%	1.561.938.718,34	94,24%	1.412.042.720,98	95,52%
6. OUTROS	95.381.677,70	5,76%	66.288.018,39	4,48%	95.381.677,74	5,76%	66.288.018,39	4,48%
7. TOTAL DAS DESPESAS DA UPC (5+6)	1.657.320.396,04	100,00%	1.478.335.747,87	100,00%	1.657.320.396,08	100,00%	1.478.330.739,37	100,00%

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro 3.3.7.2. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. DESPESA DE PESSOAL								
319011 - Vencimentos e vantagens fixas	749.533.719,07	699.689.903,96	749.533.719,07	699.689.903,96	-	-	749.533.719,07	699.689.903,96
319001 - Aposentadorias e reformas	362.078.390,30	324.743.526,41	362.078.390,30	324.743.526,41	-	-	362.078.390,30	324.743.526,41
319113 - Obrigações patronais	140.505.402,09	131.795.746,67	140.505.402,09	131.795.746,67	-	-	140.505.402,09	131.795.746,67
Demais elementos do grupo	205.784.394,76	98.925.541,92	205.369.625,55	98.925.541,92	414.769,21	764.816,49	205.369.625,55	98.925.541,92
3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES								
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64.941.973,92	54.488.503,27	59.628.855,95	50.925.837,96	5.313.117,97	3.562.665,31	59.628.855,95	50.925.837,96
339046 - Auxílio alimentação	39.218.539,40	39.318.622,46	39.218.539,40	39.318.622,46	-	-	39.218.539,40	39.318.622,46
339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	25.513.563,45	24.626.264,52	25.401.690,10	24.574.459,57	111.873,35	51.804,95	25.401.690,10	24.574.459,57
Demais elementos do grupo	61.057.404,86	59.401.726,98	60.450.879,01	58.410.244,28	606.525,85	991.482,70	60.450.879,01	58.405.235,78
DESPESAS DE CAPITAL								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	LIQUIDADADA	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS		GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA
					2017	2016		
4. INVESTIMENTOS								
449051 - Obras e instalações	18.833.692,94	275.179,52	1.337.940,57	258.473,17	17.495.752,37	16.706,35	1.337.940,57	258.473,17
449052 - Equipamentos e material permanente	15.072.501,52	13.096.687,30	12.405.127,40	9.346.448,75	2.667.374,12	3.750.238,55	12.405.127,40	9.346.448,75
449039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.390.630,45	389.977,80	1.388.855,45	389.977,80	1.775,00	-	1.388.855,45	389.977,80
Demais elementos do grupo	1.371,19	9.825,00	1371,19	9.250,00	-	575,00	1.371,19	9.250,00

Fonte: SIAFI, Secretaria de Administração.

3.3.7.3. ANÁLISE CRÍTICA

O pregão manteve-se como a modalidade de licitação mais utilizada em 2017. O valor das contratações por dispensa é significativo em função do peso da contratação de serviços de concessionárias públicas, tais como: fornecedores de energia elétrica, água, publicações oficiais e serviços postais.

A maior despesa, pagamento em folha, reflete a característica da Justiça do Trabalho de ser prestadora de serviços com uso intensivo de recursos humanos.

Os recursos dos Grupos de Natureza da Despesa "3 - Outras Despesas Correntes" e "4 - Investimentos" foram aplicados em ações que visaram a solução de controvérsias trabalhistas, por meio da execução de despesas com capacitação de recursos humanos, viagens e locomoção, diárias, indenizações e restituições, ajuda de custo, serviços postais, telefonia fixa ou celular, manutenção dos serviços de telecomunicações, aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente, comunicações administrativas, assinatura de jornais, periódicos e afins, manutenção de varas itinerantes, veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguel, manutenção, revisão, reparo, combustível), manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo aluguel, despesas de condomínio e seguros, impostos e taxas, serviços de vigilância, serviços de limpeza, locação de mão de obra para vigilância e limpeza, conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro, serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins), aquisição e manutenção de equipamentos de ar-condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores,

aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática, serviços de consultoria na área de informática, obras em andamento, assistência jurídica a pessoas carentes e outras.

Em relação às obras destaca-se a conclusão da construção do Foro Trabalhista de Viamão que foi inaugurado em 13-12-2017. O novo prédio da Vara do Trabalho de Viamão foi construído em um terreno cedido pela Prefeitura Municipal e possui 660 m² de área, superando os 350 m² do imóvel anterior, que era alugado. O prédio foi construído com base nos parâmetros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, atendendo a critérios de acessibilidade, funcionalidade, adequação ao interesse público, economia de execução, de conservação e de operação do imóvel. Aspectos de sustentabilidade e economia foram contemplados com o posicionamento de espaços de maior utilização em regiões de melhor insolação, com janelas amplas para minimizar o uso da iluminação artificial. A obra inclui instalações de ar condicionado do tipo VRF, captação e reuso de água da chuva (para limpeza de pisos e rega de plantas), emprego de luminárias LED de alto desempenho e uso de pisos externos permeáveis para facilitar a drenagem das águas pluviais. Para 2018, há previsão de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica. Internamente, o prédio utiliza divisórias de gesso acartonado que possibilitam melhor isolamento acústico e flexibilidade na distribuição espacial dos ambientes, além de toda estrutura e fundações terem sido projetadas para receber mais um pavimento, caso seja necessária uma futura ampliação. A nova sede também conta com estacionamento interno e externo, incluindo a demarcação de vagas especiais.

Em 2017 foram realizadas licitações para a construção dos prédios nas localidades de Alegrete, Arroio Grande, Novo Hamburgo, Triunfo, Estrela e São Borja. Demais informações podem ser obtidas em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/obras>.

3.3.8. SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL
3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
Quadro 3.3.8.1. CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

EXERCÍCIO FINANCEIRO	UNIDADE GESTORA (UG) DO SIAFI		MEIO DE CONCESSÃO				VALOR DO MAIOR LIMITE INDIVIDUAL CONCEDIDO
			CONTA TIPO B		CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL		
	CÓDIGO	NOME OU SIGLA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	
2017	080014	Tribunal Regional da 4ª Região	-	-	7	2.671,00	443,00
2016	080014	Tribunal Regional da 4ª Região	-	-	14	4.781,20	750,00

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
Quadro 3.3.8.2. UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

EXERCÍCIO FINANCEIRO	UNIDADE GESTORA (UG) DO SIAFI		CONTA TIPO B		CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL			
					SAQUE		FATURA	VALOR TOTAL [A]+[B]
	CÓDIGO	NOME OU SIGLA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR DOS SAQUES [A]	VALOR DAS FATURAS [B]	
2017	080014	Tribunal Regional da 4ª Região	-	-	5	168,94	1.584,07	1.753,01
2016	080014	Tribunal Regional da 4ª Região	-	-	5	92,55	1.812,21	1.904,76

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS
Quadro 3.3.8.3. CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

UNIDADE GESTORA (UG) DO SIAFI		CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO GASTO		
CÓDIGO	NOME OU SIGLA	ELEMENTO DE DESPESAS	SUBITEM DA DESPESA	TOTAL
08001	TRIBUNAL REGIONAL DO TRBALHO DA 4ª REGIÃO	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	16 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	32,90
			19 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	39,00
			26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	50,98
			28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	111,30
			39 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	889,99
			42 - FERRAMENTAS	70,90
			TOTAL DO ELEMENTO DE DESPESA 339030	1.195,07
		339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18 - SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	168,94
			19 - MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	314,00
			63 - SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	75,00
			TOTAL DO ELEMENTO DE DEPESA 339039	557,94

Fonte: Secretaria de Administração.

3.3.8.4. ANÁLISE CRÍTICA

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não utiliza Suprimento de Fundos por meio de conta tipo "B" desde a proibição expressa no § 2º do art. 4º da Resolução CSJT nº 49/2008. Por conseguinte, as despesas por Suprimento de Fundos tem sido admitidas pelo CPGF - prioritariamente na modalidade fatura - desde que atendam necessidades de pequeno vulto justificadas conforme:

- a) inexistência temporária ou eventual, nos estoques do almoxarifado, do material a ser adquirido;
- b) impossibilidade, inconveniência ou inadequação econômica de estocagem do material ou
- c) inexistência de cobertura contratual.

Os gastos realizados por suprimentos de fundos referem-se às despesas urgentes, que não podem ser processadas pelos trâmites normais e destinam-se ao atendimento de todas as unidades judiciárias e administrativas localizadas na capital e nas cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul.

Cabe salientar que as despesas referem-se a "outros serviços de terceiros - pessoa jurídica" e compras em geral, obedecendo ao limite de 10% (dez por cento) do valor estabelecido na alínea "a" do inciso "II" do artigo 23, Lei nº 8666/1993, alterada pela Lei nº 9648/1998, e que os valores das notas fiscais emitidas nas compras/contratações de serviços foram inferiores a R\$ 800,00, seguindo o limite de 1% (um por cento) do valor estabelecido no mesmo dispositivo legal.

Os saques pelo CPGF dependem de autorização do Ordenador de Despesas e o total das despesas nessa modalidade não devem exceder a 30% das despesas realizadas com Suprimento de Fundos, sendo que o TRT4 alcançou os percentuais de 18,24%, 4,84% e 9,57% em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. O controle das despesas observa as disposições do Decreto nº 93872/1986, Decreto nº 5355/2005, Decreto nº 6370/2008 e Resolução CJST nº 49/2008, bem como as orientações contidas no Manual do Suprimento de Fundos deste Tribunal. Cabe ressaltar que os saques realizados decorrem da impossibilidade de utilização da modalidade fatura, pois os estabelecimentos ou os prestadores de serviço não estão credenciados junto à operadora do cartão.

Todas as prestações de contas dos processos de suprimento de fundos foram consideradas aprovadas.

Em decorrência das ações de planejamento de gastos para reduzir a utilização do Suprimento de Fundos, conforme normas implementadas desde 2015 pelo Processo Administrativo nº 0000888-11.2015.5.04.0000, cuja finalidade é a alteração no fluxo de requisição, autorização e exame de conformidade da execução orçamentária e financeira realizada por meio de Suprimento de Fundos e pela utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), verifica-se uma considerável redução dos valores concedidos e, conseqüentemente, das despesas realizadas por meio de suprimento de Fundos (vejam-se quadros 3.3.8.1 e 3.3.8.2), privilegiando assim o processamento normal de aplicação de recursos.

Em 2017 apenas um suprido utilizou o suprimento de fundos (totalizando 7 concessões), com as despesas voltadas preferencialmente para a Seção de Manutenção de Viaturas e para a Seção de Transportes, ambas vinculadas à Coordenadoria de Segurança Institucional. Daí se explica o fato de que as despesas que envolveram veículos representaram 74,47% do total das despesas com material de consumo e 86,55% do total das despesas com serviços de terceiros, conforme se pode verificar no quadro 3.3.8.3.

3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

A Justiça do Trabalho da 4ª Região utilizou, no ano de 2017, vinte e quatro (24) indicadores para monitorar o desempenho da gestão. O conjunto de indicadores, as metas, os índices observados e as fórmulas de cálculo estão no quadro a seguir:

Quadro 3.4. APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

DENOMINAÇÃO	DIMENSÃO DE DESEMPENHO	FÓRMULA DE CÁLCULO *	LINHA DE BASE	META PARA 2020	ÍNDICE OBSERVADO 2013	ÍNDICE OBSERVADO 2014	ÍNDICE OBSERVADO 2015	ÍNDICE OBSERVADO 2016	ÍNDICE OBSERVADO 2017
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - sem recurso revista	eficácia	data retorno ao 1º grau - data de remessa do 1º grau (dos processos sem RR)	127,6 dias (realizado 2014)	121 dias	116 dias	117 dias	130 dias	141,1 dias	177 dias
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - com recurso revista	eficácia	data retorno ao 1º grau - data de remessa do 1º grau (dos processos que tiveram RR)	278 dias (realizado 2014)	250 dias	254 dias	259 dias	268 dias	323,8 dias	408 dias
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - originários de 2º grau	eficácia	data arquivamento - data de ajuizamento	296,5 dias (realizado 2014)	237 dias	364 dias	273 dias	270 dias	302,7 dias	207,5 dias
Tempo médio de tramitação no 2º Grau - geral	eficácia	data retorno ao 1º grau - data de remessa do 1º grau	203 dias (realizado 2015)	183 dias	não disponível	não disponível	202 dias	232 dias	283 dias
Tempo médio de tramitação no 1º Grau na fase de conhecimento	eficácia	data prolação da sentença - data do ajuizamento	259,9 dias (realizado 2014)	234 dias	237 dias	304 dias	258 dias	252,6 dias	279,3 dias
Tempo Médio de Tramitação - 1º Grau - fase de execução	eficácia	data do arquivamento - data da citação	655,8 dias (realizado 2014)	590 dias	não disponível	não disponível	671,2 dias	718,9 dias	638,4 dias
Índice de processos solucionados 2ª Instância	eficácia	processos solucionados - processos ajuizados	100,16% (realizado 2014)	105,00%	98,47%	91,15%	92,44%	84,10%	94,24%
Índice de processos solucionados 1ª instância	eficácia	processos solucionados - processos ajuizados	88,02% (realizado 2015)	100,00%			88,63%	95,29%	101,98%
Índice de execução	eficácia	execuções encerradas - execuções iniciadas	122,3% (realizado 2014)	105,00%	não disponível	não disponível	126,00%	86,39%	101,50%
Tempo médio de tramitação (total)	eficácia	data arquivamento sem dívida - data do ajuizamento	896,8 dias (realizado 2014)	807 dias	832 dias	1.175 dias	685,2 dias	683,4 dias	712,2 dias
Índice de Processos Antigos - 2º Grau	eficácia	100 - (% de processos distribuídos até 31-12-2017 e não julgados até 31-12-2018)	99,93% (realizado 2015)	90,00%	124,52%	98,68%	96,51%	93,49%	93,82%
Índice de Processos Antigos - 1º Grau	eficácia	100 - (% de processos distribuídos até 31-12-2014 e não julgados até 31-12-2015)	95,97% (realizado 2015)	90,00%		99,60%		94,97%	95,33%
Índice de Ações Coletivas Julgadas - 2º Grau	eficácia	total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos até 31-12-2017 e não julgados na instância até 31-12-2018	90,38% (realizado 2015)	98,00%	não disponível	98,61%	91,67%	69,88%	75,61%

DENOMINAÇÃO	DIMENSÃO DE DESEMPENHO	FÓRMULA DE CÁLCULO *	LINHA DE BASE	META PARA 2020	ÍNDICE OBSERVADO 2013	ÍNDICE OBSERVADO 2014	ÍNDICE OBSERVADO 2015	ÍNDICE OBSERVADO 2016	ÍNDICE OBSERVADO 2017
Índice de Ações Coletivas Julgadas - 1º Grau	eficácia	total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos até 31-12-2017 e não julgados na instância até 31-12-2018	96,49% (realizado 2015)	98,00%	não disponível	102,72%	98,48%	98,78%	98,88%
Índice de Conciliação - fase de conhecimento	eficácia	% processos solucionados por conciliação - total de processos solucionados	45,39% (realizado 2015)	54% (mudança de fórmula)	48,05%	49,78%	43,56%	41,98%	46,91%
Índice de redução do acervo dos maiores litigantes	eficácia	quantidade de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento em 31-12-2017 - quantidade de processos dos dez maiores litigantes distribuídos	94,9% (realizado 2015)	100,00%	não disponível	não disponível	não disponível	95,60%	117,31%
Processos arquivados sem dívida	eficácia	nº de processos arquivados sem dívida - total de processos arquivados	93,5% (realizado 2014)	92,50%	92,00%	97,00%	94,20%	92,84%	93,18%
Índice de execução do orçamento disponibilizado	eficácia	valor liquidado - valor disponibilizado	69,76% (média 2011, 2012 e 2013)	77,76%	não disponível	não disponível	83,11%	91,51%	78,87%
iGovPessoas	articulação institucional	segundo metodologia TCU	65,8 (realizado 2013)	75 pontos	65,8	não disponível	não disponível	49,27	não disponível
iGovTI	articulação institucional	segundo metodologia TCU	71 (realizado 2014)	75 pontos	não disponível	71	não disponível	não disponível	84
iGov	articulação institucional	segundo metodologia TCU	51 (realizado 2014)	75 pontos	não disponível	51	não disponível	não disponível	não disponível
Índice de Alcance de Metas	eficácia	média ponderada de todas as metas estabelecidas pelo CSJT	51 (realizado 2015)	62 (meta 2017)	não disponível	não disponível	51,00%	36,00%	53,00%
Número de postagens nas redes sociais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho	participação social	quantidade	não há	30 por mês (meta 2018)	não disponível	não disponível	não disponível	325	360
Número de inserções na imprensa sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho	participação social	quantidade	não há	50 por mês (meta 2018)	não disponível	não disponível	não disponível	1.030	1.639

* Algumas fórmulas de cálculo estão simplificadas. As fórmulas completas podem ser consultadas nos Glossários de Metas, publicados anualmente pelo CNJ e pelo CSJT.

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais com dados do SIGEST e Relatório de Indicadores da Justiça do Trabalho, laborado pelo CSJT.

O Acórdão nº 8695/2017 - TCU 1ª Câmara recomendou que “nos Relatórios de Gestão das próximas contas anuais que apresentar ao TCU, contemple a evolução histórica dos indicadores ao longo dos últimos cinco exercícios, bem como classifique e organize os indicadores pelo setor da organização a que se referem, e pela dimensão de desempenho que estão mensurando”.

A evolução histórica dos indicadores está apresentada no “Quadro 3.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho”.

Nos últimos cinco anos vigoraram na instituição dois diferentes Planos Estratégicos (2010-2014 e 2015-2020), sendo que o Plano 2015-2020 foi revisado em 2016 e vigorou nos anos 2016 e 2017. Em consequência disso, os indicadores e metas foram sofrendo alterações ao longo do tempo, não tendo sido possível obter série histórica de cinco anos para todos. Além disso, alguns indicadores tiveram a sua fórmula alterada, dificultando comparações. É o caso do índice de conciliações, que em 2017 teve retirados da sua base de cálculo os processos arquivados sem julgamento do mérito.

Com relação à dimensão de desempenho a que os indicadores se referem foi inserida nova coluna no Quadro 3.4. A predominância de indicadores de eficácia se justifica pelo foco na área fim adotado no Plano Estratégico em vigor.

Quanto à organização dos indicadores pelo setor da organização, optou-se por informar, quando for o caso, se ele se refere ao primeiro ou ao segundo grau de jurisdição, classificação considerada mais adequada para a análise de desempenho desta organização.

O mesmo Acórdão do TCU recomendou, também, que “em seu conjunto de indicadores de gestão, inclua indicadores para medir a satisfação dos usuários da Justiça do Trabalho”.

Em 2017 foi realizada pesquisa com o objetivo de conhecer o grau de satisfação dos usuários em relação a acesso, agilidade, eficiência, horário de funcionamento, ambiente, instalações, pontualidade e outros aspectos da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Foram atribuídas notas de 1 a 5, onde 1 significa Péssimo, 2 Ruim, 3 Regular, 4 Bom e 5 Ótimo.

Os principais resultados obtidos foram os seguintes:

ADVOGADOS

- Infraestrutura: média 4,42
- Atendimento e funcionamento: média 4,10
- Serviço de Ouvidoria: média 3,89
- Ética e responsabilidade social: média 4,50
- Comunicação: média 4,54
- Tecnologia: média 4,13
- Satisfação com Justiça do Trabalho como um todo: média 4,43

RECLAMENTES

- Infraestrutura: média 4,64
- Atendimento e funcionamento: média 4,45
- Serviço de Ouvidoria: média 3,98
- Ética e responsabilidade social: média 4,54
- Satisfação com Justiça do Trabalho como um todo: média 4,63

RECLAMADOS

- Infraestrutura: média 4,58
- Atendimento e funcionamento: média 4,27
- Serviço de Ouvidoria: média 4,08
- Ética e responsabilidade social: média 4,42
- Comunicação: média 4,58
- Satisfação com Justiça do Trabalho como um todo: média 4,48

Tendo em vista a complexidade e o alto custo de realização de uma pesquisa de satisfação, ela não é realizada todos os anos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Governança no Setor Público pode ser definida como um conjunto de mecanismos para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com o propósito de implementar políticas públicas eficientes direcionadas à prestação de serviços de interesse da sociedade, podendo ser dividida em estruturas de governança internas e externas.

Alinhada à função jurisdicional, a estrutura de governança no Tribunal envolve a avaliação do ambiente e dos resultados, o direcionamento das políticas e planos alinhados às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e o monitoramento dos resultados e do cumprimento das políticas e planos estabelecidos.

4.1.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA INTERNAS

As estruturas de governança internas são responsáveis por definir e avaliar as estratégias e políticas do Tribunal, além do monitoramento do desempenho destas. Também realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam, identificam e monitoram riscos e controles internos. São compostas, de acordo com a estrutura da UJ, por comissões de apoio à governança, órgão de auditoria interna e ouvidoria.

As comissões de apoio à governança e a ouvidoria têm sua base normativa, atribuições e forma de atuação definidas pelo Regimento Interno do Tribunal. Já o órgão de auditoria interna, o qual é denominado de Secretaria de Controle Interno - SECONTI, faz parte da estrutura administrativa do TRT4 e tem suas atribuições elencadas na Portaria TRT4 nº 3870/2014 e Regulamento Geral do Tribunal.

4.1.1.1. COMISSÕES DE APOIO À GOVERNANÇA

As Comissões são definidas no Regimento Interno como Permanentes ou Temporárias, têm o objetivo de auxiliar no desempenho dos encargos do Tribunal e são constituídas com finalidades específicas. Suas atribuições e forma de atuação estão elencadas no Regimento Interno do Tribunal.

Atualmente, as comissões permanentes são: Comissão de Regimento Interno; Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico; Comissão de Jurisprudência; Comissão de Informática e Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais.

De acordo com o art. 215 do Regimento Interno, incumbe à Comissão de Regimento Interno:

I - emitir parecer, quando lhe seja requerido pelo Tribunal Pleno, pelo Órgão Especial ou pelo Presidente do Tribunal, sobre matéria regimental, no prazo de dez dias;

II - estudar as proposições sobre reforma ou alteração regimental feitas pelos Juízes, emitindo parecer fundamentado e propondo sua redação, se for o caso, no mesmo prazo.

O art. 218 do mesmo ato normativo traz as seguintes atribuições referentes à Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico:

I - colaborar na elaboração e execução do orçamento;

II - opinar na fixação da política pública quanto à aplicação de recursos;

III - oferecer sugestões que possibilitem a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

IV - sugerir medidas e ações referentes ao planejamento estratégico do Tribunal.

Em relação à Comissão de Jurisprudência, o art. 220 elenca as seguintes atribuições:

I - velar pela expansão, atualização e publicação das Súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal;

II - acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatória uniformização, na forma do artigo 896, § 3º, da CLT;

III - ordenar o serviço de sistematização da jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro, de modo a facilitar a pesquisa de julgados e processos;

IV - receber e processar propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas;

V - propor redação das súmulas nos casos do incidente de uniformização de jurisprudência, bem como quando do encaminhamento de propostas de edição, revisão ou cancelamento de súmulas à própria Comissão de Jurisprudência.

À Comissão de Informática incumbe, conforme o art. 227-A do Regimento:

I - orientar a elaboração do Plano Diretor de Informática apresentado pela Secretaria de Informática ao início de cada ano e após, avaliar a viabilidade dos projetos sugeridos, acompanhando sua execução;

II - sugerir ao Presidente do Tribunal sistemas e programas judiciários e administrativos, alterações nos já existentes, bem como normas e procedimentos para a respectiva implantação;

III - opinar sobre a aquisição de equipamentos e programas, bem como sobre suas destinações;

IV - receber e analisar as ponderações, críticas e sugestões dos usuários, visando ao aperfeiçoamento dos sistemas em operação;

V - promover intercâmbio e parceria com outras instituições;

VI - opinar sobre a política de segurança da informação no âmbito da 4ª Região;

VII - outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

Por último, de acordo com o art. 227-B do Regimento Interno, compete à Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais:

I - a coordenação e o controle das atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações-públicas internas e externas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

II - a coordenação do relacionamento do Poder Judiciário Trabalhista com os demais Poderes e Instituições permanentes do Estado;

III - outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

Já as comissões temporárias, que se extinguem assim que cumprido o fim a que se destinam, e que auxiliam no processo de governança, atualmente são: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), Comissão de Gestão Socioambiental (COGESO), Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Comissão Permanente de Segurança e Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

4.1.1.2. ÓRGÃO DE AUDITORIA INTERNA

As atribuições e forma de atuação do órgão de auditoria interna do Tribunal estão descritas no item 4.2.

4.1.1.3. OUVIDORIA

A Ouvidoria possui sua forma de atuação e atribuições descritas no Regimento Interno e Regulamento Geral da UJ. De acordo com estes atos normativos, à Ouvidoria incumbe, como órgão independente da administração da

justiça, objetivando a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais de eficiência, eficácia e da participação do usuário na administração pública:

I - receber sugestões, críticas, denúncias, elogios, pedidos de informação e reclamações que tenham por objeto serviços judiciários e administrativos prestados por quaisquer das unidades da Justiça do Trabalho na 4ª Região, bem como pedidos de acesso à informação fundamentados na Lei nº 12527/2011;

II - quando necessário, encaminhar as manifestações às unidades competentes, solicitando informações que viabilizem a apresentação de resposta ao manifestante;

III - apresentar resposta ao manifestante, instruindo-a, se for o caso, com as informações prestadas pelas unidades competentes;

IV - promover a apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação de serviços, abusos e erros cometidos, respeitada a competência da Corregedoria;

V - sugerir aos demais órgãos do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos;

VI - apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas;

VII - encaminhar ao Presidente do Tribunal, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.

4.1.2. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA EXTERNAS

As estruturas de governança externas são responsáveis pela fiscalização, controle e regulação do Tribunal, exercendo papel fundamental para promoção da governança. Desempenham essa função, atualmente, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

4.1.2.1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional (EC) nº 45, de 30-12-2004, alterada pela EC nº 61, de 11-11-2009, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Além de expedir diversos atos normativos que regulam a atuação do Tribunal, o CNJ exerce uma constante fiscalização da atuação da UJ, elaborando e monitorando dados estatísticos e determinando metas a serem cumpridas pelos diversos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

4.1.2.2. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi criado pela EC nº 45, de 30-12-2004 e funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, consoante dispõe o inciso II do §2º do art. 111-A da Constituição Federal. Tem atuação como órgão central do sistema e suas decisões possuem efeito vinculante. Dessa forma, são elaborados diversos atos normativos, tais como resoluções, recomendações, portaria, etc., que devem ser seguidos pelos tribunais do trabalho.

O CSJT realiza, regularmente, auditorias com o objetivo de examinar a legalidade dos atos de gestão praticados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como de avaliar aspectos relacionados ao desempenho administrativo, especialmente os relacionados à economicidade, eficiência e eficácia.

4.1.2.3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA

O Índice de Governança foi criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para divulgar o tema da governança para diversas organizações, incentivando assim uma mudança de comportamento na Administração Pública em todo o país. Com base nesse índice, o TCU traça o perfil da Administração Pública e elabora rankings de pontuação por área de atuação.

O questionário elaborado pelo TCU é composto de 138 questões distribuídas em 10 componentes: 1) Pessoas e Competências; 2) Princípios e Comportamentos; 3) Liderança Organizacional; 4) Sistema de Governança; 5) Relacionamento com Partes Interessadas; 6) Estratégia Organizacional; 7) Alinhamento Transorganizacional; 8) Gestão de Riscos e Controle Interno; 9) Auditoria Interna; e 10) *Accountability* e Transparência.

As respostas para cada questão são opções como: "não atende e não deliberou a respeito", "decidiu adotá-lo", "atende em menor parte", "atende em parte", "atende em grande parte ou totalmente", "não atende porque o custo-benefício é desfavorável" e "não atende porque há impossibilidade legal de adotá-lo".

Além das respostas às assertivas principais do questionário, são analisadas também as opções de resposta para as questões condicionadas, as quais eram apresentadas ao respondente somente no caso de ele assinalar a opção "atende em menor parte", "atende em parte", ou "atende em grande parte ou totalmente". São elas: "este item não está formalizado e não é avaliado periodicamente em auditoria", "este item está formalizado, mas não é avaliado periodicamente em auditoria", "este item não está formalizado, mas é avaliado periodicamente em auditoria", e "este item está formalizado e é avaliado periodicamente em auditoria". Cada opção de resposta citada tem um valor atribuído pelo TCU, e o Índice de Governança do ente público é calculado por meio da combinação de todas as assertivas.

Em setembro de 2014 o TRT4 enviou ao TCU suas respostas para avaliação, e em dezembro de 2015 o TCU retornou com a pontuação deste Tribunal comparando essa pontuação com a das demais instituições do mesmo tipo, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 4.1.2.3. RESULTADO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TRT4

Organização:	Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região - RS		
	Mecanismos	Capacidade	Estágio
	Liderança	45%	Intermediário
	Estratégia	51%	Intermediário
	Controle	62%	Intermediário
	Índice geral de governança simplificado (IGGs)	51%	Intermediário
	Nível de agregação	IGGs médio	Desvio padrão
Tipo:	Tribunal Federal (N=86)	48,9%	0,147
Segmento:	Judiciário (N=105)	49,3%	0,146
Esfera:	FEDERAL (N=380)	56,6%	0,189
	Todos os respondentes (N=7770)	43,9%	0,236

No quadro é possível verificar que o Índice de Governança do TRT4 ficou em 51%, dentro do estágio intermediário, acima da média das instituições de mesmo tipo (os Tribunais Federais com 48,9%), de mesmo segmento (o Poder Judiciário com 49,3%) e de todos os respondentes (com 43,9%), ficando abaixo apenas das instituições da esfera federal, que apresentaram média 56,6%.

Convém ressaltar que os dados acima se referem ao ano de 2014, último ano de envio do questionário elaborado pelo TCU ao Tribunal.

4.1.3. CORREGEDORIA

A Corregedoria Regional é o órgão da Justiça do Trabalho responsável por velar pela correção e celeridade do exercício da prestação jurisdicional de primeiro grau em todo o Estado do Rio Grande do Sul, como dispõe o art. 43 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

É composta pelo Corregedor Regional e pelo Vice-Corregedor, eleitos na forma do art. 16 do Regimento Interno, com mandato de dois anos. A partir de 15-12-2017 o Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo assumiu o cargo de Corregedor e o Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira o cargo de Vice-Corregedor.

A ação fiscalizadora do Corregedor, assim consideradas as "atividades de correção de apuração de ilícitos administrativos", é normatizada pela Lei nº 8112, de 11-12-1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), pela Lei Complementar nº 35 de 14-03-1979 (LOMAM) e pelo Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Ainda, os atos da Corregedoria, que têm como objetivo disciplinar as práticas a serem adotadas pelas Unidades Judiciárias de primeiro grau, sob os princípios norteadores da Administração Pública, estão compilados na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (CPCR).

Os relatórios de Correição estão disponíveis no endereço <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/correicoes-relatorios>.

4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Secretaria de Controle Interno - SECONTI, unidade administrativa vinculada à Presidência do Tribunal, possui sua forma de atuação e atribuições descritas na Portaria TRT4 nº 3870/2014, e no Regulamento Geral do TRT4. De acordo com estes atos normativos, compete à Secretaria de Controle Interno - SECONTI auxiliar o Presidente do Tribunal na supervisão da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Tribunal, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia.

O art. 1º da referida Portaria traz as seguintes atividades referentes à Secretaria de Controle Interno:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual;

II - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os seus programas de gestão;

III - fazer auditoria contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, observando os princípios da legalidade, da legitimidade e da economicidade;

IV - fiscalizar a observância e a comprovação da legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência, à eficácia e à efetividade das ações administrativas da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal nas unidades do Tribunal;

V - obter, com os gestores, informações, esclarecimentos e/ou manifestações sobre os relatórios e outros documentos referentes às ações de controle;

VI - propor à Presidência rotinas e procedimentos para as unidades do Tribunal, com a finalidade de racionalizar a atuação administrativa, para atender aos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade da atuação administrativa;

VII - acompanhar a elaboração das contas anual e especial, determinadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, emitindo relatório de auditoria de gestão e pareceres, bem como certificar a regularidade da gestão;

VIII - subsidiar com informações, por intermédio da Presidência do Tribunal, o controle externo exercido pelo TCU, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT;

IX - propor e, após aprovação da Presidência, divulgar no site do Tribunal, até o décimo dia útil do mês de dezembro de cada ano, o Plano de Auditoria de Longo Prazo e o Plano Anual de Auditoria;

X - executar os Planos de Auditoria de Longo Prazo e o Plano Anual de Auditoria;

XI - incluir no Plano Anual de Auditoria, a partir de 2015, avaliação-diagnóstico de, pelo menos, uma área vinculada ao sistema de controles internos administrativos, a fim de detectar irregularidades, atendendo à determinação do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União;

XII - acompanhar a jurisprudência do TCU, do CNJ, do CSJT e dos tribunais superiores acerca dos entendimentos adotados sobre as matérias que lhes sejam afetas, para se manter atualizada e atualizar a Presidência do Tribunal;

XIII - manifestar-se previamente, quando requisitada pela Presidência, sobre a legalidade de atos concernentes à execução orçamentária ou à avaliação da gestão financeira de pessoal e patrimonial;

XIV - emitir pareceres nos processos administrativos que lhe forem encaminhados por determinação da Presidência;

XV - manter atualizado e documentado o processo de trabalho definido para as auditorias, a fim de evitar que haja alteração de procedimentos durante os trabalhos.

4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores, bem como a condução dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias, observam as disposições da Lei nº 8112/1990; o Regimento Interno deste Tribunal, e a Portaria Conjunta TRT4 nº 4826/2016.

Foram autuados 07 (sete) processos administrativos disciplinares e 01 (uma) sindicância no ano de 2017, compreendendo, em síntese, os seguintes fatos: 1. inassiduidade habitual e abandono de cargo; 2. peculato; 3. acidente de trânsito com danos materiais; 4. verificação da autenticidade da firma aposta no recurso da avaliação apresentado

pelo servidor; 5. delegar a terceiro o desempenho de atribuição de sua responsabilidade - cumprimento de intimações/mandados judiciais; 6. recebimento de equipamentos com especificações diversas da contratada; 7. restrição indevida de acesso a documentos do Google Drive a servidores da AGE; 8. uso do token e senha pessoal de outro servidor.

Dos processos autuados em 2017, 05 (cinco) continuam tramitando. Em 01 (um) deles foi determinada a aplicação da penalidade de demissão, por infração aos artigos 116, incisos II, III e IX, e 117, inciso IX, da Lei nº 8112/1990, ao artigo 11, caput, da Lei nº 8429/1992 e ao subitem II do item 5.1.3 do Anexo 3 da Portaria TRT4 nº 4772/2008, e em 01 (um) deles foi determinada a aplicação da penalidade de suspensão por 15 (quinze) dias, com conversão em multa de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, com a permanência do servidor em serviço, nos termos do artigo 130, caput e §2º, da Lei nº 8112/1990, por violação aos deveres previstos nos incisos II, III, IV e IX do artigo 116 da Lei nº 8112/1990 e à proibição tipificada no inciso VI do artigo 117 da Lei nº 8112/1990.

Importante referir, ainda, que dos 02 (dois) processos administrativos disciplinares autuados em 2016, em tramitação em 2017, um continua tramitando e, no outro, foi determinada a aplicação da penalidade de demissão por inassiduidade habitual e abandono de cargo, artigo 132, II e III, combinado com os artigos 138 e 139 da Lei nº 8112/1990.

No ano de 2017, não foram instaurados processos administrativos disciplinares envolvendo Juízes do Trabalho de primeiro e segundo graus, com intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção.

4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No ano de 2017 houve novo ciclo do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, realizado pelo TCU, que incluiu questões referentes à governança e gestão das organizações públicas federais. O quadro abaixo contém as respostas para as questões relacionadas à gestão de riscos e controles internos.

Quadro 4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

OBJETO	PAGINA	QUESTÃO	SUBQUESTÃO Visando explicitar melhor o grau de adoção do controle, marque abaixo uma ou mais opções que majoritariamente caracterizam sua organização:	NÃO ADOTA	ADOTA EM MENOR PARTE	ADOTA PARCIALMENTE	ADOTA EM MAIOR PARTE OU TOTALMENTE
1100. Liderança	1110. Estabelecer o modelo de governança da organização	1111. A estrutura interna de governança da organização está definida.	a) a organização dispõe de conselho ou colegiado superior: SIM b) a organização dispõe de auditoria interna: SIM c) a organização dispõe de corregedoria: SIM d) a organização dispõe de ouvidoria: SIM e) as responsabilidades dos membros da estrutura interna de governança da organização estão definidas: SIM				X
1100. Liderança	1110. Estabelecer o modelo de governança da organização	1112. Há segregação de funções para tomada de decisões críticas.	a) as decisões críticas que demandam segregação de funções estão identificadas: SIM b) diretrizes e critérios para segregação de funções estão definidos, a exemplo da matriz RACI: SIM				X
2100. Estratégia	2110. Gerir os riscos da organização.	2111. O modelo de gestão de riscos da organização está estabelecido.	a) a política institucional de gestão de riscos está definida b) o processo institucional de gestão de riscos está definido c) diretrizes e limites para exposição a risco estão definidos d) critérios de avaliação de riscos institucionais estão definidos		X		
2100. Estratégia	2110. Gerir os riscos da organização.	2112. Os riscos considerados críticos para a organização são geridos.	a) processos considerados críticos para o alcance dos objetivos institucionais estão identificados b) ativos desses processos considerados críticos (p. ex. tecnologias, informações, pessoas) estão identificados c) riscos que podem afetar o alcance dos objetivos institucionais (riscos considerados críticos) estão identificados, analisados e avaliados d) a organização informa os membros das instâncias superiores de governança acerca de riscos considerados críticos e) a organização implantou controles internos para tratar riscos considerados críticos para o alcance de seus objetivos	X			
3100. Accountability	3120. Assegurar a efetiva atuação da auditoria interna.	3121. A organização definiu o estatuto da auditoria interna.	a) O estatuto da auditoria interna confere amplo acesso a documentos e informações: SIM b) O estatuto da auditoria interna confere define regras de reporte e monitoramento dos resultados dos trabalhos de auditoria: SIM c) O estatuto define que a auditoria interna se reporta funcionalmente à mais alta instância interna de governança: SIM d) O estatuto atribui à auditoria interna a competência para avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de governança: SIM e) O estatuto atribui à auditoria interna a competência para avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de gestão de riscos; f) O estatuto atribui à auditoria interna a competência para avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de controle: SIM g) O estatuto contém vedação de que os auditores internos participem em atividades que possam caracterizar cogestão: SIM				X
3100. Accountability	3120. Assegurar a efetiva atuação da auditoria interna.	3122. A organização elabora Plano Anual de Auditoria Interna.	a) Nos últimos dois anos foram elaborados Planos Anuais de Auditoria Interna: SIM b) O Plano Anual de Auditoria Interna é elaborado com base em riscos c) O Plano Anual de Auditoria Interna contém ações concretas de avaliação ou consultoria visando a implantação ou melhoria do processo de gestão de riscos da organização d) O Plano Anual de Auditoria Interna inclui trabalhos cujo objeto é a governança organizacional: SIM e) O Plano Anual de Auditoria Interna inclui trabalhos de avaliação dos controles internos dos elementos críticos para o alcance dos objetivos organizacionais: SIM				X

OBJETO	PAGINA	QUESTÃO	SUBQUESTÃO Visando explicitar melhor o grau de adoção do controle, marque abaixo uma ou mais opções que majoritariamente caracterizam sua organização:	NÃO ADOTA	ADOTA EM MENOR PARTE	ADOTA PARCIALMENTE	ADOTA EM MAIOR PARTE OU TOTALMENTE
3100. Accountability	3120. Assegurar a efetiva atuação da auditoria interna.	3123. A auditoria interna produz relatórios destinados às instâncias internas de governança.	a) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação da gestão de riscos da organização b) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação dos controles internos da gestão de processos finalísticos c) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação dos controles internos da gestão de pessoas: SIM d) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação dos controles internos da gestão das contratações: SIM e) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação dos controles internos da gestão de tecnologia da informação f) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação dos sistemas de informação g) há relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação de riscos de tecnologia da informação			X	
3100. Accountability	3120. Assegurar a efetiva atuação da auditoria interna.	3124. A organização avalia o desempenho da função de auditoria interna com base em indicadores e metas.	a) foram definidos indicadores e metas de satisfação da instância superior de governança com os trabalhos da auditoria interna b) foram definidos indicadores e metas de qualidade dos trabalhos realizados c) foram definidos indicadores e metas de acompanhamento de recomendações pela auditoria interna e de implementação de recomendações pelas áreas de negócio d) foram definidos indicadores de perdas financeiras evitadas e de valores recuperados	X			
4100. Gestão de Pessoas	4160. Construir e manter ambiente de trabalho ético e favorável	4161. Os colaboradores e gestores da organização são regidos por código de ética e de conduta a eles aplicável.	a) o código estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação do seu cumprimento b) o código define as ações cabíveis, em caso de seu descumprimento: SIM c) o código é amplamente divulgado ao público-alvo: SIM				X
4200. Gestão de tecnologia da informação	4240. Gerir riscos de tecnologia da informação	4241. A organização gere os riscos de TI dos processos de negócio.	a) a organização identifica e avalia os riscos de tecnologia da informação dos processos críticos de negócio: SIM b) a organização trata os riscos de tecnologia da informação dos processos críticos de negócio com base em um plano de tratamento de risco: SIM c) a organização atribuiu a responsabilidade por coordenar a gestão de riscos de tecnologia da informação: SIM				X
4300. Gestão de Contratações	4330. Gerir riscos em contratações	4331. Riscos da área de gestão de contratações são geridos.	a) A gestão de riscos contempla a identificação, análise e avaliação de riscos b) A gestão de riscos contempla o tratamento dos riscos identificados c) A gestão de riscos contempla a definição de responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos d) Os riscos do processo de trabalho definido para planejamento de cada uma das contratações são geridos e) Os riscos do processo de trabalho definido para seleção de fornecedores são geridos f) Os riscos do processo de trabalho definido para gestão de contratos são geridos g) A organização capacita os gestores da área de gestão de contratações em gestão de riscos	Há decisão formal ou plano aprovado para adotá-lo			

Fonte: *Diretoria-Geral.*

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. GESTÃO DE PESSOAS

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DAS ÁREAS TÉCNICAS RESPONSÁVEIS POR MACROPROCESSO FINALÍSTICO E DE UNIDADES E SUBUNIDADES DESCENTRALIZADAS

Para o fornecimento da informação sobre a composição da força de trabalho do TRT4, foram considerados apenas os servidores que fazem parte do Quadro, incluídos os cedidos e removidos para outros Regionais, e excluídos os servidores removidos de outros Órgãos que aqui atuam.

O quadro de pessoal do Tribunal Regional da 4ª Região é composto por 3.540 cargos. Em 31-12-2017, 3.370 estavam ocupados, não incluídos os servidores removidos e cedidos de outros Regionais. Cumpre registrar, ainda, que não foi computada na lotação efetiva dos servidores de carreira vinculada ao Órgão (Quadro 5.1.1.2) a servidora Christiane Tartarelli Finato Blessmann Liorente, devido a sua nomeação ter sido efetivada em cumprimento à decisão de antecipação de tutela proferida nos autos da Ação Ordinária nº 5031196-42.2010.404.7100, que tramita na 2ª Vara Federal de Porto Alegre, para exercer, em caráter efetivo, o cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Telefonia.

A força de trabalho é distribuída em três áreas: Judiciária de 1º Grau, Judiciária de 2º Grau e Administrativa. A sistemática adotada para distribuição da força de trabalho entre as áreas é definida pelo Tribunal, observando-se a Resolução CSJT nº 63/2010 utilizada para estabelecimento do quantitativo de servidores nas unidades de 1º Grau e Gabinetes de Desembargadores. Além disso, o Tribunal ainda observa o limite máximo de 30% de servidores do quadro atuando na área Administrativa, também definido na referida norma.

RELAÇÃO ENTRE SERVIDORES EFETIVOS E TEMPORÁRIOS

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região não possui servidores temporários.

CONCLUSÕES DE EVENTUAIS ESTUDOS REALIZADOS PARA AVALIAR A DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL NO ÂMBITO DA UNIDADE, ESPECIALMENTE NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DA ATIVIDADE-FIM

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região vem buscando adequar-se gradativamente à Resolução CSJT nº 63/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, quanto ao quantitativo de servidores em suas diversas unidades. No 1º Grau, procedeu-se um levantamento, que identificou unidades que estavam acima, abaixo ou plenamente adequadas à norma.

Alternativamente, na medida em que servidores que estão acima do limite de lotação estabelecido deixam de atuar nas unidades, por remoção ou qualquer tipo de vacância, suas vagas não são repostas na origem, mas direcionadas para as unidades identificadas como tendo lotação abaixo da faixa mínima prevista pela referida resolução, o que deverá, a médio e longo prazo, adequar todas as unidades deste Regional à previsão do estabelecido pela norma do CSJT.

Cumpre registrar, ainda, que este Tribunal instituiu, por meio da Portaria TRT4 nº 2.866/2016, a Comissão de Movimentação de Servidores, com a finalidade de emitir pareceres, analisar expedientes e responder consultas formuladas a respeito de movimentação de servidores.

QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO QUANTO AO GRAU DE ESCOLARIDADE, ESPECIALIZAÇÃO, TEMPO PARA APOSENTADORIA, IDADE, E OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NO CONTEXTO DA UNIDADE

A análise apresentada tem por base os Magistrados e Servidores Ativos do Quadro do TRT4. No quantitativo de servidores estão incluídos os cedidos e removidos para outro Regional, excluídos os removidos de outros Órgãos.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de servidores, deste Regional, quanto ao grau de escolaridade e especialização:

TOTAL DE SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO EM 31-12-2017: 3.370	
GRAU DE ESCOLARIDADE-ESPECIALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES
PRIMÁRIO COMPLETO	1
1º GRAU INCOMPLETO	2
1º GRAU COMPLETO	19
2º GRAU INCOMPLETO	1
2º GRAU COMPLETO	330
SUPERIOR INCOMPLETO	39
SUPERIOR COMPLETO	2.978
ESPECIALIZAÇÃO	1.694
MESTRADO	79
DOUTORADO	8

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

No que diz respeito aos Magistrados ativos do Tribunal, 80 (oitenta) possuem especialização, 13 (treze) possuem mestrado e 3 (três) possuem doutorado, conforme tabela abaixo:

TOTAL DE MAGISTRADOS ATIVOS EM 31-12-2017: 292	
GRAU DE ESCOLARIDADE-ESPECIALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE MAGISTRADOS
ESPECIALIZAÇÃO	80
MESTRADO	13
DOUTORADO	3

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Com relação à qualificação da força de trabalho quanto ao tempo para aposentadoria, no ano de 2017, no universo dos 3.370 servidores do quadro deste Tribunal, 81 (oitenta e um) servidores adquiriram o direito de requerer aposentadoria, sendo: 45 (quarenta e cinco) pela regra do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, 27 (vinte e

sete) pela regra do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, 7 (sete) pela regra do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e 2 (dois) pela regra do artigo 40 da Constituição Federal, o que representa um percentual de 2,40% do quadro de servidores.

CRITÉRIOS DE APOSENTADORIA	NÚMEROS DE SERVIDORES APOSENTÁVEIS	%
Art. 3 da EC nº 47/2005	45	1,34%
Art. 2º da EC nº 41/2003	27	0,80%
Art. 6º da EC nº 41/2003	7	0,21%
Art. 40 da CF	2	0,06%
TOTAL DE APOSENTÁVEIS EM 2017	81	2,40%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

No universo de 292 magistrados do quadro deste Tribunal, 09 (nove) adquiriram o direito de requerer aposentadoria, sendo: 03 (três) pela regra do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, 04 (quatro) pela regra do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e 02 (dois) pela regra do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o que representa um percentual de 3,08% do quadro de magistrados.

CRITÉRIOS DE APOSENTADORIA	NÚMEROS DE MAGISTRADOS APOSENTÁVEIS	%
Art. 3 da EC nº 47/2005	3	1,03%
Art. 2º da EC nº 41/2003	4	1,37%
Art. 6º da EC nº 41/2003	2	0,68%
TOTAL DE APOSENTÁVEIS EM 2017	9	3,08%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

No tocante ao total de aposentadorias em 2017, 104 servidores e 06 magistrados aposentaram-se, conforme tabela abaixo:

CRITÉRIOS DE APOSENTADORIA	SERVIDORES APOSENTADOS	MAGISTRADOS APOSENTADOS
Art. 3º da EC nº 47/2005	87	2
Art. 6º da EC nº 41/2003	5	2
Art. 40, §1º, I da CF	10	1
Art. 40, §1º, III, a, da CF	1	-
Art. 40, §1º, III, b, da CF	1	-
Art. 74, parágrafo único, da LC nº 35/1979, combinado com os artigos 1º, parágrafo único, "d" e 2º, III, 3º, II, "b" e 4º todos da Lei nº 6903/1981	-	1
TOTAL DE APOSENTADORIAS EM 2017	104	6

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

A tabela abaixo demonstra a qualificação da força de trabalho quanto à idade dos servidores e magistrados que compõem o quadro deste Tribunal.

IDADE - FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES	QUANTIDADE DE MAGISTRADOS
18 a 23 anos	9	-
24 a 29 anos	145	1
30 a 35 anos	614	35
36 a 41 anos	718	57
42 a 47 anos	581	75
48 a 53 anos	694	46
54 a 59 anos	436	50
60 a 65 anos	140	22
66 a 70 anos	32	6
71 a 75 anos	1	-

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

AÇÕES ADOTADAS PARA IDENTIFICAR EVENTUAL IRREGULARIDADE RELACIONADA AO PESSOAL, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO À ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS E À TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS, DEMONSTRANDO AS MEDIDAS ADOTADAS PARA TRATAR A IRREGULARIDADE IDENTIFICADA

A Seção de Ingresso e Remoção da Secretaria de Gestão de Pessoas, por ocasião da conferência da documentação necessária para a posse no cargo, solicita ao servidor ingressante o preenchimento de declaração, no qual especifica se ocupa outro cargo, emprego ou função pública, ou se recebe proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal. Ainda, informa à Secretaria de Controle Interno, por meio do Sistema e-Pessoal, no prazo máximo de 60 dias, todos os servidores que tomaram posse e entraram em efetivo exercício neste Tribunal.

A Seção de Funções Comissionadas da referida Secretaria, quando o servidor é indicado para exercer função comissionada, solicita o preenchimento de Declaração de Acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função Remunerada, conforme modelo do documento apresentado em anexo.

No exercício de 2017, o Tribunal de Contas da União comunicou este Regional, por meio do Ofício 5166/2017 - TCU-Sefip, de 02-10-2017, a realização de trabalho de fiscalização do tipo Acompanhamento, com o objetivo de apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamentos das Unidades Jurisdicionadas, bem como acompanhar as providências adotadas.

De acordo com a Corte de Contas, foi encontrado um ou mais indícios de irregularidade, ou seja, situações que possivelmente estão em desconformidade com os critérios adotados pela equipe.

Informou, ainda, que aos indícios detectados na análise da folha de pagamento de março de 2017 foram acrescidos os indícios do ciclo anterior da fiscalização (2016), caso estes ainda persistam e esta Organização não tenha apresentado os esclarecimentos na forma requerida à época.

Cumprido esclarecer que foram apontados dois servidores com "Acumulação irregular de vínculos empregatícios na Administração Pública": Osvaldo Jurandir Nunes da Silva (94960) e Amarildo de Rocco (49476).

Com relação ao servidor Osvaldo Jurandir Nunes da Silva, este Tribunal informou à Corte de Contas que o servidor obteve tutela judicial que reconhece a legalidade da acumulação de proventos decorrentes de reforma militar por

invalidez com os vencimentos do cargo de Analista Judiciário que exerce neste Tribunal, conforme sentença prolatada em 11-01-2016, nos autos da Ação Ordinária (Procedimento Comum Ordinário) nº 5059568-59.2014.4.04.7100-RS, que tramita na 5ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre. O assunto está sendo tratado em Processo Administrativo nº 0001149-44.2013.5.04.0000.

No que concerne ao servidor Amarildo de Rocco, foi informado ao Tribunal de Contas da União que a irregularidade da acumulação de vínculos empregatícios na Administração Pública procede e que estão sendo adotadas medidas para regularizar a situação. A questão está sendo tratada no Processo Administrativo nº 0007887-43.2016.5.04.0000.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**
**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGESP
SEÇÃO DE INGRESSO E REMOÇÃO - SIR**

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:	GPF:
CARGO EFETIVO:	LOTAÇÃO:

Declaro, para fins de investidura no cargo acima mencionado, em consonância com a legislação vigente, notadamente, o disposto nos incisos XVI, XVII e §10 do artigo 37 da Constituição Federal, o Decreto nº 2.027/1996, o §5º do artigo 13 e inciso X do artigo 117, ambos da Lei nº 8.112/1990, que:

1. Ocupa outro cargo, emprego ou função pública?

NÃO
 SIM (especificar) _____

ÓRGÃO: _____ REGIME DE TRABALHO: _____

CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO: _____ HORÁRIO DE TRABALHO: _____ CARGA HORÁRIA SEMANAL: _____

2. Recebe proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal?

NÃO
 SIM (especificar) _____

ÓRGÃO: _____ CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO: _____

3. Participa de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exerce o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário?

NÃO
 SIM (especificar) _____

Estou ciente da proibição prevista no inciso X do artigo 117 da Lei nº 8.112/1990 e de que ao assumir cargo público federal devo deixar de participar de gerência ou administração de sociedade privada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Comprometo-me a comprovar a regularização dessa situação no prazo improrrogável de dez dias, contados da data abaixo subscrita neste formulário.

Comprometo-me em comunicar ao TRT da 4ª Região qualquer alteração que vier a ocorrer em minha vida funcional atinente à acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, ou de percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF. Estou ciente de que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal e está sujeito às sanções administrativas, na forma do art. 133 da Lei nº 8.112/90.

Porto Alegre, ____/____/_____. _____ Assinatura do(a) Servidor(a)	<p align="center">Para uso exclusivo da SEGESP/SIR</p> Atesto que a acumulação de cargos acima declarada encontra amparo legal na alínea ____ do inciso XVI do art. 37 da CF. Em ____/____/_____. _____ Carimbo e assinatura do(a) servidor(a)
---	--



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGESP
SEÇÃO DE INGRESSO E REMOÇÃO - SIR**

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Lei nº 8.112/1990

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§5º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Decreto nº 2.027/1996

Art. 1º Somente poderá tomar posse em cargo efetivo ou assumir emprego permanente na Administração Pública Federal direta, nas autarquias, nas fundações mantidas pelo Poder Público, nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista, ressalvados os cargos ou empregos acumuláveis na atividade, o servidor público civil aposentado e o militar reformado ou da reserva remunerada da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios que fizer a opção pela remuneração do cargo ou emprego.

§1º Até a data da sua posse, o nomeado deverá comunicar ao respectivo órgão de pessoal sua situação de aposentado, apresentando seu termo de opção.

§2º Readquirirá o direito à percepção dos proventos o servidor, a que se refere este artigo, exonerado do cargo efetivo ou emprego permanente.

Código Penal

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – SEGESP
SEÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS - SFC

Enviar para o e-mail
fc@trt4.jus.br

SEGESP 08

DECLARAÇÃO

CÓDIGO DO SERVIDOR:	NOME:
CARGO EFETIVO:	
LOTAÇÃO ATUAL:	LOTAÇÃO FUTURA:

DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

Possui parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, juizes ou servidores da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Grau da 4ª Região?

NÃO SIM (especificar abaixo)

NOME COMPLETO:	CARGO:	PARENTESCO:
----------------	--------	-------------

DECLARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CJ) OU DE FUNÇÃO COMISSIONADA (FC)

DECLARO sob as penas da lei que o exercício do cargo em comissão ou da função comissionada que pretendo assumir **NÃO GUARDA SUBORDINAÇÃO** com magistrado ou servidor investido no cargo de direção, chefia ou assessoramento com o qual mantenha relação conjugal, de união estável ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, nos termos do §1º do artigo 2º da Resolução CNJ nº 07/2005, com nova redação dada pela Resolução CNJ nº 09/2005 e inciso VIII do artigo 117 da Lei nº 8.112/90.

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO REMUNERADA

Acumula cargo, emprego ou função pública remunerada, de acordo com os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal? NÃO SIM (especificar abaixo)

NOME DO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO:	ÓRGÃO / ENTIDADE:
-----------------------------------	-------------------

DECLARO estar ciente do disposto no §1º do artigo 19 da Lei nº 8.112/90 e artigo 120 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97.

"Art. 19 [...] §1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração."

"Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos."

DECLARO, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que as informações prestadas são verdadeiras, bem como de que devo comunicar à SEGESP/SFC do TRT4 qualquer modificação das situações acima declaradas.

INDICADORES GERENCIAIS SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS

Este Tribunal monitora informações relevantes sobre a força de trabalho, dentre as quais podemos citar as projeções de aposentadoria. Devido a iminente aprovação da Reforma da Previdência, a Seção de Aposentadorias e Pensões da Secretaria de Gestão de Pessoas realizou, no mês de novembro de 2017, um levantamento do quantitativo de servidores e magistrados que poderiam se aposentar até 31-12-2017. Foram identificados 313 servidores e 61 magistrados aptos a requerer sua aposentação até a referida data.

Também analisa tendências relacionadas ao ambiente de trabalho, tais como a rotatividade, buscando identificar os motivos pessoais dos pedidos de movimentação dos servidores dentro da organização. Cumpre informar que foi instituído no último Concurso Interno de Remoção, realizado em novembro/2017, um questionário para identificar os motivos pessoais que justifiquem o pedido de movimentação, assim discriminados: mudança de moradia, busca por novas oportunidades no TRT4, motivos pessoais, motivos profissionais e oportunidades de estudo.

POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO PESSOAL

As ações de capacitação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região até o ano de 2017 podiam ser de competência da Escola Judicial ou da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme o público-alvo e a matéria, com estrutura, orçamento e plano anual de capacitação próprios, razão pela qual as informações solicitadas foram divididas em tabelas distintas.

O Plano de Capacitação de cursos ofertados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, abaixo apresentado, foi elaborado com base na Portaria Conjunta nº 03/2007 STF-CNJ-STJ-CJF, Anexo III, art. 4º.

Além das justificativas e dos objetivos estratégicos, também foram considerados os cursos indicados pelos gestores das unidades no Plano de Desenvolvimento Individual (Sistema de Gestão de Desempenho).

Quanto à qualificação do pessoal disponível e competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da unidade, informamos que não foram identificadas eventuais causas de distorções. No Tribunal, o mapeamento de competências, elaborado com o auxílio dos gestores das unidades, está em fase de construção-implementação, observado o cronograma das metas estratégicas da Resolução CSJT nº 92/2012.

Importante informar, ainda, que a Seção de Capacitação e a Seção de Educação à Distância, por sua vez, anteriormente vinculadas à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Portaria TRT4 nº 7209/2017, foram extintas, tendo suas atividades incorporadas à estrutura da Escola Judicial.

O Quadro 5.1 apresenta a relação dos cursos ofertados pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial no ano de 2017.

Quadro 5.1. CURSOS OFERTADOS

As ações de capacitação do TRT4 podem ser de competência da Escola Judicial ou da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme o público-alvo e a matéria, com estrutura, orçamento e plano anual de capacitação próprios, razão pela qual as informações solicitadas foram divididas em duas tabelas distintas.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

O Plano de Capacitação de cursos ofertados pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT4, abaixo apresentado, foi elaborado com base na Portaria Conjunta nº 03/2007 STF-CNJ-STJ-CJF, Anexo III, art. 4º. Além das justificativas e dos objetivos estratégicos, abaixo informados, também foram considerados os cursos indicados pelos gestores das unidades no Plano de Desenvolvimento Individual (Sistema de Gestão de Desempenho). Quanto à qualificação do pessoal disponível e competências necessárias ao desenvolvimento das atividades da unidade, informamos que não foram identificadas eventuais causas de distorções. Neste Tribunal, o mapeamento de competências, elaborado com o auxílio dos gestores das unidades, está em fase de construção-implementação, observado o cronograma das metas estratégicas da Resolução CSJT nº 92/2012.

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL						
20º ENCONTRO ANUAL DE GESTORES	PRESENCIAL	Gestores titulares da JT da 4ª Região; Assessores de Desembargadores		Evento Institucional realizado anualmente.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; e fortalecer os processos de governança.	184
CURSO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	26	O treinamento é introdutório e aborda temas essenciais da gestão de pessoas: é importante que todos os gestores e substitutos realizem, especialmente os novos. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e Fortalecer os processos de governança.	32
CURSO DESENVOLVIMENTO DE GESTORES: COMPETÊNCIAS DO TRT4	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		Treinamento gerencial a distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta nº 3/2007 do STF. Cumpre, ainda, a Resolução CSJT nº 92/2012.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e Fortalecer os processos de governança.	28
CURSO FEEDBACK: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E DE EQUIPES	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		Treinamento gerencial a distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta nº 3/2007 do STF. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os processos de governança.	157
CURSO GESTÃO ESTRATÉGICA - ENTRE VALORES TRADICIONAIS E OUSADIA	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	1	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para o entendimento da estratégia da instituição, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os processos de governança.	34
CURSO O LÍDER MODERNO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	26	Treinamento gerencial a distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta nº 3/2007 do STF. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os processos de governança.	45
CURSO PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DE REUNIÕES	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		Treinamento gerencial a distância, necessário para o cumprimento da carga horária obrigatória disposta na Portaria Conjunta nº 3/2007 do STF. Visa também a preparar servidores para ocupação futura de cargos ou funções de natureza gerencial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os processos de governança.	100
CURSO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E PROATIVIDADE - PDG	PRESENCIAL	Titulares e substitutos de cargos ou funções de natureza gerencial, prioritariamente lotados na área administrativa e no 2º grau	2	Curso previsto em programa institucional.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; e Fortalecer os processos de governança.	56
CURSO PREVENINDO O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente gestores titulares e substitutos		O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e fortalecer os processos de governança.	100
EVENTO CONEXÃO GESTORES	A DISTÂNCIA	Gestores titulares da JT da 4ª Região; Assessores de Desembargadores		Evento Institucional realizado anualmente.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; e Fortalecer os processos de governança.	187
WORKSHOP SOBRE LIDERANÇA, SUSTENTABILIDADE E COMUNICAÇÃO	PRESENCIAL	Todos servidores, com prioridade aos gestores que não participaram do 20º Encontro Anual de Gestores e gestores da área judiciária de 1º grau.	26	Atender parte do público-alvo que não pôde ser atendido no 20º Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho do RS: quer por que tenham ficado em lista de espera, quer por serem gestores da área judiciária de 1º grau, pois possuíam programação diversa da dos demais gestores.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	60

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
SEGURANÇA INSTITUCIONAL						
CURSO DE OPERADOR DE SPARK	PRESENCIAL	Coordenadoria de Segurança Institucional		A Coordenadoria de Segurança Institucional recebeu 10 dispositivos elétricos incapacitantes Sparks modelo 816, equipamento controlado pelo Ministério do Exército.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	26
CURSO DE PROTEÇÃO A AUTORIDADE	PRESENCIAL	Técnicos Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, que recebem Gratificação por Atividade de Segurança, integrantes do NEPE - Núcleo Especializado de Proteção e Escolta	1	Capacitar no NEPE - Núcleo Especializado de Proteção e Escolta.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer os direitos da cidadania.	16
RECICLAGEM ANUAL PARA ATIVIDADE DE SEGURANÇA 2017: PRESENCIAL + TCF (defesa pessoal, uso de algemas, uso de bastão, manuseio de armas e, para motoristas, técnicas de segurança na direção)	PRESENCIAL	Técnicos Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, que recebem Gratificação por Atividade de Segurança	34 (defesa pessoal); 10 (técnicas de segurança na direção)	Realização obrigatória conforme Lei nº 11416/2007; Portaria Conjunta STF-CNJ-STJ-CJF nº 01/2007; Portaria Conjunta STF-CNJ-STJ-CJF nº 03/2007 e Resolução CSJT nº 108/2012.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer os direitos da cidadania.	140
TREINAMENTO AVANÇADO DE TIRO E CURSO ANTISSEQUESTRO	PRESENCIAL	Coordenadoria de Segurança Internacional		O curso foi estruturado visando atender especificamente às demandas apresentadas por esta Coordenadoria de Segurança e abordará matérias diretamente relacionadas às atividades do NEPE, proporcionando importante qualificação ao grupo.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	12
TREINAMENTO EM PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS - RT 14	PRESENCIAL	Servidores convocados ou que tenham interesse em atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área, e primeiros socorros, de acordo com a necessidade prevista na RT14	33	Cumprimento da Resolução Técnica nº 014-BM-CCB-2009.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	23
RECICLAGEM ANUAL PARA ATIVIDADE DE SEGURANÇA 2017: DIR. HUMANOS, INTELIGÊNCIA E RADIOCOMUNICAÇÃO	A DISTÂNCIA	Técnicos Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, que recebem Gratificação por Atividade de Segurança		Realização obrigatória conforme Lei nº 11416/2007; Portaria Conjunta STF-CNJ-STJ-CJF nº 01/2007; Portaria Conjunta STF-CNJ-STJ-CJF nº 03/2007 e Resolução CSJT nº 108/2012.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer os direitos da cidadania.	140
CURSO FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGURANÇA	A DISTÂNCIA	Técnicos Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança		Curso autoinstrucional sem custo, aplicável principalmente a Agentes de Segurança ingressantes, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer os direitos da cidadania.	3
CURSO SEGURANÇA: CONDUTA PREVENTIVA	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	63	Curso previsto no Processo Administrativo nº 0005239-32.2012.5.04.0000, que trata das Propostas de Políticas de Segurança do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	172
CURSO FORMAÇÃO DE MOTORISTAS	A DISTÂNCIA	Técnicos Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, prioritariamente que exerçam a função de motorista		Curso autoinstrucional sem custo, aplicável principalmente a Agentes de Segurança ingressantes, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer os direitos da cidadania	10
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL						
2º ENCONTRO DE GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO	PRESENCIAL	Todos os servidores		O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	47
CURSO MEIO AMBIENTE: CONSCIENTIZAÇÃO E PRÁTICA - COLABORATIVO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	13	O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	27
CURSO PEDALANDO COM SEGURANÇA	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	191
CURSO INTRODUÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE	PRESENCIAL	Prioritariamente servidores que integram o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e demais unidades e Comissões-Comitês que tenham pertinência com o tema, a exemplo da Comissão de Direitos Humanos, SEGESP, Diretoria-Geral, Ouvidoria, etc.		O curso atende a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade aprovada em 20 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução Administrativa TRT 4 nº 03/2017.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	17
COMPORTEAMENTO ORGANIZACIONAL						
ENCONTRO DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA	PRESENCIAL	Gestores e servidores com deficiência		Em acordo com a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, lançada por este Regional em 10 de março de 2017.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	39

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
MONÓLOGO TEATRAL ÍCARO	PRESENCIAL	Todos os servidores		Em acordo com a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, lançada por este Regional em 10 de março de 2017.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	12
PALESTRA OLHAR INCLUSIVO	PRESENCIAL	Todos os servidores		Em acordo com a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, lançada por este Regional em 10 de março de 2017.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	4
PROGRAMA INTEGRAR-TE						
RECEPÇÃO SERVIDORES INGRESSANTES - RECEBER-TE	PRESENCIAL	Servidores ingressantes		Formação inicial dos servidores ingressantes.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	19
DIREITO E PRÁTICAS JUDICIÁRIAS E CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO						
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.11.0.3 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	53
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	43
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	36
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13.2 (1º E 2º GRAUS)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	36
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.0 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	107
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.4 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	88
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	236
CURSO PJe-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (1º GRAU)	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	308

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
TREINAMENTO EM PJe - ATENDIMENTO AO PÚBLICO - ATUALIZAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores lotados na área judiciária		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	50
TREINAMENTO EM PJe 1º GRAU - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA E REFLEXOS NO E-GESTÃO	PRESENCIAL	Servidores lotados na área judiciária		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	88
TREINAMENTO EM PJe 1º GRAU - SALA DE AUDIÊNCIAS	PRESENCIAL	Servidores lotados na área judiciária		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	68
TREINAMENTO EM PJe 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA	PRESENCIAL	Servidores lotados na área judiciária	184	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	76
CURSO FORMANDO CONCILIADORES	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		Recomendação do CSJT.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	750
CURSO INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	56	Curso autoinstrucional, sem custo e que apresente elevada procura, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	115
CURSO INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição	176	O curso atende necessidade de qualificação de servidores do 1º grau, decorrentes da gradativa extinção de tarefas básicas, gerada pelo PJe.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	258
CURSO INTRODUÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição	200	Conceitos de Administração Pública - Estado - Governo; Regime Jurídico Administrativo e Princípios de Direito Administrativo; Administração Pública Organizacional; Poderes.		350
CURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	PRESENCIAL	Prioritariamente, servidores que integram a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	9	Aperfeiçoamento e capacitação dos servidores que integram a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar conforme determinação da Exma. Presidente contida no Processo Administrativo nº 0005210-50.2010.5.04.0000.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	20
CURSO REFORMA TRABALHISTA - ANÁLISE CRÍTICA DA LEI nº 13467/2017	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	401	A entrada em vigor, em novembro deste ano, da Lei nº 13467/2017, que promoveu a reforma trabalhista, alterando a CLT, gera a necessidade de atualização de conhecimentos dos servidores da área judiciária sobre o direito e o processo do trabalho. A capacitação na modalidade a distância apresenta baixo custo, por não gerar o pagamento de diárias e de ressarcimento de despesas de deslocamento, além de facilitar a logística de treinamento, evitando afastamentos de servidores de suas unidades por longos períodos para participar do curso.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	635
GESTÃO PÚBLICA E ORÇAMENTO						
CURSO BÁSICO DE CÁLCULOS TRABALHISTAS	A DISTÂNCIA	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição	207	Demanda recorrente do 1º grau. Curso em desenvolvimento autorizado no Processo Administrativo nº 0004920-59.2015.5.04.0000.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional; assegurar a efetividade na prestação jurisdicional.	102
CURSO FORMULAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, ÊNFASE: CONTROLES INTERNOS	PRESENCIAL	Servidores lotados na SECONTI e demais áreas envolvidas na elaboração dos Indicadores de Desempenho.		A capacitação não só dos servidores da Secretaria de Controle Interno, responsável por elaborar a RAG - Relatório de Auditoria de Gestão, mas também daqueles servidores envolvidos na Elaboração dos indicadores de desempenho referidos nas Prestações de Contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União, é imprescindível para compreender e saber avaliar a importância dos indicadores de desempenho para a melhoria da Gestão.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os processos de governança.	9
CURSO RETENÇÃO DE INSS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS	PRESENCIAL	Servidores das áreas contábeis, financeiras, administrativas que, direta ou indiretamente estejam envolvidos no processo de emissão, pagamento ou recebimentos de documentos sujeitos às retenções de impostos e contribuições.	4	Preparar, atualizar e reciclar os profissionais na realização da Retenção de INSS e na Contratação das Empresas Terceirizadas.	Aprimorar a Gestão Orçamentária e Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	29

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO TESOURO GERENCIAL BÁSICO - ABORDAGEM PRÁTICA E OBJETIVA	PRESENCIAL	Servidores da SECONTI	2	Auxiliar a Unidade na extração de relatórios de execução orçamentária e financeira, os quais contribuem para o atendimento das competências dessa unidade, previstas na Portaria TRT4 nº 3870/2014, em especial ao disposto no art. 1º, incisos I, II e III.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	10
CURSO GESTÃO DO TEMPO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	58	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para aumento da produtividade.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	166
CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	A DISTÂNCIA		26	Coordenadoria de Material e Logística gerencia e fiscaliza diversos contratos deste TRT4. Desta forma, o curso abordará temas que são rotinas nesta unidade, contribuindo para melhorar o desempenho e andamento dos trabalhos.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM QUALIDADE	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	55	Qualificar o atendimento interno e externo das diversas áreas do TRT4.	assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	152
eSOCIAL PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO	PRESENCIAL	Servidores do TRT4 lotados na Secretaria-Geral da Presidência, Diretoria-Geral, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Administração, Secretaria de Apoio Administrativo, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Secretaria de Gestão de Pessoas e Coordenadoria de Saúde.	1	Necessidade de adesão e adaptação ao projeto do eSocial para os Órgãos Públicos.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	84
SEMINÁRIO eSOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	PRESENCIAL	Servidores representantes dos Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional Eleitoral da 4ª Região, Tribunal de Justiça do RS, Governo do Estado do RS, Municípios do RS, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Assembleia Legislativa, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Tribunal de Contas do Estado.		Necessidade de adesão e adaptação ao projeto do eSocial para os Órgãos Públicos.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	107
CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT4	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Há necessidade de treinamento dos servidores da SETIC, para que adquiram conhecimento sobre a atividade-fim do TRT4, de modo a melhorar a execução de suas tarefas do dia a dia, pela compreensão melhor a respeito do que significam e do impacto dos problemas e soluções tratadas pela SETIC.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	62
CURSO DOCÊNCIA ONLINE	A DISTÂNCIA	Servidores que atuam ou tenham interesse em atuar como tutores em educação a distância	1	Curso previsto em programa institucional.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	25
EVENTO CONEXÃO SERVIDORES 2017	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		Evento dirigido aos servidores não ocupantes de cargos ou funções de natureza gerencial, nos mesmos moldes e temáticas, com os ajustes necessários, do eventos Conexão Gestores.		155
CURSO CERIMONIAL, PROTOCOLO E MONTAGEM DE EVENTOS COMO FERRAMENTA DE SUCESSO	PRESENCIAL	Prioritariamente servidores lotados no Cerimonial, Secretaria-Geral da Presidência, SEGESP e Escola Judicial, havendo vagas remanescentes, estas serão ofertadas para demais servidores em inscrições abertas.		capacitar servidores lotados no Cerimonial, podendo o convite ser estendido à Seção de Capacitação, Escola Judicial e demais servidores interessados, para atuarem no planejamento e na organização de eventos e solenidades como posses, inaugurações, e sessões, tendo em vista a crescente demanda de eventos promovidos pelo TRT4.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	13
CURSO QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES	PRESENCIAL	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário para atualização dos servidores.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	54
LINGUAGEM						
CURSO ATUALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	170	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	90

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	1	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	76
CURSO LIBRAS BÁSICO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	4	Cumprimento da Resolução CSJT nº 64/2010.	assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	99
CURSO PORTUGUÊS JURÍDICO TRT4	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados na área judiciária	8	Atende necessidade de aperfeiçoamento da redação e interpretação de textos jurídicos, oriunda, principalmente da implantação do PJe.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	253
CURSO REGÊNCIA VERBAL E CRASE	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	1	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	77
OFICINA DE ESCRITA CRIATIVA	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	34	Atende necessidade de aperfeiçoamento da redação e interpretação de textos não jurídicos, desenvolve a criatividade, bem como cumpre o princípio do desenvolvimento integral dos servidores, previsto na Resolução CSJT nº 159/2015.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	17
CURSO TÓPICOS DE GRAMÁTICA: REFORMA ORTOGRÁFICA	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	2	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e que atende alta demanda de cursos de língua portuguesa no PDI.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida e agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	211
CAPACITAÇÃO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES						
CURSO COMUNICAÇÃO EM DILIGÊNCIA: UM ENFOQUE PACIFICADOR	PRESENCIAL	Oficiais de Justiça Avaliadores lotados em todo o Estado		Aperfeiçoamento e capacitação dos Oficiais de Justiça. O treinamento atende as demandas indicadas em plano de desenvolvimento individual de avaliação de desempenho e sugestões apontadas pelos Oficiais de Justiça em avaliação de reação de cursos.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	45
CURSO OFICIAL DE JUSTIÇA: ELEMENTOS PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	A DISTÂNCIA	Oficiais de Justiça Avaliadores lotados em todo o Estado		Curso atende demanda recorrente dos Oficiais de Justiça.		48
CURSO PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NA EXECUÇÃO DE MANDADOS	A DISTÂNCIA	Oficiais de Justiça Avaliadores lotados em todo o Estado	41	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável principalmente a Oficiais de Justiça ingressantes, a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.		12
INFORMÁTICA						
CURSO AUD 3.0	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente que desempenhem a função de Secretário de Audiências	3	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.		61
CURSO AUD 3.0.2	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente que desempenhem a função de Secretário de Audiências	3	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.		58
CURSO AUD 3.1	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente que desempenhem a função de Secretário de Audiências	3	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.		63
CURSO AUD 3.3	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente que desempenhem a função de Secretário de Audiências	3	Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do PJe.		53
CURSO AUTOCCLE	A DISTÂNCIA	Servidores do TRT4, prioritariamente lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário ao manuseio da ferramenta informatizada do AutoCLE.		135
CURSO BROFFICE CALC BÁSICO E AVANÇADO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	40	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para uso dos recursos do BROFFICE CALC (compatível com o Libre Office), a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.		44
CURSO BROFFICE TEXTO BÁSICO E AVANÇADO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	12	Curso autoinstrucional sem custo, aplicável a todos os servidores e importante para uso dos recursos do BROFFICE CALC (compatível com o Libre Office), a ser realizado no sistema de cursos livres, com livre inscrição a qualquer tempo.		55
CURSO CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS	A DISTÂNCIA	Servidores lotados no 1º grau de jurisdição		Curso necessário para atualização dos servidores que atuarão no PJe; número elevado de indicações no PDI.	Assegurar a celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional e assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	213

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO DE DISCOVERER	PRESENCIAL	Servidores lotados na área administrativa		Capacitar os servidores da área administrativa para extraírem relatórios de suas unidades no banco de dados.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	24
CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	A DISTÂNCIA	Todos os servidores		O curso contribuirá para a manutenção da segurança da rede informatizada do TRT4.		519
CURSO EXCEL INTERMEDIÁRIO E AVANÇADO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC e Secretarias Administrativas	1	Elaborar planilhas de controle para elaboração de licitações de TIC, organização de compras diretas, além do controle e gestão de centenas de contratos da SETIC". E ainda, administrar e manter planilhas de controle dos contratos da SETIC, permitindo a realização de relatório para as demais áreas da SETIC e do TRT4.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
CURSO SIGEP	A DISTÂNCIA	Servidores lotados na área administrativa		Necessidade de adesão e adaptação ao SIGEP.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	17
QUALIDADE DE VIDA						
CURSO CULTIVANDO A ATENÇÃO E O AUTOUCUIDADO - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	6
CURSO CULTIVANDO O EQUILÍBRIO EMOCIONAL - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	9
CURSO CULTIVANDO QUALIDADES INTERNAS - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	6
OFICINA DE INICIAÇÃO TEATRAL	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	9
PALESTRA DEPRESSÃO: COMO IDENTIFICAR, PREVENIR E TRATAR	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	50
WORKSHOP A IMPORTÂNCIA DO AUTOUCUIDADO PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	9
WORKSHOP A IMPORTÂNCIA DO PROPÓSITO E DAS VIRTUDES PARA O BEM-ESTAR	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	11
WORKSHOP A MEDITAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CULTURA DE PAZ	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	14
WORKSHOP COMO ENCONTRAR A MOTIVAÇÃO NO TRABALHO?	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	6
WORKSHOP POR QUE PRECISAMOS CUIDAR DA SAÚDE EMOCIONAL?	PRESENCIAL	Todos os servidores		Estimular o relacionamento interpessoal saudável e o trabalho em equipe nas diversas áreas do TRT4.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	2
CURSOS EXTERNOS						
I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Curso oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
II ENCONTRO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Curso oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	4
II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJe	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Curso oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
II ENCONTRO PARA FOMENTO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Curso oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
13º ENCONTRO DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	PRESENCIAL	servidora da Ouvidoria		Autorização da Presidência.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
15º ENCONTRO DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	PRESENCIAL	servidora da Ouvidoria		Autorização da Presidência	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA UTILIZANDO PREGÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Manutenção e Projetos		O evento trata da utilização de Sistema de Pregão e de Registro de Preços para a contratação de serviços de engenharia, especialmente MANUTENÇÃO PREDIAL e PROJETOS.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DESENHO DE SISTEMAS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS	PRESENCIAL	Secretaria da Corregedoria		Oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
CURSO ISS - PROCEDIMENTOS FISCAIS	PRESENCIAL	Servidores da Coordenadoria de Contabilidade	1	O curso abordará questões relacionadas com a tributação do ISS - incidência, legislação, responsabilidades - pertinentes com as atividades da Coordenadoria de Contabilidade.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	3
CURSO O CIDADÃO 3.0 QUER FALAR COM VOCÊ	PRESENCIAL	Ouvitoria		As palestras que serão apresentadas estão relacionadas diretamente ao serviço realizado na Ouvidoria.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS - LEGISLAÇÃO, PRÁTICA E CONTABILIZAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores da Coordenadoria de Contabilidade		O treinamento busca capacitar os servidores da área contábil, atendendo às mensagens CFIN 008/2017 e 026/2017.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
I SEMINÁRIO DE ANÁLISE DE DADOS BANCÁRIOS E FISCAIS	PRESENCIAL	Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial		Oferecido pelo TST.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO	PRESENCIAL	Servidores da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços, da Diretoria-Geral e da Seção de Perícias		Oferecido pelo TST.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	3
12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP JUDICIÁRIO & CONTROLE	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O CONIP JUDICIÁRIO tem como objetivo contribuir para a conscientização da necessidade da transformação digital e consequentemente auxiliar no uso das melhores ferramentas para chegar lá, abordando desde temas da área tecnológica, quanto de gestão de tecnologia da informação.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	5
14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	1	Evento anual único, realizado no capítulo do PMI-RS. Não há outra empresa que ofereça congresso similar, visto que no TRT4 utilizamos metodologia baseada no PMBoK. Evento promovido pelo PMI-RS, referência em gestão de projetos no RS.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	8
16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	1	Evento internacional sobre gerenciamento de projetos. Trabalho no Escritório de Projetos da SETIC, orientando os gerentes de projetos sobre metodologias e melhores práticas.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
ANDROID I: CRIE SUA APPFANTÁSTICA COM ANDROID STUDIO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CDI 1.2: USE UMA DAS PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES DO JAVAEE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 5: JOINS E SUBQUERIES	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 6: DML E TRANSACTION CONTROL	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 7: DATA DEFINITION LANGUAGE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 1: PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 2: GERENCIAMENTO DE INTEGRAÇÃO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 3: GERENCIAMENTO DE ESCOPO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 4: GERENCIAMENTO DE TEMPO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 5: GERENCIAMENTO DE CUSTOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 6: GERENCIAMENTO DE QUALIDADE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 7: GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 8: GERENCIAMENTO DE COMUNICAÇÃO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CHROME DEVTOOLS: ANÁLISE, INSPECIONE E DEPURE SUAS PAGINAS WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
CITRIX XENAPP AND XENDESKTOP 7.1X ADMINISTRATION	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Como os servidores serão administradores do Gabinete Virtual, baseado no ambiente Citrix Xenapp, este treinamento é importante para aprimorar conhecimentos sobre a ferramenta de trabalho.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
CONFERÊNCIA GARTNER DATA & ANALYTICS 2017	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Importante evento sobre atualidade e tendências na área de análise de dados (Business Intelligence).	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4
CONFERÊNCIA GARTNER SECURITY & RISK MANAGEMENT SUMMIT	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Evento de nível internacional, onde palestrarão diversos expoentes na área de gestão de riscos e de segurança da informação, trazendo o que há de melhor no assunto atualmente.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Visa capacitar servidores lotados na SETIC, uma vez que a Unidade é responsável pelo Plano Diretor de TI.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos e fortalecer os processos de governança.	13
CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Ampliar e aprimorar a capacidade gerencial dos participantes, possibilitando assim a melhoria na qualidade dos projetos, processos e produtos de TI.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	20
CURSO CHORA PPT	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	1	Esta capacitação justifica-se tendo em vista as atividades desempenhadas pela servidora no que tange à confecção de materiais (vídeos, textos e apresentações) dos cursos EaD sobre o sistema PJe e seus sistemas satélites, dentre outros.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO CITRIX NETSCALER ESSENTIALS AND TRAFFIC MANAGEMENT (CNS-220)	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O treinamento é do Citrix Netscaler é a solução tecnológica que possibilita acesso externo ao Gabinete Virtual.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	
CURSO CORDOVA & PHONEGAP: APPS MOBILE COM HTML, CSS E JS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO CORELDRAW	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Apoio Administrativo		Qualificar as servidoras para poder operar o novo Plotter adquirido para a confecção das Placas de Programação Visual do TRT4.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
CURSO DE LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		As atividades desenvolvidas pelo servidor na SETIC envolvem o planejamento, execução e análise de qualidade de diversos sistemas. O conteúdo do curso contempla conhecimentos necessários para análise de erros em sistemas.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		As atividades desenvolvidas pelo servidor na SETIC envolvem o planejamento, execução e análise de testes de softwares. O conteúdo do curso contempla conhecimentos importantes e atuais relacionados ao processo de testes e qualidade de softwares.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4
CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		As atividades desenvolvidas pelo servidor na SETIC envolvem o planejamento, execução e análise de testes de softwares. O conteúdo do curso contempla conhecimentos importantes e atuais relacionados ao processo de testes e qualidade de softwares.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4
CURSO ECLIPSE: PRODUTIVIDADE EXTREMA NA IDE COM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Treinamento objetiva aprimorar a organização de ferramentas de gestão de processos e de comunicação que possibilitem o alinhamento estratégico interáreas de forma ágil e eficiente.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	22
CURSO FORMAÇÃO CISCO CCNP + CCNA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	1	Uma das atribuições do setor é a administração da rede, e ter o conhecimento da configuração dos equipamentos de rede é importante, para melhor uso dos recursos/equipamentos usados.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO GOOGLE CHART TOOLS: CRIE GRÁFICOS MEMORÁVEIS NA WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO HDI DST - DESKTOP SUPPORT TECHNICIAN	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O curso aborda assuntos importantes e pertinentes para o atendimento a usuários, que é a atividade desenvolvida pelo servidor a ser treinado. Aborda conhecimentos sobre processos e sobre técnicas de atendimento, o que deve aprimorar a qualidade do trabalho executado.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
CURSO HDI KCS - KNOWLEDGE-CENTERED SUPPORT	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O curso aborda assuntos importantes e pertinentes para gerenciamento de conhecimento, aplicado para centros de suporte. Essa é uma atividade importante, exercida atualmente pelo servidor a ser treinado. Aborda conhecimentos sobre processos e sobre como gerir conhecimento, o que deve aprimorar a qualidade do trabalho executado pelo servidor e gerar efeitos positivos para a Seção de Atendimento a Usuários como um todo.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO HDI SCA - SUPPORT CENTER ANALYST	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O curso aborda assuntos importantes e pertinentes para o atendimento a usuários, que é a atividade desenvolvida pelo servidor a ser treinado. Aborda conhecimentos sobre processos e sobre técnicas de atendimento, o que deve aprimorar a qualidade do trabalho executado.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
CURSO HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO ICND1 (INTERCONNECTING CISCO NETWORKING DEVICES) - PART 1	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Capacitar o servidor responsável pelo desenvolvimento uma ferramenta fará a análise de todo o tráfego recebido pelos roteadores e aceleradores cores da rede do Rio Grande do Sul através da análise da pilha de protocolos TCP-IP.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO M10982 - SUPPORTING AND TROUBLESHOOTING WINDOWS 10	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	4	Treinamento de suporte e resolução de problemas em plataforma Windows 10.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4
CURSO M20740 - INSTALLATION, STORAGE, AND COMPUTE WITH WINDOWS SERVER 2016	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Curso aborda conceitos que fazem parte das atribuições do cargo.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO MONGODB: UMA ALTERNATIVA AOS BANCOS RELACIONAIS TRADICIONAIS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO ORACLE DATABASE 12c BACKUP AND RECOVERY WORKSHOP	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		A Administração do banco de dados Oracle que possui alta demanda de administração, otimização e manutenção, sendo a seção SGBD responsável por estas atividades.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4
CURSO PHP E MYSQL I: FUNDAMENTOS PARA CRIAR UM SISTEMA NA WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		QlikView e QlikSense atendem integralmente a todos requisitos do Edital e Ata de Registro de Preços da ENAP, destacando que o QlikSense possui algumas características adicionais, Não encontradas no QlikView, por ser uma tecnologia mais recente desenvolvida pela Qlik.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	7
CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		QlikView e QlikSense atendem integralmente a todos requisitos do Edital e Ata de Registro de Preços da ENAP, destacando que o QlikSense possui algumas características adicionais, não encontradas no QlikView, por ser uma tecnologia mais recente desenvolvida pela Qlik.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	12
CURSO SUPPORT CENTER TEAM LEAD (SCTL)	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O curso trata especificamente de aspectos gerenciais e de liderança de equipes de suporte, o que é relacionado com a função exercida pelo servidor na Seção de Atendimento a Usuários.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
CURSO TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA (SEG4)	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O Escritório de Segurança da Informação possui dentre suas atribuições a tarefa de auxiliar a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do TRT4 na investigação de incidentes tecnológicos. O curso tem por objetivo ensinar e demonstrar técnicas que para realização de atividades de investigação de ocorrências que impactem negativamente no ambiente tecnológico.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
DESIGN EDITORIAL: CRIAÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
DESIGN PATTERNS JAVA I: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
DJANGO: PROGRAMAÇÃO WEB COM PYTHON E SIMPLICIDADE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
ECLIPSE: PRODUTIVIDADE EXTREMA NA IDE COM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
EXCEL II: TABELAS DINÂMICAS, VALIDAÇÃO E MAIS FUNÇÕES	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	1	Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
EXCEL: DOMINE O EDITOR DE PLANILHAS MAIS FAMOSO DO MUNDO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	1	Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
FLEXBOX: POSICIONE ELEMENTOS NA TELA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
FÓRUM NACIONAL DE CONTRATAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC e da Seção de Compras		Oferecido pelo TST.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
GARTNER SYMPOSIUM ITXPO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Evento entre os mais importantes do país em tecnologia da informação para atualização e tendências em assuntos relacionados a esta área técnica.	promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação e Fortalecer os processos de Governança.	5
GESTALT: APLICANDO PRINCÍPIOS EM UM LAYOUT PHOTOSHOP	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
GOOGLE ADWORDS: PUBLICANDO MINHA PRIMEIRA CAMPANHA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
HTML E CSS: OS SEUS PRIMEIROS PASSOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
HTML5 E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
HTML5 E CSS3 II: TURBINANDO AS SUAS PÁGINAS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E TECNOLOGIA	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Esse congresso trata sobre os avanços na aplicação de técnicas de TI no judiciário, em especial, técnicas de inteligência artificial (IA).	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
JAVA 8: TIRE PROVEITO DOS NOVOS RECURSOS DA LINGUAGEM	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA E JPA: PERSISTA SEUS OBJETOS COM A JPA2 E HIBERNATE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA E JSF I: SUA APLICAÇÃO WEB COM JSF2	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA E MONGODB: INTEGRE UMA WEBAPP JAVA COM UM BANCO NOSQL	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA I: PRIMEIROS PASSOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA II: ORIENTAÇÃO A OBJETOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA: DOMINANDO AS COLLECTIONS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVA: LABORATÓRIO COM TESTES. JSF E DESIGN PATTERNS I	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
JAVASCRIPT AVANÇADO II: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	7
JAX-RS E JERSEY: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
JAX-WS: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES SOAP	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO I: OS PRIMEIROS PROGRAMAS COM JAVASCRIPT E HTML	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO II: PRATIQUE COM DESENHOS, ANIMAÇÕES E UM JOGO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
MARKETING DIGITAL: INTRODUÇÃO AOS CANAIS NÃO PAGOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
METEOR: CRIE SINGLE PAGE APPLICATIONS COM JAVASCRIPT	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
MONGODB: UMA ALTERNATIVA AOS BANCOS RELACIONAIS TRADICIONAIS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
ORACLE DATABASE 12C PERFORMANCE MANAGEMENT AND TUNING	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		A Seção de Gerenciamento de Banco de Dados é responsável pela administração do banco de dados oracle que por sua vez possui alta demanda de administração, otimização e manutenção.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
ORACLE I: APRENDA SQL USANDO ESSE FAMOSO BANCO DE DADOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
ORACLE II: CONSULTAS COMPLEXAS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
ORIENTAÇÃO A OBJETOS: MELHORES TÉCNICAS COM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
PHP E MYSQL II: COOKIES, SESSÕES E MAIS RECURSOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
PYTHON 3 PARTE 1: INTRODUÇÃO À NOVA VERSÃO DA LINGUAGEM	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
PYTHON 3 PARTE 2: AVANÇANDO NA LINGUAGEM	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
QCON SÃO PAULO 2017 - CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Permitirá aprofundar o uso de novas tecnologias de desenvolvimento web que já são padrão de mercado, as quais interessam diretamente à atividade principal da equipe de desenvolvimento de internet e intranet.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
REST ASSURED: TESTES AUTOMATIZADO DE WEBSERVICE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	3
RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	2	Há a previsão de instalação de solução com este software de virtualização, em um primeiro momento para ambientes de homologação e testes.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	6
RUBY: INTRODUÇÃO A LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO COM JOGOS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS (SEG2)	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O conhecimento de segurança de informação é necessário para garantir a adequação dos sistemas do TRT4 às normas de segurança.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
SELENIUM: SUA WEBAPP TESTADA DE PONTA A PONTA EM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
SEO I: RANKEIE BEM NO GOOGLE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
SERVLETS: FUNDAMENTOS DE JAVA NA WEB	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
TESTE DE INTEGRAÇÃO: TESTES SQL E DAOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
TESTES: TDD COM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
THE DEVELOPERS CONFERENCE	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Aprofundar os conhecimentos em programação, Banco de Dados, Computação e Internet, para realizar um trabalho cada vez mais competente na SETIC.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4
THREADS 1: PROGRAMAÇÃO PARALELA EM JAVA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
THREADS 2: PROGRAMAÇÃO CONCORRENTE AVANÇADA	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
TREINAMENTO M697.1 - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	4	Atualização técnica para conhecimento e uso da plataforma Windows 10.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
TREINAMENTO RH254 RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION III	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	2	Na Seção de Redes e Telecomunicações (SRT) há uma grande demanda por uso de software livre baseado na distribuição Red Hat Enterprise Linux buscando a melhoria contínua dos serviços oferecidos.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
TREINAMENTO ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST & ZABBIX CERTIFIED PROFESSIONAL	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O monitoramento com o software zabbix é um dos pilares para alcançarmos a alta disponibilidade dos serviços e equipamentos de infraestrutura, que é o objetivo estratégico da área.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
UX CONF BR 2017	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		O evento está diretamente relacionado com a criação e aprimoramento de portais de internet e intranet, que são o objeto de trabalho da Seção de Desenvolvimento de Internet e Intranet.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	2
UX PRODUTO: MONITORE, MENSURE E TESTE O SEU PROJETO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
UX USABILITY: FACILITE A VIDA DO SEU USUÁRIO NO MOBILE	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
UX: O QUE É EXPERIÊNCIA DE USUÁRIO	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
VUE.JS PARTE 1: CONSTRUINDO SINGLE PAGE APPLICATIONS	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
WEB DESIGN RESPONSIVO: PÁGINAS QUE SE ADAPTAM DO MOBILE AO DESK	A DISTÂNCIA	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Assinatura Plano Alura: todos os cursos oferecidos nesse plano convergem para o aprimoramento das habilidades necessárias para o trabalho desenvolvido pela SETIC. A cada dia, novos recursos surgem nessa área e apenas com a atualização constante dos técnicos é possível manter o desenvolvimento de sistemas ágil e eficaz.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC		Discutir as tendências tecnológicas, sociais e de mercado, explorar o tema "O futuro da sociedade digital". O evento é uma oportunidade para atualização.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	4

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
10º CONOJAF - CONGRESSO NACIONAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS	PRESENCIAL	Ocupantes do cargo Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal		É o mais importante encontro nacional da categoria onde são debatidos assuntos de alto interesse, não só para o oficialato, bem como para a sociedade. Sem dúvida é um importante meio de capacitação e atualização profissional.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5
CURSO ACESSIBILIDADE	A DISTÂNCIA	Todos os servidores	1	O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	81
CURSO ADOBE PREMIERE PRO CC COMPLETO	A DISTÂNCIA	Secretaria de Comunicação Social	1	As atribuições dos servidores da Secretaria de Comunicação Social são diversificadas e especializadas, mas todas integradas no sentido da produção de conteúdo para os variados canais de informação nos quais há presença do TRT4. Um desses é o WebCanal, que agrega a produção jornalística de vídeo da Secom, e que hoje está hospedado na rede social YouTube.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
12ª REUNIÃO DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO - COLEOUV	PRESENCIAL	servidora da Ouvidoria		Autorização da Presidência.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO - COLEOUV	PRESENCIAL	servidora da Ouvidoria		Autorização da Presidência.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO	PRESENCIAL	Secretaria de Gestão de Pessoas		Curso necessário para capacitar servidores lotados na Seção de Capacitação para atuar como mestre de cerimônias nos eventos promovidos pela SEGESP. A Seção de Capacitação atua constantemente na organização de eventos que requerem esse tipo de atividade.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
CURSO SISTEMA DE GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO - FOLHA WEB	PRESENCIAL	Secretaria de Orçamento e Finanças; Secretaria de Gestão de Pessoas; Seção de Processamento da Folha de Pagamento e Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos		Oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	4
CURSO TESOURO GERENCIAL	PRESENCIAL	Servidores da Coordenadoria de Contabilidade e da Coordenadoria de Orçamento e Finanças	2	O curso busca capacitar servidores da área contábil-financeira dos TRTs para a elaboração de relatórios e informações que a setorial solicita rotineiramente (Mensagem CFIN 026/2017).	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
II ENCONTRO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO PODER JUDICIÁRIO, MPU E CNMP	PRESENCIAL	Servidora da Seção de Afastamento e Tempo de Serviço	1	Indicação da Diretoria-Geral e autorização da Presidência.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
IV ENCONTRO NACIONAL DE FISCALIS E GESTORES DE CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Manutenção e Projetos		A atualização dos conhecimentos e entendimentos do TCU são fundamentais para chegarmos aos objetivos desejados em relação à qualidade e eficiência.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
IV SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO	PRESENCIAL	Diretoria-Geral		Oferecido pelo STJ e TCU.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
IX FÓRUM BRASILEIRO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL	PRESENCIAL	Secretaria de Controle Interno		Oferecido pelo TST.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
REUNIÃO DOS SECRETÁRIOS DE GESTÃO DE PESSOAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO	PRESENCIAL	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas		Oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
SEMANA DA MEMÓRIA 2017	PRESENCIAL	Coordenador do Memorial da Justiça do Trabalho		Oferecido pelo TST.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
SEMINÁRIO CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PRESENCIAL	Secretaria de Apoio Administrativo		todos trabalham com contratos administrativos e a IN 05 implementou novas formas de gestão dos referidos contratos, se fazendo necessária a atualização.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	3
SEMINÁRIO NACIONAL ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	PRESENCIAL	Secretaria de Administração		O evento abordará as melhores práticas que devem ser adotadas quando da celebração de aditivos contratuais e indicará, também, situações que devem ser evitadas. Considerando que a Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções presta assessoria direta à SA e à CLC, setores diretamente responsáveis pela celebração dos referidos aditivos, entende-se que o evento guarda relação direta com as atividades desempenhadas pela Seção.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
TREINAMENTO SOBRE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO E NOTAS EXPLICATIVAS	PRESENCIAL	Coordenadoria de Contabilidade		Oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
WORKSHOP: "eSOCIAL PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO"	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas		Oferecido pelo CSJT.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
XIV SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - ETAPA BRASÍLIA I	PRESENCIAL	Secretaria de Orçamento e Finanças	2	O evento visa atualizar, aperfeiçoar os conhecimentos na área de atuação de planejamento, orçamento, administração financeira no âmbito da Adm. Pública Federal, atividades diretamente relacionadas com a atuação do servidor responsável pela Seção de Orçamento.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
XIV SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - ETAPA BRASÍLIA II	PRESENCIAL	Secretaria de Orçamento e Finanças	2	O evento visa atualizar, aperfeiçoar os conhecimentos na área de atuação de planejamento, orçamento, administração financeira no âmbito da Adm. Pública Federal, atividades diretamente relacionadas com a atuação do servidor responsável pela Seção de Orçamento.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
V ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO	PRESENCIAL	Coordenador de Segurança Institucional		Correlação do evento com as áreas de interesse deste Tribunal e o vínculo com as atribuições do cargo efetivo/atividades desempenhadas pelo servidor.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
WORKSHOP SOBRE O MÓDULO DE AUTOATENDIMENTO A SER INTEGRADO AO SIGEP	PRESENCIAL	Seção de Conferência Interna, Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos E Diretoria-Geral		Autorização da Presidência.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	4
ENCONTRO REGIONAL FUNPRESP JUD	PRESENCIAL	Servidor da Seção de Afastamento e Tempo de Serviço - SATS		Trata-se de matéria de competência da SATS.	Agilizar e Aprimorar os procedimentos administrativos.	1
REUNIÃO TÉCNICA SOBRE O eSOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Orçamento e Finanças, Coordenadoria de Contabilidade e Secretaria de Tecnologia da Informação		Capacitar os servidores das áreas responsáveis pelo cadastramento e envio de dados ao eSocial e responsáveis pela implantação e suporte.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	4
TREINAMENTO ELABORAÇÃO DE PLANILHAS DE ORÇAMENTO DE OBRAS - SINAPI AVANÇADO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Manutenção e Projetos e Secretaria de Controle Interno	1	Utiliza-se o SINAPI em todos os orçamentos realizados pela seção de orçamentos em que trabalho.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
XXIV CONGRESSO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA E VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE PERÍCIA CRIMINAL	PRESENCIAL	Servidores de Seção de Perícias Criminais		Evento internacional, com debates, cursos e exposição voltados à Documentoscopia, com grande aplicação nas tarefas desempenhadas na Seção de Perícias do TRT4. A participação ocorrerá apenas nos dias com cursos e debates voltados à Documentoscopia.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	5
CURSO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PRESENCIAL	Secretaria de Administração		Trata especificamente da Gestão de Imóveis Públicos, incluindo o Sistema SPIUnet e todos os passos para a regularização dos imóveis, conhecimentos indispensáveis para melhoria nos processos de trabalho desta Seção. Não identificamos nenhum outro treinamento que contemple todo o programa deste curso.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	PRESENCIAL	Coordenadoria de Material e Logística		O curso é uma capacitação em gestão da área patrimonial, sendo de imprescindível valia para o aprimoramento profissional da área.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	PRESENCIAL	Coordenadoria de Documentação e Pesquisa		O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação é um evento que ocorre há cada 2 anos e reúne várias novidades e possibilidades de atualização para os bibliotecários. Este ano também haverá o Seminário de Informação e Documentação Jurídica em paralelo ao CBBDD com trabalhos mais específicos para bibliotecas jurídicas.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
11º PREGÃO WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO	PRESENCIAL	Coordenadoria de Licitações e Contratos	1	O servidor exerce a função de Pregoeiro Titular, ao passo que o evento abrange vários pontos inerentes ao procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, a exemplo de: impugnação ao edital, impedimento indireto no SICAF, os riscos da etapa de lances, condutas passíveis de penalidades, presunção de inexigibilidade de propostas; exigências de habilitação; temas polêmicos na elaboração de editais; planejamento da contratação, etc.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
SEMINÁRIO NACIONAL AS PRINCIPAIS NOVIDADES E REPERCUSSÕES DA IN nº 05/2017 E DA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Apoio Administrativo e Secretaria de Administração		A Secretaria realiza todas as licitações com cessão de mão de obra, objeto principal da mudança na legislação do curso e fiscaliza um dos mais onerosos contratos de serviços do TRT4, em que a mudança na legislação, abordada no curso, terá reflexos diretos na rotina de nosso trabalho.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	5
13º CONGRESSO BRASILEIRO DOS ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA - CONBRASCOM 2017	PRESENCIAL					2
8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO - CIDDI 2017	PRESENCIAL	Coordenadoria de Documentação e Pesquisa		O evento traz uma nova perspectiva no sentido de ampliar as fronteiras e práticas do trabalho bibliotecário, especialmente no que concerne à organização e tratamento da informação em meio eletrônico e à novas formas de interação dos usuários com os sistemas de informação disponibilizados pela Biblioteca.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CÁLC. DE CURTO CIRCUITO, COORD. E SELETIVIDADE EM MT. RELÉS DE PROTEÇÃO:DET. DE PARÂMETROS DE AJUSTE	PRESENCIAL	Secretaria de Manutenção e Projetos	1	O curso é dirigido a engenheiros, técnicos e demais profissionais responsáveis por projetos e obras de subestações transformadoras. É útil também aos profissionais envolvidos com manutenção elétrica que necessitem projetar, fiscalizar e dar manutenção às subestações transformadoras das nossas edificações.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO BÁSICO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES - METODOLOGIA CIENTÍFICA	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Manutenção e Projetos		O treinamento é necessário, porque é imprescindível haver capacitação para o exercício da atividade de avaliação de imóveis. A atividade de avaliação de imóveis é exigência do CSJT no tocante à adequação das demonstrações contábeis dos Regionais.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
CURSO CONFORMIDADE CONTÁBIL E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES	PRESENCIAL	Servidores da Coordenadoria de Contabilidade		Capacitar os servidores para que ao final tenham conhecimentos para analisar inconsistências, realizar regularizações, analisar demonstrações, balancetes e outras atividades relacionadas as rotinas contábeis.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	8
CURSO CORELDRAW	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Apoio Administrativo		Curso é necessário para possibilitar a operação de Plotter adquirido pela SEAPA em dezembro 2016.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2
CURSO DE ALEITAMENTO MATERNO	PRESENCIAL	Servidoras lotadas no Foro Trabalhista		Habilitar servidoras em relação ao tema em virtude da inauguração da sala de amamentação.	promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	3
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS	PRESENCIAL	Servidor da Diretoria Geral - DG		Evento necessário para atuação nos projetos existentes e futuros da DG, além do conteúdo programático ser o mais abrangente e o instrutor ser um dos mais reconhecidos da área, este curso propicia as horas exigidas para a obtenção da Certificação PMP.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer os processos de governança.	1
CURSO DE PROJETOS DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS CONECTADOS À REDE	PRESENCIAL	Secretaria de Manutenção e Projetos	1	Seção responsáveis pela fiscalização dos contratos em vigor ou futuros, referentes a projetos, instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS COM SCRUM	PRESENCIAL	Coordenadoria de Segurança Institucional		Melhorar a gestão de projetos de segurança institucional, facilitando, assim, a comunicação e a produtividade da equipe de planejamento da Coordenadoria de Segurança.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO GERENCIAMENTO DE PROJETOS	PRESENCIAL	Secretaria de Administração		O curso solicitado visa a capacitar servidores lotados na Secretaria de Administração.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	15
CURSO TESOURO GERENCIAL	PRESENCIAL	Seção de Finanças e de Apoio à fiscalização e contratos		O curso busca capacitar servidores da área contábil-financeira dos TRTs para a elaboração de relatórios e informações que a setorial solicita rotineiramente (Mensagem CFIN 026/2017).	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	18
III FÓRUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO	PRESENCIAL	Servidor da Secretaria de Controle Interno		Capacitação de servidor lotado na Secretaria de Controle Interno em temas de Auditoria e Controle Interno com a disseminação De boas práticas conforme programação do Fórum.	Agilizar e Aprimorar os procedimentos administrativos.	1
CURSO DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DIRETA E EMERGENCIAL SEM LICITAÇÃO	PRESENCIAL	Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC	8	O Treinamento está previsto no Plano de Capacitação da servidora, pois o assunto abordado está fortemente vinculado às atividades desempenhadas pela servidora na Seção de Apoio a Contratações de TIC, sendo importante para adquirir e aprimorar conhecimentos.	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	1
XIV SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - ETAPA RJ	PRESENCIAL	Secretaria de Orçamento e Finanças	2	O evento visa atualizar, aperfeiçoar os conhecimentos na área de atuação de planejamento, orçamento, administração financeira no âmbito da Adm. Pública Federal, atividades diretamente relacionadas com a atuação do servidor responsável pela Seção de Orçamento.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	11
ENCONTRO DAS COMISSÕES DE ACESSIBILIDADE DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA E V ENCONTRO SOBRE ACESSIBILIDADE	PRESENCIAL	Servidor da Comissão de Acessibilidade	1	O curso atende determinação da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
32º CONGRESSO BRASILEIRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	PRESENCIAL	Secretaria de Gestão de Pessoas		O evento está diretamente relacionado com as atividades desenvolvidas pela Seção de Capacitação.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	2
II WORKSHOP DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO NO DESEMPENHO DE EDIFICAÇÕES	PRESENCIAL	servidor da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços		embasar as contratações e fiscalizações de Planos de Proteção contra Incêndio realizadas pela SEMPRO.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
52ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA E REUNIÃO DE TRABALHO - CONEMATRA	PRESENCIAL	Escola Judicial		Intercâmbio de teorias e práticas de temas relacionados à formação de juízes do trabalho e de servidores, buscando subsídios para capacitá-los para melhor desempenho de suas funções.		2
43º CONGRESSO NACIONAL SOBRE GESTÃO DE PESSOAS - CONARH	PRESENCIAL	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas		É considerado o maior e mais importante evento de gestão de pessoas da América Latina.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	1
CURSO HSM EXPO 2017 - CONHECIMENTO EM EBULIÇÃO	PRESENCIAL	Diretoria-Geral		Como compete à Diretoria-Geral administrar, coordenar e supervisionar, de acordo com as diretrizes definidas pela Presidência do Tribunal, as atividades administrativas da Justiça do Trabalho da 4ª Região que envolvam recursos humanos, materiais e financeiros, com várias unidades a ela subordinadas, o evento, que traz grandes nomes da gestão mundial e pretende abordar uma nova maneira de liderar, agregará novos conhecimentos para um aprimoramento das ações que serão propostas à instituição.	Fortalecer os processos de governança.	1
CURSO TRABALHOS ACADÊMICOS	PRESENCIAL	Coordenadoria de Documentação e Pesquisa		Atualização profissional da bibliotecária para desenvolver suas atribuições junto a normalização das publicações oficiais do TRT4 editadas pela Escola Judicial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	2

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE	PÚBLICO-ALVO	Nº DE INDICAÇÕES NO PDI*	JUSTIFICATIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO III - ABNT NBR 5410:2004 - EDIFICAÇÕES DE GRANDE PORTE	PRESENCIAL	Secretaria de Manutenção e Projetos	1	O curso é dirigido a engenheiros, técnicos e demais profissionais responsáveis por projetos e obras de instalações elétricas em edificações de porte, como prédios de escritórios. É útil também aos profissionais envolvidos com manutenção elétrica que necessitem especificar materiais e equipamentos elétricos, assim como gerenciar ou fiscalizar instaladoras e projetistas.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1
ISC BRASIL 2017 - 12ª FEIRA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SEGURANÇA	PRESENCIAL	Servidor da Coordenadoria de Segurança Institucional		Com a aquisição de novos conhecimentos técnicos, será possível propor novas estratégias de proteção, ao Tribunal, baseadas no estado da arte do mercado de Segurança mundial.	Segurança no trabalho.	1
SEMINÁRIO NACIONAL DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - UMA NOVA VISÃO SOBRE O DEVER DE LICITAR	PRESENCIAL	Coordenador de Licitações e Contratos e servidor da Seção de compras	8	É fundamental o aprofundamento na matéria para a segurança das contratações enquadradas nestas hipóteses.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	2
II ENCONTRO DE ENFERMAGEM DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PRESENCIAL	Servidora representante do setor de enfermagem		Representar a equipe de enfermagem do Tribunal.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	1
CURSO COMO TRATAR MÁ OCLUSÃO DE CLASSES 1, 2 E 3, MORDIDAS CRUZADAS E ABERTAS	PRESENCIAL	Coordenadoria de Saúde		O curso abordará as diferentes maloclusões e propostas de tratamento passíveis de serem realizadas nesse TRT4. Já temos casos tratados aqui com pistas diretas com cerca de 10 anos de acompanhamento. O curso será uma oportunidade de aperfeiçoamento, de discussão de casos e resolução de dúvidas.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	1
TOTAL DE TREINADOS						9.097

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

ESCOLA JUDICIAL

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
FORMAÇÃO DE FORMADORES					
INTERNO	Andragogia - Um Olhar para o Aprendiz Adulto - EaD	Capacitar os alunos a atuarem como facilitadores em ações de formação para público adulto, considerando as particularidades desse público e o arcabouço teórico da andragogia (arte de apoiar o adulto a aprender).	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	5	11
INTERNO	Formação de Juiz Orientador - 01/2017 - Autoinstrucional - Semipresencial	Capacitar juízes vitalícios, escolhidos por possuírem perfil adequado à função, para serem Juizes Orientadores e acompanharem, durante o período de vitaliciamento (2 anos), o Juiz Substituto em início de carreira.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	9	-
EXTERNO	CFF para Supervisores de Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputa (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	4	-
EXTERNO	CFC sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	16	-
EXTERNO	CFF sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo I - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Programa Formação de Formadores - Planejamento Didático - Semipresencial	Aperfeiçoar competências sobre planejamento didático de servidores e magistrados que atuam como docentes na Escola Judicial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	1	9
FORMAÇÃO INICIAL					
INTERNO	6º Módulo Regional de Formação Inicial - 2ª Fase	Capacitar Juízes do Trabalho recém-ingressos no TRT4 que se encontram em período de vitaliciamento.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	-
EXTERNO	22º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho	Formação Inicial obrigatória aos Juízes Substitutos em período de vitaliciamento.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	6º Módulo Regional e Formação Inicial	Capacitar Juízes do Trabalho recém-ingressos no TRT4 que se encontram em período de vitaliciamento.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
INTERNO	6º Módulo Regional e Formação Inicial	Capacitar Juízes do Trabalho recém-ingressos no TRT4 que se encontram em período de vitaliciamento.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	MRFI - 40 HORAS ENAMAT - Prática de Perícia	Capacitar Juízes Substitutos em processo de vitaliciamento, atendendo norma da ENAMAT (realizar, no mínimo, 40 horas-aula a cada semestre, durante período de vitaliciamento, após realização dos Módulos de Formação Inicial).	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	MRFI - 40 HORAS ENAMAT - Relações Interpessoais	Capacitar Juízes Substitutos em processo de vitaliciamento, atendendo norma da ENAMAT (realizar, no mínimo, 40 horas-aula a cada semestre, durante período de vitaliciamento, após realização dos Módulos de Formação Inicial).	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	MRFI - 40 HORAS ENAMAT - Gestão de Vara - conversa com Diretores de Secretarias de VTs de Porto Alegre	Capacitar Juízes Substitutos em processo de vitaliciamento, atendendo norma da ENAMAT (realizar, no mínimo, 40 horas-aula a cada semestre, durante período de vitaliciamento, após realização dos Módulos de Formação Inicial).	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	7º Módulo Regional de Formação Inicial	Capacitar Juízes do Trabalho recém-ingressos no TRT4 que se encontram em período de vitaliciamento.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
INTERNO	MRFI 40 Horas Enamat - Execução Geral E Uso das Ferramentas Eletrônicas - 02/2017	Capacitar Juízes Substitutos em processo de vitaliciamento, atendendo norma da ENAMAT (realizar, no mínimo, 40 horas-aula a cada semestre, durante período de vitaliciamento, após realização dos Módulos de Formação Inicial).	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
FUNDAMENTOS					
INTERNO	Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 3	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	29
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Remuneração e Salário - Turma 01/2017-EaD	Capacitar os alunos para identificarem a natureza jurídica das parcelas do contrato de trabalho e compreenderem os principais institutos de Direito do Trabalho relacionados com a remuneração e salário, sob o enfoque da isonomia salarial.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	26
INTERNO	Minicurso Reforma Trabalhista - 1º Encontro - Reforma Trabalhista na Itália; Reforma na Legislação Social Francesa e seus Impactos sobre a Dignidade da Pessoa Humana	Capacitar os alunos em matérias de inegável importância e atualidade, a par do caráter polêmico. Os enfoques propostos estão enquadrados em estratégicas e oportunas linhas de fundamentação que têm por escopo a defesa da instituição Justiça do Trabalho, bem como dos princípios básicos do Direito do Trabalho, alvos de recentes, reiterados e organizados ataques que vêm sofrendo, contexto que configura séria ameaça aos mais primários direitos do trabalhador brasileiro.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	32
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Execução - Turma 01/2017	Capacitar os alunos para identificarem noções gerais de procedimentos e fluxo dos processos nas fases de liquidação e de execução dentro da Secretaria da Vara do Trabalho, bem como sobre os seguintes temas: julgamento de incidentes de execução; minutas de decisões; noções gerais de cálculos trabalhistas para julgamento dos incidentes de execução; análise de critérios de cálculos, índices de correção monetária, juros, base de cálculo e reflexos das parcelas, dentre outros aspectos relevantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	42

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Aula Inaugural 2017 - Minicurso Reforma Trabalhista	Capacitar os alunos em matérias de inegável importância e atualidade, a par do caráter polêmico. Os enfoques propostos estão enquadrados em estratégias e oportunas linhas de fundamentação que têm por escopo a defesa da instituição Justiça do Trabalho, bem como dos princípios básicos do Direito do Trabalho, alvos de recentes, reiterados e organizados ataques que vêm sofrendo, contexto que configura séria ameaça aos mais primários direitos do trabalhador brasileiro.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	36	52
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Relação de Emprego - Turma 01/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	23
EXTERNO	Direitos Humanos e Trabalho - Estudos de Casos (UFRGS)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	4	-
INTERNO	Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho - EaD	Capacitar os alunos nas seguintes temáticas: instrumentalidade e hermenêutica do novo CPC; regras de aplicabilidade do novo CPC ao processo do trabalho; processo cooperativo e negócio jurídico processual; nulidades e prazos; novos requisitos da petição inicial; supercontestação; extromissão de parte; saneamento de vícios processuais; ônus da prova; inovações procedimentais na produção de provas.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	165
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Prova e Ônus da Prova - Turma 01/2017	Capacitar os alunos para compreenderem os meios de prova (documental, pericial e testemunhal), bem como a distribuição do ônus da prova no processo do trabalho, ilustrando com casos práticos.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	24
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Duração do Trabalho - Turma 01/2017	Capacitar alunos para compreensão das seguintes temáticas: jornadas extraordinárias; tempo à disposição do empregador; horas in itinere; jornadas especiais de trabalho; turnos ininterruptos de revezamento; adicional noturno; CLT, art. 62; regime de tempo parcial; compensação de horários; banco de horas; intervalos; repousos.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	24
INTERNO	Fim de Tarde - Diálogos Acadêmicos - Elementos para o Uso Transgressor do Direito do Trabalho	Estimular os alunos a debaterem sobre o tema, para uma compreensão das relações sociais de trabalho e da função do Direito diante das possibilidades de superação da forma capital.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	15
EXTERNO	CFC - Novo Código do Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho - Primeiro Grau - EaD	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	17	-
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Terceirização - Turma 01/2017	Capacitar os alunos para compreensão dos aspectos gerais sobre Terceirização, sua natureza jurídica, classificação e normatividade jurídica, dentre outros aspectos relevantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	29
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Acidentes do Trabalho - Turma 01/2017	Capacitar alunos para compreensão de diversas temáticas ligadas ao tema, tais como as Normas de Segurança no Trabalho, a prevenção de acidentes, a tipologia de doenças profissionais, o nexo causal, a ergonomia no processo judicial trabalhista de casos de LER-DORT, dentre outros aspectos relevantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	16
INTERNO	Minicurso Reforma Trabalhista - 3º Encontro	Capacitar os alunos em matérias de inegável importância e atualidade, com enfoques propostos enquadrados em estratégias e oportunas linhas de fundamentação que têm por escopo a defesa da instituição Justiça do Trabalho, bem como dos princípios básicos do Direito do Trabalho, alvos de recentes, reiterados e organizados ataques que vêm sofrendo, contexto que configura séria ameaça aos mais primários direitos do trabalhador brasileiro.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	25
INTERNO	Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores - Módulo 1	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	38
EXTERNO	CFC Questões Penais na Justiça do Trabalho - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	-
INTERNO	Minicurso Gestão do Trabalho	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	3	30

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
EXTERNO	Congresso Internacional Direito, Trabalho e Tecnologia (TRT3)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	-
INTERNO	Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 1	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	9	22
INTERNO	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-
INTERNO	III Fórum Nacional de Processo do Trabalho (Gramado)	Capacitar Magistrados em temáticas atuais e do interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	7
INTERNO	Fim de Tarde - Repercussão Geral	Possibilitar aos Magistrados e Servidores do TRT4 um aprofundamento sobre o tema.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	10	29
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Insalubridade e Periculosidade - Turma 01/2017	Capacitar os alunos para compreenderem a temática, abordando as questões práticas e a coleta da prova, bem como a análise dos laudos, o enquadramento legal, a base de cálculo dos adicionais e a jurisprudência a respeito.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	15
INTERNO	Itinerário para Assistentes - Módulo Término do Contrato - Turmas 01 e 02/2017 Semipresencial	Capacitar o aluno para compreender as diversas formas pelas quais o contrato de trabalho pode ser extinto, para identificar as parcelas rescisórias devidas em cada modalidade de extinção contratual, para analisar os requisitos da despedida com justa causa e da despedida indireta, dentre outros aspectos.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	29
INTERNO	Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 2	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	15	41
INTERNO	Diálogos Acadêmicos	Apresentar aos participantes temas atuais que foram fruto de dissertações acadêmicas: trabalho dos motoristas "parceiros" do Uber; o direito do trabalho penitenciário; trabalho forçado contemporâneo: a violação da autonomia da vontade do trabalhador como elemento de identificação do trabalho forçado contemporâneo.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	30
EXTERNO	Curso Processo Coletivo e Precedentes Judiciais: perspectivas crítica e comparada (TRT1)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
EXTERNO	Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança para Juizes do Trabalho - à distância (TRT1)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
EXTERNO	Seminário de Direito Material e Processual do Trabalho do Cariri (TRT7)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	-
EXTERNO	IX Semana de Formação Continuada da 22ª Região (TRT22)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
EXTERNO	Debate Nacional da Reforma Trabalhista (AMATRA IV)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	55	-
EXTERNO	Horizontes Contemporâneos da Filosofia do Direito: Impactos na Sociedade e nos Direitos Sociais (TRT17)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	1	-
INTERNO	Seminário Sobre a Reforma Trabalhista	Possibilitar absorção de novos conhecimentos e debates sobre tema polêmico e atual.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	163	152
EXTERNO	II Jornada de Direito Material e processual do Trabalho (ANAMATRA)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Assédio Moral nas Relações de Trabalho - EaD	Possibilitar amplo acesso de servidores e magistrados a informações relevantes sobre assédio moral nas relações de trabalho.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	6	13
INTERNO	FT Diálogos Acadêmicos - Estado, Democracia e Reforma Trabalhista: Caminhos Possíveis	Tendo em conta a aprovação da Lei nº 13467, que altera substancialmente a legislação que rege tanto o Direito material quanto o Direito processual do Trabalho, e sua enorme repercussão no Judiciário Trabalhista, nada mais oportuno do que o debate sobre o tema da Reforma Trabalhista Judicial.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	14
INTERNO	FT - Precedentes	Proporcionar debates e atualizações sobre tema relevante, tendo em vista que o novo CPC dá grande destaque a teoria dos precedentes, paradigma novo no sistema recursal trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	5
INTERNO	Minicurso Processo Do Trabalho - Módulo 4	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	31
INTERNO	Seminário Reforma Trabalhista Aspectos Constitucionais	Evento realizado para lançar novas luzes acerca do tema atual da reforma trabalhista, principalmente sobre seus reflexos na atuação jurisdicional de magistrados e operadores do Direito do Trabalho.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	44
INTERNO	Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores - Módulo 2	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	31
INTERNO	FT 100 Anos da Revolução Russa e da Constituição Mexicana - Reflexos nos Direitos Sociais	Debates sobre a revolução russa, que inspirou lutas por mais direitos e foi embrião de muitas lutas que se seguiram contra as desigualdades capital-trabalho, em busca de um Estado mais igualitário e ativo na promoção e proteção dos direitos humanos de seus cidadãos, mormente em momento histórico conturbado, no qual há insegurança sobre direitos básicos, no qual as leis trabalhistas estão sofrendo profundas modificações e muito se debate acerca da constitucionalidade dessas mudanças e das repercussões para as classes de trabalhadores, em especial, os assalariados, nada mais atual do que retomar o embrião filosófico e histórico desses direitos, acompanhando seu desenrolar ao longo desses 100 anos.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	24
INTERNO	Estudos sobre a Reforma Trabalhista	Possibilitar absorção de novos conhecimentos e debates sobre tema polêmico e atual.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	7
INTERNO	II Minicurso Saúde Mental no Trabalho - IPQ	Fornecer subsídios aos participantes para compreensão deste importante tema, auxiliando-os a decidirem no caso concreto.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	16
INTERNO	Minicurso Processo do Trabalho - Módulo 5	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	32
INTERNO	FT - A Justiça de Dentro para Fora - O Sentido do (no Trabalho - 5º Encontro	Realização de ações voltadas à promoção do bem-estar emocional das pessoas na instituição, assim como a reflexões que permitam um novo fazer no trabalho a partir de comportamentos que sejam coerentes com o papel da Justiça do Trabalho. A temática reflete uma preocupação dos Magistrados e Servidores do TRT4 com sua qualidade de vida, dentro e fora dos espaços laborais, necessidade verificada por meio do Diagnóstico de Necessidades, realizado em vários momentos pela Escola Judicial do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	3	15
INTERNO	I Jornada sobre a Reforma Trabalhista - Servidores	Tema atual e que demanda muitos debates e estudos por seu impacto na Justiça do Trabalho e na forma de realizar a prestação jurisdicional.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	187
INTERNO	I Jornada sobre a Reforma Trabalhista - Magistrados	Tema atual e que demanda muitos debates e estudos por seu impacto na Justiça do Trabalho e na forma de realizar a prestação jurisdicional.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	149	-
INTERNO	Danos Existenciais e outros danos extrapatrimoniais na jurisdição trabalhista	Temática relevante, destacada em análises de acórdãos do TRT4, sendo demanda recorrente nos pedidos por capacitação, tanto de servidores quanto de magistrados.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	29

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Curso de Formação Sistemática e Treinamento de Servidores de Estância Velha - Reforma Trabalhista	Tema atual e que demanda muitos debates e estudos por seu impacto na Justiça do Trabalho, na forma de realizar a prestação jurisdicional.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	16
EXTERNO	Seminário sobre a Reforma Trabalhista (ENAMAT)	Tema atual e que demanda muitos debates e estudos por seu impacto na Justiça do Trabalho, na forma de realizar a prestação jurisdicional.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	FT - Assédio Moral	Este é assunto atual e impactante nas relações de trabalho, conforme mostra o número de casos revelados em pesquisa do SINTRAJUFÉ junto aos servidores do Judiciário Federal Gaúcho. O resultado dessa pesquisa levou o TRT4 a iniciar campanha interna de coibição e prevenção ao assédio moral: "Assédio moral, aqui também não é legal!" bem como a promover eventos de conscientização e educação sobre o tema.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	8
INTERNO	Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores - Módulo 3	Capacitar Magistrados e Servidores na temática do Minicurso, cujo formato de aulas sequenciais permite maior aprofundamento e organicidade de temas mais complexos, desenvolvidos em vários módulos com exposição teórica, análise e discussão de textos e casos judiciais, permitindo uma maior proximidade entre alunos e professores.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	10
EXTERNO	CFF sobre Reforma Trabalhista (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
EXTERNO	CFC sobre Inovações Legislativas Relativas à Justiça do Trabalho - Módulo II - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-
GESTÃO					
INTERNO	Fim de Tarde Justiça de Dentro para Fora - 1º Encontro - Caminhos para a Qualidade de Vida - O que faz você feliz?	Realização de ações voltadas à promoção do bem-estar emocional das pessoas na instituição, assim como a reflexões que permitam um novo fazer no trabalho a partir de comportamentos que sejam coerentes com o papel da Justiça do Trabalho. A temática reflete uma preocupação dos Magistrados e Servidores do TRT4 com sua qualidade de vida, dentro e fora dos espaços laborais, necessidade verificada por meio do Diagnóstico de Necessidades, realizado em vários momentos pela Escola Judicial do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	4	13
EXTERNO	Curso Inclusão e Acessibilidade (TRT9)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	1	-
INTERNO	Fim de Tarde - Justiça de Dentro para Fora - 2º Encontro - Equilíbrio Emocional: Como Cultivar Mais dele em nosso Ambiente de Trabalho?	Realização de ações voltadas à promoção do bem-estar emocional das pessoas na instituição, assim como a reflexões que permitam um novo fazer no trabalho a partir de comportamentos que sejam coerentes com o papel da Justiça do Trabalho. A temática reflete uma preocupação dos Magistrados e Servidores do TRT4 com sua qualidade de vida, dentro e fora dos espaços laborais, necessidade verificada por meio do Diagnóstico de Necessidades, realizado em vários momentos pela Escola Judicial do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	1	17
INTERNO	Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: "Mulherandô"	Capacitar público feminino do TRT4 para defesa pessoal, com abordagem teórica sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal, e abordagem prática, com ensino de técnicas eficazes e simples de defesa pessoal em situações de risco, adequadas ao público feminino.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	10	14
EXTERNO	Técnica E Processo Legislativo	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	4
INTERNO	II Ciclo De Cinema E Debate - Módulo A	Evento em Parceria com Memorial do TRT4 que possibilitou, a partir da realização de sessões de cinema com comentários, que os participantes expandissem seus conhecimentos e seu juízo crítico acerca de temas relevantes às relações de trabalho.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	1	41
EXTERNO	IV Encontro dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (TRT10)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	4
INTERNO	Curso I - Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho	Apresentar aos Magistrados uma abordagem teórica e prática sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	22	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Curso I - Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho - Turma 2	Apresentar aos Magistrados uma abordagem teórica e prática sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	30	-
INTERNO	Curso I - Segurança Institucional para Magistrados do Trabalho - Turma 3	Apresentar aos Magistrados uma abordagem teórica e prática sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	13	-
EXTERNO	VI Encontro Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da Bahia (TRT5)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
EXTERNO	1º Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar de Servidores de EJs do SIFMT - MÓDULO EUJUDTRT-SIGEP (ENAMAT e TRT24)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	3
INTERNO	Fim de Tarde - A Justiça de dentro para fora - dinheiro sem medo - práticas financeiras para a vida real com transmissão on-line	Realização de ações voltadas à promoção do bem-estar emocional das pessoas na instituição, assim como reflexões que permitam um novo fazer no trabalho a partir de comportamentos que sejam coerentes com o papel da Justiça do Trabalho. A temática reflete uma preocupação dos Magistrados e Servidores do TRT4 com sua qualidade de vida, dentro e fora dos espaços laborais, necessidade verificada por meio do Diagnóstico de Necessidades, realizado em vários momentos pela Escola Judicial do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	1	45
INTERNO	XII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	Evento institucional, visando a promoção da reflexão e do debate sobre temas de relevante interesse para a Justiça do Trabalho Gaúcha e para atividade jurisdicional dos Magistrados.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; fortalecer os processos de governança; promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	160	-
INTERNO	Comunicação Assertiva e Não Violenta	Capacitar Juízes Substitutos em processo de vitaliciamento, atendendo norma da ENAMAT (realizar, no mínimo, 40 horas-aula a cada semestre, durante período de vitaliciamento, após realização dos Módulos de Formação Inicial).	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	Segurança Institucional - Segurança Interna e Segurança da Informação	Apresentar aos Magistrados uma abordagem teórica sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	5	13
INTERNO	Pesquisa sobre Competências de Magistrados	Reunir subsídios acerca das competências que cada magistrado acha que devem ser melhoradas ou adquiridas, com a finalidade de usar estas informações para organizar o planejamento de atividades de capacitação a serem oferecidas pela Escola Judicial aos magistrados.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	78	-
INTERNO	II Ciclo De Cinema E Debate - Módulo B	Evento em Parceria com Memorial do TRT4 que possibilitou, a partir da realização de sessões de cinema com comentários, que os participantes expandissem seus conhecimentos e seu juízo crítico acerca de temas relevantes às relações de trabalho.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	26
INTERNO	Previdência Complementar para Magistrados e Servidores	A temática reflete uma preocupação dos Magistrados e Servidores do TRT4 com sua qualidade de vida, dentro e fora dos espaços laborais, necessidade verificada por meio do Diagnóstico de Necessidades, realizado em vários momentos pela Escola Judicial do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	5	36
INTERNO	FT - A Justiça de Dentro para Fora - A Transformação é Possível? - 4º Encontro	Realização de ações voltadas à promoção do bem-estar emocional das pessoas na instituição, assim como a reflexões que permitam um novo fazer no trabalho a partir de comportamentos que sejam coerentes com o papel da Justiça do Trabalho. A temática reflete uma preocupação dos Magistrados e Servidores do TRT4 com sua qualidade de vida, dentro e fora dos espaços laborais, necessidade verificada por meio do Diagnóstico de Necessidades, realizado em vários momentos pela Escola Judicial do TRT4.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	25
INTERNO	Técnicas de Planejamento em Educação Corporativa	Capacitar os participantes para planejamento em educação corporativa, competência relevante e necessária aos servidores e magistrados que atuam na área da educação na Escola Judicial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	9	1
INTERNO	Ciclo PDCA das Escolas Judiciais	Capacitar os participantes para planejamento, realização, avaliação e ajustes de suas ações em educação corporativa, competência relevante e necessária aos servidores e magistrados que atuam na área da educação na Escola Judicial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	16

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Orçamento das Escola Judiciais Trabalhistas	Capacitar Desembargadores que atuam em cargos de Gestão do Tribunal a compreenderem a dinâmica do orçamento no âmbito da Escola Judicial.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	9
INTERNO	Preparatório para Proficiência Leitora em Língua Inglesa - EaD	Tendo em vista o convênio Escola Judicial do TRT4 e Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no desenvolvimento de um curso de Mestrado para o público interno ao Tribunal, percebeu-se a necessidade de preparar os alunos interessados para a prova de proficiência em língua estrangeira, no caso o inglês. Este curso visou capacitar o aluno a utilizar estratégias que, consciente ou inconscientemente, auxiliam na compreensão leitora e na identificação de recursos linguísticos do inglês, para que junto de seu conhecimento prévio, alcançasse proficiência em leitura para fins de Mestrado e Doutorado.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	12
INTERNO	Atendimento ao Cidadão - EaD	Qualificar servidores para excelência no atendimento ao público externo, usuários da Justiça do Trabalho, habilitando os participantes para compreenderem os conceitos de marketing de serviços aplicados ao atendimento no serviço público, identificando as competências necessárias para oferecer um atendimento de qualidade ao cidadão. Permitir ao participante reconhecer a importância de uma atuação ética e da responsabilidade do servidor para uma boa imagem do serviço público e conscientizar-se sobre a importância de um bom clima organizacional e de um bom relacionamento interno no ambiente de trabalho para um atendimento de qualidade ao cidadão.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; fortalecer a defesa dos direitos de cidadania.	-	129
INTERNO	Curso de Segurança e Defesa Pessoal para Mulheres: "Mulherandô"	Capacitar público feminino do TRT4 para defesa pessoal, com abordagem teórica sobre o tema violência e criminalidade, enfocando as principais condutas preventivas de proteção pessoal. Prática de técnicas eficazes e simples de defesa pessoal em situações de risco, adequadas ao público feminino.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	12
INTERNO	Semana da Consciência Negra - Racismo Institucional no Brasil, Protagonismo dos Negros	Promover debates sobre a temática, buscando a a conscientização de todos sobre o assunto.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; fortalecer a defesa dos direitos de cidadania.	1	13
INTERNO	56º Conematra	Evento institucional que reúne representantes de todas as Escola Judiciais do país, visando a promoção da reflexão e do debate sobre temas de relevante interesse.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	3
INTERNO	Auditoria do programa de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA)	Evento em parceria com o Programa Trabalho Seguro do TRT4, Comitê Regional, realizado para conscientização de todos sobre riscos e sua forma de prevenção.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; fortalecer processos de governança.	2	12
INTERNO	Introdução ao Sisejud - Turma01/2017	Capacitar servidores sobre o sistema, que será implantado em todas as Escolas Judiciais do país.	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	4
GRUPOS DE ESTUDO					
INTERNO	Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	6
INTERNO	Grupo de Estudo - Direitos Fundamentais Sociais	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	7
INTERNO	Grupo de Estudos - O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	12	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direito Material - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; fortalecer a defesa dos direitos da cidadania.	4	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Conciliação e Audiência Trabalhista - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	12	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Os Efeitos do NCPC no Processo do Trabalho - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	Grupo de Estudos - O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Conciliação e Audiência Trabalhista - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direito Material - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direito Processual - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	7
INTERNO	Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais - 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	8
INTERNO	Grupo de Estudos - Os Efeitos do NCPC no Processo do Trabalho - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	Grupo de Estudos - O Processo do Trabalho e Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	12	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Conciliação e Audiência Trabalhista - 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direito Material - 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direitos Fundamentais Sociais	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	7
INTERNO	Grupo de Estudos - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática 5º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Grupo de Estudos - Direito Processual 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	6	-
INTERNO	GE - Conciliação e Audiência Trabalhista - 1º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-
INTERNO	GE - Reforma Trabalhista Bagé 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	16
INTERNO	GE - Direitos Fundamentais Sociais - 1º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	8
INTERNO	GE - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 1º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	12	-
INTERNO	GE - Responsabilidade Civil - 1º Encontro - 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	GE - Análise Jurídica das Reformas Trabalhistas - 3º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	GE - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 5º Encontro - 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	11	-
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Bagé 2º encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	12
INTERNO	GE - Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - 1º Encontro - 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	4
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Bagé 3º encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	12
INTERNO	GE - Direitos Fundamentais Sociais - Atividade	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	8
INTERNO	GE - Conciliação e Audiência Trabalhista - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Sapiranga - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	9
INTERNO	GE - Direito Material, com ênfase na Reforma Trabalhista - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	11	-
INTERNO	GE - Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	1

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	GE - Direitos Fundamentais Sociais - 2º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	7
INTERNO	GE - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 6º Encontro - 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	GE - Responsabilidade Civil - 2º Encontro - 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	GE Análise Jurídica Da Reforma Trabalhista 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	6	-
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Sapiranga - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	-	10
INTERNO	GE Filosofia do Direito 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	2	-
INTERNO	GE - Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - 2º Encontro - 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	4
INTERNO	GE - Filosofia do Direito - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	GE - Direito Processual - 1º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	3	-
INTERNO	GE - Análise Jurídica da Reforma Trabalhista - 5º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	GE - Direitos Fundamentais Sociais - 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	3
INTERNO	GE - Reforma Trabalhista Bagé 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	7
INTERNO	GE - Reforma Trabalhista Bagé - 5º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	6
INTERNO	GE Conciliação e Audiência Trabalhista 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos magistrados participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	11	-
INTERNO	GE - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum Uma Leitura Sistemática - 2º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	GE Nulidades Processuais e Teoria Da Causa Madura -3º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Bagé - 6º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	7
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Sapiranga - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	9
INTERNO	Ge - Direito Material, Com Ênfase Na Reforma Trabalhista 2º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	-
INTERNO	GE - Tratamento Coletivo dos Litígios Trabalhistas	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	1
INTERNO	GE - Análise Jurídica das Reformas Trabalhistas - 5º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	-
INTERNO	GE - Filosofia do Direito - 3º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
INTERNO	GE - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum Uma Leitura Sistemática - 3º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	12	-
INTERNO	GE - Filosofia do Direito - 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	GE - Reforma Trabalhista Bagé 7º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	5
INTERNO	GE - Direito Material, Com Ênfase Na Reforma Trabalhista 3º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	GE Reforma Trabalhista Sapiranga 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	-	8
INTERNO	GE Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho - 3º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.	-	3
INTERNO	GE - Conciliação e Audiência Trabalhista - 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	5	-
INTERNO	GE - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum Uma Leitura Sistemática - 4º Encontro 02/2017	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	9	-
INTERNO	Grupo de Estudos - O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	Grupo de Estudos - Direito Processual - 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
INTERNO	Grupo de Estudos - Nulidades Processuais e Teoria da Causa Madura - 4º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	9	-
INTERNO	Grupo de Estudos Análise Jurídica da Reforma Trabalhista 2º Encontro	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
MIDIATECA					
INTERNO	Midiатеca -1º semestre	Permitir a Magistrados e Servidores o acesso as diversas atividades de capacitação oferecidas pela Escola Judicial, filmadas e disponibilizadas para acesso remoto via site, na EJ Virtual, com uso da plataforma de ensino moodle para ensino na modalidade a distância.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	20	-
INTERNO	Midiатеca-2º semestre	Permitir a Magistrados e Servidores o acesso as diversas atividades de capacitação oferecidas pela Escola Judicial, que foram filmadas e disponibilizadas para acesso remoto via site, na EJ Virtual, com uso da plataforma de ensino moodle para ensino na modalidade a distância.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	32	-
PRÁTICAS					
INTERNO	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo I (Teórico)	Capacitar os participantes, conforme diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução CSJT nº 174/2016, que trata da política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	12
INTERNO	AUD-PJe - Mediação e Conciliação	Treinamento nas ferramentas dos sistemas Aud e PJe-JT para alunos do curso de mediação e conciliação.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	11
INTERNO	Capacitação para o Sumaríssimo	Capacitar alunos para perceberem as vantagens do procedimento sumaríssimo, aprendendo sobre: garantia do juízo na fase de conhecimento; efetividade, racionalidade, celeridade e fórmulas simplificadas para cálculo de créditos trabalhistas.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	24
EXTERNO	CFF Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
EXTERNO	CFC Sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	-
EXTERNO	Resolução Pacífica de Conflitos (AGU)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	2	-
INTERNO	Fundamentos de Negociação para Conciliadores e Mediadores	Capacitar os participantes, conforme diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução CSJT nº 174/2016, que trata da política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	8	35
INTERNO	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo II (Turma 01)	Capacitar os participantes, conforme diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução CSJT nº 174/2016, que trata da política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	8
EXTERNO	CFC Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	4	-
INTERNO	Mediação e Conciliação - Módulo III - Turma 01	Capacitar os participantes, conforme diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução CSJT nº 174/2016, que trata da política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	6
EXTERNO	CFC Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	7	-

TIPO	ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MAGISTRADOS	SERVIDORES
EXTERNO	CFC Sobre O Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho - EaD (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	7	-
INTERNO	Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas-EaD	Essa atividade integra o Eixo Temático Práticas de Jurisdição e o seu conteúdo, objetiva, a partir de módulos teóricos e práticos, preparar o assistente de execução a elaborar e emitir a certidão de cálculos que servirá de base para a cobrança das dívidas existentes no processo.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	27
INTERNO	Curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo I (Teórico) Turma 02	O Grupo de Estudos tem por finalidade estimular o debate sobre temas avançados, propiciando o aprofundamento de assuntos de interesse comum mediante trabalho autônomo e cooperativo dos s participantes.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	15
INTERNO	Curso Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo I Complementar	Capacitar os participantes, conforme diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução CSJT nº 174/2016, que trata da política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	8
INTERNO	Mediação e Conciliação na Justiça do Trabalho - Módulo II (Turma 02)	Capacitar os participantes, conforme diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução CSJT nº 174/2016, que trata da política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito do Poder Judiciário Trabalhista.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos.	-	11
EXTERNO	CFC sobre Efetividade da Execução Trabalhista e Desconsideração da Personalidade Jurídica (ENAMAT)	Disponibilizadas vagas pela Escola Judicial aos Magistrados do TRT4 por ser temática de interesse deles.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	8	-
INTERNO	Princípios do Direito Processual Eletrônico - Semipresencial	Atualizações e desenvolvimento de competências para uso do sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho.	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	1	19
TOTAL				1.415	2.200

DOCÊNCIA	Nº DE HORAS DE DOCÊNCIA DE CURSOS MINISTRADOS EM 2017 PELA ESCOLA JUDICIAL, CUJOS DOCENTES SÃO MAGISTRADOS DO TRT4	Nº DE MAGISTRADOS DOCENTES*	Nº DE SERVIDORES TREINADOS
ATIVIDADES DE DOCÊNCIA DE MAGISTRADOS TAMBÉM SÃO CONSIDERADAS COMO AÇÕES DE FORMAÇÃO**	647,5	172	-

TOTAL GERAL DE TREINAMENTOS	1.587	2.200
	3.787	

* Entendem-se por docentes os Magistrados do TRT4 que atuaram como: a) Coordenadores de Grupos de Estudo; b) Expositores de artigos; c) Coordenadores de grupo de discussão, Plenária e Eventos; d) Tutores; e) Orientadores; f) Docentes; g) Membros da direção, coordenação acadêmica e Conselho Consultivo da EJ.

** As Atividades de Docência de Magistrados também são consideradas como Ações de Formação.

Fonte: Escola Judicial.

5.1.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE
Quadro 5.1.1.1. FORÇA DE TRABALHO

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS (1.1+1.2)	3.835	3.671	64	150
1.1. MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS	295	292	9	10
1.2. SERVIDORES DE CARREIRA (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.540	3.379	55	140
1.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	3.540	3.370	54	140
1.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	não há	-	-	-
1.2.3. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	não há	8	1	-
1.2.4. SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	não há	1	-	-
2. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	-	-	-	-
3. SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	3	1	-
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	3.835	3.674	65	150

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 5.1.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. SERVIDORES DE CARREIRA (1.1)	594	2.734
1.1. SERVIDORES DE CARREIRA (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	594	2.734
1.1.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	594	2.733
1.1.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	-	-
1.1.3. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	-	-
1.1.4. SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	-	1
2. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	-	-
3. SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	3
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	594	2.737

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 5.1.1.3. DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. CARGOS EM COMISSÃO	319	319	85	85
1.1. CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	-	-	-	-
1.2. GRUPO DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO ESPECIAL	319	319	85	85
1.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	319	315	84	85
1.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	não há	-	-	-
1.2.3. SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	não há	1	-	-
1.2.4. SEM VÍNCULO	não há	1	-	-
1.2.5. APOSENTADOS	não há	2	1	-
2. FUNÇÕES GRATIFICADAS	1.668	1.631	747	785
2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	1.668	1.631	747	785
2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	não há	-	-	-
2.3. SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	não há	-	-	-
3. TOTAL DE SERVIDORES EM CARGO E EM FUNÇÃO (1+2)	1.987	1.950	832	870

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

ANÁLISE CRÍTICA

QUANTIDADE DE SERVIDORES DISPONÍVEIS FRENTE AS NECESSIDADES DA UNIDADE

A quantidade de servidores em atuação no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região vem se mostrando insuficiente com o passar dos anos. Em unidades de 1º Grau, por exemplo, foi detectado que há deficit de servidores em diversas unidades, considerando-se os parâmetros de quantitativo de pessoal estabelecidos pela Resolução CSJT nº 63/2010. Isso se deve ao expressivo aumento da movimentação processual nas unidades de 1º Grau, que vem crescendo a cada ano, fazendo com que a necessidade de servidores também aumente.

Outro aspecto importante que colabora com o atual deficit de servidores é notado em algumas modalidades de remoção, que independem do interesse da Administração (por motivo de saúde e para acompanhamento de cônjuge), além de outras modalidades de remoção sem reciprocidade. No total, este Tribunal possui 7 (sete) servidores em atuação em outros Regionais, enquanto há somente 5 (cinco) servidores de outros Tribunais que aqui atuam.

Além disso, foram concedidas 5 (cinco) licenças para acompanhamento de cônjuge com lotação em outro Órgão, enquanto apenas 2 (dois) servidores aqui atuam pelo mesmo motivo.

RESULTADO DE EVENTUAIS AVALIAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE A ÁREA MEIO E A ÁREA FIM E DO NÚMERO DE SERVIDORES EM CARGOS COMISSIONADOS FRENTE A NÃO COMISSIONADOS

Em 31-12-2017, este Tribunal possuía um total de 3.331 servidores em atuação (força de trabalho), incluído nesse quantitativo os servidores removidos de outros Órgãos e os requisitados que aqui atuam e excluídos os servidores do quadro que estão em exercício em outros Órgãos. São consideradas como área fim todas as unidades que

atuam efetivamente ou que apoiam as áreas Judiciárias de 1º e 2º Grau. Já a área meio é composta pelas unidades administrativas deste Tribunal.

Com relação aos dados apresentados no Quadro 5.1.1.2, percebe-se que 82,16% dos servidores que se encontram em exercício neste Tribunal compõem a área fim, totalizando 2.737, enquanto a área meio é composta por 594 servidores, representando 17,84% do quadro.

Cabe ressaltar que, no Quadro 5.1.1.2, a Escola Judicial, assim como a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), foram consideradas unidades que compõem a área meio.

Importante mencionar também, que, em 04-12-2017, o CSJT encaminhou a este Tribunal, por meio do Ofício Circular CSJT.SG.CPROC.SACD nº 24/2017, de 30-11-2017, cópia da Resolução CSJT nº 209/2017, que alterou os anexos VI e VII da Resolução CSJT nº 63/2010, que dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, retirando a Escola Judicial do elenco de "Unidades de Apoio Administrativo" e inserindo-a no elenco de "Unidades de Apoio Judiciário". Com esta mudança, haverá, para o presente ano, uma redução no percentual de servidores que compõem a área meio.

No que diz respeito a distribuição dos servidores em cargos comissionados frente a não comissionados, do total de 3.331 servidores em atuação, este Regional possui 1.987 funções comissionadas, encontrando-se providas 1.950 em 31-12-2017.

EVENTUAIS AFASTAMENTOS QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL NA UPC, QUANTIFICANDO O NÚMERO DE SERVIDORES AFASTADOS E POSSÍVEIS IMPACTOS NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UPC

Na tabela abaixo, apresentamos o quantitativo de servidores afastados por tipo de licenças, concedidas no ano de 2017, que tiveram impacto na força de trabalho do TRT4.

Quadro 5.1.1.4. QUANTITATIVOS DE SERVIDORES AFASTADOS OR TIPO DE LICENÇAS

LICENÇA	Nº DE SERVIDORES AFASTADOS EM 2017
AAJU - Afastamento para exercício presidência de associação de classe - Juízes	4
ACUC - Afastamento para frequentar curso com remuneração	2
ADT - Adotante 120 dias	2
ADTP - Adotante Prorrogação 60 dias	1
AEME - Afastamento exercício mandato eletivo	1
Afastamento Juiz - Escola Judicial	2
AIS - Afastamento Integral do servidor por convocação	82
ALE - Alistamento eleitoral	1
AS - Afastamento da sede	8
CASA - Casamento	59
CRPR - Curso parcial (cursos com período inferior a 6 horas)	-
CURS - Cursos, congressos, seminários, etc	2.455
CURSO - Instrutoria mediante compensação	6
DM - Dispensa Médica	644
DPON - Dispensa do ponto	241
DSAN - Doação de sangue	71
FALC - Falecimento Pessoa da Família	93
HESF - Horário Especial - filho, cônjuge, depend. deficiênci	2
HEST - Horário especial estudante	4
JURI - Juri e outros serviços obrigatórios por lei	39
LAPOS - prorrogação de LTS art.188 ati aposentadoria	17
LC - Licença Capacitação	2

LICENÇA	Nº DE SERVIDORES AFASTADOS EM 2017
LG - Gestante Prorrogação	69
LG - Gestante	80
LMACC - Licença por motivo de afastamento do cônjuge com lotação	1
LPA - Licença-prêmio por assiduidade	2
LPF - Doença em pessoa da família	738
LPF - Doença em pessoa da família (odontologia)	-
LTI - Licença para tratar interesses particulares com remuneração	2
LTIP - Licença para tratar de interesses particulares com contribuição	7
LTIP - Licença para tratar de interesses particulares	4
LTS - Tratamento de Saúde	2.739
LTS - Tratamento de Saúde (odontologia)	-
PAT - Paternidade	77
PD - Prazo para deslocamento	51
PDEN - Participação desportiva nacional	19
PLANTÃO - Atuação em regime de plantão	1
PLANTÃO - Folga compensatória por atuar no regime de plantão	2
TREF - Fruição dos dias trabalhados nas eleições	408

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Nos dados apresentados acima, convém destacar que ocorreram situações em que foram concedidas, ao mesmo servidor, mais de um tipo de licença ao longo do referido ano.

Pode ser considerado como principal impacto causado nas atividades, devido às concessões de licenças, a sobrecarga de trabalho, que, conseqüentemente, poderá acarretar queda na produtividade e na qualidade dos trabalhos desenvolvidos, podendo até mesmo ocasionar novos afastamentos, inclusive para tratamento de saúde.

5.1.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

O levantamento realizado tem por base as despesas associadas à manutenção de pessoal no âmbito do TRT4 relacionadas a magistrados e servidores, ativos e inativos, e pensionistas civis.

A tabela abaixo demonstra as despesas liquidadas referentes ao exercício de 2017 com pessoal ativo, aposentadorias e pensões, obrigações patronais e benefícios:

DESPESAS LIQUIDADAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS	
NATUREZA DA DESPESA	VALOR LIQUIDADADO (R\$)
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO	766.838.991,79
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	140.431.564,19
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	463.455.526,11
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	24.559.916,41
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	39.219.343,04
AUXÍLIO-TRANSPORTE	811.747,03
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	6.325.077,97
AUXÍLIO-FUNERAL E AUXÍLIO NATALIDADE	506.675,15

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Quadro 5.1.2.1. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL ATIVO

TIPOLOGIA-EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL	
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS				
JUIZES											
EXERCÍCIOS	2017	100.143.055,14	14.330,44	12.356.678,00	5.403.976,05	6.186.368,39	4.193.071,40	1.514.291,33	9.048.890,37	14.642.326,33	153.502.987,45
	2016	97.454.581,14	-	8.611.220,50	5.224.827,45	5.665.571,51	3.800.640,38	1.484.686,45	-	14.217.866,97	136.459.394,40
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	463.148.793,50	65.487.557,87	58.839.832,84	29.151.295,20	48.235.590,75	23.541.115,31	2.482.666,24	882.910,04	8.650.209,33	700.419.971,08
	2016	225.449.243,11	266.511.495,97	46.541.424,97	26.330.971,42	47.460.161,08	23.245.398,15	5.671.016,47	3.554.374,18	13.874.817,67	658.638.903,02
SERVIDORES DE CARREIRA SEM VÍNCULO COM O ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	-	765.017,90	65.402,28	24.204,50	271.050,06	-	15.083,67	15.429,77	-	1.156.188,18
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EXCETO TEMPORÁRIOS)											
EXERCÍCIOS	2017	-	155.280,24	12.940,02	4.313,34	12.091,18	-	-	-	-	184.624,78
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS											
EXERCÍCIOS	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	1.684.210,51	-	-	-	-	-	-	-	-	1.684.210,51
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO											
EXERCÍCIOS	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Quadro 5.1.2.2. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE INATIVOS E PENSIONISTAS

TIPOLOGIA-EXERCÍCIOS		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS					DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL	
			RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS				DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS
JUIZES											
EXERCÍCIOS	2017	74.475.186,90	-	6.590.335,57	-	-	657.172,19	220.890,84	14.165.037,44	4.303.657,29	100.412.280,23
SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADOS AO ÓRGÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA											
EXERCÍCIOS	2017	288.154.922,85	32.759.061,59	31.975.419,65	1.715.009,90	-	4.936.755,62	4.844.126,80	221.201,78	4.387.297,90	368.993.796,09

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

5.1.3. GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região identifica como possíveis riscos na gestão de pessoas:

A perda de pessoal e o aumento do número de processos nas unidades Judiciárias de 1º Grau em desproporcionalidade com a quantidade de cargos existentes. Tais riscos podem levar ao comprometimento do cumprimento da missão e objetivos da Instituição no médio e longo prazo. O mecanismo de controle de perda de pessoal realizado por este Tribunal está adstrito às hipóteses de vacância legalmente previstas na Lei nº 8112/1990. Este Tribunal adota formulário de desligamento, de modo a identificar fatores que possam estar correlacionados aos pedidos de vacância, de forma a detectar a satisfação e a opinião do ex-servidor com relação ao ambiente de trabalho, atividade realizada, estrutura física, oportunidades de treinamento e desenvolvimento, remuneração, benefícios, missão, visão, objetivos e valores do TRT4.

Em 2017, o Tribunal da 4ª Região registrou 17 pedidos de vacância por posse em outro cargo inacumulável e 11 por exoneração a pedido.

No tocante ao expressivo aumento da movimentação processual nas unidades judiciárias de 1º Grau, observa-se que a quantidade de servidores em atuação no TRT4 vem se mostrando insuficiente com o passar dos anos, provocando, conseqüentemente, uma sobrecarga de trabalho. Considerando os parâmetros de quantitativo de pessoal estabelecidos pela Resolução nº 63/2010, cumpre mencionar a existência de deficit de servidores em diversas unidades de 1º Grau. Isso se deve ao considerável aumento da média de processos recebidos nas referidas unidades, que vem aumentando a cada ano, fazendo com que a necessidade de servidores também aumente.

De salientar, também, a restrição de provimentos, para o ano de 2017, de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas que aumentem a despesa de pessoal, conforme Recomendação CSJT nº 21, de 23 de fevereiro de 2017, ficando autorizados somente os provimentos de cargos efetivos de magistrados e servidores em vagas decorrentes de exoneração, vacância por posse em outro cargo público inacumulável, demissão e falecimento sem instituição de pensão, que se encontravam ocupadas em março de 2016, uma vez que não há necessidade de incremento da dotação orçamentária.

Cumpre registrar, ainda, que, tendo em vista o projeto de Reforma da Previdência, consubstanciado na Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 287/2016, que tem por objetivo a alteração dos artigos 37, 40, 109, 149, 167, 195 e 201 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelecer regras de transição e dar outras providências, em tramitação do Congresso Nacional, houve grande procura, por parte dos servidores em atividade, de esclarecimentos a respeito da matéria. Em novembro de 2017, a Seção de Aposentadoria e Pensões da Secretaria de Gestão de Pessoas identificou cerca de 313 servidores e 61 magistrados aptos a requererem sua aposentação até 31-12-2017.

Com relação às providências adotadas para mitigar os riscos identificados, o Tribunal vem buscando adequar-se gradativamente à Resolução CSJT nº 63/2010, no que diz respeito ao quantitativo de servidores em suas diversas unidades.

Alternativamente, na medida em que servidores de unidades que estão acima do limite de lotação estabelecido deixam de atuar nelas, por remoção ou qualquer tipo de vacância, suas vagas não são repostas na origem, mas direcionadas para as unidades com carência de servidores, o que deverá, a médio e longo prazo, adequar todas as unidades deste Regional à previsão da norma do CSJT.

5.1.4. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

Quadro 5.1.4.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO

OBJETO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	PERÍODO CONTRATUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS		NÍVEL DE ESCOLARIDADE MÍNIMO EXIGIDO DOS TRABALHADORES CONTRATADOS	SIT.
		INÍCIO	FIM		
Serviço de vigilância armada	08.938.288/0001-51	04-10-2017	04-10-2018	instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental	A
Serviço de vigilância armada	92.653.666/0001-67	22-06-2012	03-10-2017	4ª série do ensino fundamental	E
Serviço para movimentação, transporte, recolhimento e entrega de processos e documentos em geral	11.493.437/0001-20	01-08-2017	01-08-2018	ensino médio	P
Serviço de movimentação de cargas e auxiliar de almoxarifado	94.851.250/0001-89	10-02-2014	21-02-2018	ensino fundamental	P
Copeiragem	02.294.475/0001-63	14-04-2014	07-04-2019	ensino médio	P
Limpeza	10.594.346/0001-19	01-07-2015	01-07-2018	não há previsão no contrato	P
Operador de plataforma	00.482.840/0001-38	20-07-2017	14-08-2018	não há previsão no contrato	A
Digitalização	29.262.052/0004-60	26-07-2016	26-07-2018	não há previsão no contrato	P
Digitalização	29.262.052/0004-60	07-11-2016	07-11-2018	não há previsão no contrato	P

SITUAÇÃO: [A] ATIVO NORMAL, [P] ATIVO PRORROGADO O [E] ENCERRADO.

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

5.1.4.2. ESTAGIÁRIOS

O Programa de Estágios no TRT4 é regulamentado pela Resolução Administrativa TRT4 nº 59/2016. O estágio neste Regional é destinado a estudantes de nível superior, regularmente matriculados e que tenham concluído no mínimo 30% dos créditos obrigatórios do curso. Os estudantes interessados devem prestar prova de seleção, ficando habilitados conforme ordem de classificação para o suprimento das vagas.

Durante o ano de 2017, o quantitativo de vagas foi aumentado de 336 para 388, abrangendo 16 cursos, sendo que aproximadamente 88% destinadas a estudantes do curso de Direito. Destaca-se ainda que cerca de 90% das vagas estão vinculadas à área fim do Tribunal (no 1º e 2º Graus) e 10% à área Administrativa.

O Programa vem se demonstrando adequado às expectativas do Tribunal e proporciona oportunidades de aprendizado aos estudantes tanto na Capital, como no interior do Estado, tendo em vista que todas as Varas do Trabalho e Postos Avançados da Justiça do Trabalho possuem pelo menos uma vaga de estágio. Sobre a evolução das contratações das despesas com o Programa de Estágios, observa-se que no ano de 2016, a média de contratos vigentes era de 187, apresentando um custo total de R\$ 2.246,028,75. Já no ano de 2017, a média de contratos vigentes foi de 268 e o custo total do programa foi de R\$ 3.238.126,01. O incremento na despesa entre os anos de 2016 e 2017 foi de 44%, aproximadamente. Esse aumento dos custos com o Programa de Estágios do TRT4 justifica-se pela ampliação do quadro de vagas e pela retomada das contratações, que sofreram severas restrições no ano de 2016 em função de corte orçamentário que atingiu o Judiciário Trabalhista naquele ano.

Quadro 5.1.4.2. CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES				DESPESA DO EXERCÍCIO (EM R\$)
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1. NÍVEL SUPERIOR	332	298	311	352	3.238.126,01
1.1. ÁREA FIM	297	264	274	311	2.860.686,91
1.2. ÁREA MEIO	35	34	37	41	377.439,10
2. NÍVEL MÉDIO	-	-	-	-	-
2.1. ÁREA FIM	-	-	-	-	-
2.2. ÁREA MEIO	-	-	-	-	-
3. TOTAL (1+2)	332	298	311	352	3.238.126,01

Fonte: Secretaria Gestão de Pessoas.

5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

LEGISLAÇÃO QUE REGULA A CONSTITUIÇÃO E A FORMA DE UTILIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A Resolução CSJT nº 68/2010, complementada pela Portaria TRT4 nº 7465/2012. A Resolução CSJT nº 68/2010 do CSJT foi republicada, por erro material, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (Caderno Judiciário do CSJT) em 02-06-2015.

IMPORTÂNCIA E IMPACTO DA FROTA DE VEÍCULOS SOBRE AS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Importância e impacto no mais alto nível, eis que a frota de veículos é a ferramenta de trabalho da Seção de Transportes para a realização de sua missão organizacional, que é a de atender o público interno do Tribunal, nas necessidades de transportes de representação, institucional e de serviços de seus Magistrados e Servidores.

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA, DISCRIMINADOS POR GRUPOS, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO QUE LHESES SEJA DADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA BEM COMO SUA TOTALIZAÇÃO POR GRUPO E GERAL

GRUPO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
Veículos de Representação	5
Veículos de uso Institucional	13
Veículos de Serviço	20
TOTAL	38

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

VALORES ABSOLUTOS DE QUILOMETROS RODADOS

GRUPO	VALORES ABSOLUTOS (EM km)
Veículos de Representação	30.386
Veículos de uso Institucional	80.608
Veículos de Serviço	177.303
TOTAL	288.297

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

IDADE MÉDIA DA FROTA, POR GRUPO DE VEÍCULOS

GRUPO	IDADE MÉDIA (em anos)
Veículos de Representação	3,20
Veículos de uso Institucional	5,54
Veículos de Serviço	8,10
TOTAL	6,58

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

DESPESAS ASSOCIADAS À MANUTENÇÃO DA FROTA

TIPO	CUSTO ANUAL COM MANUTENÇÃO (em R\$ 1,00)
Combustíveis	121.938,36
Manutenção	68.821,71
Lubrificantes	2.304,00
Revisões Obrigatórias	8.867,32
Seguros Obrigatórios	3.223,02
Pedágios	0,00
Lavagem de veículos	40.275,00
TOTAL	245.429,41

Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo.

PLANO DE SUBSTITUIÇÃO DA FROTA

Mediante avaliação da Seção de Manutenção de Viaturas, observados as condições dos veículos e o custo de manutenção dos mesmos.

RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO

Economicamente, considerado o tamanho da frota, foi avaliado como mais economicamente favorável a aquisição de viaturas próprias, em detrimento de locações veiculares.

ESTRUTURA DE CONTROLES DE QUE A UNIDADE JURISDICIONADA DISPÕE PARA ASSEGURAR UMA PRESTAÇÃO EFICIENTE E ECONÔMICA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

O controle do Serviço tem o auxílio de sistema informatizado (Trace-GP, com interface com a Intranet do TRT4), o qual apropria dados - por demanda solicitada - da viatura, data e horários de deslocamentos, destino, motorista, quilometragem percorrida e solicitante.

Além do controle das demandas formuladas à Seção, são realizados outros, em rotinas pertinentes à natureza do serviço, os quais igualmente contribuem para uma otimização do serviço de transportes, permitindo inclusive um planejamento das ações anuais, como segue.

- Emprego de sistema de rastreamento veicular em todas as viaturas, o que permite a localização em tempo real da frota do TRT4 em todo o estado do Rio Grande do Sul e também oportuniza a otimização do atendimento das demandas por transportes.
- Fornecimento de combustíveis, por meio de compra com cartão magnético nos postos de serviço, o que gera relatórios de controle.
- Contratação de seguro contra terceiros, o que exime a Instituição do pagamento de eventuais despesas decorrentes com acidentes de trânsito.
- Carteiras de Habilitação: controle dos vencimentos das mesmas, com expedição de Ofício ao Detran, encaminhando o respectivo motorista para a renovação da mesma, o que evita eventuais interdições do direito de dirigir e/ou consequentes multas de trânsito.
- Multas de trânsito: realizada a identificação dos motoristas e controle do pagamento das mesmas pelos respectivos infratores, até as respectivas datas de vencimento, o que evita eventuais incapacidades de uso de viaturas por não licenciamento junto aos Órgãos de Trânsito.
- Lavação dos veículos: realizada indicação diária das viaturas a serem limpas, controle da qualidade do serviço e fiscalização do contrato, o que evita condições de trabalho em ambiente insalubre e preserva a imagem da Instituição junto ao público interno e externo.
- Uso de equipamento de auxílio à orientação (GPS), para auxiliar em atendimentos a demandas com destino de difícil localização, disponibilizados aos motoristas mediante carga em planilha de controle própria, o que contribui para redução de tempo de viagem e de consumo de combustível.
- Curso de reciclagem obrigatório para os Agentes de Segurança que exercem a função de motorista, com módulos de direção defensiva e comportamento ao volante em via pública, o que contribui para uma prestação de serviço mais segura e eficiente.
- Manutenção das viaturas: realizadas através de Seção de Trabalho própria, com plano de trabalho anual e também conforme demandas emergenciais, aportadas pela Seção de Transportes, o que contribui para manter a frota em condições de rodagem, evitando paradas excessivas em número e tempo das viaturas para realização de manutenção.

5.2.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Os imóveis de propriedade da União à disposição do TRT4, cuja jurisdição abrange todo o Estado do Rio Grande do Sul, têm como finalidade abrigar as Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal.

O controle da Gestão Patrimonial dos imóveis sob responsabilidade deste Tribunal é realizado por planilhas e pelo Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União, SPIUnet, desenvolvido pela Secretaria de Patrimônio da União, com objetivo de controlar e gerenciar todos imóveis em nome da União.

O encaminhamento da documentação necessária para o registro no SPIUNet à Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Rio Grande do Sul (SPU) é responsabilidade da Seção de Bens Imóveis, bem como posteriores alterações e dados da avaliação realizada a cada 2 anos.

Quadro 5.2.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	RIO GRANDE DO SUL		
	ALEGRETE (terreno)	1	1
	ARROIO GRANDE (terreno)	1	1
	BAGÉ	1	1
	BENTO GONÇALVES	1	1
	CACHOEIRA DO SUL	1	1
	CACHOEIRINHA	1	1
	CAMAQUÃ	1	1
	CANOAS	2	2
	CARAZINHO	1	1
	CAXIAS DO SUL	1	1
	ERECHIM	1	1
	ESTÂNCIA VELHA	1	1
	ESTRELA (terreno)	4	4
	FARROUPILHA	1	1
	GRAVATAÍ	1	1
	GUAÍBA	1	1
	IJUÍ	1	1
	LAJEADO	1	1
	LAGOA VERMELHA (terreno)	1	1
	MARAU	1	1
	MONTENEGRO	1	1
	NOVO HAMBURGO	1	1
	NOVO HAMBURGO(terreno)	2	2
	OSÓRIO	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	PALMEIRA DAS MISSÕES	1	1
	PELOTAS	1	1
	PORTO ALEGRE	7	7
	PORTO ALEGRE (terreno)	1	1
	RIO GRANDE	1	1
	RIO GRANDE (terreno)	1	1
	SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1
	SANTA CRUZ DO SUL	1	1
	SANTA MARIA	1	1
	SANTA ROSA	1	1
	SANTA ROSA (terreno)	-	1
	SANTA VITÓRIA DO PALMAR (terreno)	1	1
	SANTIAGO (terreno)	1	1
	SANTO ÂNGELO	1	1
	SÃO BORJA (terreno)	1	1
	SÃO GABRIEL	1	1
	SÃO JERÔNIMO	1	1
	SÃO LEOPOLDO	2	2
	SAPIRANGA	1	1
	SOLEDADE	1	1
	TAQUARA	1	1
	TAQUARA (terreno)	1	1
	TRIUNFO (terreno)	1	1
	URUGUAIANA	1	1
	VACARIA	1	1
	VACARIA (terreno)	1	1
	VIAMÃO	1	1
SUBTOTAL BRASIL	63	64	
EXTERIOR	-		
SUBTOTAL EXTERIOR	-		
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)	63	64	

Fonte: Secretaria de Administração.

Quadro 5.2.2.2. IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

CIDADE	ENDEREÇO	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO ÍOVEL		
					VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
ALEGRETE	Av. Tiaraju, 972	8507.00067.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 32.758,37	10-10-2017	R\$ 369.000,00
ARROIO GRANDE	Rua Capitão Astrogildo Silveira Machado, s/nº	8525.00007.500-1	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 25.979,13	18-10-2016	R\$ 22.569,84
BAGÉ	Alameda João Maria Peixoto, 1025	8531.00124.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 3.818.508,77	10-10-2017	R\$ 3.886.000,00
BENTO GONÇALVES	Av. Presidente Costa e Silva, 261	8541.00013.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.214.130,97	11-11-2015	R\$ 1.853.881,56
CACHOEIRA DO SUL	Rua Moron, 1057	8559.00020.500-7	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 374.970,55	11-11-2015	R\$ 710.847,92
CACHOEIRINHA	Av. Caí, 1850	8561.00001.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.565.431,03	08-06-2015	R\$ 4.661.330,04
CAMAQUÃ	Av. José Antônio Duro, 240	8569.00011.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 855.946,00	10-07-2015	R\$ 1.022.682,90
CANOAS	Rua Victor Barreto, 3530	8589.00295.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 530.316,94	02-12-2016	R\$ 770.539,74
CANOAS	Rua Victor Barreto, 3516	8589.00294.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 54.046,57	02-12-2016	R\$ 530.495,56
CARAZINHO	Rua Bento Gonçalves, 365	8591.00005.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 306.787,99	10-10-2017	R\$ 929.000,00
CAXIAS DO SUL	Av. da Vindima, 303	8599.00029.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 1.827.992,20	16-09-2015	R\$ 3.613.929,03
ERECHIM	Rua Fioravante Tagliari, 380	8637.00029.500-1	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 91.856,40	14-12-2016	R\$ 8.756.375,47
ESTÂNCIA VELHA	Av. Sete de Setembro, 60	8649.00007.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 132.846,96	11-11-2015	R\$ 602.883,06
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado, s/nº	8653.00007.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 220.200,00	19-05-2016	R\$ 35.029,50
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado, s/nº	8653.00005.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 220.200,00	19-05-2016	R\$ 35.029,50
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado, s/nº	8653.00003.500-1	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 223.000,00	19-05-2016	R\$ 37.991,09
ESTRELA	Rua Pinheiro Machado, s/nº	8653.00001.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 301.700,00	19-05-2016	R\$ 37.959,24
FARROUPILHA	Rua Treze de Maio, 51	8655.00004.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 671.169,52	11-11-2015	R\$ 968.345,01
GRAVATAÍ	Rua dos Sabiás, 320	8683.00012.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.811.734,00	20-05-2016	R\$ 4.407.912,22
GUAÍBA	Rua Serafim Silva, 120	8685.00006.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 386.327,18	11-11-2015	R\$ 684.081,22
IJUÍ	Rua Tiradentes, 663	8705.00026.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 754.706,45	10-07-2015	R\$ 1.450.833,89
LAJEADO	Rua Paulo Frederico Schumacher, 115	8729.00005.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 739.955,46	13-07-2015	R\$ 989.307,20
LAGOA VERMELHA	Rua nº 02	8727.00011.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 210.896,91	18-10-2016	R\$ 271.156,43
MARAU	Rua Narciso David Tesser	8737.00001.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 375.000,00	14-06-2016	R\$ 375.000,00
MONTENEGRO	Rua Campos Netto, 221	8749.00003.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 276.648,37	26-10-2015	R\$ 405.501,93
NOVO HAMBURGO	Rua Três de Outubro, 1233	8771.00008.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	REGULAR	R\$ 2.301.178,50	18-10-2016	R\$ 2.286.366,27
NOVO HAMBURGO	Rua D, s/nº	8771.00083.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 687.000,00	18-10-2016	R\$ 151.500,00
NOVO HAMBURGO	Rua Bayard de Toledo Mércio, s/nº	8771.00105.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 308.000,00	18-10-2016	R\$ 20.515,63

CIDADE	ENDEREÇO	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO ÍOVEL		
					VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
OSÓRIO	Rua Major João Marques, 253	8773.00013.500-7	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	REGULAR	R\$ 254.482,05	11-11-2015	R\$ 613.375,06
PASSO FUNDO	Rua Antônio Araujo, 1002	8785.00035.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 1.301.944,66	10-10-2017	R\$ 2.981.000,00
PALMEIRA DAS MISSÕES	Rua Miguel Rocha Sampaio, 136	8777.00011.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 26.079,61	11-11-2015	R\$ 1.430.228,58
PELOTAS	Rua 29 de junho, 160	8791.00241.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 5.241.122,07	20-12-2016	R\$ 8.917.222,57
PORTO ALEGRE	Av. Praia de Belas, 1100	8801.00414.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 12.951.743,55	18-12-2015	R\$ 27.258.213,92
PORTO ALEGRE	Av. Ipiranga, 115	8801.00422.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 71.280,00	18-12-2015	R\$ 193.033,88
PORTO ALEGRE	Rua Marcílio Dias, 280	8801.00421.500-4	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 161.676,00	18-12-2015	R\$ 286.312,03
PORTO ALEGRE	Av. Praia de Belas, 1432	8801.00423.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 22.302.243,57	18-12-2015	R\$ 22.487.871,26
PORTO ALEGRE	Rua Marcílio Dias, 446	8801.00482.500-7	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 446.292,00	14-12-2015	R\$ 1.246.126,60
PORTO ALEGRE	Rua Gen. João Telles, 369	8801.00499.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 543.946,16	18-12-2015	R\$ 4.570.389,23
PORTO ALEGRE	Rua Jacob Vontobel, 100	8801.00444.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 1.740.375,00	11-12-2015	R\$ 717.880,58
PORTO ALEGRE	Av. Aureliano de F. Pinto, 964	8801.00485.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO RUIM	R\$ 1.417.527,94	10-11-2016	R\$ 2.294.103,85
RIO GRANDE	Rua Valporto, 485	8815.00171.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.557.734,81	20-05-2016	R\$ 620.510,14
RIO GRANDE	Comendador Vasco Vieira da Fonseca, s/nº	8815.00242.500-1	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 567.959,66	03-03-2016	R\$ 567.959,66
SANTANA DO LIVRAMENTO	Rua Duque de Caxias, 1520	8845.00097.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 2.814.234,15	10-10-2017	R\$ 3.622.000,00
SANTA CRUZ DO SUL	Rua Pres. Prudente de Moraes, 603	8839.00014.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 1.027.789,40	13-11-2015	R\$ 1.072.462,23
SANTA MARIA	Alameda Montevidéu, 233	8841.00269.500-8	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.632.819,83	12-11-2015	R\$ 2.847.008,76
SANTA ROSA	Rua Santos Dumont, 496	8847.00012.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 381.107,42	11-11-2015	R\$ 274.078,02
SANTA ROSA	Rua Duque de Caxias, s/nº	8847.00014.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO		07-03-2017	R\$ 436.492,56
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	Rua 13 de Maio - lote 202	8849.00034.500-5	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 46.515,36	20-12-2016	R\$ 44.337,71
SANTIAGO	Av. Batista Bonotto Sobrinho, s/nº	8851.00075.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 25.000,00	11-11-2016	R\$ 100.000,00
SANTO ÂNGELO	Rua 25 de Julho, 660	8853.00057.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 348.954,50	18-10-2016	R\$ 2.293.777,68
SÃO BORJA	Rua Aparício Mariense, s/nº	8863.00057.500-6	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 105.000,00	31-05-2016	R\$ 36.531,47
SÃO GABRIEL	Rua José Lourenço Lisboa, 173	8869.00032.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 2.068.839,83	11-11-2015	R\$ 1.403.368,09
SÃO JERÔNIMO	Rua João Daisson, 35	8871.00003.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	REGULAR	R\$ 198.846,61	13-11-2015	R\$ 173.705,31
SÃO LEOPOLDO	Rua João Correa, 656	8877.00071.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 525.540,56	31-05-2016	R\$ 489.351,91
SÃO LEOPOLDO	Rua Júlio de Castilhos, 43	8877.00110.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 330.000,00	19-05-2015	R\$ 240.511,50
SAPIRANGA	Rua Padre Réus, 597	8899.00003.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.715.434,16	13-11-2015	R\$ 5.073.721,41
SOLEDADE	Rua José Quintana, 77	8919.00010.500-9	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 1.615.694,28	10-10-2017	R\$ 1.776.000,00

CIDADE	ENDEREÇO	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO ÍOVEL		
					VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO
TAQUARA	Rua Federação, 1870	8927.00003.500-1	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	MUITO BOM	R\$ 2.747.456,16	21-12-2015	R\$ 5.647.570,82
TAQUARA	Rua Manoel José de Medeiros Bedeco esq. Rua Coronel Evaristo	8927.00007.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 100.000,00	19-05-2015	R\$ 198.681,00
TRIUNFO	Rodovia TF 010, s/nº	8943.00001.500-2	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 44.660,12	20-12-2016	R\$ 175.500,00
URUGUAIANA	Travessa Dr. Mário Braccini, 2790	8951.00117.500-4	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 282.300,00	07-12-2016	R\$ 5.650.423,98
VACARIA	Av. Antônio Ribeiro Branco, 227	8953.00042.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	TERRENO	R\$ 959.905,40	19-04-2016	R\$ 959.905,40
VACARIA	Rua Major Flaminio Moreira, 92	8953.00014.500-0	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	BOM	R\$ 15.464,89	19-05-2016	R\$ 115.766,90
VIAMÃO	Rod. Assis Brasil com Estrada Caminho do Meio	8963.00037.500-3	21 - USO EM SERVIÇO PÚBLICO	NOVO	R\$ 124.924,80	19-06-2015	R\$ 107.483,01

Fonte: Secretaria de Administração.

5.2.3. CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS E ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Este Tribunal cedeu, no ano de 2017, espaços à Advocacia-Geral da União, Justiça Federal de 1º grau, Ministério Público do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil, Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Jacques Restaurante, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A seleção de cessionário para a ocupação do espaço destinado aos restaurantes nos prédios do Tribunal é realizada por meio de processo licitatório. Nos demais casos não há seleção, tendo em vista, que os espaços cedidos são ocupados por Órgãos Públicos, Bancos Oficiais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O rateio dos gastos relacionados ao imóvel é calculado de acordo com a área que o cessionário ocupa com suas instalações na edificação.

Todos os termos de cessão estão publicados no endereço eletrônico <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/termos-cessao>.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8801.00423.500-5
	ENDEREÇO	Av. Praia de Belas, 1432 - Porto Alegre
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	03.566.231/0001-55
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Advocacia-Geral da União
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Representar a UNIÃO judicialmente
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Órgão público
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Atividade essencial à Justiça
	PRAZO DA CESSÃO	Contrato rescindido em 22-03-2017
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	61,85 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT4
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT4
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT4
USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT4	

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8919.00010.500-9
	ENDEREÇO	Rua Professor José Quintana, 77 - Soledade
	RIP	8849.00048.500-1
	ENDEREÇO	Rua Justino Amonte Anacker, 1000 - Santa Vitória do Palmar
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	05.442.380/0001-38
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Justiça Federal de Primeiro Grau
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Atividade essencial à Justiça
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Órgão público
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Justiça Federal
	PRAZO DA CESSÃO	04-06-2018 (Soledade) 17-08-2021 (Santa Vitória do Palmar)
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	35,62 m ² (Soledade) 44,73 m ² (Santa Vitória do Palmar)
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT4
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT4
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT4
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT4

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8815.00171.500-6
	ENDEREÇO	Rua Valporto, 485 - Rio Grande
	RIP	8849.00048.500-1
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	26.989.715/0035-51
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Ministério Público do Trabalho
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Atividade essencial à Justiça
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Órgão público
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Ministério Público do Trabalho
	PRAZO DA CESSÃO	13-08-2018
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	20,00 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT4
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT4
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT4
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT4

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	LOCALIDADE	Em 62 cidades do Rio Grande do Sul, conforme Contrato 019/2013. Em Porto Alegre a OAB tem espaço cedido em 3 endereços.
	IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	
	CNPJ	87.019.584/0001-25
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Ordem dos Advogados do Brasil
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Representação dos Advogados
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Ordem dos Advogados do Brasil
	PRAZO DA CESSÃO	08-04-2018
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	Áreas, conforme Contrato 019/2013, totalizando 1.330,81 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	sem reembolso ao TRT4
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	sem reembolso ao TRT4
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	sem reembolso ao TRT4
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	sem reembolso ao TRT4

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8785.00035.500-0
	ENDEREÇO	Rua Antônio Araújo, 1002 - Passo Fundo
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	87.612.537/0001-90
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Prefeitura Municipal de Passo Fundo
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Órgão Público Municipal
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Estrutura Administrativa da Prefeitura
	PRAZO DA CESSÃO	23-05-2018
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	1.348,93 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	reembolso de despesa com energia elétrica
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para Conta Única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	-
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150080014

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	RIP	8801.00414.500-6
	ENDEREÇO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre
	RIP	8801.00423.500-5
	ENDEREÇO	Av. Praia de Belas, 1432 - Porto Alegre Varas
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	08.538.481/0001-03
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Jacques Restaurante
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	alimentação
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Licitação
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Restaurante para servidores
	PRAZO DA CESSÃO	Rescisão unilateral a contar de 04-06-2017
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	315 m ² (TRT4) 284,74 m ² (Varas)
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	R\$ 11.182,07
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para Conta Única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	Rateio de despesas de água e esgoto, energia elétrica, taxa de lixo, limpeza e vigilância e cobrança de aluguel da área utilizada.
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150080014

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	LOCALIDADE	Em 6 cidades do Rio Grande do Sul até o dia 22-02-2017, conforme Contrato 068/2013
		Em 6 cidades do Rio Grande do Sul a partir do dia 23-02-2017, conforme Contrato 008/2017
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	00.000.000/5088-10
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Banco do Brasil
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Instituição Bancária
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Posto Bancário
	PRAZO DA CESSÃO	22-02-2022
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	Áreas, conforme Contrato 008/2017, totalizando 611,41 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	R\$ 12.885,66 - até o dia 22-02-2017 R\$ 13.320,17 - a partir do dia 23-02-2017
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para conta única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	Rateio de despesas de água e esgoto, energia elétrica, taxa de lixo, limpeza e vigilância e cobrança de aluguel da área utilizada.
	USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150080014

Fonte: Secretaria de Administração.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO	LOCALIDADE	Em 28 cidades do Rio Grande do Sul até o dia 30-08-2017, conforme Contrato 077/2012
		Em 24 cidades do Rio Grande do Sul a partir do dia 31-08-2017, conforme o Contrato 061/2017
IDENTIFICAÇÃO DO CESSIONÁRIO	CNPJ	00.360.305/0001-04
	NOME OU RAZÃO SOCIAL	Caixa Econômica Federal
	ATIVIDADE OU RAMO DE ATUAÇÃO	Instituição Bancária
CARACTERIZAÇÃO DA CESSÃO	FORMA DE SELEÇÃO DO CESSIONÁRIO	Sem seleção
	FINALIDADE DO USO DO ESPAÇO OU IMÓVEL CEDIDO	Posto Bancário
	PRAZO DA CESSÃO	30-08-2022
	CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO CEDIDO	Áreas, conforme Contrato 061/2017, totalizando 1.220,64 m ²
	BENEFÍCIOS, PECUNIÁRIOS OU NÃO, RECEBIDOS PELA UPC COMO REMUNERAÇÃO PELO ESPAÇO CEDIDO	R\$ 27.470,40 - até o dia 30-05-2017 R\$ 26.263,26 - até o dia 30-08-2017 R\$ 25.857,50 - a partir do dia 31-08-2017
	TRATAMENTO CONTÁBIL DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS	Recolhido mediante GRU para conta única da União
	RATEIO DOS GASTOS, QUANDO CESSÃO PARCIAL	Rateio de despesas de água e esgoto, energia elétrica, taxa de lixo, limpeza e vigilância e cobrança de aluguel da área utilizada.
USO DOS BENEFÍCIOS DECORRENTES DA CESSÃO PELA UPC	Gerado crédito no financeiro na fonte 0150080014	

Fonte: Secretaria de Administração.

5.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIRO

Todas as Unidades Judiciárias e Administrativas instaladas nas localidades constantes nesse quadro funcionam em prédios locados pela inexistência de imóveis da União adequados às atividades deste Tribunal.

Antes de efetivar uma nova locação ou renovar um contrato, a Seção de Bens Imóveis consulta a Superintendência do Patrimônio da União, através do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis - SISREI, acerca da existência de imóvel de propriedade da União Federal.

As despesas acessórias à locação, como água e esgoto, luz e IPTU são pagas conforme definido previamente através do contrato, ou diretamente pelo Tribunal às concessionárias e Prefeitura ou através de ressarcimento ao proprietário mediante apresentação do comprovante de despesas devidamente pago e requerimento de reembolso.

Quadro 5.2.4. IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	RIO GRANDE DO SUL		
	ALEGRETE	1	1
	ALVORADA	1	1
	ARROIO GRANDE	1	1
	CAPÃO DA CANOA	1	1
	CAXIAS DO SUL	1	1
	CRUZ ALTA	1	1
	DOM PEDRITO	1	1
	ENCANTADO	1	1
	ERECHIM	1	-

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
	ESTRELA	1	1
	ESTEIO	1	1
	FREDERICO WESTPHALEN	1	1
	GRAMADO	2	2
	ITAQUI	1	1
	LAGOA VERMELHA	1	1
	MARAU	1	1
	NOVA PRATA	1	1
	PANAMBI	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	PORTO ALEGRE	6	6
	RIO GRANDE	1	1
	ROSÁRIO DO SUL	1	1
	SANTA ROSA	1	1
	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	1	1
	SANTIAGO	1	1
	SANTO ÂNGELO	1	-
	SÃO BORJA	1	1
	SÃO LEOPOLDO	1	1
	SÃO LOURENÇO DO SUL	1	1
	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	1	1
	SAPUCAIA DO SUL	1	1
	TAQUARI	1	1
	TORRES	1	1
	TRAMANDAÍ	1	1
	TRÊS PASSOS	1	1
	TRIUNFO	1	1
	VIAMÃO	1	1
SUBTOTAL BRASIL		43	41
EXTERIOR		-	-
SUBTOTAL EXTERIOR		-	-
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		43	41

Fonte: Secretaria de Administração.

5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.3.1. DESCRIÇÃO SUCINTA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

O Plano Estratégico de TIC, elaborado para o ciclo 2016-2020, foi concluído em meados de 2016 e revisado em agosto de 2017, por meio da RA nº 26/2017. Neste trabalho foram observados o Plano Estratégico Institucional, bem como os planos estratégicos de TIC do CSJT e do CNJ, garantindo alinhamento com tais normativos. Além disso foram considerados também fatores socioeconômicos que afetam diretamente a área de TIC, tais como o orçamento destinado à SETIC, o aumento da demanda da Justiça do Trabalho em decorrência de crise econômica e a rápida disseminação de novas tecnologias. Como foco principal desse novo ciclo, a reflexão evidenciou a necessidade da área de TIC aproximar-se dos usuários finais por meio de iniciativas que agreguem valor às suas atividades jurisdicionais e administrativas, primando pela excelência operacional. Os seguintes novos objetivos estratégicos, indicadores e metas foram criados:

- Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
- Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
- Aperfeiçoar a gestão de TIC
- Aprimorar a segurança da informação
- Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC
- Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
- Aprimorar a comunicação entre as equipes
- Melhorar a Disponibilidade do PJe

Vide o item 9.1.1. Anexo 5.3.1. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações 2016-2020.

O Plano Diretor de TIC é um planejamento tático que visa atender às diretrizes estratégicas, necessidades inerentes à continuidade do negócio e demandas. É elaborado e revisado anualmente com base no diagnóstico da execução do ano anterior, nos resultados dos indicadores e nas demandas dos interessados, coletadas por meio de pesquisas ou apresentadas pela administração e pela Comissão de Informática.

Todos os projetos e ações realizados têm seu alinhamento estratégico definido e considerado desde sua aprovação para compor o PDTIC, até sua conclusão. Os objetivos estratégicos para os quais as iniciativas de TI apresentam contribuição estão expressos na Descrição dos Projetos e podem ser consultados no Portal de Governança de TIC.

Vide o item 9.1.2. Anexo 5.3.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC - 2016-2017.

5.3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DE TI

Conforme Art. 227 do Regimento Interno do Tribunal, À Comissão de Informática incumbe:

I - propor as estratégias, indicadores e metas institucionais para a área de tecnologia da informação e comunicações;

II - participar da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) e acompanhar a sua execução;

III - orientar os investimentos em tecnologia da informação e comunicações e acompanhar a sua execução;

IV - sugerir à Administração do Tribunal soluções de TIC para as áreas judiciária e administrativa, alterações naquelas já existentes, bem como normas e procedimentos para a respectiva implantação;

V - avaliar as propostas de aquisição de equipamentos e softwares, bem como suas destinações, em especial quando em desacordo com os padrões estabelecidos;

VI - receber e analisar as ponderações, críticas e sugestões dos usuários, visando ao desenvolvimento ou aperfeiçoamento das soluções de TIC;

VII - promover intercâmbio e parceria com outras instituições;

VIII - opinar sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito da 4ª Região;

IX - outras atribuições correlatas, a critério da Administração.

COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2016-2017, PORTARIA CONJUNTA TRT4 nº 302/2014, COM AS ALTERAÇÕES DA PORTARIA CONJUNTA TRT4 nº 2566/2017

- Des. João Pedro Silvestrin, Presidente da Comissão de Informática;
- Des. Cláudio Antônio Cassou Barbosa;
- Des. George Achutti;
- Juíza Eny Ondina Costa da Silva, Juiz-Diretor do Foro Porto Alegre;
- Juiz Rodrigo de Almeida Tonon;
- Kátia Viegas, representante da Secretaria-Geral da Presidência da Presidência;
- Juiz Cloemar Lemes Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional;
- Bárbara Burgardt Casaletti, Diretor-Geral;
- Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-Geral Judiciário;
- Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

O Comitê de Governança de TIC foi recomposto em 11 de dezembro de 2017, em função da troca da Administração, não tendo ocorrido nenhuma reunião, nesse exercício, com a nova composição (Vide 9.1.3. Anexo 5.3.2. Composição do Comitê Gestor de TIC).

Quadro 5.3.1. RESUMO DAS REUNIÕES OCORRIDAS EM 2017

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2017 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
24-01-2017 (inteiro teor)	Distribuição dos equipamentos (desktops e notebooks) adquiridos.	Os desktops serão adquiridos sob demanda, acompanhando a orientação do CSJT, e que a substituição dos equipamentos existentes irá ocorrer quando do término da sua garantia. Aprovada a entrega/substituição dos notebooks para a Escola Judicial, as sessões externas de julgamento, a 1ª SDI, o plantão do PJe no 2º grau e a SETIC. Os notebooks para a Assessoria de Recurso de Revista não serão entregues neste momento - deverão aguardar nova deliberação.
	Avaliação do PDTIC - revisão 2016-2017. Análise das sugestões recebidas pela SETIC através de consultas:	
	Pedido para que a SETIC prestasse assistência técnica para computadores pessoais.	Pedido negado.
	Pedido para que os monitores utilizados pelos magistrados em suas residências sejam trocados por outro modelo maior.	Considerando que a demanda é de somente 2 magistrados, não haverá aquisição específica neste momento; caso haja aumento de demanda a Comissão irá reavaliar a possibilidade de aquisição.
	Pedido para que o atendimento ao usuário deixe de telefonar para o solicitante.	Deliberado que será informado ao servidor que enviou o pedido que este é o procedimento adotado pela SETIC para atendimento dos chamados.
	Pedido de criação de um sistema que cadastre e atualize os usuários do tribunal nos diversos sistemas informatizados do modo unificado.	Pedido aceito.
	Pedido de disponibilização dos vídeos dos treinamentos realizados em Porto Alegre para os servidores do interior.	Pedido será encaminhado para a SEGESP.
	Pedido para implementação de um sistema de premiação das unidades e gestores.	Pedido será encaminhado à DG.
Diversos pedidos relativos a funcionalidades no sistema RH.	Todos ficarão sobrestados ante a expectativa de implementação do SIGEP.	
13-03-2017 (inteiro teor)	Apresentado o PDTIC (continuação). Apresentadas as alterações no plano de contratações de TIC.	PDTIC 2016-2017: Comissão deliberou pela aprovação do "Portfólio de projetos PDTIC 2016-2017", anexado ao final da ata. Deliberada pela aprovação das alterações apresentadas no Plano de Contratações.
19-05-2017 (inteiro teor)	Rede WAN JT: encaminhamento sobre prorrogação emergencial do contrato da operadora Oi ou manutenção de uma única rede entre o término da vigência do contrato da Oi e a implantação da nova rede.	Aprovação da Opção 1 (prorrogação emergencial do contrato da operadora Oi).
	Licitação para renovação ou contratação de serviço de colaboração em nuvem.	Especificações técnicas da licitação deverão identificar as funcionalidades atualmente em uso, bem como as exigências técnicas do TRT4, permitindo a participação de outras soluções hoje existentes no mercado.
	Processos de TIC: Processo de Desenvolvimento de Software, Processos de incidentes, mudanças e problemas e Catálogo de Serviços.	Aprovação da revisão do Processo de Desenvolvimento de Software e da proposta de Processo de Sustentação de Software. Deliberada a aprovação ainda, das alterações nos processos de incidentes, mudanças e problemas e no catálogo de serviços.
	Projeto integração eJus2-Secretarias de Turma ao PJe.	Deliberado que o projeto seja desenvolvido.

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2017 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
27-06-2017 inteiro teor	Acompanhamento da Execução do PDTIC - Projetos e orçamento:	
	Novo AUD.	Autorizada a inclusão no PDTIC.
	Atualização e expansão da Solução de Backup.	Deliberado pela aprovação da aquisição de 2 VTLs e 1 tape library ao valor estimado de R\$ 2.000.000,00.
	Atualização e expansão da Central Telefônica de Porto Alegre.	Aprovada a inclusão no PDTIC.
	Contratação de Service Desk.	Aprovada a contratação.
	Substituição de Monitores.	Deliberado pela aquisição de monitores de 29 polegadas, sendo facultado aos usuários a manutenção do segundo monitor de 20".
	Baterias dos ultrabooks Magistrados (baterias que inflam e aquecem).	Aprovada a substituição, caso a fabricante não as substitua.
	Aquisição de 20 Scanners para substituição nos locais onde são mais utilizados.	Aprovada a aquisição.
	Aquisição de 518 Impressoras monocromáticas para substituição dos equipamentos que sairão da garantia.	Aprovada a aquisição e troca das 518 impressoras por outras de menor porte.
	Infraestrutura do PJe: Subscrição JBOSS.	Deliberado pela subscrição da versão JBOSS Red Hat.
	Autorização para uso de 40 Licenças do Office.	Autorizado o uso das licenças para magistrados e outras áreas do TRT4.
	Leitor (drive) de CD/DVD.	Deliberado pela autorização de compra de uma unidade para cada Secretaria de Turma, que fornecerá aos gabinetes, quando solicitado.
	Mouse sem fio para uso nos notebooks do Conselho da Escola Judicial.	Aquisição não autorizada pela Comissão.
Monitor 32" e Software Zoomtext (atualização).	Aprovação da aquisição.	
Revisão de processos TIC: Planejamento das contratações de soluções de TIC e Revisão do Macroprocesso da Fase de Gestão de Contratos de TIC.	Aprovadas as alterações propostas.	
13-09-2017 a 27-09-2017 (deliberações por meio eletrônico) inteiro teor	Projeto 452 - SGTI - Relatório de Análise de Riscos e Plano de Tratamento de Riscos.	A Comissão de Informática, em conjunto com o Comitê de Segurança da Informação, tomou ciência dos resultados da Análise de Risco realizada e validou a proposta de Plano de Tratamento de Riscos.
	Alteração regimental sobre a Comissão de Informática.	a Comissão de Informática concorda com a alteração regimental para revisão das atribuições, a fim de atender as recomendações do relatório de Auditoria da SECONTI, bem como com a alteração da denominação para Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC), conforme registros do eJus2.
	Aquisição de monitores - esclarecimentos quanto à diferença de valores entre os monitores de 23" e os de 29".	Comissão de Informática ratifica a deliberação pela aquisição dos monitores Ultrawide 29".
	Aquisição de Tablet para SEAPA.	Aprovada a aquisição.
	Ferramenta de colaboração em nuvem.	Comissão de Informática deliberou pela adesão ao registro de preços do TRT da 8ª Região (Pará), conforme registros do eJus2.
	Aditivo compra de microcomputadores.	Comissão de Informática.
	Licenciamento ferramenta de descoberta de dados QLIKSENSE.	Aprovada a demanda.

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA 2017 - RESUMO DOS ASSUNTOS ABORDADOS		
DATA REUNIÃO	ITEM DA PAUTA	DELIBERAÇÃO
09-10-2017 a 13-10-2017 (deliberações presenciais e por meio eletrônico) inteiro teor	Monitoramento da execução do Plano Diretor de TIC - setembro de 2017 (situação Setembro/2017).	Comissão de Informática tomou ciência do andamento dos projetos integrantes do PDTIC (posição setembro/2017).
	Acesso ao GV3: Oficiais de Justiça.	Autorizada a concessão de acesso ao GV3 aos oficiais de justiça, sob demanda.
	Acesso ao GV3: "Assistente de Execução" de Juiz de Primeiro Grau.	Não autorizada a concessão de acesso, neste momento.
	Acesso ao GV3: Assistente de Diretor de Secretaria.	Autorizada a concessão de acesso ao GV3 aos Assistentes de Diretor, sob demanda.
	Alterações e-Jus ² : Permitir acesso ao drive "S" para os advogados ou transferir automaticamente todos os processos do drive "S" para o drive "J".	Foi definido que todos os processos podem ser disponibilizados aos advogados no computador a eles destinado na sala de sessões, inclusive aqueles em segredo de justiça.
	Alterações e-Jus ² : Permitir no módulo "sessão" do eJus2 a marcação, pelo secretário, de um processo como destaque.	A solicitação foi negada nos moldes em que formulada. SETIC vai avaliar a possibilidade de marcação, pelo secretário, sem a necessária visibilidade do voto antes da sessão.
	Aquisição de monitores 29' ultrawide: condições aquisição.	Houve deliberação no sentido de que a definição da quantidade total (aquisição ou não de monitores para o trabalho remoto dos magistrados) ocorra no próximo exercício, mediante consulta.
	Aquisição de monitores 29' ultrawide: TRT4 adquirirá a quantidade de 1.000 unidades?	Autorizado o empenho inicial de 1.000 unidades.
	Aquisição de monitores 29' ultrawide: Se positivo, a entrega inicial seria para qual público?	Aprovada a proposta 1 - Atendimento na capital - fornecer monitores para todos os computadores usados por magistrados e servidores das 30 VTs de Porto Alegre e dos gabinetes do TRT4 (incluindo setores da Administração).
	AUD: 5.1.Alteração no código do novo AUD (3.3.).	Considerando a determinação do CSJT, houve deliberação no sentido de manter a "tranca" para reenvio das atas.
	AUD: 5.2. Grupo de trabalho para definições de negócio do sistema AUD junto ao CSJT.	Aprovada a criação de grupo de trabalho com três integrantes no total. Dr. Rodrigo fará o contato com os magistrados Leandro Krebs e Graciela Maffei, inicialmente.
	Grupo de Trabalho de magistrados para definições sobre PJe	Foi deliberado que a proposta será encaminhada para o Comitê Gestor do PJe deliberar.
	QlikSense	Aprovada a aquisição de 100 licenças desenvolvedor, mais o Qlik Analytics Plataforma, mais 5 licenças para ambiente de desenvolvimento. Valor estimado: R\$ 500.000,00, que representa uma redução de cerca de 35% sobre o valor dos registros de preço apresentados.
	Execução orçamentária: Mouses ortopédicos.	Aprovada a compra direta de 20 unidades, com nova avaliação do uso, a fim de definir necessidade de aquisição no próximo exercício.
Execução orçamentária: Monitoramento execução orçamentária.	Comissão tomou ciência.	
Formalização do processo de modelagem e gestão de processos de TIC do TRT4.	Aprovada a proposta apresentada para formalização do processo de modelagem e gestão de processo de TIC.	

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5.3.3. DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Quadro descritivo dos sistemas de informação classificados como estratégicos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações 2016-2017.

Quadro 5.3.3. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Nº	NOME	DESCRIÇÃO SIMPLES	ÁREA	EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO.	CUSTO
1	ADMEletrônico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.	Administrativo	TRT4	N/A
2	AUD inFOR	Sistema de audiências integrado ao inFOR.	Judicial 1º Grau	CSJT	N/A
3	AUD PJe	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
4	Consulta Processual	Consulta à tramitação processual.	Judicial público externo	TRT4	N/A
5	e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.	Judicial Administração 1ª Grau e TST	TRT4	N/A
6	e-Gestão 2º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 2º Grau.	Judicial Administração 2º Grau e TST	TRT4	N/A
7	e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de sentenças, acórdãos e às sessões de julgamento.	Judicial 1º Grau e 2º Grau	TRT4	N/A
8	e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.	Judicial Assessoria Judiciária Vice-Presidente	TRT9	N/A
9	e-Remessa	Sistema para envio e recebimento de recursos ao TST.	Judicial 2º Grau	TST	N/A
10	e-Sentença	Sistema de apoio à produção de sentenças.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
11	e-Sentença Web	Sistema de apoio à produção de sentenças através de interface web.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
12	inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau.	Judicial 1º Grau	TRT4	N/A
13	Jurisprudência (Internet e e-Jus ²)	Pesquisa textual em decisões publicadas.	Judicial público interno e externo	TRT4	N/A
14	NovaJus4	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.	Judicial 2º Grau	TRT4	N/A
15	PJe-JT 1º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 1º grau.	Judicial 1º Grau e público externo	TRT4	N/A
16	PJe-JT 2º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 2º grau.	Judicial 2º Grau e público externo	TRT4	N/A
17	Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria.	Judicial público externo	TRT4	N/A
18	Publicação DEJT 2º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 2º Grau pela SEGJUD.	Judicial público externo	TRT4	N/A
19	Sistema de Precatórios	Sistema para administração de precatórios.	Judicial JACEP	TRT4	N/A
20	VIPE	Consulta e impressão de petições eletrônicas recebidas.	Judicial público externo	TRT4	N/A
21	Aplicações de BI	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados.	Administração SEGJUD AGE DG Corregedoria	TRT4	N/A
22	Portal Internet	Portal corporativo do TRT4.	Público interno e externo	TRT4	N/A
23	Portal VOX	Portal interno (intranet).	Público interno	TRT4	N/A
24	GIM - Gestão Informações do Magistrado	Módulo do PJe que centraliza os processos conclusos ao juiz.	Judicial Magistrados	TRT4	N/A
25	Íntegra dos autos processos eletrônicos	Rotina de download automático da íntegra de processos eletrônicos para utilização em audiências	Judicial Público interno e externo	TRT4	N/A
26	Concurso Juízes	Solução para operacionalização e gestão do concurso de juizes.	Administrativo, público interno e externo	TRT4	N/A
27	Consulta Processual do PJe (login e senha)	Módulo de consulta a andamentos e documentos de processos eletrônicos.	Judicial público externo	TRT4	N/A
28	Extrator e-Gestão	Cálculo estatístico do e-Gestão para o PJe.	Judicial público interno	TRT4	N/A

Nº	NOME	DESCRIÇÃO SIMPLES	ÁREA	EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO.	CUSTO
29	Ferramenta de Pesquisa Patrimonial	Pesquisa unificada de informações relacionadas à execução das reclamadas em ações trabalhistas.	Judicial público interno	TRT4	N/A
30	Conciliação Virtual	Solução para auxiliar a conciliação criada para possibilitar aos advogados, exclusivamente em processos que tramitam no PJe, a possibilidade de diálogo entre os procuradores cadastrados nos respectivos processos eletrônicos para tratativas de conciliação.	Público interno e externo	TRT4	N/A

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Avaliação de riscos nos serviços de TIC: em 2016, foi encerrada a implantação, no TRT4, do primeiro ciclo do SGSI (Sistema de Gestão de Segurança da Informação), que teve como escopo os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que suportam o processo de prestação jurisdicional (1º e 2º graus de jurisdição, trabalho remoto e público externo). Na análise de risco realizada, foram mapeados e analisados 458 ativos (ambiente, processos e tecnologia), obtendo-se, ao final da análise um índice de risco de 38,3% (risk index), que foi reduzido para 26,8%, após a implementação do Plano de Tratamento.

O segundo ciclo do SGSI foi iniciado em 2017 e está em fase final de execução. Utilizando o mesmo escopo do ciclo anterior, verificou-se um índice de risco (risk index) de 24,9%, que foi reduzido para 18,2%, após a implementação do Plano de Tratamento (vide relatório final do SGSI e análise crítica em anexo), indicando um aumento no nível de segurança da informação entre os ciclos. (vide o item 9.1.4. Anexo 5.3.3. Relatório de Implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação).

5.3.4. DESCRIÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DE TI

O Plano Anual de Capacitação é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituído pelo Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006. Trata-se de um processo de gestão contínuo que compreende as definições dos temas e metodologias de capacitação a serem implementadas, as ações de capacitação voltadas à habilitação de seus servidores e o monitoramento dos resultados, atendendo ainda às determinações do Acórdão nº 381/2011 do TCU.

O Plano Anual de Capacitação dos servidores da SETIC é composto de:

- Quadro com Perfis Técnicos da SETIC: Planilha com a descrição de todos os perfis técnicos existentes na secretaria, composto da descrição das principais atribuições e dos conhecimentos necessários para desempenho das atividades realizadas por cada perfil de profissional. O levantamento dos perfis técnicos da SETIC é mantido com o apoio dos gestores da SETIC, e está de acordo com as atribuições formais das respectivas unidades da Secretaria.
- Quadro com Mapeamento das Competências dos Servidores da SETIC: Planilha onde cada servidor é relacionado aos níveis de capacitação necessários para execução das atividades relacionadas a cada perfil técnico que desempenha. A análise dos perfis técnicos e níveis de capacitação de cada servidor é mantida com o apoio dos gestores da SETIC. Os níveis de capacitação são avaliados como "Capacitado", "Aprimorar/Atualizar Capacitação" ou "Iniciar Capacitação".
- Lista de Treinamentos Previstos para 2017: Planilha com a descrição dos treinamentos previstos para o ano de 2017, composta das seguintes informações: perfil técnico, nome e lotação dos servidores participantes, carga horária, valor, nome do treinamento e possíveis fornecedores. Para os treinamentos fora do estado, foram estimado valores com diárias, passagens aéreas e adicional de deslocamento. A

escolha dos treinamentos previstos é realizada com o apoio dos chefes de seção, coordenadores e direção da SETIC, de acordo com os seguintes critérios:

- A escolha dos treinamentos previstos é realizada com o apoio dos chefes de seção, coordenadores e direção da SETIC, de acordo com os seguintes critérios:
 - os cursos planejados para cada servidor deverão estar relacionados a pelo menos um dos seus perfis técnicos;
 - Atingir os indicadores estabelecidos no Plano Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 158/2015) relacionados a seguir:
 - 75% dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em, no mínimo, 40 horas de cursos gerenciais de TIC;
 - 60% de servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em, no mínimo, 40 horas de cursos técnicos de TIC.
 - os servidores devem realizar de 20 a 80 horas de treinamento por ano, visando a capacitação contínua de todo o quadro funcional da SETIC, atentando para que o tempo afastado do trabalho para capacitação não comprometa as atividades da Secretaria. Cabe referir que devido à natureza da atividade e tecnologias utilizadas, algumas áreas demandam mais treinamentos do que outras.
- Quadro com Síntese do Plano de Capacitação: Planilha com resumo dos dados dos treinamentos previstos por setor e por participantes, composta das seguintes informações: número de vagas contratadas, valor estimado e carga horária. As informações constantes do quadro síntese são utilizadas pelas chefias da secretaria para a gestão da capacitação dos seus servidores. Vide o item 9.1.5. Anexo 5.3.4. Plano Anual de Capacitação da SETIC - 2017.

Os objetivos esperados com a execução do Plano de Capacitação são:

- aprimorar a gestão da capacitação dos servidores da SETIC;
- aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores, visando a melhoria do desempenho de cada servidor;
- garantir que a capacitação dos servidores da SETIC esteja alinhada aos objetivos da Secretaria;
- adequar as competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

O Plano de Capacitação é anual, de modo que todas as atividades programadas devem ser realizadas dentro do respectivo exercício.

Durante o ano são realizadas revisões do Plano de Capacitação, avaliando a sua execução, de modo a verificar se os objetivos e resultados esperados estão sendo atingidos.

Após o encerramento do ano, é elaborado um Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação com os resultados alcançados. Cf. 9.1.6. Anexo 5.3.4. Relatório de Execução do Plano de Capacitação da SETIC - 2017.

5.3.5. DESCRIÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE COMPÕE A FORÇA DE TRABALHO DE TI

A força de trabalho de TIC do Tribunal é composta por cento e vinte e oito (128) servidores, sendo oitenta e nove (89) pertencentes à carreira de Tecnologia da Informação do próprio órgão, trinta e oito (38) oriundos do quadro geral do próprio órgão e um (1) requisitado de outro Tribunal, conforme quadro abaixo. Não há terceirizados nem estagiários na força de trabalho de TI.

Quadro 5.3.5. FORÇA DE TRABALHO DE TIC

FORÇA DE TRABALHO DE TIC	QUANTIDADE
Pertencentes à carreira de TIC do próprio órgão	86
Cargos vagos pertencentes à carreira de TIC do próprio órgão	3
Oriundos do quadro geral do próprio órgão	35
Cargos vagos decorrentes de aposentadoria do quadro geral do próprio órgão, que aguardam autorização do CSJT para provimento.	3
Requisitado de outro Tribunal	1
TOTAL	128

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5.3.6. DESCRIÇÃO DOS PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TI IMPLEMENTADOS

No tocante ao gerenciamento de serviços de TI, a Portaria TRT4 nº 2628/2016 (Vide 9.1.7. Anexo 5.3.6. Portaria TRT4 nº 2628/2016) instituiu os Processos de Gerenciamento de Incidentes e Requisições, de Gerenciamento de Problemas, de Mudanças e Liberações e de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Esses processos de trabalho foram modelados conforme as boas práticas estabelecidas na biblioteca ITIL e, durante o ano de 2017, foram revisados conforme atos normativos que os formalizaram, em atendimento ao padrão adotado pelo CNJ para o acompanhamento da ENTIC-JUD do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 211/2015. Atualmente, os processos são executados na ferramenta Axios Assyst.

Já a Portaria TRT4 nº 6371/2016 (Vide 9.1.8. Anexo 5.3.6. Portaria TRT4 nº 6371/2016) instituiu o processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC, modelado conforme as boas práticas da biblioteca ITIL e revisado em 2017. Atualmente, o processo é executado na ferramenta Assyst-ITAM, no sistema de patrimônio do Tribunal e em planilhas compartilhadas.

Além disso, encontram-se regulamentados e implantados vários outros processos de gestão e governança de TIC, como desenvolvimento de software, contratações de TIC, gerenciamento de projetos e portfólios, segurança da informação, gestão de riscos de processos de TIC, gestão de TIC e planejamento estratégico de TIC, gerenciamento da disponibilidade e capacidade de TIC, aferição e monitoração dos níveis de serviço de TIC e modelagem e gestão de processos de TIC.

Toda a documentação pertinente aos processos de trabalho de TIC está publicada no portal de Governança de TIC do Tribunal, no endereço <https://www.trt4.jus.br/portais/governanca/controle-de-revisao-dos-processos>.

5.3.7. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO

Ver 9.1.9. Anexo 5.3.7. Descrição dos Projetos de TI.

5.3.8. MEDIDAS TOMADAS PARA MITIGAR EVENTUAL DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE TI PARA A UNIDADE

Conforme regulamentação do processo de contratação de soluções de TIC do Tribunal, constante no Processo Administrativo nº 0003586-92.2012.5.04.0000, nos estudos técnicos preliminares de cada contratação, é realizado o respectivo plano de sustentação, em que identificadas as situações, responsáveis e ações necessárias a mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviço de TI (cf. 9.1.10. Anexo 5.3.8. Modelo do Plano de Sustentação).

5.3.9. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).

O processo de Planejamento e Revisão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicações encontra-se regulamentado pela Portaria TRT4 nº 5759/2016 e tem como objetivo estabelecer os papéis e responsabilidades, bem como as etapas necessárias à elaboração e revisão do Plano Estratégico de TIC, assegurando seu alinhamento com o plano estratégico do TRT4 e planos estratégicos de TIC vigentes no CSJT e CNJ.

Também encontra-se devidamente regulamentado o processo de Gestão de TIC do TRT4 (Portaria TRT4 nº 2340/2016). Este processo tem por objetivo planejar, coordenar e monitorar as atividades executadas na SETIC. O processo de Gestão de TIC é composto por dois subprocessos: "Elaboração do Plano Diretor de TIC" (PDTIC) e "Execução e Monitoramento do PDTIC". Anualmente é realizado o planejamento das aquisições, baseado nos Projetos e ações definidas no PDTIC.

Ambos os processos foram revisados no ano de 2017, conforme atos normativos que os formalizaram e em atendimento ao padrão adotado pelo CNJ para o acompanhamento da ENTIC-JUD do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 211/2015.

O planejamento das ações de TIC, observados os processos estabelecidos, permite o efetivo acompanhamento das ações e projetos de TIC, bem como de sua execução orçamentária, e garante a entrega de serviços e de soluções de TIC que atendam aos objetivos institucionais. A documentação pertinente aos processos de trabalho aqui referenciados estão publicados no portal de Governança de TIC do Tribunal, no endereço <https://www.trt4.jus.br/portalgovernanca/governanca>.

5.3.10. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)

Implantado em 100% da Justiça do Trabalho da 4ª Região, desde outubro de 2015. Em 2017, o TRT4 atuou como piloto da versão 2.0 do sistema através da sua disponibilização para a 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O principal canal de acesso direto do cidadão ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é a Ouvidoria. Por meio desta unidade, o cidadão pode encaminhar pedidos de informação, reclamações, sugestões, elogios e outras manifestações relacionadas aos serviços da Justiça do Trabalho ou sobre o andamento de processos. A Ouvidoria também recebe denúncias de trabalho infantil e outros casos de violação de direitos trabalhistas, encaminhando-as aos órgãos responsáveis pela fiscalização. A unidade ainda acolhe os pedidos relacionados à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/2011).

Todas as manifestações são respondidas, com a maior brevidade possível, por uma equipe especializada de servidores, sob a coordenação de um Desembargador-Ouvidor, eleito a cada dois anos.

A sala da Ouvidoria está localizada no saguão do prédio-sede do TRT4. O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h, com exceção de feriados.

Além do atendimento pessoal, os outros meios de acesso à Ouvidoria são:

- Formulário eletrônico no site do Tribunal
- E-mail: ouvidoria@trt4.jus.br
- Telefones: 0800 725-5350 (ligação gratuita de telefones fixos no Rio Grande do Sul) ou (51) 3255-2200 nos demais casos.
- Formulário disponível nas portarias do prédio-sede do TRT4 e das unidades judiciárias de primeiro grau. O formulário preenchido deve ser depositado nas caixas dispostas nos mesmos locais, ou endereçado via Correio à "Ouvidoria da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Endereço: Av. Praia de Belas, 1.100. CEP 90110-903. Porto Alegre-RS".

A Ouvidoria recebeu mais de 4,8 mil manifestações em 2017, que resultaram na tramitação de 3,84 mil expedientes no setor. As respostas levaram, em média, oito dias. Esse período compreende desde o recebimento da demanda, sua análise pelo servidor da Ouvidoria, o despacho pelo ouvidor ou vice-ouvidor, o encaminhamento para a unidade, a resposta dessa unidade e a efetiva comunicação com o manifestante. Nos casos de urgência, as respostas foram imediatas.

Os pedidos de informação foram os temas mais frequentes dos atendimentos no último ano, chegando a cerca de 2,8 mil. Em sua maioria, foram solicitações de esclarecimentos sobre atos processuais e movimentos na consulta unificada, que não são confundidos com pedidos de andamento, o que não é prestado pela Ouvidoria. O segundo grupo mais volumoso de expedientes correspondeu a manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, representando 28% do total, seja em razão da matéria (consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), ou por serem de competência de outro órgão, como o Ministério Público do Trabalho ou a OAB.

As reclamações corresponderam a 17% dos expedientes, destacando-se as inconformidades com o tempo de tramitação de processos e a demora para a prolação de sentenças. Nesses casos, as unidades judiciárias tomam as providências cabíveis, explicam os motivos do atraso, ou fornecem previsões.

No final de 2017, a Ouvidoria passou a utilizar um novo sistema para registro e encaminhamento das demandas dos usuários. Assim, para agilizar o atendimento, os usuários podem encaminhar suas manifestações através do formulário eletrônico disponível na página da Ouvidoria, no portal do Tribunal.

O TRT4 também disponibiliza outros meios de comunicação com o cidadão:

Site institucional (www.trt4.jus.br)

O site disponibiliza uma ampla gama de informações institucionais do TRT4 (endereços e telefones das unidades judiciárias, por exemplo) e uma série de serviços ao cidadão, dentre eles, a consulta processual (para conferência do andamento do processo), a consulta à jurisprudência e o acesso à Ouvidoria. Por meio do portal, os advogados também acessam as principais ferramentas para o seu trabalho, como o Processo Judicial Eletrônico e os Diários Eletrônicos.

O site ainda conta com uma área de notícias. O espaço apresenta matérias jornalísticas sobre serviços, ações e projetos institucionais, decisões judiciais, movimentação processual, dentre outros tópicos.

Redes Sociais

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possui perfis próprios no Facebook e no Twitter. Os perfis são alimentados com as notícias veiculadas no site, matérias televisivas do canal do TRT4 no Youtube, informações de utilidade pública e mensagens didáticas sobre direitos e deveres dos trabalhadores e empregadores. A principal função dos perfis nas redes sociais é estabelecer uma comunicação próxima e em tempo real do Tribunal com o cidadão, além de potencializar a disseminação das informações da Instituição na Internet.

Ao final de 2017, a página do TRT4 no Facebook tinha 27 mil seguidores. O perfil do Twitter, 10,6 mil.

YouTube

Outro meio de comunicação do TRT4 com a sociedade é o canal de WebTV no YouTube (<https://www.youtube.com/user/TRT4RS>), para veiculação de matérias jornalísticas. O canal disponibiliza matérias sobre serviços, projetos e eventos institucionais do TRT4.

6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região disponibiliza em seu site institucional (www.trt4.jus.br) uma seção chamada "Informações ao Cidadão", que cumpre o papel da Carta de Serviços aos Cidadãos. A seção, que fica em destaque no canto superior direito da página principal, descreve e presta orientações sobre os principais serviços da Justiça do Trabalho e do portal.

- Ação Trabalhista
- Processo Eletrônico
- Atendimento ao Público
- Endereços e Telefones
- Conciliação
- Acompanhamento Processual
- Acesso à Informação
- Ouvidoria
- Plantão Judiciário
- Arquivo
- Agenda de Audiências e Sessões
- Emissão de Guias
- Certidões
- Jurisprudência
- Biblioteca
- Precatórios
- Diário Eletrônico
- Atualização Monetária
- Transparência
- Revista Eletrônica
- Significados de termos na JT

Por meio do site, o TRT4 também se preocupa em explicar ao cidadão atuação da Justiça do Trabalho. Na aba "Institucional" do menu, o usuário encontra, dentre outras opções, os seguintes tópicos e subtópicos:

JUSTIÇA DO TRABALHO

- O que faz
- Estrutura no Brasil e no RS
- Como ajuizar uma ação
- Como tramita um processo

6.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações sobre a Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul mais importantes à sociedade estão dispostas no site do TRT4, nas seções "Institucional", "Consultas" e "Transparência".

INSTITUCIONAL

- JUSTIÇA DO TRABALHO
 - O que faz
 - Estrutura no Brasil e no RS
 - Como ajuizar uma ação
 - Como tramita um processo
- PROGRAMAS
 - Trabalho Seguro
 - Combate ao Trabalho Infantil
 - Horizonte Sustentável
- O TRT-RS
 - História
 - Administração
 - Varas do Trabalho e Postos Avançados
 - Órgãos Julgadores
 - Desembargadores
 - Juízes do Trabalho
 - Jurisdições
 - Gestão Estratégica
 - Comissões e Comitês
 - Organograma
- OUVIDORIA
- ESCOLA JUDICIAL
- CENTRO DE CONCILIAÇÃO - CEJUSC
- JUÍZO AUXILIAR DE EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS
- MEMORIAL
- ESPAÇOS CULTURAIS

CONSULTAS

- PROCESSOS
 - Consulta por Número do Processo
 - Consulta por OAB
- JURISPRUDÊNCIA
 - Decisões de 2º Grau
 - Súmulas
 - Precedentes do TRT

- Incidentes de Recursos Repetitivos (IRR) suscitados no TST
- Incidentes de Assunção de Competência (IAC) suscitados no TST
- Incidentes de Uniformização Jurisprudencial (IUJ)
- Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
- Teses Jurídicas Prevalentes
- Orientações Jurisprudenciais (SEEx)
- Pesquisa de Súmulas e OJ da SEEx

- CATÁLOGO VIRTUAL DA BIBLIOTECA DO TRT4

- ATOS NORMATIVOS
 - Pesquisa de Atos Normativos
 - Portarias
 - Provimentos da Presidência e Conjuntos
 - Provimentos da Corregedoria
 - Provimentos da Corregedoria (consolidação)
 - Provimentos da Escola Judicial
 - Resoluções Administrativas
 - Atualização Legislativa
 - Atos da Presidência e Atos Conjuntos
 - Editais da Presidência
 - Recomendações
 - Regulamento Geral do TRT
 - Regimento Interno do TRT
 - Regulamento Corregedoria

- CORREIÇÕES
 - Calendários
 - Relatórios
 - Editais

- AGENDAS
 - Sessões de Julgamento do TRT
 - Pauta do 1º grau
 - Agenda da Administração

- CARTILHAS
 - Cartilha do TRT-RS
 - Cartilhas sobre o Trabalho Infantil

- CLASSIFICAÇÃO DE PETIÇÕES
- DIÁRIO ELETRÔNICO
- CALENDÁRIO OFICIAL
- REVISTA ELETRÔNICA DO TRT
- PRECATÓRIOS
- GLOSSÁRIO

TRANSPARÊNCIA

- METAS
 - Apresentação
 - Mapa Estratégico do TRT4
 - Resultados

- ESTRUTURA
 - Estrutura Organizacional
 - Endereços, Telefones e Horários
 - Competências

- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

- INICIATIVAS
 - Projetos
 - Obras

- ESTATÍSTICAS
 - Dados Estatísticos
 - Conciliações

- NORMAS
 - Principais
 - Atos normativos
 - Pesquisa de Atos Normativos

- FINANÇAS
 - Orçamento
 - Licitações
 - Contratos
 - Contas Públicas
 - Atividade Docente de Magistrados
 - Lotação de Magistrados e Servidores

- REMUNERAÇÕES
 - Estrutura Remuneratória e Detalhamento da Folha de Pagamento
 - Beneficiários, Despesas de Pessoal, Provimentos e Vacâncias
 - Situações especiais

- AUDIÊNCIAS
 - Sessões colegiadas
 - Audiências do 1º Grau

- ATENDIMENTO AO CIDADÃO
- CONTROLE EXTERNO
- CONTROLE INTERNO
- ACESSO A INFORMAÇÕES
- CONCURSOS

6.4. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Em 2017 o Portal de Internet do TRT4 foi completamente remodelado em uma nova tecnologia, tornando-se responsivo e adaptável a qualquer formato e tamanho de tela. Foi projetado e construído dentro das melhores práticas de acessibilidade, permitindo amplo acesso aos usuários, atingindo o índice de 98,77%, indicador verde, do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios - ASES, figurando entre os melhores índices de acessibilidade do Judiciário Brasileiro.

As notícias publicadas no *site* permitem aos deficientes visuais a leitura por meio de softwares específicos disponíveis no mercado. No Youtube, rede social em que são postadas as matérias da WebTV do Tribunal, é possível acionar legendas, o que garante o acesso de deficientes auditivos. No Facebook, as postagens com a hashtag #PraCegoVer, apresentam a descrição das imagens postadas nesta rede social.

O Tribunal também conta com quiosques de inclusão digital instalados em todos os Foros do Estado, que facilitam o acesso ao processo judicial eletrônico para as partes ou procuradores que têm dificuldade de acesso à internet ou de configuração adequada de seus equipamentos pessoais. Com a consolidação do PJe os quiosques passaram a ser utilizados intensamente. Em Porto Alegre, foram instaladas dentro do espaço fornecido para a OAB, 14 máquinas para essa finalidade, além das 4 existentes na Central de Atendimento ao Público (CAP), facilitando o acesso ao PJe.

As medidas de acessibilidade arquitetônica e urbanística estão sendo implementadas nas novas edificações pela Secretaria de Manutenção e Projetos. Nas edificações existentes que não atendem totalmente à legislação e normas específicas, está sendo realizada avaliação e projeto específico de acessibilidade para cada localidade, com a posterior execução dos serviços necessários para o total atendimento às normas, tendo sido priorizado o atendimento às demandas encaminhadas pelo Ministério Público Federal.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Tribunal adota os seguintes procedimentos no tratamento da depreciação de itens do patrimônio:

a) este Tribunal aplica os dispositivos constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 (depreciação, amortização e exaustão) e NBC T 16.10 (avaliação e mensuração de ativos e passivos);

b) a estimativa de vida útil econômica do Ativo usada foi a constante no manual SIAFI - Macrofunção nº 02.03.30 (reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização, e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações);

c) para o cálculo da depreciação foi utilizado o método linear ou de quotas constantes, conforme o item 7.2 da Macrofunção nº 02.03.30;

d) as taxas para o cálculo da depreciação foram extraídas do item 6.3 da Macrofunção nº 02.03.30;

e) em relação às metodologias adotadas para avaliação e mensuração de ativos e passivos, esta UPC segue as normas definidas na NBC T 16.10;

No ano de 2017, os registros das depreciações de bens móveis totalizaram R\$ 10.714.622,39, os bens imóveis R\$ 1.065.878,52 e as amortizações o valor de R\$ 504.942,10.

As depreciações acumuladas somaram R\$ 39.773.014,59 (bens móveis) e R\$ 1.434.521,63 (bens imóveis) e as amortizações acumuladas do Intangível o valor de R\$ 85.494,80.

Estas cifras resultaram em um decréscimo patrimonial de 16,22% do Imobilizado e de 0,93% do Intangível.

7.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADES

O Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos - GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho.

O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRTs, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O GT Custos reuniu-se ao longo do primeiro semestre de 2014 para discutir e definir os principais critérios e metodologia de modelagem e de implantação do Sistema de Custos da Justiça do Trabalho (SIC-JT) no CSJT, no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho até o final de 2020. Recentemente essa data final foi prorrogada até 2021.

Durante o segundo semestre de 2014, iniciou-se a modelagem do projeto piloto no TST. Procurando modelar um sistema que se adequasse e fosse compatível com a estrutura definida na Resolução CSJT nº 63/2010 para os tribunais trabalhistas.

Com o propósito de definir e escolher as ferramentas de TI apropriadas, foram realizadas diversas reuniões de trabalho com os técnicos da área de TI. Após essas reuniões, optou-se pela utilização de ferramentas de Business Intelligence (BI), quais sejam o Business Object (BO) e o banco de dados Data Warehouse (DW).

O GT-Custos, como previsto em seu Ato de criação, foi prorrogado por 12 meses, encerrando suas atividades ao final de outubro de 2015, ocasião em que apresentou seu relatório final, que solicitou a homologação do sistema piloto desenvolvido e implantado no TST e apontou os seguintes desafios a serem superados para implantação definitiva do Sistema de Custos em toda a Justiça do Trabalho (SIC-JT):

- implantação de um sistema de custos único para toda a JT;
- integração do SIC-JT com o Sistema de Custos do Governo Federal (SIC-GOV);
- disseminar a cultura de custos nos tribunais, especialmente entre os gestores;
- sensibilizar a Administração, gestores e operadores;
- desenvolver relatórios que melhor atendam às necessidades dos usuários da informação de custos; e
- incentivar o uso da informação de custos no processo decisório dos gestores.

Para superação desses grandes desafios e visando a lograr êxito e eficácia na implantação do SIC-JT, o relatório propõe as providências elencadas a seguir:

- desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC-GOV para toda a JT;
- padronização dos sistemas estruturantes dos tribunais que fornecem dados para o sistema de custos (folha de pagamento, Material e Patrimônio, Almoxarifado, dentre outros);
- treinamento e capacitação dos operadores do SIC-JT nos tribunais;
- criação da Setorial de Custos da JT, a funcionar no CSJT, nos moldes das Setoriais de Orçamento, Contabilidade e Financeira; e
- criação de estrutura administrativa, tanto no CSJT como nos Tribunais, para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos.

O Ato nº 320/CSJT.GP.SG, de 09 de novembro de 2017, publicado no Diário Eletrônico da JT, de 20-11-2017, criou e definiu a composição e as competências do Comitê Gestor do SIC-JT, para dar continuidade aos procedimentos de desenvolvimento e implantação do projeto de custos.

O art. 4º do referido ato define como competências do Comitê Gestor:

I. atuar como Órgão Central do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, durante a vigência deste Ato;

II. estabelecer as normas e os procedimentos referentes ao Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho;

III. manter e aprimorar o Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho;

IV. coordenar a implantação do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho em todos os tribunais trabalhistas, dentro do prazo meta fixado no Planejamento Estratégico do CSJT;

V. apoiar e supervisionar a gestão de custos nos tribunais trabalhistas, com o intuito de auxiliar na elaboração de informações consistentes;

VI. disponibilizar instruções, procedimentos, metodologias, recomendações técnicas e outros instrumentos que auxiliem o desempenho das atividades relacionadas à gestão de custos nos tribunais trabalhistas;

VII. definir, elaborar e orientar a produção de relatórios gerenciais que permitam gerar informações que subsidiem o processo de avaliação dos custos dos tribunais trabalhistas, bem como a tomada de decisão;

VIII. prestar, quando solicitado, suporte técnico aos tribunais trabalhistas, bem como a órgãos externos, com vistas a melhoria das informações prestadas por estas entidades;

IX. propor alterações nos sistemas que compõem a base de dados do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, com vistas ao aperfeiçoamento da informação produzida;

X. gerenciar o cadastro de usuários do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho;

XI. elaborar estudos na área de custos e qualidade do gasto público, com vistas a promover a busca pela eficiência na Justiça do Trabalho;

XII. promover a capacitação e o apoio técnico para a disseminação de conhecimentos relacionados à temática de custos;

XIII. definir, acompanhar e orientar o processo de integração do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho (SIC-JT) ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC).

A primeira reunião do Comitê está programada para os dias 22 e 23 de março de 2018, com o objetivo de reiniciar o processo de implantação do sistema de custos, estando previsto para esse ano o início do sistema nos TRT das 1ª Região (RJ), 2ª Região (SP) e 8ª Região (PA).

7.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

7.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

Ver 9.2.1. Anexo 7.3.1. Balanço Patrimonial.

7.3.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Ver 9.2.2. Anexo 7.3.2. Balanço Orçamentário.

7.3.3. BALANÇO FINANCEIRO

Ver 9.2.3. Anexo 7.3.3. Balanço Financeiro.

7.3.4. DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Ver 9.2.4. Anexo 7.3.4. Demonstrativo de Variações Patrimoniais.

7.3.5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Ver 9.2.5. Anexo 7.3.5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

7.3.6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31-12-2017

Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é um órgão do Poder Judiciário, pertencente à administração pública federal direta, com sede na cidade de Porto Alegre/RS. A natureza das suas atividades é a prestação jurisdicional.

As Demonstrações Contábeis, levantadas em 31 de dezembro de 2017, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a Lei nº 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

Esta unidade está subordinada aos normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que é o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, e operacionaliza as suas transações orçamentárias, financeiras e patrimoniais pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por meio do qual foram extraídas as demonstrações contábeis que se apresentam.

Tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão

A depreciação dos bens móveis é realizada pelo método linear e o valor apurado mensalmente é reconhecido em contas de variação patrimonial diminutiva.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem, o valor residual, o cálculo da depreciação e as taxas utilizadas são aquelas estabelecidas no Manual SIAFI, Macrofunção 020330.

Os itens passíveis de amortização, nesta unidade, são os softwares, cujos direitos de propriedade são amortizados conforme os prazos contratuais.

Relativamente à depreciação dos bens imóveis, destaca-se que somente aqueles registrados no Sistema de Patrimônio da União - SPIUnet - estão sendo depreciados, cujas informações são repassadas pela Secretaria de Patrimônio da União para a Secretaria do Tesouro Nacional, a qual procede aos lançamentos no Sistema SIAFI.

Esta unidade não possui recursos esgotáveis, passíveis de exaustão.

Avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os caixas e equivalentes de caixa são registrados pelo valor original.

As entradas nos estoques são registradas pelo valor de aquisição/ produção e as saídas, pelo custo médio ponderado de acordo com a Macrofunção SIAFI nº 020319.

Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição ou pelo valor definido em instrumento de doação, caso sejam obtidos a título gratuito, sendo todos depreciados conforme destacado no subitem anterior. Os gastos posteriores à aquisição, quando proporcionam benefícios econômicos futuros, são incorporados ao valor do bem, já os gastos que não geram benefícios futuros são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva.

A baixa de bens móveis se dá pelo valor contábil líquido.

Os bens intangíveis são registrados pelo valor de aquisição e aqueles com vigência contratual limitada são amortizados conforme o prazo contratual. Ressalte-se que aqueles com prazo de vigência indeterminado não são passíveis de amortização.

Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção, na conta contábil Bens de uso especial não registrados no SPIUnet contabiliza-se aqueles pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União; os demais estão contabilizados na conta Bens de uso especial registrados no SPIUnet, bem assim informados no Sistema de Patrimônio da

União - SPIUnet. Os saldos das obras ainda não concluídas permanecem nas contas contábeis Estudos e Projetos, Obras em Andamento e Instalações.

Balanco Orçamentário

O Balanço orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias sendo confrontado o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é composto pelos quadros:

- Quadro Principal do Balanço Orçamentário;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados.

O Ato CSJT.GP.SG nº 28/2017 reabriu o crédito extraordinário no valor de R\$ 295.915,00 na ação "4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", GND 3, Fonte 150, relativo à Medida Provisória nº 750/2016. Este valor não foi utilizado tendo em vista que no dia 02-05-2017, através do documento 2017ND800012 os recursos foram bloqueados na conta "62.212.01.05 - créditos bloqueados pela SOF", pois a MP 750/2016 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12-04-2017.

Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanco Patrimonial

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que estão registrados em contas de compensação.

Apresenta-se, a seguir, o detalhamento das contas do quadro principal do Balanço Patrimonial:

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante, a depender o grau de liquidez e de exigibilidade.

O Ativo Circulante representa os valores disponíveis para realização imediata e, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os que tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis, enquanto que, os demais ativos devem ser classificados como Ativo não Circulante.

- **Caixa e equivalentes de caixa:** compreende o somatório dos valores em banco, composto pelo limite de saque, que trata de valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, e depósito em caução, a título de garantia contratual recebida.

Quadro 7.3.6.1. DETALHAMENTO DE SALDO - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$)

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2017	DEZ/2016
11.111.19.03	DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	53.636,82	47.164,66
11.112.20.01	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO - OFSS	37.409.394,67	20.123.911,00
TOTAL		37.463.031,49	20.171.075,66

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

Quadro 7.3.6.2. DETALHAMENTO DE SALDO - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - DEMAIS CONTAS - CEF CAUÇÕES (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
IT ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.977,50	4.938,80
JOSELAINÉ PASSOS GORIZA ME	0,00	9.988,96
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	6.549,69	0,00
M3 LOGÍSTICA E TRANSPORTES EIRELI ME	15.802,35	10.160,51
MULTIAGIL LIMPEZA PORTARIA E SERVIÇOS ASSOCIADOS LTDA.	6.439,46	0,00
OI S.A.	7.963,69	6.267,66
SAFENET TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.	1.146,01	1.136,86
VB MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA.	0,00	3.997,42
VECTRA ENGENHARIA LTDA ME	10.758,12	10.674,45
TOTAL	53.636,82	47.164,66

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil.

Quadro 7.3.6.3. DETALHAMENTO DE SALDO - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO POR FONTE DE RECURSOS (R\$)

CONTA CONTÁBIL 11.112.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO - OFSS			
FONTE DE RECURSOS		DEZ/2017	DEZ/2016
00	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.106.589,73	9.470.093,21
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	739.763,05	220.709,08
50	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	461.861,80	22.047,50
81	RECURSOS DE CONVÊNIO	24.101.180,09	10.411.061,21
TOTAL		37.409.394,67	20.123.911,00

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Demais créditos e valores a curto prazo:** tratam-se de adiantamentos concedidos de salários a pessoal e créditos a receber decorrentes de cessão de espaço neste Tribunal.

Quadro 7.3.6.4. DETALHAMENTO DE SALDO - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$)

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2017	DEZ/2016
11.311.01.05	SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	76.540,89	88.594,54
11.381.13.00	CRED A REC POR CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	470.132,04	0,00
TOTAL		546.672,93	88.594,54

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Estoques:** compreendem o montante dos materiais em almoxarifado, adquiridos para utilização no curso normal das atividades deste Tribunal.

Quadro 7.3.6.5. DETALHAMENTO DE SALDO - ALMOXARIFADO (R\$)

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2017	DEZ/2016
11.561.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	2.256.993,60	2.350.422,30
TOTAL		2.256.993,60	2.350.422,30

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente:** são os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão nos exercícios subsequentes, quando da ocorrência dos respectivos fatos geradores, de acordo com o princípio da competência.

Quadro 7.3.6.6. DETALHAMENTO DE SALDO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
Prêmios de seguros a apropriar	21.288,70	21.530,81
Assinaturas e anuidades e de periódicos	105.194,95	46.934,98
TOTAL	126.483,65	68.465,79

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil.

- **Demais créditos e valores a longo prazo:** corresponde ao adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD, os quais são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e da apropriação de créditos de Longo Prazo decorrentes da celebração de Termos de Cessão de espaço físico deste Tribunal com instituições bancárias.

Quadro 7.3.6.7. DETALHAMENTO DE SALDO - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO(R\$)

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2017	DEZ/2016
12.121.98.03	CRED POR CONCESSAO DIREIT USO/EXPLORACAO BENS	1.640.788,42	0,00
12.121.98.26	ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP	1.201.273,81	1.168.510,48
TOTAL		2.842.062,23	1.168.510,48

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

Quadro 7.3.6.8. DETALHAMENTO DE SALDO - CRÉDITOS POR CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇO (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
BANCO DO BRASIL SA	503.058,42	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.137.730,00	0,00
TOTAL	1.640.788,42	0,00

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil.

- **Bens móveis:** são bens destinados à manutenção e operação do Tribunal. Os bens foram depreciados de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330 - depreciação, amortização e exaustão dos bens para a Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Quadro 7.3.6.9. DETALHAMENTO DE SALDO - BENS MÓVEIS (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.073.011,43	3.591.035,31
Bens de Informática	53.330.421,67	51.102.024,24
Móveis e Utensílios	36.793.457,98	30.859.642,28
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	756.711,25	698.980,65
Veículos	2.707.908,36	2.509.903,58
Demais Bens Móveis	346.126,54	763.695,30
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(39.773.014,59)	(34.564.639,55)
TOTAL	58.234.622,64	54.960.641,81

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Bens imóveis:** são imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade deste Tribunal, e somente aqueles registrados no SPIUnet estão sendo depreciados.

Quadro 7.3.6.10. DETALHAMENTO DE SALDO - BENS IMÓVEIS (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
Bens de Uso Especial	149.632.289,05	139.510.751,58
Bens Imóveis em Andamento	6.417.744,97	23.268.397,40
Instalações	0,00	379.847,83
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.434.521,63)	(368.643,11)
TOTAL	154.615.512,39	162.790.353,70

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Intangível:** Tratam-se dos softwares adquiridos pela unidade para a manutenção de suas atividades. Aqueles que possuem prazo contratual determinado são amortizados de acordo com a vigência do contrato.

Quadro 7.3.6.11. DETALHAMENTO DE SALDO - INTANGÍVEL (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
Software com Vida Útil Indefinida	8.622.645,65	7.661.171,85
Software com Vida Útil Definida	593.667,89	2.192.105,69
(-) Amortização Acumulada	(85.494,80)	(1.174.599,39)
TOTAL	9.130.818,74	8.678.678,15

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo (CP):** O valor de R\$ 33.662,20, referente a 2017, é composto de obrigações com magistrados e servidores (R\$ 11.995,20) e com pagamento de honorários periciais (R\$ 21.667,00).
- **Fornecedores e contas a pagar a curto prazo:** Tratam-se das obrigações relativas à Requisição de Pagamento de Honorários Periciais - RPHP.

Quadro 7.3.6.12. DETALHAMENTO DE SALDO - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
07675255000101 S. MASTER COMERCIO DE PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA - EPP		5.008,50
080014 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO	108.333,00	
TOTAL	108.333,00	5.008,50

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

- **Demais obrigações a curto prazo:** Compreendem outras obrigações junto a terceiros, as quais estão representadas pelos Depósitos e cauções recebidos, que são garantias contratuais recebidas e tem contrapartida na conta Caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 7.3.6.13. DETALHAMENTO DE SALDO - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS (R\$)

DESCRIÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2016
IT ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.977,50	4.938,80
JOSELAINE PASSOS GORZIZA ME	0,00	9.988,96
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	6.549,69	0,00
M3 LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI ME	15.802,35	10.160,51
MULTIAGIL LIMPEZA PORTARIA E SERVICOS ASSOCIADOS LTDA	6.439,46	0,00
OI SA	7.963,69	6.267,66
SAFENET TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.	1.146,01	1.136,86
VB MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA	0,00	3.997,42
VECTRA ENGENHARIA LTDA ME	10.758,12	10.674,45
TOTAL	53.636,82	47.164,66

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil.

- **Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo (LP):**

A contabilização dos valores relativos a passivos é regulamentada neste Tribunal no Processo Administrativo nº 0004901-58.2012.5.04.0000.

Desde o exercício de 2012 os passivos de pessoal reconhecidos no âmbito do TRT4 são contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme determinação e instruções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, por meio do Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 14/2012 e da Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012.

Posteriormente, a Resolução CSJT nº 137/2014 estabeleceu critérios pertinentes ao reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamentos de despesas de exercícios anteriores de passivos relativos a magistrados e servidores no âmbito do Judiciário do Trabalho.

No ano de 2015 foi emitida nova regulamentação sobre a contabilização de passivos de pessoal por meio da Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015 de 29 de outubro de 2015. As grandes alterações propostas para os lançamentos no SIAFI foram:

- a criação de contas próprias para a contabilização dos passivos de pessoal da Justiça do Trabalho, a saber:
 - 21.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP)
 - 22.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (LP)
- situações específicas no SIAFI para lançamento contábil com passivos (LPA 308 e LPA 316);
- lista padronizada de códigos de Inscrição Genérica - IG por tipo de passivo para consolidação e comparação dos dados.

Já no exercício de 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminhou aos Tribunais do Trabalho a Mensagem CFIN/CSJT nº 005/2016, complementando a Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015, no sentido de delimitar como passivos aqueles definidos na Resolução 137/2014 e na IN 01/2014.

Em outubro de 2016, esta Secretaria de Orçamento e Finanças formulou dois questionamentos à CFIN por meio de correio eletrônico, sendo o primeiro sobre a correta classificação de passivos com pagamento suspenso por medida judicial e o segundo com relação a critérios para a contabilização de passivos oriundos das Mensagens CFIN/CSJT nº 008, 053/2015 e 005/2016.

A primeira consulta gerou a Informação nº 272/2016-CSJT.CFIN.SG, com parecer do Setorial Contábil da Justiça do Trabalho, sugerindo que os passivos com exigibilidade suspensa por medida cautelar, poderão ser enquadrados no conceito de provisão e, se a cautelar versar sobre a existência ou não do passivo, este poderá ser registrado como um passivo contingente.

A segunda consulta teve resposta mediante a Informação nº 247/2016-CSJT.CFIN.SG, com parecer do mesmo setorial sugerindo a emissão de nova orientação para os tribunais no sentido de esclarecer que os passivos enquadrados no parágrafo único, do art. 2º da IN 01/2014 sejam objeto de contabilização individualizada, excluindo-se apenas aqueles de pequena monta nos termos do art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. A mesma informação também esclarece que não deve ser estabelecida ordem de preferência entre os artigos 12 e 13 da Resolução nº 137 e o parágrafo único do art. 2º da IN nº 01/2014, uma vez que todos os dispositivos são excludentes, com exceção do último que poderá ser objeto ou não da individualização.

A seguir, em novembro de 2016, foi emitida a Mensagem CFIN/CSJT nº 036/2016, tratando da "Retificação parcial da Mensagem CFIN/CSJT nº 005/2016" e contendo as novas orientações aos Tribunais a respeito dos questionamentos já respondidos a este Tribunal por meio das Informações nº 247 e 272/2016, acima explicitadas. De imediato, foram realizadas as operações de acerto contábil para o correto enquadramento conforme especificado pelo Setorial.

Já no exercício de 2017, por meio da Mensagem CFIN/CSJT nº 39/2017, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho solicitou aos Regionais informações acerca dos saldos pendentes de pagamento de passivos administrativos, estipulando que os passivos a serem informados deveriam obrigatoriamente estar registrados no SIAFI e de acordo com as orientações constantes nas mensagens e informações acima referidas.

Em relação aos pagamentos efetuados no ano de 2017, o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 13, de 30 de novembro de 2017 autorizou a abertura de crédito suplementar para pagamento de passivos administrativos, esclarecendo que os recursos disponibilizados deveriam ser aplicados na quitação dos valores devidos a título de "Recálculo da Parcela de Equivalência (PAE) e na amortização dos demais passivos.

Na sequência, por meio do Ofício Circular nº 15, de 13 de dezembro de 2017, foi comunicada nova abertura de crédito para pessoal e encargos sociais, autorizando a amortização dos passivos no caso de disponibilidade de recursos.

Esses passivos reconhecidos por insuficiência de créditos são oriundos de despesas de pessoal e encargos sociais, cujas razões e justificativas para seus lançamentos contábeis estão amparados conforme o quadro a seguir e de acordo com as orientações e legislações acima citadas:

Quadro 7.3.6.14. PASSIVOS RECONHECIDOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS

CODIFICAÇÃO DO PASSIVO	TIPO DE PASSIVO	BASE LEGAL
ADSAPATSE - ADSACATSE - ADSAJATSE	ATS - SERVIDOR	Lei 8.112/90, art. 67, revogado pela MP nº 2.225-45, de 2001, porém respeitadas as situações constituídas até 08.03.1999.
ADSAPD13S – ADSACD13S – ADSAJD13S ADSIPD13S – ADSICD13S – ADSIJD13S	13º SALÁRIO – SERVIDOR	Lei 8.112/90, art. 63 a 66..
ADSAPDAFI - ADSACDAFI - ADSAJDAFI ADSIPDAFI - ADSICDAFI - ADSIJDPAFI	DIFERENÇA DE FÉRIAS - SERVIDOR	Lei 8.112/90, art. 77 a 80.
ADSIPLPIN - ADSICLPIN - ADSIJLPIN	LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA SERVIDOR	Resolução CSJT nº 72/2010.
ADMAPABPE - ADMACABPE - ADMAJABPE ADSAPABPE – ADSACABPE – ADSAJABPE ADSIPABPE – ADSICABPE - ADSIJABPE	ABONO DE PERMANÊNCIA	Emenda Constitucional nº 41/2003 – art. 2º, § 5º e art. 3º, § 1º. Constituição Federal – art. 40, § 19.
ADMCPAEM – ADMAJPAEM ADMICPAEM - ADMIJPAEM ADMPCPAEM – ADMJPJAEM	PAE-MAGISTRADO - CM e juros sobre o auxílio-moradia integrante do abono variável de de jan/1998 a dez/1999	Ato TST GP nº 109/00, Resolução STF nº 195/00 e Ato CSJT.GP nº 110/08. Acórdão do processo nº CSJT-PP-744-53.2012.5.90.0000.
ADCNCPAEM - ADCNJPAEM ADCICPAEM – ADCIJAEM ADCPCPAEM – ADCPJPAEM	PAE-CLASSISTA	Acórdão STF nos autos do RMS nº 25.841-DF, em 20/03/2013 e Recomendação CSJT nº 017, de 23 de maio de 2014, disponibilizada no DEJT de 26 de maio de 2014.
ADPCDPRP - ADPCJDRP – ADPCPDRP	DIFERENÇA DE PROVENTOS E PENSÕES	Lei 8.112/90, arts. 189 e 215.
ADMAPFIMG - ADMACFIMG – ADMAJFIMG	FERIAS INDENIZADAS MAGISTRADO	Resolução CNJ nº 133/2011.
ADMAPOUTR – ADMACOUTR – ADMAJOUTR ADMIPOUTR – ADMICOUTR – ADMIJOUTR	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO DE JUSTIÇA	Resolução CSJT nº 155/2015.
ADSACURVR- ADSAJURVR ADSIPURVR – ADSICURVR – ADSAJURVR	URV-SERVIDOR	Ação Ordinária nº 97.0018061-1- SINDJUSTRA

Segue o detalhamento dos lançamentos contábeis efetuados no exercício de 2017, referentes ao quadro “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”, com contas correntes individualizadas.

Quadro 7.3.6.15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR - CONTA 21.111.04.00 (R\$)

CONTA CONTÁBIL: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR - 21.111.04.00		
CONTA CORRENTE	DESCRIÇÃO	DEZ/2017
ADSICLPIN	LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-CM	1.435,37
ADSIJLPIN	LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-JR	3.359,21
ADSIPLPIN	LICENÇA PRÊMIO INDENIZ SERVIDOR INATIVO- PRIN	7.200,62
TOTAL		11.995,20

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil.

Quadro 7.3.6.16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR - CONTA 22.111.04.00 (R\$)

CONTA CONTÁBIL: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR - 22.111.04.00		
CONTA CORRENTE	DESCRIÇÃO	DEZ/2017
ADCICPAEM	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - COR. MONETÁRIA	1.142.339,43
ADCIJPAEM	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - JUROS	2.524.125,97
ADCIPPAEM	PAEM-PAE - CLASSISTA INATIVO - PRINCIPAL	468.398,36
ADPCPAEM	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - CORREÇÃO	96.141,80
ADCPJPAEM	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS. - JUROS	201.748,51
ADCPPPAEM	PASSIVO PAEM-PAE - CLASSISTA PENS.- PRINCIPAL	37.139,61
ADMACPAEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	2.200.452,38
ADMAJPAEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	5.322.592,73
ADMAPPAAEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	1.205.309,22
ADMICPAEM	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	5.855.881,37
ADMIJPAEM	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	13.374.001,09
ADMIPPAEM	PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	2.753.563,67
ADMPCPAEM	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORRECAO MONETARIA	2.084.141,47
ADMPJPAEM	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	4.643.024,94
ADMPPPAEM	PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	896.322,30
ADSACURVR	URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	16.102,68
ADSAJURVR	URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	68.143,40
ADSICURVR	URV-SERVIDOR-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	520.910,36
ADSIJURVR	URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	2.973.627,58
ADSIPURVR	URV-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	6.130,55
TOTAL		46.390.097,42

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil

Quadro 7.3.6.17. OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (R\$)

CONTA CONTÁBIL: OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS - 22.142.98.00		
CONTA CORRENTE	DESCRIÇÃO	DEZ/2017
ADCXCPAEM	PAE-CLASSISTA-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	31.341,66
ADCXPPAEM	PAE-CLASSISTA-CPSSS-PRINCIPAL	15.956,56
ADMXCPAEM	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	769.919,57
ADMXPPAEM	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	297.806,38
TOTAL		1.115.024,17

Fonte: SIAFI2017/Balancete Contábil

Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido está representado pelos resultados acumulados, que compreendem os resultados do exercício e de exercícios anteriores, bem como os ajustes de exercícios anteriores.

O resultado do exercício é apurado por meio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

O Patrimônio Líquido do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região alcançou em 2017 o montante de R\$ 217.515.444,06, um valor 11,46% superior ao ano anterior.

Quadro 7.3.6.18. DETALHAMENTO DE SALDO - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2017	DEZ/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	34.230.915,62	81.140.467,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS EXERCÍCIOS ANTERIORES	195.145.385,80	114.004.918,50
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(11.860.857,36)	0,00
TOTAL	217.515.444,06	195.145.385,80

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial.

• Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercício Anteriores indicam lançamentos decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser imputados a fatos subsequentes.

Os valores contabilizados no exercício 2017 diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de lançamento de amortização acumulada de softwares de exercícios anteriores no valor de R\$ 490.835,95 e da baixa da conta de Obras em Andamento, no valor total de R\$ 11.370.021,41, devido ao término ocorrido em exercícios anteriores e não registrado oportunamente.

Obrigações Contratuais

Em 31-12-2017, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$ 118.092.019,96 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Quadro 7.3.6.19. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO (R\$)

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2017	DEZ/2016	AH (%)
Serviços	110.166.275,85	126.064.049,48	-12,61
Aluguéis	4.199.524,15	8.513.918,15	-50,67
Fornecimento de Bens	3.726.219,96	21.794.929,00	-82,90
TOTAL	118.092.019,96	156.372.896,63	-24,48

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 80,62% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31-12-2017 e sofreram uma redução de 12,61% em relação aos valores contratados em dezembro de 2016.

Quadro 7.3.6.20. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - POR CONTRATADO (R\$)

CONTRATADO		SALDO R\$	AV (%)
87.096.616/0001-96	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MEDICA LTDA.	37.327.011,69	31,61
08.467.115/0001-00	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA	9.636.362,36	8,16
08.938.288/0001-51	JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.	7.885.673,25	6,68
19.365.869/0001-68	PRISMA AR CONDICIONADO EIRELI - EPP	5.556.248,31	4,71
73.421.679/0001-66	ENGEPORTO ENGENHARIA LTDA.	5.025.023,33	4,26
92.954.957/0001-95	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RS	4.842.429,70	4,10
10.594.346/0001-19	TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA	4.469.671,64	3,78
93.863.074/0001-32	DG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	3.894.999,15	3,30
93.124.642/0001-83	CDS INFORMÁTICA LTDA.	3.488.756,19	2,95
02.016.439/0001-38	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	3.032.297,86	2,57
Demais		32.933.546,48	27,89
TOTAL		118.092.019,96	100,00

Fonte: SIAFI2017/Tesouro Gerencial

A seguir é apresentado o resumo das principais contratações:

(a) Contratado 87.096.616/0001-96 - UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA.: plano privado de saúde complementar;

(b) Contratado 08.467.115/0001-00 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: fornecimento de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e compra de energia regulada;

(c) Contratado 08.938.288/0001-51 - JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.: serviço de vigilância armada;

(d) Contratado 19.365.869/0001-68 - PRISMA AR CONDICIONADO EIRELI - EPP: manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização;

(e) Contratado 73.421.679/0001-66 - ENGEPORTO ENGENHARIA LTDA.: serviço de manutenção predial programada, corretiva não programada e reformas de pequeno porte;

(f) Contratado 92.954.957/0001-95 - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RS: agente de integração para programa de estágio remunerado;

(g) Contratado 10.594.346/0001-19 - TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.: serviço de limpeza geral e conservação das dependências do Tribunal;

(h) Contratado 93.863.074/0001-32 - DG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.: retomada da obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Estrela; e

(j) Contratado 93.124.642/0001-83 - CDS INFORMÁTICA LTDA.: transporte, instalação, manutenção e execução de rotinas em equipamentos de informática.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como evidencia a utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

O fluxo de caixa das operações demonstra o total dos recursos arrecadados (ingressos), no valor de R\$ 1.767.937.599,72, que nesta unidade está representado, em sua maioria, pelas transferências financeiras recebidas, cujo montante foi de R\$ 1.655.964.228,78, equivalendo, portanto, a 93,67% dos ingressos totais, os quais são referentes ao orçamento aprovado e para o pagamento de restos a pagar.

O fluxo de caixa demonstra, também, os desembolsos para operações da unidade no valor de R\$ 1.730.928.961,06 e para investimentos no valor de R\$ 19.716.682,83.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃO DE CONTROLE

8.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região as determinações/recomendações do TCU são tratadas como prioridades de atendimento. Os pontos relacionados nos Acórdãos são encaminhados às áreas para manifestação sobre o conteúdo e a respectiva solução. As recomendações, tanto legislativas quanto operacionais, são levadas a efeito, seja por meio de desenvolvimento de programas de informática, alterações nas rotinas existentes ou observância na legislação apontada. As Secretarias e Coordenadorias do Órgão, além de contarem com equipes de conferência interna, interagem permanentemente aprimorando os controles entre elas, visando à obtenção de maior segurança e qualidade sobre as operações realizadas.

Quadro 8.1. DEMANDAS DO TCU EM 2017

OFÍCIO TCU	PROCESSO TCU	ASSUNTO	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRT4	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
Ofício 1089/2017-TCU/Sefip, de 30-03-2017	TC 021.365/2013-0	Julgamento de ato de concessão de aposentadoria ao ex-servidor Gilberto José Prestes da Silva, tendo em vista o estabelecido no Acórdão 1.141/2017-TCU-1ª Câmara.	0005689-72.2012.5.04.0000	Of. TRT4/GP/SECONTI-Of. 003/2017, 17-05-2017
Ofício 1487/2017-TCU/Sefip, de 17-04-2017	TC 005.426/2017-0	Considerada prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito dos atos de admissão, por terem sido lançados, no sistema Sisac, com prazo, entre as datas de posse e do efetivo exercício, maior que o previsto no art. 15, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, sem esclarecimentos do gestor de pessoal.	003051-90.2017.5.04.0000	Ofício TRT4/GP SECONTI nº 004/2017, de 01-07-2017
Ofício 6079/2016-TCU/Sefip, de 01-04-2016	TC 027.757/2008-6	Encaminhamento do Acórdão 3260/2016-TCU-Segunda Câmara, para adoção das providências pertinentes.	0001149-44.2013.5.04.0000	Esclarecimento encaminhado ao TCU, por meio do sistema e-Pessoal, em 18-12-2017.
Ofício 278-357/2016-TCU/SEFIP/Diaup, de 13-10-2016	TC 014.980/2015-0	Solicitação de informações referentes a indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas na folha de pagamento deste Tribunal.	0007213-65.2016.5.04.0000	Ofício TRT4 DG nº 013/2017, de 16-01-2017 Ofício TRT4 DG nº 137/2017, de 07-03-2017
			0007885-73.2016.5.04.0000	
			0007887-43.2016.5.04.0000	O indício está sendo apurado.
			0001120-52.2017.5.04.0000	Esclarecimento encaminhado ao TCU, por meio do sistema e-Pessoal, em 08-03-2017.
			0003763-80.2017.5.04.0000	O indício está sendo apurado
			0004396-91.2017.5.04.0000	O indício está sendo apurado
			0004944-19.2017.5.04.0000	O indício está sendo apurado
			0006351-60.2017.5.04.0000	O indício está sendo apurado
Ofício 278-430/2016-TCU/SEFIP/Diaup, de 24-11-2016	TC 014.980/2015-0	Solicitação de informações referentes a magistrados que receberam abono de permanência na folha de pagamento do mês de março de 2016, para fins de análise da regularidade da concessão do benefício.	0007919-48.2016.5.04.0000	Ofício TRT4 DG nº 052/2017, de 27-01-2017
Ofício 11833/2016-TCU/Sefip, de 25-11-2016	TC 011.706/2014-7	Encaminhamento do Acórdão 2780/2016-TCU-Plenário e solicitação de apuração de indícios de pagamento indevido de pensão a filha solteira, maior de 21 anos.	0008433-98.2016.5.04.0000	Ofício TRT4 DG nº 491/2017, de 02-10-2017
Ofício 3350/2017-TCU/Sefip, de 07-07-2017	TC 011.706/2014-7	Encaminhamento do Acórdão 1381/2017-TCU-Plenário, que autorizou a prorrogação do prazo para cumprimento do Acórdão 2780/2016-TCU-Plenário.		
Ofício 0775/2017-TCU/Sefip, de 17-03-2017	TC 005.549/2017-5	Solicitação de documentos e/ou esclarecimentos referentes à concessão de pensão a Maria Lucia Drumond de Fraga.	0004290-08.2012.5.04.0000	Ofício GP-SECONTI nº 001/2017, de 19-01-2017

OFÍCIO TCU	PROCESSO TCU	ASSUNTO	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRT4	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
Ofício 1089/2017-TCU/Sefip, de 30-03-2017	TC 021.365/2013-0	Encaminhamento do Acórdão 1141/2017-TCU-Primeira Câmara, para adoção das providências pertinentes.	0005689-72.2012.5.04.0000	Ofício GP-SECONTI nº 003/2017, de 17-05-2017 Ofício TRT4 DG nº 358/2017, de 20-07-2017
Ofício 4003/2017-TCU/Sefip, de 16-08-2017	TC 033.374/2013-9	Solicitação de documentos e/ou esclarecimentos referentes à concessão de aposentadoria às servidoras Cecília Couto Terra, Carolina Wist e Dinar Maria Rodrigues Bueno.	6858	Ofício TRT4 DG nº 455/2017, de 06-09-2017
			0001281-04.2013.5.04.0000	
			0001421-38.2013.5.04.0000	
Ofício 4491/2017-TCU/Sefip, de 11-09-2017	TC 017.221/2016-1	Solicitação de documentos e/ou esclarecimentos referentes à concessão de aposentadoria à magistrada Mary Hiwatashi.	0005013-85.2016.5.04.0000	Ofício TRT4 DG nº 479/2017, de 29-09-2017
Ofício 5166/2017-TCU/Sefip, de 02-10-2017	TC 016.950/2017-8	Solicitação de esclarecimentos referentes a indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas na folha de pagamento deste Tribunal, referente à competência março/2017.	00073388-25-2017-5-04-0000	Esclarecimentos encaminhados ao TCU, por meio do sistema e-Pessoal, entre 30-10-2017 e 08-03-2017.
			0008964-53.2017.5.04.0000	Esclarecimento encaminhado ao TCU, por meio do sistema e-Pessoal, em 08-03-2017.
			0008183-31.2017.5.04.0000	O indício está sendo apurado.
			0008903-95.2017.5.04.0000	O indício está sendo apurado.
			0008917-79.2017.5. 04.0000	O indício está sendo apurado.
Ofício 6850/2017-TCU/Sefip, de 30-11-2017	TC 009.672/2016-8	Encaminhamento do Acórdão 9696/2017-TCU-2ª Câmara, para adoção das providências pertinentes.	0003941-68.2013.5.04.0000	Ofício TRT4 DG nº 696/2017, de 26-12-2017 Ofício TRT4 DG nº 003/2018, de 10-01-2018 Ofício GP-SECONTI nº 001, de 30-01-2018
Ofício TCU/SecexAdministração 0291/2017	TC 099.999/2017-X	Levantamento de dados sobre governança e gestão das organizações públicas federais - ciclo 2017.	0005125-20.2017.5.04.0000	Respostas enviadas pelo sistema do TCU em 25-08-2017 21:14:28 pela Presidência

8.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Quadro 8.2.1. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO EM 2017

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	RECOMENDAÇÕES
01/2017	Avaliar a aderência do TRT4 à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ 211/2015.	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC	0002305-28.2017.5.04.0000	R1. RECOMENDA-SE que este Tribunal formalize a responsabilidade da Comissão de Informática pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, conforme disposto no art. 7º da Resolução CNJ nº 211/2015. R2. RECOMENDA-SE que este Tribunal estabeleça formalmente uma Política de Manutenção de Documentos Eletrônicos alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, de forma a atender ao disciplinado na Resolução CNJ nº 211/2015. Na Matriz de Monitoramento da Implementação das Recomendações de 90 dias verificou-se que as recomendações estão em processo de implementação.
02/2017	Avaliar os critérios e requisitos para a concessão do teletrabalho no âmbito do Regional	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP	0003932-67.2017.5.04.0000	Após análise dos esclarecimentos e soluções apresentadas pelo gestor, essa unidade de controle interno se absteve de fazer recomendações por entender que as providências adotadas pela unidade auditada suprem as deficiências encontradas.
03/2017	Avaliar os critérios e requisitos para a concessão e pagamento de diárias a magistrados e servidores ativos	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP	0007151-88.2017.5.04.0000	R1. RECOMENDA-SE que este Tribunal reveja os procedimentos relativos a proposta de concessão de diárias para se adequar as determinações constantes na Resolução Administrativa TRT4ª nº 40/2015. R2 RECOMENDA-SE que este Tribunal reveja os procedimentos de comprovação de deslocamento dos servidores e magistrados que vierem a receber diárias por este Regional e avalie a conveniência se for o caso, de inclusão da portaria de designação, assinada pelo Corregedor Regional, como mais uma forma de comprovação da atividade desempenhada. Encontra-se em fase de monitoramento da implementação.
04/2016	Avaliar se os custos dos itens mais relevantes do orçamento da obra do Foro Trabalhista de Viamão estão em consonância com os dispositivos legais.	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	0004205-80.2016.5.04.0000	R1. RECOMENDA-SE que este Tribunal, em futuras obras, inclua no Projeto Básico que compõe o Edital de Licitação a planilha orçamentária analítica, a qual contém o detalhamento das composições de custos unitários de todos os serviços necessários a completa execução da obra. ALERTA-SE, ainda, para a necessidade de que a planilha de orçamento analítica reflita os custos reais do orçamento sintético da obra a ser executada. R2. RECOMENDA-SE que este Regional, quando promover pesquisa de mercado para a obtenção dos custos unitários da planilha orçamentária, inclua, no processo administrativo, as justificativas para adoção dessa forma de estimativa de custo e as cotações realizadas. ALERTA-SE que esta pesquisa de mercado deverá conter no mínimo três cotações de fornecedores distintos e, caso não seja possível obter esse número mínimo, seja elaborada justificativa circunstanciada nos termos do Acórdão TCU nº 1.266/2011 - Plenário. R3. RECOMENDA-SE que este Regional somente publique editais de licitação de obras com projetos completos, atualizados, compatibilizados entre si e com todas as informações técnicas necessárias, de forma a cumprir as determinações legais e as orientações do Tribunal de Contas da União e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Na Matriz de Monitoramento da Implementação das Recomendações de 90 dias verificou-se que as recomendações estão em processo de implementação.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	RECOMENDAÇÕES
01/2016	Auditoria Resolução CNJ nº 182/2013 - monitoramento de 90 dias	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC	0002745-58.2016.5.04.0000	R1. RECOMENDA-SE que esse Regional revise periodicamente o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação, incluindo-o no respectivo processo administrativo, de forma a atender ao disposto no art. 7º, §4º, da Resolução CSJT nº 182/2013. Essa sistemática permite que o gestor possa identificar todas as contratações realizadas pelo órgão, as fontes de recursos demandadas, o cumprimento ou não dos prazos acordados para elaboração dos estudos preliminares e do Termo de Referência, bem como realizar constante aprimoramento de seus processos de trabalho e sistemas de controle. Na Matriz de Monitoramento da Implementação das Recomendações de 90 dias verificou-se que a recomendação está implementada.
06/2015	Auditoria Operacional na Obra do Foro Trabalhista de Estrela - monitoramento 180 dias	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	0006079-37.2015.5.04.0000	R1. RECOMENDA-SE que seja reforçado junto a fiscalização deste Tribunal que quaisquer alterações de projeto ou especificações previstas no contrato sejam precedidas de aditivo contratual devidamente formalizado. ALERTA-SE, ainda, que eventuais mudanças de projeto devam ser precedidas de procedimento administrativo no qual fique clara a motivação da alteração, e ainda, que sejam embasadas por estudos técnicos. R2. RECOMENDA-SE que esse Tribunal inclua na sua rotina de trabalho a fiscalização quanto ao cumprimento da legislação de segurança do trabalho e as medidas de segurança contra riscos de acidentes contidas no PCMAT. R3. RECOMENDA-SE que a execução da obra do Foro de Estrela somente se reinicie após implementadas as medidas de segurança contidas no PCMAT e normas reguladoras de controle e prevenção contra acidentes do trabalho. R4. RECOMENDA-SE que este Tribunal, nas licitações cujo objeto seja a contratação de obras ou serviços que envolvam o fornecimento de mão de obra, adote medidas para o efetivo controle do cumprimento da exigência de capacitação em saúde e segurança no trabalho de todos os funcionários alocados na execução dos serviços, de forma a atender ao disposto na Resolução CSJT nº 98/2012. R5. ALERTA-SE este tribunal da importância de fiscalizar o cumprimento às leis trabalhistas pela contratada e, ainda, SUGERE-SE que seja definido quem deverá realizar esta fiscalização e de que forma será feita. R6. RECOMENDA-SE que, nos futuros contratos celebrados por esse Regional para a execução de obras, seja incluída cláusula de penalidade específica por atraso no cronograma físico-financeiro da obra Na Matriz de Monitoramento da Implementação de 180 dias as recomendações R1, R2, R4 e R5 foram consideradas implementadas e a R3 teve sua implementação prejudicada.
s/nº	Análise da documentação da construção do prédio da Vara do Trabalho de Arroio Grande	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	0000468-69.2016.5.04.0000	1) Adote mecanismos para reforçar seus sistemas de controles administrativos de forma a designar formalmente os servidores que atuam no acompanhamento e fiscalização dos contratos, a fim de atender ao disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93 e à determinação efetuada pelo CSJT em auditoria realizada nesse órgão em 2012. 2) Somente inicie a execução física dessa obra após expedição de alvará de construção, pela Prefeitura Municipal de Arroio Grande, e aprovação do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios, pelo Corpo de Bombeiros. 3) Atualize os preços da planilha orçamentária da obra da Vara Trabalhista de Arroio Grande se o tempo decorrido entre a elaboração do orçamento e a inauguração da fase externa da licitação for maior que seis meses, conforme orientação efetuada a esse TRT4 pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT no Parecer nº 14/2015 (Obra da JT de Viamão). 4) Atente para a necessidade de publicação no portal da transparência dos dados do projeto e suas alterações, o alvará para construção, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições e pagamentos, os relatórios de auditoria, bem como de eventual interrupção ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-as imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT nº 70/2010. O projeto foi aprovado pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT (Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 152/2017 de 12-12-2017).

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	RECOMENDAÇÕES
s/nº	Análise da documentação da construção do prédio da Vara do Trabalho de Alegrete	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	0000467-84.2016.5.04.0000	<p>1) Somente inicie a execução física da obra da Justiça Trabalhista de Alegrete após expedição do alvará de construção pela Prefeitura Municipal daquela localidade.</p> <p>2) Envie o projeto da Vara Trabalhista de Alegrete ao CSJT acompanhado da abertura das composições de custo unitário (orçamento analítico) de todos os serviços necessários à completa execução da obra, incluindo a abertura dos insumos e/ou composições considerados para os serviços MOBILIZAÇÃO e DESMOBILIZAÇÃO; e ALERTA-SE, ainda, para que os valores contidos nesse orçamento analítico guarde correlação com os valores dos serviços constantes na planilha orçamentária sintética.</p> <p>3) Encaminhe ao CSJT planilha orçamentária completa da obra da Justiça Trabalhista de Alegrete, incluindo os equipamentos condicionadores de ar, ainda que opte por licitá-los em etapas, conforme recomendação constante no Acórdão CSJT-A-7655-42.2016.5.90.0000.</p> <p>4) A exemplo das recomendações efetuadas pela CCAUD/CSJT por ocasião da aprovação das obras de Triunfo e São Borja, atente para a necessidade de publicação no portal da transparência dos dados do projeto e suas alterações, o alvará para construção, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições e pagamentos, os relatórios de auditoria, bem como de eventual interrupção ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-as imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT nº 70/2010.</p> <p>O projeto foi aprovado pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT (Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 132/2017 de 10-11-2017).</p>
s/nº	Análise da documentação da construção do prédio da Vara do Trabalho de Vacaria	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	0001416-74.2017.5.04.0000	<p>1) Acompanhe as providências que serão adotadas pela Prefeitura Municipal de Vacaria a fim de que o prazo para início das obras de construção da Vara Trabalhista daquela localidade seja prorrogado para 31-03-2018.</p> <p>2) Envie o projeto da Vara Trabalhista de Vacaria ao CSJT acompanhado da abertura das composições de custo unitário (orçamento analítico) de todos os serviços necessários à completa execução da obra, incluindo a abertura dos insumos e/ou composições considerados para os serviços MOBILIZAÇÃO e DESMOBILIZAÇÃO; e ALERTA-SE, ainda, para que os valores contidos nesse orçamento analítico guardem correlação com os valores dos serviços constantes na planilha orçamentária sintética.</p> <p>3) Atente para enviar ao CSJT a documentação comprobatória das três cotações de custo para os serviços orçados a partir de pesquisa de mercado.</p> <p>4) Revise o custo unitário da mão de obra do item 2.5.1 - Limpeza Permanente da Obra que está acima do seu correspondente no SINAPI, a fim de adequar-se ao que dispõe o art. 22 da Resolução CSJT nº 70/2010.</p> <p>5) A exemplo das recomendações efetuadas pela CCAUD/CSJT por ocasião da aprovação das obras de Triunfo e São Borja, atente para a necessidade de publicação no portal da transparência dos dados do projeto e suas alterações, o alvará para construção, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições e pagamentos, os relatórios de auditoria, bem como de eventual interrupção ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-as imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT nº 70/2010.</p> <p>O projeto foi aprovado pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT (Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 142/2017 de 11-12-2017).</p>

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº	OBJETIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	RECOMENDAÇÕES
S/Nº	Análise da documentação da construção do prédio da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha	Secretaria de Manutenção e Projetos - SEMPRO	0003480-57.2017.5.04.0000	<p>1) Acompanhe as providências que serão adotadas pela Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha a fim de que o prazo previsto na legislação municipal para início das obras de construção da Vara Trabalhista daquela localidade seja prorrogado para 18-10-2018.</p> <p>2) Somente inicie a execução física dessa obra após a expedição do alvará de construção pela Prefeitura Municipal dessa localidade.</p> <p>3) Envie o projeto da Vara Trabalhista de Lagoa Vermelha ao CSJT acompanhado da abertura das composições de custo unitário (orçamento analítico) de todos os serviços necessários à completa execução da obra; e ALERTA-SE, ainda, para que os valores contidos nesse orçamento analítico guardem correlação com os valores dos serviços constantes na planilha orçamentária sintética.</p> <p>4) A planilha orçamentária da obra da Justiça Trabalhista de Lagoa Vermelha seja encaminhada ao CSJT contendo todas as fontes de consulta de seus serviços, de forma a atender ao disposto no §4º do art. 22 da Resolução CSJT nº 70/2010.</p> <p>5) A exemplo das recomendações efetuadas pela CCAUD/CSJT por ocasião da aprovação das obras de Triunfo e São Borja, atente para a necessidade de publicação no portal da transparência dos dados do projeto e suas alterações, o alvará para construção, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições e pagamentos, os relatórios de auditoria, bem como de eventual interrupção ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-as imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT nº 70/2010.</p>

8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Quadro 8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

CASO DE DANO OBJETO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS	TOMADA DE DONTAS ESPECIAIS							
	NÃO INSTAURADAS			INSTAURADAS				
	DISPENSADAS		OUTROS CASOS	NÃO REMETIDAS AO TCU				REMETIDAS AO TCU
	DÉBITO INFERIOR A R\$ 75.000,00	PRAZO SUPERIOR A 10ANOS		ARQUIVAMENTO			NÃO ENVIADAS COM MAIS DE 180 DIAS APÓS TÉRMINO DO EXERCÍCIO DE INSTAURAÇÃO	
				RECEBIMENTO DO DÉBITO	NÃO COMPROVAÇÃO	DÉBITO INFERIOR A R\$ 75.000,00		
Não houve								

No ano de 2017 ocorreram duas medidas administrativas para a caracterização ou elisão de danos referentes à avaria em viatura de propriedade deste Tribunal. Em um, como o prejuízo causado ao erário foi considerado de pequeno valor, consoante o disposto no artigo 1º da Instrução Normativa nº 04/2009 da Controladoria-Geral da União, e como não houve constatação de culpa ou dolo do servidor, entendeu-se pela inexistência de indícios de irregularidades no serviço público suficientes à apuração dos fatos mediante instauração de processo administrativo disciplinar, como também ausente o dever de indenizar. No outro, decidiu-se pela instauração de processo administrativo disciplinar a fim de apurar a responsabilidade do servidor, processo que se encontra em tramitação, pendente de julgamento.

8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 8.666/1993

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região atende o cronograma de pagamentos de obrigações previsto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993.

Os editais e contratos, normalmente, estabelecem que "os pagamentos serão realizados mensalmente mediante crédito em conta-corrente bancária, até o décimo dia útil a contar da data da entrega do documento fiscal correspondente a cada parcela executada".

A Seção de Liquidação controla diariamente (protocolo) o recebimento de processos com documento fiscal atestado e realiza os devidos procedimentos de liquidação, após a conferência pertinente.

Na execução da liquidação é observada a data de vencimento do documento (fatura de serviços de água, luz, telefone, Correios, IPTU) quando se trata de emissão de OBD (Ordem Bancária Fatura). No caso de contratação, o prazo estipulado no instrumento contratual. E, nas compras diretas, em que não há contrato, a liquidação é executada em até 3 dias úteis após o recebimento do processo eletrônico na Seção de Liquidação, com o documento fiscal devidamente atestado.

8.5. GESTÃO DE PRECATÓRIOS

8.5.1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Quadro 8.5.1. REQUISIÇÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PRECATÓRIOS - REQUISIÇÕES				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
NATUREZA	REQUISIÇÕES		PRECATÓRIOS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
ALIMENTÍCIA	30	72.595.667,99	30	72.595.667,99
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	30	72.595.667,99	30	72.595.667,99
PRECATÓRIOS - DOTAÇÃO E PAGAMENTO				
NATUREZA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO	VALORES PAGOS POR TIPO DE CREDOR		SALDOS A PAGAR
		PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	
ALIMENTÍCIA	76.149.708,00	57.426.992,64	15.771.640,86	-
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	76.149.708,00	57.426.992,64	15.771.640,86	-

Observações: dotação orçamentária colocada à disposição da SECOF para cancelamento: R\$ 2.951.074,50.

Fonte: Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

8.5.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Quadro 8.5.2. REQUISIÇÃO E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

PRECATÓRIOS - REQUISIÇÕES				
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
NATUREZA	REQUISIÇÕES		PRECATÓRIOS	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
ALIMENTÍCIA	7	2.987.413,01	7	2.987.413,01
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	7	2.987.413,01	7	2.987.413,01
PRECATÓRIOS - DOTAÇÃO E PAGAMENTO				
NATUREZA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO	VALORES PAGOS POR TIPO DE CREDOR		SALDOS A PAGAR
		PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	
ALIMENTÍCIA	3.106.601,57	1.617.548,83	1.489.052,74	-
COMUM	-	-	-	-
TOTAL	3.106.601,57	1.617.548,83	1.489.052,74	-

Fonte: Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

8.6. INFORMAÇÃO SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A partir do recebimento do Ofício Circular nº 579/SG-SCI/2013, com cópia do Acórdão TCU nº 2859/2013, mediante Malote Digital de 18-11-2013, foi autuado o Processo Administrativo nº 0008729-28.2013.5.04.0000 para tratar dos contratos relativos a tecnologia da informação.

Em 14-04-2014, foi recebido o Ofício nº 264/SG-SCI/2014, que complementava orientações para revisão dos contratos relativos a serviços de tecnologia da informação e indicava que os cálculos de desoneração também seriam aplicáveis aos contratos de construção civil. Assim, foi autuado o Processo Administrativo nº 0003357-64.2014.5.04.0000 para tratar da análise dos ajustes com as empresas de construção civil que foram beneficiadas pela alteração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12546/2011.

Realizado o trabalho em parceria com as áreas gestoras, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações e Secretaria de Manutenção e Projetos, foi verificado um valor preliminar de restituição de R\$ 750.924,00, para os contratos de construção civil, e de R\$ 6.300,09 para os ajustes de tecnologia da informação.

Todavia, de acordo com comunicado da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, divulgado no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, em 15-04-2015, o trabalho foi sobrestado, em razão do conhecimento de pedido de reexame com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 2859/2013 - Plenário (processo TC 013.515/2013-6).

A suspensão dos trabalhos foi ratificada pelo Ofício Circular nº 191/SG/2015, de 01-06-2015, mediante Malote Digital de 02-06-2015, em anexo.

Diante do exposto, foram interrompidos os trabalhos sem que houvesse a efetiva cobrança de valores e aguardamos orientação para dar continuidade aos procedimentos.

Os documentos citados neste item estão reproduzidos nos itens 9.3.1. a 9.3.6. Documentos Referentes e Complementares ao Item 8.6.).

Quadro 8.6.1. RELAÇÃO DE CONTRATOS COM VALORES APURADOS PARA DESONERAÇÃO - CONSTRUÇÃO CIVIL

CONTRATO		COMPRA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	CONTRATADA	OBJETO	VALORES APURADOS PARA DESONERAÇÃO
1	34/2013	0001/13-2	17-02-2014	A. Loss Engenharia e Construções Ltda. CNPJ: 90.136.607/0001-96	Serviços de cercamento em Torres, Capão da Canoa e Tramandaí	1.126,70
2	46/2013	0001/13-1	14-02-2014	Fernandes Filho Engenharia Ltda. CNPJ: 17.238.622/0001-55	Serviços diversos no Foro Trabalhista de Bento Gonçalves	1.637,57
3	60/2013	0003/13-2	02-06-2014	Metrum Engenharia Ltda. -EPP CNPJ: 03.042.097/0001-93	Reforma do subsolo do Prédio do TRT4	13.247,70
4	63/2013	0002/13-2	02-03-2015	Pirâmide Engenharia Ltda. - EPP CNPJ: 90.213.927/0001-00	Reforma do Foro Trabalhista de Canoas	30.711,38
5	67/2013	0004/13-1	28-05-2014	Novatec Engenharia Ltda. CNPJ: 06.299.401/0001-70	Adequação do PPCI do Prédio Sede	3.379,48
6	71/2013	0003/13-1	07-06-2014	Novatec Engenharia Ltda. CNPJ: 06.299.401/0001-70	Reforma do saguão do Prédio Sede do TRT4	1.920,87
7	72/2013	0002/13-1	31-05-2014	Mallmann Construções e Planejamentos Ltda. CNPJ: 90.190.109/0001-21	Reparos diversos no Prédio do Foro Trabalhista de Cachoeirinha	3.081,68
8	76/2013	0006/13-1	31-05-2014	Novatec Engenharia Ltda. CNPJ: 06.299.401/0001-70	Reforma do saguão do Prédio 1 do Foro da Justiça do Trabalho de Porto Alegre	3.699,73
9	87/2013	0007/13-1	03-01-2015	CSM - Construtora Silveira Martins Ltda. - ME CNPJ: 05.061.642/0001-14	Remoção e substituição das folhas de vidro e caixilhos das salas audiências Prédio I do Foro Trabalhista Porto Alegre	682,13
10	093/2013	0005/13-2	06-11-2014	CSM - Construtora Silveira Martins Ltda. - ME CNPJ: 05.061.642/0001-14	Reforma do Prédio II - Foro de Porto Alegre	21.400,76
11	101/2013	0006/13-2	01-09-2014	Construtora ODAQ Ltda. CNPJ: 88.760.814/0001-75	Reforma do Prédio Sede do TRT4	45.527,41
12	102/2013	0007/13-3	25-10-2016	Engaste Projeto, Construções e Incorporações Ltda. CNPJ: 08.578.161/0001-79	Construção do Foro de Uruguaiana	138.731,76
13	108/2013	0008/13-3	18-06-2015	Hartmann Engenharia Ltda. CNPJ: 87.360.806/0001-79	Ampliação do Foro de São Leopoldo	124.102,44
14	109/2013	0005/13-3	11-11-2016	Engaste Projeto, Construções e Incorporações Ltda. CNPJ: 08.578.161/0001-79	Construção do Foro de Erechim	147.032,42
15	113/2013	0004/13-3	03-12-2015	Hartmann Engenharia Ltda. CNPJ: 87.360.806/0001-79	Construção do Foro de Estrela	167.057,85
16	010/2014	0010/13-1	21-12-2014	Fernandes Filho Engenharia Ltda. CNPJ: 17.238.622/0001-55	Reforma da Cobertura de Rio Grande	7.140,73
17	012/2014	0126/14-4	13-11-2014	Liberty Construções & Instalações Ltda. CNPJ: 12.320.664/0001-17	Adaptação dos Hidrantes do Memorial	1.812,85
18	021/2014	0002/14-1	27-04-2015	Braxport Indústria Comércio e Construções Ltda. CNPJ: 07.462.545/0001-69	Gradeamento do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata	1.427,31
19	028/2014	0249/14-4	07-01-2015	Liberty Construções & Instalações Ltda. CNPJ: 12.320.664/0001-17	Acessibilidade Foro de Bagé	4.214,54
20	029/2014	0001/14-3	26-03-2016	Novatec Engenharia Ltda. CNPJ: 06.299.401/0001-70	Reforma do Foro de Gravataí	32.988,70
TOTAL						750.924,01

Fonte: Secretaria de Administração.

Quadro 8.6.2. RELAÇÃO DE CONTRATOS COM VALORES APURADOS PARA DESONERAÇÃO - SERVIÇOS DE TI

CONTRATO		COMPRA	TÉRMINO DA VIGÊNCIA	CONTRATADA	OBJETO	VALORES APURADOS PARA DESONERAÇÃO
1	18/2011	0080/10-8	19-03-2016	LM2 Consulting Informática Ltda. CNPJ: 93.861.557/0001-06	Consultoria e suporte técnico em soluções de software (Red Hat Enterprise Middleware)	3.841,54
2	19/2011	0080/10-8	19-03-2016	Service Informática Ltda. CNPJ: 93.861.557/0001-06	Consultoria e suporte técnico em soluções de software (IBM TSM - VmWare)	922,14 (tecnologia TSM) 237,76 (tecnologia Vmware)
3	20/2011	0080/10-8	22-03-2013	Sisnema Informática Ltda. CNPJ: 93.317.410/0001-41	Consultoria e suporte técnico em soluções de software (Citrix)	331,37
4	21/2011	0080/10-8	18-03-2013	Superinterop Suporte em Informática Ltda. CNPJ: 05.620.370/0001-45	Consultoria e suporte técnico em soluções de software (Microsoft)	174,96
5	167/2011	0034/10-0	27-12-2016	Trace Sistemas Ltda. CNPJ: 91.533.653/0001-91	Fornecimento de solução integrada de software de gestão de portfólios e projetos	400,11
6	130/2010	0078/10-8	26-12-2011	Trace Sistemas Ltda. CNPJ: 91.533.653/0001-91	Fornecimento de solução integrada de software de gestão de portfólios e projetos	
7	38/2011	0078/10-8	11-12-2011	Trace Sistemas Ltda. CNPJ: 91.533.653/0001-91	Fornecimento de solução integrada de software de gestão de portfólios e projetos	
8	146/2011	0954/11-4	19-11-2016	Trace Sistemas Ltda. CNPJ: 91.533.653/0001-91	Consultoria para configuração e parametrização do software Trace GP	392,21
TOTAL						6.300,09

Fonte: Secretaria de Administração.

9. ANEXOS

9.1. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 5.3

**9.1.1. ANEXO 5.3.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
2016-2020**

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
2016 - 2020**



**GESTÃO
ESTRATÉGICA**
— TRT 4ª Região —

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Administração do biênio 2016/2017

Presidente:

Desembargadora Beatriz Renck

Vice-Presidente:

Desembargador João Pedro Silvestrin

Corregedora Regional:

Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno

Vice-Corregedor Regional:

Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Comissão de Informática

Desembargador João Pedro Silvestrin, Presidente da Comissão de Informática;

Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa;

Desembargador George Achutti;

Juíza do Trabalho Diretora do Foro Porto Alegre Eny Ondina Costa da Silva;

Juiz Rodrigo de Almeida Tonon;

Juíza do Trabalho Auxiliar da Presidência Andrea Saint Pastous Nocchi;

Juiz do Trabalho Auxiliar da Corregedoria Cloceimar Lemes Silva;

Bárbara Burgardt Casaletti, Diretora-Geral;

Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-Geral Judiciário;

Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

ÍNDICE

• Apresentação.....	5
• Organograma da SETIC.....	6
• Metodologia	7
• Referências e Insumos Observados.....	9
• Avaliação de desempenho da gestão estratégica entre 2010 e 2012.....	13
• Missão, visão e valores.....	17
• Construção do Mapa Estratégico.....	18
• Mapa estratégico TIC – TRT 4ª Região.....	19
• Objetivos estratégicos e indicadores relacionados.....	20
• Matriz de Alinhamento.....	24
• Indicadores Nacionais CNJ.....	25
• Indicadores Nacionais CSJT.....	27
• Próximos passos.....	31

APRESENTAÇÃO

O planejamento estratégico serve para promover a reflexão e a consciência de uma organização a respeito da sua contribuição para o sistema do qual faz parte, assim como o que pretende alcançar no futuro, definindo os direcionadores que nortearão as iniciativas para o atingimento desse grande objetivo que é a visão de futuro.

Um plano estratégico somente é capaz de produzir seus efeitos quando é gerenciado como um processo de melhoria contínua, aprimorado a partir da avaliação dos resultados de cada ciclo e mantendo alinhamento com os demais planos da organização a que pertence.

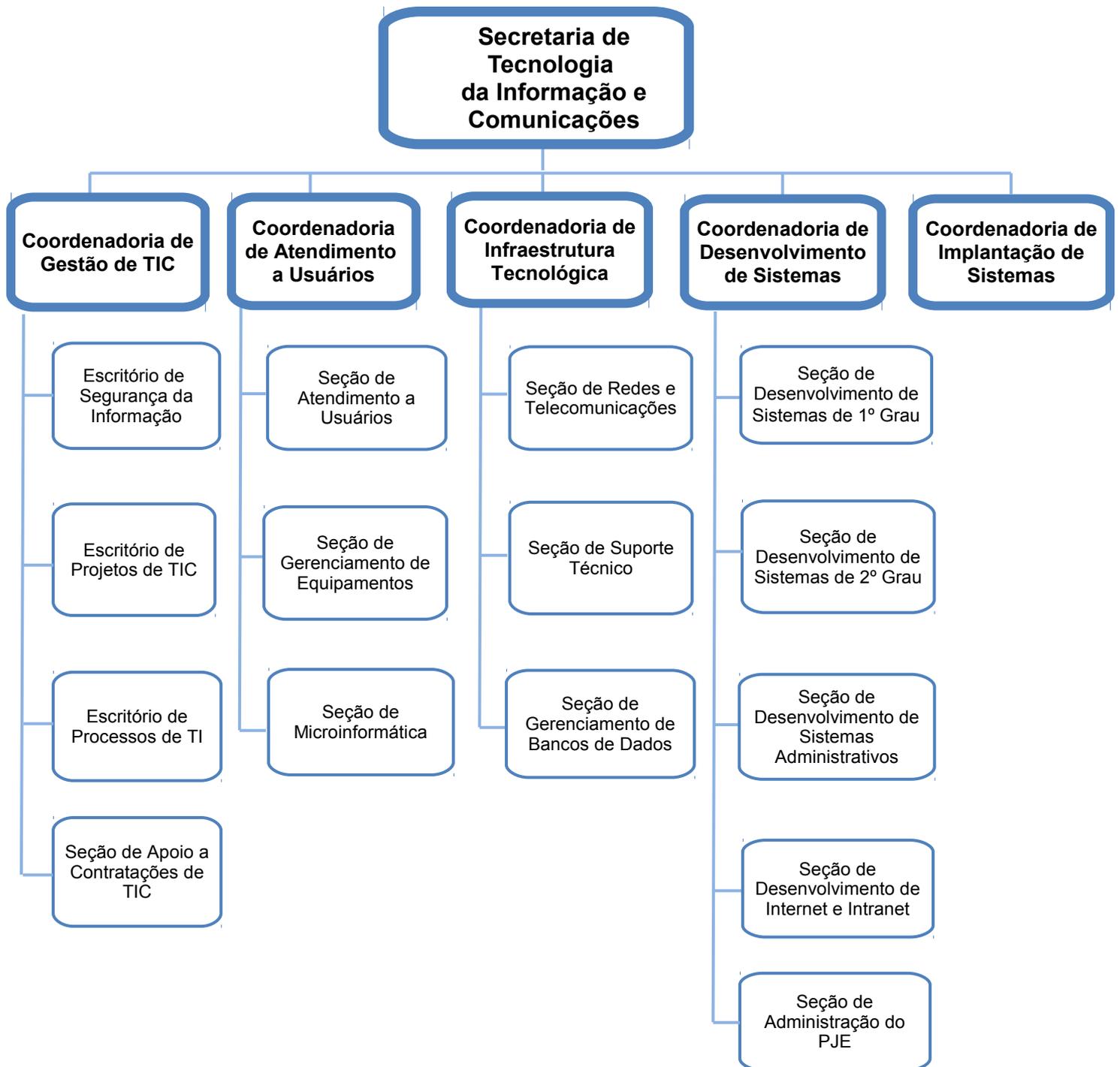
Findo em 2015 o primeiro ciclo do plano estratégico de TIC do Tribunal, que havia iniciado em 2010 e sido revisado em 2013, elaborou-se um novo PETIC para o período de 2016 a 2020.

Com base nas lições aprendidas ao longo dos anos, foi possível estabelecer um conjunto de objetivos estratégicos focados nas oportunidades mais claras de melhoria da área da TIC para o atingimento de uma visão de futuro voltada ao atendimento das reais necessidades dos usuários.

Para a elaboração desse novo plano, além da observância dos referenciais normativos de âmbito institucional e também de abrangência nacional, foram considerados fatores sócio-econômicos que afetam diretamente a área de TIC, tais como o orçamento destinado à SETIC, o aumento da demanda da Justiça do Trabalho em decorrência de crise econômica e a rápida disseminação de novas tecnologias.

Como foco principal desse novo ciclo, a reflexão evidenciou a necessidade da área de TIC aproximar-se dos usuários finais por meio de iniciativas que agreguem valor às suas atividades jurisdicionais e administrativas, assim como primar pela excelência operacional.

ORGANOGRAMA DA SETIC



METODOLOGIA

O novo PETIC foi elaborado entre os meses de janeiro e março de 2016 por um grupo de trabalho com representantes de todas as áreas da SETIC, relacionado a seguir.

Natacha Moraes de Oliveira	Diretora da SETIC
Alberto Daniel Müller	Coordenador e Gestão de TIC
André Soares Farias	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
Denilson Ribeiro de Quadros	Coordenador de Atendimento a Usuários
Paulo Mendes Ribeiro Junior	Coordenador Infraestrutura Tecnológica
Ricardo Krause Kurylenko	Escritório de Processos de TI

Por meio de encontros no formato *workshop*, houve ampla reflexão sobre os resultados do primeiro ciclo de gestão estratégica e das mudanças ocorridas nos planos estratégicos institucional e de tecnologia da informação de órgãos superiores, em especial o CSJT e o CNJ, tendo sido identificadas diversas oportunidades de melhorias.

No intuito de auxiliar as reflexões e contribuir para a formação das bases do planejamento estratégico, foi utilizada a técnica de análise SWOT. De origem norte americana, a sigla SWOT é derivada das palavras em inglês *strength* (força), que determina os pontos fortes da organização, *weakness* (fraqueza), que determina os pontos fracos, *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças).

Basicamente, o processo SWOT consiste em analisar o cenário da organização - também chamado de ambiente – identificando os pontos fortes e fracos, relacionados ao ambiente interno, e as oportunidades e fraquezas, vinculadas ao ambiente externo. A partir desse trabalho elaborou-se a matriz de análise SWOT, que serviu para facilitar o reconhecimento das ações estratégicas que a organização deve adotar.

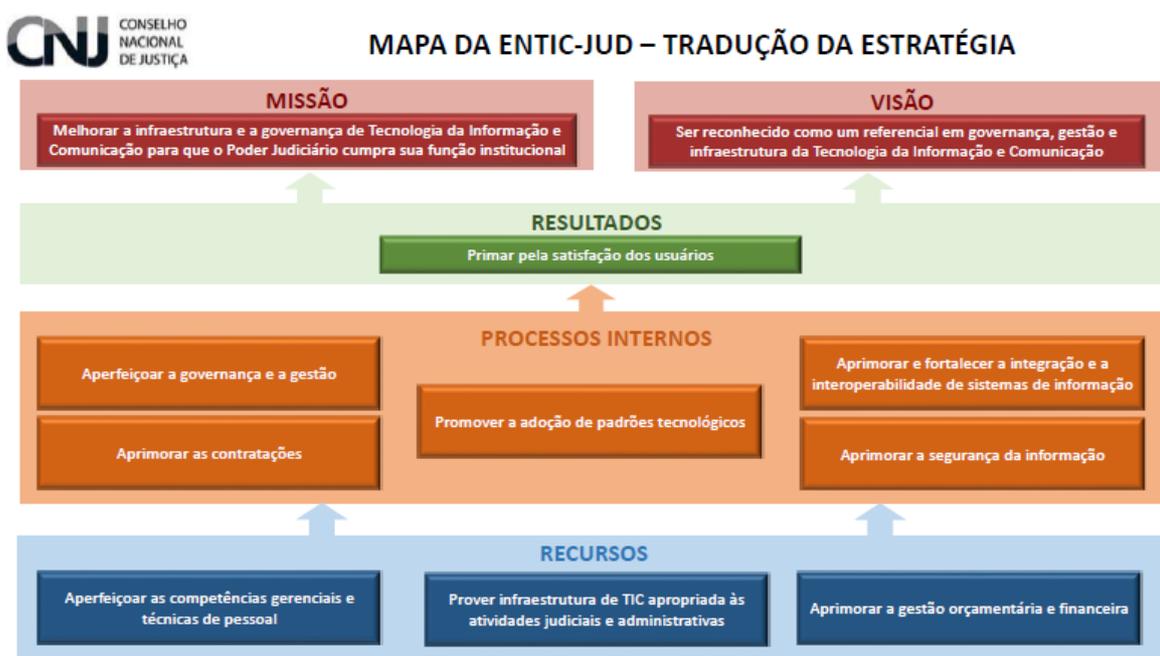
Abaixo a matriz de análise SWOT identificada para a área da TIC do TRT da 4ª Região:

SWOT		
	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Interno (SETIC)	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe própria - Equipe adequadamente dimensionada - Elevado nível técnico do pessoal - Estrutura organizacional compatível com as atribuições - Infraestrutura robusta - Maturidade nos processos de gestão de TIC 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de acordos de nível operacional entre as unidades da SETIC - Pouco conhecimento dos técnicos sobre as atividades da área judiciária - Falhas de comunicação
	Oportunidades	Ameaças
Externo à SETIC	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade jurisdicional dependente da TIC - Integração com entidades externas (OAB, AGETRA, SATERGS, APJUST,...) - Apoio da Administração do TRT. 	<ul style="list-style-type: none"> - Oscilações orçamentárias - Forte dependência do orçamento inscrito no SIGI-JT - Manutenção do Pje centralizada no CSJT - Aumento da demanda processual

Como resultado final do trabalho, foi construída uma nova proposta de mapa estratégico, alinhada aos princípios que nortearam os planos estratégicos nacionais e institucionais.

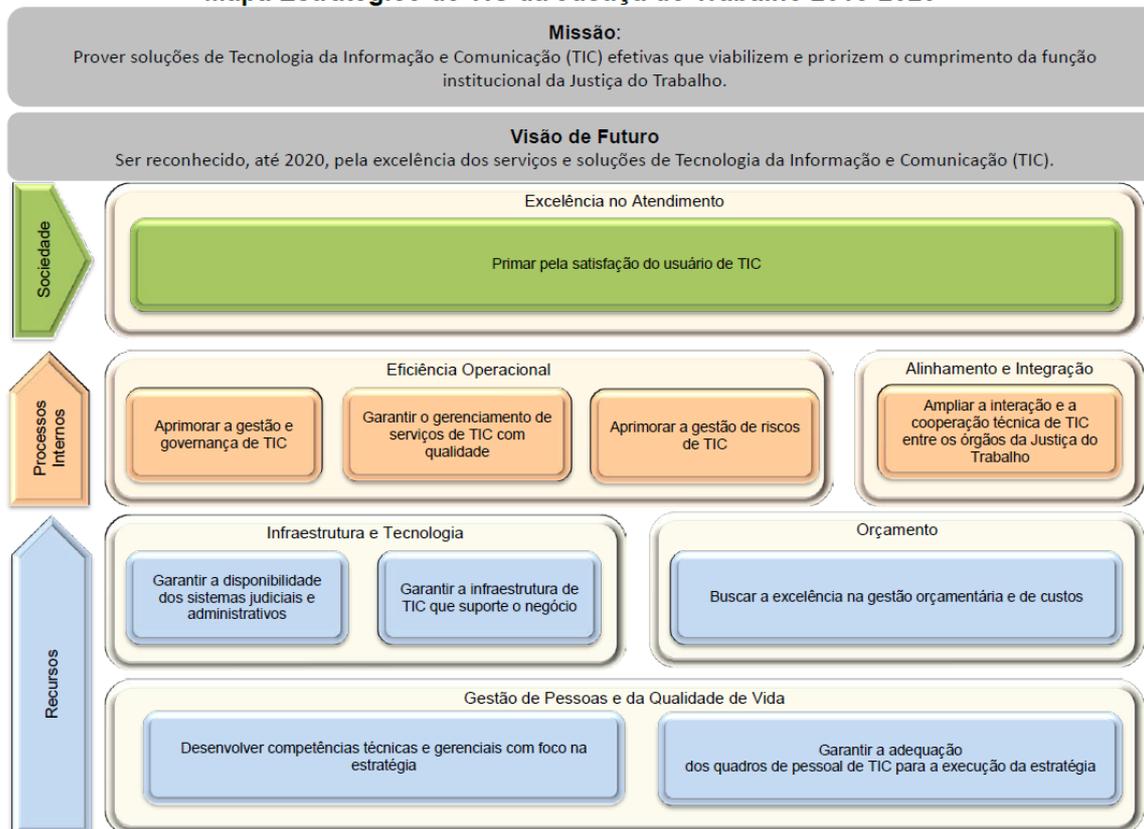
REFERÊNCIAS E INSUMOS OBSERVADOS

O ENTIC-JUD - Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, instituído pela Resolução 211 do CNJ, foi uma das bases para a elaboração dos planejamentos de TIC de todo o Judiciário, cujo alinhamento foi observado pelo grupo de trabalho na elaboração do PETIC.



O Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho proporcionou oportunidades de melhoria e alinhamento com os parâmetros balizadores do Judiciário Trabalhista.

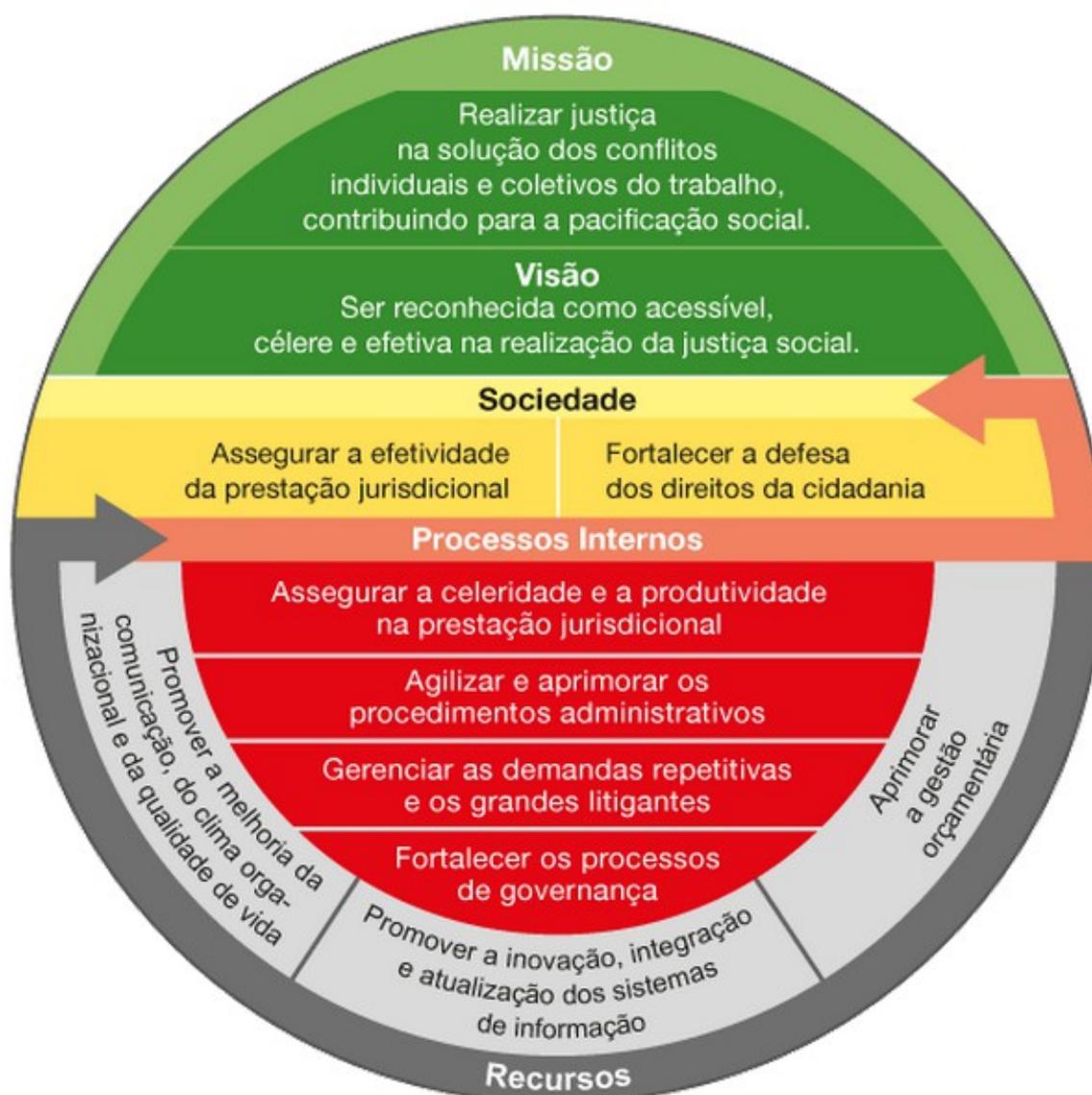
Mapa Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho 2015-2020



O Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal 2015-2020 foi umas das referências mais importantes para o grupo de trabalho.

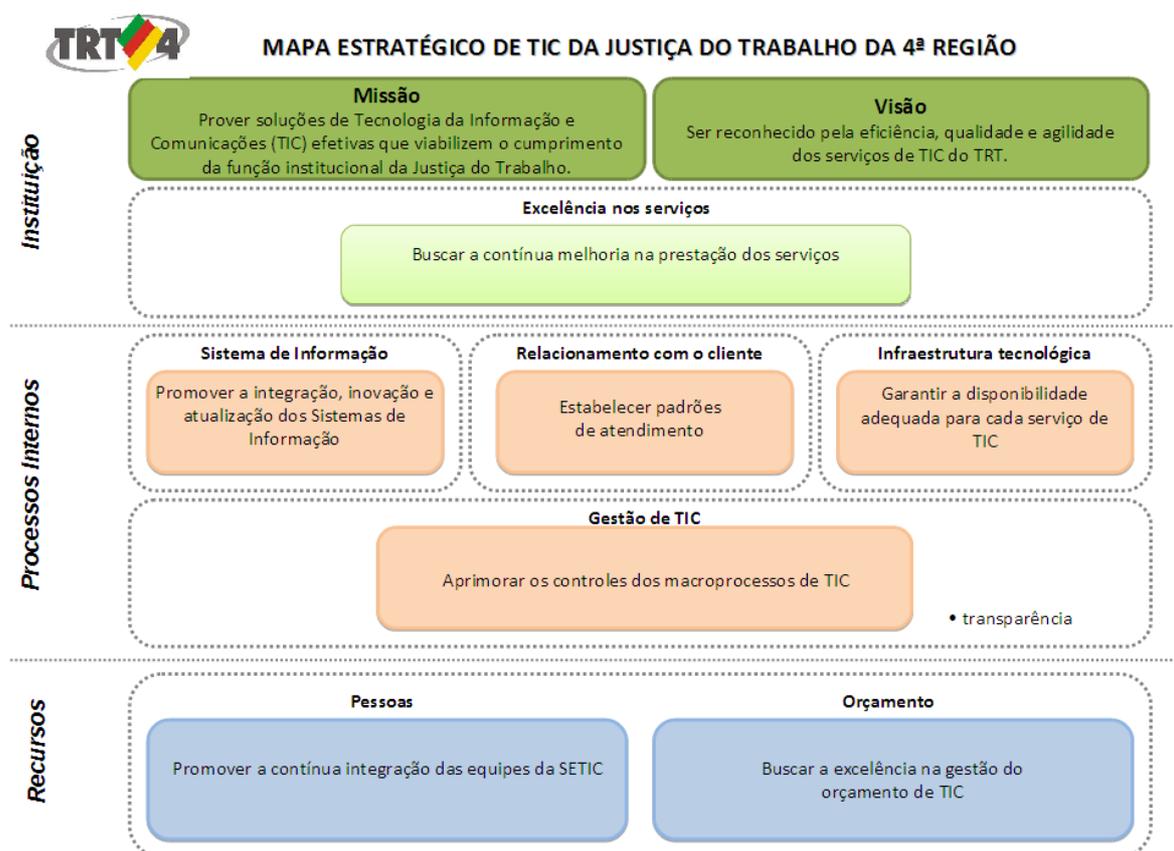
O novo PETIC foi elaborado sempre com foco nas tendências e revisões aplicadas no Planejamento Institucional, cujo novo modelo está representado na figura abaixo:

Mapa Estratégico da Justiça do Trabalho da 4ª Região



Na esteira dos mesmos princípios de alinhamento e continuidade, o

Planejamento Estratégico de TIC 2010-2015 foi também considerado na elaboração do novo plano, em especial a avaliação dos resultados obtidos ao longo do seu ciclo de gestão.



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO ESTRATÉGICA

As reflexões que ocorreram durante os ciclos de gestão estratégica que abrangeram o planejamento estratégico de TIC e sua primeira revisão, permitiram ao grupo de trabalho identificar diversas oportunidades de melhoria e até mesmo mudanças de rumo na condução dos trabalhos.

Durante esse período de análise, percebeu-se que as áreas de TIC devem trabalhar com vista a auxiliar as suas organizações a atingirem os seus objetivos estratégicos de negócio, agregando valor aos resultados. Essa percepção vinha fazendo parte do PETIC desde a sua primeira revisão, quando foi inserida a perspectiva Instituição em substituição à antiga perspectiva Sociedade. Isto é, a área de TIC deveria organizar-se para prestar suporte perante a Instituição (Tribunal), que então cumpriria seu objetivo perante a sociedade. O significado de todo esse esforço foi resumido no objetivo estratégico “Buscar a melhoria contínua na prestação dos serviços”.

Para sustentar o atingimento desse objetivo maior haviam sido adotadas as perspectivas Processos Internos e Recursos, que aglutinaram os esforços para prover qualidade e eficiência nos serviços entregues à Instituição, focados na melhoria dos sistemas, na qualidade de atendimento, na manutenção de uma infraestrutura tecnológica compatível com a demanda e no estabelecimento boas práticas dos processos de trabalho.

Entretanto, excelência operacional não se alcança sem atenção e bom uso dos recursos existentes, sejam humanos ou materiais. Nesse sentido foram traçados objetivos estratégicos visando a contínua integração das equipes de TI e a eficácia na administração dos recursos orçamentários concedidos.

Diante dessa estrutura adotada na primeira revisão do PETIC, a avaliação geral dos resultados alcançados foi positiva. Apesar de alguns dos indicadores elencados não terem atingido integralmente as metas estipuladas, não o fizeram por motivos plausíveis e não comprometeram o alcance dos resultados estratégicos desejados.

Abaixo o resultado dos indicadores acompanhados durante esse ciclo estratégico.

Metas e Dados 2013-2015

Indicador		Meta		Coletas		Meta		Coletas		Meta		Coletas	
		2013/1	2013/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2015/1	2015/2
Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC (CNJ11)					91,78%	92%	93%	97,04%	96,56%	94%	95%	94,77%	94,12%
Percentual de Processos Regulamentados		50%		30%		70%		30%		100%		50%	
Índice de disponibilidade dos serviços de TIC (CNJ20)	percentual		99,5%		99,85%	99,55%	99,65%	99,24%	99,36%	99,7%	99,75%	99,34%	99,21%
	min/semana de indisponibilidade		~50,5			~45,5	~35			~30	~25		
Informações para Apoio à Tomada de Decisão		80%		36,82%	81,29%	80%		100%		100%		100%	
Percentual de colaboradores treinados nos padrões estabelecidos		100%		60%	80%	100%		44,90%	74%	100%		60,60%	
Percentual de valores empenhados do orçamento de TIC		90%			83,95%	95%		77,69%		100%		82,70%	
Percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento de integração no ano		80%		87%	89%	100%		44,90%		100%		42,97%	

No quesito de satisfação dos usuários com a prestação dos serviços de TIC (perspectiva Instituição), a meta proposta foi praticamente alcançada, legitimando a excelência de qualidade no atendimento aos usuários dos serviços de TIC.

Para a perspectiva Processos Internos, no objetivo de promover ações para integrar, inovar e atualizar os sistemas de informação, o indicador de desempenho denominado “informações para apoio à tomada de decisão”, teve sua meta também atingida. Com relação ao objetivo de entregar disponibilidade nos serviços de TIC, cujo indicador de desempenho foi o índice de disponibilidade dos serviços de TIC, percebeu-se que a meta proposta estava muito além do que seria possível. Apesar de no primeiro ano de medição (2013), o indicador ter demonstrado atingimento da meta proposta, ao longo dos anos seguintes foi possível estabelecer uma média em torno de 99,2875. Por esse motivo, inclusive, esse indicador, que será mantido no próximo ciclo estratégico, com meta inicial (2016) de 99,30 e final (2020) de 99,70. Ainda na perspectiva de processos internos, o objetivo estratégico de aprimorar os macroprocessos de TIC, não teve atingida a meta do indicador percentual de processos regulamentados. Entretanto, os processos de trabalho foram desenhados e aprimorados, restando apenas a etapa final de regulamentar (inclusive alguns dos processos alvo deste indicador já foram encaminhados para regulamentação). Por fim, o indicador de percentual de colaboradores treinados nos padrões estabelecidos, responsável por mensurar a performance do objetivo de estabelecer padrões de atendimento, também não teve êxito na meta proposta. Justifica-se tal fato ao aumento de servidores lotados na SETIC, durante os anos de 2014 e 2015, que acabou por comprometer o percentual. Essa condição fica clara quando analisamos o indicador ao final de 2013, cujo índice era de 80% e na sequência decaiu para 74% e encerra o ano de 2015 com 60%. Contudo é entendimento da equipe que o cumprimento estratégico na perspectiva Processos Internos foi alcançado.

A perspectiva de recursos, responsável pela base de sustentação de todos os objetivos estratégicos, respondeu pela contínua integração das equipes da SETIC e pela excelência na gestão orçamentária. Os indicadores que acompanharam a performance desses objetivos foram o percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento de integração no ano (integração da

equipe) e percentual de valores empenhados do orçamento de TIC (gestão orçamentária). Com relação ao percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento de integração no ano, a meta também não foi atingida pela mesma razão citada anteriormente, o aumento de servidores da SETIC, entre os anos de 2014 e 2015, comprometeu o alcance da meta, proposta em 100% já para o final de 2014. Percebemos um bom resultado no início de 2013 (87%) mas a medida que os novos servidores tomam posse, esse índice decai. Cabe ressaltar que o aumento dos servidores foi bastante significativo (algo em torno de 50%) e em um curto espaço de tempo. Em relação à excelência da gestão orçamentária para a área de TIC, o indicador proposto para o acompanhamento de performance foi o percentual de valores empenhados do orçamento de TIC até novembro do exercício. Para uma meta final (2015) de 100%, a SETIC alcançou o resultado de 82.70% até o final do mês de novembro. O entendimento da equipe foi positivo em relação a esse resultado, sobretudo porque ao longo desse ciclo de avaliação estratégica, percebeu-se que existem muitos fatores externos que podem afetar o resultado final da coleta. A título de exemplo, no ano de 2014 optou-se em postergar uma compra de expressivo valor (computadores servidores) para o final do ano, impactando na coleta do indicador, cuja fórmula é empenhar 40% do orçamento até julho, 60% até setembro e 100% até novembro do exercício. Cabe frisar, contudo, que até o final do exercício foi empenhado 100% do orçamento concedido. Diante desse entendimento, uma meta desafiadora deveria ser remodelada para oscilar entre 90% e 95%. Registre-se também que, durante o acompanhamento desse indicador, foi possível identificar a necessidade de maior capacitação e envolvimento das equipes técnicas da SETIC que demandam as aquisições, sobretudo aquelas que desempenham seus papéis junto a Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica. Grande parte do trabalho de elaboração de uma contratação é realizado pelas áreas demandantes (estudos técnicos preliminares, análise de viabilidade da contratação, etc), determinando a necessidade de dedicação e capacitação nesses colaboradores (assuntos a serem abordados na próxima gestão estratégica).

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Durante as discussões técnicas ocorridas na elaboração do novo PETIC, sobretudo nas análises dos planos estratégicos nacionais (CNJ e CSJT), percebeu-se a atenção dada às disciplinas de governança, gestão, risco e segurança da informação. Não há dúvida que o novo alinhamento estratégico de TIC do TRT da 4ª Região deve perseguir a excelência nessas matérias.

Além disso, o senso comum a respeito da necessidade de aproximação da área de TIC com os usuários, reconhecendo de forma mais legítima como desenvolvem suas atividades para melhor interpretar suas demandas e como a TIC pode agregar valor ao seu trabalho.

Com base nesses entendimentos, as propostas de missão, visão e valores foram revisadas para as seguintes redações:

MISSÃO

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações que agreguem valor ao cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho

VISÃO

Ser reconhecida pela eficiência na gestão e pela qualidade dos serviços de TIC

VALORES

Acessibilidade, usabilidade, celeridade, ética, inovação, responsabilidade social, ambiental e orçamentária, transparência, valorização das pessoas.

CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico é a representação visual da estratégia da organização, explicitada em macro objetivos organizados em diferentes perspectivas de análise e interligados por relações de causa e efeito.

Com os enunciados de Missão, Visão e Valores estabelecidos, juntamente com os desafios reconhecidos pelo grupo para a área de tecnologia e as diretrizes de manter alinhamento com os planejamentos institucional do TRT e de tecnologia da informação do CNJ e do CSJT, o grupo de trabalho desenvolveu uma estrutura mantendo as perspectivas de Recursos, Processos Internos e substituindo a perspectiva de Instituição por Resultados. Foi consenso dentro da equipe que a área de TIC do TRT 4ª Região deve aproximar-se de seus usuários finais através da entrega de serviços e soluções que agreguem valor as suas atividades.

Com esse foco foi elaborado uma nova proposta de mapa estratégico de TIC, constante na figura a seguir:



MAPA ESTRATÉGICO DE TIC DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RESULTADOS

Missão
Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações que agreguem valor ao cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho

Visão
Ser reconhecida pela eficiência na gestão e pela qualidade dos serviços de TIC

Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

PROCESSOS INTERNOS

Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho

Aperfeiçoar a gestão de TIC

Aprimorar a segurança da informação

RECURSOS

Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC

Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal

Aprimorar a comunicação entre as equipes

Melhorar a Disponibilidade do PJe

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E AÇÕES RELACIONADOS

Perspectiva RESULTADOS

Objetivo	<p>Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários.</p> <p>Buscar constantemente a melhoria na qualidade dos serviços entregues pela SETIC aos usuários internos e externos, mantendo o foco na satisfação das suas reais necessidades.</p>
Responsável	<p>Ricardo Kurylenko (Coordenadoria de Gestão de TIC – Escritório de Processos de TI)</p>
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN01 - Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC</p> <p>Fórmula: Percentual de usuários satisfeitos com os serviços de TIC, medido por meio de pesquisa de opinião. Para o ano de 2017 será utilizada a pesquisa de satisfação Institucional do TRT, que incluiu uma área de avaliação de satisfação com os serviços de TIC. A partir de 2018 a SETIC fará uma pesquisa própria, igual à pesquisa disponibilizada em 2016.</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – 83% - Medição 90,6% 2017 – 90% 2018 – 91% 2019 – 92% 2020 – 93%</p>
Ação	<p>Aprimoramento constante do gerenciamento de serviços de TIC.</p> <p>Estimular a troca de experiências com os usuários a fim de perceber oportunidades de agregar valor aos sistemas e serviços.</p> <p>Fomentar na SETIC a postura de receptividade em relação às sugestões dos usuários.</p>

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

Objetivo	<p>Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho.</p> <p>Disponibilizar soluções tecnológicas integradas a sistemas nacionais, a fim de incrementar as funcionalidades existentes, baseadas em conceitos de acessibilidade, usabilidade e inovação.</p>
-----------------	---

Responsável	Ricardo Kurylenko (Coordenadoria de Gestão de TIC – Escritório de Processos de TI)
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN02 - Índice de satisfação dos usuários internos com os sistemas de TIC</p> <p>Fórmula: Percentual de usuários satisfeitos com os sistemas de TIC, medido por meio de pesquisa de opinião.</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – 70% - Medição 89,7%</p> <p>2017 – 91%</p> <p>2018 – 92%</p> <p>2019 – 93%</p> <p>2020 – 94%</p>
Ação	Identificar, propor e executar projetos que visam ao aprimoramento das funcionalidades de sistemas nacionais em uso no Tribunal.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo	<p>Aperfeiçoar a gestão de TIC</p> <p>Promover contínua melhoria na gestão, a fim de aperfeiçoar os mecanismos para a governança de TIC.</p>
Responsável	Alberto Muller (Coordenadoria de Gestão de TIC)
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN03 – iGovTIC-JUD</p> <p>Índice de governança de TI – iGovTIC-JUD, medido pelo CNJ.</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – 0,72 - Medição 0,84</p> <p>2017 – 0,85</p> <p>2018 – 0,86</p> <p>2019 – 0,88</p> <p>2020 – 0,91</p>
Ação	Regulamentar e aprimorar os processos de trabalho, com ênfase nos controles de segurança da informação, riscos e governança de TIC.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo	<p>Aprimorar a segurança da informação</p> <p>Prover ferramentas e processos que viabilizem o adequado tratamento aos ativos de informação, no que tange a confidencialidade, integridade e disponibilidade.</p>
Responsável	Cleonice Santos Condotta (Coordenadoria de Gestão de TIC – Escritório de Segurança da Informação)

Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN04-Percentual de controles implementados em relação ao total de controles considerados aplicáveis (índice de conformidade) em relação à ISO 27002:2013.</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – 72% - Medição 71,73%</p> <p>2017 – 74%</p> <p>2018 – 76%</p> <p>2019 – 78%</p> <p>2020 – 80%</p>
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN09 - Percentual de controles obrigatórios e mandatórios efetivamente implementados, definidos no SGSI, na Declaração de Aplicabilidade da ISO 27002:2013.</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – Medição 64%</p> <p>2017 – 67%</p> <p>2018 – 70%</p> <p>2019 – 75%</p> <p>2020 – 80%</p>
Ação	<p>Diagnosticar e modelar os subprocessos relacionados ao sistema de gestão de segurança da informação (SGSI).</p>

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	<p>Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC</p> <p>Gerenciar o orçamento de modo a assegurar a execução da estratégia de TIC.</p>
Responsável	<p>Simone Goulart (Coordenadoria de Gestão de TIC – Seção de Apoio a Contratações de TIC)</p>
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN05 - Índice de ações orçamentárias efetivadas de acordo com o plano de aquisições aprovado</p>

	<p>Considerando que o mercado não permite uma efetiva previsão de valores, a fórmula de cálculo do indicador foi alterada para:</p> <p>Fórmula: número de ações orçamentárias executadas de acordo com o plano de aquisições aprovado / número total de ações orçamentárias do plano de aquisições aprovado.</p> <p>Obs.: Considera-se como referência a revisão do plano de aquisições realizada em março do ano corrente.</p> <p>Periodicidade: Anual</p> <p>Meta: (será realizada uma medição para 2017 já com a nova fórmula de cálculo). As seguintes metas foram definidas:</p> <p>Meta: 2017: 80% 2018: 85% 2019: 90% 2020: 90%</p>
Ação	Elaborar um plano plurianual de aquisições de modo a distribuir os investimentos de acordo com a necessidade e capacidade de execução dos projetos.

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	<p>Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal</p> <p>Assegurar a capacitação continuada das equipes da SETIC nas especialidades técnicas necessárias para a execução da estratégia.</p>
Responsável	Simone Goulart (Coordenadoria de Gestão de TIC – Seção de Apoio a Contratações de TIC)
Indicador	<p>TRT4-PETIC-IN06-Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação</p> <p>Fórmula: total de treinamentos planejados e executados do plano / total de treinamentos contantes do Plano Anual de Capacitação - PAC</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta: (considerando o cenário conturbado em 2016, será realizado uma medição desse indicador para o ano de 2015 e a partir desse resultado estipular as metas para 2017-2020). 2016 – Medição 78% As seguintes metas foram definidas a partir de 2017. 2017: 78% 2018: 80% 2019: 85% 2020: 90%</p>

Ação	Planejar e executar o plano anual de capacitação, assegurando o envolvimento dos gestores da SETIC.
Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	Aprimorar a comunicação entre as equipes Promover ações que contribuam para a melhoria da comunicação entre as áreas da SETIC, em benefício dos processos de trabalho.
Responsável	Ricardo Kurylenko (Coordenadoria de Gestão de TIC – Escritório de Processos de TI)
Indicador	TRT4-PETIC-IN07 - Percentual de servidores que participaram de pelo menos um evento anual de integração da SETIC Fórmula: N° de servidores que participaram de pelo menos um evento / n° total de servidores da SETIC Periodicidade: Anual Meta: (será definida após o cálculo de 2016). 2016 – Medição 44% As seguintes metas foram definidas: 2017: 50% 2018: 60% 2019: 65% 2020: 70%
Ação	Planejar pelo menos um evento anual que reúna as equipes da SETIC, de forma a proporcionar a integração entre os servidores.

Perspectiva RECURSOS	
Objetivo	Melhorar a Disponibilidade do PJe Iniciativas de competência e atribuições do Tribunal, nas áreas de desenvolvimento, parametrização e infraestrutura do PJe-JT, que aumentem sua disponibilidade.
Responsável	Eric Guatimozin Silva (Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica – Seção de Gerenciamento de Banco de Dados)
Indicador	TRT4-PETIC-IN08 - Índice de falha do Pje

	<p>Fórmula: Número de dias, no ano, em que o PJE ficou indisponível com base nas certidões emitidas para fins de prorrogação de prazo</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Meta:</p> <p>2016 – Medição 15</p> <p>2017 – 5</p> <p>2018 – 4</p> <p>2019 – 3</p> <p>2020 – 2</p>
Ação	<p>Atuar na análise e otimização do código fonte do Pje e na infraestrutura relacionada.</p> <p>Auxiliar na investigação das falhas que comprometam a disponibilidade do sistema.</p>

MATRIZ DE ALINHAMENTO

PERSPECTIVAS	MACRO DESAFIOS PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS DO ENTIC-JUD (CNJ)	OBJETIVOS DO PETIC DO CSJT	OBJETIVOS DO PEI/TRT 4ª REGIÃO	OBJETIVOS DO PETIC/TRT 4ª REGIÃO
Sociedade / Resultados	<ul style="list-style-type: none"> Efetividade na prestação jurisdicional; Garantia dos direitos de cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> Primar pela satisfação dos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> Primar pela satisfação do usuário de TIC. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
Processos Internos	<ul style="list-style-type: none"> Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas. 	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar a governança e a gestão; Aprimorar as contratações; Promover a adoção de padrões tecnológicos; Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação; Aprimorar a segurança da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar a gestão e governança de TIC; Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade; Aprimorar a gestão de riscos de TIC; Ampliar a interação e a cooperação técnica de TIC entre os órgãos da Justiça do Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos; Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes; Fortalecer os processos de governança. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho. Aperfeiçoar a gestão de TIC Aprimorar a segurança da informação
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão de custos; Instituição da governança judiciária; Melhoria da infraestrutura e governança de TIC. 	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal; Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas; Aprimorar a gestão orçamentária e financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia; Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia; Garantir a infraestrutura de TIC que suporte o negócio; Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos; Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida; Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação; Aprimorar a gestão orçamentária. 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar a excelência na gestão do orçamento de TIC Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal Aprimorar a comunicação entre as equipes Melhorar a Disponibilidade do PJe

INDICADORES NACIONAIS - CNJ

INDICADORES E MÉTRICAS DO CNJ (Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015)								
ORIGEM	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo Estratégico	Indicador Nacional	Descrição do Indicador Nacional	Meta de Medição Periódica - 2016	Fórmula de Cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020
CNJ	OE-1	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC.	INA-1	Índice de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.	80% dos Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70%.	$[\Sigma (\text{Totalidade de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70\%}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal
CNJ	OE-2	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.	INA-2	Índice de Tribunais que possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.	80% dos Tribunais com ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.	$[\Sigma (\text{Tribunais que possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aprimorar a segurança da Informação
CNJ	OE-3	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira de TIC.	INA-3	Índice de Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%.	80% dos Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80%.	$[\Sigma (\text{Tribunais com o Plano Orçamentário de TIC executado em, no mínimo, 80\%}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Buscar a excelência na gestão de orçamento de TIC
CNJ	OE-4	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC.	INA-4	Índice de Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado.	80% dos Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado.	$[\Sigma (\text{Tribunais com resultado do Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aperfeiçoar a Gestão de TIC
CNJ	OE-5	Aprimorar as contratações de TIC.	INA-5	Índice de Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%.	80% dos Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80%.	$[\Sigma (\text{Tribunais com o Plano de Contratações de TIC executado em, no mínimo, 80\%}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Buscar a excelência na gestão de orçamento de TIC
CNJ	OE-6	Promover a adoção de padrões tecnológicos.	INA-6	Índice de Tribunais que possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.	80% dos Tribunais com metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.	$[\Sigma (\text{Tribunais que possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software}) / \Sigma (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aperfeiçoar a Gestão de TIC

INDICADORES E MÉTRICAS DO CNJ (Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015)

ORIGEM	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo Estratégico	Indicador Nacional	Descrição do Indicador Nacional	Meta de Medição Periódica - 2016	Fórmula de Cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020
CNJ	OE-7	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade e de sistemas de informação.	INA-7	Índice de Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).	80% dos Tribunais com, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).	$[\sum (\text{Tribunais com, no mínimo, 80\% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)}) / \sum (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
CNJ	OE-8	Aprimorar a segurança da informação em TIC.	INA-8	Índice de Tribunais que possuem processo formal de Gestão de Riscos.	80% dos Tribunais com processo formal de Gestão de Riscos.	$[\sum (\text{Tribunais que possuem processo formal de Gestão de Riscos}) / \sum (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Aprimorar a segurança da informação
CNJ	OE-9	Primar pela satisfação dos usuários de TIC.	INA-9	Índice de Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.	80% dos Tribunais com, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.	$[\sum (\text{Tribunais com, no mínimo, 80\% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC}) / \sum (\text{Tribunais})] \times 100$	Anual.	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

INDICADORES NACIONAIS - CSJT

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)													
									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador or CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Excelência no atendimento	Primar pela satisfação do usuário de TIC	ISUE	Índice de satisfação de usuários externos com a qualidade dos serviços e sistemas de TIC fornecidos.	80% de Satisfação até 2020.	Grau de Satisfação do Usuário Externo) = Nota Apurada / Nota Máxima que pode ser alcançada no questionário	Anual	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários	60%	65%	70%	75%	80%
CSJT	Excelência no atendimento	Primar pela satisfação do usuário de TIC	ISUI	Índice de satisfação de usuários internos de TIC.	80% de grau de satisfação dos servidores com a qualidade dos serviços, sistemas e equipamentos fornecidos pela área de TIC, até 2020.	Grau de Satisfação do Usuário Interno) = Nota Apurada / Nota Máxima que pode ser alcançada no questionário	Anual	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho	60%	65%	70%	75%	80%
CSJT	Eficiência Operacional	Aprimorar a gestão e governança de TIC	IGOVTI	Índice de Governança de TI (iGovTI, versão 2014, conforme TCU).	Atingir a faixa "Aprimorado" até 2020 na avaliação do iGovTI	IGOVTI – Índice de Governança de TI (iGovTI, versão 2014, conforme TCU)	Anual	Aperfeiçoar a Gestão de TIC	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado
CSJT	Eficiência Operacional	Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade	ISI	Índice de solução dos incidentes ocorridos no sistema PJe-JT, no prazo (ANSs)	80% dos incidentes do PJe-JT resolvidos no prazo até 2020.	IR / TI	Anual	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários	72%	74%	76%	78%	80%
CSJT	Eficiência Operacional	Aprimorar a gestão de riscos de TIC	ISN	Índice de soluções nacionais críticas de TIC com riscos mapeados	100% dos riscos de soluções nacionais consideradas críticas mapeados.	QSM / QT	Anual	Aprimorar a Segurança da Informação	50%	75%	100%	100%	100%

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)

									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Alinhamento e Integração	Promover a interação e a cooperação técnica de TIC entre TRTs	ICOOP	Índice de cooperação entre órgãos da Justiça do Trabalho para o desenvolvimento do sistema PJe-JT (manutenção corretiva e evolutiva)	Cooperação de 12 (doze) TRTs no desenvolvimento do sistema PJe-JT (manutenção corretiva e evolutiva) até 2020.	Quantidade de TRTs engajados na cooperação ao longo do período de medição	Anual	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários	4 TRTs	6 TRTs	8 TRTs	10 TRTs	12 TRTs
CSJT	Alinhamento e Integração	Promover a interação e a cooperação técnica de TIC entre TRTs	ICOAN	Índice de cooperação entre órgãos da Justiça do Trabalho em ações nacionais de TIC	Cooperação de 24 (vinte e quatro) TRTs em ações nacionais de TIC	Quantidade de TRTs engajados na cooperação ao longo do período de medição	Anual	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho	12 TRTs	15 TRTs	18 TRTs	21 TRTs	24 TRTs
CSJT	Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	INPJE	Índice de Indisponibilidade Não-Programada do PJe-JT	Máximo de 0,5% de indisponibilidade anual não-programada do PJe-JT até 2020.	TINP / Tt	Anual	Melhorar a disponibilidade do PJe	2%	1%	0,70%	0,60%	0,50%
CSJT	Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	IPJE	Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT	Máximo de 3% de indisponibilidade anual programada do PJe-JT até 2020.	TIP / Tt	Anual	Melhorar a disponibilidade do PJe	6%	5%	4%	3%	3%
CSJT	Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a infraestrutura de TIC que suporte o negócio	ICIM	Índice de conformidade à infraestrutura mínima de TIC	100% de atendimento aos normativos referentes à infraestrutura.	ICIM	Anual	Melhorar a disponibilidade do PJe	60%	70%	80%	90%	100%

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)

									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	ICG	Índice de Capacitação Gerencial	75% dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de TIC, até 2017.	QSCG / QTSTIC	Anual	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal	55%	75%	75%	75%	75%
CSJT	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	ICT	Índice de Capacitação Técnica	60% de servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC, até 2017.	QSCT / QTSTI	Anual	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal	40%	60%	60%	60%	60%
CSJT	Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida	Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia	ICEM	Índice de conformidade à estrutura mínima de TIC	100% de atendimento aos normativos referentes à estrutura mínima de TIC.	ICEM	Anual	Aprimorar a comunicação entre as equipes	60%	60%	70%	90%	100%
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	ILO	Índice de Liquidação Orçamentária	Alcançar 75% de liquidação de despesa na execução orçamentária de TIC até 2020.	DespLiquitada / OrçAprovado	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	55%	60%	65%	70%	75%
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	IEO	Índice de Empenho Orçamentário	Alcançar até 97% de empenho orçamentário de TIC até 2020.	DespEmpenhada / OrçAprovado	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	90%	90%	95%	95%	97%

INDICADORES E MÉTICAS DO CSJT (Resolução CSJT nº 158 de 27 de novembro de 2015)

									Meta de medição periódica estabelecida pelo CSJT				
ORIGEM	Tema	Objetivo	Indicador CSJT	Descrição do indicador	Meta de Medição Periódica - 2020	Forma de cálculo	Periodicidade	Objetivo PETIC TRT 4ª Região 2016-2020	2016	2017	2018	2019	2020
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	IEEO	Índice eficiência de execução orçamentária	Alcançar 77% de eficiência na execução orçamentária até 2020.	ILO / IEO	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	61%	66%	68%	73%	77%
CSJT	Orçamento	Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	IAOE	Índice de ações orçamentárias de investimento efetivadas	Alcançar 90% de acerto no planejamento das ações de investimento de TIC até 2020.	QAOE / QAOP	Anual	Buscar excelência na gestão do orçamento de TIC	75%	80%	85%	85%	90%

PRÓXIMOS PASSOS

Concluída a elaboração do plano estratégico, seguem-se seus desdobramentos nos níveis tático e operacional, com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações.

O PDTIC é elaborado a cada dois anos e revisado anualmente, contemplando as diretrizes táticas e o respectivo plano de projetos e investimentos para cada exercício. O Portfólio de Projetos é a peça mais viva dessa engrenagem, elaborado anualmente e em constante atualização de acordo com o andamento dos projetos.

O andamento e os resultados obtidos nos desdobramentos do PETIC servirão para a sua revisão e atualização periódica, que deverá ocorrer no prazo máximo de dois anos ou na ocorrência de mudanças de cenário que justifiquem uma reavaliação.

**9.1.2. ANEXO 5.3.1. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES - PDTIC -
2016-2017**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PDTIC – 2016-2017



ÍNDICE

1. Introdução
2. Planejamento
3. Níveis de Planejamento no TRT da 4ª Região
 - 3.1. Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região
 - 3.2. Planejamento Estratégico de TI
 - 3.3. Planejamento das Contratações
4. Plano Diretor de TIC
 - 4.1. Finalidade do PDTIC
 - 4.2. Motivação
 - 4.3. Elaboração
 - 4.4. Abrangência
 - 4.5. Metodologia
 - 4.6. Acompanhamento – Revisões e Atualizações do PDTIC
5. Princípios e Diretrizes
 - 5.1. Princípios
 - 5.2. Diretrizes
6. Estrutura Organizacional da Secretaria de TIC
 - 6.1. Macroprocesso
 - 6.2. Organograma
 - 6.3. Atribuições
7. Catálogo de Macrosserviços
8. Catálogo de Sistemas
9. Catálogo e Gerenciamento de Níveis de Serviço
10. Avaliação do PDTIC 2015
 - 10.1. Projetos planejados e encerrados em 2015
 - 10.2. Projetos planejados em 2015, em andamento
 - 10.3. Projetos previstos no portfólio de 2015 e não iniciados
 - 10.4. Projetos cancelados
 - 10.5. Projetos suspensos
11. Portfólio de projetos 2016-2017
12. Plano de Investimentos 2016
13. Documentos de Referência

1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC, segundo definição presente na Instrução Normativa nº 4 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. (IN/SLTI 04/2010, art. 2º, XXII).

A Resolução CNJ 211/2015 estabelece que deve ser elaborado o PDTIC, contendo as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.

Assim, o PDTIC é um dos artefatos utilizados na execução do planejamento estratégico de TIC. Trata-se de documento que formaliza, junto à Administração a situação atual da instituição no que se refere à tecnologia da informação e estabelece o plano de ações da Secretaria de TIC para um período futuro definido.

Importante ressaltar que tal planejamento não é estático e pode ser alterado, se necessário.

2. PLANEJAMENTO

O planejamento é a mais fundamental das funções administrativas. Consiste na definição de objetivos a serem alcançados de modo a indicar, antecipadamente, as ações a serem executadas para atingi-los. Há alguns níveis de planejamento que devem ser atendidos, segundo recomendação do Tribunal de Contas da União. Trata-se do Planejamento Estratégico Institucional, Planejamento Estratégico de TIC (IN/SLTI 04/2010) e Planejamento das Contratações (IN/SLTI 04/2010).

3. NÍVEIS DE PLANEJAMENTO NO TRT DA 4ª REGIÃO

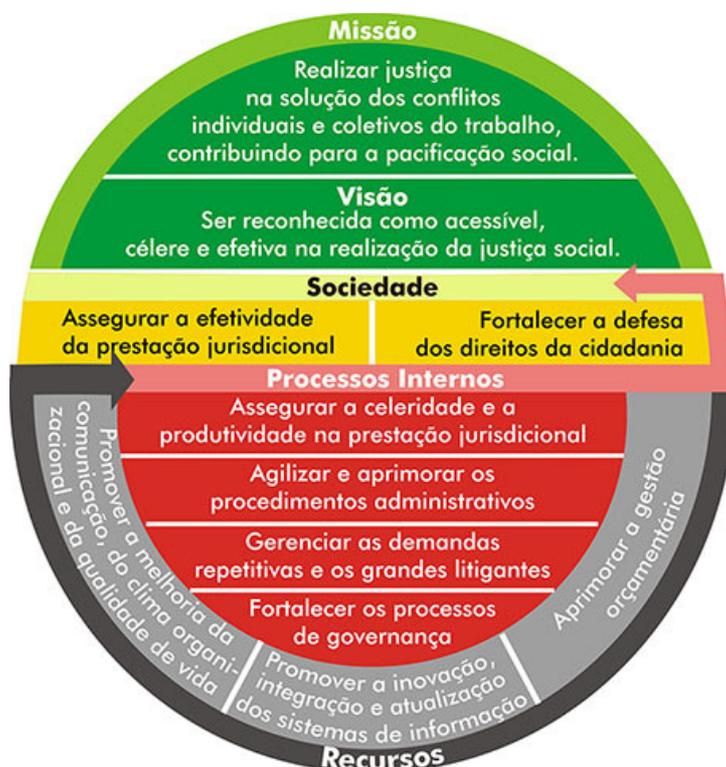
3.1. Planejamento Estratégico Institucional

O primeiro Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região foi elaborado em 2009/2010, obedecendo a Resolução CNJ 70/2009 do CNJ e cobrindo o período de 2010 a 2015. Em 2012 e 2014, o Plano foi revisado e adaptado às prioridades da Administração recém-empossada, mantendo, porém, os principais fundamentos. Em junho de 2014, foi publicada a Resolução CNJ 198/2014, dispoendo sobre planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário e instituindo a estratégia do Poder Judiciário para o período 2015-2020. A fim de alinhar o período de vigência do planejamento estratégico do TRT4 com o do planejamento do Poder Judiciário, decidiu-se reduzir em um ano o período abrangido pelo primeiro Plano do TRT4. Dessa forma, o

segundo Plano Estratégico deste Tribunal foi elaborado para período coincidente com o do Plano Estratégico Nacional, qual seja, de 2015 a 2020.

A área de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT4 elabora seu próprio plano estratégico (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI), regrado, inicialmente pela Resolução CNJ 99/2009 e, atualmente, pela Resolução CNJ 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário até 2020.

O Mapa Estratégico, representação visual da estratégia da instituição, pode ser visto a seguir. Apresenta todos os objetivos estratégicos definidos pelo TRT da 4ª Região, agrupados por tema, cada qual relacionado a uma perspectiva: sociedade, processos internos e recursos (Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020).



Analisando os objetivos estratégicos definidos é possível identificar a importância da tecnologia da informação para que sejam atingidos.

A íntegra do Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região está disponível no site institucional.

3.2. Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC)

O Planejamento estratégico é um importante instrumento de apoio à gestão não apenas para estabelecer diretrizes e orientar o desenvolvimento e o alinhamento de ações a essas diretrizes, mas também por proporcionar mecanismos para o acompanhamento dos resultados, fundamental para validar o alcance dos objetivos estratégicos. A

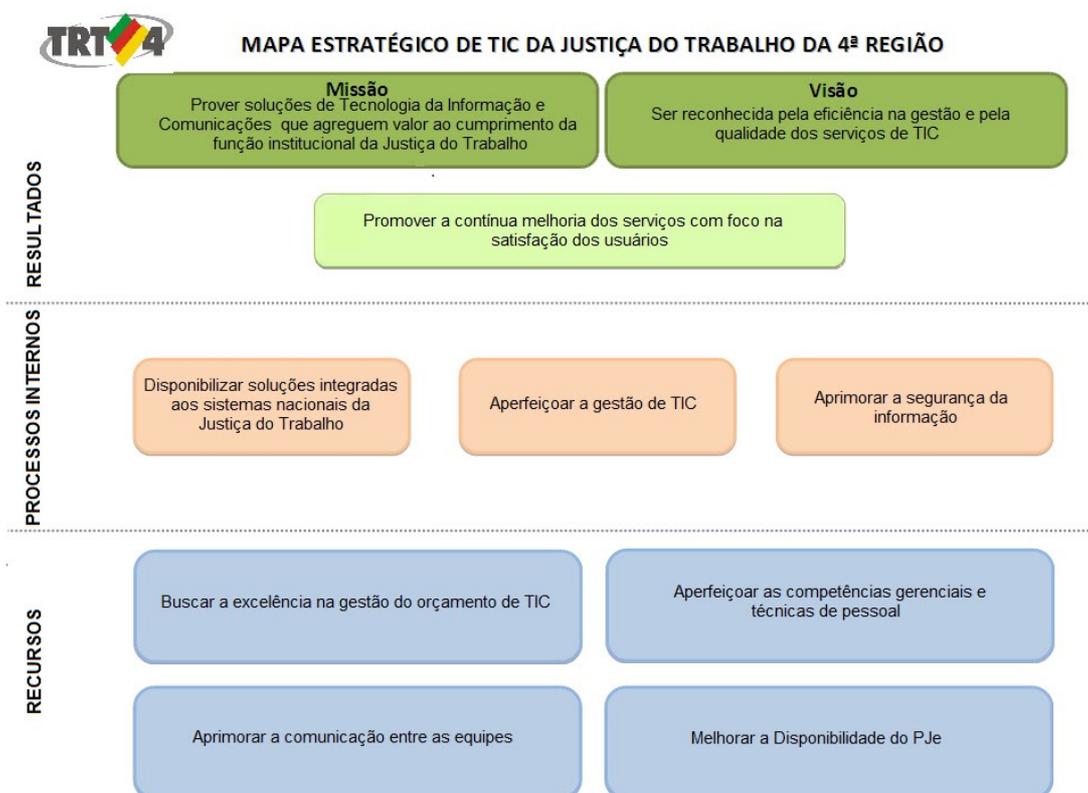
Resolução CNJ 211/2015 determina que cada Tribunal elabore e mantenha o Plano Estratégico de TIC, alinhado com as diretrizes estratégicas institucionais e nacionais o que demonstra o reconhecimento de que a informatização é um dos meios capazes de contribuir fortemente para a melhoria dos serviços prestados pela Justiça brasileira.

Também o Tribunal de Contas da União tem dirigido sua atenção às áreas de tecnologia da informação dos órgãos sob sua jurisdição, buscando fomentar o aprimoramento da governança e a adoção de metodologias e técnicas para alinhamento do investimento feito nessa área aos objetivos das respectivas instituições.

No âmbito do TRT da 4ª Região, o Plano Estratégico de TI para o período de 2016 a 2020 foi desenvolvido com o apoio dos usuários dos serviços de base tecnológica, pela Comissão de Informática e pela Administração, e está alinhado ao planejamento estratégico institucional, ao planejamento estratégico de TIC do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e à Estratégia Nacional de TIC estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os projetos necessários para a execução da estratégia são apresentados e acompanhados através deste Plano Diretor de TIC (PDTIC).

O Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação do TRT da 4ª Região está apresentado a seguir.



3.3. Planejamento das Contratações

Segundo o Tribunal de Contas da União, o Planejamento das Contratações, não apenas daquelas que envolvem tecnologia da informação e comunicações, deve ser desenvolvido de acordo com as boas práticas vigentes.

As Instruções Normativas 02/2008 e 04/2010, do Ministério do Planejamento, contemplam a maior parte das recomendações do TCU quanto à implementação do novo modelo de contratação de serviços de TI (Acórdãos 786/2006- TCU-Plenário, item 9.4, 1480/2007-TCU-Plenário, item 9.1.2.6 e 1999/2007-TCU-Plenário, item 9.4.1.1). Especificações presentes no *CobIT (Control Objectives for information and related technology)*, modelo de referência para governança e gestão de TI, complementam as recomendações daquela Corte de Contas.

O planejamento das contratações de bens e serviços de TI consiste na adoção de um processo de trabalho formalizado quanto ao custo, à oportunidade e aos benefícios advindos para a organização. Esse processo melhora o relacionamento com os fornecedores e prestadores de serviços, maximiza a utilização dos recursos financeiros alocados à área de TI e contribui decisivamente para que os serviços de TI deem o necessário suporte às ações da organização no alcance de seus objetivos e de suas metas (Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário).

O Acórdão 1.603/2008- TCU apresenta o resultado do primeiro levantamento de governança de TIC realizado em órgãos vinculados à Administração Pública Federal. Como resultado, a referida Corte de contas determinou às entidades que *“9.1.6. evidenciem esforços visando à implementação de processo de trabalho formalizado de contratação de bens e serviços de TI, bem como de gestão de contratos de TI, buscando a uniformização de procedimentos nos moldes recomendados no item 9.4 do Acórdão 786/2006-TCU”*.

O TRT da 4ª Região especificou o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicações, segundo a IN 04/2010, através do expediente administrativo 0003586-92.2012.5.04.0000. O processo definido foi formalizado através da Portaria 4.245, de 06 de julho de 2012. Em abril de 2015 foi submetido à apreciação da Presidência do TRT a proposta de revisão desse processo, considerando a Resolução CNJ 182/2014, cuja aprovação foi recomendada pela Comissão de Informática. A revisão do processo está formalizada na Portaria 2971/2015, da Presidência do TRT. Dessa forma, o processo em prática nesse Regional atende integralmente a referida Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

A segunda etapa do mesmo processo, que se refere à gestão dos contratos de soluções de TIC segundo a IN 04/2010, tramitou no expediente administrativo 0001637-96.2013.5.04.0000 e foi regulamentado através da Portaria da Presidência 1998/2015.

Tanto a IN 04/2010, como a Resolução CNJ 182/2014, estabelecem que as contratações de bens e serviços de TIC deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, alinhado à estratégia do órgão ou entidade.

4. PLANO DIRETOR DE TIC – PDTIC

4.1. Finalidade do PDTIC

O Plano Diretor de TIC define, com base no planejamento estratégico organizacional e de Tecnologia da Informação, os projetos a serem desenvolvidos, vinculados à tecnologia, e seus respectivos planos de investimento.

O objetivo do Plano Diretor de TIC, dessa forma, é garantir alinhamento estratégico entre as ações de tecnologia da informação e os objetivos institucionais, de modo a orientar a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros em prol das metas estabelecidas pela administração.

Esse instrumento permite o planejamento tático da área técnica, tornando transparente quais são os recursos disponíveis, os projetos a serem executados e seus respectivos andamentos.

As necessidades relacionadas às diferentes áreas da instituição foram identificadas através de consulta aos usuários e a seus representantes na Comissão de Informática, cuja composição foi reformulada para contemplar as estruturas administrativa e judiciária do Tribunal.

4.2. Motivação

O gerenciamento integrado dos processos envolvidos na prestação de serviços de TIC, de modo a manter e aperfeiçoar os fluxos de trabalho operacionais do Tribunal e atender as necessidades vinculadas à execução da estratégia institucional é a motivação para a elaboração de um PDTIC.

Um efetivo gerenciamento integrado se alcança através da adoção de práticas de governança de TIC, muitas das quais vêm sendo implementadas e aprimoradas pela Secretaria de TIC nos últimos anos.

A elaboração do Plano Diretor de TIC atende a determinação presente no Acórdão TCU nº 381/2011 – Plenário, resultado de auditoria realizada neste Tribunal em setembro de 2010.

“9.2.4. em atenção às Resoluções CNJ 90/2009, arts. 10 e 11, e 99/2009, art. 2º, elabore e aprove um Planejamento Estratégico de TIC - PETI e um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI, considerando as práticas contidas na Norma Técnica - ITGI - Cobit 4.1, PO1 – Planejamento Estratégico de TI, conforme tratado no achado 3 - Inexistência do PDTI - do relatório de fiscalização; “(Acórdão TCU 381/2011).

Além disso, a Resolução CNJ 211/2015, estabelece em seu artigo 6º:

“Art. 6º Cada órgão deverá elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), em harmonia com as diretrizes

estratégicas institucionais e nacionais, conforme disposto na Resolução CNJ 198, de 16 de junho de 2014, e suas alterações.

Parágrafo único. Como desdobramento do PETIC, deverá ser elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias institucionais e nacionais do Poder Judiciário sejam alcançadas.”

4.3. Elaboração

O presente Plano Diretor é elaborado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, através de seu Comitê Gestor de TIC, validado pela Comissão de Informática e aprovado pela Administração do TRT da 4ª Região.

4.4. Abrangência

Esse PDTIC limita-se à atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do TRT da 4ª Região.

4.5. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração deste PDTIC baseou-se no Guia Prático de Elaboração do PDTIC (2011-2012), proposto pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O método aplicado divide a elaboração do PDTIC em três fases: preparação, diagnóstico e planejamento.

- Preparação

A etapa de preparação do PDTIC contempla:

- Definição de abrangência e período;
- Definição da Metodologia aplicada;
- Revisão dos princípios e diretrizes;
- Elaboração dos questionários para o levantamento de necessidades de informação junto aos usuários internos.

- Diagnóstico

Na fase de diagnóstico foi realizado o levantamento da situação atual, considerando o planejamento de atividades aprovado pela Comissão de Informática e Administração para desenvolvimento em 2015.

A seguir, foi realizada a identificação das necessidades a partir de duas fontes principais:

- Análise do portfólio de projetos estratégicos da instituição, realizada pela equipe da Assessoria de Gestão Estratégica e apresentada a esta Secretaria. Dessa forma, pretende-se garantir que demandas vinculadas aos objetivos estratégicos do Tribunal sejam tratadas com a devida prioridade.
 - Solicitações/projetos apresentados por magistrados e servidores em resposta ao levantamento de necessidades que possam ser atendidas a partir de ações de TIC. As solicitações foram enviadas por meio do preenchimento do questionário elaborado na etapa de preparação, anexo a esse documento.
- Planejamento.

O resultado dessa fase é a proposta do PDTIC, a ser submetida à Comissão de Informática e Administração do TRT. Para que a análise das propostas recebidas seja facilitada, foram sugeridos critérios de priorização das necessidades inventariadas. Também nessa etapa foi revisada a Proposta Orçamentária de TIC, alterada em decorrência do expressivo corte orçamentário ao qual foi submetida a Justiça do Trabalho.

4.6. Acompanhamento - Revisões e Validade do PDTIC

O acompanhamento do Plano Diretor de TIC será feito pela Comissão de Informática do TRT e pela Presidência da Instituição.

Serão realizadas revisões trimestrais do plano, que tem validade de 24 meses.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1. Princípios

A atuação da área de tecnologia da informação e comunicações é delimitada pela legislação, por determinações do Tribunal de Contas da União, por Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e por guias de boas práticas relacionadas a diferentes disciplinas da governança de TIC.

Os princípios identificados estão relacionados a esses normativos e devem atuar como balizadores para o processo decisório e o comportamento da área de tecnologia da informação no cumprimento de sua missão, estabelecida no Planejamento Estratégico.

Princípio 1: Desenvolver, com prioridade, ações necessárias para a execução da estratégia do TRT.

Fonte:

- Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região;

- Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região;
- Cobit 5;
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 2: Adotar estrutura organizacional e processos que garantam que a área de TIC suporte e aprimore os objetivos e estratégias do TRT da 4ª Região.

Fonte:

- Cobit 5;
- Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 3: Garantir alinhamento estratégico com o Planejamento Estratégico do TRT, bem como com o Planejamento Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário.

Fonte:

- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário
- Planejamento Estratégico do TRT da 4ª Região.

Princípio 4: Otimizar o uso de recursos e investimentos em tecnologia através da adoção de soluções baseadas em software livre ou de sistemas proprietários que venham a promover ganhos efetivos à Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Fonte:

- Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região;
- Cobit 5.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 5: As aquisições de bens e serviços de TIC devem garantir a execução do PDTIC e serem realizadas através de processo formal de planejamento e gestão, necessário para que os investimentos nessa área agreguem efetivo valor ao TRT.

Fonte:

- IN SLTI/MPOG nº 4/2010;
- Acórdão TCU nº 1.603/2008;
- Acórdão TCU nº 381/2011 ;
- Resolução CNJ 185/2013.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

Princípio 6: Os sistemas desenvolvidos no âmbito do TRT da 4ª Região devem seguir o modelo de requisitos e de interoperabilidade estabelecidos para o Poder Judiciário.

Fonte:

- Modelo de Interoperabilidade de dados do Poder Judiciário e Órgãos de Administração da Justiça;
- MOREQJUS;
- e-Ping.
- Resolução CNJ 211/2015 – Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário

5.2. Diretrizes

As diretrizes levantadas estão relacionadas aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico de TIC do TRT da 4ª Região.

- Prover soluções tecnológicas que ampliem o acesso à Justiça e agilizem o trâmite processual e o cumprimento das decisões judiciais;
- Promover a inovação, integração e atualização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação, priorizando a atividade-fim;
- Desenvolver soluções que permitam a integração entre os sistemas de informação e entre as unidades judiciárias do TRT, primando pela equidade entre usuários localizados na capital e no interior do Estado;
- Estabelecer processos de trabalho e aprimorar os processos existentes de modo a adotar boas práticas de gestão e promover a governança de TIC;
- Melhorar a comunicação da área de TIC;
- Buscar a excelência no atendimento aos usuários internos e externos;
- Fomentar a integração tecnológica do TRT com organizações públicas e privadas, promovendo o compartilhamento de experiências e a formação de parcerias;
- Prover soluções tecnológicas que auxiliem o TRT a promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental;
- Mitigar riscos relacionados à segurança da informação, garantindo conformidade com requisitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos serviços prestados pela área de tecnologia;
- Promover a contínua qualificação dos servidores vinculados à Secretaria de TIC, através de capacitação técnica e gerencial;
- Primar pelo adequado planejamento e pela gestão orçamentária de TIC, assegurando recursos para a execução dos projetos estratégicos, sem prejuízo das ações de manutenção e de outros projetos que venham a ser priorizados pela Administração;
- Buscar contínua melhoria do processo de contratação e gestão de contratos de soluções de TIC;
- Fortalecer a atuação da Secretaria de TIC junto a gestão estratégica institucional.

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

6.1. Macroprocesso

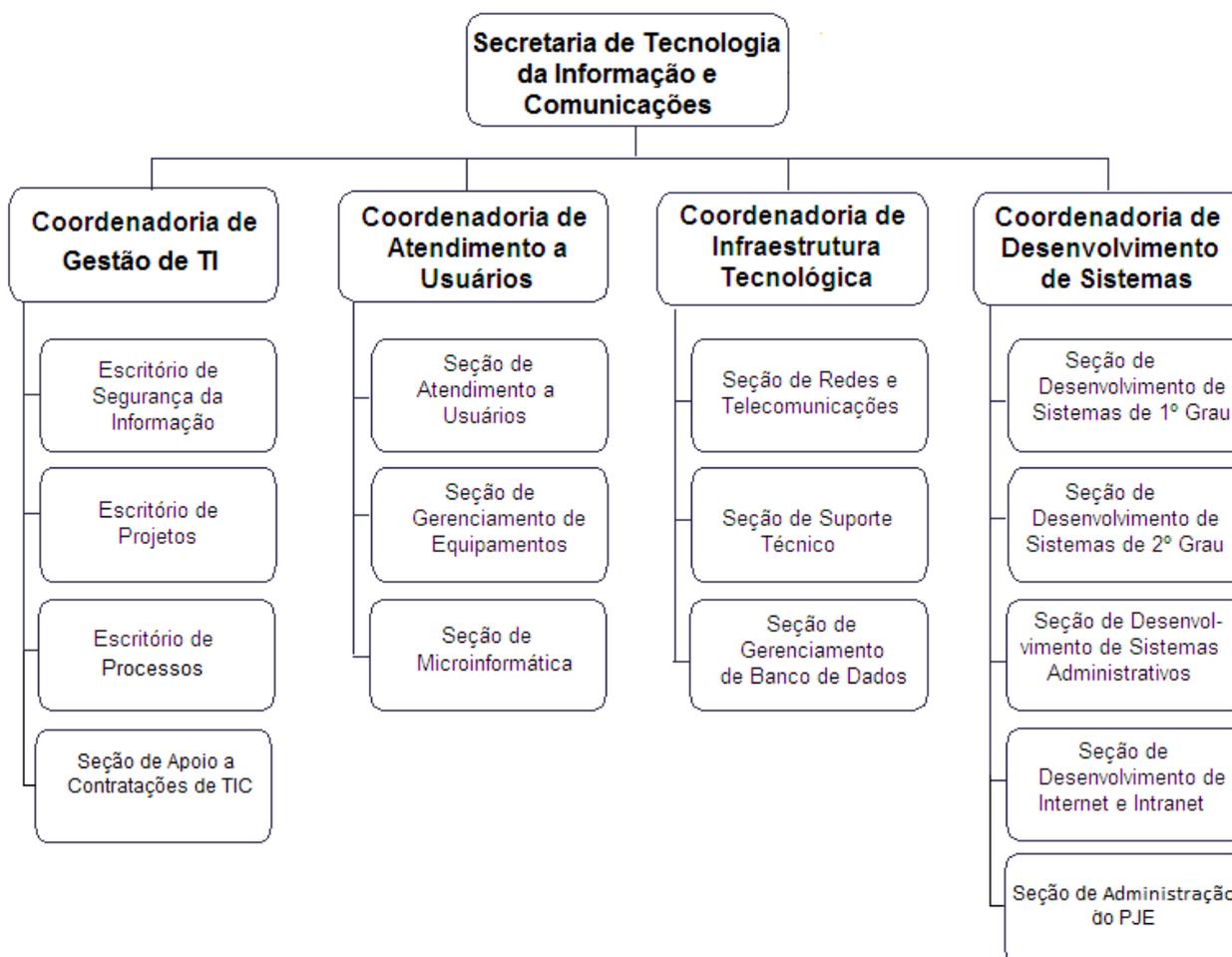
O macroprocesso e atribuições da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações foram formalizados através da Portaria da Presidência do TRT nº 7596/2014.

6.2. Organograma

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações conta atualmente com 127 servidores, distribuídos da seguinte forma:

- Direção e Secretaria - 5 servidores
- Coordenadoria de Atendimento a Usuários - 40 servidores
- Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas - 41 servidores
- Coordenadoria de Gestão de TIC - 12 servidores
- Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica - 29 servidores

Remanescem vagos 02 cargos de Técnico Judiciário - especialidade Tecnologia da Informação (01 destinado à vaga de deficiente).



7. CATÁLOGO DE SERVIÇOS E SISTEMAS

7.1. Catálogo de macrosserviços

	Serviço	Descrição
1	Suporte remoto a usuários internos e externos	Atendimento para solução de dúvidas ou problemas no uso dos serviços suportados pela TIC.
2	Suporte presencial a usuários internos	Atendimento presencial para solução de dúvidas ou problemas no uso dos serviços suportados pela TIC, pelos usuários internos.
3	Gerenciamento de equipamentos de TIC, fornecidos pelo TRT	Instalação, remanejamento e desinstalação de equipamentos de tecnologia – microcomputadores, impressoras, scanners, switches, terminais de auto atendimento, entre outros.
4	Conectividade à rede local – LAN capital	Conexão de microcomputadores, impressoras e outros dispositivos à rede local do TRT.
5	Conectividade à rede local nas unidades do interior do Estado – LAN interior	Conexão de microcomputadores, impressoras e outros dispositivos localizados nas unidades do interior do Estado.
6	Conectividade entre unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e o centro da rede- WAN	Conexão das redes locais das unidades do interior de Estado ao datacenter central.
7	Conectividade à Internet	Acesso à rede mundial de computadores para dispositivos localizados em Porto Alegre e interior do Estado.
8	Serviço de mensageria eletrônica	Correio eletrônico institucional.
9	Serviço de Videoconferência	Videoconferência entre unidade do TRT da 4ª Região e deste com outros regionais e TST.
10	Proteção lógica de estações de trabalho	Instalação e manutenção de antivírus, antispywares e outras ferramentas de segurança lógica
11	Segurança de perímetros (firewall, IPS)	Serviço de proteção contra ataques externos aos recursos de TIC.
12	Filtro de conteúdo Web e correio eletrônico	Controle de acessos à Internet e controle de spams.
13	Armazenamento centralizado de dados	Armazenamento de dados em equipamentos adequados, garantindo a confiabilidade necessária.
14	Cópias de segurança (backups)	Cópia de dados para recuperação em caso de incidente.

15	Alta disponibilidade	Serviços críticos operando em equipamentos e ambientes redundantes, permitindo maior disponibilidade.
16	Administração de Diretórios	Unidades de rede onde cada área do Tribunal armazena seus dados, com a segurança necessária.
17	Administração de bancos de dados	Bases de dados distribuídas em todas as cidades onde há presença da JT- RS.
18	Gerenciamento de aplicações	Serviços oferecidos pela SETIC em aplicações do tipo cliente/servidor ou web, homologadas pelo Tribunal.
19	Serviço de acesso remoto	Gabinete Virtual, extranet.
20	Gerenciamento de portal Internet/Intranet	Gestão do ambiente Web do Tribunal.
21	Serviço de impressão	Possibilidade de impressão em todas as unidades do TRT da 4ª Região
22	Apoio a eventos	Presença em eventos como Encontros da Magistratura, Feira do Livro, Encontros de Servidores, treinamentos diversos.
23	Gerenciamento da plataforma de ensino à distância	O TRT adota a plataforma Moodle para prover ensino à distância.
24	Desenvolvimento de sistemas	Desenvolvimento por equipe própria ou por terceiros, de sistemas necessários à prestação jurisdicional.
25	Manutenção de sistemas	Garantia de atualização de sistemas desenvolvidos internamente ou adquiridos do mercado, desde que aprovados para uso no TRT.
26	Transmissão de sessões de julgamento	Transmissão de sessões de julgamento da 3ª Turma, através da Internet e Intranet.
27	Gravação de audiências	Gravação de audiências realizadas na VT de Santa Rosa.
28	Elaboração de especificações técnicas e editais para aquisição de bens e serviços de TIC.	Prospecção de novas tecnologias e elaboração de especificações, viabilizando a contratação de bens e serviços de TIC.
29	Gerenciamento de contratos de TIC	Gestão e fiscalização dos contratos diretamente relacionados à tecnologia da informação e comunicações.
30	Pesquisas em bases de dados	Pesquisas para elaboração de relatórios
31	Homologação de softwares diversos	Análise de novos softwares para operação em equipamentos de uso corporativo.
32	Gestão de licenciamento de software	Controle de licenças de software

7.2. Catálogo de Sistemas

7.2.1. Sistemas desenvolvidos total ou parcialmente pela equipe de desenvolvimento do TRT e sistemas nacionais da justiça do trabalho

	Nome	Descrição simples	Público Alvo	Tamanho	Classificação	Equipe Desenv.	Tecnologia	Banco de Dados
1	ADMEletrônico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.	Área Administrativa	Muito grande	Administrativo	SDINT	Java	Oracle
2	Almoxarifado	Sistema de controle de almoxarifado.	SA	Grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
3	Ateste de serviços	Sistema de ateste de serviços (luz, água e correios)	Público interno	Pequeno	Administrativo	SDINT	Java	Oracle
4	Avaliação de Desempenho	Registro e acompanhamento de avaliações de desempenho.	SEGESP e público interno	Médio	Administrativo	SDSA	PLSQL	Oracle
5	Compras	Sistema para registro de aquisições e contratos.	SA	Grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
6	Consignações	Sistema para lançamento de consignações pelos bancos conveniados.	SECOF e bancos conveniados	Médio	Administrativo	SDSA	PLSQL	Oracle
7	Ferías Online	Sistema para marcação de férias de servidores e desembargadores.	Público interno	Médio	Administrativo	SDINT	Java	Oracle
8	Folha	Sistema de folha de pagamento.	SECOF	Muito grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
9	Frequencia	Sistema para registro e acompanhamento de frequência.	Público interno	Médio	Administrativo	SDSA	PLSQL	Oracle
10	Patrimonio	Sistema de administração de bens.	SA	Grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
11	Portal Pessoal	Serviços e consultas pessoais do servidor e magistrado.	Público interno	Médio	Administrativo	SDSA	APEX	Oracle
12	RH	Sistema de Recursos Humanos.	SEGESP	Muito grande	Administrativo	SDSA	Delphi	Oracle
13	SEI	Sistema de processo administrativo eletrônico.	Área Administrativa (Corregedoria)	Muito grande	Administrativo	TRF4	PHP	Oracle
14	SIGEO	Sistema de gestão orçamentária.	SA	Grande	Administrativo	TRT20	Java	Oracle

15	Aeropauta	Apresenta pautas de audiências em monitor em cada Foro.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
16	ARQUI	Registro de processos arquivados provisoriamente.	Arquivo de Porto Alegre	Pequeno	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
17	AUD inFOR	Sistema de audiências integrado ao inFOR.	1º Grau	Médio	Judicial	CSJT	Delphi	Oracle
18	AUD PJe	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT.	1º Grau	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
19	AutoCLE	Sistema para automatização CLE - PJe.	1º Grau	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
20	BNDT (registro e envio)	Envio eletrônico de informações ao BNDT.	1º Grau, 2º Grau e TST	Pequeno	Judicial	SDINT	PLSQL	Oracle
21	Boletim Estatístico de Foro	Boletim Estatístico de Foro (BESTAT e envio).	1º Grau e TST	Pequeno	Judicial	SDS1	PLSQL	Oracle
22	Comunicador ²	Sistema de comunicação online do e-Jus ² .	2º grau	Pequeno	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
23	Conferência Autenticidade (CDA)	Consulta a documentos eletrônicos de sistemas legados.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
24	Consulta Processual	Consulta à tramitação processual.	Público externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
25	e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.	Administração, 1º Grau e TST	Médio	Judicial	SDS1	PLSQL	Oracle
26	e-Gestão 2º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 2º Grau.	Administração, 2º Grau e TST	Médio	Judicial	SDS2	PLSQL	Oracle
27	e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de acórdãos e às sessões de julgamento.	2º Grau	Muito grande	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
28	e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.	Assessoria Judiciária e Vice-Presidência	Médio	Judicial	TRT9	Delphi	Oracle
29	e-Remessa	Sistema para envio e recebimento de recursos ao TST.	2º Grau	Médio	Judicial	TST	Delphi	N/A
30	e-Sentença	Sistema de apoio à produção de sentenças.	1º Grau	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
31	e-Sentença Web	Sistema de apoio à produção de sentenças através de interface web.	1º Grau	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle

32	inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau.	1º Grau	Muito grande	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
33	inFORme	Sistema de cálculo de estatísticas de 1º grau.	1º Grau e Corregedoria	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
34	inFORpes	Pesquisa por nome de parte em processos físicos de 1º grau.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDS1	PLSQL	Oracle
35	inFORpro	Sistema de cálculo de produtividade de magistrados de 1º grau.	1º Grau e Corregedoria	Médio	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
36	JurisCalc	Sistema de elaboração de cálculos de parcelas trabalhistas.	1º Grau	Médio	Judicial	TRT8	N/A	Oracle
37	Jurisprudência (Internet e e-Jus²)	Pesquisa textual em decisões publicadas.	Público interno e externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
38	NovaJus4	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.	2º Grau	Muito grande	Judicial	SDS2	Delphi	Oracle
39	Pauta Online	Apresenta pautas de audiências no portal corporativo.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
40	pDep	Sistema de administração de processos arquivados definitivamente.	Depósito Centralizado	Grande	Judicial	SDSA	Delphi	Oracle
41	Pesquisa Patrimonial (NPP)	Sistema de registro e pesquisa patrimonial em polos passivos.	JACEP e 1º Grau	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
42	PJ4 – Peticionamento Eletrônico	Sistema de peticionamento eletrônico em processos físicos.	Público externo	Grande	Judicial	SDINT	Java	Oracle
43	PJe-JT 1º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 1º grau.	1º Grau e público externo	Muito grande	Judicial	SAPJe	Java	PostgreSQL
44	PJe-JT 2º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 2º grau.	2º Grau e público externo	Muito grande	Judicial	SAPJe	Java	PostgreSQL
45	PRECAD	Sistema de pré-cadastramento de petições iniciais em processos físicos.	Público externo e 1º Grau	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
46	Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
47	Publicação DEJT 2º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 2º Grau pela SEGJUD.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDS2	PLSQL	Oracle
48	Push	Envio de tramitação processual por correio eletrônico.	Público externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle

49	Replicante	Sistema de Replicação de índices do cálculo antigo e novo	JACEP e 1º Grau	Pequeno	Judicial	SDS1	Delphi	Oracle
50	RPHP	Sistema para registro de requisições de pagamento de honorários periciais.	1º Grau e SECOF	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
51	Sessões Online	Apresenta pautas de sessões de julgamento no portal corporativo.	Público externo	Pequeno	Judicial	SDINT	Java	Oracle
52	Sistema de apoio ao PJe	Consulta por nome parte e controle de distribuição de processos no 2º grau.	Público Interno	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
53	Sistema de Precatórios	Sistema para administração de precatórios.	JACEP	Grande	Judicial	SDINT	Java	Oracle
54	VIPE	Consulta e impressão de petições eletrônicas recebidas.	Público externo	Médio	Judicial	SDINT	Java	Oracle
55	Aplicações de FBI	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados.	Administração, SEGJUD, AGE, DG	Grande	N/A	SDS2	SAP	Sybase IQ
56	AssineJus	Assinador digital de sistemas, integrado ao serviço de conferência (CDA).	Público Interno	Médio	N/A	SDINT	Java	Oracle
57	CursosAdmin	Sistema de inscrição, controle e publicação em cursos.	Público Interno	Pequeno	N/A	SDINT	Java	Oracle
58	Portal EAD (Moodle)	Portal de Ensino à Distância, através de ambiente Moodle.	Público Interno	Médio	N/A	SDINT	PHP	Oracle
59	Portal de Governança	Portal de governança de TIC.	Público Interno	Médio	N/A	SDINT	Java	Oracle
60	Relatórios Discoverer	Solução simples de exploração de dados e geração de relatórios ad hoc.	Área Administrativa	Grande	N/A	SDS2	Discoverer	Oracle
61	Portal Extranet	Portal interno através de acesso remoto (extranet).	Público interno	Médio	N/A	SDINT	Java	Oracle
62	Portal Internet	Portal corporativo do TRT da 4ª Região.	Público interno e externo	Muito grande	N/A	SDINT	Java	Oracle
63	Portal VOX	Portal interno (intranet).	Público interno	Muito grande	N/A	SDINT	Java	Oracle
64	Site Mobile	Portal corporativo do TRT da 4ª Região, adequado a dispositivos móveis.	Público interno e externo	Grande	N/A	SDINT	Java	Oracle

7.2.2. Sistemas adquiridos de terceiros

	Nome	Descrição simples	Público Alvo	Tamanho	Classificação	Fabricante	Banco de Dados
1	TraceGP	Gerenciamento de Projetos da SETIC e gerenciamento de demandas para SEAPA e SEMPRO	Público Interno	Grande	Administrativo	TraceGP	Oracle
2	Discoverer	Utilizado para extração de dados de sistemas administrativos e judiciais	Público Interno	Médio	Administrativo	Oracle	Oracle
3	Business Objects – BI	Sistema de apoio à decisão que permite a consulta de informações pré-formatadas, de modo automático.	Público Interno	Médio	Administrativo	SAP	Sybase IQ
4	Google Apps	Sistemas de colaboração como correio eletrônico, documentos, videoconferência, portal VOX	Público Interno	Grande	Administrativo	Google	Oracle
5	Assyst	Sistema para gestão de serviços de TIC	Público Interno	Grande	Administrativo	Axios	Oracle

7.3. Catálogo e Gerenciamento de Níveis de Serviços

O catálogo de serviços segue na documentação anexa. O arquivo detalha os serviços e tempo de resposta e de solução para cada um deles, acordados na presente ocasião. Cabe salientar que o acordo de níveis de serviços será revisado periodicamente, de modo a ajustar-se à capacidade da Secretaria de TIC na solução das demandas e da necessidade de cada serviço para a prestação da jurisdição, atividade fim do Tribunal. O catálogo está formalizado no processo administrativo eletrônico nº 3444-54.2013.5.04.0000.

A divulgação do tempo máximo de solução para cada problema identificado traz maior transparência à atuação da Secretaria e permite aos usuários melhor organização de seu trabalho quando o mesmo depende da ação da SETIC.

8. AVALIAÇÃO DO PDTIC 2015

O portfólio de projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT da 4ª Região é gerenciado através do sistema Trace GP, onde estão armazenadas as especificações completas e atualizadas sobre os projetos.

O objetivo da SETIC é garantir que todos os projetos aprovados para o PDTIC sejam realizados. Entretanto, importante salientar que alguns projetos são incluídos ao longo do exercício, principalmente em decorrência de regulamentações ou projetos de lei que se efetivam após a aprovação do Plano e sobre os quais não há possibilidade de planejamento prévio. A realização de projetos não previstos durante a elaboração do PDTIC impacta na execução dos portfólio aprovado.

8.1.1. Projetos Encerrados em 2015

Projeto	163 - Reforma do CPD2
Benefícios	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilizada sala segura para Datacenter, com condições para 100% de redundância da sala-cofre.- Aumento na capacidade de carga elétrica da sala em 20KVA, possibilitando o acréscimo de equipamentos em uso na mesma.- Eliminado o risco de falha de climatização.- Elevado o grau de confiabilidade na detecção de incêndio na sua fase inicial (préalarme).- Sistema de combate a incêndio interligado a central de alarme.- Aumento em 300% no espaço para instalação de equipamentos de armazenamento de dados.- Aumento em 400% no espaço para a instalação de servidores de médio porte (2U).- Redução do risco de acesso indevido a equipamentos e a vandalismos no ambiente de TI (acesso via sistema de biometria e monitoração via Sistema de Câmeras de Vigilância da Segurança Institucional do Foro Trabalhista).- Redução do risco de indisponibilidade do CPD2 devido à falta de energia, compreendendo o período entre a falta de energia até o acionamento do gerador, em condições normais.
Projeto	204 - Atualização da telefonia nos foros do interior do Estado
Benefícios	<ul style="list-style-type: none">- Economia nos valores gastos mensalmente com ligações DDD na ordem média mensal de R\$3.377,38 conforme comparativo 2014 x 2015 do trimestre jul/ago/set. (R\$ 40.528,00 de economia anual).

	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformização dos parques de centrais telefônicas fora do Prédio do TRT - Gerenciamento e Monitoramento centralizado em Porto Alegre, via Web, reduzindo custo de deslocamento de servidores (técnicos) para as unidades do interior. - Redução de custo das ligações interurbanas e entre diferentes prédios do mesmo foro - Aumento da qualidade de voz e segurança nas ligações telefônicas com o entroncamento digital ativo em mais 11 Foros com mais de uma Vara. - Possibilidade de instalação futura de até 30 canais (linhas digitais) para uso simultâneo, em cada central (61 novas centrais). - Foram substituídas 47 linhas analógicas, por 11 linhas E1 de 30 canais cada. Economia anual na ordem de R\$36.000,00 com assinatura das linhas. - Uso de linhas Digitais dedicada para o uso dos alarmes nas localidades onde foram implementadas linhas E1 (todos os foros com mais de uma vara), eliminando a necessidade de compartilhar a linha com outros usuários do foro, ou seja, a linha fica totalmente disponível para o uso do alarme. - Controle e registro de todas as ligações VOIP ocorridas no TRT4, pois as ligações do VOIP estão sendo tarifadas em nosso Tarifador da Capital. - Padronização do dos ramais interno (VOIP) do TRT4. <p>Novo contrato com operadora de telefonia, reduzindo (comparativamente ao contrato anterior):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Custo do minuto de ligação local de R\$0,07 para R\$0,02; Custo do minuto de ligação DDD de R\$ 0,80 para R\$ 0,30. <p>Possibilidade de implementação dos seguintes itens, sob demanda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capturar a experiência do usuário, capturando um ramal na administração técnica em Porto Alegre para utilizar os recursos da Central Telefônica do interior, podendo ter a mesma experiência do usuário (chiados, linhas mudas, linhas presas, ramais bloqueando linhas externas, etc.); - Entroncamento entre centrais telefônicas, reduzindo os custos com canais analógicos; - Ativar a tarifação comercial no tarifador da capital; - Utilização ramais IP nos Foros; - Gravação das conversações telefônicas quando necessário e atendimento automático através de DISA/URA;
Projeto	214 - Portal de Governança de TIC
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Transparência do trabalho da SETIC; - Acompanhamento dos projetos estratégicos; - Melhor comunicação da SETIC com a alta administração do Tribunal. - Divulgação do trabalho da SETIC
Projeto	215 - Revisão da metodologia de gerenciamento de projetos
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - MGP de fácil utilização e absolutamente necessária para o excelente planejamento do projeto; - Transparência do andamento dos projetos; - Total aderência dos projetos à metodologia a ser instituída; - Documentação efetiva de projetos pequenos, com a desobrigação de itens mais burocráticos para estes;

	- Efetivo controle do portfólio de projetos, através de indicadores.
Projeto	216 - Revisão dos processos de planejamento de contratações e gestão de contratos de TIC
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Contratações de TIC do TRT4 adequadas à Resolução 182/2013 do CNJ, além da IN4 que já é atendida. - Facilitar o preenchimento dos documentos do processo de contratação; - Formalização dos procedimentos de gestão de contratos da SETIC, permitindo aos gestores e fiscais um melhor conhecimento - das suas responsabilidades e atribuições quando atuarem nos contratos de TIC; - Maior envolvimento dos interessados nos processos de planejamento da contratação e de gestão de contratos de TIC. - Redução de falhas decorrentes da falta de responsabilização nas diversas atividades do processo de gestão de contratos;
Projeto	254 - BI - SECONTI
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Maior agilidade na geração/validação dos relatórios: O processo de geração do relatório de "Concessão de Aposentadoria" levava em torno de 4h para ser concluído, ficando agora em torno de 2h. - Maior confiabilidade dos dados: diminuição da interferência humana na busca das informações. - Criação dos relatórios de "Funções Comissionadas" de forma integrada e sem necessidade de cruzamento de informações de forma manual. - Validação dos valores incluídos na folha de pagamento e verificação de possível existência de valores indevidos. - Reuso dos relatórios para outros períodos além dos solicitados. - Solução com suporte tecnológico da SETIC. - Subsidiar informações para a Auditoria do TCU (agilidade e confiabilidade no processo). - Estender o universo de dados do BI, com informações da Folha, RH e serviço médico, possibilitando a utilização em projetos futuros. - Experiência da equipe tanto no uso da ferramenta como no conhecimento do negócio, estando mais capacitada a trabalhar em outros projetos nessa área.
Projeto	324 - inFOR - Módulo do Arquivo
Benefícios	<p>PARA AS VARAS: Otimização do registro da remessa dos lotes das Varas para o Arquivo.</p> <p>PARA O ARQUIVO: <ul style="list-style-type: none"> - Otimização do registro do recebimento dos lotes das Varas pelo Arquivo. - Melhor tratamento de situações de erro (falta de informação, falta de volumes, etc) no recebimento dos lotes da Varas. </p> <p>PARA O JURISDICIONADO/UNIDADES ENVOLVIDAS: <ul style="list-style-type: none"> - Melhor acompanhamento dos processos arquivados, permitindo a localização mais rápida e precisa de seu processo arquivado. </p> <p>GERAIS: <ul style="list-style-type: none"> - Redução do prazo médio de tramitação do processo (do ajuizamento ao arquivamento). - Maior confiabilidade no conteúdo dos lotes. </p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Padronização e agilidade na solicitação de processos das Varas para o Arquivo. <p>Parecer do Representante do Negócio do Projeto: Sobre o recebimento dos Lotes das Varas para arquivar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eliminação dos erros na formação dos lotes pois o sistema possibilitou a transferência automática do Lote. - Redução do desgaste físico dos Servidores (cansaço visual, dores nas costas, nos braços e mãos). - Aumento significativo da produtividade, em torno de 83%, possibilitando o remanejamento de 02 servidores para outras atividades. - Redução em 90% do tempo para fechamento da vara (conferência dos erros). - Disponibilização dos andamentos realizados no Arquivo, para ao público interno e externo (via consulta judicial), diminuindo o erro de informações e interpretações equivocadas. <p>Sobre o aperfeiçoamento do Sistema de Atendimento ao Público (carga e consulta):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emissão de relatório de processos em carga, com prazo vencido, facilitando a sua cobrança. - Eliminação da utilização de 02 Livros de Registro de cargas e consultas, agilizando o atendimento do público externo. <p>De Ordem Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agilidade e economia de material de consumo com a emissão de Relatório único com os pedidos das 30 Varas para o Arquivo.
Projeto	343 - E-jus2 - Integração com PJe-JT
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade do uso do e-Jus² para realizar a confecção e julgamento de acórdãos por qualquer um dos Tribunais Regionais do Trabalho. - Impedir acessos indevidos às informações e funcionalidades do sistema. - Padronização do sistema de acordo com as normas de segurança do CSJT. - Redução do risco de impacto na performance geral do sistema no momento em que os acórdãos são remetidos do e-Jus² para o PJE (finalização das sessão de julgamento).
Projeto	350 - Senha Segura
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do nível de segurança no ambiente tecnológico. - Conscientização dos usuários em relação à segurança da informação. - Controle sobre a qualidade da senha. - Melhorias no sistema de troca de senhas. - Melhoria na comunicação com o usuário. - Melhorias na administração e organização das bases de autenticação. - Atendido o pré-requisito de uso de senha segura, a fim de viabilizar o acesso a sistemas via internet.
Projeto	366 - Programa de Apoio aos Magistrados do PJe-JT 1º Grau
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Redução no tempo de navegação pelo PJe-JT para descoberta de processos onde o juiz deve trabalhar; - Aumento da produtividade dos juizes através da inserção de funcionalidades hoje não existentes.

	Benefícios alcançados parcialmente, pois funcionalidade liberada também no sistema PJe.
Projeto	385 - Folha de pagamento - fechamento normal
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do uso do Access (tecnologia sem suporte da SETIC). Relatórios em Access usados apenas em situações específicas. - Relatórios necessários ao fechamento da folha podem ser gerados por qualquer pessoa com permissão de acesso ao sistema de fechamento normal da folha, sem necessidade de conhecimento em Access. - Agilidade no fechamento da folha, passando de 4hs para as atuais 3,5hs e com expectativa de 3hs ao final das comparações. - Conferência da folha ficou mais dinâmica e flexível.
Projeto	395 - TI mais próxima do usuário
Benefícios	Benefícios em medição
Projeto	399 - PJE Health
Benefícios	Benefícios em medição até 01/março/2016 <ul style="list-style-type: none"> - Identificação de problemas permitindo ações pró-ativas da equipe da SETIC; - Redução de indisponibilidade do sistema e consequentes prorrogações de prazo (utilizar como base para as medições, as indisponibilidades não programadas, publicadas no site do TRT4).
Projeto	407 - Boletim Mensal do Tribunal - BMT
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Geração automática do relatório; - Diminuição do acesso a outros sistemas para coleta dos dados; - Diminuição da taxa de erros; - Diminuição do tempo necessário para a produção do boletim.

8.1.2. Projetos em andamento em dezembro de 2015

Atendimento a usuários						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas	%	Previsão de

						término
195	Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI	Estabelecer acordos de níveis de serviço para todos os serviços atendidos pela central de atendimento a usuários para que os usuários tenham uma previsão de atendimento ao abrir seus incidentes, bem como permitindo que os gestores tenham critérios objetivos para as prioridades. Os serviços e SLAs deverão ser cadastrados na ferramenta de service desk e divulgados aos usuários.	Assyst implantado em 18/maio, contendo o novo catálogo. PA com novo catálogo aprovado na reunião da Comissão de Informática de 03/julho, com vigência até dez/2015. PA aprovado pela Presidência. Realizando a última validação dos indicadores e métricas (Diretoria da SETIC)	- Catálogo de serviços: concluído -Aprovação proposta de catálogo: concluído -Implantação do Assyst: concluído -Elaboração de indicadores e métricas: em andamento -Implantação: concluído -Encerramento: não iniciado	95%	30/03/2016
199	Atualização do sistema de gerenciamento de desktops	Instalar novo sistema de gerenciamento de desktops o qual deverá proporcionar controle em tempo real dos ativos e manter as estações atualizadas. A substituição se dará em cerca de 9 meses, abrangendo todas as 4.500 estações de trabalho (desktops e notebooks).	Aceite do produto (Assyst) previsto para janeiro/2016. Por decisões técnicas, algumas funcionalidades previstas no escopo inicial não serão utilizadas no Assyst.	-KickOff: concluído -Workshop 1: concluído -Workshop 2: concluído -Workshop 3: concluído -Implantação e homologação: concluído -Encerramento: não iniciado	96%	20/01/2016
201	Implantação do novo Sistema de Service Desk	Implantar ferramenta de service desk que possibilite o adequado gerenciamento de incidentes integrado com processo de gerenciamento de configuração e mudanças do modelo ITIL.	Assyst implantado em 18/maio. Aceite do produto (Assyst) previsto para janeiro/2016. Operação assistida será sob demanda. Encaminhar o encerramento do projeto.	-Instalação do software: concluído -processos grupo 1: concluído - processos grupo 2: concluído - processos grupo 3: concluído -Retomada implantação: concl. -Implantação do software: concl. -Capacitação: concluído -Apontamento de atraso e inexecução: suspenso -Encerramento: não iniciado	80%	20/01/2016

242	Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência	Modernizar e padronizar o sistema de registro de frequência do Tribunal em 100% das unidades.	Contrato assinado em 13/out/15. Treinamentos serão realizados dias 15, 16 e 17/fev. Após, será iniciada a implantação do Piloto e em paralelo, a adaptação e definição de processos para a utilização da nova solução.	-Estudo da solução: concluído -Licitação: em andamento -Entrega de equipamentos e software: em andamento -Treinamento: em andamento -Adaptação e definição de processos: não iniciado -Implantação: em andamento -Modificações no sistema de frequência: não iniciado -Encerramento: não iniciado	65%	23/06/2016
316	Substituição de computadores portáteis	Substituição dos notebooks atuais dos magistrados (287 equipamentos), por novos custeados pelo CSJT, destinando os equipamentos antigos aos seus assessores e assistentes e disponibilização de 17 equipamentos para a área administrativa. Deverão ser mantidos 10% dos equipamentos (29) como reserva técnica.	100% dos equipamentos entregues para magistrados. Distribuídos 12 equipamentos para a área Administrativa, restando apenas 5 a entregar. Sobre a redistribuição dos equipamentos antigos: dos 284 assessores, já foram entregues 186 e das 142 das VTs e Postos já foram entregues 124.	-Criação de imagem: concluído -Preparação e distribuição dos equipamentos: em andamento -Compra / Distribuição de dock station para magistrados: em andamento -Redistribuição dos equipamentos antigos: em andamento -Encerramento: não iniciado	87%	22/04/2016

Desenvolvimento de Sistemas						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas	%	Previsão de término
256	SIGA Licitações e contratos	- Implementar novo sistema de licitações e contratos e disponibilizar a solução para todos os Regionais da Justiça do Trabalho.	Entregas do projeto em validação pela área de negócio. Em paralelo, estão sendo feitas correções de erros já identificados.	-Análise requisitos: concl. -Implem. arq. básica: concl. - Implem Webcomp: concl. - Implementação	84%	31/03/2016

				permissões: concl. - Implem. cadastro fornec.: concl. - Implem. cadastro requisições e aquisições: concl. - Implem. Cadastro Aquisições: concl. - Implem. Cadastro Contr. e Aditivos): concl. - Correção de defeitos identificados: concl. - Alterações de estruturas de dados: em andamento -Demais SPRINTS: não inic. -Implantação: não inic.		
257	Estudo de novas tecnologias de portais	Estudar soluções de mercado para portais, avaliando benefícios em relação à tecnologia atualmente em uso e o investimento necessário (recursos humanos, físicos e financeiros) para adotar nova solução.	Foram estudadas 4 ferramentas. Serão realizadas POC's em 2016 para elaboração de relatório conclusivo e encaminhamento para licitação.	-Planejamento preliminar: concluído -Estudo ferramentas de portal: em andamento -Prova de conceito: não iniciado -Avaliação da POC: não iniciado -Finalização: não iniciado	57%	30/03/2016
387	Migração de Relatórios Administrativos para o BI	Dotar as áreas administrativa e médica de uma ferramenta robusta que permita maior flexibilidade no cruzamento de informações de diferentes sistemas, dando um melhor suporte para a tomada de decisões. Para alcançar o objetivo os relatórios serão desenvolvidos na mesma ferramenta utilizada pelo TRT para a análise dos dados estatísticos como o do e-Gestão.	Dashboard para a CSAUDE entregue e homologado. Primeira entrega da SEGESP realizada, aguardando a homologação pela área usuária para posteriormente prosseguir com os desenvolvimentos para esse setor. Finalizado relatórios para a SGE. Em elaboração de novos relatórios para a CSAUDE.	-Sprint1-4(Rel. Licenças - CSAUDE): concl. -Sprint 5-7 (Relatório Pessoas-SEGESP): concl. -Sprint 8-9 (Relatório Equipamentos-SGE): concl. -Sprint 10-11(Relatório Equipamentos-SGE): concl. -Sprint 12(Relatório-CSAUDE): concluído -Sprint 13 (Relatório-CSAUDE): andamento	39%	12/09/2016

				-Demais Sprints: não iniciado		
400	Implantação do e-JUS2 em outros regionais	Apoiar a implantação do sistema e-Jus ² na Justiça do Trabalho, permitindo que os demais Regionais tenham maior celeridade na produção dos votos e nas sessões de julgamento, nos moldes do que já ocorre do TRT4.	Aguardando solicitação dos Tribunais para implantação.	Em definição		
402	Férias online para Desembargador	Possibilitar a solicitação eletrônica de férias aos Desembargadores.	Desenvolvimento e homologação concluídos em final de outubro. Aguardando retorno dos testes da área usuária e autorização para a liberação em produção.	-Sprint 1, 2 e 3 (Estórias de usuários): concluído -Sprint 4 (Preparação amb. desenv.): concl. -Sprint 5 a 9 (Estórias de usuários): concluído -Sprint 10 e 11 (Homologação): concluído -Sprint 12, 13 e 14 (Correções e melhorias): concluído -Sprint 15 (Caixas postais de avisos e modelos de emails): concluído -Sprint 16 (manual): concluído -Implantação: não iniciado	85%	28/02/2016
404	Implantação do SGRH	Implantação do sistema nacional definido pelo CSJT como sistema de gestão de pessoas nos Regionais.	Projeto organizado em 3 fases. Primeira já liberada- aguardando homologação pela SEGESP. Fase 2 entregue p/ homologação em 18/12. Fase 3 aguardando homologação das fases 1 e 2, para início	-Análise inicial de requisitos: concluído -FASE 1: andamento - FASE 2: andamento -Desenvolvimento – FASE 3: não iniciado	65%	19/12/2016

Gestão de TIC						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas	%	Previsão de término

213	SGSI Implantação do sistema de Gestão de Segurança da Informação	Definir e implantar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação - SGSI, com apoio de empresa especializada, em consonância com os requisitos da NBR ISO-IEC 27001-2013. O projeto deverá ser dividido em etapas, das quais será atendida primordialmente a relativa às definições e regulamentações, e a seguir serão definidas as etapas para a implementação.	Todas etapas concluídas (Plan, Do, Check e Act). Última entrega do fornecedor prevista para fevereiro/2016.	-Contratação: concluído -Planejamento: concl. - Etapa Plan: concluído -Etapa implementação Do: concluído -Etapa verificação Check concluído -Etapa melhorias Act concluído -Encerramento da implantação do SGSI: em andamento -Encerramento do projeto: não iniciado	99%	18/02/2016
224	Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI	Realizar a modelagem, aprimoramento, documentação e regulamentação do macroprocesso de gestão de TIC do Tribunal.	Processo em etapa de regulamentação.	-Análise de requisitos: concluído -Modelagem: concluído -Regulamentação: em andamento -Encerramento: não iniciado	55%	31/03/2016

Infraestrutura tecnológica						
ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/etapas	%	Previsão de término
52	Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs)	Implantar uma nova infraestrutura de gerenciamento de rede nos Foros do interior do estado, visando padronizar e concentrar os serviços de gerenciamento e armazenamento de dados (servidores de rede), switches, roteadores, aceleradores, modem e no-break. Serão instalados Racks em todos os Foros, utilizando equipamentos compatíveis para neles serem instalados, como servidores e no-breaks para rack.	Falta implantar em 12 localidades das 67 totais.	-2012 (Carazinho, Vacaria, Rio Grande, Palmeira Missões): concluído -2013 (Frederico Westphalen, Torres, Panambi, Gravataí, Marau, Osório, Nova Prata): Concluído -2014/1 (Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Canoas, Capão da Canoa, Dom Pedrito, Encantado, Estancia Velha, Esteio, Estrela, Farroupilha, Itaqui, Montenegro, Novo Hamburgo, Passo Fundo,	76%	02/10/2017

				<p>Pelotas, POA–Almox, POA-Big/Transporte/João Telles/Provenzano, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Rosa II, Santana do Livramento, São Gabriel, São Jerônimo, São Leopoldo II, São Lourenço do Sul, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Soledade, Taquara, Taquari, Tramandaí, Triunfo): concluído</p> <p>-2014/2 – Caxias e Guaíba: concluído</p> <p>-2015/1 – Sapucaia, Alegrete, Lajeado e São Borja: concluído</p> <p>-2015/2 – demais localidades: em andamento</p> <p>-Encerramento: não iniciado</p>		
105	<p>Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN)</p>	<p>O objetivo é adquirir novos e melhores links de comunicação para as unidades judiciárias do interior do estado e prédios da capital. Esses links deverão contar com uma tecnologia de balanceamento de links, que permita a utilização integral do somatório da banda disponível, assim como a continuidade da prestação do serviço em caso de falha de um dos links.</p>	<p>Contrato assinado dia 10/nov. Previsão de 180 dias para instalação total, a contar após o recesso.</p>	<p>-Redefinição do projeto: concluído</p> <p>-Análise de soluções: concluído</p> <p>-Contratação: em andamento</p> <p>-Implantação: não iniciado</p> <p>-Aceite do projeto: não iniciado</p>	10%	10/05/2016
202	<p>Atualização de infraestrutura do interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD</p>	<p>Substituir nos CPDs dos foros do Interior, os seguintes equipamentos fora de garantia ou com garantia a vencer em 2014: comutadores de rede (switches), servidores de rede, no-breaks de CPD.</p>	<p>Atendidos 59 foros, restando 2 para atender (Canoas e São Leopoldo), ambos com pendências de obras a serem realizadas pela SEMPRO.</p>	<p>- 52 Foros atendidos até 08/2014: concluído</p> <p>-Foros atendidos a partir de 08/2014 – Caxias, São Jerônimo, Esteio, Santa Rosa, Santa Rosa II, Sapucaia e Erechim: concluído</p> <p>-Demais foros atendidos a partir de 08/2014: em andamento</p>	97%	09/10/2017

				-Encerramento: não iniciado		
208	Revisão do serviço de time stamping PDDE	Avaliar a melhor alternativa entre simples renovação do contrato de suporte das PDDEs e a substituição de um ou ambos os equipamentos por modelos novos ou solução equivalente.	Instalação dos equipamentos a ser concluída em 18/jan/2016.	-Análise de viabilidade: concluído -Licitação: concluído -Execução: concluído -Encerramento: não iniciado	95%	18/01/2016
210	Ampliação da autonomia dos switches e Capital interior	Ampliação da autonomia dos switches - Prédio sede e interior - O projeto contempla ampliação no prédio sede, prédio administrativo, foros da capital e 4 foros do interior (Esteio, Caxias do Sul, Passo Fundo e Uruguaiana). A ampliação nos demais foros do interior será contemplada pelos projetos 52 e 202.	Pregão em homologação. Projeto tem ainda dependências de obra e instalações, a serem realizadas pela SEMPRO.	-Análise de viabilidade: concluído -Licitação: em andamento -Execução-prédios interior: não iniciado -Execução-prédios capital: não iniciado	15%	12/04/2016
211	Firewall de aplicação	Subsidiar a decisão pela aquisição (ou não) de firewalls de aplicação; Se feita a opção pela compra, executar a implantação.	Projeto reaberto. Trabalho em conjunto dos TRTs (4, 1, 14 e 15), com gestão do TRT4. Previsão de recebimento do equipamento para 29/fev.	-Análise técnica: concluído. -Licitação: concluída -Execução: em andamento -Encerramento: não iniciado	56%	11/04/2016
212	Alta disponibilidade de serviços	Solução de recuperação de desastre através de redundância física, replicando equipamentos e serviços entre dois CPDs distintos (inclusive em prédios diferentes) a fim de aumentar a segurança e a disponibilidade dos sistemas de TI do TRT4.	Com a conclusão da reforma do CPD2, GP está fazendo mapeamento da disponibilidade existente por serviço.	- HA Banco Oracle: concluído - Análise do ambiente (Foco HA): em andamento - Entrega CPD2 (dependência externa): concluído - Adequação para alta disponibilidade: não iniciado (relatório de necessidades)	75%	31/03/2016
321	Renovação e ampliação dos servidores dos DataCenters de Porto Alegre	-Substituir 20 servidores nos Datacenters de Porto Alegre; -Manter todos os servidores dos Datacenters com garantia de suporte junto ao fabricante;	Equipamentos adquiridos na fase 3 já recebidos. Previsão de instalação na parada programada de 05/março.	-Análise da demanda: concluído -Licitação: concluído -Execução do projeto Fase 1: concluído -Execução do projeto Fase 2:	69%	31/03/2016

	2015	-Instalar 12 novos servidores. -Aumentar o poder de processamento dos sistemas PJE e Bancos Oracle.		concluído -Execução do projeto Fase 3: em andamento		
390	Renovação de No-Break Interior do Estado	Substituir no-breaks que atendem o CPD de 55 unidades no interior do estado, com suporte e garantia junto ao fabricante para os equipamentos que mantem os CPD's do interior ligados nos casos de falhas originadas na concessionária de energia elétrica da região.	Contrato assinado em 30/dez/2015, tendo prazo contratual para conclusão até final de abril.	-Análise de viabilidade do projeto: concluído -Licitação: em andamento -Execução do projeto: não iniciado -Encerramento: não iniciado	38%	30/04/2016
391	Grupos geradores para datacenters (principal e secundário)	Adequar disponibilidade dos serviços de TIC.	Em especificação do escopo do projeto, para licitar projeto executivo e aquisição/instalação dos geradores.	-Análise de Viabilidade da Solução: em andamento -Licitações: não iniciado -Execução: não iniciado -Encerramento: não iniciado	8%	19/12/2016
392	Expansão do switch core BD para 20 GB	Garantir que a comunicação entre equipamentos e sistemas ocorra de maneira mais ágil e confiável. Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de rede e acesso aos sistemas do Tribunal.	Suporte será renovado a partir de 28/fev/2016. Entrega dos equipamentos prevista para 29/março.	-Análise de viabilidade da solução: concluído -Licitações: concluído -Execução: em andamento -Encerramento: não iniciado	62%	17/05/2016
393	Renovação do parque de servidores de rede no interior	Zelar pela adequada operação dos equipamentos servidores que atendem as seguintes unidades (Alvorada, Arroio Grande, Capao da Canoa, Dom Pedrito, Encantado, Estancia Velha, Esteio, Farroupilha, Gramado, Itaqui, Marau, Montenegro, Nova Prata, Passo Fundo, Rio Grande I, Rio Grande II, Santa Rosa, São Jerônimo, São Leopoldo II, São Lourenço do Sul, Taquari, Triunfo	Contrato assinado em 30/dez/2015, tendo prazo contratual para conclusão até final de abril.	-Análise de mercado: concluído -Licitações: concluído -Execução: não iniciado -Encerramento: não iniciado	55%	30/04/2016

		e Viamão).				
394	Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto	Prover uma solução de acesso rápido e confiável para trabalho remoto de magistrados e outros públicos, que fazem uso de sistemas cliente/servidor (não disponíveis diretamente pela Internet).	Não aprovada aquisição de nova solução, apenas atualização da solução atual.	-Análise de viabilidade da solução: concluído -Instalação do novo ambiente definido: em andamento -Testes: em andamento -Encerramento: não iniciado	91%	28/02/2016

8.1.3. Projetos previsto no portfólio de 2015 e não iniciados

Em razão de projetos não previstos serem priorizados ao longo do exercício, projetos presentes no portfólio deixam de ser executados e passam por nova avaliação antes de serem incluídos no PDTIC seguinte. Em 2015, dois projetos planejados não foram executados.

ID	PROJETO	Descrição
403	Sistema para controle de envio de processos RR recebidos do TST	Prover a Secretaria-Geral Judiciária de sistema para controle efetivo sobre o recebimento, pelas unidades judiciárias de 1º grau, de peças processuais recebidas do Tribunal Superior do Trabalho, substituindo o programa atualmente em uso.
259	Melhorias no PDEP (Processos de Depósito e Memorial)	Realizar as melhorias necessárias no sistema de informática do PDEP.

8.1.4. Projetos Cancelados em 2015

ID	PROJETO	Descrição	Justificativa
243	Aquisição de tablets com sistema operacional Windows para os magistrados	Disponibilização de tablets para os 294 magistrados do Tribunal.	Cancelado após recebimento dos ultrabooks do CSJT.
396	PJe Vivencial	Aproximar a área técnica da área fim do Tribunal. A	Cancelado para apresentação de proposta

		proposta é de que isso seja feito através da instrução da equipe técnica no que diz respeito as rotinas das unidades judiciárias de primeiro grau.	mais abrangente em 2016.
401	SIGA – Módulo de avaliação de desempenho	Prover o sistema nacional de recursos humanos - SGRH, parte do SIGA, de módulo de avaliação de desempenho.	Projeto passou para responsabilidade do TRT6 em setembro/2015.

8.1.5. Projetos Suspensos em 2015

ID	PROJETO	Descrição	Observação	Entregas/Etapas realizadas
209	Padronização do diretório de usuários	Avaliar durante o primeiro semestre de 2014 a viabilidade de manter um único diretório centralizado. Demonstrada a viabilidade, migrar todos os usuários (e computadores) do interior do estado para o AD.	Projeto depende da instalação dos links redundantes.	-Criação do grupo de trabalho: concluído -Estudo técnico do cenário atual: concluído -Estudo de possíveis cenários e montagem de laboratório: concluído -Estratégia de migração a ser adotada: suspensa -Licitação: suspensa -Execução: suspensa
389	Substituição dos RACK's de TI no Foro POA	Prover a segurança física necessária aos equipamentos e ao cabeamento a partir da substituição dos racks atuais, muito antigos.	Projeto suspenso em set/2015 devido a corte orçamentário da SEMPRO. Aguardando novas definições para 2016.	-Análise de viabilidade de projeto: em andamento -Licitação: não iniciado -Execução do projeto: não iniciado
397	Mapeamento de novos processos ITIL - projeto nacional	Estabelecer melhoria contínua na prestação de serviços de TIC através da implantação de processos de trabalho baseados na biblioteca de boas práticas ITIL, com maior eficácia e qualidade na prestação dos serviços da SETIC, bem como, fornecer à Alta Administração do Tribunal mecanismos de controle para Governança de TIC.	Projeto suspenso aguardando nova versão do Assyst com correções de erros.	-Plano do Projeto Aprovado: concluído -Diagnóstico de Processos: concluído -Modelagem de Processos: suspenso

9. PORTFÓLIO DE PROJETOS 2016

9.1. Critérios de priorização

A partir do levantamento realizado junto aos usuários, foi identificada mais de uma centena de necessidades. Muitas delas eram simples demandas de atendimento, que foram devidamente registradas e solucionadas. Algumas não podem ser atendidas pela SETIC, ou seja, são projetos que precisam ser gerenciados por outras áreas.

O rol de sugestões aqui apresentado é composto de propostas de projetos e de ações estratégicas. São qualificadas como projetos aquelas com maior duração e na qual diversas competências precisam ser envolvidas, internas e externas à SETIC.

A fim de instrumentalizar a etapa de priorização dos projetos, é sugerida a adoção de critérios objetivos, previstos na metodologia de gerenciamento de projetos adotada pela SETIC. O valor da priorização equivale ao somatório dos critérios. Quanto maior o valor, maior prioridade o projeto deve ter para o Tribunal. Os critérios utilizados estão descritos a seguir:

- **Importância Estratégica**

Representa o impacto nos objetivos estratégicos previstos nos Planejamentos Estratégicos da Instituição e da Tecnologia da Informação e Comunicações. O impacto é o critério que avalia qual a representatividade de um projeto para cada um dos objetivos estratégicos ao qual ele se vincula. Nas propostas de projeto, é definido o percentual de contribuição do projeto ao objetivo estratégico ao qual está alinhado. Um impacto igual ou superior a 70% é considerado alto, entre 40% e 70% é considerado médio e o impacto inferior a 40% é classificado como baixo.

- **Abrangência dos Resultados**

A abrangência dos resultados não diz respeito apenas a sua capilaridade, mas também a relevância do projeto para o Tribunal. Há três níveis previstos:

- Traz mudanças para muitas áreas, resultados abrangem mais de uma secretaria ou o projeto é de extrema relevância.
- Traz mudanças para poucas áreas, resultados abrangem uma secretaria e áreas subordinadas ou possui relevância média.
- Traz mudanças para uma área somente, resultados abrangem apenas um núcleo, uma seção ou uma coordenadoria ou possui relevância pequena.

- **Urgência do Projeto**

- Alta: resultados em menos de 3 meses após o término do projeto ou durante a execução do projeto.
- Média: resultados entre 3 meses e 6 meses após o término do projeto.
- Baixa: resultados a partir de 6 meses após o término do projeto.

- **Tempo Estimado do Projeto**

- Curto: duração estimada inferior a 6 meses.
- Médio: duração estimada superior a 6 meses e inferior a 12 meses.
- Longo: duração estimada superior a 12 meses.
- **Tendência**
 - Irá piorar rapidamente: se nada for feito, a situação vai piorar em até 3 meses.
 - Irá piorar em curto prazo: se nada for feito, a situação vai piorar em até 6 meses.
 - Não irá piorar: se nada for feito, a situação vai piorar em até 12 meses.

Os projetos sugeridos estão apresentados a seguir, já com a priorização decorrente da aplicação dos critérios anteriormente informados. A descrição dos projetos e os itens de pontuação aplicados encontram-se anexos ao PDTIC.

A priorização é discutida na reunião da Comissão de Informática

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – POR EQUIPE ESPECIALIZADA

EQUIPE DESENVOLVIMENTO INTERNET				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDINT	Sistema para Concurso de Juízes	5250	1	1
	Disponibilização de excedentes de penhora e processamento de penhoras	4250	2	2
	Sistema de apoio ao PJe	3875	5	3
	Estudo de novas tecnologias de portais (EM ANDAMENTO)	3500	7	4
	Interface para PJe para Central de Mandados	1625	16	5
	Memória em tempo real - Linha de eventos	1250	19	6
DESENVOLVIMENTO SISTEMAS ADMINISTRATIVOS				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDSA	SIGA - Licitações e contratos (EM ANDAMENTO)	3750	6	1
	Sistema de Auditoria AUDI desenvolvido pelo TJ do Pará voltado aos órgãos de controle interno do Judiciário.	3375	8	2
	Férias online para Desembargadores (EM ANDAMENTO)	3250	9	3
	Implantação do SGRH (EM ANDAMENTO)	3250	9	3
	eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas)	2875	12	5
	Cálculo do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente - RRA	2625	14	6
	Criação de um Banco de Dados Informativo das Edificações do TRT4	1125	20	7
LISTA DESENVOLVIMENTO - EQUIPE SDS1				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDS1	Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas	2875	13	1

DESENVOLVIMENTO SISTEMAS JUDICIAIS - 2º GRAU				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
SDS2	E-jus2 para o 1º Grau	4250	2	1
	Inteligência Jurisdicional (grandes litigantes e recursos repetitivos)	4125	4	2
	Mapeamento do desempenho das unidades Judiciárias de 1º Grau	3000	11	3
	Migração de Relatórios Administrativos para o BI (EM ANDAMENTO)	1750	15	4
	Implantação do e-JUS2 em outros regionais (EM ANDAMENTO)	1625	16	5
OUTRAS EQUIPES				
EQUIPE	TÍTULO	Pontuação	Prioridade Geral	Prioridade Equipe
Todas	Automatização dos logons	1500	18	

AÇÕES ESTRATÉGICAS - Desenvolvimento de Sistemas		
Título	Solicitante	Unidade Organizacional
<p>Consulta por nome de parte, pólos ativo e passivo.</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Aprimoramento do sistema existente de apoio ao PJe-JT para contemple a pesquisa por nome em pólos ativos, tanto no 1º como no 2º graus de jurisdição, além da necessidade de autenticação e auditoria.</p>	Natacha Moraes de Oliveira	SETIC

<p>Assinador</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Desenvolvimento de robô que solicita a senha do certificado digital uma única vez e a utiliza por diversas vezes sempre que identificada a necessidade, pelo sistema em uso, de digitação da senha.</p>	<p>Dr. Rodrigo Tonon</p>	<p>Comissão de Informática</p>
<p>Automatizador CLE</p> <p>Sugestão de solução: A partir de solução inicialmente desenvolvida pelo TRT da 10ª Região, implementar as adequações necessárias à realidade da 4ª Região, a fim de disponibilizar aos usuários uma aplicação que automatize a consulta ao legado e realize as operações possíveis do módulo CLE, através de robô, no sistema PJe-JT.</p>	<p>Presidência</p>	<p>Juiz(a) Auxiliar da Presidência</p>
<p>Consulta de pauta de audiências de processos eletrônicos por advogados</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Sistema de pesquisas de audiências de processos eletrônicos, por OAB, que apresente ao usuário o resultado da busca em formato para impressão.</p> <p>A pesquisa deverá permitir buscas em todos os órgãos julgadores ou apenas naqueles que o usuário selecionar, abrangendo períodos maiores que sete dias.</p> <p>Ainda, sugere-se que o sistema permita a vinculação das audiências com a agenda do Google.</p>	<p>Pablo Barros / OAB</p>	<p>SETIC</p>

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Título	TOTAL	ordem de prioridade
Aumento dos Links de Internet	5000	1
Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN) (ANDAMENTO)	4750	2
Firewall de aplicação (ANDAMENTO)	4625	3
Grupos geradores para datacenters (principal e secundário) (ANDAMENTO)	4625	3
Expansão do switch core BD para 20 GB (ANDAMENTO)	4625	3
Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto (ANDAMENTO)	4625	3
Ampliação da autonomia dos switches - Capital e interior (ANDAMENTO)	4375	7
Alta disponibilidade de serviços (ANDAMENTO)	3750	8
Ligação das salas de sessão no gerador	3625	9
Renovação storages	3500	10
Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs) (ANDAMENTO)	2875	11
Padronização do diretório de usuários (SUSPENSO)	2875	11
Substituição dos RACK's de TI no Foro POA (SUSPENSO)	2875	11

Atualização de infraestrutura do interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD (ANDAMENTO)	2375	14
--	------	----

AÇÕES ESTRATÉGICAS - Infraestrutura		
Título	Solicitante	Unidade Organizacional
<p>Melhoria na visibilidade da utilização das redes do TRT4</p> <p>Sugestão de solução:</p> <p>Deve ser feito um estudo detalhado das soluções já adquiridas pelo Tribunal e de opções do mercado, para combinar diferentes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - melhor utilização das soluções existentes, em especial o Cisco Prime, o Netflow Analyzer e o Zabbix - expansão das soluções existentes, principalmente através de novas licenças de software - compra de soluções novas, principalmente as que utilizam hardware dedicado 	Gustavo Adolfo Kellermann	Seção de Redes e Telecomunicações

ATENDIMENTO A USUÁRIOS

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	ordem de prioridade
Substituição de computadores portáteis (ANDAMENTO)	4625	1
Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência (ANDAMENTO)	4375	2
Aprendendo sobre o TRT	3625	3

Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI (ANDAMENTO)	3125	4
Readequação dos monitores na sala de audiências.	2500	5
Aquisição de monitores para necessidades específicas	2125	6

GESTÃO DE TIC

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	ordem de prioridade
Curso EAD sobre PJe - módulo secretaria de VT	3250	1
Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI (em andamento)	3125	2
Mapeamento de novos processos ITIL - projeto nacional (suspenso)	2750	3
Capacitação à distância em Segurança da Informação	2625	4

10. PLANO DE INVESTIMENTOS 2016

ORÇAMENTO DE TIC PARA 2016								
* Possível descentralização do CSJT		Plano de Contratações de 2016 (Encaminhado em 02/12/15)			Estimativa Atual 01/04/16			Descrição
Código	Despesa	Qtd	Preço unitário	Valor Estimado	Qtd	Preço unitário	Valor Estimado	
33 90 30 00	MATERIAL DE CONSUMO			1.022.400			11.635	
33 90 30 17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			1.022.400			11.635	
	Suprimento de Fundos	1	2.400	2.400			0	Despesas de pequeno valor (economia processual)
	Toner e suprimentos para impressoras	1	1.000.000	1.000.000			0	Materiais de Consumo (toner e suprimentos de impressoras)
	Fitas LTO	1	20.000	20.000			0	Fitas para armazenamento de backup dos dados do Tribunal
	Bateria de Nobreak			0	1	11.635	11.635	Renovação das baterias de no-breaks do CPD2
33 90 35 00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA			633.789			215.560	
33 90 35 04	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			633.789			215.560	

	Consultoria Zabbix – contrato	12	1.000	12.000	1	1.000	1.000	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção do sistema monitoramento de infraestrutura de TIC
	Consultoria Jboss e PostgreSQL – contrato	12	8.000	96.000	1	3.500	3.500	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura de aplicações
	Consultoria Red Hat – contrato	12	3.000	36.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a a manutenção da infraestrutura de TIC – sistema operacional RedHat
	Consultoria Microsoft – contrato	12	3.000	36.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura de TIC – Sistema operacional Windows Server
	Consultoria TSM e VMware – contrato	12	1.333	16.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção do sistema de backup de dados utilizado no Tribunal
	Consultoria Citrix – contrato	12	1.833	22.000			0	Renovação do apoio técnico especializado para a manutenção da infraestrutura do Gabinete virtual
	Consultoria Google – contrato	12	3.773	45.279			0	Desenvolvimento de serviços sobre a plataforma da nuvem utilizada no Tribunal
	Consultoria Moodle	12	4.427	53.120			0	Apoio especializado sob demanda para a equipe técnica do Tribunal na administração da plataforma de EAD do Tribunal
	Consultoria TraceGP	1	60.000	60.000			0	Implantação de novos fluxos de processos na ferramenta de gestão de demandas e projetos
	Consultoria Gartner	12	21.449	257.390	12	17.588	211.060	Consultoria de aconselhamento de soluções tecnológicas de mercado

33 90 39 00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			8.732.670			5.850.897	
33 90 39 08	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE			2.570.591			1.704.908	
	Manutenção de softwares Oracle	12	60.489	725.871	12	68.878	826.539	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para os softwares de banco de dados
	Manutenção Software de Gerenciamento de Serviços de TIC	12	2.956	35.469			0	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para o software de gestão de serviços de TIC
	Manutenção Software SIABI – Biblioteca	12	1.444	17.331	12	1.264	15.164	Atualização e suporte do fabricante para o software de automação de bibliotecas
	Manutenção do Software de gestão de Projetos	12	3.860	46.317	2	3.949	7.897	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para o software de gerenciamento de projetos e portfólios
	Manutenção Software BI	12	4.603	55.236	12	4.034	48.404	Atualização de versões e suporte técnico do fabricante para o software de Business Intelligence
	Manutenção Software Solidus – Central Telefônica Help Desk	12	1.200	14.400	1	1.200	1.200	Atualização de versões e suporte técnico presencial para o sistema de gerenciamento da central telefônica do Tribunal
	Manutenção Ferramenta Pesquisa Textual – GSA			0	12	927	11.129	Manutenção da solução de pesquisa textual deste Tribunal
	Manutenção Solução de Seg.da Informação – Risk Manager	12	3.208	38.500	4	2.917	11.667	Atualização de versões e suporte técnico presencial para solução de segurança da informação deste Tribunal

	Manutenção Citrix	1	20.000	20.000	1	40.000	40.000	Gabinete Virtual - Utilizado por todos os magistrados, assistentes de juiz e assistentes de desembargadores para trabalho remoto.
	Manutenção Antivírus			0	1	315.000	315.000	Manutenção Antivírus
	Subscrição novo portal internet	1	400.000	400.000			0	Adoção de uma nova plataforma de portal para modernização e melhoria do site do Tribunal
	Subscrição AutoCad	1	102.000	102.000			0	Software utilizado pelo SEMPRO
	Subscrição Vmware	1	470.000	470.000	1	165.129	165.129	Licença de uso para Virtualização de servidores para o Pje.
	Subscrição TSM	1	240.000	240.000	1	200.000	200.000	Software de Backup
	Subscrição JBOSS	1	405.467	405.467	1	62.779	62.779	Serviço de suporte técnico e atualização de versões da plataforma de portal que sustenta o site do Tribunal e o Pje
33 90 39 28	SUPORTE A USUÁRIOS DE TI			830.280			0	
	Terceirização helpdesk	1	830.280	830.280			0	Terceirização dos serviços comuns da área de atendimento aos usuários para manter os níveis mínimos de de serviço
33 90 39 30	HOSPEDAGEM DE SISTEMAS			465.424			398.941	
	Solução de comunicação e colaboração na nuvem	1	465.424	465.424	12	33.245	398.941	Renovação dos serviços de computação em nuvem para comunicação e colaboração (e-mail, mensageria, colaboração, sites internos)

33 90 39 57	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.			192.000			186.257	
	Serviços SERPRO – SIAFI gerencial, acesso RF	1	168.000	168.000	12	13.215	158.583	Acesso aos sistemas hospedados no SERPRO utilizados pelo Tribunal
	Conserto Fibra Óptica	1	24.000	24.000	1	24.000	24.000	Conserto Fibra Óptica
	Serviços diversos de pequeno valor			0	1	3.674	3.674	Compras diversas de pequeno valor não previstas (GID Detran, rastreamento veicular, PLEO, registro base roteamento, monitoramento de alarmes, conserto impressora, treinamento Solução Ponto Biométrico)
33 90 39 95	MANUTENÇÃO E CONS. DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			2.380.995			1.139.221	
	Manutenção PDDE	12	4.287	51.442	12	1.345	16.144	Suporte técnico do fabricante para o appliance que fornece o selo cronológico de todas as assinaturas eletrônicas realizadas no Tribunal
	Manutenção dos grupos geradores - preventiva e corretiva	12	2.200	26.400	12	2.200	26.400	Renovação da manutenção preventiva e corretiva dos grupos geradores responsáveis pelo funcionamento dos datacenters de Porto Alegre, de forma a assegurar seu funcionamento quando necessário
	Serviço de transporte, instalação e manutenção de equipamentos	12	50.000	600.000			0	Terceirização de atividades comuns de logística, manutenção e instalação de equipamentos para as quais o custo operacional do Tribunal seria superior

	Serviço de manutenção preventiva de datacenters - sala-cofre e CPD2	12	50.000	600.000	12	42.459	509.503	Manutenção preventiva e corretiva dos datacenters de Porto Alegre, de forma a assegurar seu funcionamento em caráter contínuo (24x7)
	Manutenção Tape Library	12	4.200	50.400	12	6.000	72.000	Manutenção software de backup
	Manutenção storage	10	27.000	270.000	10	16.600	166.000	Manutenção dos equipamento onde são armazenamento de todos os dados do Tribunal
	Manutenção Proxy	1	50.000	50.000	1	23.245	23.245	Permite a navegação Internet e a filtragem de conteúdos. Equipamento fornecido pelo CSJT.
	Manutenção Fibra Ótica	1	70.000	70.000				Manutenção Fibra Ótica
	Manutenção Firewall	1	200.000	200.000				Segurança da informação – equipamento fornecido pelo CSJT
	Manutenção Blade	1	400.000	400.000	1	260.000	260.000	Manutenção dos equipamentos servidores onde fica instalado o Pje e outros sistemas. Parte foi fornecida pelo CSJT.
	Manutenção Centrais Telefônicas	12	5.229	62.753	12	5.494	65.929	Serviço de manutenção corretiva para as centrais telefônicas do interior do Estado que se encontram fora de período de garantia e ainda possuem atualização tecnológica para permanecerem em uso
33 90 39 97	COMUNICACAO DE DADOS			2.293.379			2.421.570	
	Link Internet GVT 100 Mbps	12	6.500	78.000	12	6.410	76.917	Serviço de conexão do Tribunal com a Internet, crítico para a prestação dos serviços aos jurisdicionados, em especial o Processo Judicial Eletrônico (Pje)

	Link Internet Redundante 100 Mbps	12	11.273	135.280	12	10.150	121.796	Serviço de conexão redundante com a Internet, crítico para a prestação dos serviços aos jurisdicionados, em especial o Processo Judicial Eletrônico (Pje)
	Link Internet Redundante (nova contratação)	3	35.000	105.000				Link internet redundante
	Acesso à Internet para notebook	12	25.179	302.148	12	17.515	210.183	Acesso à internet móvel 4G provido aos magistrados do Tribunal para uso nos notebooks
	Link WAN João Telles	12	4.500	54.000	12	4.000	48.000	Interligação de rede om o prédio do arquivo e memorial do Tribunal
	Link ADSL SETIC	12	250	3.000	12	250	3.000	Conexão tipo doméstica com a Internet para a realização de testes de funcionamento dos serviços do sítio do Tribunal, bem como acesso alternativo em caso de problemas com a internet corporativa
	Link Espaço Judiciário do Shopping Praia de Belas	12	167	2.000			0	Acesso internet para interligar o espaço judiciário aos sistemas do Tribunal (VPN)
	Link interligação prédios Santa Rosa			0	12	120	1.440	Interligação de rede entre os dois prédios de Santa Rosa para evitar a duplicação da infraestrutura local.
	Rede WAN - complemento TRT4	12	48.353	580.241	12	134.208	1.610.494	Rede privada de longa distância que interliga todas as unidades do TRT4, fundamental para o sistema Pje
	Rede WAN redundante	9	114.857	1.033.710	2	174.870	349.740	Conexão alternativa para assegurar a continuidade dos serviços nas unidades do interior do estado, sobretudo o sistema Pje que depende essencialmente da comunicação para operar

339092	DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES			0			0	0
	Despesas de Exercícios Anteriores			0			0	Despesas de Exercícios Anteriores
44 90 39 00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INVESTIMENTO)			980.000			0	
44 90 39 93	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE			980.000			0	
	Licenças Microsoft	1	80.000	80.000				Padronização do acesso à rede para usuários do interior e capital, melhorando a gestão e a segurança da informação
	Software para VDI - substituição ao Gabinete Virtual	1	300.000	300.000			0	Substituição da plataforma do Gabinete Virtual por uma tecnologia mais atualizada e moderna que melhore as condições de trabalho remoto dos magistrados (3 anos).
	Software de Auditoria de Acessos	1	100.000	100.000				Sistema de controle e monitoramento das atividades dos computadores, necessário nas investigações de incidentes de segurança da informação
	Softwares diversos para regularização do parque	1	500.000	500.000				Atualização de softwares já utilizados na infraestrutura do Tribunal e aquisição de demandas específicas de softwares de pequeno valor.
	Softwares diversos de pequeno valor			0			0	Softwares diversos de pequeno valor

44 90 52 00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			11.602.860			0	
44 90 52 35	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS			11.602.860			0	
	ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS			4.853.000			0	
	Renovação do parque de micros	736	3.000	2.208.000			0	Renovação do parque de micros
	Renovação Multifuncionais	470	3.500	1.645.000			0	Renovação Multifuncionais
	Solução de Impressão	1	1.000.000	1.000.000				Solução de Impressão
	EQUIPAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA			5.969.860			0	
	Servidores R710	1	80.000	80.000			0	Renovação de equipamentos antigos fora de garantia
	Racks Foro POA e interior – switches/telecom	1	84.000	84.000			0	Renovação dos racks que abrigam os equipamentos de rede nos andares dos prédios do Foro de Porto Alegre e algumas unidades do interior do Estado
	No-breaks interior	55	10.452	574.860			0	Renovação dos no-breaks que sustentam a infraestrutura de TIC centralizada nos foros do interior do Estado para atualização tecnológica, ampliação de capacidade e reposição de garantia

	No-breaks médios	5	25.000	125.000			0	Aquisição de no-breaks para sustentar colunas de switches dos prédios da capital e aplicações específicas como salas do Tribunal pleno e salas de seções
	No-breaks pequenos	1	500.000	500.000			0	Renovação de equipamentos antigos fora de garantia
	Grupos geradores para datacenters	1	356.000	356.000			0	Aquisição de novos grupos geradores para os datacenters de Porto Alegre, ampliando sua capacidade
	Expansão switch SAN	1	300.000	300.000			0	Eliminar o atual cascadeamento de switches SAN (armazenamento)
	Solução de balanceamento e entrega de aplicações ADC	1	400.000	400.000			0	Solução especializada para a distribuição de carga entre as diversas instâncias e servidores de aplicações do PJe e outros serviços WEB do Tribunal, capaz de implementar funcionalidades de segurança
	Renovação Central Telefônica de Porto Alegre	1	600.000	600.000			0	Renovação Central Telefônica de Porto Alegre
	Dispositivo de Backup baseado em disco (VTL)	1	450.000	450.000			0	Dispositivo de Backup baseado em disco (VTL)
	Solução Storage Nova	1	2.500.000	2.500.000			0	Aquisição de unidades de disco rígido para expansão da capacidade do sistema de armazenamento do Tribunal
	EXPANSÃO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS			780.000			0	
	Scanners	150	2.500	375.000			0	Aquisição de scanners destinados à digitalização de peças processuais Para as unidades que tiverem o sistema de processo judicial eletrônico Pje implementado

	Scanners de Produção	1	60.000	60.000			0	Scanners de Produção
	Scanners de Microfilme	1	25.000	25.000			0	Scanners de Microfilme
	TV's para aeropautas	108	2.000	216.000			0	Implantação do sistema de acompanhamento de pautas nos postos do Trabalho
	Minicomputadores para aeropauta	1	104.000	104.000			0	Minicomputadores para aeropauta
	Total:			22.971.719			6.078.092	

11. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Planejamento Estratégico Institucional

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/institucional/gestaoEstrategica>

- Planejamento Estratégico de TIC

www.trt4.jus.br/ItemPortlet/download/10220/PETI.pdf

- Resolução CSJT 69/2010

<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/7397>

- Resolução CNJ 90/2009

<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12205-resolucao-no-90-de-29-de-setembro-de-2009>

- Resolução CNJ 211/2015

<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3052>

- Contratações de TI – Instrução Normativa 4/2010 – SLTI MPOG

http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/resultado_pge_sisp?palavrachave=&tipo=439b0584a03a6bbb8b0fa53f724701e8&acaoprojeto=0996ea0c952b2bb6a1a44bb356f31359&tamanho=5&submit2=Buscar

- Acórdão TCU Plenário 381/2011 – Auditoria de Tecnologia da Informação no TRT da 4ª Região

<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=ACORDAO-LEGADO-89657&texto=416325463372642545336f2b3338312b323031302b414e442b545254&sort=&ordem=&bases=ATO-PESSOAL;ACORDAO-LEGADO;DECISAO-LEGADO;RELACAO-LEGADO;PROCESSO-EXTERNO;NORMATIVOS;PORTAL-PUBLICO;ACORDAO-RELACAO-LEGADO;ATA-SAGAS;&highlight=416325463372642545336f2b3338312b323031302b545254>

ANEXOS PDTIC-2016

Formulário Solicitação Projetos

SOLICITAÇÃO DE PROJETO - PDTI 2016

Sugestões de ações/ projetos para compor o Planejamento de TIC do TRT da 4ª Região para o biênio 2016-2017

Seu nome de usuário (**deise.albino@trt4.jus.br**) será registrado quando você enviar este formulário. Você não é **deise.albino**? [Sair](#)

***Obrigatório**

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Solicitante *

Nome do solicitante

Título *

Título que identifica a solicitação

Unidade Organizacional *

Unidade organizacional do solicitante

Áreas Beneficiadas *

Descrição das áreas beneficiadas pelo projeto

Objetivo Estratégico Institucional *

Descrição do objetivo estratégico institucional ao qual o projeto possui maior alinhamento e/ou contribuição

- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional
- Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania
- Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida
- Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação
- Aprimorar a gestão orçamentária
- Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional
- Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos
- Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes
- Fortalecer os processos de governança

DETALHAMENTO**PROBLEMA A SER RESOLVIDO ***

Descrever as dificuldades ou oportunidades que justifiquem a solicitação do projeto. Qual o problema a ser solucionado? Como é feito atualmente? Quais as consequências se não for feito?

SUGESTÃO DE SOLUÇÃO *

Como o problema descrito acima poderia ser resolvido a partir de uma solução de TIC

BENEFÍCIOS ESPERADOS *

Descrever os benefícios e, se possível, quantificá-los. Exemplos: redução de custos, redução do número de pessoas envolvidas no trabalho em questão, redução de tempo para execução da tarefa, melhoria da qualidade, redução de erros, etc.

**URGÊNCIA DO PROJETO ***

Expectativa para obtenção dos resultados do projeto

- ALTA - Resultados em menos de 3 meses após o término do projeto
- MÉDIA - Resultados entre 3 meses e 6 meses após o término do projeto
- BAIXA - Resultados a partir de 6 meses após o término do projeto

TENDÊNCIA *

Como ficará a situação atual se nada for feito?

- IRÁ PIORAR RAPIDAMENTE - se nada for feito, situação atual irá piorar em até 3 meses
- IRÁ PIORAR EM CURTO PRAZO - Se nada for feito, situação atual irá piorar em até 6 meses
- NÃO IRÁ PIORAR - se nada for feito, situação vai piorar em até 12 meses ou poderá até melhorar

- [Envie para mim uma cópia das minhas respostas.](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by

Este formulário foi criado em Tribunal Regional do Trabalho da 4 Região.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

Catálogo de Serviços e Níveis de Serviço

GRUPOS	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UTILIZAÇÃO
Sistemas Judiciais	ARQUIVO	Sistema de processos arquivados	Arquivo/Depósito Centralizado POA
Sistemas Judiciais	AUD inFOR	Sistema de edição de atas de audiências	Varas
Sistemas Judiciais	AUD PJe	Sistema de edição de atas de audiências	Varas
Sistemas Judiciais	BI	Solução de Business Intelligence (BI)	Administração TRT/Gestão Estratégica/SEGJUD/ Direção Geral/SEGESP/SEAUDI
Sistemas Judiciais	CÁLCULO RÁPIDO	Sistema de Cálculo Trabalhista	Varas
Sistemas Judiciais	COMUNICADOR	Programa interno de comunicação	Desembargadores/Gabinetes TRT/Secretarias de Turmas e Especializadas
Sistemas Judiciais	DEJT	Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho	Corregedoria/ SEGJUD/ Varas (PJe)/Áreas administrativas
Sistemas Judiciais	E-GESTÃO	Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho	Corregedoria/Gestão Estratégica/SEGJUD
Sistemas Judiciais	E-JUS2	Edição de Votos e Acordãos	Desembargadores/Gabinetes TRT/Secretarias de Turmas e Especializadas
Sistemas Judiciais	E-REC	Elaboração de despachos de recursos de revista e agravos de instrumento nos TRTs, com aproveitamento de dados pelo TST	Assessoria Judiciária/Vice-Pres./Seção de Recursos
Sistemas Judiciais	E-REMESSA	Envio de processos digitalizados para o TST (RR e AI)	SEGJUD
Sistemas Judiciais	E-SENTENÇA	Edição de Sentenças de 1º Grau	Juizes/Assistentes/ Corregedoria
Sistemas Judiciais	INFOR	Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau	Varas/Corregedoria
Sistemas Judiciais	INFORME	Boletim Estatístico	Varas/Corregedoria
Sistemas Judiciais	INFORPES	Pesquisa de Processos por Nome de Parte, disponível na Extranet, para usuários e instituições cadastradas	Arquivo/ Portaria (externamente, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda utilizam)
Sistemas Judiciais	INFORPRO	Boletim de Produção de Juizes	Varas/Corregedoria
Sistemas Judiciais	JURISCALC	Sistema de Cálculo Trabalhista	Varas/Seção de Cálculos Trabalhistas
Sistemas Judiciais	MALOTE DIGITAL	Sistema utilizado para o envio de correspondências oficiais	Todos
Sistemas Judiciais	NOVAJUS4	Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau	TRT
Sistemas Judiciais	NOVO E-SENTENÇA	Edição de Sentenças de 1º Grau	Juizes/Assistentes/ Corregedoria
Sistemas Judiciais	PAUTA ON-LINE	Sistema de Informação da pauta de audiências do 1º Grau	Varas/Externo
Sistemas Judiciais	PDEP	Depósito Centralizado de Processos	Arquivo/Memorial/ Depósito Centralizado
Sistemas Judiciais	PJ4 – Peticionamento Eletrônico	Peticionamento Eletrônico – PJ4 (PE)	público externo
Sistemas Judiciais	PJE – 1ª INSTÂNCIA	Processo Judicial Eletrônico – 1º Grau	Advogados/Varas
Sistemas Judiciais	PJE – 2ª INSTÂNCIA	Processo Judicial Eletrônico – 2º Grau	Advogados/TRT
Sistemas Judiciais	PRECAD	Sistema de Precadastramento de Iniciais	Advogados/Varas/CDFs
Sistemas Judiciais	PUSH	Informação sobre andamento de processos	Externo
Sistemas Judiciais	RPHP	Requisição de honorários periciais	Varas/SECOF
Sistemas Judiciais	SALAS DE AUDIÊNCIAS	Serviços relacionados ao suporte técnico as salas de audiências	VARAS
Sistemas Judiciais	SALAS DE SESSÕES	Serviços relacionados ao suporte técnico as salas de sessões	TRT
Sistemas Judiciais	SISTEMA PRECATÓRIOS	Sistema para gerenciamento de processos envolvendo pagamento de precatórios	JAC/Precatórios
Sistemas Judiciais	VIPE	Visualizador de Petições Eletrônicas – PJ4	Varas/CDFs/Protocolo/ TRT
Sistemas Administrativos	ASSYSTNET	Sistema de Registro de Incidentes e Requisições relacionados aos Serviços de TI	Todos
Sistemas Administrativos	ASSYSTWEB	Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI	SETIC
Sistemas Administrativos	ADM ELETRÔNICO	Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos	Áreas Administrativas/Administração
Sistemas Administrativos	ALMOXARIFADO	controle do estoque de materiais de consumo	Almoxarifado
Sistemas Administrativos	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Sistema de Gestão de Desempenho Funcional	Todos
Sistemas Administrativos	COMPRAS	Sistemas de Informações de compras, licitações e contratos	CLC
Sistemas Administrativos	DISCOVERER	Ferramenta Oracle para extração de informações do banco de dados	TRT
Sistemas Administrativos	FÉRIAS ON-LINE	Sistema de marcação de férias	Todos
Sistemas Administrativos	FOLHA	Sistema de Folha de Pagamento	RH – SECOF/ Todos
Sistemas Administrativos	FREQUÊNCIA	Sistema de Registro de Frequência (ponto)	Todos
Sistemas Administrativos	PATRIMÔNIO	Sistema de controle patrimonial	CLOG/SETIC
Sistemas Administrativos	RH	Sistema de Recursos Humanos	SEGESP/Todos
Sistemas Administrativos	TRACE-GP	Sistema para Gerência de Projetos (usado também para registro de solicitações)	Todos
Sistemas Convênios	BACENJUD	Possibilita à autoridade judiciária encaminhar, ao Banco Central, requisições de informações e ordens de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados	VARAS
Sistemas Convênios	CONNECTIVIDADE SOCIAL	Sistema para acesso às informações do FGTS	VARAS
Sistemas Convênios	GID CONSULTAS	Ferramenta eletrônica de interligação do Judiciário ao DETRAN-RS	Corregedoria
Sistemas Convênios	HOD RECEITA FEDERAL	Verificação de cadastro de PF e PJ	VARAS
Sistemas Convênios	IMPrensa NACIONAL	Publicação de editais de concurso	SEGESP
Sistemas Convênios	INFOJUD	Possibilita à autoridade judiciária encaminhar solicitações à Receita Federal	VARAS
Sistemas Convênios	RENAJUD	Ferramenta eletrônica de interligação do Judiciário ao DENATRAN	Varas/Corregedoria
Sistemas Convênios	SEFIP	Informações sobre FGTS e Previdência Social de Empregadores	SECOF/SECADM
Sistemas Convênios	SIABI	Automação de Bibliotecas	Biblioteca
Sistemas Convênios	SIAFI	Registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal	Área Administrativa
Sistemas Convênios	SICALC	Programa da Receita Federal para cálculos de juros e emissão de DARF	SECOF
Sistemas Convênios	SISAC	Administração Fazendária	SEGESP/SECNTI
Comunicação Institucional	E-MAIL	Serviço de correio eletrônico	Todos
Comunicação Institucional	EXTRANET TRT	Página institucional do TRT na extranet	Todos
Comunicação Institucional	GABINETE VIRTUAL	Acesso externo aos sistemas corporativos	MAGISTRADOS/ASSESSORES/ DIRETORES

GRUPOS	SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UTILIZAÇÃO
Comunicação Institucional	GOOGLE APPS	Pacote de aplicativos Google	Todos
Comunicação Institucional	PORTAL VOX	Portal de Notícias – Página institucional do TRT na intranet	Todos
Comunicação Institucional	QUIOSQUE DIGITAL	Computadores e digitalizadores instalados nos Foros para usuários externos	VARAS/Público Externo/Espaço Judiciário
Comunicação Institucional	SITE TRT4	Página institucional do TRT na internet	Todos e público externo
Comunicação Institucional	TELEFONIA	Serviços de Telefonia	Todos
Comunicação Institucional	VÍDEOS INSTITUCIONAIS/TV	Suporte aos equipamentos que disponibilizam vídeos Institucionais	Todos
Acesso aos Sistemas	ACESSO AOS SISTEMAS	Solicitação de acesso a qualquer serviço de TIC	Todos
Equipamentos	IMPRESSÃO	Serviços relacionados às impressoras instaladas pelo TRT	Todos
Equipamentos	COMPUTADOR	Serviços relacionados aos computadores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	NOTEBOOK	Serviços relacionados aos notebooks instalados pelo TRT	Magistrados/ASSESSORES/ DIRETORES
Equipamentos	NOBREAK	Serviços relacionados aos nobreaks instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	MONITOR	Serviços relacionados aos monitores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	TECLADO/MOUSE	Serviços relacionados aos periféricos (teclado/mouse) instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	DIGITALIZAÇÃO	Serviços relacionados aos digitalizadores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Suporte técnico relacionado a mídias, senhas e uso de certificado digital	Todos
Equipamentos	LEITORA DE CÓDIGO DE BARR	Serviços relacionados às leitoras de códigos de barras instaladas pelo TRT	Todos
Equipamentos	ESTABILIZADOR/TRANSFORMA	Serviços relacionados aos estabilizadores instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	DISPOSITIVO MÓVEL	Serviços relacionados aos dispositivos móveis instalados pelo TRT	Magistrados
Equipamentos	PROJETORES	Serviços relacionados aos projetores multimídia instalados no TRT	Eventos
Equipamentos	RELÓGIO PONTO	Serviços relacionados aos relógios-ponto instalados pelo TRT	TRT e Varas POA
Equipamentos	TERMINAL DE AUTO ATENDIME	Serviços relacionados aos terminais de auto-atendimento instalados pelo TRT	Todos
Equipamentos	VIDEOCONFERÊNCIA	Serviços relacionados aos equipamentos de videoconferência instalados pelo TRT	Escola/Biblioteca/ Varas interior
Equipamentos	SUPORTE A EVENTOS/MUDAN	Serviços relacionados ao suporte técnico a eventos	Administração/EJ/SEGESP
Redes	REDE LOCAL	Conexão de equipamentos de rede local	Todos
Redes	REDE SEM FIO	Conexão de equipamentos de rede sem fio	Todos e público externo
Redes	LINK DE DADOS (WAN)	Conexão de dados entre as unidades do TRT	Todos
Redes	PROXY/FIREWALL	Filtro de conteúdo web e segurança da rede interna	Todos
Redes	STORAGE	Armazenamento de dados de aplicações de TI	Todos
Redes	SERVIDOR	Equipamento que executa uma ou várias aplicações de TI	Todos
Redes	NAS	Armazenamento de arquivos compartilhados do TRT	Todos
Redes	BANCO DE DADOS	Armazenamento estruturado de dados para aplicações de TI	Todos
Redes	SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Ambiente corporativo de aplicações web do TRT	Todos
Redes	BACKUP	Cópia de segurança	Todos
Redes	MONITORAMENTO	Monitoramento de ativos e conexões de infraestrutura de rede	Todos
Estação de Trabalho	ACCESS	Módulo de banco de dados do MS-Office	Corregedoria
Estação de Trabalho	ACESSIBILIDADE	Serviços relacionados aos programas de acessibilidade	Todos
Estação de Trabalho	ANTIVIRUS	Programa de proteção contra vírus	Todos
Estação de Trabalho	AUTOCAD	Programa de desenho técnico	SEMPRO
Estação de Trabalho	LIBREOFFICE	Pacote de Escritório (software livre)	Todos
Estação de Trabalho	CAPTURA REMOTA DE ESTAÇÃO	VNC - Programa de captura remota	SETIC/Salas de audiências
Estação de Trabalho	CHROME	Navegador	Todos
Estação de Trabalho	CORELDRAW	Programa para edição de desenhos e imagens	Digitalização/SEMPRO/Comunicação/SETIC
Estação de Trabalho	CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTERN	Sistemas para criação de páginas de internet	Comunicação Social
Estação de Trabalho	EDIÇÃO DE IMAGEM	Sistemas de edição de imagem	Comunicação Social/Escola Judicial
Estação de Trabalho	EXCEL	Módulo de planilha de cálculos do MS-Office	Todos
Estação de Trabalho	FIREFOX	Navegador	Todos
Estação de Trabalho	GERENCIAMENTO ARQUIVOS	Serviços relacionados a cópia, recuperação de arquivos	Todos
Estação de Trabalho	GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Sistemas de gravação de áudio e vídeo	Turmas/Varas
Estação de Trabalho	ICNNET/CEF	Sistema para troca de arquivos de folha de pagamento	SECOF
Estação de Trabalho	INTERNET EXPLORER	Navegador	Todos
Estação de Trabalho	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Sistema de controle de manutenção de viaturas	Transportes
Estação de Trabalho	MÓDULO DE SEGURANÇA DE B	Programa de segurança para acesso a instituições financeiras	Todos
Estação de Trabalho	NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Acesso a páginas da internet	Todos
Estação de Trabalho	PDF – MANIPULAÇÃO DE ARQU	Criação e manipulação de arquivos no formato PDF	Todos
Estação de Trabalho	PLEO	Sistema para elaboração de orçamentos	SEMPRO
Estação de Trabalho	POWERPOINT	Programa para criação de apresentações	Todos
Estação de Trabalho	RECEITA FEDERAL	Sistemas da Receita Federal	Varas
Estação de Trabalho	SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Serviços relacionados aos sistemas utilizados pela Segurança Institucional do TRT	Segurança
Estação de Trabalho	WINDOWS	Sistema Operacional	Todos
Estação de Trabalho	WORD	Módulo de editor de textos do MS-Office	Todos

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
ARQUIVO	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h
	Orientação	4	10 min	12h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
AUD inFOR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h
	Orientação	4	10 min	12h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
AUD PJe	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h
	Orientação	4	10 min	12h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
BI	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Atualização	2	10 min	4h
	Configuração	2	10 min	4h
	Orientação	3	10 min	6h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
CALCULO RAPIDO	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Instalação	4	10 min	12h
	Desinstalação	4	10 min	12h
	Atualização	4	10 min	12h
	Configuração	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
	Orientação	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
COMUNICADOR	Erro/Falha Pontual	2	10 min	4h
COMUNICADOR	Instalação	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Desinstalação	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Configuração	4	10 min	12h
COMUNICADOR	Orientação	4	10 min	12h
DEJT	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Atualização	2	10 min	4h
	Configuração	2	10 min	4h
	Orientação	3	10 min	6h
E-GESTÃO	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
	Atualização	2	10 min	4h
	Configuração	2	10 min	4h
	Orientação	3	10 min	6h
	Melhoria	5	10 min	24h
	Correção	5	10 min	24h
	Treinamento	5	10 min	24h
Relatórios e Informação	5	10 min	24h	
E-JUS2	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
E-JUS2	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
E-JUS2	Atualização	4	10 min	12h
E-JUS2	Configuração	4	10 min	12h
E-JUS2	Orientação	4	10 min	12h
E-JUS2	Melhoria	5	10 min	24h
E-JUS2	Correção	5	10 min	24h
E-JUS2	Treinamento	5	10 min	24h
E-JUS2	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
E-REC	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
E-REC	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
E-REC	Instalação	4	10 min	12h
E-REC	Desinstalação	4	10 min	12h
E-REC	Atualização	4	10 min	12h
E-REC	Configuração	4	10 min	12h
E-REC	Orientação	4	10 min	12h
E-REC	Treinamento	5	10 min	24h
E-REMESSA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
E-REMESSA	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
E-REMESSA	Instalação	4	10 min	12h
E-REMESSA	Desinstalação	4	10 min	12h
E-REMESSA	Atualização	4	10 min	12h
E-REMESSA	Configuração	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
E-REMESSA	Correção	5	10 min	24h
E-REMESSA	Melhoria	5	10 min	24h
E-REMESSA	Orientação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
E-SENTENCA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
E-SENTENCA	Instalação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Desinstalação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Atualização	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Configuração	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Orientação	4	10 min	12h
E-SENTENCA	Melhoria	5	10 min	24h
E-SENTENCA	Correção	5	10 min	24h
E-SENTENCA	Treinamento	5	10 min	24h
E-SENTENCA	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
INFOR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFOR	Instalação	4	10 min	12h
INFOR	Desinstalação	4	10 min	12h
INFOR	Atualização	4	10 min	12h
INFOR	Configuração	4	10 min	12h
INFOR	Orientação	4	10 min	12h
INFOR	Melhoria	5	10 min	24h
INFOR	Correção	5	10 min	24h
INFOR	Treinamento	5	10 min	24h
INFOR	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
INFORME	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFORME	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFORME	Instalação	4	10 min	12h
INFORME	Desinstalação	4	10 min	12h
INFORME	Atualização	4	10 min	12h
INFORME	Configuração	4	10 min	12h
INFORME	Orientação	4	10 min	12h
INFORME	Melhoria	5	10 min	24h
INFORME	Correção	5	10 min	24h
INFORME	Treinamento	5	10 min	24h
INFORME	Relatórios e Informaçõe	5	10 min	24h
INFORPES	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFORPES	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFORPES	Instalação	4	10 min	12h
INFORPES	Desinstalação	4	10 min	12h
INFORPES	Atualização	4	10 min	12h
INFORPES	Configuração	4	10 min	12h
INFORPES	Orientação	4	10 min	12h
INFORPES	Melhoria	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
INFORPES	Correção	5	10 min	24h
INFORPES	Treinamento	5	10 min	24h
INFORPES	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
INFORPRO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INFORPRO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INFORPRO	Instalação	4	10 min	12h
INFORPRO	Desinstalação	4	10 min	12h
INFORPRO	Atualização	4	10 min	12h
INFORPRO	Configuração	4	10 min	12h
INFORPRO	Orientação	4	10 min	12h
INFORPRO	Melhoria	5	10 min	24h
INFORPRO	Correção	5	10 min	24h
INFORPRO	Treinamento	5	10 min	24h
INFORPRO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
JURISCALC	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
JURISCALC	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
JURISCALC	Atualização	4	10 min	12h
JURISCALC	Orientação	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
MALOTE DIGITAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Instalação	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Desinstalação	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Atualização	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Configuração	4	10 min	12h
MALOTE DIGITAL	Orientação	3	10 min	6h
NOVAJUS4	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NOVAJUS4	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NOVAJUS4	Instalação	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Desinstalação	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Atualização	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Configuração	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Orientação	4	10 min	12h
NOVAJUS4	Melhoria	5	10 min	24h
NOVAJUS4	Correção	5	10 min	24h
NOVAJUS4	Treinamento	5	10 min	24h
NOVAJUS4	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NOVO E-SENTENCA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NOVO E-SENTENCA	Configuração	4	10 min	12h
NOVO E-SENTENCA	Orientação	4	10 min	12h
NOVO E-SENTENCA	Melhoria	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Correção	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Treinamento	5	10 min	24h
NOVO E-SENTENCA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
PAUTA ON-LINE	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
PAUTA ON-LINE	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
PAUTA ON-LINE	Configuração	4	10 min	12h
PAUTA ON-LINE	Orientação	4	10 min	12h
PAUTA ON-LINE	Melhoria	5	10 min	24h
PAUTA ON-LINE	Correção	5	10 min	24h
PDEP	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
PDEP	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
PDEP	Instalação	4	10 min	12h
PDEP	Desinstalação	4	10 min	12h
PDEP	Atualização	4	10 min	12h
PDEP	Configuração	4	10 min	12h
PDEP	Orientação	4	10 min	12h
PDEP	Melhoria	5	10 min	24h
PDEP	Correção	5	10 min	24h
PDEP	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Configuração	4	10 min	12h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Orientação	4	10 min	12h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Melhoria	5	10 min	24h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Correção	5	10 min	24h
PJ4 – Peticionamento Eletronic	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
PJE – 1INSTANCIA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PJE – 1INSTANCIA	Configuração	4	10 min	12h
PJE – 1INSTANCIA	Orientação	4	10 min	12h
PJE – 1INSTANCIA	Melhoria	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Correção	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Treinamento	5	10 min	24h
PJE – 1INSTANCIA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
PJE – 2 INSTANCIA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PJE – 2 INSTANCIA	Configuração	4	10 min	12h
PJE – 2 INSTANCIA	Orientação	4	10 min	12h
PJE – 2 INSTANCIA	Melhoria	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Correção	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Treinamento	5	10 min	24h
PJE – 2 INSTANCIA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PRECAD	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
PRECAD	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
PRECAD	Orientação	4	10 min	12h
PRECAD	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PUSH	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
PUSH	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
PUSH	Configuração	4	10 min	12h
PUSH	Orientação	4	10 min	12h
PUSH	Melhoria	5	10 min	24h
PUSH	Correção	5	10 min	24h
PUSH	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
RPHP	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
RPHP	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
RPHP	Configuração	4	10 min	12h
RPHP	Orientação	4	10 min	12h
RPHP	Melhoria	5	10 min	24h
RPHP	Correção	5	10 min	24h
RPHP	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
SALAS DE AUDIENCIAS	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
SALAS DE AUDIENCIAS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SALAS DE AUDIENCIAS	Atualização	4	10 min	12h
SALAS DE AUDIENCIAS	Configuração	4	10 min	12h
SALAS DE AUDIENCIAS	Apoio técnico	1	10 min	1h
SALAS DE SESSOES	Erro/Falha Geral	1	10 min	1h
SALAS DE SESSOES	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SALAS DE SESSOES	Atualização	4	10 min	12h
SALAS DE SESSOES	Configuração	4	10 min	12h
SALAS DE SESSOES	Apoio técnico	1	10 min	1h
SALAS DE SESSOES	Manutenção Preventiva	6	10 min	44h
SALAS DE SESSOES	Melhoria	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
SISTEMA PRECATORIOS	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Configuração	4	10 min	12h
SISTEMA PRECATORIOS	Orientação	4	10 min	12h
SISTEMA PRECATORIOS	Melhoria	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Correção	5	10 min	24h
SISTEMA PRECATORIOS	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
VIPE	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
VIPE	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
VIPE	Configuração	4	10 min	12h
VIPE	Orientação	4	10 min	12h
VIPE	Melhoria	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDAD	SLA Resposta	SLA Conclusão
ASSYSTNET	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
ASSYSTNET	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
ASSYSTNET	CONFIGURAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTNET	CORRECÃO	5	10 min	24h
ASSYSTNET	MELHORIA	5	10 min	24h
ASSYSTNET	ORIENTAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
ASSYSTWEB	CONFIGURAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	CORRECÃO	5	10 min	24h
ASSYSTWEB	MELHORIA	5	10 min	24h
ASSYSTWEB	ORIENTAÇÃO	4	10 min	12h
ASSYSTWEB	RELATÓRIOS	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
ADMELETRONICO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
ADMELETRONICO	Configuração	4	10 min	12h
ADMELETRONICO	Orientação	4	10 min	12h
ADMELETRONICO	Melhoria	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Correção	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Treinamento	5	10 min	24h
ADMELETRONICO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
ALMOXARIFADO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
ALMOXARIFADO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Instalação	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Desinstalação	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Atualização	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Configuração	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Orientação	4	10 min	12h
ALMOXARIFADO	Melhoria	5	10 min	24h
ALMOXARIFADO	Correção	5	10 min	24h
ALMOXARIFADO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Configuração	4	10 min	12h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Orientação	4	10 min	12h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Melhoria	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Correção	5	10 min	24h
AVALIAÇÃO DE DESEMPENH	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
COMPRAS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
COMPRAS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
COMPRAS	Instalação	4	10 min	12h
COMPRAS	Desinstalação	4	10 min	12h
COMPRAS	Atualização	4	10 min	12h
COMPRAS	Configuração	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDAD	SLA Resposta	SLA Conclusão
COMPRAS	Orientação	4	10 min	12h
COMPRAS	Melhoria	5	10 min	24h
COMPRAS	Correção	5	10 min	24h
COMPRAS	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
DISCOVERER	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
DISCOVERER	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
DISCOVERER	Configuração	4	10 min	12h
DISCOVERER	Orientação	4	10 min	12h
DISCOVERER	Melhoria	5	10 min	24h
DISCOVERER	Correção	5	10 min	24h
DISCOVERER	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
FERIAS ON-LINE	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Configuração	4	10 min	12h
FERIAS ON-LINE	Orientação	4	10 min	12h
FERIAS ON-LINE	Melhoria	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Correção	5	10 min	24h
FERIAS ON-LINE	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
FOLHA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
FOLHA	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
FOLHA	Instalação	4	10 min	12h
FOLHA	Desinstalação	4	10 min	12h
FOLHA	Atualização	4	10 min	12h
FOLHA	Configuração	4	10 min	12h
FOLHA	Orientação	4	10 min	12h
FOLHA	Melhoria	5	10 min	24h
FOLHA	Correção	5	10 min	24h
FOLHA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
FREQUENCIA	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Configuração	4	10 min	12h
FREQUENCIA	Orientação	4	10 min	12h
FREQUENCIA	Melhoria	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Correção	5	10 min	24h
FREQUENCIA	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PATRIMONIO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
PATRIMONIO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Instalação	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Desinstalação	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Atualização	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Configuração	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Orientação	4	10 min	12h
PATRIMONIO	Melhoria	5	10 min	24h
PATRIMONIO	Correção	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDAD	SLA Resposta	SLA Conclusão
PATRIMONIO	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
RH	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
RH	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
RH	Instalação	4	10 min	12h
RH	Desinstalação	4	10 min	12h
RH	Atualização	4	10 min	12h
RH	Configuração	4	10 min	12h
RH	Orientação	4	10 min	12h
RH	Melhoria	5	10 min	24h
RH	Correção	5	10 min	24h
RH	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
TRACE-GP	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
TRACE-GP	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
TRACE-GP	Configuração	4	10 min	12h
TRACE-GP	Orientação	4	10 min	12h
TRACE-GP	Melhoria	5	10 min	24h
TRACE-GP	Correção	5	10 min	24h
TRACE-GP	Relatórios e Informação	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
BACENJUD	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
BACENJUD	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
BACENJUD	Configuração	4	10 min	12h
BACENJUD	Orientação	4	10 min	12h
BACENJUD	Melhoria	5	10 min	24h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Configuração	4	10 min	12h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Orientação	4	10 min	12h
CONECTIVIDADE SOCIAL	Melhoria	5	10 min	24h
GID CONSULTAS	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
GID CONSULTAS	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
GID CONSULTAS	Configuração	4	10 min	12h
GID CONSULTAS	Orientação	4	10 min	12h
GID CONSULTAS	Melhoria	5	10 min	24h
HOD RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
HOD RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Instalação	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Desinstalação	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Atualização	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Configuração	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Orientação	4	10 min	12h
HOD RECEITA FEDERAL	Melhoria	5	10 min	24h
IMPrensa NACIONAL	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
IMPrensa NACIONAL	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
IMPrensa NACIONAL	Configuração	4	10 min	12h
IMPrensa NACIONAL	Orientação	4	10 min	12h
IMPrensa NACIONAL	Melhoria	5	10 min	24h
INFOJUD	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
INFOJUD	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
INFOJUD	Configuração	4	10 min	12h
INFOJUD	Orientação	4	10 min	12h
INFOJUD	Melhoria	5	10 min	24h
RENAJUD	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
RENAJUD	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
RENAJUD	Configuração	4	10 min	12h
RENAJUD	Orientação	4	10 min	12h
RENAJUD	Melhoria	5	10 min	24h
SEFIP	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SEFIP	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SEFIP	Instalação	4	10 min	12h
SEFIP	Desinstalação	4	10 min	12h
SEFIP	Configuração	4	10 min	12h
SEFIP	Orientação	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
SEFIP	Melhoria	5	10 min	24h
SIABI	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
SIABI	Erro/Falha Pontual	5	10 min	24h
SIABI	Instalação	4	10 min	12h
SIABI	Desinstalação	4	10 min	12h
SIABI	Orientação	4	10 min	12h
SIABI	Configuração	4	10 min	12h
SIABI	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
SIABI	Melhoria	5	10 min	24h
SIAFI	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SIAFI	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SIAFI	Instalação	4	10 min	12h
SIAFI	Desinstalação	4	10 min	12h
SIAFI	Configuração	4	10 min	12h
SIAFI	Orientação	4	10 min	12h
SIAFI	Melhoria	5	10 min	24h
SICALC	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SICALC	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SICALC	Instalação	4	10 min	12h
SICALC	Desinstalação	4	10 min	12h
SICALC	Configuração	4	10 min	12h
SICALC	Orientação	4	10 min	12h
SICALC	Melhoria	5	10 min	24h
SISAC	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
SISAC	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
SISAC	Instalação	4	10 min	12h
SISAC	Desinstalação	4	10 min	12h
SISAC	Configuração	4	10 min	12h
SISAC	Orientação	4	10 min	12h
SISAC	Melhoria	5	10 min	24h

* Os sistemas que são usados no TRT4 a partir de convênios com outros órgãos podem sofrer paradas por motivos externos ao TRT4, nestes casos, não temos o que fazer. Os tempos acima referem-se a fatores internos que interferem no uso destes serviços.

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
E-MAIL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
E-MAIL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
E-MAIL	Configuração	4	10 min	12h
E-MAIL	Orientação	4	10 min	12h
E-MAIL	Nova Caixa Postal	4	10 min	12h
E-MAIL	Melhoria	5	10 min	24h
E-MAIL	Treinamento	5	10 min	24h
E-MAIL	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
EXTRANET TRT	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
EXTRANET TRT	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
EXTRANET TRT	Configuração	4	10 min	12h
EXTRANET TRT	Orientação	4	10 min	12h
EXTRANET TRT	Melhoria	5	10 min	24h
EXTRANET TRT	Correção	5	10 min	24h
GABINETE VIRTUAL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
GABINETE VIRTUAL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
GABINETE VIRTUAL	Configuração	4	10 min	12h
GABINETE VIRTUAL	Orientação	4	10 min	12h
GABINETE VIRTUAL	Melhoria	5	10 min	24h
GABINETE VIRTUAL	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
GABINETE VIRTUAL	Desbloqueio de Sessão	2	10 min	4h
GOOGLE APPS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
GOOGLE APPS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Configuração	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Orientação	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Melhoria	5	10 min	24h
GOOGLE APPS	Treinamento	5	10 min	24h
GOOGLE APPS	Reparo	4	10 min	12h
GOOGLE APPS	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
PORTAL VOX	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PORTAL VOX	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PORTAL VOX	Configuração	4	10 min	12h
PORTAL VOX	Orientação	4	10 min	12h
PORTAL VOX	Melhoria	5	10 min	24h
PORTAL VOX	Correção	5	10 min	24h
PORTAL VOX	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
QUIOSQUE DIGITAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
QUIOSQUE DIGITAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
QUIOSQUE DIGITAL	Configuração	4	10 min	12h
QUIOSQUE DIGITAL	Orientação	4	10 min	12h
QUIOSQUE DIGITAL	Melhoria	5	10 min	24h
QUIOSQUE DIGITAL	Manutenção Preventiva	5	10 min	24h
QUIOSQUE DIGITAL	Movimentação	5	10 min	24h
SITE TRT4	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
SITE TRT4	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SITE TRT4	Configuração	4	10 min	12h
SITE TRT4	Orientação	4	10 min	12h
SITE TRT4	Melhoria	5	10 min	24h
SITE TRT4	Correção	4	10 min	24h
SITE TRT4	Relatórios e Informação	5	10 min	24h
TELEFONIA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
TELEFONIA	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
TELEFONIA	Configuração Ramal	4	10 min	12h
TELEFONIA	Habilitação de ponto tel	4	10 min	33h
TELEFONIA	Orientação	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Configuração	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Orientação	4	10 min	12h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Melhoria	5	10 min	24h
VÍDEOS INSTITUCIONAIS	Manutenção Preventiva	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
ACESSO AOS SISTEMAS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
ACESSO AOS SISTEMAS	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
ACESSO AOS SISTEMAS	Alteração de direitos	5	10 min	24h
ACESSO AOS SISTEMAS	Criação de Conta	5	10 min	24h
ACESSO AOS SISTEMAS	Desativação de Conta	5	10 min	24h
ACESSO AOS SISTEMAS	Inicialização de senha	3	10 min	6h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
IMPRESSÃO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
IMPRESSÃO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
IMPRESSÃO	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Acréscimo	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Configuração	4	10 min	12h
IMPRESSÃO	Configuração (interior)	6	10 min	48
IMPRESSÃO	Devolução	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Empréstimo	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Manutenção	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Movimentação	4	10 min	12h
IMPRESSÃO	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Substituição	4	10 min	12h
IMPRESSÃO	Substituição (interior)	6	10 min	48h
IMPRESSÃO	Orientação	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Teste	5	10 min	24h
IMPRESSÃO	Melhoria	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
COMPUTADOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
COMPUTADOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Acréscimo	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Configuração	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Configuração (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Devolução	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Empréstimo	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Manutenção	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Movimentação	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Auto-imagem	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Auto-imagem (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Preparação	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Preparação (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Substituição	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
COMPUTADOR	Orientação	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Remoção Bases	4	10 min	12h
COMPUTADOR	Teste	5	10 min	24h
COMPUTADOR	Melhoria	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NOTEBOOK	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NOTEBOOK	Fornecimento	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Configuração	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Configuração (interior)	6	10 min	48h
NOTEBOOK	Devolução	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Empréstimo	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Manutenção	4	10 min	121h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
NOTEBOOK	Preparação	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Preparação (interior)	6	10 min	48h
NOTEBOOK	Substituição	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Substituição (interior)	6	10 min	48h
NOTEBOOK	Orientação	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Remoção Bases	4	10 min	12h
NOTEBOOK	Teste	5	10 min	24h
NOTEBOOK	Melhoria	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
DOCKINGSTATION	Configuração	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Devolução	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Empréstimo	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Fornecimento	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Manutenção	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Movimentação	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Substituição	4	10 min	12h
DOCKINGSTATION	Orientação	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Teste	5	10 min	24h
DOCKINGSTATION	Melhoria	5	10 min	24h
NO BREAK	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NO BREAK	Acréscimo	5	10 min	24h
NO BREAK	Configuração	5	10 min	24h
NO BREAK	Configuração (interior)	6	10 min	48h
NO BREAK	Devolução	5	10 min	24h
NO BREAK	Empréstimo	5	10 min	24h
NO BREAK	Manutenção	5	10 min	77h
NO BREAK	Movimentação	4	10 min	12h
NO BREAK	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
NO BREAK	Substituição	4	10 min	12h
NO BREAK	Substituição (interior)	6	10 min	48h
NO BREAK	Orientação	5	10 min	24h
NO BREAK	Teste	5	10 min	24h
NO BREAK	Melhoria	5	10 min	24h
MONITOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
MONITOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
MONITOR	Acréscimo	5	10 min	24h
MONITOR	Configuração	4	10 min	12h
MONITOR	Configuração (interior)	6	10 min	48h
MONITOR	Devolução	5	10 min	24h
MONITOR	Empréstimo	5	10 min	24h
MONITOR	Fornecimento	5	10 min	24h
MONITOR	Manutenção	4	10 min	132h
MONITOR	Movimentação	4	10 min	12h
MONITOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
MONITOR	Substituição	4	10 min	12h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
MONITOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
MONITOR	Orientação	5	10 min	24h
MONITOR	Teste	5	10 min	24h
MONITOR	Melhoria	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
TECLADO/MOUSE	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Acréscimo	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Configuração	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Configuração (interior)	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Devolução	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Empréstimo	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Manutenção	4	10 min	55h
TECLADO/MOUSE	Movimentação	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Substituição	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Substituição (interior)	6	10 min	48h
TECLADO/MOUSE	Orientação	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Teste	5	10 min	24h
TECLADO/MOUSE	Melhoria	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
DIGITALIZAÇÃO	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Acréscimo	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Configuração	3	10 min	6h
DIGITALIZAÇÃO	Configuração (interior)	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Devolução	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Empréstimo	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Manutenção	4	10 min	77h
DIGITALIZAÇÃO	Movimentação	4	10 min	12h
DIGITALIZAÇÃO	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Substituição	4	10 min	12h
DIGITALIZAÇÃO	Substituição (interior)	6	10 min	48h
DIGITALIZAÇÃO	Orientação	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Teste	5	10 min	24h
DIGITALIZAÇÃO	Melhoria	5	10 min	24h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Configuração	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Configuração Mídias	6	10 min	48h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Fornecimento mídias	5	10 min	24h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Emissão Certificado	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Renovação Certificado	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Desbloqueio PIN	4	10 min	12h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Orientação	5	10 min	24h
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Melhoria	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Acréscimo	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Configuração	3	10 min	6h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Configuração (interior)	6	10 min	48h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Devolução	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Empréstimo	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Manutenção	4	10 min	77h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Movimentação	4	10 min	12h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Substituição	4	10 min	12h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Substituição (interior)	6	10 min	48h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Orientação	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Teste	5	10 min	24h
LEITORA DE CODIGO DE BARRAS	Melhoria	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ESTABILIZADOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
ESTABILIZADOR	Acréscimo	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Devolução	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Empréstimo	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Manutenção	4	10 min	77h
ESTABILIZADOR	Movimentação	4	10 min	12h
ESTABILIZADOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
ESTABILIZADOR	Substituição	4	10 min	12h
ESTABILIZADOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
ESTABILIZADOR	Orientação	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Teste	5	10 min	24h
ESTABILIZADOR	Melhoria	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
DISPOSITIVO MÓVEL	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
DISPOSITIVO MÓVEL	Acréscimo	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Configuração	4	10 min	12h
DISPOSITIVO MÓVEL	Devolução	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Empréstimo	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Manutenção	4	10 min	132h
DISPOSITIVO MÓVEL	Substituição	4	10 min	12h
DISPOSITIVO MÓVEL	Substituição (interior)	6	10 min	48h
DISPOSITIVO MÓVEL	Orientação	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Teste	5	10 min	24h
DISPOSITIVO MÓVEL	Melhoria	5	10 min	24h
PROJETOR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PROJETOR	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
PROJETOR	Devolução	5	10 min	24h
PROJETOR	Empréstimo	5	10 min	24h
PROJETOR	Manutenção	4	10 min	77h
PROJETOR	Movimentação	4	10 min	12h
PROJETOR	Movimentação (interior)	6	10 min	48h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
PROJETOR	Substituição	4	10 min	12h
PROJETOR	Substituição (interior)	6	10 min	48h
PROJETOR	Orientação	5	10 min	24h
PROJETOR	Teste	5	10 min	24h
PROJETOR	Melhoria	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
RELÓGIO PONTO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
RELÓGIO PONTO	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Acréscimo	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Configuração	4	10 min	12h
RELÓGIO PONTO	Configuração (interior)	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Devolução	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Empréstimo	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Manutenção	4	10 min	132h
RELÓGIO PONTO	Movimentação	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Substituição	4	10 min	12h
RELÓGIO PONTO	Substituição (interior)	6	10 min	48h
RELÓGIO PONTO	Orientação	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Teste	5	10 min	24h
RELÓGIO PONTO	Melhoria	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Geral (interio	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Acréscimo	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Configuração	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Configuração (interior)	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Devolução	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Empréstimo	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Manutenção	4	10 min	143h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Movimentação	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Substituição	4	10 min	12h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Substituição (interior)	6	10 min	48h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Orientação	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Teste	5	10 min	24h
TERMINAL DE AUTO ATENDIMENT	Melhoria	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
VIDEOCONFERÊNCIA	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Erro/Falha Pontual (inte	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Acréscimo	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Configuração	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Configuração (interior)	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Devolução	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
VIDEOCONFERÊNCIA	Empréstimo	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Manutenção	4	10 min	132h
VIDEOCONFERÊNCIA	Movimentação	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Movimentação (interior)	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Substituição	5	10 min	24h
VIDEOCONFERÊNCIA	Substituição (interior)	6	10 min	48h
VIDEOCONFERÊNCIA	Orientação	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Teste	4	10 min	12h
VIDEOCONFERÊNCIA	Melhoria	5	10 min	24h
SUORTE A EVENTOS	Apoio técnico	5	10 min	24h
SUORTE A EVENTOS	Montagem/Teste	4	10 min	12h
SUORTE A EVENTOS	Montagem/Teste (interi	6	10 min	48h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
REDE LOCAL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
REDE LOCAL	Erro/Falha Geral (interior)	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
REDE LOCAL	Alteração	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Cabos de Rede	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Cabos de Rede (interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Confecção de Ponto Lógico	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Conserto de Ponto Lógico	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Cópia de Arquivos	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Domínio (configuração)	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Domínio (configuração - interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Espaço em disco	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Habilitação de Ponto Lógico	3	10 min	6h
REDE LOCAL	Habilitação de Ponto Lógico (interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Orientação	4	10 min	12h
REDE LOCAL	Teste	3	10 min	6h
REDE LOCAL	Teste (interior)	6	10 min	48h
REDE LOCAL	Melhoria	5	10 min	24h
REDE LOCAL	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Geral (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Pontual	4	10 min	12h
REDE SEM FIO	Erro/Falha Pontual (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Configuração	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Configuração (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Orientação	4	10 min	12h
REDE SEM FIO	Teste	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Teste (interior)	6	10 min	48h
REDE SEM FIO	Melhoria	5	10 min	24h
REDE SEM FIO	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Erro/Falha Geral	4	10 min	12h
LINK DE DADOS	Erro/Falha Geral (interior)	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Configuração	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Configuração (interior)	6	10 min	48h
LINK DE DADOS	Orientação	4	10 min	12h
LINK DE DADOS	Teste	4	10 min	12h
LINK DE DADOS	Teste (interior)	6	10 min	48h
LINK DE DADOS	Manutenção Corretiva	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Manutenção Corretiva (interior)	6	10 min	48h
LINK DE DADOS	Melhoria	5	10 min	24h
LINK DE DADOS	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
PROXY/FIREWALL	Liberação/Bloqueio	5	10 min	24h
INTERNET	Relatórios e Informações	5	10 min	24h
STORAGE	LUN	5	10 min	24h
SERVIDOR	ERRO/ FALHA	4	10 min	12h
SERVIDOR	Novo	5	10 min	24h
SERVIDOR	Remoção	5	10 min	24h

SERVIDOR	Configuração	5	10 min	24h
NAS	Quota/Espaço	5	10 min	24h
NAS	Unidade de Rede	5	10 min	24h
NAS	Permissão de Acesso	5	10 min	24h
BANCO DE DADOS	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
BANCO DE DADOS	Novo Banco	5	10 min	24h
BANCO DE DADOS	Novo Sistema/Schema	5	10 min	24h
BANCO DE DADOS	Solicitações	5	10 min	24h
SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Erro/Falha/Lentidão	5	10 min	24h
SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Novo Sistema	5	10 min	24h
SERVIDOR DE APLICAÇÃO	Solicitações	5	10 min	24h
BACKUP	Inclusão/Remoção	5	10 min	24h
BACKUP	Restore	5	10 min	24h
BACKUP	Solicitações	5	10 min	24h
MONITORAMENTO	Configuração	5	10 min	24h

SERVIÇO	CATEGORIA	PRIORIDADE	SLA Resposta	SLA Conclusão
ACCESS	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ACCESS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ACCESS	Instalação	5	10 min	24h
ACCESS	Desinstalação	4	10 min	12h
ACCESS	Orientação	4	10 min	12h
ACCESS	Atualização	6	10 min	48h
ACCESS	Melhoria	5	10 min	24h
ACESSIBILIDADE	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ACESSIBILIDADE	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ACESSIBILIDADE	Instalação	5	10 min	24h
ACESSIBILIDADE	Desinstalação	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Atualização	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Configuração	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Orientação	4	10 min	12h
ACESSIBILIDADE	Melhoria	5	10 min	24h
ANTIVIRUS	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ANTIVIRUS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ANTIVIRUS	Instalação	5	10 min	24h
ANTIVIRUS	Atualização	4	10 min	12h
ANTIVIRUS	Configuração	4	10 min	12h
ANTIVIRUS	Orientação	4	10 min	12h
ANTIVIRUS	Varredura	3	10 min	6h
ANTIVIRUS	Relatórios	5	10 min	24h
ANTIVIRUS	Melhoria	5	10 min	24h
AUTOCAD	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
AUTOCAD	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
AUTOCAD	Instalação	5	10 min	24h
AUTOCAD	Desinstalação	4	10 min	12h
AUTOCAD	Orientação	4	10 min	12h
AUTOCAD	Atualização	6	10 min	48h
AUTOCAD	Melhoria	5	10 min	24h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Instalação	5	10 min	24h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Atualização	6	10 min	48h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Configuração	4	10 min	12h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Orientação	4	10 min	12h
CAPTURA REMOTA DE ESTA	Melhoria	5	10 min	24h
CHROME	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
CHROME	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CHROME	Instalação	4	10 min	12h
CHROME	Desinstalação	4	10 min	12h
CHROME	Orientação	4	10 min	12h
CHROME	Atualização	6	10 min	48h

CHROME	Configuração	4	10 min	12h
CHROME	Melhoria	5	10 min	24h
CORELDRAW	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
CORELDRAW	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CORELDRAW	Instalação	5	10 min	24h
CORELDRAW	Desinstalação	4	10 min	12h
CORELDRAW	Orientação	4	10 min	12h
CORELDRAW	Atualização	4	10 min	12h
CORELDRAW	Melhoria	5	10 min	24h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Instalação	5	10 min	24h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Desinstalação	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Atualização	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Configuração	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Orientação	4	10 min	12h
CRIAÇÃO DE PÁGINAS INTER	Melhoria	5	10 min	24h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Instalação	5	10 min	24h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Desinstalação	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Atualização	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Configuração	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Correção	5	10 min	24h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Orientação	4	10 min	12h
EDIÇÃO DE IMAGEM	Melhoria	5	10 min	24h
EXCEL	Erro/Falha Geral	3	10 min	6h
EXCEL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
EXCEL	Instalação	5	10 min	24h
EXCEL	Desinstalação	4	10 min	12h
EXCEL	Orientação	4	10 min	12h
EXCEL	Atualização	4	10 min	12h
EXCEL	Melhoria	5	10 min	24h
FIREFOX	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
FIREFOX	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
FIREFOX	Instalação	4	10 min	12h
FIREFOX	Desinstalação	4	10 min	12h
FIREFOX	Orientação	4	10 min	12h
FIREFOX	Atualização	4	10 min	12h
FIREFOX	Configuração	4	10 min	12h
FIREFOX	Melhoria	5	10 min	24h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Recuperação	4	10 min	12h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Cópia	4	10 min	12h
GERENCIAMENTO ARQUIVO	Orientação	4	10 min	12h

GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Instalação	5	10 min	24h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Desinstalação	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Atualização	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Configuração	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Orientação	4	10 min	12h
GRAVAÇÃO AUDIO/VÍDEO	Melhoria	5	10 min	24h
ICNET/CEF	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
ICNET/CEF	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
ICNET/CEF	Instalação	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Desinstalação	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Atualização	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Configuração	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Orientação	4	10 min	12h
ICNET/CEF	Melhoria	5	10 min	24h
INTERNET EXPLORER	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
INTERNET EXPLORER	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
INTERNET EXPLORER	Instalação	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Desinstalação	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Orientação	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Atualização	6	10 min	48h
INTERNET EXPLORER	Configuração	4	10 min	12h
INTERNET EXPLORER	Melhoria	5	10 min	24h
LIBREOFFICE	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
LIBREOFFICE	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
LIBREOFFICE	Instalação	4	10 min	24h
LIBREOFFICE	Desinstalação	4	10 min	12h
LIBREOFFICE	Orientação	4	10 min	12h
LIBREOFFICE	Atualização	6	10 min	48h
LIBREOFFICE	Configuração	4	10 min	12h
LIBREOFFICE	Melhoria	5	10 min	24h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Instalação	5	10 min	24h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Desinstalação	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Atualização	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Configuração	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Orientação	4	10 min	12h
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Melhoria	5	10 min	24h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Instalação	4	10 min	12h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Desinstalação	4	10 min	12h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Orientação	4	10 min	12h
MÓDULO DE SEGURANÇA D	Atualização	4	10 min	12h

MÓDULO DE SEGURANÇA D	Melhoria	5	10 min	24h
OUTROS PROGRAMAS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
OUTROS PROGRAMAS	Instalação	5	10 min	24h
OUTROS PROGRAMAS	Desinstalação	4	10 min	12h
OUTROS PROGRAMAS	Atualização	4	10 min	12h
OUTROS PROGRAMAS	Configuração	4	10 min	12h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Orientação	4	10 min	12h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Configuração	4	10 min	12h
NAVEGAÇÃO NA INTERNET	Melhoria	5	10 min	24h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Instalação	5	10 min	24h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Desinstalação	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Orientação	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Atualização	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Configuração	4	10 min	12h
PDF – MANIPULAÇÃO DE AR	Melhoria	5	10 min	24h
PLEO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
PLEO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
PLEO	Instalação	4	10 min	12h
PLEO	Desinstalação	4	10 min	12h
PLEO	Atualização	4	10 min	12h
PLEO	Configuração	4	10 min	12h
PLEO	Orientação	4	10 min	12h
PLEO	Melhoria	5	10 min	24h
POWERPOINT	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
POWERPOINT	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
POWERPOINT	Instalação	5	10 min	24h
POWERPOINT	Desinstalação	4	10 min	12h
POWERPOINT	Orientação	4	10 min	12h
POWERPOINT	Atualização	4	10 min	12h
POWERPOINT	Melhoria	5	10 min	24h
RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
RECEITA FEDERAL	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
RECEITA FEDERAL	Instalação	5	10 min	24h
RECEITA FEDERAL	Desinstalação	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Atualização	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Configuração	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Orientação	4	10 min	12h
RECEITA FEDERAL	Melhoria	5	10 min	24h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Instalação	5	10 min	24h

SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Desinstalação	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Atualização	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Configuração	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Orientação	4	10 min	12h
SEGURANÇA/IDENTIFICAÇÃO	Melhoria	5	10 min	24h
WINDOWS	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
WINDOWS	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
WINDOWS	Atualização	4	10 min	12h
WINDOWS	Configuração	4	10 min	12h
WINDOWS	Orientação	4	10 min	12h
WINDOWS	Melhoria	5	10 min	24h
WORD	Erro/Falha Geral	2	10 min	4h
WORD	Erro/Falha Pontual	3	10 min	6h
WORD	Instalação	5	10 min	24h
WORD	Desinstalação	4	10 min	12h
WORD	Orientação	4	10 min	12h
WORD	Atualização	4	10 min	12h
WORD	Configuração	4	10 min	12h
WORD	Melhoria	5	10 min	24h

PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO			
URGÊNCIA	IMPACTO		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTA	1	2	3
MÉDIA	2	4	5
BAIXA	3	5	6

PRIORIDADE	TEMPO CONCLUSÃO
1	1h
2	4h
3	6h
4	12h
5	24h
6	48h

Os demais tempos que aparecem, principalmente, no grupo Equipamentos, para atendimento à Porto Alegre - Outras sedes e Interior, referem-se a tempos de resposta existente em contratos de manutenção.

Todos os tempos estão expressos em horas úteis.

Os atendimentos aos chamados de salas de sessões e salas de audiências são iniciados imediatamente após o recebimento da solicitação (nas situações em que o incidente está impedindo o prosseguimento dos trabalhos)

O tempo de 10 minutos para o início de atendimento, considera uma equipe mínima, na Seção de Atendimento a Usuários, de 6 servidores em cada turno de trabalho prestando atendimento aos chamados.

Serviços não suportados:

- Atendimento a equipamentos particulares (notebooks, smartphones, tablets, etc), seja para instalação ou configuração de algum programa ou mesmo orientação de uso do equipamento.
- Atendimento a chamados fora do horário de expediente estabelecido, formalmente, pelo TRT.
- Atendimento (e responsabilidade) a programas instalados pelos usuários nos notebooks.
- Responsabilidade por arquivos salvos nos discos locais dos equipamentos.

Descrição Projetos PDTIC-2016-2017

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)										
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
					Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Interface para PJe</p> <p>Problema a ser resolvido: O PJe, especificamente com relação aos usuários de Central de Mandados, é uma ferramenta bastante limitada. E essas limitações trazem prejuízos à gestão das Centrais de Mandados, bem como impõem severas dificuldades no controle e cumprimento dos mandados distribuídos aos oficiais de justiça.</p> <p>Os mandados recebidos, por exemplo, não são dispostos na ordem de distribuição, mas na ordem de expedição. Assim, mandados expedidos há 20 dias, por exemplo, que tenham levado algum tempo para serem assinados, uma vez distribuídos, não irão aparecer como último mandado da lista, mas no meio dos demais. Nesses casos, então, o oficial de justiça poderá sequer notar sua distribuição, o que poderia ensejar o não cumprimento, em especial, de expedientes que contemplem maior urgência. Além disso, o oficial não tem qualquer controle sobre quais mandados tenham sido já impressos. Não existe, por exemplo, um marcador como aqueles existentes nas caixas de email, que permita sinalizar os mandados já impressos, facilitando, assim, a distinção com relação àqueles que tenham sido distribuídos e ainda não impressos.</p> <p>Outra dificuldade é a elaboração de relatórios de mandados pendentes ou cumpridos, por exemplo, como os que existem no Infor. No momento, não é possível tanto ao oficial, quanto ao gestor, gerar dados estatísticos sobre mandados recebidos, cumpridos, etc., o que dificulta a cobrança de eventuais mandados atrasados, bem como a adequação das zonas de trabalho conforme se observe aumento ou redução das demandas de mandados.</p> <p>Essas dificuldades fazem com que o trabalho dos usuários de Centrais de Mandados seja bastante majorado. Atualmente, é necessário que se faça, inclusive, controle físico de mandados, mantendo-se vias impressas em arquivos, como forma de ter algum controle sobre o trabalho que é realizado.</p> <p>Sugestão de solução: Conhecedor das dificuldades se que se implementem melhorias diretamente no sistema PJe, penso que uma solução seria desenvolver um software que atue integrado ao PJe e que compile os dados de uma maneira mais inteligente e funcional. Esse aplicativo poderia, por exemplo, ler os dados gerados no PJe e organizar os mandados em uma interface mais parecida, por exemplo, com uma caixa de email, permitindo aplicação de filtros, a realização de pesquisa textual e a sinalização de mandados já impressos.</p> <p>Poderia, ainda, armazenar dados de mandados já cumpridos e emitir alertas com relação a mandados cujo prazo para cumprimento tenha sido extrapolado.</p> <p>Para isso, lógico, seria necessário ter acesso ao banco de dados do sistema em Brasília. Todavia, penso que, sendo uma iniciativa oficial da SETIC, esse obstáculo possa ser transporto.</p> <p>Eu, pessoalmente, cheguei a fazer orçamento com uma empresa para desenvolver esse aplicativo e o obstáculo foi justamente o acesso ao banco de dados.</p> <p>Benefícios esperados: Com uma interface mais racional, o tempo de impressão e controle de mandados distribuídos seria consideravelmente reduzidos. Hoje em dia, se o oficial tem 30 mandados na sua caixa, é necessário ler diariamente esses 30 mandados em busca de algum novo que tenha sido eventualmente posicionado bem no meio da listagem. Se houvesse uma forma de sinalizar os mandados recém chegados, essa busca seria desnecessária.</p> <p>Além da redução de tempo, essa ferramenta evitaria situações em que o mandado não é percebido pelo oficial de justiça a tempo de ser cumprido, o que acontece, por exemplo, em notificações para comparecimento em audiência.</p> <p>Os mecanismos de elaboração de relatórios, por sua vez, proporcionariam ao gestor uma ferramenta efetiva de cobrança de mandados atrasados. Atualmente, isso só é feito no momento em que a Vara percebe o atraso e remete email solicitando o cumprimento. O controle prévio, então, é quase impossível, demandando análise visual das caixas dos oficiais de justiça em busca de mandados com prazo extrapolado.</p>	Alexandre Paz Garcia	Coordenadoria de Execução de Mandados do Foro de Porto Alegre	Centrais de Mandados de todas as Comarcas do TRT da 4ª Região	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	1625

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Disponibilização de excedentes de penhora e processamento de penhoras Ferramenta de tecnologia da informação que automatize a disponibilização de excedentes de penhora e o processamento de penhoras no rosto dos autos nacionalmente (ou ao menos regionalmente)</p> <p>Problema a ser resolvido: A execução ainda é o maior entrave à efetividade da Justiça, com taxa de congestionamento de 67%; Significativa parte dos devedores são contumazes, com dezenas ou centenas de lides trabalhistas inadimplidas nacionalmente; Tais devedores têm como parte da estratégia de negócio justamente formalizar a criação de sucessivas pessoas jurídicas para gerar lucro sem satisfazer a totalidade de débitos trabalhistas, tributários e outros, gerando tumulto processual e inúmeras execuções arquivadas com dívida; Tais devedores contumazes costumam utilizar complexos esquemas de ocultação ou "blindagem" patrimonial, já bastante vulgarizados e acessíveis no mercado, envolvendo a criação de empresas "off-shore", "doleiros" e outros operadores de esquemas de lavagem de dinheiro, contas bancárias "de aluguel" ou abertas com documentação falsa, assim como o uso de "factoring", seguros, investimentos e cooperativas de crédito, tudo para movimentar valores com o máximo de anonimato, sem exposição ao já desgastado sistema BACEN JUD, que atualmente possui baixíssimo índice de sucesso, inferior a 10%; O atual rol de convênios de ferramentas informáticas disponíveis aos magistrados, inclusive para análise de movimentações bancárias e decretação de indisponibilidade de imóveis nacionalmente, pela primeira vez na história permite desvendar tais estratégias com elevado índice de certeza e identificar o patrimônio ocultado; O gigantismo de tais tarefas impõe que tais pesquisas sejam realizadas não apenas pelos Núcleos de Pesquisa Patrimonial (NPP), com seus limitados recursos humanos, mas também por todas as Varas do Trabalho, conforme a complexidade, sob pena de insuficiência de resultados; Entretanto, o uso combinado de tais ferramentas pode ser complexo e demandar significativo tempo, o que desestimula o uso de tais ferramentas pelas Varas individualmente em razão da perda de economia de escala, quando objetivada apenas a satisfação das execuções em suas unidades, ante o considerável tempo despendido e a limitação de recursos humanos; Ainda que um magistrado eventualmente adote a boa prática de identificar às demais Varas que tenham execuções em face do mesmo devedor acerca da existência de valores sobejantes em penhoras efetuadas, tal se dá de forma artesanal, recebendo-se os pedidos de reserva de valores ou penhoras também artesanal e desorganizadamente - se forem dezenas ou centenas, há o risco de desestruturar a rotina de uma Vara ou congestionar um NPP - o que desestimula a adoção de tal prática em razão dos limitados recursos humanos e a falta de automatização da tarefa; Ainda não há comunicação ou cooperação entre os Tribunais Regionais do Trabalho em matéria de execução e mesmo no âmbito de cada Regional, o tradicional paradigma é que as Varas atuem como "ilhas", cada qual resolvendo suas execuções, sem auxiliar ou receber auxílio das demais, facilitando as estratégias dos devedores contumazes e dificultado a solução das execuções como um todo; O sucesso de uma Vara/NPP em desvendar a ocultação de patrimônio e solucionar uma execução localmente é necessariamente o fracasso da execução para as demais unidades judiciárias com execuções em face do mesmo devedor nacionalmente, já que, uma vez alertado quanto à descoberta de seu esquema, tal devedor será rápido em alterar o esquema e ocultar os bens de outra forma; Quando bens de grande vulto são penhorados, a devolução de valores excedentes ao devedor que possui diversos outras execuções trabalhistas inadimplidas nacionalmente, constitui lamentável problema de administração judiciária, desperdício de escassos recursos humanos e do tempo do jurisdicionado, com afronta à garantia constitucional à razoável duração do processo; Do contrário, a integração, sistematização e automatização de rotinas dos esforços executórios das mais de 1500 Varas do Trabalho do país possuem imensas potencialidades, com o aproveitamento dos resultados obtidos por todas as unidades reciprocamente;</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolvimento de uma ferramenta nacional de TI (ou ao menos regional) que automatize as seguintes rotinas: - que as Varas ou Núcleos de pesquisa patrimonial, encontrando nas execuções sob sua responsabilidade ou reunidas (art. 28 da LEF), patrimônio superior ao necessário para satisfazer as mesmas, possam gerar através de um software nacional um alerta automático (por e-mail ou interligado com os PJe locais) a todas as unidades com débitos do mesmo devedor inscrito no BNDT; - que tal alerta contenha a descrição dos bens penhorados/bloqueados/indisponíveis, valor de avaliação e valor exequendo, a fim de que o juízo recorrente do alerta averiguasse a conveniência de solicitar a reserva de valores/penhora no rosto dos autos (podendo, por exemplo, optar por efetuar uma segunda penhora sobre os mesmos bens, ou por buscar outros bens); - que as Varas/Núcleos notificados tenham um prazo a ser definido para, querendo, inserirem via sistema a solicitação de reserva de valores/penhora no rosto dos autos; - que o conjunto de solicitações de reserva de valores/penhora no rosto dos autos seja processado (observando a ordem das reservas ou rateio entre os credores, conforme critério a ser estabelecido), consolidado e remetido ao juízo emissor do alerta (por e-mail ou mediante interligação com os PJe locais), com resumo que possa ser facilmente incluído no processo de execução, e automática atualização no BNDT (atualizando o valor de cada execução e alterando o status para execução com garantia suficiente, se for o caso); - Finalmente, seria também conveniente que tal sistema congregasse o valor exequendo de todos os débitos inscritos no BNDT, a fim de que os magistrados pudessem delimitar as pesquisas e escolher os devedores prioritários para as mesmas.</p> <p>Benefícios esperados: Tal software facilitaria o trabalho de juizes que encontram patrimônio substancial e adotam a medida proativa de identificar as demais unidades com execuções em face dos mesmos devedores; assim, não seriam devolvidos ao executado os valores sobejantes (na unidade) antes de serem satisfeitas todas as execuções trabalhistas em face do mesmo no país (ou no estado). Adicionalmente, um juiz poderia eleger como prioridade para seus esforços de pesquisa patrimonial aqueles processos em que o devedor tivesse dívidas mais substanciais, aproveitando tais diligências para as demais unidades com processos daquele devedor. Em termos de administração judiciária, tal boa prática representaria grande economia de recursos.</p>	Cesar Zucatti Pritsch	3ª Vara do Trabalho de Canoas	Todas as Varas do Trabalho, que se beneficiariam com o aproveitamento de excedentes de penhora em outras Varas, assim como da automatização da penhora no rosto dos autos/reserva de remanescentes.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4250

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Automatização dos logons</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente, duas pessoas na SM são alocadas exclusivamente para realizar pedidos de acesso de usuários (criação, alteração e remoção), além de quaisquer outras que são alocadas eventualmente para ajudar em períodos de grande demanda. Estes cadastros são feitos individualmente em cada sistema da SETIC, o que é um processo demorado e extremamente manual.</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolver uma solução de unificação de criação de logins nos sistemas mantidos pela SETIC: Infor, NovaJus4, ADME e Sistemas Administrativos (Patrimônio, Folha, etc). Numa primeira etapa, que não depende da SM e necessita de integração com outras áreas, os setores responsáveis por estes sistemas desenvolveriam serviços que executam as funções de cadastro, sem necessidade de utilização da interface dos programas. Posteriormente a SM desenvolveria uma aplicação que chamaria estes serviços e os uniria com a chamada a outros serviços já existentes ou possíveis de serem implementados (AD e provavelmente LDAP e PJE).</p> <p>Benefícios esperados: Redução drástica do tempo necessário para realizar pedidos de acesso de usuários. Além de diminuir o tempo de espera pelo usuário, a SM poderia alocar seus servidores em outras atividades do setor, melhorando a eficiência do setor em geral.</p>	Felipe Giacomel	Seção de Microinformática	Seção de Microinformática e todas as áreas que com ela se relacionam	Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	1500
<p>Inteligência Jurisdicional</p> <p>Problema a ser desenvolvido: Identificar o ajuizamento de ações repetitivas (demandas de massa, compreendendo iniciais com teses padronizadas, e lesões massivas, ações causadas por litigiosidade programada do réu, mediante sonegação contumaz de direitos e uso predatório da Justiça). Atualmente nada é feito no sistema. Consequência: pulverização da prestação jurisdicional (atomizada), com análise caso-a-caso, de forma artesanal, de demandas que são projetadas de forma massiva e padronizada, retardando e comprometendo prazos e contribuindo para as taxas de congestionamento do Judiciário. Ainda, há risco de decisões divergentes sobre casos idênticos, multiplicando a litigiosidade programada.</p> <p>Sugestão de solução: Várias possibilidades podem ser analisadas como solução, desde o sistema detectar o ajuizamento de múltiplas ações com mesma tese em curto espaço de tempo, como detectar litigiosidade programada perpetuada pelos grandes litigantes - réus que costumam ser reiteradamente condenados nas mesmas questões.</p> <p>Benefícios esperados: Identificar para o Magistrado e servidores que se trata de possível demanda repetitiva, para que comporte análise diferenciada do ponto de vista de padronização da decisão, aplicação da jurisprudência iterativa da Corte, litigância de má-fé, etc.</p>	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	Desembargador do Trabalho	atividade-fim do TRT4, gabinetes, juizes	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes, Fortalecer os processos de governança	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4125
<p>Criação de um Banco de Dados Informativo das Edificações do TRT4</p> <p>Problema a ser resolvido: Todas as informações estão dispersas dentro da unidade. Sempre que algumas informações são solicitadas é necessária uma pesquisa que geralmente demora algum tempo. As informações nem sempre estão atualizadas. São várias áreas (seções da SEMPRO) que interagem dentro de uma mesma localidade e as informações ficam dispersas. Não temos um procedimento padrão, com um banco de dados único para ser alimentado por todos. Sempre que necessário, outras unidades têm que solicitar informações atualizadas sobre determinadas localidades para a SEMPRO</p> <p>Sugestão de solução: Com um Banco de Dados com as informações mais importantes de cada localidade atualizado e acessível com certeza agilizará e aprimorará os procedimentos administrativos.</p> <p>Benefícios esperados: Celeridade na informação Evitar retrabalho Acessibilidade à informação Celeridade no processo adm Redução do número de pessoa</p>	Marcos Aurelio da Rosa Silva	Secretaria de Manutenção e Projetos	A SEMPRO e suas seções A Secretaria de Administração Direção-Gera Presidência Corregedoria CCDF e Secretaria de todas as unidades jurisdicionais Unidades Administrativas	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	1125
<p>eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas)</p> <p>Problema a ser resolvido: Compatibilizar os sistemas administrativos do TRT 4º com os leiautes do eSocial. O eSocial ainda não entrou em funcionamento para órgãos públicos. Conforme PA 0008085-90.2010.5.04.0000 a exigência às pessoas jurídicas de direito público da União ocorrerá a partir de janeiro de 2017.</p> <p>Sugestão de solução: Análise dos leiautes dos sistemas Administrativos com os do eSocial. Conforme Ata da 1ª Reunião de Trabalho - SGRH/SIGEP-FOLHA DE PAGAMENTO que ocorreu nos dias 26 e 27 de outubro de 2015 neste Tribunal, o eSocial passará a ser uma demanda do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH/Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP, os quais, por deliberação do CSJT, sucederão os atuais programas de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento de todos os Tribunais Regionais da Justiça do Trabalho.</p> <p>Benefícios esperados: Cumprimento da legislação. Flexibilidade para análise de dados. Transparência à sociedade. Facilidade para fiscalização das obrigações sociais/trabalhistas por parte dos órgãos responsáveis: Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>	César Augusto Collatto	Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes, Fortalecer os processos de governança	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultado em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	2875

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO						
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL	
<p>Sistema de Auditoria AUDI desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Pará voltado aos órgãos de controle interno do judiciário.</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente não existe um software voltado especificamente a atividade de auditoria. Utiliza-se ferramentas como planilhas e textos, sendo os resultados armazenados na rede.</p> <p>Sugestão de solução: Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com Tribunal de Justiça do Estado do Pará para implementação do sistema AUDI desenvolvido integralmente em ambiente web por aquele Tribunal para auxiliar nas atividades gerais do órgão de controle interno. Além disso, o sistema cria um banco de dados de auditoria possibilitando que a Alta Administração tenha acesso a relatórios realizados com maior segurança das informações. O TJ libera o código fonte por meio de Termo de Cooperação entre os Tribunais envolvidos.</p> <p>Benefícios esperados: A ferramenta proporciona maior agilidade, confiabilidade, padronização nos procedimentos, segurança no armazenamento das informações produzidas pela unidade de controle. É baseado nas Normas de Auditoria do TCU - NAT O sistema AUDI foi concebido para auxiliar o órgão de controle interno em suas atividades abrangendo todas as fases do ciclo de auditoria (art. 20 da Resolução CNJ 171/2013) planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento dos trabalhos.</p>	Tania Mara Borges	Secretaria de Controle Interno - SECONTI - TRT 4ª Região	Órgão de Controle Interno e Alta Administração	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação, Aprimorar a gestão orçamentária, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Fortalecer os processos de governança	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3375	
<p>Cálculo do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente - RRA</p> <p>Problema a ser resolvido: O cálculo diferenciado do IR sobre RRA foi estabelecido pela Lei nº 12.350/2010. Desde então, sempre que há pagamentos retroativos a servidores ou magistrados, o cálculo é feito em planilhas eletrônicas, fora do Sistema de Folha de Pagamento, gerando insegurança e atrasos nos pagamentos de passivos.</p> <p>Sugestão de solução: O sistema de cálculo retroativo da Folha de Pagamento do TRT 4ª R. apura as diferenças devidas mês a mês, possibilitando, assim, a contagem do nº de meses de cada passivo. Esse item é o fator determinante para o cálculo do IR sobre RRA. Os demais itens, como por exemplo, parcelas tributáveis, o Sistema FP tem. Ao trabalhar também o nº de meses é viável a apuração nos termos da Lei.</p> <p>Benefícios esperados: Hoje, para cálculo do IR sobre os RRA é necessário que um servidor especializado, por meio de consulta access, extraia os dados, separando o que é tributável do que não é, que outro servidores transfira os dados para uma planilha excel, com fórmulas próprias para esse cálculo. Que, após a apuração dos valores, devolva a outra seção para alocação ao contracheque de cada beneficiário. Haveria simplificação, agilidade, economicidade de recursos redução de erros (um erro nesse processo implicaria em expor servidores e magistrados a "malha fina" da Receita Federal do Brasil.</p>	César Augusto Collatto	Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF	Coordenadoria de Pagamento e respectivas seções de pagamento a servidores e magistrados, ativos e inativos, e pensionistas.	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	2625	
<p>Memória em tempo real - linha de eventos</p> <p>Problema a ser resolvido: O objetivo do projeto é a preservação da memória institucional do TRT4, contada pelos eventos institucionais. Para tanto, é necessário inventariar, preservar e resgatar material advindo de eventos institucionais do TRT4, a fim de classificá-los e disponibilizá-los, desde já, a possíveis interessados, bem como introjectar a cultura de preservar os documentos notoriamente relevantes desde a sua elaboração, evitando perdas e facilitando futuras pesquisas. Contudo, o Memorial não dispõe, atualmente, de sistema que permita seja feita essa compilação de dados (notícias, em sua maioria), os quais estão sendo armazenados em forma de arquivos pdf salvos em uma pasta na rede do Memorial.</p> <p>Sugestão de solução: Para facilitar o trabalho e proporcionar uma consulta mais agradável e efetiva, inclusive em relação ao público externo, sugere-se seja desenvolvido sistema que permita o armazenamento das informações, nos moldes da Linha do Tempo digital, produzida pelo Memorial (http://www.trt4.jus.br/linha-tempo/), a fim de preservar os documentos relacionados aos eventos institucionais do TRT4.</p> <p>Benefícios esperados: Com o sistema, será possível preservar, desde logo, todo e qualquer documento inerente aos eventos institucionais do TRT4, a fim de possibilitar, aos pesquisadores do futuro (próximo e distante) um rico e completo material sobre a história da instituição, contada por seus eventos e não só por seus processos, e disponibilizá-los para pesquisa de uma forma mais adequada.</p>	MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL	MAGISTRADOS, SERVIDORES E PÚBLICO EXTERNO	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	1250	
<p>E-jus2 para o 1º Grau</p> <p>Problema a ser resolvido:</p> <p>Sugestão de solução: Adaptar o e-jus2 de modo a atuar como editor de texto para sentenças integrado ao PJE. Pontos de integração: identificação processo e cópia automática da sentença ou despacho para o PJE, onde serão assinados. Esse último item necessita de autorização do CSJT, a ser pleiteada.</p> <p>Benefícios esperados:</p>	Natacha Moraes de Oliveira	Coordenadora de Desenvolvimento de Sistemas			ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4250	

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)											
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO						TOTAL
					Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência		
<p>Mapeamento do desempenho das unidades judiciárias de 1º Grau</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente não há métodos objetivos para medir e comparar o desempenho das unidades judiciárias de uma forma global. Há apenas itens do Sistema e-Gestão e indicadores que são analisados de forma individual para avaliar o desempenho das unidades em relação a determinadas situações. Um trabalho executado por esta Corregedoria Corregedoria, ainda na fase de estudos, busca relacionar diversos indicadores e aplicar uma fórmula a qual se obtenha um índice geral de desempenho das unidades. Tal procedimento vem sendo feito de forma manual, em planilha Excel. Caso esse projeto não seja desenvolvido, em todos os meses haverá um enorme trabalho de coleta de dados e geração de relatórios para prestar as informações necessárias ao cálculo do desempenho das unidades.</p> <p>Sugestão de solução: O problema pode ser resolvido com a geração dos relatórios pelo sistema Business Intelligence (BI), que já utiliza os dados necessários (do e-Gestão e do sistema RH) na geração de outros relatórios.</p> <p>Benefícios esperados: O benefício direto envolve a enorme redução do tempo na elaboração dos relatórios e a redução de erros na coleta de dados. Indiretamente, o tempo ganho permitirá que os dados gerados sejam estudados e utilizados para detectar problemas e gargalos na tramitação dos processos nas unidades judiciárias de primeiro grau, bem como na análise de soluções para corrigir tais problemas e proporcionar a melhoria da prestação jurisdicional.</p>	JEFERSON ANDRADE	SECRETARIA DA CORREGEDORIA	SECRETARIA DA CORREGEDORIA, PRESIDÊNCIA, UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU.	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3000	
<p>Sistema de apoio ao PJe</p> <p>Problema a ser resolvido: Atualmente o sistema pje possui diversas limitações que dificultam o desenvolvimento dos trabalhos pelos magistrados e pelas secretarias das varas do trabalho. Atualmente essas limitações são contornadas por controles paralelos ao PJe, ou mesmo pela utilização de funcionalidades desse sistema que não propiciam a execução das tarefas com celeridade. Se nada for feito, muitas tarefas relativas ao processo eletrônico, e mesmo algumas relativas a processos físicos, continuarão a ser feitas de forma mais lenta.</p> <p>Sugestão de solução: Sistema satélite (semelhante ao gigs. desenvolvido pelo trt12) que, entre outras funcionalidades, poderia registrar e gerar relatórios de prazos exportados do AUD para o PJe: - controlar pendências do sistema e-gestão em processos eletrônicos, - criar atalhos para tarefas do PJe - identificar os processos pendentes em cada um dos agrupadores identificados, bem como se há ou não audiências designadas, sendo os critérios de pesquisa o seguintes: 1.jurisdicção; 2.juiz - titular ou substituto (J1 ou J2) 3.fase do processo (conhecimento/liquidação/execução) 4.período (dia/mês/ano até dia/mês/ano) 5.audiência - marcada/não marcada Sendo que não deverá ser necessário o preenchimento de todos os itens. A resposta da pesquisa deverá trazer uma tabela constando os seguintes dados: o Juiz vinculado, fase do processo, data de autuação, nº do processo, nome do reclamante, nome da reclamada, data da audiência, tipo de audiência, nó atual (tarefa em que se encontra o processo) e a informação de "pendente desde". Em separado, a informação com o total de processo na fase. Se possível um botão para exportar estas informações para planilha (excel, calc)</p> <p>Benefícios esperados: O principal benefício desse projeto é a redução de tempo em diversas tarefas executadas por magistrados e servidores nas unidades judiciárias.</p>	JEFERSON ANDRADE	SECRETARIA DA CORREGEDORIA	UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	3875	
<p>Sistema para Concurso de Juizes</p> <p>Problema a ser resolvido: Necessidade de realização de concurso de juizes, sem o apoio da contratação de empresa especializada para o devido apoio a todas etapas do concurso.</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolvimento de sistema de apoio à realização de concurso de juizes, contemplando diversas etapas do concurso, desde a inscrição preliminar, a interposição de recursos até a divulgação de resultados.</p> <p>Benefícios esperados: Redução de custos com a realização de concurso</p>	Carolina Ferreira	AGE		Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional,	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar rapidamente(em até 3 meses)	5250	

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)		SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO								
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas</p> <p>Problema a ser resolvido: No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região são fornecidas Certidões dos Feitos Trabalhistas referentes as duas instâncias, a partir do preenchimento de formulário disponibilizado no Portal do Tribunal na internet. A pesquisa é realizada na base de dados informatizados do Tribunal e fornecidos ao requerente no prazo de aproximadamente 24h, mediante a comprovação de recolhimento de emolumentos no valor de R\$ 5,53 por folha. Atualmente, no Tribunal, dois servidores ocupam-se da atividade na Coordenadoria de Agravos de Instrumento e Certidões. Na primeira instância, a atividade é realizada pelas Varas do Trabalho ou pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro onde há mais de uma unidade judiciária. Assim, considerando que os dados necessários para o fornecimento das certidões constam nos sistemas informatizados (InFor, NovaJus4 e PJe-JT), e levando em conta a possibilidade de otimização dos recursos de pessoal envolvidos, faz-se necessário e é possível um aprimoramento para o fornecimento de certidão de forma eletrônica, reduzindo a quantidade de servidores em tal atividade.</p> <p>Sugestão de solução: (P. A. 0001691-57.2016.5.04.0000) O fornecimento de Certidões dos Feitos Trabalhistas será feito pela internet, com busca de informações relacionadas, exclusivamente, à parte demandada (ré) constantes nos bancos de dados de primeira instância e na segunda instância, relativamente aos relacionados com as ações originárias. Remanesçam como atividades da Coordenadoria de Agravos de Instrumento e Certidões – CACE - (2º Grau), Varas do Trabalho e Coordenadorias de Controle da Direção do Foro (1º Grau) as demais certidões (certidão de pé, certidão relacionada à parte que conste no polo ativo, etc.). A gratuidade da certidão tem precedente na CNDT e decorre da automação da atividade, observando-se que será mantida a cobrança de emolumentos para a expedição dos demais tipos de certidões. A limitação da pesquisa pelo nome da parte demandada (ré) é medida que se impõe a fim de evitar a elaboração de "listas negras" de reclamantes. Desde 2002, por instância da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho há essa orientação, que "(...) visa, senão eliminar, ao menos a dificultar a prática ilegal e imoral que vem sendo adotada por alguns empregadores, de excluir do mercado de trabalho aqueles empregados – cujos nomes constam de verdadeiras 'listas negras' – que tenham exercido o direito constitucional de socorrer-se do Poder Judiciário para solução de conflitos trabalhistas, na maioria das vezes originados do deliberado descumprimento da legislação pertinente, viabilizando, dessa forma, a identificação dos infratores".</p> <p>Benefícios esperados: A implementação da Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas eliminará a necessidade de aproximadamente 60 atendimentos diários no balcão da Seção de Certidões e Conferências, na Coordenadoria de Agravos e Certidões – CACE, que desdobram-se nas atividades de carga, empréstimo e vista de autos, bem como 15 atendimentos de solicitações de informações. Em média, são elaboradas 10 certidões por dia (mais de 200 certidões por mês) apenas na segunda instância. Reitera-se a necessidade de limitação da pesquisa pelo nome da parte demandada (ré) a fim de evitar a elaboração de "listas negras" de reclamantes, bem como a possibilidade de sua gratuidade, observando-se que será mantida a cobrança de emolumentos para a expedição dos demais tipos de certidões. Se faz necessário, também, ampla divulgação da forma de fornecimento da certidão por meio eletrônico e automatizado como ação afirmativa que aproxima o jurisdicionado e dá celeridade à prestação do serviço.</p>	Onélio Luis S. Santos	Secretaria-Geral Judiciária - SEGJUD	TRT4 - 1º e 2º grau	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos, Fortalecer os processos de governança	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2875
PROJETOS EM ANDAMENTO										
<p>SIGA - Licitações e contratos</p> <p>Objetivo: Implementar novo sistema de licitações e contratos e disponibilizar a solução para todos os Regionais da Justiça do Trabalho.</p> <p>Prazo de término: junho/2016 Em validação das entregas e correções de erros identificados.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar rapidamente(em até 3 meses)	3750
<p>Estudo de novas tecnologias de portais</p> <p>Objetivo: Estudar soluções de mercado para portais, avaliando benefícios em relação à tecnologia atualmente em uso e o investimento necessário (recursos humanos, físicos e financeiros) para adotar nova solução.</p> <p>Previsão de término: maio/2016 Em elaboração POC's para elaboração da proposta de licitação.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3500
<p>Migração de Relatórios Administrativos para o BI</p> <p>Objetivo: Dotar as áreas administrativa e médica de uma ferramenta robusta que permita maior flexibilidade no cruzamento de informações de diferentes sistemas, dando um melhor suporte para a tomada de decisões. Para alcançar o objetivo os relatórios serão desenvolvidos na mesma ferramenta utilizada pelo TRT para a análise dos dados estatísticos como o do e-Gestão.</p> <p>Previsão de término: setembro/2016 Desenvolvendo relatórios para o CSaúde e aguardando novas demandas da área administrativa.</p>					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	1750
<p>Implantação do e-JUS2 em outros regionais</p> <p>Objetivo: Apoiar a implantação do sistema e-Jus2 na Justiça do Trabalho, permitindo que os demais Regionais tenham maior celeridade na produção dos votos e nas sessões de julgamento, nos moldes do que já ocorre do TRT4.</p> <p>Prazo de término: indefinido. Aguardando solicitação de outros Tribunais para implantação.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	1625
<p>Férias online para Desembargadores</p> <p>Objetivo: Possibilitar a solicitação eletrônica de férias aos Desembargadores.</p> <p>Prazo de término: indefinido Aguardando homologação e autorização para liberação em produção.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3250

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS (descrição)					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Implantação do SGRH Objetivo: Implantação do sistema nacional definido pelo CSJT como sistema de gestão de pessoas nos Regionais. Prazo de término: novembro/2016 Em homologação das fases 1 e 2 pela SEGESP. Em execução da migração de dados fase 3.					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3250

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Aumento dos Links de Internet Problema a ser resolvido: Atualmente temos dois links de 100Mbps que se somam para fornecer acesso aos serviços de Internet. Todos os usuários externos utilizam esses links para acessar os serviços do Tribunal (como o PJe, Gabinete Virtual) e todos os usuários internos utilizam esses mesmos links para navegar na internet e utilizar as ferramentas de trabalho por ela acessíveis (ex.: Gmail, Google Drive...). Assim como no uso doméstico, é natural no ambiente corporativo o aumento contínuo de demanda e de oferta de links cada vez maiores - idealmente com redução de custo por megabyte. Hoje, nota-se que quando um dos links fica inoperante e a largura de banda se reduz à metade, alguns acessos tornam-se muito lentos. Para amenizar esses sintomas, a SETIC passou a priorizar o tráfego crítico (ex.: PJe) durante esses períodos de disponibilidade parcial. Porém, essas medidas paliativas não resolverão o problema indefinidamente, pois a demanda continua crescendo. Sugestão de solução: 1) Aumento dos links em uso, com as operadoras atuais; 2) Acréscimo de um terceiro link, ampliando não somente a banda total, mas também incrementando a disponibilidade; 3) Uma combinação das duas soluções anteriores; Sugestão de solução: - Agilidade na utilização dos serviços que dependem da Internet (PJe, GDrive, Gmail...)	Paulo Mendes	Infraestrutura	todo o TRT	Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação; Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	5000
Renovação de Storages Problema a ser resolvido: Todos os dados estratégicos do TRT4 estão armazenados em dois equipamentos de armazenamento (storages). Com tal criticidade, os storages não podem operar em momento algum sem contrato de suporte e garantia. A garantia dos dois storages venceria em 08/05/2016, mas sua extensão foi autorizada pela Comissão de Informática no ano passado, de modo a permitir estudo aprofundado das novas tecnologias disponíveis. Esse projeto visa endereçar a continuidade do serviço de armazenamento após esse período. Sugestão de solução: Aquisição de novos equipamentos. Tendo em vista que os storages foram adquiridos em nov/2012, a melhor opção é a aquisição de novos storages, devido a defasagem dos equipamentos atuais e também ao alto custo para nova extensão de garantia desses equipamentos (por serem antigos). Benefícios esperados: - Manter a continuidade dos serviços que dependem do storage; - Garantir espaço de armazenamento para o aumento do volume de dados em decorrência do PJe-JT.	Paulo Mendes	Infraestrutura	todo o TRT	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	3500
Ligação das Salas de Sessão ao Gerador Problema a ser resolvido: Garantir a não interrupção das sessões por motivo de queda de energia elétrica. Sugestão de solução: 1) Modificar a rede elétrica das salas de sessão para que os computadores sejam atendidos por circuito exclusivo; 2) Conectar esses circuitos exclusivos à no-break(s), permitindo o tempo necessário para a entrada em operação do gerador; 3) Conectar esses no-breaks ao gerador; OBSERVAÇÕES: A) Esse projeto tem como pré-requisito a conclusão do projeto que prevê no-breaks sustentando os computadores de rede (não adianta os computadores ficarem ligados se a rede cair). Outro pré-requisito é que tenhamos um gerador capaz de comportar a carga adicional das salas de sessão (a calcular); Por fim, saliento que trata-se de um projeto quase que exclusivamente de Engenharia Elétrica e, como tal, terá como recurso quase exclusivo a SEMPRO.	Natacha Moraes de Oliveira	SETIC	todo o TRT	Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação	ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	3625
Projetos em andamento										
Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs) Objetivo: Implantar uma nova infraestrutura de gerenciamento de rede nos Foros do interior do estado, visando padronizar e concentrar os serviços de gerenciamento e armazenamento de dados (servidores de rede), switches, roteadores, aceleradores, modem e no-break. Serão instalados Racks em todos os Foros, utilizando equipamentos compatíveis para neles serem instalados, como servidores e no-breaks para rack. Previsão de término: 2017 Falta implantar em 12 localidades, várias delas com dependências de obras da SEMPRO.					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	2875
Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN) Objetivo: O objetivo é adquirir novos e melhores links de comunicação para as unidades judiciárias do interior do estado e prédios da capital. Esses links deverão contar com uma tecnologia de balanceamento de links, que permita a utilização integral do somatório da banda disponível, assim como a continuidade da prestação do serviço em caso de falha de um dos links. Prazo de término: dezembro/2016 Realizado ajuste com o fornecedor no prazo de instalação por conta do corte orçamentário de TI.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4750
Atualização de Infraestrutura do Interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD Objetivo: Substituir nos CPDs dos foros do Interior, os seguintes equipamentos fora de garantia ou com garantia a vencer em 2014: computadores de rede (switches), servidores de rede, no-breaks de CPD. Previsão de término: 2017 Falta fazer Canoas e São Leopoldo, dependência de obra da SEMPRO					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2375

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Ampliação da autonomia dos switches - Capital e interior Objetivo: Ampliação da autonomia dos switches - Prédio sede e interior O projeto contempla ampliação no prédio sede, prédio administrativo, foros da capital e 4 foros do interior (Esteio, Caxias do Sul, Passo Fundo e Uruguaiana). A ampliação nos demais foros do interior será contemplada pelos projetos 52 e 202. Previsão de término: indefinido Projeto depende da aquisição de nobreaks.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	4375
Firewall de aplicação Objetivo: Subsidiar a decisão pela aquisição (ou não) de firewalls de aplicação; Se feita a opção pela compra, executar a implantação Previsão de término: abril/2016 Em implantação do equipamento.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625
Alta disponibilidade de serviços Objetivo: A partir da conclusão do projeto de reforma do CPD2 termos: O Dataguard replicando o banco de dados Oracle para o datacenter secundário; Um banco de dados Postgres em standby no datacenter secundário; Chaveamento automático dos servidores virtuais JBoss e Apache para o datacenter secundário; Previsão de término: abril/2016 Em documentação da disponibilidade existente atualmente no TRT.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SÓMENTE	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3750
Grupos geradores para datacenters (principal e secundário) Objetivo: Adequada disponibilidade dos serviços de TIC. Previsão de término: dezembro/2016 Projeto depende de dotação orçamentária.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	4625
Expansão do switch core BD para 20 GB Objetivo: Garantir que a comunicação entre equipamentos e sistemas ocorra de maneira mais ágil e confiável. Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de rede e acesso aos sistemas do Tribunal. Previsão de término: maio/2016 Aguardando recebimento dos equipamentos até final de março.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625
Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto Objetivo: Prover uma solução de acesso rápido e confiável para trabalho remoto de magistrados e outros públicos, que fazem uso de sistemas cliente/servidor (não disponíveis diretamente pela Internet). Previsão de término: abril/2016 Aguardando testes da nova versão do GV para reavaliação da necessidade de aquisição de nova solução.					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625
Projetos suspensos										
Padronização do diretório de usuários Objetivos: Manter um único diretório centralizado e migrar todos os usuários (e computadores) do interior do estado para o AD; Aguardando novo link de internet para uso efetivo da solução.					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	2875
Substituição dos RACK's de TI no Foro POA Objetivos: Prover a segurança física necessária aos equipamentos e ao cabeamento a partir da substituição dos racks atuais, muito antigos. Suspensão por corte orçamentário da SEMPRO.					BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	2875

ATENDIMENTO A USUÁRIOS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS				SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO						
DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS	Solicitante	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL	
<p>Aquisição de monitores para necessidades específicas</p> <p>Problema a resolver: Telas de LCD e LED apontadas como possíveis indutoras de distúrbios de saúde relacionados à visão. dificuldades relatadas em análises de documentos de processos utilizando apenas dois monitores. Dificuldades relatadas para exibir monitores ou documentos em sala de audiências</p> <p>Sugestão de solução: - Aquisição de monitores ink e/ou telas portáteis (tablets), para utilização como segundo ou terceiro monitor. - monitor (TERCEIRO MONITOR) - Telas portáteis (tablets), para utilização como segundo ou terceiro monitor e - Telas de 26" para utilização no gabinete</p> <p>Benefícios esperados: - maior agilidade na realização das tarefas por servidores PPD com baixa Acuidade Visual - Preservação da saúde dos usuários; - Maior produtividade relacionada à diminuição de futuros afastamentos por licença de saúde; - Maior produtividade no dia-a-dia por contar a instituição com magistrados e servidores com os olhos "menos cansados" - Maior produtividade, por redução no tempo de sentenciar - Redução do tempo de execução da tarefa e redução de erros na análise de documentos.</p> <p>Considerações SETIC: Monitores ink: - não possuem iluminação "por traz", como ocorre nos monitores normais; - são mais adequados a imagens estáticas; - por regra, operam em preto e branco; - não encontramos monitores ink maiores do que 13,3"; - pelas pesquisas, são mais caros</p>	Felipe Lopes Soares Nivaldo Souza Laura Antunes de Souza Graciela Maffei	Acessibilidade de PPD Todas as unidades (como experiência, salas de audiência e gabinetes)	Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania, Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida. Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultado s em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	2125	
<p>Readequação dos monitores na sala de audiências.</p> <p>Problema a resolver: Monitores dificultam a visualização das partes e advogados e o diálogo com os respectivos.</p> <p>Sugestão de solução: Solicitar à SEMPRO o rebaixamento e reorganização dos monitores, pois já há projeto piloto executado para tal solução. Atualmente não há solução que possa ser executada pela SETIC.</p> <p>Benefícios esperados: Redução de tempo para execução da tarefa, melhoria da qualidade, redução de erros.</p>	Juliana Oliveira	Sala de audiências	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	ALTA(resultado s em menos de 3 meses)	LONGO(mais de 12 meses)	Não irá piorar	2500	
<p>Aprendendo sobre o TRT</p> <p>Problema a ser resolvido: Os servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários (CAU), em suas atividades de atendimento aos Servidores e Magistrados do TRT, deparam-se constantemente com termos e rotinas que não são do conhecimento da área técnica de informática. Muitas solicitações que são feitas para a CAU referem-se a problemas cotidianos relacionados a atividades da área fim do Tribunal, de modo que o conhecimento a respeito das rotinas da área judiciária é um fator importante para a boa comunicação e compreensão por parte dos servidores da CAU acerca do que é pedido pelas demais áreas do TRT. Outro ponto importante é que os servidores da SETIC não tem conhecimento de como os recursos de hardware e software são usados pelas unidades para a execução das suas atividades.</p> <p>Sugestão de solução: Realização de treinamentos para servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários sobre temas relacionados à área do direito, abordando a rotina das unidades de primeiro e segundo grau do TRT, e de unidades da área administrativa, e termos utilizados na Justiça do Trabalho. Possibilidade de que alguns servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários vivenciem a rotina das Varas do Trabalho e Secretarias de Turma, para terem na prática uma noção sobre como é o trabalho nessas unidades. Não está no escopo a execução de tarefas das unidades visitadas, apenas a apresentação de informações e o acompanhamento presencial por tempo limitado e determinado, a fim de obter conhecimentos a respeito das rotinas e do dia-a-dia das unidades.</p> <p>Benefícios esperados: Aumento do conhecimento dos servidores da Coordenadoria de Atendimento a Usuários da SETIC sobre assuntos pertinentes à área Judiciária do TRT, melhorando o atendimento em relação às solicitações que se originam destas áreas. Melhoria na comunicação entre as áreas judiciária e administrativa, de modo a otimizar o atendimento de demandas que correlacionam a área técnica de TI com as atividades das diversas unidades do TRT. Melhoria na noção de prioridades e urgências com relação a pedidos que são feitos por servidores e magistrados.</p>	Denilson Ribeiro de Quadros	Unidades da área judiciária, mais especificamente o 1º Grau.	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3625	
Projetos em andamento										
<p>Projeto de Gestão de Níveis de Serviço de TI</p> <p>Objetivo: Estabelecer acordos de níveis de serviço para todos os serviços atendidos pela central de atendimento a usuários para que os usuários tenham uma previsão de atendimento ao abrir seus incidentes, bem como permitindo que os gestores tenham critérios objetivos para as priorizações. Os serviços e SLAs deverão ser cadastrados na ferramenta de service desk e divulgados aos usuários.</p> <p>Previsão de Término: março/2016 (Falta última validação de indicadores e métricas)</p>				MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3125	
<p>Atualização e ampliação do sistema de verificação de frequência</p> <p>Objetivo: Modernizar e padronizar o sistema de registro de frequência do Tribunal em 100% das unidades.</p> <p>Previsão de término: junho/2016 Realizando piloto na área administrativa em Porto Alegre. Após validação, será expandido para as demais unidades do Estado.</p>				ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Não irá piorar	4375	

ATENDIMENTO A USUÁRIOS - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS				SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
DESCRIÇÃO DAS PROPOSTAS	Solicitante	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
Substituição de computadores portáteis Objetivo: Substituição dos notebooks atuais dos magistrados (287 equipamentos), por novos custeados pelo CSJT, destinando os equipamentos antigos aos seus assessores e assistentes e disponibilização de 17 equipamentos para a área administrativa. Deverão ser mantidos 10% dos equipamentos (29) como reserva técnica. Previsão de término: Abril/2016 Em finalização da distribuição das dockstations e da redistribuição dos notebooks antigos.				ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	4625

GESTÃO DE TIC - SOLICITAÇÕES DE PROJETOS					SUGESTÃO DE PRIORIZAÇÃO					
Título	Solicitante	Unidade Organizacional	Áreas Beneficiadas	Objetivo Estratégico Institucional	Importância estratégica	abrangência dos resultados do projeto	urgência do projeto	tempo estimado do projeto	tendência	TOTAL
<p>Capacitação à distância em Segurança da Informação</p> <p>Problema a ser resolvido: Durante o ano de 2015, a fim de suprir de forma emergencial a suspensão da capacitação via INTEGRARTE (SEGESP), o Escritório de Segurança passou a remeter por e-mail aos novos servidores os termos da Política. Esta ação, contudo, não supre a necessidade de uma constante capacitação e conscientização dos servidores acerca da importância da segurança da informação. Não existe hoje, uma forma abrangente de repasse das informações.</p> <p>Sugestão de solução: Acredita-se que a capacitação à distância, com a utilização de novas tecnologias, seja uma forma eficiente de realizar esta tarefa. Além disso, será possível quantificar o número de usuários treinados, produzindo evidências para futuras auditorias.</p> <p>Benefícios esperados: - grande número de usuários treinados em curto prazo - a capacitação à distância permite um alcance muito maior que a capacitação presencial - conscientização dos usuários de forma efetiva acerca das normas e melhores práticas em segurança da informação</p>	Cleonice Condotta	Escritório de Segurança da Informação - SETIC	Todo o TRT da 4ª Região	Fortalecer os processos de governança	BAIXA(<40%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2625
<p>Curso EAD sobre PJe - módulo secretária de VT</p> <p>Problema a ser resolvido: Necessidade de capacitação de servidores ingressantes e de servidores que passam a desempenhar tarefas com as quais não estavam habituados.</p> <p>Sugestão de solução: Desenvolvimento de um curso em EAD abrangendo todo o conhecimento necessário para atuação do servidor em uma secretária de Vara do Trabalho. Este curso deverá ser desenvolvido em módulos, individualizados de acordo com as tarefas desempenhadas em uma secretária e de forma a possibilitar que o servidor possa aprender sobre o PJe de acordo com suas necessidades. Exs.: como realizar a Triagem inicial; como fazer o processo concluso para despacho; como elaborar notificações; etc.</p> <p>Benefícios esperados: Oferecer aos servidores e diretores um treinamento que esteja permanentemente disponível, tanto para novos servidores como para servidores que já possuem alguma experiência em PJe. Redução de custos com treinamentos, por tratar-se de curso em EAD. Redução do número de demandas de orientação em relação ao PJe. Oferta de capacitação aos servidores.</p>	Pablo Barros	SETIC	Varas do Trabalho	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, Aprimorar a gestão orçamentária, Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA MUITAS ÁREAS	MÉDIA(entre 3 e 6 meses)	MÉDIO(entre 6 e 12 meses)	Irá piorar em curto prazo(em até 6 meses)	3250
Projetos em andamento / suspensos										0
<p>Definição e Formalização do Processo de Gestão de TI (andamento)</p> <p>Objetivo: Realizar a modelagem, aprimoramento, documentação e regulamentação do macroprocesso de gestão de TIC do Tribunal.</p> <p>Previsão de término: março/2016 Aguardando regulamentação do processo.</p>					ALTA(>=70%)	MUDANÇA PARA POUCAS ÁREAS	BAIXA(a partir de 6 meses após término)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	3125
<p>Mapamento de novos processos ITIL - projeto nacional (suspensão)</p> <p>Objetivo: Estabelecer melhoria contínua na prestação de serviços de TIC através da implantação de processos de trabalho baseados na biblioteca de boas práticas ITIL, com maior eficácia e qualidade na prestação dos serviços da SETIC, bem como, fornecer à Alta Administração do Tribunal mecanismos de controle para Governança de TIC.</p> <p>Projeto suspenso, aguardando correções de erros no Assyst para início na modelagem do processo.</p>					MÉDIA(entre 40% e 70%)	MUDANÇA PARA UMA ÁREA SOMENTE	ALTA(resultados em menos de 3 meses)	CURTO(até 6 meses)	Não irá piorar	2750

9.1.3. ANEXO 5.3.2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE TIC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 302, DE 27 DE JANEIRO DE 2014.

(Republicação)

(Texto compilado com as alterações promovidas pela Portaria Conjunta nº 2.566/2017)

Dispõe sobre a composição da Comissão de Informática no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

A PRESIDENTE E A CORREGEDORA REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a alteração havida no Regimento Interno deste Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região pela Resolução Administrativa nº 17/2013, que trata da composição da Comissão de Informática deste Tribunal, a fim de garantir sua natureza multidisciplinar, conforme Auditoria do Tribunal de Contas da União, ocorrida no período de 26/07 a 24/09/2010,

RESOLVEM:

Art. 1º Nos termos do art. 213, inc. III, do Regimento Interno deste Tribunal, a Comissão de Informática será composta pelos integrantes nominados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 7.923/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA REGINA HALFEN

Presidente

BEATRIZ RENCK

Corregedora Regional



ANEXO ÚNICO

(Alterado pela Portaria Conjunta n° 2.566/2017)

- JOÃO PEDRO SILVESTRIN, Desembargador do Trabalho, Presidente da Comissão;
- CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA, Desembargador do Trabalho;
- GEORGE ACHUTTI, Desembargador do Trabalho;
- ENY ONDINA COSTA DA SILVA, Juíza Diretor do Foro de Porto Alegre;
- RODRIGO DE ALMEIDA TONON, Juiz Substituto de Vara do Trabalho, eleito pelo Tribunal Pleno;
- KÁTIA VIEGAS, representante da Secretaria-Geral da Presidência;
- CLOCEMAR LEMES SILVA, Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria;
- BÁRBARA BURGARDT CASALETTI, Diretora-Geral;
- ONÉLIO LUIS SOARES SANTOS, Secretário-Geral Judiciário;
- NATACHA MORAES DE OLIVEIRA, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 2.566, DE 23 DE MAIO DE 2017.

Altera o Anexo Único da Portaria Conjunta nº 302/2014, que dispõe sobre a composição da Comissão de Informática no âmbito do Tribunal Regional da 4ª Região.

A PRESIDENTE E A CORREGEDORA REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a aposentadoria da Juíza Auxiliar da Presidência, Andrea Saint Pastous Nocchi, cujo processamento foi aprovado pelo Órgão Especial, na sessão ordinária realizada em 19-05-2017,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Anexo Único da Portaria Conjunta nº 302/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

- JOÃO PEDRO SILVESTRIN, Desembargador do Trabalho, Presidente da Comissão;
- CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA, Desembargador do Trabalho;
- GEORGE ACHUTTI, Desembargador do Trabalho;
- ENY ONDINA COSTA DA SILVA, Juíza Diretor do Foro de Porto Alegre;
- RODRIGO DE ALMEIDA TONON, Juiz Substituto de Vara do Trabalho, eleito pelo Tribunal Pleno;
- KÁTIA VIEGAS, representante da Secretaria-Geral da Presidência;
- CLOCEMAR LEMES SILVA, Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria;
- BÁRBARA BURGARDT CASALETI, Diretora-Geral;
- ONÉLIO LUIS SOARES SANTOS, Secretário-Geral Judiciário;
- NATACHA MORAES DE OLIVEIRA, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Art. 2º Republicue-se a Portaria Conjunta nº 302/2014, com as alterações ora efetuadas.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 8.875/2015.

Art. 4º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ RENCK
Presidente do TRT da 4ª Região

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
Corregedora Regional do TRT da 4ª Região

**9.1.4. ANEXO 5.3.3. RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO**



RELATÓRIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O presente documento tem por objetivo apresentar informações e os resultados decorrentes da implantação do segundo ciclo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação no TRT da 4ª Região, a fim de subsidiar a análise crítica a ser realizada pela Administração do TRT.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

No segundo ciclo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, foi repetido o escopo de aplicabilidade do primeiro ciclo, limitado aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que suportam seu processo de prestação jurisdicional (1º e 2º graus de jurisdição, trabalho remoto e público externo), excluídos os serviços de TIC que atendem a área administrativa.

A implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação pautou-se nos requisitos da Norma ABNT ISO/IEC 27001:2013 e nas Diretrizes do CNJ para a Gestão de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário.

Com o segundo ciclo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação buscou-se verificar o aumento o nível de maturidade dos controles e procedimentos de proteção dos ativos do TRT, e, em consequência, a redução do nível de riscos, com a adoção de processos aderentes aos padrões internacionais relacionados à Segurança da Informação, contribuindo para a manutenção da excelência dos serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.



2. RESULTADOS

A seguir, um breve resumo dos principais produtos obtidos na implantação do Sistema de Gestão da Informação, em cada uma das etapas desenvolvidas.

- **Gestão de Riscos** - análise e avaliação dos riscos do escopo definido, com base na metodologia de Gestão de Riscos formalizada. Os ativos que suportam o escopo definido foram mapeados durante a realização da análise e avaliação.
 - Total de ativos mapeados e analisados: 46
 - Security Index obtido: 75,05 % (riscos controlados)
 - Risk Index obtido: 24,95% (riscos não controlados)

- **Gestão de Continuidade**
 - Revisão dos planos de recuperação de desastre (PRD's) e de continuidade operacional (PCO's).
 - Total de planos revisados: 19 PRD's e 6 PCO's
 - Total de novos planos desenvolvidos: 1 PRD
 - Total de planos desativados – 1 PRD

 - Testes dos Planos de Continuidade – os testes dos planos de recuperação de desastre constantes do cronograma aprovado no Projeto foram executados e realizados os ajustes necessários nos referidos planos.

- **Política de Segurança da Informação (PSI)** - revisão da PSI vigente (diretrizes gerais e normas complementares), com proposição e aprovação de melhorias, constantes da Portaria 7137/2017, da Presidência deste TRT, que altera a Política de Segurança da Informação, instituída pela Portaria 4772/2008.

- **Plano de Tratamento de Riscos** - Elaboração e execução do Plano de Tratamento de Riscos, com base no resultado da análise e avaliação dos riscos, informando as ações e controles necessários para tratar os riscos avaliados, com base na ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013. O Plano aprovado previa um risco residual proposto de risco residual de 18,2 % (com uma redução de 6,75% no total de riscos identificados), que foi alcançado, com a execução de todas as ações de mitigação propostas.



- **Indicadores para medir a eficácia do SGSI** – foi realizada a medição dos indicadores definidos no primeiro ciclo do SGSI, com os seguintes resultados:

Indicador	2015	2016		2017	
	Coleta	Meta	Coleta	Meta	Coleta
Treinamento e conscientização em SI - Percentual de usuários treinados	N/A	10%	7,18%	15%	18,89%
Gestão de Riscos - Diferença entre o índice de risco e o risco residual proposto no SGSI	26,1	0%	11,5	0%	0%
Conformidade com a 27002 - Índice de conformidade com a 27002 (controles aplicáveis - SGSI)	69,35%	72%	71,73%	74%	85,15%
Conformidade Diretrizes SI CNJ - índice de conformidade (SGSI)	84,44%	90%	92%	95%	97,78%
Percentual de incidentes de SI registrado - origem interna (redução)	55,60%	20%	42,10%	35%	65,40%
Percentual de controles obrigatórios e mandatórios efetivamente implementados, definidos no SGSI, na Declaração de Aplicabilidade da ISO 27002:2013	-x-	-x-	53,33%	67%	82,42%

3. OPORTUNIDADES DE MELHORIA IDENTIFICADAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SETIC E SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CICLO

- **Análise e Avaliação dos Riscos e Plano de Tratamento:** aperfeiçoar a coleta de dados e informações sobre a execução das ações, solicitando evidências da implementação dos controles.
- **Indicadores** – revisar alguns dos indicadores, para que digam respeito ao macroprocesso de gestão de segurança da informação de TIC e não somente a cada ciclo do SGSI. Isso porque o SGSI pode ter seu escopo modificado ou limitado, e se isso ocorrer o indicador dirá respeito ao novo escopo e não às ações de segurança como um todo. Além disso, ao longo do tempo seria inviável a comparação dos resultados. No documento anexo, é apresentada proposta de alteração dos indicadores e definição de metas para 2018.
- **Próximo ciclo do SGSI** – as ações implementadas nos dois primeiros ciclos do SGSI (2015 a 2017), em que considerado um amplo escopo de análise (todos os serviços de TIC que suportam o processo de prestação jurisdicional, a saber 1º e 2º grau de jurisdição, trabalho remoto e público externo), tiveram como resultado uma significativa redução dos riscos identificados (de 38,31% para 18,2%). Nessa medida e considerando as profundas alterações ocorridas na infraestrutura do PJe



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

no final do ano de 2017, com a implantação da Versão 2.0, sugere-se que o próximo ciclo do SGSI tenha seu escopo reduzido aos ativos ligados ao PJe, a fim de identificar eventuais riscos existentes e propor o respectivo Plano de Tratamento de Riscos.

9.1.5. ANEXO 5.3.4. PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO SETIC – 2017

As imagens a seguir ilustram o formato adotado para o planejamento e gestão do Plano de Capacitação, conforme descrito nas informações constantes do item 6.3.d):

Quadro com perfis técnicos da SETIC

PAC 2017 - APROVADO ☆				
Arquivo Editar Visualizar Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda Todas as alterações foram salvas no Google Drive				
100% R\$ % .0 .00 123 Arial 10 B I A				
LOTAÇÃO				
A	B	C	D	E
LOTAÇÃO	PERFIL TÉCNICO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	CONHECIMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS	RUBRICA
1	GERAL	GERENTE DE PROJETO	Planejar o projeto de acordo com a metodologia de GP, acompanhar sua execução e reportar seu andamento, negociar os recursos necessários, gerenciar os riscos, garantir a qualidade, gerenciar os custos (quando houverem aquisições).	PMI/PMBOK Metodologia de gestão de projetos adotada na STI Técnicas de gerenciamento e desenvolvimento ágil de projetos Desenvolvimento de competências de liderança e comunicação Ferramenta de Gerenciamento de Projetos
2	GERAL	GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO	GESTOR - Acompanhar a execução dos contratos, emitir ordens de serviço e comunicar-se com o representante das contratadas, reportar ocorrências na gestão dos contratos, controlar os SLAs. FISCAL - Fiscalizar a execução dos contratos de produtos e serviços de TI, de modo a assegurar a conformidade entre o objeto contratado e execução.	Legislação sobre licitações públicas
3				Planejamento da contratação de TIC
4				Gestão e Fiscalização de Contratos
5	GERAL	GESTOR	Coordenar a equipe de servidores, orientar tecnicamente, avaliar desempenhos e promover sua qualificação, monitorar resultados, aprimorar processos operacionais e administrativos	Competências Gerenciais
6	GERAL	ESPECIALISTA EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	Planejar e executar treinamentos visando a capacitação dos servidores do TRT, baseado nas demandas levantadas pela Coordenação de Capacitação da Secretaria de Recursos Humanos, nos conteúdos ligados à Área de Tecnologia da Informação.	Instrutoria pedagógica
7	GERAL	INTEGRANTE DA EQUIPE DE TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SI	Opinar sobre assuntos relacionados a tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais. Propor as metodologias e processos específicos para tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, tais como análise e avaliação de riscos e vulnerabilidades; Prover ações de monitoria, auditoria e registro de dados em redes computacionais; Participar da elaboração de planos de continuidade de negócio; Analisar tecnicamente e monitorar incidentes de segurança da informação; Realizar testes e verificações em sistemas e serviços de redes computacionais; Participar de investigações de incidentes de segurança da informação; Identificar e avaliar os riscos decorrentes da implementação de mudanças no ambiente computacional.	Conhecimento básico Sistema de Gestão de SI (Controles de SI (NBR 27002)
8				Incidentes de Segurança da Informação
9				Auditoria e Forense digital
10				Gestão de Vulnerabilidades e Ameaças
11	GERAL	INTEGRANTE DE EQUIPES DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES	Participar do planejamento das contratações de TIC	Segurança em Redes Gestão e Fiscalização de Contratos Comunicação
12	GERAL		IN-MPOG nº 4/2010, Resolução CNJ 182/2013 e demais regulamentos aplicáveis a gestão e fiscalização de contratos	

Lista dos treinamentos previstos - PAC 2017

Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gere ncial	Che fia	Secão	Coor d.	Valor Original	Total Diarias + adicional de deslocamneto + passagens	Carga Horária	Vag as	Nome Treinamento
50	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	A DEFINIR	Não	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	12	Treinamento em elaboração de painéis [para SETIC e Usuários Finais]
51	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	A DEFINIR	Não	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	12	Treinamento em administração do ambiente [para SETIC (Desenv e Infra)]
52	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	André Soares Farias	Sim	Sim	CDS	CDS	R\$ 4.175,00	R\$ 4.409,21	32	1	Gartner SYMPOSIUMITxpo
53	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Universos	André Soares Farias	Não	Sim	CDS	CDS	R\$ 4.175,00	R\$ 3.171,25	16	1	Data & Analytics Summit
54	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Universos	Paulo Roberto Schmitt do Carmo	Não	Sim	SDS2	CDS	R\$ 4.175,00	R\$ 3.171,25	16	1	Data & Analytics Summit
55	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Felipe Luiz Christofolli Giotto	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas
56	CGTIC - SERVIDOR CGTIC - Conceitos de Governança de TI	Alberto Daniel Müller	Não	Sim	CGTIC	CGTIC	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	16	1	Aplicação Prática do COBIT 5 na Governança e na Gestão de TI
57	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Caroline Rocha Molina	Sim	Sim	SACTIC	CGTIC	R\$ 1.020,00	R\$ 0,00	24	1	Gerenciamento de projetos
58	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Cintia Frigo Petuco	Sim	Não	EP	CGTIC	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	24	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos + Workshop
59	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - SCRUM	Cintia Frigo Petuco	Sim	Não	EP	CGTIC	R\$ 920,00	R\$ 0,00	16	1	Gerenciamento ágil de projetos com SCRUM
63	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Controles de SI (NBR 27002)	Cleonice Santos Condotta	Não	Sim	ESI	CGTIC	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	24	1	Políticas de Segurança da Informação
64	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	24	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos + Workshop
65	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 1.800,00	R\$ 3.373,83	24	1	16 Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos + Workshop
68	GERAL - GERENTE DE PROJETO - Desenvolvimento de competências de liderança e comunicação	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 1.250,00	R\$ 0,00	16	1	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO DA COOPERAÇÃO
69	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Gestão de Incidentes de Segurança da Informação	Lucas Pozatti	Não	Não	ESI	CGTIC	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	Tratamento de Incidentes de Segurança
71	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - ITIL	Rejane Goldstein Telichevesky	Sim	Não	EPROC	CGTIC	R\$ 1.188,00	R\$ 0,00	12	1	ITIL - Gerência de Serviços

Quadro síntese do PAC 2017

PAC 2017 - APROVADO ☆

Arquivo Editar Visualizar Inserir Formatar Dados Ferramentas Complementos Ajuda Todas as alterações foram salvas no Google Drive

100% - R\$ % 0,00 123 - Arial - 10 - B I A -

fx PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI - 2017

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI - 2017								
2	QUADRO SÍNTESE DO PLANO DE CAPACITAÇÃO								
3									
4	RESUMO POR SEÇÃO/COORDENADORIA								
5									
6	Descrição	Coordenação	Seção	Quantidade de servidores	Vagas	Treinamento	Diárias + Adic. Desl.	Carga horária	Média Servidor
7	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	SETIC	SETIC	2	2	R\$ 0,00	R\$ 3.880,27	52	26,0
8	Coordenadoria de Atendimento a Usuários	CAU	CAU	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	72	72,0
9	Seção de Atendimento a Usuários	CAU	SAU	21	48	R\$ 13.130,00	R\$ 0,00	622	29,6
10	Seção de Gerenciamento de Equipamentos	CAU	SGE	9	11	R\$ 1.574,00	R\$ 0,00	233	25,9
11	Seção de Microinformática	CAU	SM	9	11	R\$ 12.842,00	R\$ 0,00	285	31,7
12	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	CDS	CDS	1	2	R\$ 8.350,00	R\$ 7.690,45	48	48,0
13	Seção de Administração do PJe	CDS	SAPJE	10	23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	394	39,4
14	Seção de Desenvolvimento de Internet e Intranet	CDS	SDINT	9	19	R\$ 9.670,00	R\$ 8.299,47	457	50,8
15	Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos	CDS	SDSA	8	30	R\$ 1.800,00	R\$ 0,00	370	46,3
16	Seção de Desenvolvimento de Sistemas de 1º Grau	CDS	SDS1	6	9	R\$ 1.439,00	R\$ 0,00	160	26,7
17	Seção de Desenvolvimento de Sistemas de 2º Grau	CDS	SDS2	7	30	R\$ 10.877,00	R\$ 3.171,25	353	50,4
18	Coordenadoria de Gestão de TIC	CGTIC	CGTIC	1	2	R\$ 6.455,00	R\$ 3.880,27	48	48,0
19	Escritório de Processos de TI	CGTIC	EPROC	2	5	R\$ 4.294,00	R\$ 0,00	106	53,0
20	Escritório de Projetos de TIC	CGTIC	EP	2	5	R\$ 6.770,00	R\$ 3.373,83	104	52,0
21	Escritório de Segurança da Informação	CGTIC	ESI	2	3	R\$ 8.015,00	R\$ 2.867,39	80	40,0
22	Seção de Apoio a Contratações de TIC	CGTIC	SACTIC	4	6	R\$ 5.906,00	R\$ 0,00	116	29,0
23	Coordenadoria de Implantação de Sistemas	CIS	CIS	4	7	R\$ 6.875,00	R\$ 6.747,66	120	30,0
24	Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica	CIT	CIT	1	2	R\$ 8.350,00	R\$ 6.747,66	48	48,0
25	Seção de Gerenciamento de Banco de Dados	CIT	SGBD	6	8	R\$ 32.728,00	R\$ 0,00	256	42,7
26	Seção de Redes e Telecomunicações	CIT	SRT	10	10	R\$ 33.480,00	R\$ 3.120,61	336	33,6
27	Seção de Suporte Técnico	CIT	SST	12	18	R\$ 138.723,00	R\$ 23.857,97	592	49,3
28	A DEFINIR				120	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	120	120,0
29	Outras áreas				6	R\$ 4.955,00	R\$ 0,00	36	6,0
30					TOTAL	R\$ 380.408,00	R\$ 77.397,09		
31					TOTAL GERAL	R\$ 457.805,09			
32									
33	RESUMO POR SERVIDOR								
34									
35	Nome	Chefia	Cargo	Seção	Coordenação	Vagas	Valor Treinamento	Diárias E Passagens	Carga horária
36	A DEFINIR	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	120	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	120
37	Ademar Ramos Moreira Sobrinho	Não	Técnico	SDS2	CDS	4	R\$ 826,00	R\$ 0,00	64
38	Adriano Simioni	Não	Analista	SST	CIT	1	R\$ 7.853,00	R\$ 5.028,19	40
39	Alan Diego dos Santos	Não	Analista	SM	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
40	Denilson Ribeiro de Quadros	Sim	Técnico	CAU	CAU	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	72
41	Germano de Mello Andersson	Sim	Técnico	SST	CIT	2	R\$ 23.194,00	R\$ 0,00	72
42	Alberto Epaminondas Júnior	Não	Técnico	SM	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23
43	Alex Riscato Fagundes	Não	Técnico	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22
44	Ana Lúcia Moreira	Sim	Técnico	SM	CAU	3	R\$ 1.482,00	R\$ 0,00	66
45	Alexandre da Costa Leite	Não	Técnico	SDS1	CDS	2	R\$ 600,00	R\$ 0,00	40

+ Treinamentos Resumo por servidor Resumo por seção DESCRIÇÃO PERFS PerfixPessoas-CIT PerfixPessoas-CAU PerfixPessoas-CGTIC Perfs

9.1.6. ANEXO 5.3.4. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO
PLANO DE CAPACITAÇÃO DE TIC – 2017**

ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:

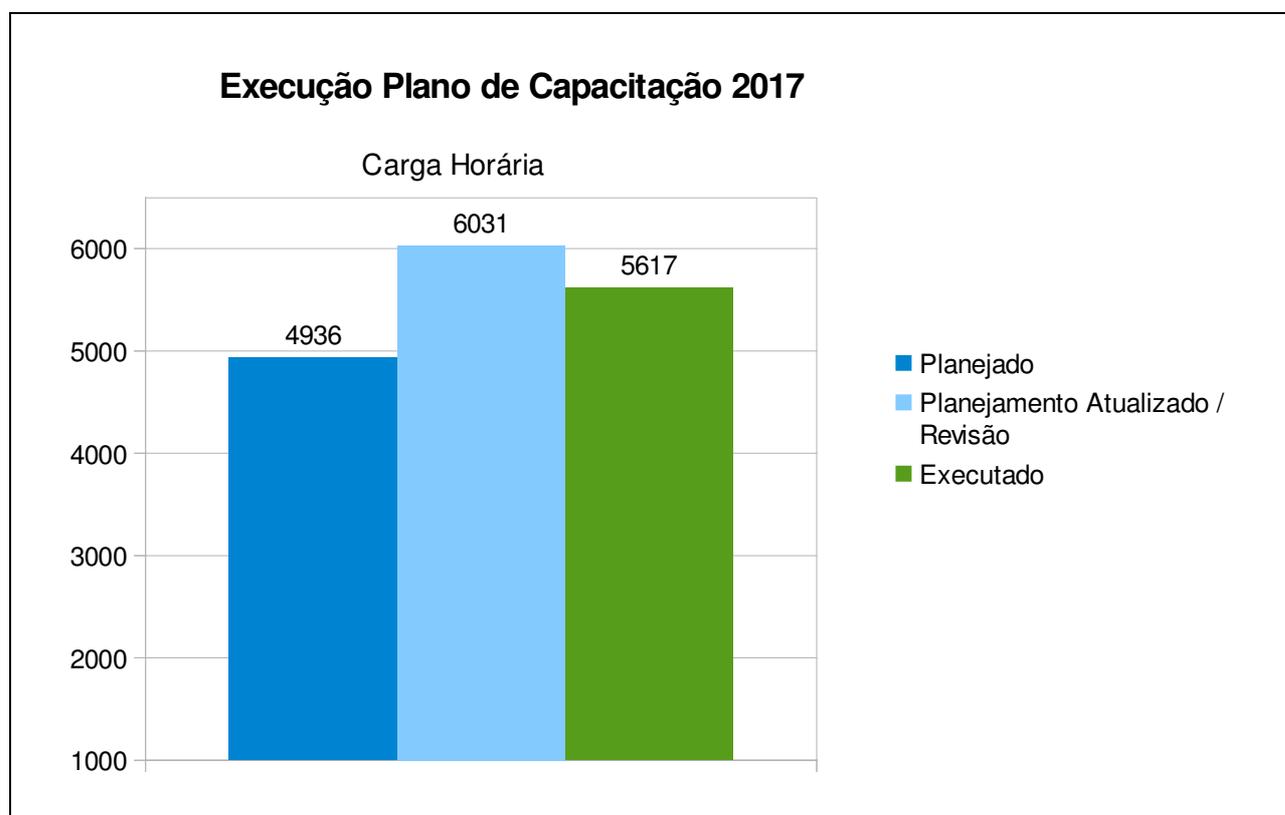
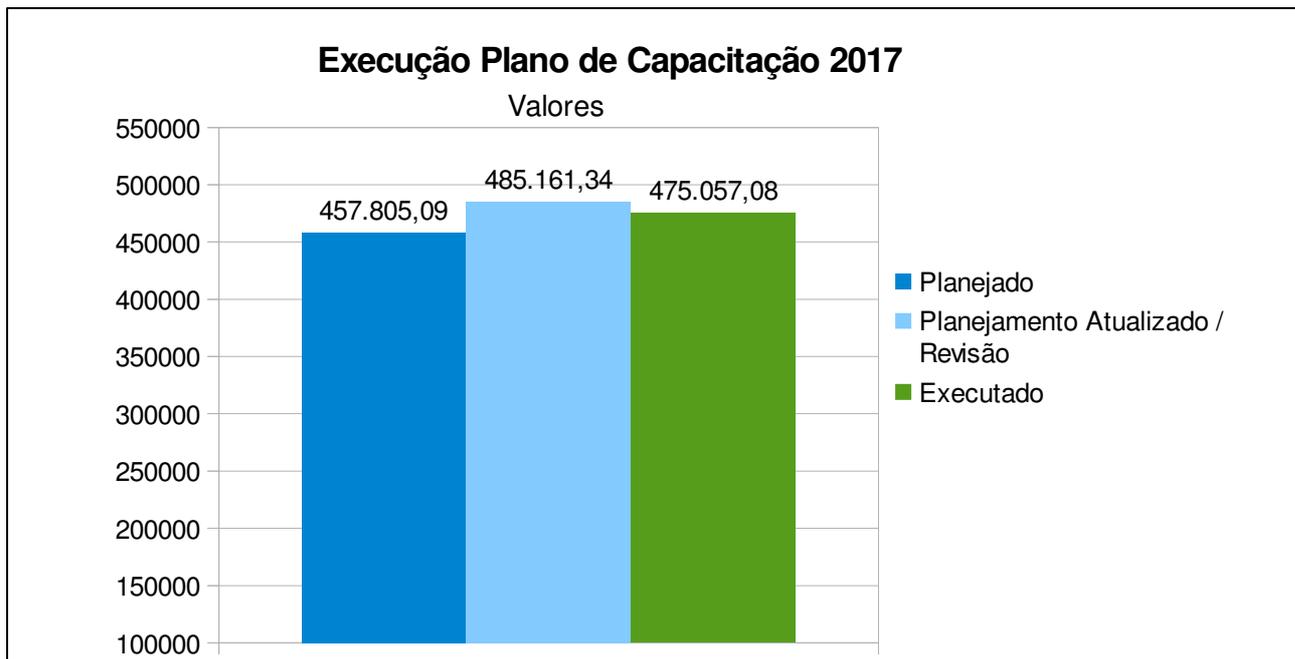
- O plano de capacitação promove uma melhor na gestão da capacitação dos servidores da SETIC, possibilitando aos gestores desde o planejamento até o acompanhamento da execução dos treinamentos da sua equipe, resultando nos dados a seguir:
 - Mais de 84% dos servidores realizaram algum treinamento durante o exercício de 2017;
 - 99,87% do valor executado em capacitação da Secretaria refere-se a treinamentos previstos no Plano de Capacitação.
 - A carga horária média realizada pela Secretária é de aproximadamente 44 horas por servidor.
- O Plano de Capacitação também facilita a gestão da verba orçamentária destinada à capacitação técnica, desde o seu planejamento até a execução, permitindo a priorização dos treinamentos mais críticos em razão das restrições impostas.
- Outro benefício gerado é o alinhamento entre os treinamentos e as necessidades da SETIC e do Tribunal, uma vez que os treinamentos realizados, mesmo aqueles incorporados ao longo da execução do plano, vinculam-se aos perfis técnicos dos servidores, aprimorando, conseqüentemente, o desempenho das atividades desenvolvidas.

COMPARATIVO PLANEJADO X EXECUTADO:

Descrição	Planejado	Planejamento Atualizado / Revisão	Executado
Vagas	376	311	281
Horas	4936	6031	5617
Valores	R\$457.805,09	R\$485.161,34	R\$475.057,08

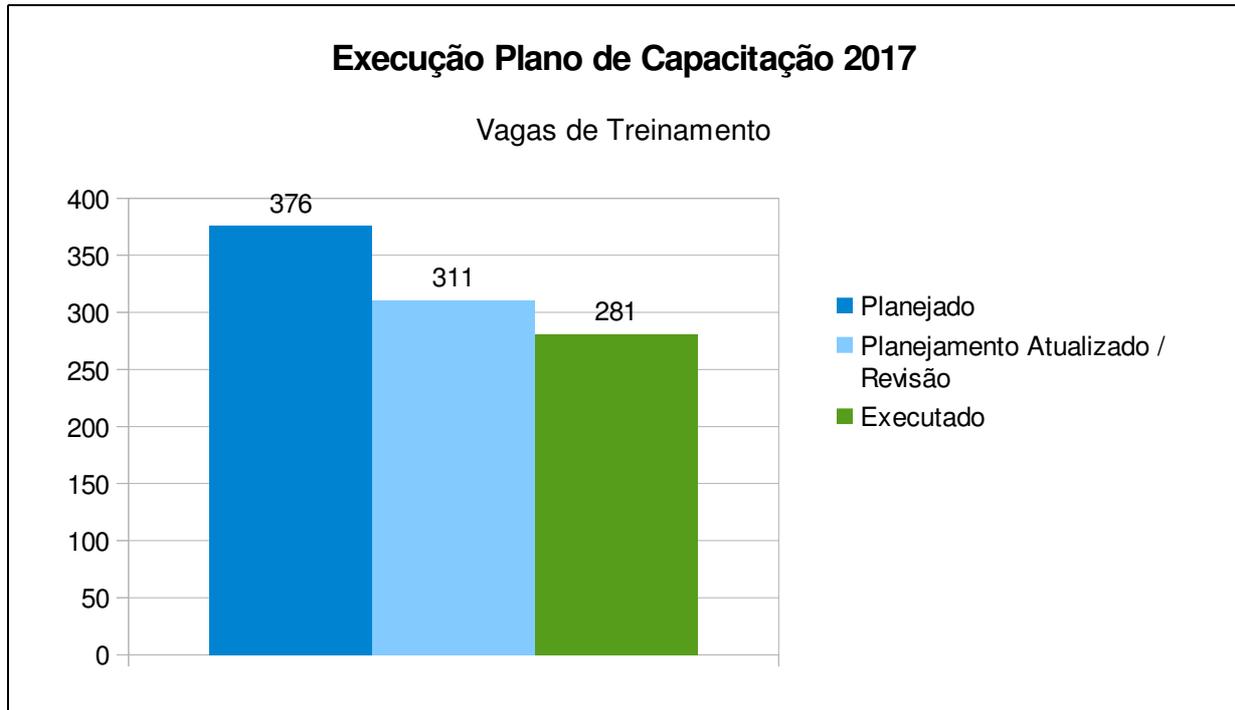


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**



DOCUMENTOS ANEXOS:

• **Lista de Treinamentos Previstos X Executados em 2017:**

Planilha com a descrição dos treinamentos previstos e executados, composta das seguintes informações: nome do treinamento, relação com o perfil técnico, fornecedores, carga horária, valores, nome e lotação dos servidores.

Nas informações de planejamento, os treinamentos foram classificados nas seguintes ORIGENS:

Plano Original: treinamentos que fizeram parte do Plano de Capacitação Original aprovado no início do exercício;

Atualização: treinamentos que substituíram outros planejados e inviáveis de realizar, pertinentes ao mesmo conhecimento técnico;

Incluído na Revisão: treinamentos incluídos na revisão do Plano.

Cancelado na Revisão: treinamentos cancelados na revisão do Plano.

Nas informações de execução, os treinamentos foram classificados nos seguintes STATUS:

Executado: treinamentos planejados e executados em 2017.

Não Executado: treinamentos planejados, mas que não puderam ser executados no exercício de 2017.

Cancelado na Revisão: treinamentos que foram cancelados na revisão do Plano.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- **Quadro Resumo por Seção/Coordenadoria:**

Planilha com o resumo dos dados dos treinamentos planejados e executados por setor, composta das seguintes informações: nº de vagas contratadas, valor estimado e carga horária.

Além disso, são apresentados gráficos com comparativos entre os valores e carga horária dos treinamentos planejados, atualizados na revisão e executados.

- **Quadro Resumo por Servidor:**

Planilha com resumo dos dados dos treinamentos planejados e executados por servidor, composta das seguintes informações: nº de vagas contratadas, valor estimado e carga horária.

- **Relatório da Seção de Capacitação - SEGESP**

Planilha encaminhada pela Seção de Capacitação da SEGESP com relação dos treinamentos realizados pela SETIC, com informações de valores dos treinamentos, diárias, passagens, adicional de deslocamento, etc.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE CAPACITAÇÃO

ANÁLISE DOS RESULTADOS:

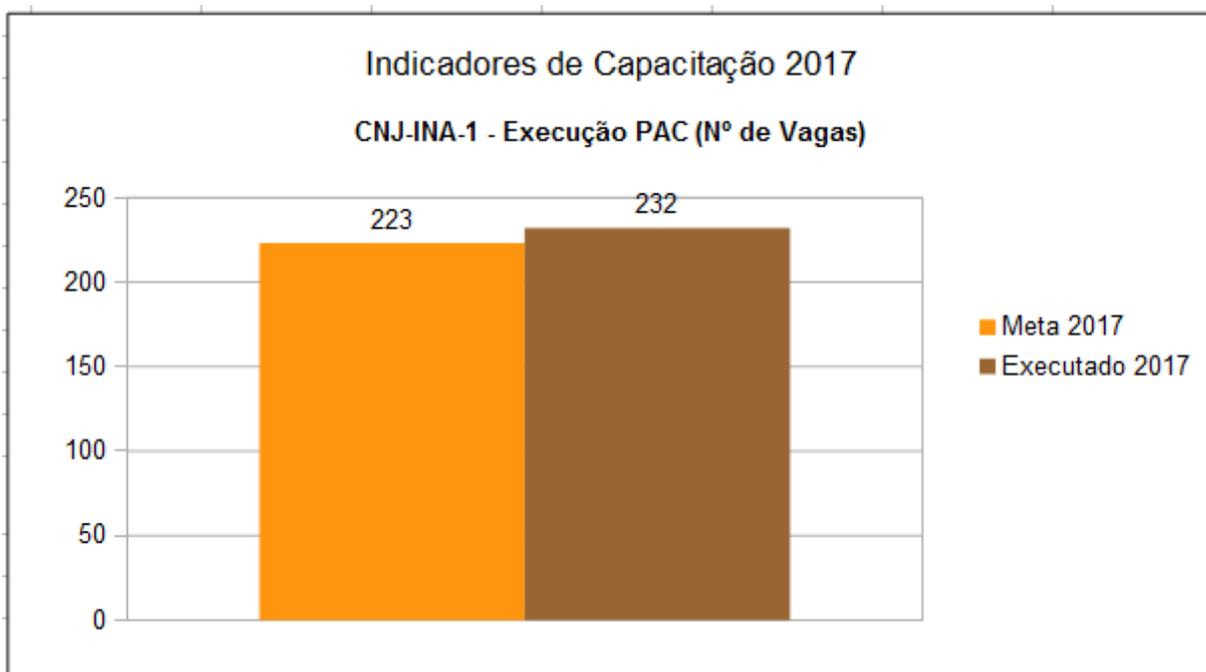
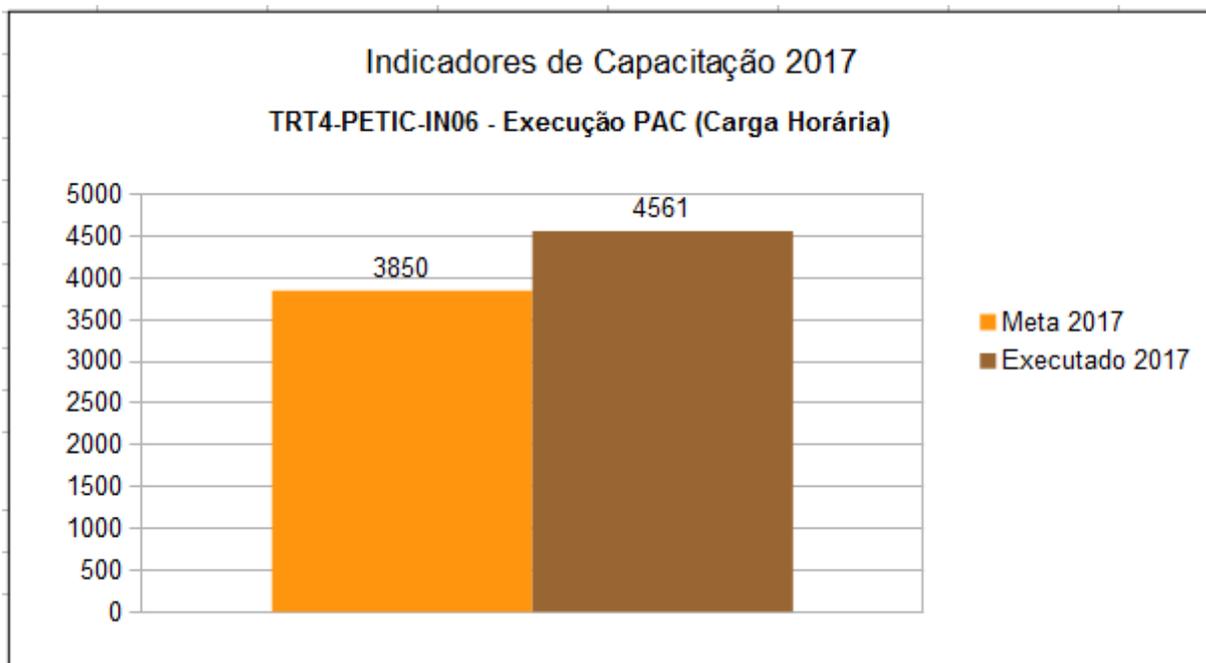
Todas as metas dos indicadores de capacitação foram atingidas, resultando nos dados a seguir:

INDICADOR	QUANTIDADE TOTAL PLANEJADA (100%)	META 2017		EXECUTADO 2017	
		Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade
TRT4 - PETIC-IN06 - Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação (carga horária)	4936	78%	3850	92%	4561
CNJ - INA-1 - Índice de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70% (número de vagas)	318*	70%	223	73%	232
CSJT - ICG - Índice de Capacitação Gerencial: dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de TIC	21	75%	16	95%	20
CSJT - ICT - Índice de Capacitação Técnica: servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC	107	60%	64	64%	69

* No planejamento dos treinamentos de ID 78 e 79, por um lapso constou como número de vagas 30, quando o correto é apenas 1. A turma é de 30 alunos, mas para o Tribunal seria disponibilizada apenas 1 vaga para cada treinamento.

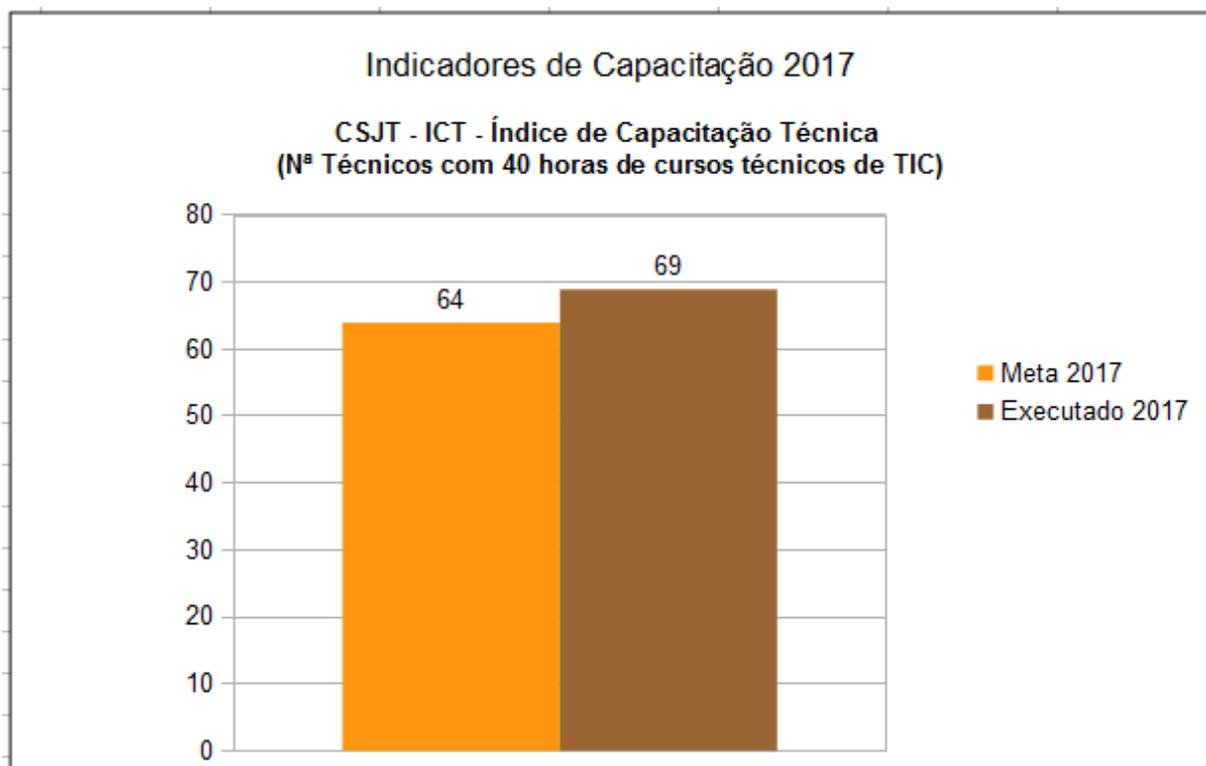
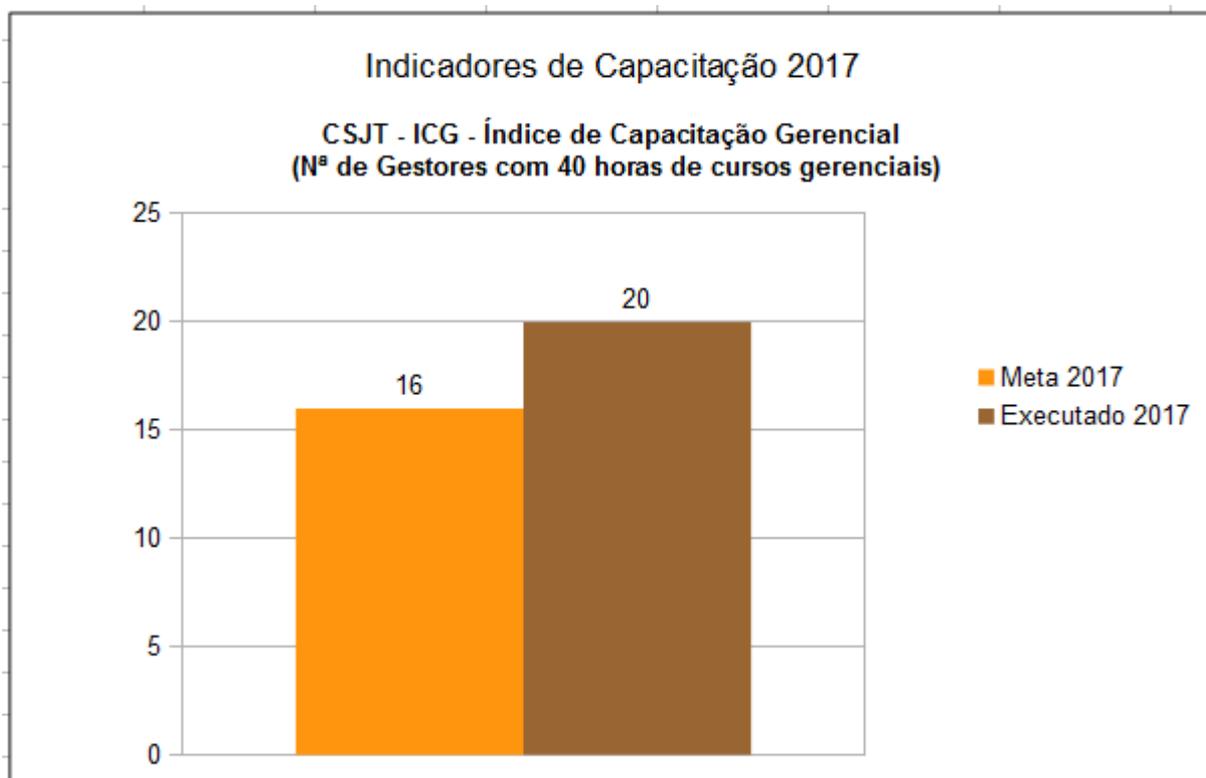


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

FORMA DE CÁLCULO DOS INDICADORES:

INDICADOR	FORMA DE CÁLCULO	META 2017
TRT4 - PETIC-IN06 - Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação (carga horária)	Carga horária total dos treinamentos executados/carga horária total planejada. (Na carga horária planejada estão incluídos os treinamentos constantes nas ORIGENS: "Plano Original" e "Atualização")	78%
CNJ - INA-1 - Índice de Tribunais com o Plano Anual de Capacitação de TIC executado em, no mínimo, 70% (número de vagas)	Quantidade total de vagas dos treinamentos executados/quantidade total de vagas planejada. (Na quantidade planejada estão incluídos os treinamentos constantes nas ORIGENS: "Plano Original" e "Atualização")	70%
CSJT - ICG - Índice de Capacitação Gerencial: dos ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos gerenciais de TIC	Quantidade de gestores que executaram no mínimo 40 horas de treinamento gerencial em TIC/quantidade total de gestores. (Além dos treinamentos constantes no Plano de Capacitação estão incluídos no cálculo outros treinamentos gerenciais realizados pelos gestores sem custo ao Tribunal)	75%
CSJT - ICT - Índice de Capacitação Técnica: servidores não ocupantes de cargos formais de chefia, lotados na área de TIC, capacitados no ano em no mínimo 40 horas de cursos técnicos de TIC	Quantidade de servidores que executaram no mínimo 40 horas de treinamento técnicos em TIC/quantidade total de servidores não ocupantes de cargos de chefia (Além dos treinamentos constantes no Plano de Capacitação estão incluídos no cálculo outros treinamentos técnicos de TIC realizados pelos servidores sem custo ao Tribunal)	60%

DOCUMENTOS ANEXOS:

- **Relatórios de treinamentos executados:**
 - Treinamentos técnicos e gerenciais de informática realizados pelos servidores da SETIC;
 - Servidores da SETIC que realizaram no mínimo 40 horas de treinamento gerencial de TI;
 - Servidores da SETIC que realizaram no mínimo 40 horas de treinamento técnico.

DOCUMENTOS ANEXOS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO DE TIC – 2017

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO												PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO				EXECUÇÃO									
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerenci al	Chefia	Seção	Coord.	Valor Original	Total Diarias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diarias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diarias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status	
Plano original	2	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	André Rodrigues da Silva	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 600,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	R\$ 630,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	18	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	
Plano original	3	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Webservices	Antonio Lucas Neres de Oliveira Barros	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	60	1	JAX-WS: Domine a criação de webservices SOAPRest Assured; Testes automatizado de webservice ; JMS e ActiveMQ; Mensageria com Java ; Apache Camel. O framework de integração entre sistemas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	98	1	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB 20h/ ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS 16h MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB 6h /TESTES: TDD COM JAVA 12h / DESIGN PATTERNS JAVA 1: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO 20h/ TESTE DE INTEGRAÇÃO: TESTES SQL E DAOS AUTOMATIZADOS EM JAVA 12h/ MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA 12h	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB 20h/ ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS 16h/ ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS 16h/ MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB 6h /TESTES: TDD COM JAVA 12h / DESIGN PATTERNS JAVA 1: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO 20h/ TESTE DE INTEGRAÇÃO: TESTES SQL E DAOS AUTOMATIZADOS EM JAVA 12h/ MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA 12h	98	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	5	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Plataforma JEE	Celso Munhoz Schmidt	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Java I: Primeiros passos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Java I: Primeiros passos	Curso Java I: Primeiros passos	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	6	GERAL - GERENTE DE PROJETO - Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	Fábio de Oliveira Garcia	Sim	Sim	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso Scrum: Agilidade em seu projeto	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	7	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Webservices	Fabricao Costa da Silva	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	JAX-RS e Jersey: Domine a criação de webservices REST JAX-WS: Domine a criação de webservices SOAPRest Assured: Testes automatizado de webservice	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	REST ASSURED: TESTES AUTOMATIZADO DE WEBSERVICE	REST ASSURED: TESTES AUTOMATIZADO DE WEBSERVICE	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	8	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Fabricao Henrique Rodrigues	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Bootstrap: Boas práticas no Front-End	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	9	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	Felipe Hoppe Levin	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 826,00	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 825,75	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	24	1	R\$ 825,75	R\$ 0,00	7548-84	Executado	
Plano original	10	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Webservices	Felipe Nunes Flores	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	11	CDS - ANALISTA DE TESTES - Teste de Integração	Fernando Trebien	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	ALURA: Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em java	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	ALURA: Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em java	ALURA: Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em java	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	12	CDS - ANALISTA DE TESTES - Automatização de Testes	Fernando Trebien	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	ALURA: Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em Java	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	ALURA: Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em Java	ALURA: Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em Java	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	13	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Fernando Trebien	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 2.400,00	R\$ 4.409,21	32	1	QCon São Paulo	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	32	1	QCon São Paulo	QCon São Paulo	32	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	2215-20	Executado	
Plano original	16	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	João Adolfo Froede Lutz	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	40	1	TheDevConf Porto Alegre	R\$ 912,00	R\$ 0,00	24	1	TheDevConf Porto Alegre	TheDevConf Porto Alegre	24	1	R\$ 912,00	R\$ 0,00	7605-68	Executado	
Cancelado revisão	17	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Joice Pavek Figueiro	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 385,00	R\$ 0,00	16	1	UXCONF BR Porto Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	18	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Moodle	Joice Pavek Figueiro	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 200,00	R\$ 0,00	30	1	Portal Educação - Moodle 2.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	20	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	Leandro Márcio Teixeira	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 826,00	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 825,75	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	24	1	R\$ 825,75	R\$ 0,00	7548-84	Executado	
Atualização	21	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Leandro Zullian Gallina	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 450,00	R\$ 0,00	40	1	FISL Porto Alegre	R\$ 912,00	R\$ 0,00	24	1	TheDevConf Porto Alegre	TheDevConf Porto Alegre	24	1	R\$ 912,00	R\$ 0,00	7605-68	Executado	
Plano original	22	CDS - SERVIDOR CDS - GIT _x0096_ controle de versão	Lúcia Gontarski Speranza	Não	Sim	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Git: Controle e compartilhe seu código	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Git: Controle e compartilhe seu código	Git: Controle e compartilhe seu código	16	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	23	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	Luciana Karst Passos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 826,00	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 825,75	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	24	1	R\$ 825,75	R\$ 0,00	7548-84	Executado	
Atualização	24	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Luciano Petter	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 839,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Padrão de Projeto DAO com Java	R\$ 630,00	R\$ 0,00	44	1	- Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate - EJB: O poder da Java EE - JAXRS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	- Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate - EJB: O poder da Java EE - JAXRS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	44	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	7996-23	Executado	
Plano original	25	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Plataforma JEE	Luiz Fernando Estivalet	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	Curso Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	26	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Marcelo Zambiasi	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	9	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	27	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - HTML e CSS	Márcia de Lima Costa	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 600,00	R\$ 0,00	16	1	Logica de Programação I : Os primeiros programas com Java Script e HTML	R\$ 630,00	R\$ 0,00	16	1	Logica de Programação I : Os primeiros programas com Java Script e HTML	Logica de Programação I : Os primeiros programas com Java Script e HTML	16	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	
Plano original	28	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Webservices	Márcio Bystronski	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 600,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Rest Assured: Testes automatizado de webservice	R\$ 630,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Rest Assured: Testes automatizado de webservice	Curso Rest Assured: Testes automatizado de webservice	12	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	
Plano original	29	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Webservices	Marcos Josué Nonnenmacher	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	31	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - HTML e CSS	Michel Barreto da Silva	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas	HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	32	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	Nora Helena Rothfuchs Albrecht	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 826,00	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 825,75	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	24	1	R\$ 825,75	R\$ 0,00	7548-84	Executado	
Plano original	34	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Pedro Henrique Oliveira dos Santos	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 2.400,00	R\$ 3.880,27	32	1	QCon São Paulo	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	32	1	QCon São Paulo	QCon São Paulo	32	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	2215-20	Executado	
Plano original	36	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Maven	Regilaine Souza Leite Shiono	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6	1	Maven: Build do zero a web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6	1	Maven: Build do zero a web	Maven: Build do zero a web	6	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Atualização	37	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Renato Batista de Moraes	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 385,00	R\$ 0,00	16	1	UXCONF BR Porto Alegre	R\$ 912,00	R\$ 0,00	24	1	TheDevConf Porto Alegre	TheDevConf Porto Alegre	24	1	R\$ 912,00	R\$ 0,00	7605-68	Executado	
Atualização	39	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Rodrigo Vicente do Nascimento	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 450,00	R\$ 0,00	40	1	FISL Porto Alegre	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	HTML5 e CSS3 II (Alura)	HTML5 e CSS3 II (Alura)	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	42	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Rubilar da Silva Jardim	Não	Sim	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	45	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Siefano Drimon Kurz Mor	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	40	1	TheDevConf Porto Alegre	R\$ 1.216,00	R\$ 0,00	32	1	TheDevConf Porto Alegre	TheDevConf Porto Alegre	32	1	R\$ 1.216,00	R\$ 0,00	7605-68	Executado	
Cancelado revisão	47	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Tiago da Silva Sutilli	Não	Sim	SDINT	CDS	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	40	1	TheDevConf Porto Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão	
Atualização	50	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	A DEFINIR	Não	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	12	Treinamento em elaboração de painéis (para SETIC e Usuários Finais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2525-26	Executado

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO												PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO							
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Seção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status
Atualização	51	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	A DEFINIR	Não	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	12	Treinamento em administração do ambiente (para SETIC (Deserv e Infra))	-	-	-	-	QlikSense Administração de Ambiente	-	-	-	-	-	2525-26	Executado
Plano original	52	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	André Soares Farias	Sim	Sim	CDS	CDS	R\$ 4.175,00	R\$ 4.409,21	32	1	Garner SYMPOSIUM/ITxpo	R\$ 0,00	R\$ 2.741,20	40	1	Garner SYMPOSIUM/ITxpo	Garner SYMPOSIUM/ITxpo	40	1	R\$ 0,00	R\$ 2.757,92	7277-41	Executado
Plano original	53	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Universos	André Soares Farias	Não	Sim	CDS	CDS	R\$ 4.175,00	R\$ 3.171,25	16	1	Data & Analytics Summit	R\$ 3.400,00	R\$ 3.818,80	21	1	Data & Analytics Summit	Data & Analytics Summit	21	1	R\$ 3.400,00	R\$ 3.818,80	2874-29	Executado
Plano original	54	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Universos	Paulo Roberto Schmitt do Carmo	Não	Sim	SDS2	CDS	R\$ 4.175,00	R\$ 3.171,25	16	1	Data & Analytics Summit	R\$ 3.400,00	R\$ 3.818,80	21	1	Data & Analytics Summit	Data & Analytics Summit	21	1	R\$ 3.400,00	R\$ 3.818,80	2874-29	Executado
Plano original	55	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Felipe Luiz Christofolini Giotto	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Atualização	56	CGTIC - SERVIDOR CGTIC - Conceitos de Governança de TI	Alberto Daniel Müller	Não	Sim	CGTIC	CGTIC	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	16	1	Aplicação Prática do COBIT 5 na Governança e na Gestão de TI	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado
Plano original	57	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Caroline Rocha Molina	Sim	Sim	SACTIC	CGTIC	R\$ 1.020,00	R\$ 0,00	24	1	Gerenciamento de projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Introdução a Gestão de Projetos	Introdução a Gestão de Projetos	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado
Plano original	58	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Cintia Frigo Petuco	Sim	Não	EP	CGTIC	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	24	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos + Workshop	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado
Atualização	59	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - SCRUM	Cintia Frigo Petuco	Sim	Não	EP	CGTIC	R\$ 920,00	R\$ 0,00	16	1	Gerenciamento ágil de projetos com SCRUM	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado
Cancelado revisão	63	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Controles de SI (NBR 27002)	Cleonice Santos Condotta	Não	Sim	ESI	CGTIC	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	24	1	Políticas de Segurança da Informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	64	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	24	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos + Workshop	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado
Plano original	65	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 1.800,00	R\$ 3.373,83	24	1	16 Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos + Workshop	R\$ 1.772,90	R\$ 6.004,17	24	1	16 Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos + Workshop	16 Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos + Workshop	24	1	R\$ 1.772,90	R\$ 4.272,84	7967-70	Executado
Atualização	68	GERAL - GERENTE DE PROJETO - Desenvolvimento de competências de liderança e comunicação	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 1.250,00	R\$ 0,00	16	1	ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO DA COOPERAÇÃO	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado
Plano original	69	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Gestão de Incidentes de Segurança da Informação	Lucas Pozatti	Não	Não	ESI	CGTIC	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	Tratamento de Incidentes de Segurança	R\$ 1.824,00	R\$ 4.343,64	40	1	CURSO TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA (SEG4)	CURSO TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA (SEG4)	40	1	R\$ 1.824,00	R\$ 4.343,64	4289-47	Executado
Plano original	71	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - ITIL	Rejane Goldstein Telichevsky	Sim	Não	EPROC	CGTIC	R\$ 1.188,00	R\$ 0,00	12	1	ITIL - Gerência de Serviços	R\$ 630,00	R\$ 0,00	8	1	ITIL	ITIL	8	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	7996-23	Executado
Plano original	72	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - BI	Rejane Goldstein Telichevsky	Sim	Não	EPROC	CGTIC	R\$ 826,00	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 825,75	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	24	1	R\$ 825,75	R\$ 0,00	7548-84	Executado
Cancelado revisão	73	CGTIC - ADMINISTRADOR DA FERRAMENTA DE GER. DE PROJETOS e DEMANDAS DE TI - Ferramenta de gestão Serviços de TIC (AXIOS)	Rejane Goldstein Telichevsky	Não	Não	EPROC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	Axios Assyst Enterprise - Scripting	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Atualização	74	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Mapeamento de Processos	Ricardo Krause Kurylenko	Sim	Sim	EPROC	CGTIC	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	16	1	Aplicação Prática do COBIT 5 na Governança e na Gestão de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado
Plano original	76	CGTIC - ESPECIALISTA EM CONTRATAÇÃO - Legislação sobre licitações públicas	Simone Pereira Justino Goulart	Não	Não	SACTIC	CGTIC	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	20	1	Inexigibilidade de Licitação Pública	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,46	20	1	Inexigibilidade de Licitação Pública	Inexigibilidade de Licitação Pública	16	1	R\$ 2.200,00	R\$ 1.995,86	7038-37	Executado
Atualização	78	CGTIC - ADMINISTRADOR DA FERRAMENTA DE GER. DE PROJETOS e DEMANDAS DE TI - Ferramenta de gestão Serviços de TIC (AXIOS)	A DEFINIR	Não	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	30	Administração da Infraestrutura do Assyst Enterprise	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	1	Administração da Infraestrutura do Assyst Enterprise	-	-	-	-	-	-	Não executado
Atualização	79	CGTIC - ADMINISTRADOR DA FERRAMENTA DE GER. DE PROJETOS e DEMANDAS DE TI - Ferramenta de gestão Serviços de TIC (AXIOS)	A DEFINIR	Não	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	30	Administração do Módulo de Gestão de Ativos_x0096_ ITAM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	1	Administração do Módulo de Gestão de Ativos_x0096_ ITAM	-	-	-	-	-	-	Não executado
Cancelado revisão	80	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Alan Diego dos Santos	Não	Não	SM	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	82	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Alex Riscato Fagundes	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	83	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Alexandre Diefenthaler	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	(PRO) Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO TURMA 1/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	CURSO TURMA 1/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado
Plano original	84	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - Banco de Dados	Alexandre Kupac	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 600,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 630,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	85	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Aisson Moscato Loy	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	16	1	SCA: Support Center Analyst	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	16	1	SCA: Support Center Analyst	SCA: Support Center Analyst	16	1	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	4755-41	Executado
Plano original	86	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenta de e-mail	Alberto Epaminondas Júnior	Não	Não	SM	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	Aplicativos Google: Curso Hangout	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	Aplicativos Google: Curso Hangout	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	87	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	Alberto Epaminondas Júnior	Não	Não	SM	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Ética e Serviço Público	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Ética e Serviço Público	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	88	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Ana Lúcia Moreira	Não	Sim	SM	CAU	R\$ 1.482,00	R\$ 0,00	16	1	SCTL: Support Center Team Lead	R\$ 1.577,70	R\$ 0,00	16	1	SCTL: Support Center Team Lead	SCTL: Support Center Team Lead	16	1	R\$ 1.577,70	R\$ 0,00	5112-21	Executado
Plano original	89	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Anna Karina Queiroz	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	90	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Carla Tondin de Oliveira	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	(PRO) Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO TURMA 3/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	CURSO TURMA 3/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado
Plano original	91	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Planejamento da contratação de TIC	Ana Lúcia Moreira	Não	Sim	SM	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	(TIC) GCTI - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	1	(TIC) GCTI - Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação	-	-	-	-	-	-	Não executado
Atualização	92	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Ana Lúcia Moreira	Sim	Sim	SM	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Metodologia de Análise e Solução de Problemas	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado
Plano original	93	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Daniel Fraga Vieira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	CURSO AUD 3.0.2 - TURMA LIVRE - MAIO 2017	CURSO AUD 3.0.2 - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado
Plano original	94	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Daniel Lazzarotto	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 2.173,00	R\$ 0,00	24	1	KCS: Knowledge-Centered Support	R\$ 2.133,00	R\$ 0,00	24	1	KCS: Knowledge-Centered Support	KCS: Knowledge-Centered Support	24	1	R\$ 2.133,00	R\$ 0,00	4759-78	Executado
Cancelado revisão	95	GERAL - GESTOR DE CONTRATO / FISCAL DE CONTRATO - Planejamento da contratação de TIC	Denilson Ribeiro de Quadros	Não	Sim	CAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	Planejamento da Contratação de Tecnologia da Informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	96	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Diego Fraga Contessa	Não	Sim	SAU	CAU	R\$ 1.482,00	R\$ 0,00	16	1	SCTL: Support Center Team Lead	R\$ 1.577,70	R\$ 0,00	16	1	SCTL: Support Center Team Lead	SCTL: Support Center Team Lead	16	1	R\$ 1.577,70	R\$ 0,00	5112-21	Executado
Atualização	97	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Diogo Pires Gill	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	16	1	DST: Desktop Support Technician	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	16	1	SCA: Support Center Analyst	SCA: Support Center Analyst	16	1	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	4755-41	Executado
Cancelado revisão	98	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Eliete Santos de Carvalho	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	16	1	DST: Desktop Support Technician	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	99	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Everton Rafael Polina	Sim	Não	SAU	CAU	R\$ 800,00	R\$ 0,00	16	1	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DO PMI-RS	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO												PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO								
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Secção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status	
Plano original	100	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	Fabiano Moreira Correa	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Cancelado revisão	101	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Ana Naiara Malavolta Saupe	Não	Não	SM	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	102	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Felipe Petersen	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	(PRO) Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	103	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Jackson Gutierrez dos Santos	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	104	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	José Alexandre de Vargas Rigo	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	AUD 3.0	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Plano original	105	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	José Luis Borges	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	(PRO) Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	Introdução à Gestão de Processos	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Plano original	106	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Lúcio Basso Teixeira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	107	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Luis Augusto Dutra Benites	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	Treinamento em PJe 1º Grau	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Cancelado revisão	108	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Maria Ester Fonseca Vieira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos básicos em Gestão Documental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	109	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - Excel	Marina André Gonzalez	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 187,00	R\$ 0,00	40	1	Excel 2010 - Recursos Avançados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	80	1	Excel Básico e Avançado	Excel Básico e Avançado	80	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Atualização	110	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - Excel	Paula Medaglia Grussner	Não	Sim	SGE	CAU	R\$ 187,00	R\$ 0,00	40	1	Excel 2010 - Recursos Avançados	R\$ 630,00	R\$ 0,00	40	1	Curso Excel e VBA	Assinatura anual Alura - Treinamento será realizado em 2018	-	-	R\$ 630,00	R\$ 0,00	7996-23	-	Não executado
Atualização	111	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Paulo Niedersberg Correia Lima	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	16	1	SCA: Support Center Analyst	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	16	1	DST: Desktop Support Technician	DST: Desktop Support Technician	16	1	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	7040-07	-	Executado
Plano original	112	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	Carlos Theno Schmidt Filho	Não	Não	SST	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	113	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Roberto Weiss	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	16	1	DST: Desktop Support Technician	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	16	1	DST: Desktop Support Technician	DST: Desktop Support Technician	16	1	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	7040-07	-	Executado
Plano original	114	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Editor de texto(Writer)	Silvana Maria Oliveira da Silva	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Cancelado revisão	115	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Thiago de Azevedo Dornelles	Não	Não	CIS	CIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	116	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Thiago de Azevedo Dornelles	Não	Não	CIS	CIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	117	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - Banco de Dados	Luciano Cipriani	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 600,00	R\$ 0,00	5	1	Windows: Introdução ao Prompt	R\$ 630,00	R\$ 0,00	5	1	Windows: Introdução ao Prompt	Windows: Introdução ao Prompt	5	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	-	Executado
Plano original	118	CAU - ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS - Banco de Dados	Luciano Cipriani	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	-	Executado
Plano original	119	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Luciano Cipriani	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI	Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	-	Executado
Plano original	120	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Ferramenta de e-mail	Carlos Theno Schmidt Filho	Não	Não	SST	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	Aplicativos Google: Curso Hangout	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	Aplicativos Google: Curso Hangout	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	121	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Charles Ferreira Falcão	Não	Não	SM	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	5627-56	-	Executado
Plano original	122	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Alex Riscato Fagundes	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	123	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Alisson Moscato Loy	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	125	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Anna Karina Queiroz	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	AUD 3.0	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Plano original	126	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Anna Karina Queiroz	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	AUD 3.3	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Cancelado revisão	128	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Dinei André Rockenbach	Não	Não	SM	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 Supporting and Troubleshooting Windows 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	129	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Felipe dos Santos Giacomel	Não	Não	SM	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	130	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Daniel Fraga Vieira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD 3.0.2	AUD 3.0.2	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Plano original	131	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Planilha de cálculos (Calc)	Daniel Fraga Vieira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE CALC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE CALC	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	132	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Editor de texto(Writer)	Daniel Fraga Vieira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	133	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Daniel Lazzarotto	Sim	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	O LÍDER MODERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	O LÍDER MODERNO	O LÍDER MODERNO	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Atualização	134	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Diego Fraga Contessa	Sim	Sim	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	15	1	GESTÃO ESTRATÉGICA: ENTRE VALORES TRADICIONAIS E OUSADIA	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	-	Executado
Plano original	135	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Diogo Pires Gilli	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO TURMA 1/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	CURSO TURMA 1/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Cancelado revisão	136	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Eliete Santos de Carvalho	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	137	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Eliete Santos de Carvalho	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	138	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	Eliete Santos de Carvalho	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	139	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Everton Rafael Polina	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD 3.3	AUD 3.3	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Plano original	140	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Everton Rafael Polina	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD 3.0.2	AUD 3.0.2	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado
Plano original	143	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Jackson Gutierrez dos Santos	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	144	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Jackson Gutierrez dos Santos	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos básicos em Gestão Documental	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Gestão da Informação e Documentação - Conceitos básicos em Gestão Documental	-	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	145	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	José Alexandre de Vargas Rigo	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD 3.0.2	AUD 3.0.2	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	Executado

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO											PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO								
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Secção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status
Plano original	146	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Editor de texto(Writer)	José Alexandre de Vargas Rigo	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO BÁSICO E AVANÇADO	BROFFICE TEXTO BÁSICO E AVANÇADO	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado
Plano original	147	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Planilha de cálculos (Calc)	Lúcio Bisso Teixeira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE CALC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE CALC	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	148	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Editor de texto(Writer)	Lúcio Bisso Teixeira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	149	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1ºGRAU - Sistemas de 1º grau	Luis Augusto Dutra Benites	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	150	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Luis Augusto Dutra Benites	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	Não executado
Cancelado revisão	151	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Editor de texto(Writer)	Maria Ester Fonseca Vieira	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE TEXTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	152	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	Paulo Niedersberg Correia Lima	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	153	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Francisco Fiesch	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 Supporting and Troubleshooting Windows 10	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	5627-56	Executado
Cancelado revisão	154	CAU - ESPECIALISTA EM CERTIFICAÇÃO DIGITAL - Tipos de mídias e softwares relacionados	Paulo Ricardo Ritter	Não	Não	SM	CAU	R\$ 1.360,00	R\$ 0,00	16	1	Certificação Digital I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	155	CAU - ESPECIALISTA EM SOFTWARES DE ESCRITÓRIO - Planilha de cálculos (Calc)	Roberto Weiss	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE CALC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	BROFFICE CALC	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	156	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Silvana Maria Oliveira da Silva	Não	Não	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	Não executado
Cancelado revisão	157	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Thiago de Azevedo Dornelles	Não	Não	CIS	CIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	160	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Denilson Ribeiro de Quadros	Sim	Sim	CAU	CAU	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	32	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	R\$ 4.250,00	R\$ 2.741,20	40	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	40	1	R\$ 4.250,00	R\$ 2.757,92	7277-41	Executado
Plano original	161	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Guilherme Lorenzoni Algarve	Não	Não	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	(PRO) Introdução à Gestão de Processos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Atualização	163	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de servidores	Anderson Medeiros Gomes	Não	Não	SST	CIT	R\$ 6.630,00	R\$ 5.028,19	40	1	VMware vSphere: Optimize and Scale	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	32	1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	7854-19	Executado
Plano original	164	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	Eduardo Martins da Rocha	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	Segurança de Redes e Sistemas	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	Segurança de Redes e Sistemas	Segurança de Redes e Sistemas	40	1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	2831-92	Executado
Cancelado revisão	165	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - WAN	Ernani Soares Kern	Não	Sim	SRT	CIT	R\$ 1.440,00	R\$ 0,00	24	1	Protocolos de Roteamento IP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Atualização	167	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de servidores	Felipe Bohm da Cunha	Não	Não	SST	CIT	R\$ 7.000,00	R\$ 5.028,19	40	1	VMware vSphere: Install, Configure, Virtualization	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	32	1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	7854-19	Executado
Plano original	169	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - LAN	Guilherme Costa Maciel	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 1.700,00	R\$ 0,00	20	1	SS2954 - CISCO: PREPARAÇÃO PARA CCNA_x0096_ETAPA 01	R\$ 3.170,00	R\$ 0,00	40	1	CURSO ICND1 (INTERCONNECTING CISCO NETWORKING DEVICES) - PART 1	CURSO ICND1 (INTERCONNECTING CISCO NETWORKING DEVICES) - PART 1	40	1	R\$ 3.170,00	R\$ 0,00	3467-58	Executado
Atualização	171	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	Guilherme Wolf Wander	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	32	1	Red Hat Server Hardening	R\$ 4.240,00	R\$ 0,00	32	1	RH254 - Red Hat System Administration III	RH254 - Red Hat System Administration III	32	1	R\$ 4.240,00	R\$ 0,00	6363-74	Executado
Plano original	173	CIT - ESPECIALISTA EM MONITORAMENTO - Ferramentas de Monitoramento (Zabbix)	Gustavo Adolfo Kellermann	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40	1	Treinamento Oficial Zabbix Certified Specialist e Professional	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40	1	TREINAMENTO ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST & ZABBIX CERTIFIED PROFESSIONAL	TREINAMENTO ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST & ZABBIX CERTIFIED PROFESSIONAL	40	1	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	4756-26	Executado
Atualização	175	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de aplicações	Davi Cruz Campanher	Não	Não	SST	CIT	R\$ 7.853,00	R\$ 4.386,71	40	1	CXD-300: Deploying App and Desktop Solutions with Citrix XenApp and XenDesktop 7.6	R\$ 7.854,00	R\$ 5.030,64	40	1	Citrix NetScaler Essentials and Traffic Management (CNS-220)	Citrix NetScaler Essentials and Traffic Management (CNS-220)	40	1	R\$ 7.854,00	R\$ 5.030,64	5606-80	Executado
Atualização	176	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de aplicações	Adriano Simioni	Não	Não	SST	CIT	R\$ 7.853,00	R\$ 5.028,19	40	1	CXD-203: Managing App and Desktop Solutions with Citrix XenApp and XenDesktop 7.6	R\$ 7.854,00	R\$ 3.995,58	40	1	Curso 98210 (CXD210) Citrix XenApp and XenDesktop 7.1x Administration	Curso 98210 (CXD210) Citrix XenApp and XenDesktop 7.1x Administration	40	1	R\$ 7.854,00	R\$ 3.995,58	2873-44	Executado
Atualização	178	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de aplicações	Jener Gomes Teixeira Júnior	Não	Não	SST	CIT	R\$ 7.853,00	R\$ 4.386,71	40	1	CXD-203: Managing App and Desktop Solutions with Citrix XenApp and XenDesktop 7.6	R\$ 7.854,00	R\$ 3.995,58	40	1	Curso 98210 (CXD210) Citrix XenApp and XenDesktop 7.1x Administration	Curso 98210 (CXD210) Citrix XenApp and XenDesktop 7.1x Administration	40	1	R\$ 7.854,00	R\$ 3.995,58	2873-44	Executado
Atualização	180	CIT - ESPECIALISTA EM TELEFONIA - sistemas e aplicativos	João Francisco Moreira da Encarnação	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 7.640,00	R\$ 0,00	40	1	MICC System Administrator	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	MICC Enterprise	MICC Enterprise	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6046-76	Executado
Atualização	182	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - WLAN	Juliano Siebel	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	Tecnologias de Redes Sem Fio	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M20740 - Installation, storage and Compute with Windows Server 2016	M20740 - Installation, storage and Compute with Windows Server 2016	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	6618-32	Executado
Cancelado revisão	183	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de servidores	Júlio César Zinn Ferreira	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 1.700,00	R\$ 3.120,61	20	1	Curso VMware Implementando e Gerenciando Servidores ESXi e vCenter 6.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	185	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - LAN	Leandro Augusto de Oliveira	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	Gerência de Redes de Computadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Atualização	186	CIT - ESPECIALISTA EM TELEFONIA - sistemas e aplicativos	Luis Carlos Porto	Não	Não	SRT	CIT	R\$ 7.640,00	R\$ 0,00	40	1	MICC System Administrator	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	MICC Enterprise	MICC Enterprise	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6046-76	Executado
Plano original	189	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Eric Guatimozin Silva	Não	Sim	SGBD	CIT	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	Backup and Recovery Workshop Oracle	40	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	2537-40	Executado
Plano original	190	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Evandro Bassanesi	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	Backup and Recovery Workshop Oracle	40	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	2537-40	Executado
Plano original	191	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Edson Einei Lehr	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	Backup and Recovery Workshop Oracle	40	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	2537-40	Executado
Plano original	192	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Everton Luis Berz	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Backup and Recovery Workshop Oracle	Backup and Recovery Workshop Oracle	40	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	2537-40	Executado
Plano original	193	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Rodrigo Zarth	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Oracle Database 12c Performance Management and Tuning	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Oracle Database 12c Performance Management and Tuning	Oracle Database 12c Performance Management and Tuning	40	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	2778-14	Executado
Plano original	194	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Roberto Pereira da Rosa	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Oracle Database 12c Performance Management and Tuning	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40	1	Oracle Database 12c Performance Management and Tuning	Oracle Database 12c Performance Management and Tuning	40	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	2778-14	Executado
Cancelado revisão	196	CIT - ESPECIALISTA EM ARMAZENAMENTO - Sistemas Operacionais (Sistemas de Arquivos; comandos SCSI; Multipath I/O)	André Luz Livi	Não	Não	SST	CIT	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	32	1	Red Hat High Availability Clustering	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Cancelado revisão	197	CIT - ESPECIALISTA EM ARMAZENAMENTO - Sistemas Operacionais (Sistemas de Arquivos; comandos SCSI; Multipath I/O)	Yusef Mahathma Henchenski Gidrão	Não	Não	SST	CIT	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	32	1	Red Hat High Availability Clustering	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão
Plano original	199	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Paulo Mendes Ribeiro Júnior	Sim	Sim	CIT	CIT	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	32	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	R\$ 4.250,00	R\$ 2.741,20	40	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	40	1	R\$ 4.250,00	R\$ 2.757,92	7277-41	Executado
Atualização	200	CIT - ESPECIALISTA EM DATACENTER - Noções de operação de datacenters	Paulo Mendes Ribeiro Júnior	Não	Sim	CIT	CIT	R\$ 4.175,00	R\$ 2.867,39	16	1	Data Center Summit	R\$ 0,00	R\$ 4.301,46	16	1	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA FJE	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA FJE	16	1	R\$ 0,00	R\$ 4.301,46	7529-44	Executado

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO											PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO										
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Seção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status		
Plano original	202	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de servidores	Germano de Mello Anderson	Não	Sim	SST	CIT	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	32	1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	7854-19	Executado		
Atualização	204	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	Fabiano Martins	Não	Não	SST	CIT	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	32	1	RH254 - Red Hat System Administration III	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	32	1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	7854-19	Executado		
Cancelado revisão	205	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Linguagem de Scripts (Microsoft PowerShell, Shell script e Kixtart)	Volnei César Susin	Não	Não	SST	CIT	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	1	M10961 - Automating Administration with Windows PowerShell	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão	
Cancelado revisão	207	CIT - SERVIDOR CIT - Sistemas Operacionais	Leonardo Ribeiro Damiani	Não	Não	SST	CIT	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	1	MSA42 - CONFIGURAÇÃO AVANÇADA DOS SERVIÇOS NO WINDOWS SERVER 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão	
Plano original	209	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Painéis de Controle (Dashboards)	Ademar Ramos Moreira Sobrinho	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 826,00	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 825,75	R\$ 0,00	24	1	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	24	1	R\$ 825,75	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	210	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Plataforma JEE	Alexandre da Costa Leite	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 600,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	R\$ 630,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	Curso Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	20	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado		
Plano original	211	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Fabrizio Costa da Silva	Sim	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado		
Plano original	212	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Felipe Luiz Christofolli Giotto	Sim	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Elastic Search	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado		
Plano original	213	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Felipe Luiz Christofolli Giotto	Sim	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado		
Atualização	214	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	João Adolfo Froede Lutz	Sim	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Java e JPA: persista seus objetivos com a JPA2 e Hibernate (Alura)	Java e JPA: persista seus objetivos com a JPA2 e Hibernate (Alura)	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado		
Plano original	215	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Leandro Zullian Gallina	Sim	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	Angular 2: webapps ainda mais poderosas	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado		
Plano original	216	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	Pedro Henrique Oliveira dos Santos	Sim	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Elastic Search	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado		
Cancelado revisão	223	CGTIC - ESPECIALISTA EM CONTRATAÇÃO - IN-MPOG nº 4/2010 / Resolução CNJ 182/2013	Rhuan Paulo Lopes Barros	Não	Não	SACTIC	CGTIC	R\$ 2.516,00	R\$ 0,00	16	1	Planejamento de Contratações de TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão	
Cancelado revisão	224	CGTIC - ESPECIALISTA EM CONTRATAÇÃO - Técnicas de Negociação	Rhuan Paulo Lopes Barros	Não	Não	SACTIC	CGTIC	R\$ 90,00	R\$ 0,00	16	1	Como conduzir negociações eficazes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão	
Plano original	225	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Natacha Moraes de Oliveira	Sim	Sim	SETIC	SETIC	R\$ 0,00	R\$ 3.880,27	32	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	R\$ 0,00	R\$ 2.741,20	40	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	40	1	R\$ 0,00	R\$ 2.757,92	7277-41	Executado		
Atualização	226	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Alberto Daniel Müller	Sim	Sim	CGTIC	CGTIC	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	32	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	16	1	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	16	1	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	6420-92	Executado		
Plano original	227	CGTIC - ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - Gestão de Riscos	Lucas Pozatti	Não	Não	ESI	CGTIC	R\$ 4.175,00	R\$ 2.867,39	16	1	Security & Risk Management Summit	R\$ 3.400,00	R\$ 1.879,86	22	1	CONFERENCIA GARTNER SECURITY & RISK MANAGEMENT SUMMIT	CONFERENCIA GARTNER SECURITY & RISK MANAGEMENT SUMMIT	22	1	R\$ 3.400,00	R\$ 1.879,86	4757-11	Executado		
Plano original	229	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Janina Alves Fagundes	Não	Não	CIS	CIS	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	1	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado		
Plano original	230	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Thales Antunes Soffiati	Não	Não	CIS	CIS	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	1	TREINAMENTO TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado		
Cancelado revisão	236	SETIC - DESENVOLVEDOR DE CONTEÚDOS EAD - Gestão do Conhecimento	Pablo Paulo Lopes Barros	Não	Sim	CIS	CIS	R\$ 1.400,00	R\$ 2.867,38	16	1	Gestão do Conhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cancelado na revisão	
Plano original	239	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	32	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	R\$ 4.250,00	R\$ 2.741,20	40	1	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	Gartner SYMPOSIUM/ITxpo	40	1	R\$ 4.250,00	R\$ 2.757,92	7277-41	Executado		
Plano original	240	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Outras áreas	Não	Não	Outras áreas	Outras áreas	R\$ 4.955,00	R\$ 0,00	36	6	Treinamento em elaboração de painéis	R\$ 4.954,50	R\$ 0,00	144	6	Treinamento em elaboração de painéis	Treinamento em elaboração de painéis	144	6	R\$ 4.954,50	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	241	CIT - ESPECIALISTA EM ARMAZENAMENTO - Storage (SCSI, RAID, LUN)	Anderson Medeiros Gomes	Não	Não	SST	CIT	R\$ 18.994,00	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	Operação e administração Ambiente 3PAR	40	1	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	8522-24 5855-65	Executado		
Plano original	242	CIT - ESPECIALISTA EM ARMAZENAMENTO - Storage (SCSI, RAID, LUN)	Germano de Mello Anderson	Não	Sim	SST	CIT	R\$ 18.994,00	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	Operação e administração Ambiente 3PAR	40	1	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	8522-24 5855-65	Executado		
Plano original	243	CIT - ESPECIALISTA EM ARMAZENAMENTO - Storage (SCSI, RAID, LUN)	André Luz Livi	Não	Não	SST	CIT	R\$ 18.994,00	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	Operação e administração Ambiente 3PAR	40	1	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	8522-24 5855-65	Executado		
Plano original	244	CIT - ESPECIALISTA EM ARMAZENAMENTO - Storage (SCSI, RAID, LUN)	Yusef Mshatma Henchenski Gódrão	Não	Não	SST	CIT	R\$ 18.994,00	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	40	1	Operação e administração Ambiente 3PAR	Operação e administração Ambiente 3PAR	40	1	R\$ 18.994,35	R\$ 0,00	8522-24 5855-65	Executado		
Plano original	245	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Anderson Medeiros Gomes	Não	Não	SST	CIT	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	246	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Evandro Bassanesi	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	247	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Fabiano Martins	Não	Não	SST	CIT	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	248	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Felipe Hoppe Levin	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	249	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Jener Gomes Teixeira Junior	Não	Não	SST	CIT	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	250	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Leandro Márcio Teixeira	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Plano original	251	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Software envolvido na solução corporativa de comunicação	Rodrigo Zarth	Não	Não	SGBD	CIT	R\$ 1.286,00	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	8	1	QlikSense Administração de Ambiente	QlikSense Administração de Ambiente	8	1	R\$ 1.285,71	R\$ 0,00	7548-84	Executado		
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	A DEFINIR	Sim	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	16	18	CURSO GERENCIAL DE TIC	-	-	-	-	-	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	-	-	-	-	-	-	7690-54	Executado
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Alberto Daniel Müller	Sim	Sim	CGTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado		
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Caroline Rocha Molina	Sim	Sim	SACTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado		
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Denilson Ribeiro de Quadros	Sim	Sim	CAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado		
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Diego Fraga Confessa	Sim	Sim	SAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado		
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Eric Guatmozin Silva	Não	Sim	SGBD	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado		

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO												PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO								
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Secão	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Ernani Soares Kern	Não	Sim	SRT	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Fábio de Oliveira Garcia	Sim	Sim	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Germano de Mello Andersson	Não	Sim	SST	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Lucas Pozatti	Não	Não	ESI	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Lúcia Gontarski Speranza	Não	Sim	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Maria Clara Lucena Adams	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Paulo Roberto Schmitt do Carmo	Não	Sim	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Rejane Goldstein Teichevsky	Não	Não	EPROC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Ricardo Krause Kurylenko	Sim	Sim	EPROC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Rubilar da Silva Jardim	Não	Sim	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	252	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Tiago da Silva Sutili	Não	Sim	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Curso Gerencial de TIC	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	16	1	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	7690-54	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	A DEFINIR	Sim	Não	A DEFINIR	A DEFINIR	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	24	18	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	-	-	-	-	Curso Fast Track: Interação Interáreas e Metodologias Ágeis (Scrum) para projetos inovadores	-	-	-	-	-	-	7003-77	Executado
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Alberto Daniel Müller	Sim	Sim	CGTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	André Soares Farias	Sim	Sim	CDS	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Caroline Rocha Molina	Sim	Sim	SACTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Cleonice Santos Condotta	Não	Sim	ESI	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Denilson Ribeiro de Quadros	Sim	Sim	CAU	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Eric Guatmozin Silva	Não	Sim	SGBD	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Ernani Soares Kern	Não	Sim	SRT	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Fábio de Oliveira Garcia	Sim	Sim	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Germano de Mello Andersson	Não	Sim	SST	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Lúcia Gontarski Speranza	Não	Sim	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Paula Medaglia Grussner	Não	Sim	SGE	CAU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Paulo Mendes Ribeiro Júnior	Sim	Sim	CIT	CIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Paulo Roberto Schmitt do Carmo	Não	Sim	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Rubilar da Silva Jardim	Não	Sim	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Atualização	253	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Tiago da Silva Sutili	Não	Sim	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	Aperfeiçoamento de Gestores de TI	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	24	1	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24	1	R\$ 1.743,16	R\$ 0,00	7003-77	Executado	
Plano original	254	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - Recursos de desenvolvimento web	João Adolfo Froede Lutz	Sim	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Elastic Search	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Elastic Search	Elastic Search	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	255	SETIC - SERVIDOR SETIC - Noções Gerais de Tecnologia da Informação	Beatriz Eva Vianna Werner	Não	Não	SACTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Segurança Informação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado	
Plano original	258	SETIC - SECRETARIA - Técnicas de Atendimento ao Público	Cynthia Siqueira Rodrigues	Não	Não	SETIC	SETIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Ética e serviço público	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Ética e serviço público	Ética e serviço público	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado	
Plano original	275	SETIC - SERVIDOR SETIC - Noções Gerais de Tecnologia da Informação	Simone Pereira Justino Goulart	Não	Não	SACTIC	CGTIC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Segurança Informação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado	
Plano original	295	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Relatórios (Web Intelligence)	Ademar Ramos Moreira Sobrinho	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Angular 1: crie webapps poderosas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Angular 1: crie webapps poderosas	Curso Angular 1: crie webapps poderosas	16	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	296	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Excel	Ademar Ramos Moreira Sobrinho	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	297	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Plataforma JEE	Alexandre da Costa Leite	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	17	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	
Plano original	298	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Plataforma JEE	Anderson Nascimento Miranda	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Threads 1: Programação paralela em Java	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Threads 1: Programação paralela em Java	Curso Threads 1: Programação paralela em Java	16	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	299	CDS - DESENVOLVEDOR JAVA - Plataforma JEE	Anderson Nascimento Miranda	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAX-RS e JERSEY : DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAX-RS e JERSEY : DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	JAX-RS e JERSEY : DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO													PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO						
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Seção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status
Plano original	300	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Anderson Nascimento Miranda	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	DJANGO: PROGRAMAÇÃO WEB COM PYTHON E SIMPLICIDADE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32	1	CARRERA: DESENVOLVEDOR PYTHON	CARRERA: DESENVOLVEDOR PYTHON	32	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	301	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	André Rodrigues da Silva	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Atualização	302	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	André Rodrigues da Silva	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	PYTHON I: PROGRAMANDO COM A LINGUAGEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas - PARTE 2	Angular 2: webapps ainda mais poderosas - PARTE 2	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	303	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	André Rodrigues da Silva	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6	1	Maven: Build do zero a web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6	1	Maven: Build do zero a web	Maven: Build do zero a web	6	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	304	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	André Rodrigues da Silva	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18	1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	18	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	305	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Carlos Eduardo N. da Fontoura	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	306	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Carlos Eduardo N. da Fontoura	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Jasmine: Testes automatizados em JavaScript	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Jasmine: Testes automatizados em JavaScript	Jasmine: Testes automatizados em JavaScript	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	307	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Carlos Eduardo N. da Fontoura	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	308	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Celso Munhoz Schmidt	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6	1	MongoDB: Uma alternativa aos bancos relacionais tradicionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	6	1	MongoDB: Uma alternativa aos bancos relacionais tradicionais	MongoDB: Uma alternativa aos bancos relacionais tradicionais	6	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	309	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Celso Munhoz Schmidt	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	PHP e MySQL I: Fundamentos para criar um sistema na Web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	PHP e MySQL I: Fundamentos para criar um sistema na Web	PHP e MySQL I: Fundamentos para criar um sistema na Web	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	310	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Celso Munhoz Schmidt	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso JavaScript: Programando na linguagem da web	Curso JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	311	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Celso Munhoz Schmidt	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	Curso JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	312	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Fabício Henrique Rodrigues	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Bootstrap: Boas práticas no Front-End	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	313	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Fabício Henrique Rodrigues	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	-	-	-	-	-	-	Não executado
Plano original	314	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Fabício Henrique Rodrigues	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Jasmine: Testes automatizados em JavaScript	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	315	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Relatórios (Web Intelligence)	Felipe Hoppe Levin	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso UX Strategy: divergindo e afinando ideias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso UX Strategy: divergindo e afinando ideias	Curso UX Strategy: divergindo e afinando ideias	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	7536-38	Executado
Plano original	316	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Felipe Nunes Flores	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	317	SETIC - SERVIDOR SETIC - Noções Gerais de Tecnologia da Informação	Felipe Nunes Flores	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Linux II: Programas, processos e pacotes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4	1	LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	4	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	318	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Integração de Dados (ETL)	Leandro Márcio Teixeira	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Oracle II: consultas complexas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Oracle II: consultas complexas	Oracle II: consultas complexas	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	319	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Integração de Dados (ETL)	Luciana Karst Passos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Oracle I: aprenda SQL usando esse famoso banco de dados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Oracle I: aprenda SQL usando esse famoso banco de dados	Oracle I: aprenda SQL usando esse famoso banco de dados	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	320	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Integração de Dados (ETL)	Luciana Karst Passos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Oracle II: consultas complexas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Oracle II: consultas complexas	Oracle II: consultas complexas	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	321	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Relatórios (Web Intelligence)	Luciana Karst Passos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Design editorial: criação de materiais gráficos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Design editorial: criação de materiais gráficos	Design editorial: criação de materiais gráficos	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	322	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Relatórios (Web Intelligence)	Luciana Karst Passos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	UX Usability: facilite a vida do seu usuário no mobile	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	UX Usability: facilite a vida do seu usuário no mobile	UX Usability: facilite a vida do seu usuário no mobile	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	323	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Relatórios (Web Intelligence)	Luciana Karst Passos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	UX Produto: monitore, mensure e teste o seu projeto	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	UX Produto: monitore, mensure e teste o seu projeto	UX Produto: monitore, mensure e teste o seu projeto	2	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	324	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Luiz Fernando Estivalet	Não	Não	SDS1	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	Curso JavaScript: Programando na linguagem da web	Curso JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	325	CDS - DESENVOLVEDOR PL/SQL - Oracle SQL e PL/SQL	Marcelo Zambiasi	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 6: DML e Transaction Control	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 6: DML e Transaction Control	Certificação Oracle SQL Fundamentals 6: DML e Transaction Control	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	326	CDS - DESENVOLVEDOR PL/SQL - Oracle SQL e PL/SQL	Marcelo Zambiasi	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	327	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Marcelo Zambiasi	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	328	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Marcelo Zambiasi	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	HTML e CSS: Os seus primeiros passos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	HTML e CSS: Os seus primeiros passos	HTML e CSS: Os seus primeiros passos	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	329	CDS - DESENVOLVEDOR PL/SQL - Oracle SQL e PL/SQL	Márcia de Lima Costa	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	330	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Márcia de Lima Costa	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	14	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	331	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Márcia de Lima Costa	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	9	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	332	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Márcio Bystronski	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	Curso HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	14	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	333	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Márcio Bystronski	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	9	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	334	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Márcio Bystronski	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 2: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 2: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 2: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	335	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Márcio Bystronski	Não	Não	SDSA	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 3: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 3: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 3: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	336	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Marcos Josué Nonnenmacher	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	337	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Marcos Josué Nonnenmacher	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Plano original	338	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Maria Clara Lucena Adams	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Curso SEO I: Rankeie bem no Google	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Curso SEO I: Rankeie bem no Google	Curso SEO I: Rankeie bem no Google	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Plano original	339	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Maria Clara Lucena Adams	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	JavaScript: Programando na linguagem da web	JavaScript: Programando na linguagem da web	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO													PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO							
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerenci al	Chefia	Seção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status	
Plano original	340	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Maria Clara Lucena Adams	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Java I: Primeiros passos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Java I: Primeiros passos	Curso Java I: Primeiros passos	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	
Plano original	341	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Excel	Nora Helena Rothfuchs Albrecht	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	342	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Excel	Nora Helena Rothfuchs Albrecht	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Excel II: Tabelas dinâmicas, validações e mais funções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Excel II: Tabelas dinâmicas, validações e mais funções	Excel II: Tabelas dinâmicas, validações e mais funções	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	343	CDS - ANALISTA DE TESTES - Automação de Testes	Regilaine Souza Leite Shiono	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Testes: TDD com Java	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Testes: TDD com Java	Testes: TDD com Java	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	344	CDS - ANALISTA DE TESTES - Automação de Testes	Regilaine Souza Leite Shiono	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Mock: Testes de comportamentos automatizados em Java	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Mock: Testes de comportamentos automatizados em Java	Mock: Testes de comportamentos automatizados em Java	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	345	CDS - ANALISTA DE TESTES - Automação de Testes	Regilaine Souza Leite Shiono	Não	Não	SAPJE	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em Java	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em Java	Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em Java	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	346	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Renato Batista de Moraes	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	10	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	347	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Renato Batista de Moraes	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	R\$ 0,00	R\$ 0,00	9	1	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	9	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	348	CDS - DESENVOLVEDOR WEB - JavaScript frameworks	Renato Batista de Moraes	Não	Não	SDINT	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Bootstrap: criação de uma single-page responsiva	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12	1	Bootstrap: criação de uma single-page responsiva	Bootstrap: criação de uma single-page responsiva	12	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	349	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 1: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	8	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 1: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 1: Processos de Gerenciamento de Projetos	8	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	350	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 2: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 2: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 2: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	351	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 3: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 3: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 3: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	352	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 4: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 4: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 4: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	353	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 5: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 5: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 5: Processos de Gerenciamento de Projetos	3	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	354	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 6: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 6: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 6: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	355	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 7: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 7: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 7: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	356	GERAL - GERENTE DE PROJETO □ PMI/PMBOK	Tiago Gomes Santos	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 8: Processos de Gerenciamento de Projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5	1	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 8: Processos de Gerenciamento de Projetos	Curso Certificação PMP e CAPM Parte 8: Processos de Gerenciamento de Projetos	5	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Plano original	357	CDS - DESENVOLVEDOR BI - Desenho de Relatórios (Web Intelligence)	Ademar Ramos Moreira Sobrinho	Não	Não	SDS2	CDS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Lógica de programação I: Os primeiros programas com Javascript e HTML	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Curso Lógica de programação I: Os primeiros programas com Javascript e HTML	Curso Lógica de programação I: Os primeiros programas com Javascript e HTML	16	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5236-38	Executado	
Incluído revisão	358	-	Outras áreas	-	-	Outras áreas	Outras áreas	-	-	-	-	-	R\$ 7.110,49	R\$ 0,00	-	-	-	Curso Noções básicas sobre o func. e rotinas das áreas judiciárias (Projeto 425 da SETIC)	Curso Noções básicas sobre o func. e rotinas das áreas judiciárias (Projeto 425 da SETIC)	-	-	R\$ 7.110,49	R\$ 0,00	5236-38	Executado
Incluído revisão	359	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Adriano Simioni	Não	Não	SST	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado	
Incluído revisão	360	CDS - DESENVOLVEDOR	Alan Diego dos Santos	Não	Não	SDS2	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 189,00	R\$ 5.162,46	16	1	Congresso de Direito e Tecnologia	Congresso de Direito e Tecnologia	20	1	R\$ 189,00	R\$ 3.395,63	8084-61	Executado	
Incluído revisão	361	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Alberto Daniel Müller	Não	Sim	CGTIC	CGTIC	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 3.898,50	16	1	FÓRUM NACIONAL DE CONTRATAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	FÓRUM NACIONAL DE CONTRATAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	16	1	R\$ 0,00	R\$ 7.340,16	7290-40	Executado	
Incluído revisão	362	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de servidores	André Luz Livi	Não	Não	SST	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	32	1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	7854-19	Executado	
Incluído revisão	363	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	André Soares Farias	Sim	Sim	CDS	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	16	1	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	16	1	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	6420-92	Executado	
Incluído revisão	364	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	André Soares Farias	Sim	Sim	CDS	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	365	CGTIC - GERENTE DE PORTFÓLIO DE PROJETOS - Conhecimento avançado em projetos e portfólios de acordo com o PMBOK	Cintila Frigo Petuco	Sim	Sim	EP	CGTIC	-	-	-	-	-	R\$ 1.772,90	R\$ 6.004,17	24	1	16 Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos + Workshop	16 Seminário Internacional de Gerenciamento de Projetos + Workshop	24	1	R\$ 1.772,90	R\$ 4.272,84	7967-70	Executado	
Incluído revisão	366	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Cleonice Santos Condotta	Não	Sim	ESI	CGTIC	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	367	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Deise Alexandra Koelber Albino	Sim	Sim	EP	CGTIC	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	368	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Denilson Ribeiro de Quadros	Sim	Sim	CAU	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	369	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Diego Fraga Confessa	Sim	Sim	SAU	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	370	CAU - DESENVOLVEDOR - JavaScript frameworks	Dinei André Rockenbach	Não	Não	SM	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 630,00	R\$ 0,00	12	1	Java e JPA: Otimizações com JPA2 e Hibernate	Java e JPA: Otimizações com JPA2 e Hibernate	17	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	
Incluído revisão	371	CIT - ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS - Banco de Dados Oracle (básico e avançado)	Eric Guatimozin Silva	Não	Sim	SGBD	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 4.301,46	16	1	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	16	1	R\$ 0,00	R\$ 4.301,46	7529-44	Executado	
Incluído revisão	372	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Eric Guatimozin Silva	Não	Sim	SGBD	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	373	CIT - ESPECIALISTA EM DATACENTER - Computadores servidores (instalação, manutenção)	Everton Luis Berz	Não	Não	SGBD	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.560,49	8	1	I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	8	1	R\$ 0,00	R\$ 2.560,49	3039-76	Executado	
Incluído revisão	374	GERAL - GERENTE DE PROJETO - Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	Fábio de Oliveira Garcia	Sim	Sim	SAPJE	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado	
Incluído revisão	375	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Fábio de Oliveira Garcia	Sim	Sim	SAPJE	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado	
Incluído revisão	376	CAU - DESENVOLVEDOR - Webservices	Felipe dos Santos Giacomel	Não	Não	SM	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 630,00	R\$ 0,00	15	1	EJB: O poder da Java EE (15h) - Allura	EJB: O poder da Java EE (15h) - Allura	15	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado	

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DA SETIC - 2017

PLANEJAMENTO											PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO					EXECUÇÃO								
Origem	Id	Perfil/Conhecimento	Nome	Gerencial	Chefia	Seção	Coord.	Valor Original	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Valor	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	Carga Horária	Vagas	Nome Treinamento	Nome do treinamento	Carga-horária	Vagas	Valor treinamento	Total Diárias + adicional de deslocamento + passagens	PA	Status
Incluído	377	CAU - DESENVOLVEDOR - Webservices	Felipe dos Santos Giacomel	Não	Não	SM	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	1	Angular 1: crie webapps poderosas	Angular 1: crie webapps poderosas	16	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4224-52	Executado
Incluído	378	CIT - ESPECIALISTA EM DATACENTER - Computadores servidores (instalação, manutenção)	Germano de Mello Andersson	Não	Sim	SST	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.560,49	8	1	ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	8	1	R\$ 0,00	R\$ 2.560,49	3039-76	Executado
Incluído	379	CAU - SERVIDOR CAU - ITIL	Guilherme dos Santos Barreto	Não	Não	SAU	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	16	1	DST: Desktop Support Technician	DST: Desktop Support Technician	16	1	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	7040-07	Executado
Incluído	380	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Guilherme dos Santos Barreto	Não	Não	SAU	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10	1	AUD 3.0	Treinamento em PJe 1º Grau	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Executado
Incluído	381	CAU - ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE 1º GRAU - Sistemas de 1º grau	Guilherme dos Santos Barreto	Não	Não	SAU	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	1	AUD - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 3.0.2	-	-	-	-	-	-	Não executado
Incluído	382	CAU - SERVIDOR CAU - Técnicas de Atendimento ao Público	Guilherme dos Santos Barreto	Não	Não	SAU	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	ATENDIMENTO AO CIDADAO	-	-	-	-	-	-	Não executado
Incluído	383	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Ismael Stangherlini	Não	Não	SM	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	5627-56	Executado
Incluído	384	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Janina Alves Fagundes	Não	Não	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Testes de Software – Planejamento e Execução	Testes de Software – Planejamento e Execução	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado
Incluído	385	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Janina Alves Fagundes	Não	Não	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 590,00	R\$ 0,00	20	1	Lógica de Programação	Lógica de Programação	20	1	R\$ 590,00	R\$ 0,00	8088-98	Executado
Incluído	386	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Janina Alves Fagundes	Não	Não	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24	1	Gerência de Projetos	Gerência de Projetos	24	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4844-64	Executado
Incluído	387	GERAL - ESPECIALISTA EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - Instrutoria pedagógica	Janina Alves Fagundes	Não	Não	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	12	1	Curso Chora PPT	Curso Chora PPT	12	1	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	8085-46	Executado
Incluído	388	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Janina Alves Fagundes	Não	Não	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado
Incluído	389	CIT - ESPECIALISTA EM REDES - LAN	Julio César Zinn Ferreira	Não	Não	SRT	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 3.081,00	R\$ 0,00	168	1	Formação CISCO: CCNA+CCNP	Formação CISCO: CCNA+CCNP	168	1	R\$ 3.081,00	R\$ 0,00	5970-52	Executado
Incluído	390	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Lúcia Gontarski Speranza	Não	Sim	SDS1	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado
Incluído	391	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Márcio Bystronski	Não	Não	SDSA	CDS	-	-	-	-	-	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado
Incluído	392	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Natacha Moraes de Oliveira	Sim	Sim	SETIC	SETIC	-	-	-	-	-	R\$ 3.400,00	R\$ 3.818,80	21	1	Data & Analytics Summit	Data & Analytics Summit	21	1	R\$ 3.400,00	R\$ 3.818,80	2874-29	Executado
Incluído	393	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Natacha Moraes de Oliveira	Sim	Sim	SETIC	SETIC	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	16	1	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	16	1	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	6420-92	Executado
Incluído	394	GERAL - GERENTE DE PROJETO - PMI/PMBOK	Natacha Moraes de Oliveira	Sim	Sim	SETIC	SETIC	-	-	-	-	-	R\$ 512,00	R\$ 0,00	19	1	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	14 Congresso de Gerenciamento de Projetos	19	1	R\$ 512,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado
Incluído	395	GERAL - GESTOR - Competências Gerenciais	Natacha Moraes de Oliveira	Sim	Sim	SETIC	SETIC	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 11.406,00	16	1	II Encontro para Fomento e Capacitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe)	II Encontro para Fomento e Capacitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe)	16	1	R\$ 0,00	R\$ 2.851,61	8086-31	Executado
Incluído	396	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Natacha Moraes de Oliveira	Sim	Sim	SETIC	SETIC	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado
Incluído	397	SETIC - SERVIDOR SETIC - Noções Gerais de Tecnologia da Informação	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	16	1	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	16	1	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	6420-92	Executado
Incluído	398	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado
Incluído	399	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Testes de Software – Planejamento e Execução	Testes de Software – Planejamento e Execução	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado
Incluído	400	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 300,00	R\$ 0,00	4	1	Workshop Feedback para gestores de projetos	Workshop Feedback para gestores de projetos	4	1	R\$ 300,00	R\$ 0,00	7085-11	Executado
Incluído	401	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Pablo Paulo Lopes Barros	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado
Incluído	402	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Paulo Mendes Ribeiro Júnior	Sim	Sim	CIT	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	16	1	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP	16	1	R\$ 0,00	R\$ 2.580,37	6420-92	Executado
Incluído	403	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Paulo Mendes Ribeiro Júnior	Sim	Sim	CIT	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado
Incluído	404	CAU - ESPECIALISTA EM ESTAÇÕES DE TRABALHO - Sistemas Operacionais Microsoft	Paulo Ricardo Ritter	Não	Não	SM	CAU	-	-	-	-	-	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	M10982 - Supporting And Troubleshooting Windows 10	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	5627-56	Executado
Incluído	405	SETIC - ESPECIALISTA EM GOVERNANÇA DE TI - Governança de TI	Ricardo Krause Kurjenko	Sim	Sim	EPROC	CGTIC	-	-	-	-	-	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	16	1	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	Análise de ambiente e elaboração de PDTI	16	1	R\$ 1.538,46	R\$ 0,00	6690-19	Executado
Incluído	406	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Thales Antunes Soffiatti	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Testes de Software – Planejamento e Execução	Testes de Software – Planejamento e Execução	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado
Incluído	407	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Thiago de Azevedo Dornelles	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	Treinamento Testes de Softwares - Fundamentos	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado
Incluído	408	SETIC - ANALISTA DE TESTES - Teste de Unidade	Thiago de Azevedo Dornelles	Sim	Sim	CIS	CIS	-	-	-	-	-	R\$ 617,00	R\$ 0,00	20	1	Testes de Software – Planejamento e Execução	Testes de Software – Planejamento e Execução	20	1	R\$ 617,50	R\$ 0,00	6661-66	Executado
Incluído	409	CIT - ADMINISTRADOR DE SISTEMAS - Virtualização de servidores	Yusef Mahatma Henschki Gidrao	Não	Não	SST	CIT	-	-	-	-	-	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32	1	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	RH318 - Red Hat Enterprise Virtualization	32	1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	7854-19	Executado
			Alan Diego dos Santos	Não	Não	SDS2	CDS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Assinatura anual Alura - Treinamento será realizado em 2018. Treinamento: Design Patterns Python I: Boas práticas de programação - 16h	-	-	R\$ 630,00	R\$ 0,00	4224-52	Não executado
TOTAIS								R\$ 457.805,09		4936	376		R\$ 485.161,34		6031	311			5617	281	R\$ 475.057,08			

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TIC - 2017
QUADRO SÍNTESE

RESUMO POR SEÇÃO/COORDENADORIA

Secretaria / Coord.	Seção	Nº Servidores	Nº Vagas	PLANEJADO			
				Valor Estimado		Carga Horária	
				Treinamento	Diárias, Passagens e Adicional de Deslocamento		
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	SETIC	2	2	R\$ 0,00	R\$ 3.880,27	52
CAU	Coordenadoria de Atendimento a Usuários	CAU	1	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	72
	Seção de Atendimento a Usuários	SAU	21	46	R\$ 13.130,00	R\$ 0,00	599
	Seção de Gerenciamento de Equipamentos	SGE	9	11	R\$ 1.574,00	R\$ 0,00	233
	Seção de Microinformática	SM	9	11	R\$ 12.842,00	R\$ 0,00	285
CDS	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	CDS	1	2	R\$ 8.350,00	R\$ 7.580,45	48
	Seção de Administração do PJe	SAPJE	10	23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	394
	Seção de Desenvolvimento de Internet e Intranet	SDINT	9	19	R\$ 9.670,00	R\$ 8.289,47	457
	Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos	SDSA	8	30	R\$ 1.800,00	R\$ 0,00	370
	Seção de Desenvolvimento de Sistemas de 1º Grau	SDS1	6	9	R\$ 1.439,00	R\$ 0,00	160
	Seção de Desenvolvimento de Sistemas de 2º Grau	SDS2	7	28	R\$ 10.877,00	R\$ 3.171,25	305
CGTIC	Coordenadoria de Gestão de TIC	CGTIC	1	2	R\$ 6.455,00	R\$ 3.880,27	48
	Escritório de Processos de TI	EPROC	2	4	R\$ 4.294,00	R\$ 0,00	82
	Escritório de Projetos de TIC	EP	2	5	R\$ 6.770,00	R\$ 3.373,83	104
	Escritório de Segurança da Informação	ESI	2	3	R\$ 8.015,00	R\$ 2.867,39	80
	Seção de Apoio a Contratações de TIC	SACTIC	4	6	R\$ 5.906,00	R\$ 0,00	116
CIC	Coordenadoria de Implantação de Sistemas	CIS	4	7	R\$ 6.875,00	R\$ 6.747,65	120
CIT	Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica	CIT	1	2	R\$ 8.350,00	R\$ 6.747,66	48
	Seção de Gerenciamento de Banco de Dados	SGBD	6	8	R\$ 32.728,00	R\$ 0,00	256
	Seção de Redes e Telecomunicações	SRT	10	10	R\$ 33.480,00	R\$ 3.120,61	336
	Seção de Suporte Técnico	SST	12	20	R\$ 138.723,00	R\$ 23.857,98	615
-	A DEFINIR	-	-	120	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	120
-	Outras áreas	-	-	6	R\$ 4.955,00	R\$ 0,00	36
	TOTAL		127	376	R\$ 380.408,00	R\$ 77.397,09	4936
			TOTAL GERAL		R\$ 457.805,09		

Nº Vagas	PLANEJAMENTO ATUALIZADO/REVISÃO		
	Valor Estimado		Carga Horária
	Treinamento	Diárias, Passagens e Adicional de Deslocamento	
7	R\$ 5.450,46	R\$ 20.546,37	148
4	R\$ 9.281,62	R\$ 2.741,20	96
46	R\$ 18.169,34	R\$ 0,00	597
10	R\$ 3.633,16	R\$ 0,00	257
11	R\$ 12.087,70	R\$ 0,00	248
5	R\$ 6.681,62	R\$ 9.140,37	117
28	R\$ 7.293,62	R\$ 0,00	491
18	R\$ 12.245,16	R\$ 5.464,98	381
33	R\$ 5.895,16	R\$ 0,00	439
12	R\$ 5.265,16	R\$ 0,00	259
31	R\$ 13.782,34	R\$ 8.981,26	366
5	R\$ 5.031,62	R\$ 6.478,87	88
6	R\$ 8.237,37	R\$ 0,00	104
8	R\$ 11.351,42	R\$ 12.008,34	158
5	R\$ 10.255,62	R\$ 6.223,50	118
6	R\$ 5.693,16	R\$ 2.475,46	110
18	R\$ 17.996,08	R\$ 5.321,57	348
5	R\$ 7.531,62	R\$ 9.623,03	112
13	R\$ 37.759,05	R\$ 6.861,95	336
10	R\$ 21.804,16	R\$ 0,00	480
22	R\$ 136.201,71	R\$ 15.582,30	586
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	48
6	R\$ 12.064,99	R\$ 0,00	144
311	R\$ 373.712,16	R\$ 111.449,18	6031
TOTAL GERAL	R\$ 485.161,34		

Nº Vagas	EXECUTADO		
	Valor		Carga Horária
	Treinamento	Diárias, Passagens e Adicional de Deslocamento	
7	R\$ 5.450,46	R\$ 12.008,70	148
4	R\$ 9.281,62	R\$ 2.757,92	96
25	R\$ 18.169,34	R\$ 0,00	357
9	R\$ 3.633,16	R\$ 0,00	217
8	R\$ 12.087,70	R\$ 0,00	200
5	R\$ 6.681,62	R\$ 9.157,09	117
28	R\$ 7.293,62	R\$ 0,00	491
18	R\$ 12.245,16	R\$ 5.464,98	381
32	R\$ 5.895,16	R\$ 0,00	427
12	R\$ 5.265,16	R\$ 0,00	256
31	R\$ 14.412,34	R\$ 7.214,43	370
5	R\$ 5.031,62	R\$ 9.920,53	88
6	R\$ 8.237,37	R\$ 0,00	104
8	R\$ 11.351,42	R\$ 8.545,68	158
5	R\$ 10.255,62	R\$ 6.223,50	118
6	R\$ 5.693,16	R\$ 1.995,86	106
18	R\$ 18.000,08	R\$ 5.338,29	348
5	R\$ 7.531,62	R\$ 9.639,75	112
13	R\$ 37.759,05	R\$ 6.861,95	336
10	R\$ 21.804,16	R\$ 0,00	480
20	R\$ 136.201,71	R\$ 15.582,30	563
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
6	R\$ 12.064,99	R\$ 0,00	144
281	R\$ 374.346,10	R\$ 100.710,98	5617
TOTAL GERAL	R\$ 475.057,08		

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TIC - 2017
QUADRO SÍNTESE

RESUMO POR SERVIDOR

Nº	Nome	Seção	Coord.	PLANEJADO			
				Nº Vagas	Valor Estimado		
				Treinamento	Diárias e Passagens	Carga Horária	
	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	120	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	120
	Outras áreas	Outras áreas	Outras áreas	6	R\$ 4.955,00	R\$ 0,00	36
1	Ademar Ramos Moreira Sobrinho	SDS2	CDS	4	R\$ 826,00	R\$ 0,00	64
2	Adriano Simioni	SST	CIT	1	R\$ 7.853,00	R\$ 5.028,19	40
3	Alan Diego dos Santos	SDS2	CDS	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
4	Alberto Daniel Müller	CGTIC	CGTIC	2	R\$ 6.455,00	R\$ 3.880,27	48
5	Alberto Epaminondas Júnior	SM	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23
6	Alex Risicato Fagundes	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22
7	Alexandre da Costa Leite	SDS1	CDS	2	R\$ 600,00	R\$ 0,00	40
8	Alexandre Diefenthaler	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
9	Alexandre Kupac	SGE	CAU	1	R\$ 600,00	R\$ 0,00	20
10	Alisson Moscato Loy	SAU	CAU	2	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	36
11	Ana Lúcia Moreira	SM	CAU	3	R\$ 1.482,00	R\$ 0,00	66
12	Ana Naiara Malavolta Saupe	SM	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
13	Anderson Medeiros Gomes	SST	CIT	3	R\$ 26.910,07	R\$ 5.028,19	88
14	Anderson Nascimento Miranda	SDS1	CDS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44
15	André Luz Livi	SST	CIT	2	R\$ 23.194,00	R\$ 0,00	72
16	André Rodrigues da Silva	SDSA	CDS	5	R\$ 600,00	R\$ 0,00	70
17	André Soares Farias	CDS	CDS	2	R\$ 8.350,00	R\$ 7.580,45	48
18	Anna Karina Queiroz	SAU	CAU	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32
19	Antonio Lucas Neres de Oliveira Barros	SAPJE	CDS	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	60
20	Beatriz Eva Vianna Werner	SACTIC	CGTIC	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
21	Bruno Schmidt Marques	SST	CIT	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
22	Carla Tondin de Oliveira	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
23	Carlos Eduardo N. da Fontoura	SAPJE	CDS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44
24	Carlos Theno Schmidt Filho	SST	CIT	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23
25	Caroline Rocha Molina	SACTIC	CGTIC	1	R\$ 1.020,00	R\$ 0,00	24
26	Celso Munhoz Schmidt	SDSA	CDS	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	62
27	Charles Ferreira Falcão	SM	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
28	Cintha Siqueira Rodrigues	SETIC	SETIC	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
29	Cintia Frigo Petuco	EP	CGTIC	2	R\$ 2.320,00	R\$ 0,00	40
30	Cleonice Santos Condotta	ESI	CGTIC	1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	24
31	Daniel Fraga Vieira	SAU	CAU	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32
32	Daniel Lazzarotto	SAU	CAU	2	R\$ 2.173,00	R\$ 0,00	44
33	Davi Cruz Campanher	SST	CIT	1	R\$ 7.853,00	R\$ 4.386,71	40
34	Deise Alexandra Koelber Albino	EP	CGTIC	3	R\$ 4.450,00	R\$ 3.373,83	64
35	Denilson Ribeiro de Quadros	CAU	CAU	2	R\$ 4.175,00	R\$ 3.880,27	72
36	Diana S. Alves de Messias	SAPJE	CDS	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
37	Diego Fraga Contessa	SAU	CAU	2	R\$ 1.482,00	R\$ 0,00	31
38	Dinei André Rockenbach	SM	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
39	Diogo Pires Gili	SAU	CAU	2	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	36
40	Edson Einei Lehr	SGBD	CIT	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
41	Eduardo Martins da Rocha	SRT	CIT	1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40
42	Eliete Santos de Carvalho	SAU	CAU	4	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	48
43	Eric Guatimozin Silva	SGBD	CIT	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
44	Ermani Soares Kern	SRT	CIT	1	R\$ 1.440,00	R\$ 0,00	24
45	Evandro Bassanesi	SGBD	CIT	2	R\$ 6.312,00	R\$ 0,00	48
46	Everton Luis Berz	SGBD	CIT	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
47	Everton Rafael Polina	SAU	CAU	3	R\$ 800,00	R\$ 0,00	28
48	Fabiano Martins	SST	CIT	2	R\$ 5.486,00	R\$ 0,00	40
49	Fabiano Moreira Correa	SAU	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
50	Fábio de Oliveira Garcia	SAPJE	CDS	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10
51	Fabricao Costa da Silva	SAPJE	CDS	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	58
52	Fabricao Henrique Rodrigues	SDSA	CDS	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	48
53	Felipe Bohm da Cunha	SST	CIT	1	R\$ 7.000,00	R\$ 5.028,19	40

Nº Vagas	ATUALIZADO		
	Valor Estimado		Carga Horária
	Treinamento	Diárias e Passagens	
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	48
6	R\$ 12.064,99	R\$ 0,00	144
4	R\$ 825,75	R\$ 0,00	64
2	R\$ 8.366,00	R\$ 3.995,58	59
1	R\$ 189,00	R\$ 5.162,46	16
5	R\$ 5.031,62	R\$ 6.478,87	88
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22
2	R\$ 630,00	R\$ 0,00	40
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	20
2	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	36
3	R\$ 3.327,70	R\$ 0,00	62
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
3	R\$ 25.080,07	R\$ 0,00	80
3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	60
2	R\$ 23.794,35	R\$ 0,00	72
5	R\$ 630,00	R\$ 0,00	72
5	R\$ 6.681,62	R\$ 9.140,37	117
3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	98
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	23
3	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	50
5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	62
1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
3	R\$ 4.034,90	R\$ 6.004,17	59
2	R\$ 3.281,62	R\$ 0,00	40
4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24
2	R\$ 2.133,00	R\$ 0,00	44
1	R\$ 7.854,00	R\$ 5.030,64	40
5	R\$ 7.316,52	R\$ 6.004,17	99
4	R\$ 9.281,62	R\$ 2.741,20	96
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
4	R\$ 6.609,32	R\$ 0,00	72
1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	12
2	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	36
1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
5	R\$ 10.057,62	R\$ 4.301,46	112
2	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	40
2	R\$ 6.311,71	R\$ 0,00	48
2	R\$ 5.026,00	R\$ 2.560,49	48
3	R\$ 512,00	R\$ 0,00	23
2	R\$ 6.085,71	R\$ 0,00	40
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
5	R\$ 5.543,62	R\$ 0,00	85
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	56
1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32

Nº Vagas	EXECUTADO		
	Valor		Carga Horária
	Treinamento	Diárias e Passagens	
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
6	R\$ 12.064,99	R\$ 0,00	144
4	R\$ 825,75	R\$ 0,00	64
2	R\$ 8.366,00	R\$ 3.995,58	59
1	R\$ 819,00	R\$ 3.395,63	20
5	R\$ 5.031,62	R\$ 9.920,53	88
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
2	R\$ 630,00	R\$ 0,00	37
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	20
1	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	16
2	R\$ 3.327,70	R\$ 0,00	32
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
3	R\$ 25.080,07	R\$ 0,00	80
3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	60
2	R\$ 23.794,35	R\$ 0,00	72
5	R\$ 630,00	R\$ 0,00	72
5	R\$ 6.681,62	R\$ 9.157,09	117
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	12
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	98
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
3	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	50
5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	62
1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
3	R\$ 4.034,90	R\$ 4.272,84	59
2	R\$ 3.281,62	R\$ 0,00	40
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4
2	R\$ 2.133,00	R\$ 0,00	44
1	R\$ 7.854,00	R\$ 5.030,64	40
5	R\$ 7.316,52	R\$ 4.272,84	99
4	R\$ 9.281,62	R\$ 2.757,92	96
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
4	R\$ 6.609,32	R\$ 0,00	72
1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	17
2	R\$ 1.299,96	R\$ 0,00	36
1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
5	R\$ 10.057,62	R\$ 4.301,46	112
2	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	40
2	R\$ 6.311,71	R\$ 0,00	48
2	R\$ 5.026,00	R\$ 2.560,49	48
3	R\$ 512,00	R\$ 0,00	23
2	R\$ 6.085,71	R\$ 0,00	40
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
5	R\$ 5.543,62	R\$ 0,00	85
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	36
1	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	32

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TIC - 2017
QUADRO SÍNTESE

RESUMO POR SERVIDOR

Nº	Nome	Seção	Coord.	PLANEJADO			ATUALIZADO			EXECUTADO					
				Nº Vagas	Valor Estimado		Carga Horária	Nº Vagas	Valor Estimado		Carga Horária	Nº Vagas	Valor		Carga Horária
					Treinamento	Diárias e Passagens			Treinamento	Diárias e Passagens			Treinamento	Diárias e Passagens	
54	Felipe dos Santos Giacomet	SM	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	2	R\$ 630,00	R\$ 0,00	31	2	R\$ 630,00	R\$ 0,00	31
55	Felipe Hoppe Levin	SDS2	CDS	3	R\$ 2.112,00	R\$ 0,00	44	3	R\$ 2.111,46	R\$ 0,00	44	3	R\$ 2.111,46	R\$ 0,00	44
56	Felipe Luiz Christofolini Giotto	SAPJE	CDS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	56	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	56	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	56
57	Felipe Nunes Flores	SAPJE	CDS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	36	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	36
58	Felipe Petersen	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
59	Fernando Trebien	SDINT	CDS	3	R\$ 2.400,00	R\$ 4.409,21	56	3	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	56	3	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	56
60	Francisco Flesch	SAU	CAU	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
61	Germano de Mello Andersson	SST	CIT	2	R\$ 23.194,00	R\$ 0,00	72	5	R\$ 27.287,51	R\$ 2.560,49	120	5	R\$ 27.287,51	R\$ 2.560,49	120
62	Guilherme Costa Maciel	SRT	CIT	1	R\$ 1.700,00	R\$ 0,00	20	1	R\$ 3.170,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 3.170,00	R\$ 0,00	40
63	Guilherme dos Santos Barreto	SAU	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	4	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	48	2	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	36
64	Guilherme Lorenzoni Algarve	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
65	Guilherme Wolf Wander	SRT	CIT	1	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	32	1	R\$ 4.240,00	R\$ 0,00	32	1	R\$ 4.240,00	R\$ 0,00	32
66	Gustavo Adolfo Kellermann	SRT	CIT	1	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 3.400,00	R\$ 0,00	40
67	Ismael Stangherlini	SM	CAU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
68	Jackson Guterres dos Santos	SAU	CAU	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
69	Janina Alves Fagundes	CIS	CIS	1	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20	6	R\$ 4.712,46	R\$ 0,00	112	6	R\$ 4.713,46	R\$ 0,00	112
70	Jener Gomes Teixeira Junior	SST	CIT	2	R\$ 9.139,00	R\$ 4.386,71	48	2	R\$ 9.139,71	R\$ 3.995,59	48	2	R\$ 9.139,71	R\$ 3.995,59	48
71	João Adolfo Froede Lutz	SDINT	CDS	3	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	78	3	R\$ 912,00	R\$ 0,00	64	3	R\$ 912,00	R\$ 0,00	64
72	João Francisco Moreira da Encarnação	SRT	CIT	1	R\$ 7.640,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40
73	Joice Pavék Figueiró	SDINT	CDS	2	R\$ 585,00	R\$ 0,00	46	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
74	José Alexandre de Vargas Rigo	SAU	CAU	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22
75	José Luis Borges	SGE	CAU	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
76	Juliano Siebel	SRT	CIT	1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
77	Júlio César Zinn Ferreira	SRT	CIT	1	R\$ 1.700,00	R\$ 3.120,61	20	1	R\$ 3.081,00	R\$ 0,00	168	1	R\$ 3.081,00	R\$ 0,00	168
78	Leandro Augusto de Oliveira	SRT	CIT	1	R\$ 1.920,00	R\$ 0,00	40	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
79	Leandro Márcio Teixeira	SDS2	CDS	3	R\$ 2.112,00	R\$ 0,00	40	3	R\$ 2.111,46	R\$ 0,00	40	3	R\$ 2.111,46	R\$ 0,00	40
80	Leandro Zulian Gallina	SDINT	CDS	2	R\$ 450,00	R\$ 0,00	58	2	R\$ 912,00	R\$ 0,00	42	2	R\$ 912,00	R\$ 0,00	42
81	Leonardo Ribeiro Damiani	SST	CIT	1	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
82	Lucas Pozatti	ESI	CGTIC	2	R\$ 6.095,00	R\$ 2.867,39	56	3	R\$ 6.974,00	R\$ 6.223,50	78	3	R\$ 6.974,00	R\$ 6.223,50	78
83	Lúcia Gontarski Speranza	SDS1	CDS	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16	4	R\$ 4.005,16	R\$ 0,00	75	4	R\$ 4.005,16	R\$ 0,00	75
84	Luciana Karst Passos	SDS2	CDS	6	R\$ 826,00	R\$ 0,00	60	6	R\$ 825,75	R\$ 0,00	60	6	R\$ 825,75	R\$ 0,00	60
85	Luciano Cipriani	SGE	CAU	3	R\$ 600,00	R\$ 0,00	33	3	R\$ 630,00	R\$ 0,00	33	3	R\$ 630,00	R\$ 0,00	33
86	Luciano Petter	SDS1	CDS	1	R\$ 839,00	R\$ 0,00	20	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	44	1	R\$ 630,00	R\$ 0,00	44
87	Lúcio Bisso Teixeira	SAU	CAU	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	22	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
88	Luis Augusto Dutra Benites	SAU	CAU	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
89	Luis Carlos Porto	SRT	CIT	1	R\$ 7.640,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40
90	Luiz Fernando Estivalet	SDS1	CDS	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40
91	Marcelo Zambiasi	SDSA	CDS	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	49	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	49	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	49
92	Márcia de Lima Costa	SDSA	CDS	4	R\$ 600,00	R\$ 0,00	40	4	R\$ 630,00	R\$ 0,00	40	4	R\$ 630,00	R\$ 0,00	44
93	Márcio Bystronski	SDSA	CDS	5	R\$ 600,00	R\$ 0,00	41	6	R\$ 1.142,00	R\$ 0,00	60	6	R\$ 1.142,00	R\$ 0,00	64
94	Marcos Aurélio Porto	SDS1	CDS	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
95	Marcos Josué Nonnenmacher	SAPJE	CDS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	44
96	Maria Clara Lucena Adams	SAPJE	CDS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	4	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	56	4	R\$ 1.750,00	R\$ 0,00	56
97	Maria Ester Fonseca Vieira	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
98	Marina André Gonzalez	SGE	CAU	1	R\$ 187,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	80	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	80
99	Michel Barreto da Silva	SDSA	CDS	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40
100	Natacha Moraes de Oliveira	SETIC	SETIC	1	R\$ 0,00	R\$ 3.880,27	32	6	R\$ 5.450,46	R\$ 20.546,37	128	6	R\$ 5.450,46	R\$ 12.008,70	128
101	Nora Helena Rothfuchs Albrecht	SDS2	CDS	3	R\$ 826,00	R\$ 0,00	40	3	R\$ 825,75	R\$ 0,00	40	3	R\$ 825,75	R\$ 0,00	40
102	Pablo Paulo Lopes Barros	CIS	CIS	2	R\$ 5.575,00	R\$ 6.747,65	48	8	R\$ 10.815,62	R\$ 5.321,57	156	8	R\$ 10.816,62	R\$ 5.338,29	156
103	Paula Medaglia Grussner	SGE	CAU	1	R\$ 187,00	R\$ 0,00	40	2	R\$ 2.373,16	R\$ 0,00	64	1	R\$ 2.373,16	R\$ 0,00	24
104	Paulo Mendes Ribeiro Júnior	CIT	CIT	2	R\$ 8.350,00	R\$ 6.747,66	48	5	R\$ 7.531,62	R\$ 9.623,03	112	5	R\$ 7.531,62	R\$ 9.639,75	112
105	Paulo Niedersberg Correia Lima	SAU	CAU	2	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	36	2	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	36	1	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	16
106	Paulo Ricardo Ritter	SM	CAU	1	R\$ 1.360,00	R\$ 0,00	16	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40	1	R\$ 2.500,00	R\$ 0,00	40
107	Paulo Roberto Schmitt do Carmo	SDS2	CDS	1	R\$ 4.175,00	R\$ 3.171,25	16	3	R\$ 6.893,16	R\$ 3.818,80	61	3	R\$ 6.893,16	R\$ 3.818,80	61

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TIC - 2017
QUADRO SÍNTESE

RESUMO POR SERVIDOR

Nº	Nome	Seção	Coord.	PLANEJADO			
				Nº Vagas	Valor Estimado		Carga Horária
					Treinamento	Diárias e Passagens	
108	Pedro Henrique Oliveira dos Santos	SDINT	CDS	2	R\$ 2.400,00	R\$ 3.880,27	52
109	Regilaine Souza Leite Shiono	SAPJE	CDS	4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	42
110	Rejane Goldstein Telichevesky	EPROC	CGTIC	3	R\$ 2.014,00	R\$ 0,00	66
111	Renato Batista de Moraes	SDINT	CDS	4	R\$ 385,00	R\$ 0,00	47
112	Rhuan Paulo Lopes Barros	SACTIC	CGTIC	2	R\$ 2.606,00	R\$ 0,00	32
113	Ricardo Krause Kurylenko	EPROC	CGTIC	1	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	16
114	Roberto Pereira da Rosa	SGBD	CIT	1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
115	Roberto Weiss	SAU	CAU	2	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	26
116	Rodrigo Vicente do Nascimento	SDINT	CDS	1	R\$ 450,00	R\$ 0,00	40
117	Rodrigo Zarth	SGBD	CIT	2	R\$ 6.312,00	R\$ 0,00	48
118	Rubilar da Silva Jardim	SDSA	CDS	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20
119	Silvana Maria Oliveira da Silva	SAU	CAU	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
120	Simone Pereira Justino Goulart	SACTIC	CGTIC	2	R\$ 2.280,00	R\$ 0,00	40
121	Stefano Drimon Kurz Mor	SDINT	CDS	1	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	40
122	Thales Antunes Soffiatti	CIS	CIS	1	R\$ 650,00	R\$ 0,00	20
123	Thiago de Azevedo Dornelles	CIS	CIS	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	32
124	Tiago da Silva Sutili	SDINT	CDS	1	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	40
125	Tiago Gomes Santos	SDS2	CDS	8	R\$ 0,00	R\$ 0,00	41
126	Volnei César Susin	SST	CIT	1	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	40
127	Yusef Mahathma Henschenski Gidrao	SST	CIT	2	R\$ 23.194,00	R\$ 0,00	72

Nº Vagas	ATUALIZADO		
	Valor Estimado		Carga Horária
	Treinamento	Diárias e Passagens	
2	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	52
4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	42
3	R\$ 3.205,75	R\$ 0,00	48
4	R\$ 912,00	R\$ 0,00	55
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
3	R\$ 5.031,62	R\$ 0,00	56
1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	26
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 6.311,71	R\$ 0,00	48
3	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	60
2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30
2	R\$ 2.200,00	R\$ 2.475,46	40
1	R\$ 1.216,00	R\$ 0,00	32
2	R\$ 1.234,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 1.234,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	40
8	R\$ 0,00	R\$ 0,00	41
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
2	R\$ 23.794,35	R\$ 0,00	72

Nº Vagas	EXECUTADO		
	Valor		Carga Horária
	Treinamento	Diárias e Passagens	
2	R\$ 2.400,00	R\$ 2.732,49	52
4	R\$ 0,00	R\$ 0,00	42
3	R\$ 3.205,75	R\$ 0,00	48
4	R\$ 912,00	R\$ 0,00	55
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
3	R\$ 5.031,62	R\$ 0,00	56
1	R\$ 5.026,00	R\$ 0,00	40
1	R\$ 1.271,70	R\$ 0,00	16
1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 6.311,71	R\$ 0,00	48
3	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	60
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
2	R\$ 2.200,00	R\$ 1.995,86	36
1	R\$ 1.216,00	R\$ 0,00	32
2	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 1.235,00	R\$ 0,00	40
2	R\$ 3.493,16	R\$ 0,00	40
8	R\$ 0,00	R\$ 0,00	41
0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
2	R\$ 23.794,35	R\$ 0,00	72

RELATÓRIO SEGESP

Código Evento	Nº PA principal	Status	Evento	Turma/local	Data de início	Data de fim	Quant. De dias	Quantidade de diárias	Quantidade de alunos	Valor curso / coffee ajuste	Instrutoria interna – valor realizado	Passagens aéreas - valor realizado	Diárias – valor realizado	TOTAL
	7548-84	REALIZADO	TREINAMENTO ADMINISTRATIVO E PAINÉIS – TOCATTO TEC. EM SISTEMAS				0			R\$ 18.909,00				R\$ 18.909,00
	7548-84	CANCELADO	TREINAMENTO PAINÉIS (ADICIONAL) – TOCATTO TEC. EM SISTEMAS											R\$ 0,00
	4224-52	REALIZADO	ASSINATURA ALLURA 12 MESES				0	0	1	R\$ 5.670,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 5.670,00
25817	8522-24 5855-65	REALIZADO	TREINAMENTO E REPASSE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTE - 3PAR	PORTO ALEGRE	13/03/17	17/03/17	5	0	4	R\$ 75.977,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.977,41
26042	2215-20	REALIZADO	QCON SÃO PAULO 2017 - CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	SÃO PAULO	24/04/17	26/04/17	3	3,5	2	R\$ 4.800,00		R\$ 1.274,86	R\$ 4.190,12	R\$ 10.264,98
26106	2537-40	REALIZADO	CURSO ORACLE DATABASE 12c BACKUP AND RECOVERY WORKSHOP	PORTO ALEGRE	08/05/17	12/05/17	5	0	4	R\$ 20.104,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.104,00
26147	2778-14	REALIZADO	ORACLE DATABASE 12C PERFORMANCE MANAGEMENT AND TUNING	PORTO ALEGRE	22/05/17	26/05/17	5	5,5	2	R\$ 10.052,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.052,00
26146	2768-67	CANCELADO	UX CONF BR 2017	PORTO ALEGRE	19/05/17	20/05/17	2	2,5	2	R\$ 770,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26165	2831-92	REALIZADO	SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS (SEG2)	PORTO ALEGRE	21/08/17	25/08/17	5	5,5	1	R\$ 1.920,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.920,00
26170	2874-29	REALIZADO	CONFERÊNCIA GARTNER DATA & ANALYTICS 2017	SÃO PAULO	20/06/17	21/06/17	2	2,5	4	R\$ 10.200,00		R\$ 4.941,20	R\$ 6.515,20	R\$ 21.656,40
26171	2873-44	REALIZADO	CITRIX XENAPP AND XENDESKTOP 7.1X ADMINISTRATION	SÃO PAULO	29/05/17	02/06/17	5	5,5	2	R\$ 15.708,00		R\$ 1.710,93	R\$ 6.280,24	R\$ 23.699,17
26319	3039-76	REALIZADO	I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	BRASÍLIA	30/05/17	31/05/17	2	2,5	2	R\$ 0,00		R\$ 3.020,98	R\$ 2.100,00	R\$ 5.120,98
26400	3467-58	REALIZADO	CURSO ICND1 (INTERCONNECTING CISCO NETWORKING DEVICES) - PART 1	EAD	19/06/17	23/06/17	5	0		R\$ 3.170,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.170,00
26476	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 1	PORTO ALEGRE	28/06/17	04/07/17	7	0	17	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59
26476	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 1	PORTO ALEGRE	28/06/17	04/07/17	7	0	17	R\$ 0,00	R\$ 565,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 565,03
26477	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 2	PORTO ALEGRE	05/07/17	07/07/17	3	0	16	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59
26477	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 2	PORTO ALEGRE	05/07/17	07/07/17	3	0	16	R\$ 0,00	R\$ 565,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 565,03
26479	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 3	PORTO ALEGRE	12/07/17	14/07/17	3	0	15	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59
26479	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 3	PORTO ALEGRE	12/07/17	14/07/17	3	0	15	R\$ 0,00	R\$ 565,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 565,03
26516	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 4	PORTO ALEGRE	14/08/17	16/08/17	3	0	16	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.212,59
26516	3746-44	REALIZADO	CURSO NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O FUNC. E ROTINAS DAS ÁREAS JUD. DE 1º E 2º GRAUS DO TRT - TURMA 4	PORTO ALEGRE	14/08/17	16/08/17	3	0	16	R\$ 0,00	R\$ 565,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 565,04
26395	4289-47	REALIZADO	CURSO TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA (SEG4)	RIO DE JANEIRO	24/07/17	28/07/17	5	5,5	1	R\$ 1.824,00		R\$ 1.428,60	R\$ 2.915,04	R\$ 6.167,64
26745	4755-41	REALIZADO	CURSO HDI SCA - SUPPORT CENTER ANALYST	EAD	03/08/17	04/08/17	2	0	2	R\$ 2.599,92		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.599,92
26749	4756-26	REALIZADO	TREINAMENTO ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST & ZABBIX CERTIFIED PROFESSIONAL	PORTO ALEGRE	07/08/17	11/08/17	5	0	1	R\$ 3.400,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.400,00
26751	4757-11	REALIZADO	CONFERÊNCIA GARTNER SECURITY & RISK MANAGEMENT SUMMIT	SÃO PAULO	08/08/17	09/08/17	2	2,5	1	R\$ 3.400,00		R\$ 0,00	R\$ 1.516,26	R\$ 5.279,86
26753	4759-78	REALIZADO	CURSO HDI KCS - KNOWLEDGE-CENTERED SUPPORT	EAD	22/11/17	24/11/17	3	0	1	R\$ 2.133,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.133,00
26950	5112-21	REALIZADO	CURSO SUPPORT CENTER TEAM LEAD (SCTL)	EAD	28/09/17	29/09/17	2	2,5	2	R\$ 3.155,40		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.155,40
27089	5606-80	REALIZADO	CURSO CITRIX NETSCALER ESSENTIALS AND TRAFFIC MANAGEMENT (CNS-220)	SÃO PAULO	16/10/17	20/10/17	5	5,5	1	R\$ 7.854,00		R\$ 0,00	R\$ 2.915,04	R\$ 12.884,64
27090	5627-56	REALIZADO	CURSO M10982 - SUPPORTING AND TROUBLESHOOTING WINDOWS 10	PORTO ALEGRE	04/09/17	12/09/17	9	9,5	4	R\$ 10.000,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00

DOCUMENTOS ANEXOS

LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE CAPACITAÇÃO

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	24
ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	EXCEL: DOMINE O EDITOR DE PLANILHAS MAIS FAMOSO DO MUNDO	8
ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO I: OS PRIMEIROS PROGRAMAS COM JAVASCRIPT E HTML	16
ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	16
ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
ADRIANO SIMIONI	CURSO MCAFEE EPO 5.3.2, ENDPOINT SECURITY 10.5, DEVICE CONTROL 10 E TIE	32
ADRIANO SIMIONI	CITRIX XENAPP AND XENDESKTOP 7.1X ADMINISTRATION	40
ADRIANO SIMIONI	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
ALAN DIEGO DOS SANTOS	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	16
ALAN DIEGO DOS SANTOS	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18
ALAN DIEGO DOS SANTOS	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	18
ALAN DIEGO DOS SANTOS	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	12
ALAN DIEGO DOS SANTOS	I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E TECNOLOGIA	20
ALBERTO DANIEL MULLER	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
ALBERTO DANIEL MULLER	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP JUDICIÁRIO & CONTROLE	16
ALBERTO DANIEL MULLER	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
ALBERTO DANIEL MULLER	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
ALBERTO DANIEL MULLER	FÓRUM NACIONAL DE CONTRATAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	12
ALBERTO DANIEL MULLER	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
ALBERTO EPAMINONDAS JUNIOR	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20
ALEXANDRE DA COSTA LEITE	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20
ALEXANDRE DA COSTA LEITE	JAVA E JPA: PERSISTA SEUS OBJETOS COM A JPA2 E HIBERNATE	17
ALEXANDRE DA COSTA LEITE	JAVA E JSF I: SUA APLICAÇÃO WEB COM JSF2	20
ALEXANDRE KUPAC	JAVA SCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO AUD 3.1 - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	2
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - JUNHO 2017	2
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - JUNHO 2017	2
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO HDI SCA - SUPPORT CENTER ANALYST	16
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - DEZEMBRO 2017	2
ALISSON MOSCATO LOY	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - DEZEMBRO 2017	2
ANA LUCIA MOREIRA	CURSO SUPPORT CENTER TEAM LEAD (SCTL)	16
ANA LUCIA MOREIRA	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
ANA NAIARA MALAVOLTA SAUPE	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20
ANDERSON MEDEIROS GOMES	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
ANDERSON MEDEIROS GOMES	CURSO BROFFICE TEXTO BÁSICO E AVANÇADO - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	10
ANDERSON MEDEIROS GOMES	TREINAMENTO E REPASSE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTE - 3PAR	40
ANDERSON MEDEIROS GOMES	CURSO RH199 RHCSA RAPID TRACK COURSE	32
ANDERSON MEDEIROS GOMES	RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	32
ANDERSON MEDEIROS GOMES	CURSO CONFIGURAÇÃO DE SERVIÇOS AVANÇADOS DO WINDOWS SERVER 2012	40
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	CARREIRA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL INICIANTE	26
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	CARREIRA: DESENVOLVEDOR PYTHON	32
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	JAX-RS E JERSEY: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	12
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	ORIENTAÇÃO A OBJETOS: MELHORES TÉCNICAS COM JAVA	20
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	THREADS 1: PROGRAMAÇÃO PARALELA EM JAVA	16
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	THREADS 2: PROGRAMAÇÃO CONCORRENTE AVANÇADA	16
ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	II ENCONTRO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	12
ANDRE LUZ LIVI	TREINAMENTO E REPASSE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTE - 3PAR	40
ANDRE LUZ LIVI	RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	32
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	CORDOVA & PHONEGAP: APPS MOBILE COM HTML, CSS E JS	20
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	RUBY: INTRODUÇÃO A LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO COM JOGOS	12
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	CURSO ECLIPSE: PRODUTIVIDADE EXTREMA NA IDE COM JAVA	12

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	METEOR: CRIE SINGLE PAGE APPLICATIONS COM JAVASCRIPT	8
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB	6
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	CURSO JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	12
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	JAVA: LABORATÓRIO COM TESTES. JSF E DESIGN PATTERNSI	10
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	18
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	VUE.JS PARTE 1: CONSTRUINDO SINGLE PAGE APPLICATIONS	16
ANDRE RODRIGUES DA SILVA	VUE.JS PARTE 2: CONSTRUINDO SINGLE PAGE APPLICATIONS	16
ANDRE SOARES FARIAS	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
ANDRE SOARES FARIAS	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
ANDRE SOARES FARIAS	CONFERÊNCIA GARTNER DATA & ANALYTICS 2017	22
ANDRE SOARES FARIAS	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP JUDICIÁRIO & CONTROLE	16
ANDRE SOARES FARIAS	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
ANDRE SOARES FARIAS	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
ANDRE SOARES FARIAS	GARTNER SYMPOSIUM ITXPO	40
ANNA KARINA QUEIROZ RIVERA PALMEIRA	CURSO AUD 3.3 - TURMA LIVRE - DEZEMBRO 2017	2
ANNA KARINA QUEIROZ RIVERA PALMEIRA	CURSO AUD 3.0 - TURMA LIVRE - DEZEMBRO 2017	10
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	16
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB	6
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	TESTES: TDD COM JAVA	12
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	2
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	DESIGN PATTERNS JAVA I: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO	20
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	TESTE DE INTEGRAÇÃO: TESTES SQL E DAOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
BEATRIZ EVA VIANNA WERNER	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	12
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	12
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	12
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	JAVASCRIPT AVANÇADO II: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	12
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	PYTHON 3 PARTE 1: INTRODUÇÃO À NOVA VERSÃO DA LINGUAGEM	12
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	PYTHON 3 PARTE 2: AVANÇANDO NA LINGUAGEM	12
CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	DJANGO: PROGRAMAÇÃO WEB COM PYTHON E SIMPLICIDADE	16
CAROLINE ROCHA MOLINA	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
CAROLINE ROCHA MOLINA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
CAROLINE ROCHA MOLINA	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
CAROLINE ROCHA MOLINA	INTRODUÇÃO A GESTÃO DE PROJETOS	10
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	CURSO JAVA I: PRIMEIROS PASSOS	12
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	CURSO MONGODB: UMA ALTERNATIVA AOS BANCOS RELACIONAIS TRADICIONAIS	6
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	CURSO PHP E MYSQL I: FUNDAMENTOS PARA CRIAR UM SISTEMA NA WEB	12
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	WEB DESIGN RESPONSIVO: PÁGINAS QUE SE ADAPTAM DO MOBILE AO DESK	10
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	12
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	JAVASCRIPT AVANÇADO II: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	12
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO II: PRATIQUE COM DESENHOS, ANIMAÇÕES E UM JOGO	10

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	HTML5 E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA WEB	32
CELSO MUNHOZ SCHMIDT	HTML5 E CSS3 II: TURBINANDO AS SUAS PÁGINAS	40
CHARLES FERREIRA FALCAO	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA - INGRESSANTES - TURMA 1	20
CHARLES FERREIRA FALCAO	CURSO M10982 - SUPPORTING AND TROUBLESHOOTING WINDOWS 10	40
CINTHYA SIQUEIRA RODRIGUES	CURSO TURMA 1/2017 - ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20
CINTIA FRIGO PETUCO	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20
CINTIA FRIGO PETUCO	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
CINTIA FRIGO PETUCO	WORKSHOP NEW THINK	4
CINTIA FRIGO PETUCO	16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	14
CINTIA FRIGO PETUCO	WORKSHOP DESIGN THINKING	4
CINTIA FRIGO PETUCO	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
CLEONICE SANTOS CONDOTTA	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
CLEONICE SANTOS CONDOTTA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
DANIEL FRAGA VIEIRA	CURSO AUTOCLE - TURMA LIVRE - ABRIL 2017	2
DANIEL FRAGA VIEIRA	CURSO AUD 3.0.2 - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
DANIEL FRAGA VIEIRA	CURSO CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
DANIEL FRAGA VIEIRA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
DANIEL FRAGA VIEIRA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - NOVEMBRO 2017	2
DANIEL FRAGA VIEIRA	CURSO AUD 3.3 - TURMA LIVRE - NOVEMBRO 2017	2
DANIEL LAZZAROTTO	CURSO HDI KCS - KNOWLEDGE-CENTERED SUPPORT	24
DANIEL LAZZAROTTO	CURSO O LÍDER MODERNO - TURMA LIVRE - DEZEMBRO 2017	20
DAVI CRUZ CAMPANHER	CURSO MCAFEE EPO 5.3.2, ENDPOINT SECURITY 10.5, DEVICE CONTROL 10 E TIE	32
DAVI CRUZ CAMPANHER	CURSO CITRIX NETSCALER ESSENTIALS AND TRAFFIC MANAGEMENT (CNS-220)	40
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	WORKSHOP RECUPERAÇÃO DE PROJETOS	8
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	16º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	14
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	WORKSHOP DESIGN THINKING	4
DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	GARTNER SYMPOSIUM ITXPO	40
DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
DIEGO FRAGA CONTESSA	CURSO SUPPORT CENTER TEAM LEAD (SCTL)	16
DIEGO FRAGA CONTESSA	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
DIEGO FRAGA CONTESSA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
DIEGO FRAGA CONTESSA	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
DINEI ANDRE ROCKENBACH	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
DINEI ANDRE ROCKENBACH	EJB: O PODER DA JAVA EE	15
DINEI ANDRE ROCKENBACH	JAVA E JPA: OTIMIZAÇÕES COM JPA2 E HIBERNATE	12
DINEI ANDRE ROCKENBACH	JAVA E JPA: PERSISTA SEUS OBJETOS COM A JPA2 E HIBERNATE	17
DIOGO PIRES GILI	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
DIOGO PIRES GILI	CURSO TURMA 1/2017 - INTRODUÇÃO À GESTÃO DE PROCESSOS	20
DIOGO PIRES GILI	CURSO HDI SCA - SUPPORT CENTER ANALYST	16
EDSON ELNEI LEHR	CURSO ORACLE DATABASE 12c BACKUP AND RECOVERY WORKSHOP	40
EDUARDO MARTINS DA ROCHA	SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS (SEG2)	40
ELIETE SANTOS DE CARVALHO	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - ABRIL 2017	2
ELIETE SANTOS DE CARVALHO	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.4 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - ABRIL 2017	2

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
ELIETE SANTOS DE CARVALHO	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA - INGRESSANTES - TURMA 3	20
ERIC GUATIMOZIN SILVA	CURSO ORACLE DATABASE 12c BACKUP AND RECOVERY WORKSHOP	40
ERIC GUATIMOZIN SILVA	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
ERIC GUATIMOZIN SILVA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
ERIC GUATIMOZIN SILVA	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE	11
ERIC GUATIMOZIN SILVA	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE	11
ERIC GUATIMOZIN SILVA	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
ERNANI SOARES KERN	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20
ERNANI SOARES KERN	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
ERNANI SOARES KERN	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
ERNANI SOARES KERN	CURSO ONLINE APRENDA TUDO SOBRE O ZABBIX! DO BÁSICO AO AVANÇADO!	16
ERNANI SOARES KERN	CURSO ONLINE ZABBIX: CONSTRUINDO UM AMBIENTE DE MONITORAMENTO	7,5
EVANDRO BASSANESI	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
EVANDRO BASSANESI	CURSO ORACLE DATABASE 12c BACKUP AND RECOVERY WORKSHOP	40
EVERTON LUÍS BERZ	CURSO ORACLE DATABASE 12c BACKUP AND RECOVERY WORKSHOP	40
EVERTON LUÍS BERZ	I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	12
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO AUTOCLE - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.4 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO AUD 3.0.2 - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO AUD 3.1 - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO AUTOCLE - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.4 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13.2 (1º E 2º GRAUS) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.0 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - MAIO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA - INGRESSANTES - TURMA 2	20
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - JUNHO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO AUD 3.3 - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO GERENCIAMENTO DE PROJETOS	24
EVERTON RAFAEL POLINA	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - NOVEMBRO 2017	2
EVERTON RAFAEL POLINA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - NOVEMBRO 2017	2
FABIANO MARTINS	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
FABIANO MARTINS	RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	32
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.4 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	10
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	II ENCONTRO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	12
FABRICIO COSTA DA SILVA	JAX-RS E JERSEY: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	12
FABRICIO COSTA DA SILVA	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	16
FABRICIO COSTA DA SILVA	REST ASSURED: TESTES AUTOMATIZADO DE WEBSERVICE	12
FABRICIO COSTA DA SILVA	JAX-WS: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES SOAP	16
FABRICIO COSTA DA SILVA	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18
FABRICIO COSTA DA SILVA	MONGODB: UMA ALTERNATIVA AOS BANCOS RELACIONAIS TRADICIONAIS	6
FABRICIO COSTA DA SILVA	JAVA E MONGODB: INTEGRE UMA WEBAPP JAVA COM UM BANCO NOSQL	5
FABRICIO HENRIQUE RODRIGUES	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	12
FABRICIO HENRIQUE RODRIGUES	JASMINE: TESTES AUTOMATIZADOS EM JAVASCRIPT	12
FELIPE BOHM DA CUNHA	RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	32
FELIPE DOS SANTOS GIACOMEL	ANGULAR 1: CRIE WEBAPPS PODEROSAS	16
FELIPE DOS SANTOS GIACOMEL	EJB: O PODER D JAVA EE	15
FELIPE HOPPE LEVIN	CURSO UX STRATEGY: DIVERGINDO E AFUNILANDO IDEIAS	12
FELIPE HOPPE LEVIN	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
FELIPE HOPPE LEVIN	CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	24
FELIPE LUIZ CHRISTOFOLLI GIOTTO	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	20
FELIPE LUIZ CHRISTOFOLLI GIOTTO	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18
FELIPE LUIZ CHRISTOFOLLI GIOTTO	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 2	18
FELIPE NUNES FLORES	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	2
FELIPE NUNES FLORES	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	2
FELIPE NUNES FLORES	LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	4
FELIPE NUNES FLORES	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
FELIPE NUNES FLORES	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.15.0 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - JULHO 2017	2
FELIPE NUNES FLORES	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
FELIPE NUNES FLORES	JAX-RS E JERSEY: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	12
FELIPE NUNES FLORES	II ENCONTRO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	12
FERNANDO TREBIEN	MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
FERNANDO TREBIEN	TESTES: TDD COM JAVA	12
FERNANDO TREBIEN	SELENIUM: SUA WEBAPP TESTADA DE PONTA A PONTA EM JAVA	12
FERNANDO TREBIEN	TESTE DE INTEGRAÇÃO: TESTES SQL E DAOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
FERNANDO TREBIEN	SERVLETS: FUNDAMENTOS DE JAVA NA WEB	16
FERNANDO TREBIEN	QCON SÃO PAULO 2017 - CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	19
FERNANDO TREBIEN	CURSO ON LINE DESENVOLVIMENTO WEB COM JAVA E APACHE WICKET	40
FRANCISCO FLESCH	CURSO M10982 - SUPPORTING AND TROUBLESHOOTING WINDOWS 10	40
GERMANO DE MELLO ANDERSSON	TREINAMENTO E REPASSE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTE - 3PAR	40
GERMANO DE MELLO ANDERSSON	I ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PJe	12
GERMANO DE MELLO ANDERSSON	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
GERMANO DE MELLO ANDERSSON	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
GERMANO DE MELLO ANDERSSON	RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	32
GUILHERME COSTA MACIEL	CURSO ICND1 (INTERCONNECTING CISCO NETWORKING DEVICES) - PART 1	40
GUILHERME DOS SANTOS BARRETO	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
GUILHERME DOS SANTOS BARRETO	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA - INGRESSANTES - TURMA 2	20
GUILHERME DOS SANTOS BARRETO	CURSO HDI DST - DESKTOP SUPPORT TECHNICIAN	16
GUILHERME WOLF WANDER	TREINAMENTO RH254 RED HAT SYSTEM ADMINISTRATION III	32
GUSTAVO ADOLFO KELLERMANN	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
GUSTAVO ADOLFO KELLERMANN	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
GUSTAVO ADOLFO KELLERMANN	TREINAMENTO ZABBIX CERTIFIED SPECIALIST & ZABBIX CERTIFIED PROFESSIONAL	40
ISMAEL STANGHERLINI	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
ISMAEL STANGHERLINI	CURSO BROFFICE CALC BÁSICO E AVANÇADO - TURMA LIVRE - ABRIL 2017	10
ISMAEL STANGHERLINI	CURSO M10982 - SUPPORTING AND TROUBLESHOOTING WINDOWS 10	40
JANINA ALVES FAGUNDES	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA E REFLEXOS NO E-GESTÃO - TURMA 4	4
JANINA ALVES FAGUNDES	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	20
JANINA ALVES FAGUNDES	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
JANINA ALVES FAGUNDES	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	20

TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC PERÍODO 01/01 A 31/12/2017		
Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
JANINA ALVES FAGUNDES	CURSO CHORA PPT	12
JANINA ALVES FAGUNDES	CURSO DE LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO	20
JENER GOMES TEIXEIRA JUNIOR	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
JENER GOMES TEIXEIRA JUNIOR	CURSO MCAFEE EPO 5.3.2, ENDPOINT SECURITY 10.5, DEVICE CONTROL 10 E TIE	32
JENER GOMES TEIXEIRA JUNIOR	CITRIX XENAPP AND XENDESKTOP 7.1X ADMINISTRATION	40
JOAO ADOLFO FROEDE LUTZ	JAVA E JPA: PERSISTA SEUS OBJETOS COM A JPA2 E HIBERNATE	20
JOAO ADOLFO FROEDE LUTZ	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	20
JOAO ADOLFO FROEDE LUTZ	THE DEVELOPERS CONFERENCE	24
JOAO FRANCISCO MOREIRA DA ENCARNACAO	CURSO ONLINE CCNA SECURITY AND CCNP SECURITY 2016 WITH BALDEV PART 1	110
JOAO FRANCISCO MOREIRA DA ENCARNACAO	MICC ENTERPRISE	40
JOICE PAVEK FIGUEIRO	MACHINE LEARNING: INTRODUÇÃO AOS SISTEMAS DE RECOMENDAÇÕES	8
JOICE PAVEK FIGUEIRO	SELENIUM: SUA WEBAPP TESTADA DE PONTA A PONTA EM JAVA	12
JOICE PAVEK FIGUEIRO	UX CONF BR 2017	16
JOICE PAVEK FIGUEIRO	GESTALT: APLICANDO PRINCÍPIOS EM UM LAYOUT PHOTOSHOP	8
JOICE PAVEK FIGUEIRO	ECLIPSE: PRODUTIVIDADE EXTREMA NA IDE COM JAVA	12
JOSE ALEXANDRE DE VARGAS RIGO	CURSO AUD 3.0 - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	10
JOSE ALEXANDRE DE VARGAS RIGO	CURSO BROFFICE TEXTO BÁSICO E AVANÇADO - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	10
JOSE ALEXANDRE DE VARGAS RIGO	CURSO AUD 3.0.2 - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	2
JULIANO SIEBEL	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20
JULIANO SIEBEL	CURSO M20740 - INSTALLATION, STORAGE, AND COMPUTE WITH WINDOWS SERVER 2016	40
JULIO CESAR ZINN FERREIRA	CURSO FORMAÇÃO CISCO CCNP + CCNA	168
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	24
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	ORACLE II: CONSULTAS COMPLEXAS	8
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	12
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	JAVA I: PRIMEIROS PASSOS	12
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	JAVA II: ORIENTAÇÃO A OBJETOS	12
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	JAVA: DOMINANDO AS COLLECTIONS	20
LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	JAVA 8: TIRE PROVEITO DOS NOVOS RECURSOS DA LINGUAGEM	12
LEANDRO ZULIAN GALLINA	GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO	16
LEANDRO ZULIAN GALLINA	MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
LEANDRO ZULIAN GALLINA	ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1	18
LEANDRO ZULIAN GALLINA	THE DEVELOPERS CONFERENCE	24
LEANDRO ZULIAN GALLINA	CURSO ONLINE DESENVOLVIMENTO WEB COM JAVA E APACHE WICKET	40
LEONARDO RIBEIRO DAMIANI	CURSO MCAFEE EPO 5.3.2, ENDPOINT SECURITY 10.5, DEVICE CONTROL 10 E TIE	32
LUCAS POZATTI	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
LUCAS POZATTI	CURSO TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA (SEG4)	40
LUCAS POZATTI	CONFERÊNCIA GARTNER SECURITY & RISK MANAGEMENT SUMMIT	22
LUCAS POZATTI	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO	16
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	10
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
LUCIA GONTARSKI SPERANZA	II ENCONTRO DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	12
LUCIANA KARST PASSOS	ORACLE I: APRENDA SQL USANDO ESSE FAMOSO BANCO DE DADOS	8
LUCIANA KARST PASSOS	ORACLE II: CONSULTAS COMPLEXAS	8
LUCIANA KARST PASSOS	DESIGN EDITORIAL: CRIAÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS	8
LUCIANA KARST PASSOS	UX USABILITY: FACILITE A VIDA DO SEU USUÁRIO NO MOBILE	10
LUCIANA KARST PASSOS	UX PRODUTO: MONITORE, MENSURE E TESTE O SEU PROJETO	2
LUCIANA KARST PASSOS	CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	24
LUCIANO CIPRIANI	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20
LUCIANO CIPRIANI	WINDOWS: INTRODUÇÃO AO PROMPT	5
LUCIANO CIPRIANI	CERTIFICAÇÃO ITIL FOUNDATION 1: INTRODUÇÃO AO GERENCIAMENTO DE TI	8

TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC PERÍODO 01/01 A 31/12/2017		
Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
LUCIANO CIPRIANI	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
LUCIANO PETTER	JAVA E JPA: PERSISTA SEUS OBJETOS COM A JPA2 E HIBERNATE	17
LUCIANO PETTER	EJB: O PODER DA JAVA EE	15
LUCIANO PETTER	JAX-RS E JERSEY: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	12
LUIS AUGUSTO DUTRA BENITES	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA - INGRESSANTES - TURMA 4	20
LUIS CARLOS PORTO	MICC ENTERPRISE	40
LUIZ FERNANDO ESTIVALET	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
LUIZ FERNANDO ESTIVALET	JAVA E JSF I: SUA APLICAÇÃO WEB COM JSF2	20
MARCELO ZAMBIASI	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	10
MARCELO ZAMBIASI	HTML E CSS: OS SEUS PRIMEIROS PASSOS	20
MARCELO ZAMBIASI	CHROME DEVTOOLS: ANALISE, INSPECIONE E DEPURE SUAS PÁGINAS WEB	9
MARCELO ZAMBIASI	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 5: JOINS E SUBQUERIES	4
MARCELO ZAMBIASI	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 6: DML E TRANSACTION CONTROL	5
MARCELO ZAMBIASI	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 7: DATA DEFINITION LANGUAGE	5
MARCIA DE LIMA COSTA	LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO I: OS PRIMEIROS PROGRAMAS COM JAVASCRIPT E HTML	16
MARCIA DE LIMA COSTA	CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 7: DATA DEFINITION LANGUAGE	5
MARCIA DE LIMA COSTA	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	14
MARCIA DE LIMA COSTA	CHROME DEVTOOLS: ANALISE, INSPECIONE E DEPURE SUAS PÁGINAS WEB	9
MARCIO BYSTRONSKI	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 1: PROCESSOS DE GERENCIAMENTO D EPROJETOS	8
MARCIO BYSTRONSKI	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 2: GERENCIAMENTO DE INTEGRAÇÃO	5
MARCIO BYSTRONSKI	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	14
MARCIO BYSTRONSKI	REST ASSURED: TESTES AUTOMATIZADOS DE WEBSERVICE	12
MARCIO BYSTRONSKI	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 3: GERENCIAMENTO DE ESCOPO	5
MARCIO BYSTRONSKI	CHROME DEVTOOLS: ANALISE, INSPECIONE E DEPURE SUAS PAGINAS WEB	9
MARCIO BYSTRONSKI	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
MARCOS JOSUE NONNENMACHER	GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO	16
MARCOS JOSUE NONNENMACHER	JAX-RS E JERSEY: DOMINE A CRIAÇÃO DE WEBSERVICES REST	12
MARCOS JOSUE NONNENMACHER	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
MARCOS JOSUE NONNENMACHER	ANDROID I: CRIE SUA APPFANTÁSTICA COM ANDROID STUDIO	10
MARCOS JOSUE NONNENMACHER	JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS	12
MARCOS JOSUE NONNENMACHER	JAVASCRIPT AVANÇADO II: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETO	12
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	SEO I: RANKEIE BEM NO GOOGLE	8
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.4 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - ABRIL 2017	2
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	JAVA I: PRIMEIROS PASSOS	12
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.16.2 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - NOVEMBRO 2017	2
MARIA CLARA LUCENA ADAMS	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
MARINA ANDRE GONZALEZ	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 1-2017	20
MARINA ANDRE GONZALEZ	CURSO EXCEL - BÁSICO E AVANÇADO	80
MICHEL BARRETO DA SILVA	CURSO HTML5 E CSS3 II: TURBINANDO AS SUAS PÁGINAS	40
MICHEL BARRETO DA SILVA	CURSO HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	10
MICHEL BARRETO DA SILVA	CURSO GOOGLE CHART TOOLS: CRIE GRÁFICOS MEMORÁVEIS NA WEB	12
MICHEL BARRETO DA SILVA	CURSO CORDOVA & PHONEGAP: APPS MOBILE COM HTML, CSS E JS	20
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	CONFERÊNCIA GARTNER DATA & ANALYTICS 2017	22
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	JUDICIÁRIO CÉLERE - OPORTUNIDADES & DESAFIOS	8
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP JUDICIÁRIO & CONTROLE	16
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	14º CONGRESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PALESTRAS E PAINÉIS	19
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	GARTNER SYMPOSIUM ITXPO	40
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	II ENCONTRO PARA FOMENTO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	16

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT	EXCEL: DOMINE O EDITOR DE PLANILHAS MAIS FAMOSO DO MUNDO	8
NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT	EXCEL II:TABELAS DINÂMICAS, VALIDAÇÃO E MAIS FUNÇÕES	8
NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT	CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	24
PABLO PAULO LOPES BARROS	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP JUDICIÁRIO & CONTROLE	16
PABLO PAULO LOPES BARROS	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	20
PABLO PAULO LOPES BARROS	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
PABLO PAULO LOPES BARROS	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	20
PABLO PAULO LOPES BARROS	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
PABLO PAULO LOPES BARROS	GARTNER SYMPOSIUM ITXPO	40
PABLO PAULO LOPES BARROS	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
PAULA MEDAGLIA GRUSSNER	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
PAULA MEDAGLIA GRUSSNER	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	12º CONGRESSO DE INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO - CONIP JUDICIÁRIO & CONTROLE	16
PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	GARTNER SYMPOSIUM ITXPO	40
PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	II ENCONTRO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO SISTEMA PJE	11
PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
PAULO NIEDERSBERG CORREIA LIMA	CURSO HDI DST - DESKTOP SUPPORT TECHNICIAN	16
PAULO RICARDO RITTER	CURSO M10982 - SUPPORTING AND TROUBLESHOOTING WINDOWS 10	40
PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	CONFERÊNCIA GARTNER DATA & ANALYTICS 2017	22
PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS	QCON SÃO PAULO 2017 - CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	19
PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS	ELASTICSEARCH: PESQUISANDO E ANALISANDO OS SEUS DADOS	20
REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO	16
REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	TESTES: TDD COM JAVA	12
REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	MOCK: TESTES DE COMPORTAMENOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	MAVEN: BUILD DO ZERO A WEB	6
REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	TESTE DE INTEGRAÇÃO: TESTES SQL E DAOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	CURSO BROFFICE CALC BÁSICO E AVANÇADO - TURMA LIVRE - MARÇO 2017	10
REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	CURSO QLIKSENSE ELABORAÇÃO DE PAINÉIS	24
REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	CARREIRA: CERTIFICAÇÃO ITIL FOUNDATION	8
REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	CURSO DE FUNDAMENTOS DE GOVERNANÇA DE TI	29
RENATO BATISTA DE MORAES	UML: UMA INTRODUÇÃO À MODELAGEM	8
RENATO BATISTA DE MORAES	CDI 1.2: USE UMA DAS PRINCIPAIS ESPECIFICAÇÕES DO JAVAEE	12
RENATO BATISTA DE MORAES	HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	14
RENATO BATISTA DE MORAES	BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA	12
RENATO BATISTA DE MORAES	UX CONF BR 2017	16
RENATO BATISTA DE MORAES	MOCK: TESTES DE COMPORTAMENTOS AUTOMATIZADOS EM JAVA	12
RENATO BATISTA DE MORAES	CHROME DEVTOOLS: ANALISE, INSPECIONE E DEPURE SUAS PÁGINAS WEB	9
RENATO BATISTA DE MORAES	FLEXBOX: POSICIONE ELEMENTOS NA TELA	9
RENATO BATISTA DE MORAES	THE DEVELOPERS CONFERENCE	24
RICARDO KRAUSE KURYLENKO	CURSO ANÁLISE DE AMBIENTE E ELABORAÇÃO DE PDTI	16
RICARDO KRAUSE KURYLENKO	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
RICARDO KRAUSE KURYLENKO	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
ROBERTO PEREIRA DA ROSA	ORACLE DATABASE 12C PERFORMANCE MANAGEMENT AND TUNING	40
ROBERTO WEISS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.11.0.3 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	4
ROBERTO WEISS	CURSO AUD 3.0.2 - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2
ROBERTO WEISS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.12.1.5 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2
ROBERTO WEISS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.14.0 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2
ROBERTO WEISS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13 (2º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2

**TREINAMENTOS TÉCNICOS E GERENCIAIS DE INFORMÁTICA REALIZADOS PELOS SERVIDORES DA SETIC
PERÍODO 01/01 A 31/12/2017**

Nome do Servidor	Evento	Carga Horária
ROBERTO WEISS	CURSO PJE-JT - ATUALIZAÇÃO VERSÃO 1.13 (1º GRAU) - TURMA LIVRE - FEVEREIRO 2017	2
ROBERTO WEISS	CURSO HDI DST - DESKTOP SUPPORT TECHNICIAN	16
RODRIGO VICENTE DO NASCIMENTO	HTML5 E CSS3 II: TURBINANDO AS SUAS PÁGINAS	40
RODRIGO VICENTE DO NASCIMENTO	MARKETING DIGITAL: INTRODUÇÃO AOS CANAIS NÃO PAGOS	3
RODRIGO VICENTE DO NASCIMENTO	SEO I: RANKEIE BEM NO GOOGLE	8
RODRIGO VICENTE DO NASCIMENTO	GOOGLE ADWORDS: PUBLICANDO MINHA PRIMEIRA CAMPANHA	8
RODRIGO ZARTH	CURSO QLIKSENSE ADMINISTRAÇÃO DE AMBIENTE	8
RODRIGO ZARTH	ORACLE DATABASE 12C PERFORMANCE MANAGEMENT AND TUNING	40
RUBILAR DA SILVA JARDIM	PHP E MYSQL I: FUNDAMENTOS PARA CRIAR UM SISTEMA NA WEB	12
RUBILAR DA SILVA JARDIM	PHP E MYSQL II: COOKIES, SESSÕES E MAIS RECURSOS	12
RUBILAR DA SILVA JARDIM	UX: O QUE É EXPERIÊNCIA DE USUÁRIO	2
RUBILAR DA SILVA JARDIM	10º FÓRUM INTERNACIONAL DE TI BANRISUL	16
RUBILAR DA SILVA JARDIM	JAVASCRIPT: PROGRAMANDO NA LINGUAGEM DA WEB	20
RUBILAR DA SILVA JARDIM	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20
RUBILAR DA SILVA JARDIM	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
RUBILAR DA SILVA JARDIM	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 2-2017	20
SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART	CURSO DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA.CONTRATAÇÃO DIRETA E EMERGENCIAL SEM LICITAÇÃO	16
STEFANO DRIMON KURZ MOR	REST ASSURED: TESTES AUTOMATIZADOS DE WEB SERVICE	12
STEFANO DRIMON KURZ MOR	THE DEVELOPERS CONFERENCE	32
THALES ANTUNES SOFFIATTI	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	20
THALES ANTUNES SOFFIATTI	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	20
THIAGO DE AZEVEDO DORNELLES	TREINAMENTO EM PJE 1º GRAU - SECRETARIA DE VARA - INGRESSANTES - TURMA 4	20
THIAGO DE AZEVEDO DORNELLES	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - FUNDAMENTOS	20
THIAGO DE AZEVEDO DORNELLES	CURSO DE TESTES DE SOFTWARE - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	20
TIAGO DA SILVA SUTILI	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE TI	24
TIAGO DA SILVA SUTILI	CURSO FAST TRACK: INTERAÇÃO INTERÁREAS E METODOLOGIAS ÁGEIS (SCRUM) PARA PROJETOS INOVADORES	16
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 1: PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	8
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 3: GERENCIAMENTO DE ESCOPO	5
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 4: GERENCIAMENTO DE TEMPO	5
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 2: GERENCIAMENTO DE INTEGRAÇÃO	5
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 5: GERENCIAMENTO DE CUSTOS	3
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 6: GERENCIAMENTO DE QUALIDADE	5
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 7: GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	5
TIAGO GOMES SANTOS	CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM PARTE 8: GERENCIAMENTO DE COMUNICAÇÃO	5
TIAGO GOMES SANTOS	CURSO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TURMA 3-2017	20
VOLNEI CESAR SUSIN	TREINAMENTO M697.1 - INSTALLING AND CONFIGURING WINDOWS 10	40
YUSEF MAHATHMA HENCHENSKI GIDRAO	TREINAMENTO E REPASSE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO AMBIENTE - 3PAR	40
YUSEF MAHATHMA HENCHENSKI GIDRAO	RH318 RED HAT VIRTUALIZATION	32

**SERVIDORES DA SETIC QUE REALIZARAM NO MÍNIMO 40 HORAS DE
TREINAMENTO GERENCIAL DE TI (PERÍODO 01/01 A 31/12/2017)**

Nome do Servidor		Carga Horária Total
1	NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	152
2	ANDRE SOARES FARIAS	149
3	PAULO MENDES RIBEIRO JUNIOR	123
4	PABLO PAULO LOPES BARROS	116
5	DEISE ALEXANDRA KOERBER ALBINO	103
6	DENILSON RIBEIRO DE QUADROS	96
7	FABIO DE OLIVEIRA GARCIA	87
8	ALBERTO DANIEL MULLER	84
9	LUCIA GONTARSKI SPERANZA	71
10	ERIC GUATIMOZIN SILVA	67
11	RUBILAR DA SILVA JARDIM	63
12	PAULO ROBERTO SCHMITT DO CARMO	62
13	PAULA MEDAGLIA GRUSSNER	60
14	DIEGO FRAGA CONTESSA	56
15	RICARDO KRAUSE KURYLENKO	56
16	GERMANO DE MELLO ANDERSSON	52
17	CAROLINE ROCHA MOLINA	40
18	ERNANI SOARES KERN	40
19	TIAGO DA SILVA SUTILI	40
20	CLEONICE SANTOS CONDOTTA	40

**SERVIDORES DA SETIC QUE REALIZARAM NO MÍNIMO 40 HORAS DE
TREINAMENTO TÉCNICO (PERÍODO 01/01 A 31/12/2017)**

Nome do Servidor		Carga Horária Total
1	CELSO MUNHOZ SCHMIDT	186
2	JULIO CESAR ZINN FERREIRA	168
3	ANDERSON MEDEIROS GOMES	162
4	JOAO FRANCISCO MOREIRA DA ENCARNAÇÃO	150
5	ANDRE RODRIGUES DA SILVA	148
6	ANDERSON NASCIMENTO MIRANDA	134
7	LEANDRO MARCIO TEIXEIRA	128
8	FERNANDO TREBIEN	123
9	RENATO BATISTA DE MORAES	116
10	LEANDRO ZULIAN GALLINA	110
11	CARLOS EDUARDO NEVES DA FONTOURA	108
12	ANTONIO LUCAS NERES DE OLIVEIRA BARROS	104
13	MARINA ANDRE GONZALEZ	100
14	EVERTON RAFAEL POLINA	97
15	LUCAS POZATTI	94
16	JANINA ALVES FAGUNDES	92
17	ADRIANO SIMIONI	91
18	REJANE GOLDSTEIN TELICHEVESKY	87
19	FABRICIO COSTA DA SILVA	85
20	ALAN DIEGO DOS SANTOS	84
21	MARCOS JOSUE NONNENMACHER	82
22	MICHEL BARRETO DA SILVA	82
23	ADEMAR RAMOS MOREIRA SOBRINHO	80
24	JENER GOMES TEIXEIRA JUNIOR	80
25	CINTIA FRIGO PETUCO	77
26	GUSTAVO ADOLFO KELLERMANN	76
27	MARIA CLARA LUCENA ADAMS	76
28	ANDRE LUZ LIVI	72
29	DAVI CRUZ CAMPANHER	72
30	MARCIO BYSTRONSKI	72
31	YUSEF MAHATHMA HENCHENSKI GIDRAO	72
32	ISMAEL STANGHERLINI	70
33	DINEI ANDRE ROCKENBACH	64
34	JOAO ADOLFO FROEDE LUTZ	64
35	TIAGO GOMES SANTOS	61
36	CHARLES FERREIRA FALCAO	60
37	JULIANO SIEBEL	60
38	LUCIANA KARST PASSOS	60
39	THIAGO DE AZEVEDO DORNELLES	60
40	RODRIGO VICENTE DO NASCIMENTO	59
41	REGILAINE SOUZA LEITE SHIONO	58
42	ALEXANDRE DA COSTA LEITE	57
43	FELIPE LUIZ CHRISTOFOLLI GIOTTO	56

**SERVIDORES DA SETIC QUE REALIZARAM NO MÍNIMO 40 HORAS DE
TREINAMENTO TÉCNICO (PERÍODO 01/01 A 31/12/2017)**

Nome do Servidor		Carga Horária Total
44	FELIPE NUNES FLORES	56
45	GUILHERME DOS SANTOS BARRETO	56
46	JOICE PAVEK FIGUEIRO	56
47	DIOGO PIRES GILI	56
48	LUCIANO CIPRIANI	53
49	MARCELO ZAMBIASI	53
50	EVERTON LUÍS BERZ	52
51	EVANDRO BASSANESI	48
52	RODRIGO ZARTH	48
53	DANIEL LAZZAROTTO	44
54	FELIPE HOPPE LEVIN	44
55	LUCIANO PETTER	44
56	MARCIA DE LIMA COSTA	44
57	STEFANO DRIMON KURZ MOR	44
58	EDSON ELNEI LEHR	40
59	EDUARDO MARTINS DA ROCHA	40
60	FABIANO MARTINS	40
61	FRANCISCO FLESCHE	40
62	GUILHERME COSTA MACIEL	40
63	LUIZ FERNANDO ESTIVALET	40
64	NORA HELENA ROTHFUCHS ALBRECHT	40
65	PAULO RICARDO RITTER	40
66	ROBERTO PEREIRA DA ROSA	40
67	THALES ANTUNES SOFFIATTI	40
68	VOLNEI CESAR SUSIN	40
69	LUIS CARLOS PORTO	40

9.1.7. ANEXO 5.3.6. PORTARIA TRT4 Nº 2628/2016



PORTARIA Nº 2.628 DE 20 DE MAIO DE 2016.

Republicação

(Texto compilado com as alterações promovidas pela Portaria TRT4 nº 6.964/2016)

Institui os Processos de Gerenciamento de Incidentes, de Gerenciamento de Problemas, de Mudanças e Liberações e de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a implantação, pelo Tribunal, de práticas que favorecem a governança e a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação;

CONSIDERANDO a importância de definição e padronização dos processos relativos ao gerenciamento de serviços de TIC, a fim de prover e manter serviços e soluções de tecnologia da informação e comunicação que viabilizem e priorizem o cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que os processos de Gestão de TIC devem estar adequados às melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais para as atividades consideradas estratégicas, consoante dispõe o artigo 10 da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

CONSIDERANDO que cabe a cada órgão do Poder Judiciário definir, elaborar e aplicar os processos de trabalho da área de TIC, observando as boas práticas atinentes ao tema, criando um ambiente favorável à melhoria contínua, nos termos do artigo 12, §2º, da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o contido nos processos administrativos nº 0002783-70.2016.5.04.0000 e nº 0001550-14.2011.5.04.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os Processos de Gerenciamento de Incidentes, de Gerenciamento de Problemas, de Mudanças e Liberações em Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações e de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.



Parágrafo único. Os processos têm por fundamento as seguintes referências legais e normativas:

I - “*Control Objectives for Information and related Technology 5 – COBIT 5*”, modelo de gestão de Governança em TI;

II - Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

III - *Information Technology Infrastructure Library - ITIL*, é um conjunto de boas práticas em infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI para as áreas operacional e tática da organização.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria aplicam-se as seguintes definições:

I - Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC): ativo estratégico que suporta processos institucionais por meio da conjugação de recursos, processos de trabalho e técnicas que são utilizadas para obter, processar, armazenar, fazer uso e disseminar informações.

II - Governança de TIC: conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos de trabalho e mecanismos de controle que visam assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e uso de TIC estejam alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e alcance das metas da instituição.

III – Incidente: interrupção não planejada de um serviço de TIC ou redução da sua qualidade.

IV - Requisições de Serviços: mudanças nos serviços ou nos ativos de TIC que são conhecidas e não representam uma ameaça para os serviços devido possuírem baixo impacto. Desta forma, são pré-aprovadas e não precisam passar por fase de autorização.

V – Problema: causa raiz de um ou mais incidentes que deve ser investigada para encontrar uma solução.

VI - Requisição de mudança normal ou emergencial: mudanças nos serviços ou nos ativos de TIC que não são conhecidas e podem causar degradação severa ou indisponibilidade nos serviços críticos da organização. Devem passar por fase de autorização.

VII – Liberação: consiste na aplicação da mudança planejada no ambiente computacional de TIC;

VIII – Catálogo de Serviços: repositório contendo as informações sobre os serviços TIC prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC) ao Tribunal, permitindo que as áreas de negócio consigam visualizar os serviços de TIC disponibilizados, bem como suas informações detalhadas.

Art. 3º Os processos identificados no artigo 1º desta Portaria têm por objetivos:

I - garantir uma estratégia de serviços de TIC alinhada às necessidades nacionais e institucionais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

II - proporcionar a alocação racional de recursos públicos mediante a padronização de processos de trabalho;

III - incorporar boas práticas de gestão com vistas a promover a efetiva implantação da governança de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

Art. 4º O Processo de Gerenciamento de Incidentes é composto pelas seguintes etapas:



I - Recebimento: refere-se ao recebimento do chamado pela Central de Serviços de TIC, cuja primeira ação será identificar sua natureza, classificá-lo e, caso necessário, complementá-lo com informações adicionais;

II - Tratamento: compreende a investigação e tentativa de resolução do incidente, por meio de uma solução definitiva ou provisória. Esta etapa também abrange o escalonamento do chamado para outras equipes da SETIC, no caso do incidente não ser resolvido pela Central de Serviços de TIC, bem como a abertura de chamados para atuação de agentes externos ao Tribunal, como por exemplo, fornecedores com contratos de garantia, consultoria e suporte;

III - Fechamento: consiste na conclusão do chamado do incidente com retorno ao usuário solicitante.

Art. 5º O Processo de Gerenciamento de Mudanças e Liberações é composto pelas seguintes etapas:

I - Abertura: refere-se à identificação da necessidade de mudança em um serviço ou ativo de TIC (requisição de serviço, mudança normal ou emergencial) para realização de análise preliminar e documentação do trabalho que se deseja executar;

II - Análise e Aprovação: execução de atividades referentes à análise da proposta de mudança e respectiva aprovação, a fim de dar continuidade ao ciclo de trabalho;

III - Aplicação: consiste na implementação da mudança dentro do ambiente de TIC;

IV - Fechamento: etapa final em que são colhidos os resultados da mudança e liberação, com retorno do processo ao requisitante.

Art. 6º O Processo de Gerenciamento de Problemas é composto pelas seguintes etapas:

I - Abertura: refere-se à identificação da necessidade de investigação de um erro que impacte em um serviço ou ativo de TIC. Nesse caso, deve ser elaborada descrição preliminar e posterior encaminhamento para a equipe da SETIC responsável pela continuidade do trabalho;

II - Investigação: etapa de investigação do problema com vistas a encontrar uma solução. Esta fase pode provocar a necessidade de execução do Processo de Mudança e Liberação, para que a solução encontrada seja aplicada no ambiente computacional;

III - Aplicação: consiste na implementação da mudança dentro do ambiente de TIC;

IV - Fechamento: etapa final consistente na documentação do trabalho realizado e, em caso de sucesso, da solução encontrada, informando a conclusão e o resultado final do trabalho ao usuário solicitante.

Art. 7º O Processo de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de TIC é composto pelas seguintes etapas:

I - Abertura: refere-se à identificação da necessidade de inclusão ou atualização de um item do catálogo de serviços de TIC e encaminhamento de uma solicitação ao responsável pela análise;

II - Análise: diagnóstico sobre a necessidade de incluir ou atualizar o item do catálogo de serviços de TIC;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

III - Implementação: inclusão ou atualização do item do catálogo de serviços na ferramenta utilizada para a gestão dos serviços de TIC;

IV - Fechamento: fechamento da solicitação.

Art. 8º O desenho dos processos estabelecidos por esta Portaria, a descrição das atividades, dos papéis e responsabilidades dos envolvidos serão publicados no Portal de Governança de TI, após aprovação pela Presidência.

Parágrafo único. As alterações nos documentos indicados no *caput* serão publicadas no Portal de Governança de TI, após aprovação pela Presidência.

Art. 9º Os processos de que trata esta Portaria serão revistos anualmente ou, quando necessário, em menor prazo. ([redação dada pela Portaria nº 6.964/2016](#))

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ RENCK
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

9.1.8. ANEXO 5.3.6. PORTARIA TRT4 Nº 6371/2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 6.371, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

Estabelece as diretrizes para a Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações e institui o processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC no TRT da 4ª Região.

CONSIDERANDO a implantação, pelo Tribunal, de práticas que favorecem a governança e a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação;

CONSIDERANDO a importância de definição e padronização dos processos relativos ao gerenciamento de serviços de TIC, a fim de prover e manter serviços e soluções de tecnologia da informação e comunicação que viabilizem e priorizem o cumprimento da função institucional da Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que o processo de Gestão de TIC deve estar adequado às melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais para as atividades consideradas estratégicas, consoante dispõe o artigo 10 da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

CONSIDERANDO que cabe a cada órgão do Poder Judiciário definir, elaborar e aplicar os processos de trabalho da área de TIC, observando as boas práticas atinentes ao tema, criando um ambiente favorável à melhoria contínua, nos termos do artigo 12, §2º, da Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o contido no expediente administrativo nº PA 0006528-58.2016.5.04.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes para a gestão de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e instituir o processo de gestão de configuração e ativos de TIC no TRT da 4ª Região.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Parágrafo único. A presente Portaria tem por fundamento as seguintes referências legais e normativas:

I- Ato nº 43/CGJT.GP.SG, de 01.3.2013 - dispõe sobre a política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

II- Norma Complementar nº 10/IN01/DSIC/GSIPR - estabelece diretrizes para o processo de Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação, para apoiar a Segurança da Informação e Comunicações (SIC), dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta – APF (publicada no DOU nº 30, de 10 de fevereiro de 2012 - Seção 1);

III - ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, que normatiza o sistema de gestão da segurança da informação;

IV - ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013, que normatiza a prática para gestão da segurança da informação;

V- Resolução 211/2015 do CSJT - institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário;

VI - Decreto 99.658/1990 - regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Capítulo I

Seção I

Das Definições

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações - os meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso;

II - Inventário de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações - conjunto de informações necessárias à Gestão de Ativos de TIC, fornecendo subsídio aos demais processos de TIC, tais como Gestão de Riscos e Gestão de Continuidade de Negócio;

III - Banco de Dados de Configuração de Ativos (BDGC) - repositórios que centralizam as informações referentes aos itens de configuração utilizados no ambiente de TI;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

IV - Item de configuração (IC) - todo recurso necessário para a sustentação dos serviços de TI. Ex.: equipamentos, licenças, ativos de rede, etc.;

V - Atributos dos itens de configuração (AIC) - conjunto de informações sobre o item de configuração (sua descrição, características, localização etc). Ex.: IC = microcomputador; AIC= descrição, processador, memória, disco, etc.

Seção II

Da Abrangência

Art. 3º Esta norma refere-se aos seguintes ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC):

I - os equipamentos de microinformática, tais como estações de trabalho do tipo *desktop* (CPU, monitor, *mouse*, teclado), estações de trabalho do tipo *notebook*, impressoras, equipamentos multifuncionais e de digitalização (*scanners*), *docking stations*, periféricos, monitores avulsos e *nobreaks* de *desktop*;

II - os equipamentos e soluções de infraestrutura, tais como datacenters, geradores, equipamentos de armazenamento (*storage*), soluções de *backup* e de segurança, servidores, ativos de rede, *nobreaks* de *datacenter*;

III - os equipamentos de multimídia destinados a ações e projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, tais como TVs, projetores e câmeras;

IV - os *softwares* em geral (infraestrutura, desenvolvimento e de escritório/utilitários);

V - os *softwares*/sistemas de informação desenvolvidos pelo TRT ou cedidos por outros órgãos públicos.

Capítulo II

Do Ciclo de Vida dos Ativos de TIC

Seção I

Da Aquisição

Art. 4º A renovação do parque de equipamentos de microinformática observará o prazo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

de garantia, que não poderá ser inferior a 04 (quatro) anos.

Art. 5º A expansão do parque de equipamentos de microinformática decorrerá da adequação à evolução do número de usuários do Tribunal e da necessidade oriunda de novos projetos e ações, previamente aprovados pela Administração.

Parágrafo único. Quando da proposição de expansão do parque de equipamentos de microinformática deverá ser verificada a necessidade de aquisição de licenças ou suporte técnico dos softwares que compõem a instalação padrão dos referidos equipamentos (antivírus, monitoramento, inventário, editores de texto, de imagem, etc.).

Art. 6º A expansão e atualização do parque de equipamentos e de soluções de infraestrutura observará a garantia contratada, que não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, a vida útil do equipamento (quando for o caso), a capacidade atual e a projeção da evolução da demanda, bem como os custos e benefícios envolvidos.

Art. 7º A renovação e expansão do parque de equipamentos de multimídia observará o tempo de vida útil desses equipamentos e a eventual necessidade oriunda de novos projetos e ações.

Art. 8º Em situações excepcionais, devidamente justificadas, poderá haver aquisição em condições e prazos diversos dos previstos nesta Portaria, desde que previamente autorizada pela Administração.

Art. 9º Para a aquisição ou renovação de *softwares*, anualmente será realizado levantamento junto às unidades usuárias, identificando a necessidade de:

I - atualização das licenças dos *softwares* em utilização;

II - aquisição de novas licenças de *softwares* já utilizados, para adequação à evolução do número de usuários, de ativos de infraestrutura e necessidades da área de desenvolvimento de sistemas;

III - aquisição de licenças de novos *softwares* necessários ao desenvolvimento das atividades dos usuários em geral ou em decorrência de necessidades relacionadas aos ativos de infraestrutura ou da área de desenvolvimento de sistemas.

§ 1º Incumbe à Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações o controle dos prazos das licenças, assinaturas ou suporte relativo aos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

softwares adquiridos pelo TRT4, assim como o levantamento de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º A aquisição ou renovação de *softwares*, bem como o suporte técnico correspondente, decorrerá de solicitação das áreas interessadas, a partir do preenchimento do Documento de Oficialização da Demanda (DOD), conforme previsto no processo de planejamento de contratações de TIC.

Art. 10. Os *softwares* e sistemas de informação desenvolvidos pelo TRT4 deverão atender aos padrões estabelecidos na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Art. 11. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações manterá permanente monitoramento do ambiente tecnológico, visando a identificar, de forma antecipada, as necessidades e limites de capacidade dos ativos de TIC, com vistas a subsidiar o planejamento das aquisições.

Art. 12. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, quando da elaboração do Plano Anual de Contratações de Soluções de TIC, observará as diretrizes previstas nesta Seção.

Seção II

Da manutenção e controle

Art. 13. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações é responsável:

I - pelo recebimento definitivo dos equipamentos e softwares adquiridos, verificando a conformidade com os termos das especificações técnicas do Edital;

II - pelo inventário dos ativos de tecnologia da informação;

III - pela instalação e configuração dos equipamentos e *softwares* nas unidades do TRT4;

IV - pelo acompanhamento dos contratos de garantia e de manutenção dos equipamentos e prazos de suporte/garantia dos *softwares*;

V - pelo monitoramento dos ativos de tecnologia da informação, de modo a garantir o efetivo funcionamento das soluções de TIC disponibilizadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Art. 14. Os ativos de TIC serão inventariados pelos responsáveis abaixo identificados:

I - A Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica será responsável pelo controle dos equipamentos e soluções de infraestrutura, bem como pelos *softwares* necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

II - A Coordenadoria de Atendimento a Usuários será responsável pelo controle dos equipamentos de microinformática, dos *softwares* destinados aos usuários em geral, bem como pelos *softwares* necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

III - A Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas será responsável pelo controle dos *softwares*/sistemas desenvolvidos pelo TRT ou cedidos por outros órgãos públicos, bem como pelos *softwares* necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 15. O inventário de ativos será realizado utilizando todas as ferramentas e meios disponíveis, conjugando os resultados emitidos pelos sistemas corporativos e outros documentos de controle.

§ 1º Na identificação do ativo deverá constar, no mínimo, sua descrição, configurações de hardware, versões de *software*, localização e, quando pertinente, sua criticidade ou relevância, considerando os serviços e sistemas que ele suporta.

§ 2º Em se tratando de sistemas de informação deverá ser identificada, ainda, sua classificação como estratégico, conforme definido pela Administração no PDTI.

Seção III

Do Desfazimento

Art. 16. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações informará à Coordenadoria de Material e Logística os ativos de TIC aptos ao desfazimento.

Art. 17. O desfazimento de equipamentos de microinformática ou de infraestrutura será precedido da eliminação dos dados neles armazenados.

Parágrafo único. Cabe ao gestor da unidade em que realizada a referida atividade a verificação de que os dados foram efetivamente removidos antes do desfazimento dos equipamentos.



Art. 18. O desfazimento não poderá ser realizado durante a vigência da garantia ou sua extensão.

Parágrafo único. Em situações excepcionais, devidamente justificadas e aprovadas pela Administração, o ativo poderá ser indicado para desfazimento sem a observância desta norma.

Art. 19. O desfazimento de *softwares* não poderá contrariar a política de licenciamento do respectivo fabricante.

Capítulo III

Do Processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC

Art. 20. O processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC é composto pelas seguintes atividades:

I - designar identificadores únicos para os itens de configuração (IC): estabelecer a nomenclatura padrão para os ICs, definindo como serão armazenados nos bancos de dados de gerenciamento da configuração;

II - designar responsáveis pelos ICs: identificar responsabilidades e responsabilizados pelos itens de configuração;

III - inserir dados dos ICs no BDGC: inserir nos bancos de dados de gerenciamento de informações os dados sobre o item de configuração e seus atributos. Estas informações devem ser criadas e disponibilizadas a todos os envolvidos;

IV - novo IC disponível – coletar dados: no caso de haver um novo IC, é necessário que sejam coletadas as informações dos AICs, já com suas premissas estipuladas. Essa coleta pode ser manual ou automatizada e registrada no BDGC;

V - nova versão de IC disponível - coletar dados atualizados do IC: coletar informação atualizada do IC, identificar o IC no BDGC e inserir informação atualizada no BDGC (de forma manual ou automatizada);

VI - desativar IC no BDGC: caso seja necessário desativar ICs no BDGC, seja por uma alteração ou por não ser mais necessário, altera-se o status deste no BDGC para desativado;

VII - manter a lista de atributos atualizada de forma a refletir a realidade e necessidades específicas da SETIC e TRT4. Esta atividade foca em garantir que os AICs estão de acordo com a profundidade de informações esperadas pela gestão e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

controles específicos.

Art. 21. O desenho do processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC, a descrição das atividades, respectivos papéis e responsabilidades dos envolvidos no processo, bem como demais documentos relacionados serão publicados no Portal de Governança de TI, após aprovação pela Presidência.

Parágrafo único. As alterações nos documentos indicados no *caput* serão publicadas no Portal de Governança de TI, após aprovação pela Presidência.

Art. 22. O processo será revisto anualmente ou, quando necessário, em menor prazo.

Capítulo IV

Das disposições finais

Art. 23. Os casos omissos serão objeto de apreciação pela Administração, ouvida a Comissão de Informática.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ RENCK
Presidente do TRT da 4ª Região

9.1.9. ANEXO 5.3.7. DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI

PROJETOS DA COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS

Id	Projeto	Objetivo	Resultados esperados	Status	Fim Previsto	Fim Realizado	Custo Estimado	Custo Realizado	Alinhamento – Planejamento Estratégico	Alinhamento – Planejamento TI
425	Aprendendo sobre o TRT	Ampliar o conhecimento dos servidores da SETIC em relação aos processos de trabalho da área judiciária do TRT4 (primeiro e segundo graus). Isso se deu por meio da capacitação (treinamentos e visitas) sobre o funcionamento e atividades cotidianas realizadas pela área fim do Tribunal. Deseja-se que os servidores da SETIC tenham maior consciência sobre a importância e impacto de seu trabalho em relação aos problemas e necessidades encaminhadas pela área judiciária. Além disso, com um conhecimento maior da área de negócio, a SETIC poderá propor melhorias nos serviços e instalações disponibilizadas.	Aumento do número de servidores da SETIC com conhecimento sobre assuntos pertinentes a área judiciária do TRT; Melhoria na comunicação entre a SETIC e a área judiciária; Melhoria no entendimento de prioridades e urgências com relação a pedidos que são feitos por servidores e magistrados; Melhor entendimento, por parte dos servidores da SETIC, sobre o impacto de seu trabalho no andamento das atividades jurisdicionais do Tribunal; Sugestões de melhorias em serviços e instalações disponibilizadas pela SETIC, identificadas nas visitas realizadas.	Concluído	20/11/2017	18/01/2018	R\$ 6.896,18	R\$ 6.896,18	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

438	Automatização do cadastro de acessos aos sistemas	Implementar um sistema automatizado e centralizado para gestão das credenciais de acessos aos principais sistemas ofertados pela SETIC.	Agilidade no atendimento a chamados com pedidos de acessos aos sistemas; Maior confiabilidade no cadastro de acessos aos sistemas.	Em Execução	28/09/2017				Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
451	Renovação do Parque de Microcomputadores, Notebooks e Nobreaks de estação	1) Aquisição e instalação de 1442 microcomputadores (desktops) para substituição dos equipamentos que estão em uso atualmente nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo de garantia por vencer em 2017 ou vencido. 2) Aquisição e instalação ou fornecimento de computadores portáteis (notebooks), distribuídos da seguinte forma: - 142 Notebooks para Varas e Postos - 58 notebooks para instalação na Escola Judicial - 26 Notebooks para plantonistas ou teletrabalho - 10 Notebooks para Sessões Itinerantes 3) Aquisição de 980 no-breaks de	100% dos computadores desktop em uso no TRT cobertos por garantia do fabricante, atualizados tecnologicamente e com menor probabilidade de falha; Maior autonomia para a Escola Judicial realizar treinamentos e outros eventos que necessitem de computadores; Utilização de computadores diferenciados pelas áreas do TRT4 que necessitam de equipamento com maior capacidade de processamento e armazenamento (SECOM, SETIC: Implantação de Sistemas, Desenvolvimento, Infraestrutura e microinformática); 100% dos no-breaks	Concluído	31/01/2018	23/01/2018	R\$ 6.056.908,00	R\$ 6.224.943,13	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

		estação para substituição dos equipamentos que estão em uso atualmente nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo de garantia vencido, ou que devem ser fornecidos em acréscimo, atendendo a novas necessidades.	de estação em uso cobertos por garantia do fabricante, fornecendo maior autonomia aos equipamentos em caso de falta de energia elétrica.							
459	Renovação do Parque de Ultrabooks HP e Dockingstations para ultrabooks HP	Aquisição de 333 ultrabooks + 30 docking stations para substituição dos equipamentos que estiverem fora da garantia.	Fornecimento aos Desembargadores e Juizes do TRT4 de computadores portáteis novos, mais rápidos e com menos probabilidade de falhas; 100% dos computadores portáteis, utilizados por magistrados, estarão cobertos por garantia do fabricante.	Em Execução	26/10/2018		R\$ 1.362.000,00		Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
460	Renovação do Parque de Impressoras e equipamentos de digitalização (scanners de mesa)	1) Aquisição de 518 impressoras - incluindo serviço de instalação das mesmas - para substituição de equipamentos que estão em uso atualmente, com o prazo de garantia vencido. 2) Aquisição e instalação de 30 escâneres de mesa para substituição de equipamentos que	100% das impressoras laser monocromáticas em uso no TRT4 cobertos por garantia do fabricante, atualizados tecnologicamente e com menor probabilidade de falha; Utilização de escâneres atualizados tecnologicamente e	Em Execução	05/06/2018		R\$ 1.283.172,11		Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

		estão em uso atualmente, com o prazo de garantia vencido.	com menor probabilidade de falha; Teremos escâneres disponíveis para substituição em caso de falha ou fornecimento em caso de solicitação de acréscimo.							
476	Renovação do parque de monitores dos microcomputadores	Aquisição de 4.000 monitores ultrawide 29" (com dimensões suficientes para visualizar as duas telas que hoje são apresentadas em monitores distintos) para substituição dos monitores principais de 100% dos usuários finais. Em relação ao monitor secundário, o objetivo é eliminar a sua utilização. Os monitores substituídos serão encaminhados para desfazimento.	Redução do risco de comprometimento visual dos servidores evitando-se a utilização de monitores com resoluções diferentes; Redução do desconforto na região da coluna cervical (pescoço) e cabeça, pois não é preciso um desvio (rotação) muito grande para visualizar os textos no mesmo monitor; Atualização tecnológica de 100% de monitores principais do Tribunal, utilizados pelos usuários finais, evitando a perda de qualidade de imagem causada pelo envelhecimento do equipamento; Equipamentos novos cobertos por garantia do fabricante; Racionalização do espaço de trabalho	Em Execução	19/07/2018				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

			dos usuários pela possibilidade de uso de um único monitor.							
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

PROJETOS DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Id	Projeto	Objetivo	Resultados esperados	Status	Fim Previsto	Fim Realizado	Custo Estimado	Custo Realizado	Alinhamento –Planejamento Estratégico	Alinhamento – Planejamento TI
256	SILC - Licitações e contratos	Implementar e implantar novo sistema de licitações e contratos no TRT da 4ª Região, englobando migração e sincronização de dados do sistema de compras e treinamento. Além disso, é objetivo deixar o sistema passível de ser implantado nos demais Tribunais da Justiça do Trabalho.	Reduzir em 50% a quantidade de planilhas utilizadas para controle de contratos; Reduzir em 50% a quantidade de planilhas utilizadas para acompanhamento de processos de aquisição; Possibilitar a gestão de informações de fornecedores, aquisições e contratos em um único sistema (hoje esses dados estão distribuídos entre diversas planilhas e o Sistema de Compras).	Concluído	01/12/2017	04/12/2017			Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
387	Migração de Relatórios Administrativos para o BI	Realizar a migração dos 2600 relatórios, existentes no Discoverer, para o BI, no prazo de um ano.	Desligamento de ferramenta antiga (descontinuada pelo fabricante) simplificando o suporte aos relatórios; Criação de um padrão de desenvolvimento de	Concluído	25/07/2017	31/07/2017			Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho

			relatórios e Dashboards; Aumento do alcance da ferramenta de 2 para 5 setores no prazo estipulado; Geração de um conjunto otimizado de relatórios com no máximo 50% do tamanho atual (1300 relatórios).							
402	Férias online para Desembargadores	Possibilitar a solicitação eletrônica de férias a Desembargadores e Juízes convocados.	Padronização no registro de marcação de férias de desembargadores. Melhoria no acompanhamento de férias de desembargadores pela Administração.	Concluído	18/11/2015	23/03/2017			Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
404	Implantação do SIGEP	Implantação do sistema nacional definido pelo CSJT como sistema de gestão de pessoas nos Regionais.	Adequação do TRT da 4ª Região às necessidades de integração dos sistemas administrativos; Disponibilidade de acesso ao sistema para 100% dos usuários que atualmente utilizam o sistema de RH legado; Migração dos dados do sistema legado para o novo sistema, no que for possível; Possibilidade de integração do SGRH com os demais sistemas	Concluído	30/09/2016	25/07/2017			Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho

			componentes do SIGA nacional; Uniformização da ferramenta de gestão de pessoas na Justiça do Trabalho.							
446	Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas	Possibilitar a emissão de certidão eletrônica de feitos trabalhistas, abrangendo processos físicos e eletrônicos de todos os Foros do TRT da 4a Região de 1º e 2º Graus, por meio de ferramenta web que consulte de forma integrada as bases de dados dos sistemas inFOR, NovaJUS4 e PJeJT.	Melhor prestação de serviços ao jurisdicionado por meio da emissão de certidões mais abrangentes, por incluir processos de 1º e 2º Grau de todo o estado; Maior agilidade na emissão das certidões; Reduzir consideravelmente o número de atendimentos no balcão da Seção de Certidões e Conferências e das CCDFs e Varas isoladas; Possibilidade de realocar servidores para outras atividades.	Concluído	08/03/2017	04/07/2017			Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
447	SILC - Implantação em Regionais Multiplicadores	Disponibilizar o sistema SILC para os regionais participantes do gtSILC - Grupo de Trabalho do Sistema de Licitações e Contratos, para avaliação da possibilidade de nacionalização do sistema. O prazo	Definição do sistema padrão de sistema de licitações e contratos.	Concluído	10/01/2017	26/06/2017			Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos

		para avaliação do Grupo é até Janeiro/2017.								
448	Conciliação Eletrônica	Dotar o TRT4 de uma ferramenta que permita conciliações de forma remota, permitindo que as partes envolvidas possam interagir sem a necessidade de comparecer a uma unidade da Justiça do Trabalho.	Aumento no número de solicitações de conciliação encaminhadas ao JACEP; Aumento no número de conciliações concluídas com sucesso em processos do interior do Estado, coordenadas pelo JACEP.	Concluído	29/03/2017	26/06/2017			Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
457	Pesquisa Textual	O projeto objetiva a implantação da ferramenta de indexação e busca do conteúdo textual Elasticsearch, um servidor de buscas de código aberto baseado no Apache Lucene. A ferramenta será utilizada para a indexação dos documentos produzidos pelo TRT4, tanto na área jurídica, como administrativa.	Redução de custos: diminuição dos custos de contratação e manutenção da solução de indexação textual; Escalabilidade: maior facilidade de aumentar o volume de documentos indexados.	Em Execução	30/04/2018				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
458	Portal de Internet	Desenvolver um novo portal de internet, baseado numa nova ferramenta de desenvolvimento de portais escolhida	Agilidade : ferramenta escolhida é uma solução desenvolvida internamente pela equipe do TRT, que não terá custos	Em Execução	08/05/2018				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

		<p>no projeto 257, que substitua o atual e traga mais agilidade.</p>	<p>diretos; Reformulação e atualização : o desenvolvimento de um novo site possibilitará a reformulação e modernização do portal, refletindo a realidade atual do TRT; Maior autonomia para usuários : maior autonomia e independência na criação e edição das páginas do site; Acessibilidade : projetado e construído dentro das melhores práticas de acessibilidade, permitido um amplo acesso dos usuários ao conteúdo; Responsividade : Melhor experiência de uso, maior rapidez no carregamento das páginas e uma preparação prévia a futuros dispositivos; Substituição do atual portal mobile : a responsividade do site permitirá que o atual site mobile possa ser substituído pelo novo site com vantagens, pois todo</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

			o conteúdo do site ficará disponível nesta versão.							
461	Autosserviço de descoberta e análise de dados	Disponibilizar solução de descoberta e análise de dados que permita a criação de painéis com autosserviço para o usuário final.	Possibilidade de realizar experimentações com menor esforço e maior exatidão, eliminando retrabalho na área de TI; Maior agilidade na criação de aplicações de análise de dados; Maior independência das áreas de negócio em relação à TI para análise de dados; Desenvolvimento de aplicações com interface amigável e dinâmica.	Concluído	14/07/2017	14/07/2017	R\$ 122.519,00	R\$ 122.519,00	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários.
466	Estatística JACEP	Possibilitar que as estatísticas do JACEP sejam informatizadas. Para isso, devem ser criados andamentos no sistema NovaJus4 e/ou fluxos no sistema PJe. A partir dessas definições, devem ser criadas tabelas no BI para apresentação dos resultados. No momento, a SETIC ainda aguarda a definição das estatísticas pelas áreas de negócio envolvidas: AGE,	Celeridade, padronização e redução de falhas no cálculo da estatística do JACEP.	Concluído	27/11/2017	29/11/2017			Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários.

		SEGJUD, Corregedoria e JACEP.								
474	Ferramenta de Pesquisa Patrimonial	Possibilitar a visualização, de forma integrada, das informações referentes à execução das reclamações trabalhistas, abrangendo processos físicos e eletrônicos de todos os Foros do TRT da 4a Região, por meio de ferramenta web que consulte as bases de dados dos sistemas inFOR e PJe-JT.	<p>Maior visibilidade das diligências já realizadas;</p> <p>Diminuir o retrabalho dos oficiais de justiça e dos servidores das secretarias das Varas na fase de execução;</p> <p>Aumento do índice de processos arquivados sem dívida;</p> <p>Redução da taxa de congestionamento na fase de execução;</p> <p>Redução do tempo médio de tramitação na fase de execução dos processos.</p>	Em execução	13/12/2017				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários.
475	Novo Aud	Desenvolvimento de novo Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho, AUD, com as seguintes características: possibilidade de execução offline, agilidade e recursos que proporcionem facilidade na confecção das atas, integração ao sistema PJe, aderência à nova arquitetura definida pelo CSJT.	Celeridade da audiência, otimização das atividades da secretaria e melhor manutenibilidade do sistema.	Em Execução	22/03/2019				Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho
477	Ferramenta para análise de Recursos	Estudo de novas tecnologias e	Redução do tempo para identificar guias	Em Execução	23/03/2018				Gerenciar as demandas	Promover a contínua melhoria dos

	de Revista	desenvolvimento de protótipo de ferramenta de apoio à decisão que agilize o processo de análise da admissibilidade dos recursos de revista, facilitando a verificação dos seguintes requisitos básicos: guias de pagamento, trechos do acórdão citados no recurso e tempestividade.	de pagamento; Redução do tempo para identificar trechos de acórdãos com redação semelhante a trechos da inicial; Redução do tempo para identificar a tempestividade do recurso.						repetitivas e os grandes litigantes	serviços com foco na satisfação dos usuários.
478	Integração eJus2/Secretarias de Turma ao PJe	Desenvolver melhorias na interface do PJe de forma a otimizar os lançamentos de resultados de julgamento. Desenvolver integração entre o eJus ² e o PJe de forma a automatizar o envio das informações dos processos não julgados do eJus ² para o PJe / e de viabilizar a confecção de uma única pauta, automatizando a replicação no outro sistema.	Reduzir o tempo utilizado para registro dos resultados de julgamento de uma sessão; Reduzir o tempo utilizado para registro no PJe de uma pauta de sessão; Eliminar o trabalho no PJe de lançamento das informações de processos não julgados; Aumentar a confiabilidade nos lançamentos e registros realizados.	Em Execução	11/12/2018				Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho

PROJETOS DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE TIC

Id	Projeto	Objetivo	Resultados Esperados	Status	Fim Previsto	Fim Realizado	Custo Estimado	Custo Realizado	Alinhamento –Planejamento Estratégico	Alinhamento – Planejamento TI
452	SGSI - Ciclo 2017	Implementar um novo ciclo do SGSI com vista ao aperfeiçoamento dos controles e procedimentos relativos à segurança da informação, melhoria do processo, e a redução dos riscos a um nível aceitável, a ser definido pela Administração do TRT.	Redução dos riscos identificados no novo ciclo a um nível aceitável pela Administração; Melhorias no processo e na maturidade de Segurança da Informação no TRT; Manutenção da conformidade com a ISO 27001 e com as orientações/exigências dos órgãos de controle externo.	Em Execução	29/01/2018				Fortalecer os processos de governança	Aprimorar a segurança da informação
471	Uniformização e modelagem de processos da SETIC	Modelar os processos de trabalho (construção do plano anual de capacitação; gerenciamento da disponibilidade e capacidade de TIC; monitoramento e de aferição dos níveis de serviços SLA's; modelagem e gestão de processos do processo do Escritório de Processos). Além disso, aprimorar os resultados na execução dos	Formalização das atividades relativas ao processo de construção do plano anual de capacitação; Identificação e padronização das atividades de gerenciamento da disponibilidade e capacidade de TIC, do monitoramento e de aferição dos níveis de serviços e do processo de modelagem e revisão de processos;	Concluído	31/01/2018	25/01/2018			Fortalecer os processos de governança	Aperfeiçoar a gestão de TIC

		processos, reduzir a incidência de falhas nos processos e focar as atividades na obtenção de resultados.	Formalização do processo gerenciamento da disponibilidade e capacidade de TIC, do monitoramento e de aferição dos níveis de serviços e do processo de modelagem e revisão de processos; Atender às recomendações do TCU e CNJ no que diz respeito aos processos de gerenciamento da disponibilidade e capacidade de TIC e de monitoramento e de aferição dos níveis de serviços (SLA's).							
--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

PROJETOS DA COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

Id	Projeto	Objetivo	Resultados esperados	Status	Fim Previsto	Fim Realizado	Custo Estimado	Custo Realizado	Alinhamento – Planejamento Estratégico	Alinhamento – Planejamento TI
470	Automatização de testes do PJe	Propiciar a ampliação da identificação de falhas das novas versões do PJe antes das implantações em ambiente de produção, através da automatização	Tornar mais rápidos os testes das principais funcionalidades do PJe; Aumento de produtividade das equipes de testes.	Em Execução	16/11/2017				Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

		dos casos de testes mais importantes do sistema								
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--

PROJETOS DA COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Id	Projeto	Objetivo	Resultados esperados	Status	Fim Previsto	Fim Realizado	Custo Estimado	Custo Realizado	Alinhamento –Planejamento Estratégico	Alinhamento – Planejamento TI
52	Implantação de Nova Infraestrutura no Interior do Estado (racks nos CPDs)	Implantar uma nova infraestrutura de gerenciamento de rede nos Foros do interior do estado, visando padronizar e concentrar os serviços de gerenciamento e armazenamento de dados (servidores de rede), switches, roteadores, aceleradores, modem e no-break. Serão instalados Racks em todos os Foros, utilizando equipamentos compatíveis para neles serem instalados, como servidores e no-breaks para rack.	100% dos CPDs do interior padronizados; Redução da incidência de falhas por má acomodação dos equipamentos; Redução de gastos com manutenção dos equipamentos.	Em Execução	04/06/2018		R\$ 453.000,00	R\$ 453.000,00	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários
105	Links Redundantes para o Interior do Estado (Ampliação da rede WAN)	O objetivo é adquirir novos e melhores links de comunicação para as unidades judiciárias do interior do estado e prédios	Maior disponibilidade dos serviços de comunicação de dados; Banda adequada às necessidades do	Concluído	14/11/2016	11/05/2017	R\$ 1.326.840,00	R\$ 1.326.840,00	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	Melhorar a disponibilidade do PJe

		da capital. Esses links deverão contar com uma tecnologia de balanceamento de links, que permita a utilização integral do somatório da banda disponível, assim como a continuidade da prestação do serviço em caso de falha de um dos links.	Processo Judicial Eletrônico; Independência contratual em relação ao TST e demais Regionais.							
202	Atualização de infraestrutura do interior - Renovação dos switches, servidores e nobreaks de CPD	Substituir nos CPDs dos foros do Interior, os seguintes equipamentos fora de garantia ou com garantia a vencer em 2014: comutadores de rede (switches), servidores de rede, no-breaks de CPD.	Redução de falhas decorrentes de equipamentos com garantia vencida; Maior eficiência e rapidez nos reparos em equipamentos com garantia; Maior performance decorrente da evolução tecnológica dos novos equipamentos.	Em Execução	11/01/2018		R\$ 1.479.568,40	R\$ 1.479.559,40	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Melhorar a disponibilidade do PJe
209	Padronização do diretório de usuários	Avaliar durante o primeiro semestre de 2014 a viabilidade de manter um único diretório centralizado. Demonstrada a viabilidade, migrar todos os usuários (e computadores) do interior do estado para o AD.	Usuários das varas do interior do estado passarão ter login único para acesso à rede e internet; Simplificação da manutenção das credenciais pessoais por parte dos usuários; Maior agilidade no fornecimento de acessos a usuários tanto para inclusão de novos logins quanto para movimentações de pessoas entre unidades;	Em Execução	19/12/2017				Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Melhorar a disponibilidade do PJe

			Melhor gerência dos microcomputadores do interior do estado com a agilização da distribuição de regras de utilização.							
210	Ampliação da autonomia dos switches - Capital e interior	O projeto contempla ampliação no prédio sede, prédio administrativo, foros da capital e 4 foros do interior (Esteio, Caxias do Sul, Passo Fundo e Uruguaiana). A ampliação nos demais foros do interior será contemplada pelos projetos 52 e 202.	Aumento da autonomia de uso da rede em caso de falta de energia; Determinação e divulgação de um SLA referente à manutenção dos serviços de TI nas ocorrências de falta de energia.	Em Execução	16/11/2017		R\$ 77.900,00	R\$ 77.900,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Melhorar a disponibilidade do PJe
391	Grupos geradores para datacenters (principal e secundário)	Adequada disponibilidade dos serviços de TIC.	Fornecimento contínuo de energia elétrica aos datacenters do TRT, de modo a garantir a disponibilidade de serviços de TIC; Grupos moto geradores alimentando os dois datacenters do TRT exclusivamente.	Em Execução	19/12/2017		R\$ 797.085,61	R\$ 568.103,76 (pago parte do valor)	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Melhorar a disponibilidade do PJe
392	Expansão e renovação de garantia da solução de rede local do TRT4 em Porto Alegre	Garantir a continuidade e disponibilidade dos serviços de rede e acesso aos sistemas do Tribunal; Melhoria do Plano de Recuperação de Desastres – PRD011; Ampliação de cobertura nas	Minimização dos riscos de indisponibilidade; Redução do tempo de parada de um data center em caso de falha de um switch core; Redução do tempo de resposta no uso dos sistemas	Concluído	28/02/2017	31/08/2017	R\$ 1.330.448,13	R\$ 1.324.798,93	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.	Alinhar serviços e políticas de TI à estratégia

		redes sem fio em Porto Alegre (prédios Administrativo, Sede e Foro Trabalhista), aumentando a qualidade no acesso aos sistemas utilizados no Tribunal.	administrativos e judiciais, com o aumento da capacidade de conexão entre ativos dos data centers, através do acréscimo de portas gigabit aos switches CORE; Otimização dos serviços de backups e eventuais restaurações de dados; Aumento da qualidade do acesso à rede sem fio com o aumento do número de access points nos prédios de Porto Alegre; Aumento da segurança da rede; Aumento da resiliência da infraestrutura do TRT, com a redução dos procedimentos e tempos previstos PRD011.							
394	Estudos técnicos de soluções alternativas para realização de trabalho remoto	Prover uma solução de acesso rápido e confiável para trabalho remoto de magistrados e outros públicos, que fazem uso de sistemas cliente/servidor (não disponíveis diretamente pela Internet).	Maior agilidade no uso de sistemas cliente/servidor para usuários que atuam remotamente; Maior compatibilidade com as soluções (Hardware / Software) utilizadas pelo Tribunal.	Em Execução	12/12/2016		R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos	Melhorar a disponibilidade do PJe

442	Renovação de storages	Aquisição de novos equipamentos de storage para substituição dos atuais (com no mínimo a mesma especificação técnica e com maior capacidade de crescimento), no prazo de até dois meses antes do vencimento dos equipamentos que estão em uso atualmente (até Junho/2017), os quais a princípio possuem garantia até Agosto/2017.	Solução renovada, mais atualizada e com menores riscos de falha; Eliminar o risco (inaceitável) de o TRT4 operar com equipamentos de armazenamento sem cobertura de garantia; Mitigar o risco de operar com equipamentos no final de sua vida útil (ainda que viável a renovação do atual); Obter suporte de melhor qualidade, com rápida reposição de peças; Garantir capacidade de crescimento de armazenamento de dados de acordo com o aumento de demanda (especialmente o PJe).	Concluído	17/03/2017	15/05/2017	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.400.000,00	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional; Promover a inovação, integração e atualização dos sistema de informação.	Melhorar a disponibilidade do PJe
453	Implantação de novo equipamento de backup em disco - 2017	Aquisição e instalação de uma solução de backup em disco (D2D), com capacidades inicial de 170 TB de área útil e no mínimo 400 TB de expansão, adequadas ao volume de dados crescente do TRT4. Além de uma Tape Library que comporte a	Acompanhar o crescimento do volume de dados do PJe na camada de backup/restore rápidos; Reduzir o tempo de indisponibilidade em caso de necessidades de restore de serviços críticos, ampliando o conjunto de serviços que	Em Execução	09/01/2018		R\$ 900.000,00	R\$ 0,00	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Melhorar a disponibilidade do PJE

		tecnologia LT07, o que garante aumento de área de armazenamento e reduz o tempo para restabelecer os sistemas em caso de desastre.	enviam backup para a VTL.							
454	Links WAN - 2017	Contratação de uma nova rede WAN até julho/2017 para interligação de todas as unidades do Tribunal na capital e interior, em substituição à atual rede contratada junto à operadora OI, cujo contrato completa 5 anos e não pode mais ser prorrogado. Realizar o Registro de Preços da rede JT para atender também aos demais Tribunais da Justiça do Trabalho por tratar-se de necessidade comum a todos os Tribunais que foram co-participes do processo de contratação da rede e estão com prazo de vencimento próximas à do TRT da 4ª Região.	O TRT4 tem se beneficiado bastante da utilização de duas redes WAN em paralelo. No quesito disponibilidade, por exemplo, se levarmos em conta os dados dos últimos 12 meses (fev/2016 - fev/2017) podemos ver que nossa média de disponibilidade de WAN sobe de 99,66% para 99,99%. Em outras palavras, a média mensal de indisponibilidade caiu de 107 minutos mensais para pouco mais de dois minutos. Esse projeto visa a manutenção desse benefício, com a substituição dos links cujo contrato está findando por novos, com, pelo menos, a mesma capacidade.	Em Execução	30/11/2017		R\$ 2.033.643,48	R\$ 0,00	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Melhorar a disponibilidade do PJE
455	Solução de comunicação e	Possibilitar a continuidade do serviço de	Manter a qualidade do serviço, considerando em	Concluído	16/11/2017	10/01/2018	R\$ 414.612,00	R\$ 478.440,00	Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional	Aprimorar a comunicação entre as equipes

	colaboração - revisão 2017	comunicação e colaboração em nuvem, utilizados hoje no TRT4.	especial disponibilidade e usabilidade.						e da qualidade de vida	
456	Renovação de nobreaks para racks - 2017	Aquisição e instalação de 18 novos equipamentos nobreaks, em substituição aos equipamentos que terão garantia vencida em maio/2017. Os equipamentos serão substituídos em 18 unidades judiciárias do interior do estado. As unidades judiciárias beneficiadas serão: VTs de Alvorada, Cachoeira do Sul, Farroupilha, Guaíba, Marau, Rio Grande II, São Gabriel, São Leopoldo II, São Sebastião do Caí, Soledade, Torres e Tramandaí, e na capital as unidades Almoxarifado, Depósito Big, Seção de Transportes, Prédios da João Telles, Provenzano e Aureliano.	Proteção elétrica aos equipamentos de TI instalados nos CPDs das Unidades do interior do estado; Manter equipamentos cobertos por garantia, assegurando o menor impacto possível em caso de falhas.	Concluído	07/11/2017	14/12/2017	R\$ 144.000,00	R\$ 144.000,00	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Melhorar a disponibilidade do PJE
473	Atualização da central telefônica de POA	Atualização tecnológica da central telefônica de Porto Alegre, com aquisição de componentes para o upgrade do equipamento, a	Redução do risco de indisponibilidade, em função de hardware e software estarem atualizados; Redução do risco de falha na comunicação entre	Em Execução	11/01/2018		R\$ 500.000,00	R\$ 593.000,00	Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação	Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários

		<p>serem instalados em nova topologia: com hardware distribuído entre o prédio sede e foro Trabalhista interligados pelo anel de fibra ótica.</p>	<p>Sede e Foro, com a adoção do anel de fibra como meio de comunicação; Ganho de produtividade com a redução das chamadas indesejadas (chamadas de telemarketing); Aumento da oferta de portas analógicas, possibilitando a expansão do número de ramais. A adição de 64 portas nos dará uma maior folga para o atendimento das demandas futuras; Agilidade na entrega de ramais ad hoc. Com as licenças de comunicações unificadas, teremos disponibilidade de ramais baseados em software (softphones) para até 10 usuários. Esses ramais poderão ser rapidamente entregues para atender eventos e estruturas provisórias (como auditorias e correições); Redução do risco de indisponibilidade dos aparelhos (terminais) digitais - em operação há 12</p>						
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--

			<p>anos - com a substituição por novos aparelhos IP; Incorporação da tarifação das centrais telefônicas do interior no sistema de tarifação já utilizado pela telefonia para a capital;</p> <p>Redução da carga de trabalho das telefonistas com a implantação de uma solução de resposta audível para direcionamento automático do público externo para as áreas mais demandadas.</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

9.1.10. ANEXO 5.3.8. MODELO DO PLANO DE SUSTENTAÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

CONTRATAÇÃO DE TIC

PLANO DE SUSTENTAÇÃO

Solução de TIC a ser contratada:

**RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO OBJETO CONTRATADO
(PROVIDOS PELO TRIBUNAL)**

Descrição	Material / Humano	Próprio / A ser contratado	Área Responsável

TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ações Necessárias no Encerramento Contratual	Responsável	Prazo
<input type="checkbox"/> Entrega de versões finais dos produtos		
<input type="checkbox"/> Transferência final de conhecimentos		
<input type="checkbox"/> Entrega de documentação		
<input type="checkbox"/> Devolução de recursos materiais		
<input type="checkbox"/> Revogação de perfis de acesso		
<input type="checkbox"/> Eliminação de caixas postais		

ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE EM EVENTUAL INTERRUPTÃO CONTRATUAL

Em caso de interrupção contratual, descreva como serão afetados os serviços prestados pelo Tribunal:

Ações de contingência e seus respectivos responsáveis:

ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

<input type="checkbox"/> Transferência de Conhecimento	(Este campo deverá descrever a forma de transferência de conhecimento. Ex: acompanhamento das atividades de instalação e implantação, manuais, treinamentos fornecidos pela contratada, etc.)
--	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Direitos de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998)

Pertencerão exclusivamente ao Tribunal os direitos relativos aos produtos desenvolvidos e elaborados para a prestação do objeto, sendo vedada sua reprodução, transmissão e/ou divulgação sem o seu respectivo consentimento.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE DE ACESSO

Durante a prestação do objeto, a Contratada deverá observar as Políticas de Controle de Acesso definidas pelo Tribunal.

A contratada deverá firmar Termo de Compromisso com a Segurança da Informação, conforme minuta em anexo.

Equipe de Planejamento da Contratação

_____ Integrante Requisitante	_____ Integrante Técnico
_____ Integrante Administrativo da Secretaria de Administração	_____ Integrante Administrativo da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

9.2. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 7.3

9.2.1. ANEXO 7.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	265.216.197,67	250.276.742,43	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	265.216.197,67	250.276.742,43

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	37.463.031,49	20.171.075,66	PASSIVO FINANCEIRO	26.790.638,84	12.705.574,74
ATIVO PERMANENTE	227.753.166,18	230.105.666,77	PASSIVO PERMANENTE	47.517.116,79	54.071.227,27
			SALDO PATRIMONIAL	190.908.442,04	183.499.940,42

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.314.989,67	13.843.231,78	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	118.092.019,96	156.372.896,63
Execução dos Atos Potenciais Ativos	5.314.989,67	13.843.231,78	Execução dos Atos Potenciais Passivos	118.092.019,96	156.372.896,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.314.989,67	8.043.231,78	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	5.800.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	118.092.019,96	156.372.896,63
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	5.314.989,67	13.843.231,78	TOTAL	118.092.019,96	156.372.896,63

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	7.613.583,73
Recursos Vinculados	3.058.808,92
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.058.808,92
TOTAL	10.672.392,65

9.2.2. ANEXO 7.3.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			1.683.931.583,95	1.683.931.583,95
TOTAL	-	-	1.683.931.583,95	1.683.931.583,95
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	591.830,00	591.830,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	295.915,00	295.915,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	295.915,00	295.915,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.387.792.761,00	1.573.171.987,00	1.648.633.387,85	1.642.187.101,47	1.642.187.101,47	-75.461.400,85
Pessoal e Encargos Sociais	1.195.669.807,00	1.382.723.118,00	1.457.901.906,22	1.457.487.137,01	1.457.487.137,01	-75.178.788,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	192.122.954,00	190.448.869,00	190.731.481,63	184.699.964,46	184.699.964,46	-282.612,63
DESPESAS DE CAPITAL	37.138.829,00	38.108.829,00	35.298.196,10	15.133.294,61	15.133.294,61	2.810.632,90
Investimentos	37.138.829,00	38.108.829,00	35.298.196,10	15.133.294,61	15.133.294,61	2.810.632,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.424.931.590,00	1.611.280.816,00	1.683.931.583,95	1.657.320.396,08	1.657.320.396,08	-72.650.767,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.424.931.590,00	1.611.280.816,00	1.683.931.583,95	1.657.320.396,08	1.657.320.396,08	-72.650.767,95
TOTAL	1.424.931.590,00	1.611.280.816,00	1.683.931.583,95	1.657.320.396,08	1.657.320.396,08	-72.650.767,95

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.157.761,36	5.370.769,45	2.628.712,05	2.628.712,05	3.778.752,16	121.066,60
Pessoal e Encargos Sociais	243.139,71	764.816,49	1.007.956,20	1.007.956,20	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	914.621,65	4.605.952,96	1.620.755,85	1.620.755,85	3.778.752,16	121.066,60
DESPESAS DE CAPITAL	2.357.350,87	3.767.519,90	4.583.388,22	4.583.388,22	1.536.735,00	4.747,55
Investimentos	2.357.350,87	3.767.519,90	4.583.388,22	4.583.388,22	1.536.735,00	4.747,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.515.112,23	9.138.289,35	7.212.100,27	7.212.100,27	5.315.487,16	125.814,15

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	5.008,50	5.008,50	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	5.008,50	5.008,50	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	5.008,50	5.008,50	-	-

9.2.3. ANEXO 7.3.3. BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.683.931.583,95	1.487.474.037,22
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.262.326.136,99	1.105.217.271,92
Vinculadas	-	-	Vinculadas	421.605.446,96	382.256.765,30
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	372.322.036,00	334.833.506,60
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	49.283.410,96	47.423.258,70
Transferências Financeiras Recebidas	1.655.964.228,78	1.445.837.801,70	Transferências Financeiras Concedidas	84.998.164,61	58.815.307,18
Resultantes da Execução Orçamentária	1.654.554.191,58	1.444.829.112,45	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	1.654.554.191,58	1.444.829.112,45	Independentes da Execução Orçamentária	84.998.164,61	58.815.307,18
Independentes da Execução Orçamentária	1.410.037,20	1.008.689,25	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	102.916,21	2.852.578,49
Demais Transferências Recebidas	677.449,04	494.549,94	Movimento de Saldos Patrimoniais	84.895.248,40	55.962.728,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais	732.588,16	514.139,31	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	138.584.558,81	102.046.477,45	Despesas Extraorçamentárias	8.327.083,20	25.395.175,04
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	5.008,50	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.008,50	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.611.187,87	9.138.289,35	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.212.100,27	25.216.936,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.116.446,59	66.287,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.109.974,43	177.898,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários	110.856.924,35	92.836.891,95	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	340,00
Arrecadação de Outra Unidade	110.856.924,35	92.836.891,95	Demais Pagamentos	-	340,00
Saldo do Exercício Anterior	20.171.075,66	43.971.315,95	Saldo para o Exercício Seguinte	37.463.031,49	20.171.075,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.171.075,66	43.971.315,95	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.463.031,49	20.171.075,66
TOTAL	1.814.719.863,25	1.591.855.595,10	TOTAL	1.814.719.863,25	1.591.855.595,10

9.2.4. ANEXO 7.3.4. DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.792.822.419,04	1.612.789.709,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	79.831.761,88	53.934.362,32
Impostos	-	-
Taxas	79.831.761,88	53.934.362,32
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	362.166,23	1.031.866,70
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	362.166,23	1.031.866,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	698.260,37	119.427,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	38.867,55	43.110,64
Variações Monetárias e Cambiais	659.392,82	76.316,58
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.685.996.332,19	1.485.085.019,95
Transferências Intragovernamentais	1.658.942.495,71	1.445.837.801,70
Transferências Intergovernamentais	26.590.865,07	36.643.129,88
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	462.971,41	2.604.088,37
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	21.753.967,86	69.249.073,78
Reavaliação de Ativos	17.419.017,29	9.273.630,00
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.110.920,46	4.819,05
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.224.030,11	59.970.624,73
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.179.930,51	3.369.959,72
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.179.930,51	3.369.959,72
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.758.591.503,42	1.531.649.242,39
Pessoal e Encargos	959.405.629,00	903.704.415,39
Remuneração a Pessoal	755.990.321,31	705.739.348,24
Encargos Patronais	141.083.502,52	131.996.101,92
Benefícios a Pessoal	62.331.805,17	65.968.965,23
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	450.470.173,71	406.593.810,67
Aposentadorias e Reformas	362.805.316,07	326.037.260,68
Pensões	87.161.348,55	80.089.955,83
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	503.509,09	466.594,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	125.916.517,99	123.272.576,79
Uso de Material de Consumo	2.900.514,30	3.194.970,04
Serviços	110.730.560,68	109.165.241,10
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.285.443,01	10.912.365,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.470.994,79	1.827.813,05
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	10.123.380,14	194.276,75
Variações Monetárias e Cambiais	4.347.614,65	1.633.536,30
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	176.568.065,71	69.647.103,50
Transferências Intragovernamentais	174.737.486,46	68.468.759,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.830.579,25	1.178.344,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22.877.392,22	21.526.069,89
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.060.348,04	666.669,72
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	6.674,74	533.343,60
Incorporação de Passivos	6.910.221,36	17.488.599,76
Desincorporação de Ativos	14.900.148,08	2.837.456,81



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	4.791.353,06	4.655.537,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.103,08	72.324,52
Contribuições	4.733.249,98	4.583.212,72
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.091.376,94	421.915,86
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.091.376,94	421.915,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	34.230.915,62	81.140.467,30

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

9.2.5. ANEXO 7.3.5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	37.008.638,66	-2.693.274,86
INGRESSOS	1.767.937.599,72	1.538.740.981,30
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.767.937.599,72	1.538.740.981,30
Ingressos Extraorçamentários	1.116.446,59	66.287,65
Transferências Financeiras Recebidas	1.655.964.228,78	1.445.837.801,70
Arrecadação de Outra Unidade	110.856.924,35	92.836.891,95
DESEMBOLSOS	-1.730.928.961,06	-1.541.434.256,16
Pessoal e Demais Despesas	-1.499.492.283,71	-1.345.928.637,00
Legislativo	-	-
Judiciário	-948.306.090,62	-891.881.705,37
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-464.425.138,17	-411.561.892,06
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-86.761.054,92	-42.485.039,57
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-145.328.538,31	-136.512.073,59
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-145.328.538,31	-136.512.073,59
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-86.108.139,04	-58.993.545,57
Dispêndios Extraorçamentários	-1.109.974,43	-177.898,39
Transferências Financeiras Concedidas	-84.998.164,61	-58.815.307,18
Demais Pagamentos	-	-340,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.716.682,83	-21.106.965,43
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-19.716.682,83	-21.106.965,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.268.764,19	-19.670.983,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.447.918,64	-1.435.981,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 08/03/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.291.955,83	-23.800.240,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.171.075,66	43.971.315,95
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	37.463.031,49	20.171.075,66

9.3. DOCUMENTOS REFERENTES E COMPLEMENTARES AO ITEM 8.6.

9.3.1. ANEXO 8.6. OFÍCIO-CIRCULAR Nº 579/SG-SCI/2013



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201344139

Nome original do documento: Ofício nº 579-SG-2013 TRT4.pdf

Data: 18/11/2013 16:56:10

Remetente: Kaninde Dyhony Viana Gaspar

Secretaria Geral

Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Ofício nº 579/SG/2013 CNJ Acórdão TCU n. 2.859/2013 Plenário. Contratos. TI e TIC. Redução. Lei n. 12.546/2011.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular n. 579/SG – SCI/2013

Brasília, 14 de novembro de 2013.

À Senhora
REJANE TEREZINHA ESCARRONE CORREA
Secretário-Geral do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região
Porto Alegre - RS

Assunto: **Acórdão TCU n. 2.859/2013 – Plenário. Contratos. TI e TIC. Redução. Lei n. 12.546/2011.**

Senhor Secretário-Geral,

Ao cumprimenta-lo, e atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União, conforme decidido no Processo TC n. 013.515/2013-6, encaminho a Vossa Senhoria cópia do Acórdão TCU n. 2.859/2013 – Plenário, para conhecimento.

Na oportunidade, solicito informar a este Conselho, até 6 de dezembro de 2013, o que segue:

- eventuais medidas adotadas para o cumprimento das determinações explicitadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do referido acórdão; e
- detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por Tribunal ou Conselho.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.

Juiz **Marivaldo Dantas de Araújo**
Secretário-Geral Adjunto

GRUPO I - CLASSE VII - Plenário

TC-013.515/2013-6

Natureza: Representação

Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

Unidades: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE AQUISIÇÕES LOGÍSTICAS DO TCU (SELOG). POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM DIVERSOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. NÃO REVISÃO DE PREÇOS NOS CONTRATOS FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELO PLANO BRASIL MAIOR, EM FACE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA ALGUNS SETORES DA ECONOMIA (MUDANÇA DA BASE DE CÁLCULO PARA A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA). CONHECIMENTO. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A REVISÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA VIGENTES E PARA O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR, EM RELAÇÃO ÀS AVENÇAS JÁ ENCERRADAS. DETERMINAÇÕES. MONITORAMENTO.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução do auditor da unidade técnica (peça 2), cuja proposta contou com a anuência integral do seu corpo dirigente (peças 3 e 4), bem como do representante do MP/TCU, Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico (peça 7):

“INTRODUÇÃO

1. Trata-se de representação proposta por esta Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) tendo em vista possível irregularidade em diversos contratos da Administração Pública Federal (APF), qual seja, a não revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

2. Como será demonstrado em seguida, estima-se que uma ação do TCU com vistas a corrigir pagamentos indevidos por conta da não redução dos valores contratados pela APF em virtude da supracitada desoneração pode resultar em benefícios impossíveis de serem financeiramente quantificados neste momento, mas certamente na ordem de centenas de milhões de reais.

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

3. A representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 237, inciso VI e parágrafo único, do RI/TCU, haja vista a matéria ser de competência do TCU, referir-se a administrador sujeito à sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara, objetiva e com a qualificação do representante, bem como encontrar-se acompanhada de documentação relativa ao fato acoimado.

EXAME TÉCNICO

4. Em agosto de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior, política industrial, tecnológica e de comércio exterior coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

5. Dentre as primeiras medidas anunciadas estava a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia, consubstanciada por meio da MP 540/2011. No tocante especificamente a tal medida, a EMI-MF/MCT/MDIC 122/2011 (peça 1) apresenta as seguintes razões para justificá-la:

‘18. Além das medidas expostas, propõe-se substituir pela receita bruta a remuneração paga aos segurados empregados, avulsos e contribuintes individuais contratados, como base de cálculo da contribuição previdenciária devida pelas empresas que atuam nos setores contemplados.

19. Nos últimos anos, em virtude da busca pela redução do custo da mão de obra, as empresas passaram a substituir os seus funcionários empregados pela prestação de serviços realizada por empresas subcontratadas ou terceirizadas. Muitas vezes, as empresas subcontratadas são compostas por uma única pessoa, evidenciando que se trata apenas de uma máscara para afastar a relação de trabalho.

20. Em virtude dessa nova relação contratual, os trabalhadores ficam sem os direitos sociais do trabalho (férias, 13º salário, seguro desemprego, hora extra, etc.), pois se trata de uma relação jurídica entre iguais (empresa-empresa) e não entre trabalhador e empresa. Essa prática deixa os trabalhadores sem qualquer proteção social e permite que as empresas reduzam os gastos com encargos sociais.

21. Apesar da melhora do cenário econômico, após a crise de 2008/2009, as empresas que prestam serviços de tecnologia da informação - TI e tecnologia da informação e comunicação - TIC, bem como as indústrias moveleiras, de confecções e de artefatos de couro têm enfrentado maiores dificuldades em retomar seu nível de atividade. Nesse contexto, a medida proposta favorece a recuperação do setor, bem como incentiva a implantação e a modernização de empresas com redução dos custos de produção.

22. A importância e a urgência da medida são facilmente percebidas em razão do planejamento tributário nocivo que tem ocorrido mediante a constituição de pessoas jurídicas de fachada com o único objetivo de reduzir a carga tributária, prática que tem conduzido a uma crescente precarização das relações de trabalho; bem como, em razão do risco de estagnação na produção industrial e na prestação de serviços nos setores contemplados.’

6. A MP 540/2011 foi convertida na Lei 12.546/2011, sendo que a desoneração da folha de pagamento foi disciplinada nos arts. 7º a 9º da norma. Tais dispositivos sofreram diversas alterações por parte da Lei 12.715/2012 (fruto da conversão da MP 563/2012) e da MP 612/2013 (ainda não convertida em lei).

7. A incidência da contribuição previdenciária sobre a receita devida pelas empresas beneficiadas encontra-se regulamentada pelo Decreto 7.828/2012, com as alterações promovidas pelo Decreto 7.877/2012.

8. Em suma, tal medida estabelece que até 31/12/2014, em substituição às contribuições destinadas à seguridade social a cargo das empresas beneficiadas, de 20% sobre a remuneração dos segurados (art. 22, incisos I e III, da Lei 8.212/1991), as contribuições incidirão em alíquotas que variam entre 1% a 2,5% sobre o valor da receita bruta destas empresas.

9. De acordo com a regra delineada no art. 7º da Lei 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto 7.828/2012, eis a tabela que sintetiza a medida em relação às empresas prestadoras de serviços:

Setor beneficiado	Alíquota	Início	Fim	Fundamento (Decreto 7.828/2012)
Empresas que prestam exclusivamente os serviços de TI e de TIC referidos no art. 14, §§ 4º e 5º, da Lei 11.774/2008.	2,5%	1º/12/2011	31/7/2012	Art. 2º, caput , c/c § 5º, inciso I, alínea ‘a’
	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	Art. 2º, caput , c/c § 5º, inciso II

<i>Empresas de call center e de TI e TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas no caput.</i>	2,5%	1º/4/2012	31/7/2012	Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso I, alínea 'b'
	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	Art. 2º, § 2º, c/c § 5º, inciso II
<i>Empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da CNAE 2.0.</i>	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	Art. 2º, § 3º, inciso I, alínea 'a', c/c § 5º, inciso II
<i>Empresas que exerçam atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados.</i>	2,0%	1º/8/2012	31/12/2014	Art. 2º, § 3º, inciso I, alínea 'b', c/c § 5º, inciso II
<i>Empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0.</i>	2,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso I, c/c § 5º, inciso III
<i>Empresas de manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso II, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte aéreo de carga.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso III, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte aéreo de passageiros regular.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso IV, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte marítimo de carga na navegação de cabotagem.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso V, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte marítimo de passageiros na navegação de cabotagem.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso VI, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte marítimo de carga na navegação de longo curso.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso VII, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte marítimo de passageiros na navegação de longo curso.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso VIII, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte por navegação interior de carga.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso IX, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso X, c/c § 5º, inciso IV
<i>Empresas de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário.</i>	1,0%	1º/1/2013	31/12/2014	Art. 2º, § 4º, inciso XI, c/c § 5º, inciso IV

10. Recentemente, em atitude que merece o reconhecimento e o elogio como boa prática por parte desta Selog, a Caixa Econômica Federal agendou reunião para apresentar a esta Secretaria os impactos do Plano Brasil Maior nos contratos de prestação de serviços da estatal, sob o ponto de vista da sua Gerência de Filial de Logística em Brasília (Gilog/BR).

11. Resumindo, os gestores da Caixa noticiaram que, com lastro em sólida jurisprudência deste TCU e após a criação de grupo de trabalho específico que empreendeu diversas consultas e análises internas, está realizando a revisão dos contratos com as empresas dos setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento com base no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei) ou, então, por meio de apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da Lei), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral.

12. Durante a reunião, a estatal expôs sua experiência, declarando que nos contratos com maior alocação de mão de obra, como os de **call center**, a redução poderia chegar a até 16%. De uma forma geral, o banco acredita que a redução média seja de 2,5% dos valores dos contratos envolvidos,

alcançando a cifra de R\$ 200 milhões, sendo que até o momento a Caixa já obteve, efetivamente, uma economia no valor aproximado de R\$ 70 milhões.

13. Para chegar aos números citados, a estatal revisou as planilhas de composição de custos dos seus contratos de prestação de serviços utilizando uma metodologia bastante simples: foi excluído o item 'INSS' do grupo 'Encargos Sociais', com a conseqüente redução proporcional do item 'incidência de A sobre B', e incluído o item 'INSS' no grupo 'Tributos', com a devida alíquota.

14. As informações trazidas pela Caixa chamaram a atenção desta Selog para o fato de que a não revisão dos contratos de prestação de serviços em vista da mudança na forma de cálculo das contribuições destinadas à seguridade social pode trazer prejuízos a toda APF.

15. É certo que todos os contratos de prestação de serviços firmados pela APF com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento deveriam ter sido revistos e ajustados aos patamares do que preceitua o art. 7º da Lei 12.546/2011 e o art. 2º do Decreto 7.828/2012, de acordo com o previsto no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993:

'Art. 65. (...)

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.'

16. Pesquisa à base de jurisprudência revela que o TCU já atuou de forma semelhante sob esse mesmo fundamento em diversos outros casos, como, por exemplo, o do FGTS (Acórdãos 3.663/2007-1C, 353/2008-P) e o da CPMF (Acórdãos 1.996/2008-P, 2.063/2008-P, 1.210/2009-P, 1.453/2009-P, 2.500/2010-P).

17. Com isso em mente e a fim de confirmar o potencial efeito lesivo da irregularidade ora tratada, esta Selog escolheu aleatoriamente 19 unidades jurisdicionadas (UJ's) e enviou **e-mail** solicitando informações sobre se foram adotadas medidas para revisão dos contratos que tem por objeto serviços de TI, TIC e **call center**, dentre outros, em decorrência da aplicação da desoneração propiciada pela Lei 12.546/2011.

18. Das 19 UJ's, 11 responderam. Dessas 11 UJ's, apenas 1 já mapeou os contratos passíveis de revisão e iniciou as tratativas com as empresas contratadas. Outras 5 UJ's alegaram que estão realizando estudos sobre a questão. Enfim, as últimas 5 UJ's declararam que não tomaram qualquer providência a respeito do assunto.

19. Embora singela, a inquirição supratranscrita confirma a afirmação anterior no sentido de que a não revisão dos contratos de prestação de serviços em vista da mudança na forma de cálculo das contribuições destinadas à seguridade social, estabelecida no art. 7º da Lei 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto 7.828/2012, pode trazer prejuízos à APF, da ordem de centenas de milhões de reais, requerendo a atuação desta Corte. Lembre-se que os responsáveis por ato de gestão de que resulte injustificado dano ao erário sujeitam-se a multa por parte do TCU, nos termos do art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992.

20. Por fim, considerando que o fato atinge toda a APF, a proposição de providências estruturantes deve ser endereçada aos órgãos governantes superiores (OGS's) da área, termo inicialmente talhado no Acórdão 2.308/2010-P, em referência específica à área de tecnologia da informação, mas que pode ser facilmente estendido para a área de logística como um todo.

21. Em analogia ao conceito insculpido nos Acórdãos 2.308/2010-P e 1.145/2011-P, pode-se dizer que os OGS's em governança logística são aqueles que têm a responsabilidade de normatizar e fiscalizar o uso e a gestão dos recursos logísticos em suas respectivas áreas de atuação e com jurisdição específica sobre outros órgãos/entidades da APF. No presente caso, podem ser considerados os seguintes:

21.1. Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (art. 6º, incisos V, VI e XI, do Anexo I do Decreto 7.675/2012);

21.2. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (art. 32, inciso I, do Anexo I do Decreto 7.675/2012);

- 21.3. Conselho Nacional de Justiça (art. 103-B, § 4º, **caput** e inciso II, da CF/88);
- 21.4. Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130-A, § 2º, **caput** e inciso II, da CF/88).
22. Outrossim, os órgãos que compõem o Poder Legislativo não estão vinculados a nenhum OGS em governança logística, motivo pelo qual deverão ser objeto de determinações específicas:
- 22.1. Diretoria-Geral do Senado Federal (art. 121, inciso XIII, da Parte II da Resolução do Senado Federal 58/1972);
- 22.2. Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados (art. 20 da Resolução da Câmara dos Deputados 20/1971);
- 22.3. Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União (art. 6º, inciso V, da Portaria-TCU 67/2013).
23. Demais disso, considerando que o encaminhamento a ser proposto afetará todos os órgãos e entidades que compõem a APF, não foi possível para esta Selog a definição do Relator no ato de autuação do processo. Destarte, os autos devem ser encaminhados à Secretaria das Sessões para sorteio de Relator, nos termos do art. 2º, § 3º, da Resolução-TCU 175/2005.
- (...)
27. Espera-se com a presente ação de controle um benefício direto do tipo 'Correção de irregularidades ou impropriedades', subtipo 'redução do valor contratual', conforme definido no parágrafo 48.3 das 'Orientações para benefícios do controle' (Portaria-Segecex 10/2012). De uma parte, mostra-se absolutamente inviável a quantificação financeira do benefício potencial neste momento. De outra, é certo que o benefício efetivo será quantificado e registrado após sua verificação em sede de monitoramento, nos termos dos parágrafos 32-37 das referidas orientações.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

28. Pelo exposto, submete-se o presente processo à consideração superior, propondo a adoção das seguintes medidas:
- 28.1. nos termos do art. 2º, § 3º, da Resolução-TCU 175/2005, encaminhar o processo à Secretaria das Sessões para sorteio de Relator;
- 28.2. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;
- 28.3. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, que:
- 28.3.1. nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades a eles vinculados a adotarem as medidas necessárias para revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;
- 28.3.2. orientem os órgãos e entidades a eles vinculados a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;
- 28.3.3. no prazo de 60 dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas pelos órgãos e entidades a eles vinculados para cumprimento da determinação, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada órgão e entidade;
- 28.4. com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União, que:

- 28.4.1. *nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, adotem as medidas necessárias para revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;*
- 28.4.2. *obtenham administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;*
- 28.4.3. *no prazo de 60 dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas para cumprimento da determinação, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida pelo órgão;*
- 28.5. *enviar cópia do inteiro teor da deliberação que vier a ser adotada, bem como da presente instrução, aos órgãos acima citados (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Diretoria-Geral do Senado Federal, Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União);*
- 28.6. *determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que realize o monitoramento das determinações **supra**, nos termos da Portaria-Segecex 27/2009;*
- 28.7. *com fulcro no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU, encerrar o presente processo.”*

É o relatório.

VOTO

Trata-se de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog sobre possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

2. O mencionado plano definiu, a partir de agosto/2011, uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, com o objetivo de desonerar a folha de pagamento para alguns setores da economia.

3. Nos normativos citados, foi determinado cálculo diferenciado da contribuição previdenciária, que, até 31/12/2014, em vez de corresponder a 20% da remuneração paga, incidirá em percentuais que variam de 1% a 2,5% da receita bruta dos setores beneficiados.

4. Em função disso, a Selog, na representação, defende que o TCU atue para corrigir eventuais pagamentos indevidos por conta da não redução dos valores contratados pela Administração Pública Federal em virtude da supracitada desoneração, que pode resultar em benefícios de elevado montante.

5. Ao concluir a representação, apresentada na instrução transcrita no relatório precedente, a unidade técnica propõe, com a anuência do representante do MP/TCU, que:

- a representação seja considerada procedente;

- sejam expedidas determinações ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ao Conselho Nacional de Justiça; ao Conselho Nacional do Ministério Público (órgãos governantes superiores - OGS's); à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União para que: nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, adotem as medidas necessárias - orientando os órgãos e entidades a eles vinculados, se for o caso -, para a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação, e providenciem, administrativamente, o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados.

6. A proposta da unidade técnica é pertinente.

7. Com efeito, a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia, mediante a mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária, deve refletir no valor dos encargos sociais estabelecidos para o custo da mão de obra nos contratos administrativos firmados. Portanto, é premente a necessidade de revisão dos termos das avenças para que seja considerado o impacto das medidas desoneradoras.

8. Igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados.

9. Medidas similares foram propostas por esta Corte no Acórdão 1.165/2013 - Plenário, que determinou ao DNIT a adoção de providências para implementação da desoneração de encargos sociais no âmbito do Sistema de Custos Rodoviários - Sicro.

10. Ademais, registre-se, que, conforme relato da unidade técnica, a Caixa Econômica Federal, em ato louvável de zelo pelos recursos públicos e que deve servir de exemplo aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, informou que *“está realizando a revisão dos contratos com as empresas dos setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento com base no art. 65, § 5º,*

da Lei 8.666/1993, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea 'd', dessa Lei) ou, então, por meio de apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da LLC), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral.”

11. Deve-se, ainda, ser rememorado o que dispõe o § 5º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos: “Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.” (grifei)

12. Como se vê, esse dispositivo é taxativo ao prever a necessidade de revisão dos preços contratados na hipótese da ocorrência de medidas neles impactantes, decorrentes, por exemplo, da alteração de tributos. Além disso, o parágrafo único do art. 2º da LLC considera o contrato como “todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.” (grifado)

13. Conclui-se, então, que as partes têm assegurado o equilíbrio econômico-financeiro, que pode ser traduzido no fato de que os encargos do contratado devem estar equilibrados com a remuneração devida pela Administração Pública. As expressões grifadas desses preceitos, por seu turno, reforçam a lógica de que a revisão de preços é uma via de mão dupla, ou seja, que também pode ser invocada em benefício do contratante.

14. Também há que ser destacada a natureza distinta do pacto que o particular faz com a Administração, no qual são explicitadas as margens de lucro com as quais ele pretende trabalhar para satisfazer os termos da avença. Nessa seara, note-se que a Lei de Licitações e Contratos, no art. 7º, § 2º, inciso II, impõe que haja orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, no caso de prestação de serviços.

15. Deve ficar explicitado, ademais, que a desoneração não ocorre para aumentar lucro, mas sim para diminuir o preço dos produtos e serviços. Assim, caso não se reduza a remuneração, o lucro, no contrato administrativo, acaba se elevando. Ora, a Administração Pública deve se beneficiar do barateamento dos preços e serviços da mesma forma que ocorreria nas relações privadas.

16. Por fim, ressalte-se que os efeitos da desoneração podem ser diversos, mas decerto levarão a uma posição de vantagem competitiva das empresas que atuam nos setores contemplados, mediante, por exemplo, uma formação diferenciada dos preços dos seus serviços, que ocorrerá em razão de uma composição de custos igualmente profícua. O contrato administrativo não pode ficar indiferente a isso.

17. Conclui-se, pois, que há supedâneo legal e econômico para a renegociação alvitada pela Selog.

18. Em tempo, informo que o Ministro José Jorge, na minuta de voto revisor gentilmente encaminhado à minha assessoria, fez oportuna ponderação que melhor esclarece a questão tratada no item 3, acima, mas que não influencia no mérito da decisão que proponho.

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de outubro de 2013.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

VOTO REVISOR

Em seu voto, o Ministro-Relator assevera que, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, “foi determinado cálculo diferenciado da contribuição previdenciária, que, até 31/12/2014, em vez de corresponder a 20% da remuneração paga, incidirá em percentuais que variam de 1% a 2,5% da receita bruta dos setores beneficiados”.

2. Nesse contexto, justifica-se sim a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, mediante alteração das planilhas de custo e de formação de preços, atentando-se para os efeitos retroativos às datas de início da aludida desoneração. Da mesma forma, também se justificam providências no sentido de obter administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração.

3. Apenas a título de complementação ao que restou consignado no voto apresentado pelo Ministro José Múcio, impende ressaltar que a revisão mediante aplicação direta da alíquota sobre a receita bruta (“faturamento”) pode ser considerada inapropriada, em face da possibilidade de realização, pela empresa, de outras atividades não desoneradas, a ensejar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária, conforme esclarece a Solução de Consulta nº 38 – SRRF01/Disit (Receita Federal do Brasil), cuja ementa julgo oportuno transcrever:

“Solução de Consulta 38 RFB:

EMENTA: Na hipótese de empresas que se dediquem a outras atividades cumulativamente com a prestação de serviços de TI e de TIC, a base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso II do §1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011 será o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais pela prestação de serviços em todas as atividades da empresa, observada a proporcionalidade entre a receita bruta relativa às outras atividades e a receita total. (<http://decisoes.fazenda.gov.br/netahtml/decisoes/decw/pesquisaSOL.htm> - acesso em 1.10.2013)”

4. A corroborar o acima exposto, cabe trazer à colação excerto da instrução da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip), unidade subordinada à Segedam, ao analisar “pedido de repactuação e revisão de valores do Contrato nº 17/2010”, celebrado entre o TCU e a CTIS Tecnologia S/A com vistas à prestação de serviços especializados na área de tecnologia da informação, verbis:

“10.3. Revisão dos valores da Contribuição Previdenciária – propomos o deferimento integral; no decorrer da execução contratual, tivemos o advento da Lei 12.546/11 (com vigência a partir de 1º de abril de 2012), combinada com a Lei 12.715/12 (com vigência a partir de 1º de agosto de 2012), que alterou a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Para o caso da CTIS, que também se dedica a outras atividades (venda a varejo), a norma estabelece como sistemática a cobrança de 2,0% incidentes sobre a receita bruta correspondente aos serviços de Tecnologia da Informação e 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas e a receita bruta total (peça 2, páginas 6 a 8).

Com base nesse fundamento legal, a CTIS calculou o percentual devido, a título de Contribuição Previdenciária, mês a mês, de abril a dezembro de 2012, chegando ao percentual médio de 12,53% (peça 2, páginas 9 e 10).

De outro giro, a contratada submeteu a sua metodologia de cálculo da Contribuição Previdenciária ao alvedrio da RFB, mediante consulta. Após análise, a Receita Federal convalidou a sua interpretação legal (peça 2, páginas 62 a 69).

Isto posto, reafirmamos nossa proposta de deferimento integral do pleito da contratada, reduzindo-se a alíquota da rubrica 'INSS' dos atuais 20% para 12,53%.

(...) a revisão deve surtir efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2012, quando a Lei 12.546/11 entrou em vigor, desonerando encargos previdenciários.” (grifei)

5. Portanto, com a edição da Lei nº 12.546/2011 e a consequente mudança na forma de cálculo da alíquota de contribuição previdenciária devida por empresas atuantes na área de tecnologia da informação, evidenciou-se, na situação concreta acima delineada, desoneração por parte da CTIS, consubstanciada na redução da alíquota de 20%, para uma média de 12,53% ao mês, conforme cálculo exposto no requerimento da contratada e convalidado pela Receita Federal.

6. Em apertada síntese, não se pode concluir simplesmente que, em substituição às contribuições destinadas à seguridade social a cargo das empresas beneficiadas – de 20% sobre a remuneração dos segurados –, as novas contribuições incidirão em alíquotas que variam entre 1% e 2,5% sobre o valor da receita bruta daquelas empresas. Deve-se atentar também para o fato de a empresa contratada realizar outras atividades não desoneradas, situação em que se fará necessário efetuar o cálculo ponderado da contribuição previdenciária.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de outubro de 2013.

JOSÉ JORGE
Revisor

ACÓRDÃO Nº 2859/2013 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC-013.515/2013-6
2. Grupo I - Classe VII - Representação
3. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
4. Unidades: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Selog
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog em razão de possível irregularidade, no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão de preços nos contratos que foram firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, as medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências

adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação, bem como da instrução da Selog, às unidades acima citadas;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que realize o monitoramento das determinações acima.

10. Ata nº 41/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 23/10/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2859-41/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Revisor) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício

9.3.2. ANEXO 8.6. OFÍCIO-CIRCULAR Nº 264/SG-SCI/2014



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201450435

Nome original do documento: Oficio n. 264-SG-SCI-2014_TRTs.pdf

Data: 14/04/2014 15:08:38

Remetente: José Luiz Dias da Rocha Junior

Secretaria Geral

Conselho Nacional de Justiça

Assunto: Oficio n. 264/SG-SCI - Orientações. Curso. Conclusão. Acórdão n. 2.859/2013 TC

U Plenário. 



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular n. 264/SG – SCI/2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Tribunal Regional do Trabalho

Assunto: Orientações. Curso. Conclusão. Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Senhor Secretário-Geral,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho, encaminho orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para revisão dos contratos que envolvem serviços de tecnologia da informação, aplicáveis também aos contratos de construção civil.

As orientações foram elaboradas em consonância com o treinamento ofertado aos servidores dos tribunais e conselhos para orientá-los a analisar a composição de custo do valor do contrato e permitir a construção de modelos e diretrizes para desoneração da contribuição previdenciária de contratos com e sem planilha de custos e formação de preços.

Ressalto que durante o curso foram exemplificados cálculos para a revisão do valor contratual, conforme orientações constantes do documento anexo, as quais foram elaboradas com os seguintes critérios:

Contratos <u>com</u> planilha de custos e formação de preços:	Contratos <u>sem</u> planilha de custos e formação de preços:
aplicaram-se os critérios estabelecidos na Solução de Consulta n. 38 – SRRF01/Disit (Processo n. 10166.724082/2012-94).	aplicou-se o percentual de 12% , que representa a média de redução dos contratos com planilha de custos e formação de preços.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Solicito que no prazo de 60 dias, a contar do recebimento deste ofício, esse tribunal encaminhe relatório ao CNJ e ao Tribunal de Contas da União, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.

Assinatura manuscrita em azul, legível como 'M. Araújo'.

Juiz **Marivaldo Dantas de Araújo**
Secretário-Geral Adjunto



Conselho Nacional de Justiça
Secretaria de Controle Interno

**ORIENTAÇÕES QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO
DOS CONTRATOS QUE ENVOLVEM SERVIÇOS DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO (TI)**

1º Passo

I – Identificar os contratos que envolvem serviços de tecnologia da informação (TI), conforme determinações emanadas no art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, no art. 2º do Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, e no Acórdão TCU nº 2.859/2013 – Plenário –, que versa sobre empresas beneficiadas com a desoneração de folha de pagamento, com reflexos nos contratos firmados pela Administração Pública, considerando-se os seguintes critérios:

- a) Contratos vigentes com planilhas de custos e formação de preços; e
- b) Contratos vigentes sem planilhas de custos e formação de preços.

1ª Observação do Item I: ressalta-se que para todas as situações identificadas devem-se considerar os contratos encerrados após o início da vigência da Medida Provisória convertida na Lei nº 12.546/2011.

2ª Observação do Item I: na hipótese de a contratação ter sido feita após o início da vigência da Medida Provisória convertida na Lei nº 12.546/2011, cabe à unidade do tribunal, responsável pela condução dos processos de revisão contratual, verificar se o ajuste foi feito com as reduções previstas na Medida Provisória convertida na citada lei.

9

2º Passo

II – Observar, nas situações identificadas no item I destas Orientações, o que determina o subitem 9.2.1 do Acórdão TCU nº 2.859/2013 – Plenário, *in verbis*:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, orientem os órgãos e as entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

3º Passo:

III – Identificar, após relacionados os contratos, na forma sugerida no item I destas Orientações, as alíquotas aplicáveis e a data da produção de efeitos das referidas alíquotas, de acordo com os tipos de atividades relacionadas pelos citados normativos.

1ª Observação do Item III: é importante verificar o período de produção de efeitos, uma vez que o citado Acórdão determina que o órgão deverá atentar para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, conforme estipulado na legislação. *A*

A Lei nº 12.546/2011 apresenta as seguintes datas de início de aplicação de alíquota:

Item	Atividade	Alíquota	Data de início
1 ¹	Exclusiva de TI e TIC	2,5% sobre a receita bruta	1º/12/2011, conforme dispõe o § 2º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011.
2 ²	Exclusiva de TI e TIC	2% sobre a receita bruta	1º/08/2012, conforme dispõe o § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012 ²
3 ³	Outras atividades além de TI e TIC.	2,5% sobre a receita bruta <u>mais</u> percentual da receita de serviços que não sejam de TI e TIC, aplicado sobre o valor referente aos 20% de contribuição previdenciária patronal, nos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.546/2011.	1º/04/2012, conforme dispõe o § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011.
4	Outras atividades além de TI e TIC.	2% sobre a receita bruta <u>mais</u> percentual da receita de serviços que não sejam de TI e TIC, aplicado sobre o valor referente aos 20% de contribuição previdenciária patronal, devendo ser observado o disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011, de acordo com a nova redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715/2012.	1º/08/2012, conforme dispõe o § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012.

¹ Para que não seja aplicada a regra estabelecida no § 2º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011, a empresa deverá comprovar que exerce outras atividades, além das relacionadas nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008.

Considerando a hipótese de a contratada realizar outras atividades, além das previstas nos §§ 4º e 5º da Lei nº 11.774/2008, e com base no § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011 e no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012, a partir de 01/04/2012 e 01/08/2012, respectivamente, o faturamento mensal da contratada em relação aos serviços prestados ao tribunal/conselho deverá ser utilizado para fins de contribuição de dois vírgula cinco por cento e dois por cento sobre o valor da receita bruta.

² Para que não seja aplicada a regra estabelecida no § 2º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011, a empresa deverá comprovar que exerce outras atividades, além das relacionadas nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008.

Considerando a hipótese de a contratada realizar outras atividades, além das previstas nos §§ 4º e 5º da Lei nº 11.774/2008, e com base no § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011 e no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012, a partir de 01/04/2012 e 01/08/2012, respectivamente, o faturamento mensal da contratada em relação aos serviços prestados ao tribunal/conselho deverá ser utilizado para fins de contribuição de dois vírgula cinco por cento e dois por cento sobre o valor da receita bruta.

³ a aplicação do disposto no § 1º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012 somente ocorrerá se a contratada comprovar que, caso exerça atividades de representação, distribuição ou revenda de programas de computador, a receita bruta de referidas atividades não é igual ou superior a 95% da receita bruta total, conforme dispõe o § 2º do art. 7º da Lei nº 12.546/2011, com a redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715/2012. 

4º Passo

IV – Adotar os seguintes procedimentos para encontrar o valor da desoneração:

a) contratos de prestação de serviços com planilhas de custos e formação de preços de empresas que exercem apenas atividades de TI e TIC:

a.1) redução para zero do percentual da contribuição previdenciária que integra o submódulo 4.1 ou Grupo A, conforme modelo de planilha adotado pelo tribunal, correspondente ao percentual de 20% (Contribuição Patronal-INSS).

1ª Observação da alínea “a.1”: a exclusão do percentual terá reflexo direto no total dos submódulos 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 ou demais grupos das planilhas e conseqüentemente no total da Tabela de Encargos Previdenciários e Trabalhistas.

a.2) Inclusão da contribuição previdenciária sobre o Custo Total, devendo-se utilizar a alíquota da respectiva atividade que foi desonerada, conforme tabela indicada no item anterior. O cálculo da referida contribuição será feito na mesma forma adotada para o cálculo dos Tributos.

1ª Observação das alíneas “a.1” e “a.2”: feitos os procedimentos indicados nas alíneas “a.1” e “a.2”, o tribunal observará o novo valor do contrato com a desoneração da folha.

2ª Observação das alíneas “a.1” e “a.2”: caso seja constatado que o novo valor do contrato se apresente inferior ao atual, a diferença entre esses valores deverá ser ressarcida ao tribunal, nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso. 

a.3) expedição de relatório ao Tribunal de Contas da União, no caso de órgãos do Poder Judiciário da União, e, ao CNJ, no caso de tribunais dos estados, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário.

b) contratos de prestação de serviços com planilhas de custos e formação de preços de empresas que comprovem exercer outras atividades além de TI e TIC:

b.1) a contratada deve comprovar que exerce outras atividades além das relacionadas nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774/2008. Para tanto, a contratada deve apresentar o resumo do Livro Fiscal do ISS (faturamento de TI e TIC) e o DICON ou DPJ (faturamento total).

1ª Observação da alínea “b.1”: caso sejam comprovadas outras atividades na forma indicada na alínea “b.1”, o cálculo da contribuição previdenciária observará o disposto no inciso II do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2011, *in verbis*:

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, até 31 de dezembro de 2014, o cálculo da contribuição obedecerá:

I - ao disposto no *caput* desses artigos quanto à parcela da receita bruta correspondente às atividades neles referidas; e

II - ao disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reduzindo-se o valor da contribuição dos incisos I e III do *caput* do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que tratam o *caput* do art. 7º e o § 3º do art. 8º (...) e a receita bruta total.

2ª Observação da alínea “b.1”: o cálculo da contribuição previdenciária será feito com base no total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, e no faturamento, adotando-se dois procedimentos:

I – o primeiro procedimento refere-se ao item “Previdência Social” constante do Submódulo – Encargos Previdenciários e FGTS – da

⌘

Tabela de Encargos Previdenciários e Trabalhistas, que terá a alíquota de 20% substituída pelo resultado da seguinte operação:

multiplica-se o percentual de 20% da Previdência Social pelo resultado da razão⁴ entre a receita bruta das atividades que não sejam de TI e TIC, (comprovada mediante apresentação do Livro Fiscal do II), e a receita bruta total, (comprovada mediante apresentação do DACON ou do DPJ ou de documento equivalente) apurada com base na média dos últimos doze meses.

1ª Observação do inciso I: a substituição do percentual terá reflexo direto no total dos submódulos 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 e conseqüentemente no total da Tabela de Encargos Previdenciários e Trabalhistas.

II – o segundo procedimento diz respeito à inclusão, no item da Planilha de Custos e Formação de Preços relativos aos “Custos Indiretos, Tributos e Lucro”, das alíquotas dois vírgula cinco por cento e dois por cento, respectivamente, nos termos do § 3º do art. 52 da Lei nº 12.546/2011 e no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715/2012.

1ª Observação do inciso II: a contribuição previdenciária complementar passará a incidir sobre o Custo Total. O cálculo da referida contribuição será feito na mesma forma adotada para o cálculo dos Tributos.

1ª Observação dos incisos I e II: feitos os procedimentos indicados nos incisos I e II da 2ª Observação da alínea “b.1”, o tribunal observará o novo valor do contrato com a desoneração da folha.

2ª Observação dos incisos I e II: caso seja constatado que o novo valor do contrato se apresente inferior ao atual, a diferença entre esses valores deverá ser ressarcida ao tribunal, nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

⁴ O percentual da Contribuição Previdenciária é o resultado da equação definida no inciso II do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546/2012, com a redação dada pelo art. 55 da Lei nº 12.715/2012, utilizando-se, para fins de apuração do percentual de faturamento relativo a atividades não relacionadas a TI e TIC, a média dos percentuais informados pela contratada no período de abril a agosto de 2012.

§

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

b.2) expedição de relatório ao Tribunal de Contas da União, no caso de órgãos do Poder Judiciário da União, e, ao CNJ, no caso de tribunais dos estados, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário.

c) contratos de prestação de serviços sem planilha de custos e formação de preços:

c.1) oficial à contratada propondo a redução do valor do contrato no percentual de 12%.

1ª Observação da alínea “c.1”: a contratada poderá apresentar detalhamento de custos, caso não concorde com o referido percentual para redução do valor do ajuste.

2ª Observação da alínea “c.1”: caso a contratada apresente contraproposta em substituição ao percentual de 12%, conforme indicado na observação anterior, deverá encaminhar o detalhamento dos custos, o qual deverá ser analisado na forma indicada nas alíneas “a” ou “b” do item IV destas Orientações.

3ª Observação da alínea “c.1”: feitos os procedimentos indicados na alínea “c.1” e na 2ª Observação da alínea “c.1”, o tribunal observará o novo valor do contrato com a desoneração da folha.

4ª Observação da alínea “c.1”: caso seja constatado que o novo valor do contrato se apresente inferior ao atual, a diferença entre esses valores deverá ser ressarcida ao tribunal, nos termos do art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos

§

preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

c.2) expedição de relatório ao Tribunal de Contas da União, no caso de órgãos do Poder Judiciário da União, e, ao CNJ, no caso de tribunais dos estados, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013 – TCU – Plenário.



9.3.3. ANEXO 8.6. COMUNICADO SIASG

SIASG - COMUNICA

DATA: 15/04/2015

HORA: 16:19:40

USUARIO: ISABEL

CADASTRAMENTO EM: 13/04/2015 AS: 11:36

NUM.MENSAGEM: 082578

EMISSORA: 200999 - DLSG/SIASG/DF

TELA (1) UM.

ASSUNTO : SUSPENSÃO DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO AC.Nº 2859/2013-TCU-DESONERAÇÃO

TEXTO: A SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SLTI COMUNICA AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL INTEGRANTES DO SISG QUE FOI CONHECIDO O PEDIDO DE REEXAME COM EFEITO SUSPENSIVO EM RELAÇÃO AOS ITENS 9.2 E 9.3 DO ACÓRDÃO Nº 2.859/2013 - PLENÁRIO, NOS TERMOS DO DESPACHO DO RELATOR, MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO (PROCESSO TC 013.515/2013-6).

SEGUE ABAIXO A TRANSCRIÇÃO, IN VERBIS, DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO ACÓRDÃO Nº 2.859/2013 - PLENÁRIO, ORA RECORRIDO.

9.2. DETERMINAR AO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, À SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, AO CONSELHO NACIONAL 9.2.1 NOS TERMOS DO ART. 65, § 5º, DA LEI 8.666/1993, ORIENTEM OS ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE LHE ESTÃO VINCULADOS A ADOTAREM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À REVISÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA VIGENTES, FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, PROPICIADA PELO ART. 7º DA LEI 12.546/2011 E PELO ART. 2º DO DECR

PF1-AJUDA PF3-SAI PF7-RECUA PF8-AVANCA PF12-RETORNA

SIASG - COMUNICA

DATA: 15/04/2015

HORA: 16:23:37

USUARIO: ISABEL

CADASTRAMENTO EM: 13/04/2015 AS: 11:36

NUM.MENSAGEM: 082578

EMISSORA: 200999 - DLSC/SIASG/DF

TELA (2) DOIS.

ASSUNTO : SUSPENSÃO DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO AC.Nº 2859/2013-TCU-DESONERAÇÃO

TEXTO: ETO 7.828/2012, MEDIANTE ALTERAÇÃO DAS PLANILHAS DE CUSTO, ATENTANDO PARA OS EFEITOS RETROATIVOS ÀS DATAS DE INÍCIO DA DESONERAÇÃO, MENCIONADAS NA LEGISLAÇÃO;

9.2.2 ORIENTEM OS REFERIDOS ÓRGÃOS E ENTIDADES A OBTEREM ADMINISTRATIVAMENTE O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR (ELISÃO DO DANO) EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JÁ ENCERRADOS, QUE FORAM FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, PROPICIADA PELO ART. 7º DA LEI 12.546/2011 E PELO ART. 2º DO DECRET. ETO 7.828/2012, MEDIANTE ALTERAÇÃO DAS PLANILHAS DE CUSTO;

9.2.3 NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS A CONTAR DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO, INFORMEM A ESTE TRIBUNAL SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS POR SEUS RESPECTIVOS ÓRGÃOS E ENTIDADES VINCULADOS PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES ACIMA, INCLUINDO DETALHAMENTO ESPECÍFICO SOBRE A QUANTIDADE DE CONTRATOS REVISADOS E A ECONOMIA (REDUÇÃO DE VALOR CONTRATUAL) OBTIDA POR CADA UNIDADE;

9.3. DETERMINAR À DIRETORIA-GERAL DO SENADO FEDERAL, À DIRETORIA-GERAL PF1-AJUDA PF3-SAI PF7-RECUA PF8-AVANCA PF12-RETORNA

SIASG - COMUNICA

DATA: 15/04/2015

HORA: 16:23:45

USUARIO: ISABEL

CADASTRAMENTO EM: 13/04/2015 AS: 11:36

NUM.MENSAGEM: 082578

EMISSORA: 200999 - DLSG/SIASG/DF

TELA (3) TRES.

ASSUNTO : SUSPENSÃO DOS ITENS 9.2 E 9.3 DO AC.Nº 2859/2013-TCU-DESONERAÇÃO

TEXTO: DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E À SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE ADOTEM, NO ÂMBITO DE SEUS CONTRATOS, A MEDIAS INDICADAS NOS SUBITENS 9.2.1 E 9.2.2, ACIMA, E QUE, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO, INFORMEM A ESTE TRIBUNAL SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS, INCLUINDO DETALHAMENTO ESPECÍFICO SOBRE A QUANTIDADE DE CONTRATOS REVISADOS E A ECONOMIA (REDUÇÃO DE VALOR CONTRATUAL) OBTIDA;

A SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA EXPEDIRÁ ORIENTAÇÕES AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÂRQUICA E FUNCIONAL INTEGRANTES DO SISG, APÓS O EXAME FINAL DA MATÉRIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

PF1-AJUDA PF3-SAI PF7-RECUA PF8-AVANCA PF12-RETORNA

9.3.4. ANEXO 8.6. OFÍCIO CIRCULAR Nº 191/SG/2015



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 200201565704

Nome original: Oficio 191-SG-2015-TRT_4.pdf

Data: 02/06/2015 10:28:15

Remetente:

Kaninde Dyhony Viana Gaspar

Secretaria Geral

Conselho Nacional de Justiça

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Oficio-Circular 191/SG/2015 CNJ



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular 191/SG/2015

Brasília, 1º de junho de 2015.

Senhora Presidente,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho, em atenção ao Ofício-Circular 264/SG – SCI/2014, desta procedência, o qual encaminhou orientações a serem tomadas para o atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão 2.859/2013 – TCU – Plenário, informo a Vossa Excelência a suspensão da aplicação do referido subitem até a análise do mérito pelo Tribunal de Contas da União.

Respeitosamente,

Juiz Fabrício Bittencourt da Cruz
Secretário-Geral

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora CLEUSA REGINA HALFEN
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Porto Alegre - RS

CNJ-EXT-2015/01032



Assinado digitalmente por FABRICIO BITTENCOURT DA CRUZ.
Documento Nº: 43068.617545-1540 - consulta à autenticidade em
<https://www.cnj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CNJOC/201500031A



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular n. 264/SG – SCI/2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Tribunal Regional do Trabalho

Assunto: Orientações. Curso. Conclusão. Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Senhor Secretário-Geral,

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Conselho, encaminho orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para revisão dos contratos que envolvem serviços de tecnologia da informação, aplicáveis também aos contratos de construção civil.

As orientações foram elaboradas em consonância com o treinamento ofertado aos servidores dos tribunais e conselhos para orientá-los a analisar a composição de custo do valor do contrato e permitir a construção de modelos e diretrizes para desoneração da contribuição previdenciária de contratos com e sem planilha de custos e formação de preços.

Ressalto que durante o curso foram exemplificados cálculos para a revisão do valor contratual, conforme orientações constantes do documento anexo, as quais foram elaboradas com os seguintes critérios:

Contratos <u>com</u> planilha de custos e formação de preços:	Contratos <u>sem</u> planilha de custos e formação de preços:
aplicaram-se os critérios estabelecidos na Solução de Consulta n. 38 – SRRF01/Disit (Processo n. 10166.724082/2012-94).	aplicou-se o percentual de 12% , que representa a média de redução dos contratos com planilha de custos e formação de preços.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Solicito que no prazo de 60 dias, a contar do recebimento deste ofício, esse tribunal encaminhe relatório ao CNJ e ao Tribunal de Contas da União, após a revisão de todos os contratos e apuração da economia, com detalhamento sobre a quantidade de contratos revisados e a economia atingida, para atendimento do disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão n. 2.859/2013 – TCU – Plenário.

Sem mais, apresento meus melhores cumprimentos.

Assinatura manuscrita em azul, aparentemente de Marivaldo Dantas de Araújo.

Juiz **Marivaldo Dantas de Araújo**
Secretário-Geral Adjunto

9.3.5. ANEXO 8.6. AVISO Nº 346-GP/TCU

Aviso nº 346 -GP/TCU

Brasília, 7 de abril de 2015.

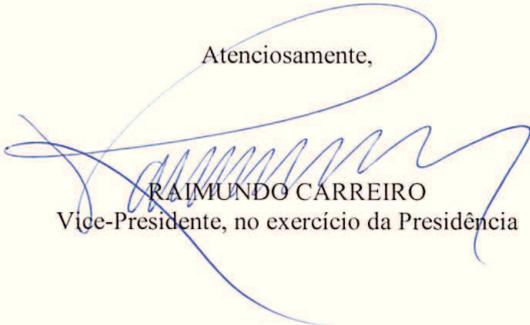
Senhor Presidente,

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
09/04/2015 14:08 34512



Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Despacho exarado em 2/3/2015 pelo Relator do processo nº TC-013.515/2013-6, por meio do qual foi acolhido o pedido de reexame contra o Acórdão nº 2859/2013-TCU-Plenário interposto pelos recorrentes, Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação e Associação Brasileira das Empresas de Software, suspendendo-se os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão, até a análise de mérito.

Atenciosamente,


RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

idSisdoc_8718439v5-07 - TC-013.515-2013-6 - pedido de reexame contra o Acórdão nº 2859-2013-TCU - Plenário - cmq_Gabpres_niltonbarrose.doc



Assinado digitalmente por CRISTINA DRUMOND MASCARENHAS LAGO.
Documento Nº: 39433.512698-1096 - consulta à autenticidade em
<https://www.cnj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



CNJEXT201501032



TC 013.515/2013-6

Natureza: Pedido de Reexame (Representação).

Unidades: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão, Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

Recorrentes: Abes - Associação Brasileira das Empresas de Software; Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia D Informação Software e Internet/Assespro; Brasscom - Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame (Peça 196) contra o Acórdão 2859/2013 – Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou procedente representação e expediu determinações a órgãos jurisdicionados no que tange à revisão de preços em contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Acolho o parecer do MP (Peça 227) e conheço do pedido de reexame, suspendendo-se os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2859/2013 – Plenário (Peça 12), ora recorrido.

Restitua-se o processo à Serur, nos termos do art. 56, da Resolução TCU 259/2014, para fins de instrução.

Gabinete, TCU, 2 de março de 2015.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARRIRO
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52572580.



9.3.6. ANEXO 8.6. ACÓRDÃO AC-1212-16/14-P

Número Interno do Documento:

AC-1212-16/14-P

Colegiado:

Plenário

Relator:

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo:

000.677/2014-0

Sumário:

MONITORAMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO ACÓRDÃO 2859/2013 - PLENÁRIO. REVISÃO DE PREÇOS NOS CONTRATOS FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELO PLANO BRASIL MAIOR, EM FACE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA ALGUNS SETORES DA ECONOMIA (MUDANÇA DA BASE DE CÁLCULO PARA A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA). NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A REVISÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AINDA VIGENTES E PARA O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A MAIOR, EM RELAÇÃO ÀS AVENÇAS JÁ ENCERRADAS. DETERMINAÇÕES PARCIALMENTE CUMPRIDAS. APENSAMENTO AO PROCESSO DE ORIGEM. ADOÇÃO DE MEDIDAS SUPLEMENTARES PARA TORNAR EETIVO O COMANDO DOS ITENS 9.2.3 E 9.3 DA DECISÃO MONITORADA

Assunto:

Monitoramento

Número do acórdão:

1212

Ano do acórdão:

2014

Número da ata:

16/2014

Relatório:

Adoto como relatório a instrução do auditor da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog (peça 18), cuja proposta contou com a anuência integral do seu dirigente (peça 19):

"INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de monitoramento das determinações proferidas por esta Corte de Contas por meio do Acórdão 2.859/2013-P (TC 013.515/2013-6), prolatado na sessão plenária de 23/10/2013, cuja parte dispositiva tem o seguinte teor (peça 1):

"9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, as medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo o detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida."

2. Como se vê, a determinação de providências estruturantes foi endereçada aos órgãos governantes superiores (OGS"s) em governança logística, entendidos como aqueles que têm a responsabilidade de normatizar e fiscalizar o uso e a gestão dos recursos logísticos em suas respectivas áreas de atuação e com jurisdição específica sobre outros órgãos/entidades da Administração Pública Federal (item 9.2), bem como aos órgãos que compõem o Poder Legislativo, que não estão vinculados a nenhum OGS em governança logística (item 9.3), conforme parágrafos 20-22 da instrução transcrita no relatório do retrocitado acórdão (peça 2).

3. O presente exame está estruturado, no que for cabível, em observância aos parágrafos 32, 45 e 70 do documento Padrões de Monitoramento (Portaria-Segecex 27/2009).

EXAME TÉCNICO

4. Situação que levou à proposição das deliberações.

4.1. As determinações objeto do presente monitoramento tiveram origem em representação desta unidade técnica em razão de possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a **contribuição previdenciária**), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

4.2. Isso porque o mencionado plano, que definiu uma nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi lançado em agosto de 2011 e dentre as primeiras medidas anunciadas estava a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia, determinando-se que, pelo menos até 31/12/2014, o cálculo da **contribuição previdenciária** incidirá em percentuais que variam de 1% a 2,5% da receita bruta das empresas beneficiadas, em vez de corresponder a 20% da remuneração paga.

4.3. Os impactos do Plano Brasil Maior foram tema de reunião entre a Selog e a Caixa Econômica Federal (peça 16), na qual os gestores do banco estatal apresentaram que, com lastro em sólida jurisprudência desta Corte e após a criação de grupo de trabalho específico que empreendeu diversas consultas e análises internas, estavam realizando a revisão dos contratos com as empresas dos setores beneficiados pela **desoneração da folha de pagamento** com base no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, preferencialmente por meio de acordo bilateral (art. 65, inciso II, alínea "d", da lei) ou, então, por meio de apostilamento unilateral (art. 58, inciso I e § 2º, da lei), nos casos em que não foi possível o acordo bilateral. O assunto discutido na reunião chamou a atenção desta Selog para o fato de que a não revisão dos contratos afetados estaria importando em vultosos prejuízos para toda a Administração.

4.4. Na relatoria do Acórdão 2.859/2013-P, o Min. José Múcio deixou consignado em seu voto que (peça 3):

"7. Com efeito, a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia, mediante a mudança da base de cálculo para a **contribuição previdenciária**, deve refletir no valor dos encargos sociais estabelecidos para o custo da mão de obra nos contratos administrativos firmados. Portanto, é premente a necessidade de revisão dos termos das avenças para que seja considerado o impacto das medidas desoneradoras.

8. Igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados. (...)

11. Deve-se, ainda, ser rememorado o que dispõe o § 5º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos:

"Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso." (grifei)

12. Como se vê, esse dispositivo é taxativo ao prever a necessidade de revisão dos preços contratados na hipótese da ocorrência de medidas neles impactantes, decorrentes, por exemplo, da alteração de tributos. Além disso, o parágrafo único do art. 2º da LLC considera o contrato como "todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada." (grifado)

13. Conclui-se, então, que as partes têm assegurado o equilíbrio econômico-financeiro, que pode ser traduzido no fato de que os encargos do contratado devem estar equilibrados com a remuneração devida pela Administração Pública. As expressões grifadas desses preceitos, por seu turno, reforçam a lógica de que a revisão de preços é uma via de mão dupla, ou seja, que também pode ser invocada em benefício do contratante.

14. Também há que ser destacada a natureza distinta do pacto que o particular faz com a Administração, no qual são explicitadas as margens de lucro com as quais ele pretende trabalhar para satisfazer os termos da avença. Nessa seara, note-se que a Lei de Licitações e Contratos, no art. 7º, § 2º, inciso II, impõe que haja orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, no caso de prestação de serviços.

15. Deve ficar explicitado, ademais, que a **desoneração** não ocorre para aumentar lucro, mas sim para diminuir o preço dos produtos e serviços. Assim, caso não se reduza a remuneração, o lucro, no contrato administrativo, acaba se elevando. Ora, a Administração Pública deve se beneficiar do barateamento dos preços e serviços da mesma forma que ocorreria nas relações privadas.

16. Por fim, ressalte-se que os efeitos da **desoneração** podem ser diversos, mas decerto levarão a uma posição de vantagem competitiva das empresas que atuam nos setores contemplados, mediante, por exemplo, uma formação diferenciada dos preços dos seus serviços, que ocorrerá em razão de uma composição de custos igualmente profícua. O contrato administrativo não pode ficar indiferente a isso."

4.5. Além disso, em voto revisor, o Min. José Jorge destacou a necessidade de "atentar também para o fato de a empresa contratada realizar outras atividades não desoneradas, situação em que se fará necessário efetuar o cálculo ponderado da **contribuição previdenciária**" (peça 4).

4.6. Com base nisso, foi exarado o Acórdão 2.859/2013-P (peça 1), no qual foram expedidas as determinações transcritas no parágrafo 1 desta instrução.

5. Providências adotadas e comentários dos gestores.

5.1. Conselho Nacional de Justiça (peça 6).

5.1.1. A Secretaria-Geral do CNJ expediu o Ofício-Circular 579/2013 aos tribunais vinculados, solicitando informações acerca das medidas adotadas para o cumprimento das determinações contidas no acórdão ora monitorado, com inclusão de detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia obtida pelo órgão.

5.1.2. As respostas, até então obtidas, foram sintetizadas numa tabela, onde constam diversas informações (certos tribunais não se manifestaram, uns comunicaram que não têm nenhum contrato afetado, alguns noticiaram que os estudos referentes à revisão foram iniciados, enquanto outros informaram que já realizaram a revisão possível, inclusive informando a economia gerada).

5.1.3. Por fim, o CNJ avisou que pretendia realizar treinamento com os servidores dos tribunais, na data provável de fevereiro de 2014, para orientá-los quanto à forma de aplicar o disposto no acórdão citado aos contratos firmados por aqueles órgãos.

5.2. Tribunal de Contas da União (peças 7-8)

5.2.1. A Secretaria-Geral de Administração do TCU informou que, com base em pressupostos que delimitaram o escopo das revisões contratuais, foi realizado o levantamento de todos os contratos, vigentes no período de 1º/12/2011 a 31/10/2013, somando-se 604 instrumentos contratuais.

5.2.2. Desses, verificou-se um total de 57 contratos potencialmente passíveis de revisão, totalizando R\$ 181.335.728,52. A partir desse valor, adotando-se o percentual de 2% de redução/economia alcançado pela CEF, estimou-se uma redução potencial de gastos (economia) de aproximadamente R\$ 3.626.714,57.

5.2.3. Ademais, foram definidos os procedimentos a serem observados por ocasião das instruções de cada termo aditivo. Enfim, a área administrativa do TCU informou que os trabalhos objetivando a realização das revisões seriam iniciados em meados de janeiro de 2014, com a prioridade e urgências necessárias.

5.3. Câmara dos Deputados (peça 9)

5.3.1. A Diretoria-Geral da CD informou que as providências administrativas cabíveis para fazer cumprir as determinações do TCU foram ordenadas à Secretaria de Controle Interno e ao Departamento de Material e Patrimônio (Demap) daquela casa.

5.3.2. A seu turno, a Secretaria de Controle Interno informou que acompanharia as medidas adotadas pela área administrativa com vistas ao atendimento das determinações e que a avaliação dessas medidas seria oportunamente informada ao TCU, por ocasião do encaminhamento do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013.

5.3.3. Já o Demap informou que a maioria das contratações impactadas pelo acórdão em discussão é fiscalizada pelo Centro de Informática (Cenin). Então, de início, solicitou ao Cenin que indicasse quais contratações deveriam ser reequilibradas, bem como a indicação de outras eventualmente abrangidas (Processo 136.612/2013). Também solicitou manifestação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) acerca do enquadramento dos objetos das contratações de outras duas empresas (Processo 135.066/2013).

5.3.4. O Demap noticiou, por fim, que a Diretoria-Geral já havia determinado o reequilíbrio econômico-financeiro de dois contratos referentes à prestação de serviços de apoio à atividade de informática e à prestação de serviços de call center, visando adequar seus valores à Lei 12.546/2011. Em relação ao primeiro, já encerrado, estariam sendo adotadas as medidas administrativas visando recuperar um crédito de R\$ 3.081.333,72 junto à empresa contratada. Em relação ao segundo, a empresa contratada já havia manifestado concordância para que fosse promovido um acerto financeiro de R\$ 166.236,12, além de ter sido celebrado um termo aditivo formalizando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com amparo na Lei 12.546/2011, determinando uma economia de R\$ 282.271,36 até o encerramento de sua vigência, em 31/8/2014.

5.4. Conselho Nacional do Ministério Público (peças 10 e 13)

5.4.1. Primeiramente, o Presidente do CNMP informou que expediu documento à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do órgão, instância preliminar para apuração de fatos que possam ensejar a instauração de procedimentos de controles de competência do plenário, para adoção de medidas junto aos órgãos e entidades vinculadas ao conselho.

5.4.2. No tocante à administração interna, o presidente comunicou que foi realizado levantamento dos contratos firmados pelo CNMP atingidos pelo Acórdão 2.859/2013-P, onde se verificou que 13 contratos potencialmente impactados (11 de TI e 2 de obras), e que a seguir seriam identificados quais os contratos realmente tiveram mudança na base de cálculo para **contribuição previdenciária**, a fim de verificar quais os contratos seriam alvo de negociação.

5.4.3. Posteriormente, o Conselheiro-Presidente da CCAF informou que recomendou a todos os órgãos de Ministérios Públicos Estaduais e unidades gestoras do MPU que realizassem as medidas determinadas no multicitado acórdão, bem assim aos setores de controle interno do MPU, do CNMP e dos Ministérios Públicos Estaduais que se certificassem da execução de tais providências para o devido registro de seus resultados nas tomadas de contas anuais aos tribunais de contas pertinentes.

5.5. Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (peça 11)

5.5.1. O Diretor-Substituto do DEST informou que foi enviado o ofício-circular 1/2014-MP/SE/DEST orientando às empresas estatais que adotassem as medidas necessárias à revisão dos contratos impactados pelo acórdão em foco, dando ciência também aos ministérios supervisores e aos representantes do poder público nos conselhos de administração.

5.5.1. Enfim, alegando ter feito tal combinação com esta unidade técnica, solicitou às empresas que enviassem as informações de suas ações diretamente à Selog, com cópia ao DEST, para acompanhamento.

5.6. Senado Federal (peça 12)

5.6.1. A Diretora-Geral, em exercício, do SF informou que constituiu grupo de trabalho multidisciplinar destinado a identificar os contratos alcançados pelas desonerações fiscais decorrentes da Lei 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012, assim como adotar as demais providências com vistas a buscar eventuais economias e ressarcimentos em favor do erário.

5.7. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (peças 14-15)

5.7.1. A Secretária-Substituta da SLTI informou que, por meio do módulo Comunica do Siasg, conforme Mensagens 80.337 a 80.339, de 21/1/2014, foram disponibilizadas orientações estabelecendo, em linhas gerais, procedimentos para revisão dos contratos ainda vigentes cujos objetos envolvem serviços de TI, especificamente os que apresentam planilhas de custo com dedicação exclusiva de mão de obra.

5.7.2. Salientando que, no seu entender, a SLTI não dispõe de competência para estabelecer parâmetros e definir diretrizes para a revisão de todos os contratos afetados pelo acórdão, ressaltou a necessidade de que os critérios para o integral cumprimento da deliberação sejam estabelecidos de maneira conjunta e uniforme com o TCU.

5.7.3. Assim, solicitou orientações específicas quanto aos parâmetros e diretrizes a serem adotados para fins de revisão de: 1) contratos vigentes e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra; 2) contratos vigentes e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados); 3) contratos vigentes que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas; e 4) contratos encerrados.

6. Análise.

6.1. De início, anote-se que, em 21/11/2013, esta unidade técnica realizou um encontro com as unidades jurisdicionadas alcançadas pelas determinações exaradas no Acórdão 2.859/2013-P, conduzido pelo titular da 2ª Diretoria da Selog, com o fito de propor a uniformização dos procedimentos necessários ao cumprimento do acórdão, conforme noticiado no informativo União (peça 17).

6.2. Na supracitada reunião, alguns pontos de dúvidas foram arguidos pelos órgãos participantes. Anote-se que na resposta da SLTI estão expressas, de forma mais evidente, a maioria das dúvidas então levantadas.

6.3. Pertinente registrar que a decisão final sobre os procedimentos que serão efetivamente adotados encontra-se na esfera discricionária do gestor, verificadas as peculiaridades de cada caso que se apresentar ao seu descortino, estando sua atuação sujeita ao controle externo da Administração Pública. Todavia, considerando o encontro realizado e a solicitação da SLTI, serão tecidas ponderações adicionais sobre os pontos mais relevantes.

6.4. Abrangência da deliberação.

6.4.1. Compulsando o processo que deu origem ao presente monitoramento, depreende-se que ali estava sendo tratada, de maneira geral e em sentido amplo, a necessidade de revisão dos contratos firmados pela Administração (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) com empresas que a qualquer tempo tenham sido beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo Plano Brasil Maior (arts. 7º e 9º da Lei 12.546/2011).

6.4.2. A instrução que serviu de base para o acórdão em discussão foi finalizada em 21/5/2013. Até aquele momento, a Lei 12.546/2011 já havia sofrido diversas alterações por parte da Lei 12.715/2012 (conversão da MP 563/2012) e da MP 612/2013 (que teve sua vigência encerrada). Após intenso trâmite processual, com passagem pelo MP/TCU e pelo Gabinete do Ministro-Revisor, o Acórdão ora monitorado foi prolatado em sessão plenária do dia 23/10/2013.

6.4.3. Nesse interregno, o multicitado acórdão deixou de fazer menção explícita a outras alterações que ocorreram nos dispositivos da Lei 12.546/2011 que versam sobre o assunto ora analisado, como as Leis 12.794/2013 (conversão da MP 582/2012) e 12.844/2013 (conversão da MP 610/2013), além das MP's 601/2012 (com vigência encerrada) e 634/2013 (ainda vigente), bem como não se preocupou em regular situações de futuras alterações legislativas, por óbvia impossibilidade.

6.4.4. Ora, é certo que todos os agentes públicos devem observar a normatização existente, sendo que, a rigor, poderia ser considerada desnecessária uma atuação do TCU nesse sentido (determinar a mera observância da legislação). Em casos como esse, onde são expedidas determinações acerca do

descumprimento de leis que, num primeiro momento, não ensejam aplicação de multa aos responsáveis, a atuação do TCU busca chamar a atenção dos jurisdicionados para a ocorrência de situações pendentes de implementação e que expõem a Administração a riscos.

6.4.5. Com isso, quer-se reforçar que o acórdão ora monitorado trata, de maneira geral e em sentido amplo, da necessidade de revisão dos contratos firmados pela Administração com empresas de qualquer ramo da atividade econômica que a qualquer tempo tenham sido beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento** propiciada pelo Plano Brasil Maior, e que, para seu integral cumprimento, deve-se atentar para a escorreta modulação temporal dos efeitos produzidos pela Lei 12.546/2011 e alterações posteriores sobre o assunto.

6.5. Contratos vigentes e com planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra

6.5.1. A metodologia que parece melhor se adequar a tais tipos de ajustes já foi delineada no parágrafo 13 da instrução transcrita no relatório do Acórdão 2.859/2013-P, qual seja: excluir o item "INSS" do grupo "Encargos Sociais", com a conseqüente redução proporcional do item "incidência de A sobre B", e incluir o item "INSS" no grupo "Tributos", com a devida alíquota.

6.6. Contratos vigentes e sem planilhas de custos, com dedicação exclusiva de mão de obra (mensurados por produtos ou resultados)

6.6.1. Para esses contratos, uma boa metodologia foi demonstrada pela Caixa em sua apresentação na reunião de 21/11/2013: solicitação da composição de custos com base na obrigação contratual de prestação de esclarecimentos solicitados pela Administração contratante; diante do silêncio ou recusa da contratada, realizar a comparação do objeto contratual com os seus similares, seguido de cálculo do percentual de redução aplicável à avença.

6.7. Contratos vigentes que envolvam atividades desoneradas e não desoneradas

6.7.1. A preocupação com os contratos que envolvem atividades desoneradas e outras atividades não desoneradas constitui a tônica do voto revisor, cuja solução pode ser assim descrita: efetuar o cálculo ponderado da **contribuição previdenciária**, no caso da contratada realizar outras atividades não desoneradas; conforme a Solução de Consulta SRRF01/Disit 38/2012, deve-se reduzir o valor da **contribuição** a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não desoneradas e a receita bruta total.

6.8. Contratos encerrados

6.8.1. Acerca dos contratos encerrados, o item 8 do voto do Relator deixou expressamente consignado que: "igualmente, devem ser tomadas providências para que se obtenha o ressarcimento dos valores pagos a maior em relação aos contratos (...) já encerrados".

6.8.2. Sobre o assunto, pertinente colacionar excerto do Parecer 13.049/2012-WM exarado pelo representante do Ministério Público Federal no âmbito do MS 29.599/DF, ainda em julgamento no STF:

"Com efeito, a fim de extrair a máxima eficácia da Constituição, sob as lentes de sua força normativa, que, no contexto do estado democrático de direito perpassa pela noção de moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade no emprego do dinheiro público, impõe-se, à Administração, a observância dos princípios inscritos no caput, do artigo 37 da CF/88.

Nessa esteira, o artigo 71 da CF/88 prevê a verificação, pela Corte de Contas, da legalidade de qualquer despesa pública, inclusive, decorrente de contratos, cabendo-lhe como premissa a avaliação das exigências legais em confronto com a Constituição. Sua competência, portanto, projeta-se sobre os atos administrativos passíveis de configurar perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário (...).

Em verdade, os parâmetros magnos sobre a aplicação e controle dos recursos repassados não colidem com a bilateralidade do contrato, das cláusulas econômicas ou da segurança jurídica, imprimindo, apenas, relevância à aplicação do dinheiro público, que se submete ao necessário controle financeiro e orçamentário em face da prevalência do interesse coletivo."

6.8.3. Em síntese, a inobservância de exigência legal (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) que previa a revisão de contratos impactados pela criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais resultou em dano ao erário. Dessa forma, a Administração tem o poder-dever de buscar recompor a lesão

causada aos cofres públicos, ainda que os referidos contratos já tenham sido encerrados, considerando a primazia do interesse público e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo erário.

6.9. Informações sobre as medidas adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia obtida

6.9.1. Na reunião de 21/11/2013, aventou-se a possibilidade de as unidades jurisdicionadas informarem o cumprimento da determinação no relatório de gestão referente ao exercício de 2014. Tal possibilidade afigura-se como a mais adequada no momento, haja vista que tal documento já congloba informações sistêmicas sobre o desempenho e a conformidade da gestão das unidades jurisdicionadas. Assim, esta Selog entrou em contato com a Diretoria de Normas e Gestão de Contas da Segecex, com o fito de alterar a DN-TCU 134/2013 e acrescentar item específico, no qual serão tabulados as informações necessárias para o atendimento do Acórdão 2.859/2013-P.

6.9.2. Pertinente, ainda, destacar um fato que merece reparo. É que o item 3 do ofício-circular 1/2014-MP/SE/DEST orientou todas as empresas estatais federais que informassem as medidas adotadas por meio de ofício endereçado diretamente ao TCU, o que se mostra um equívoco.

6.9.3. Num momento inicial, conforme estampado no acórdão em foco, vislumbrou-se que os OGS"s teriam condições operacionais de agregar e enviar ao TCU de maneira consolidada as informações "sobre as medidas adotadas pelos órgãos e entidades a eles vinculados". Ora, por deixarem transcorrer em branco o prazo recursal, infere-se que os OGS"s mencionados no item 9.2 do Acórdão em foco manifestaram concordância tácita com os termos ali descritos. Todavia, conforme debate realizado no encontro de 21/11/2013 e entendimentos posteriores, percebeu-se que tal tarefa estrangulava a capacidade operacional dos OGS"s e construiu-se a solução ora divisada.

6.9.4. Ou seja, num primeiro instante, o acórdão em foco proferiu determinação direcionada exclusivamente aos OGS"s imaginando o envio de informações consolidadas; nesse segundo instante, está-se propondo que as informações sejam prestadas pelas unidades jurisdicionadas em seus respectivos relatórios de gestão.

6.9.5. É provável que a orientação para enviar as informações por ofício endereçado diretamente ao TCU tenha sido inserida no ofício do DEST devido a algum mal entendido ocorrido na retrocitada reunião. Reduz a significância do erro o fato de que tais informações certamente serão proveitosas para as empresas estatais por ocasião da confecção dos seus relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014. Destarte, deve-se determinar ao DEST que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação de remeter as informações diretamente ao TCU é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados.

6.10. Grau de atendimento da deliberação

6.10.1. Entende-se como cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do Acórdão 2.859/2013-P, haja vista que os órgãos mencionados na referida deliberação adotaram, em menor ou maior grau, as providências ali expedidas, conforme informações destacadas no parágrafo 5 desta instrução.

6.10.2. Em relação aos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final), entende-se que as determinações ali exaradas não são mais aplicáveis, considerando a proposta no sentido de que as informações sobre o cumprimento da deliberação deverão constar no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, sendo desnecessária a continuidade do monitoramento no âmbito do presente processo.

7. Evidências.

7.1. As evidências que fundamentam a análise e as conclusões já foram devidamente referenciadas nos tópicos precedentes.

CONCLUSÃO

8. Preliminarmente, registre-se que a decisão final sobre os procedimentos que serão efetivamente adotados encontra-se na esfera discricionária do gestor, verificadas as peculiaridades de cada caso que se apresentar ao seu descortino, estando sua atuação sujeita ao controle externo da Administração Pública (parágrafo 6.3 desta instrução).

9. O Acórdão 2.859/2013-P, de maneira geral e em sentido amplo, trata da necessidade de revisão dos contratos firmados pela Administração com empresas de qualquer ramo da atividade econômica que a qualquer tempo tenham sido beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento** propiciada pelo Plano Brasil Maior, e que, para seu integral cumprimento, deve-se atentar para a escorrega modulação temporal dos efeitos produzidos pela Lei 12.546/2011 e alterações posteriores sobre o assunto (parágrafo 6.4 desta instrução).

10. As metodologias para revisão de contratos com planilhas de custos e dedicação exclusiva de mão de obra, bem como para aqueles que envolvem atividades desoneradas e não desoneradas, já haviam sido delineadas no Acórdão original; uma possível abordagem para contratos sem planilhas de custos (mensurados por produtos ou resultados) e dedicação exclusiva de mão de obra é a utilizada pela Caixa Econômica Federal (parágrafos 6.5-6.7 desta instrução).

11. A inobservância de exigência legal (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993) pode resultar em dano ao erário, sendo que a Administração tem o poder-dever de buscar recompor a lesão causada aos cofres públicos, ainda que os referidos contratos já tenham sido encerrados, considerando a primazia do interesse público e a imprescritibilidade das ações de ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo erário (parágrafo 6.8 desta instrução).

12. Conforme reunião realizada em 21/11/2013 e entendimentos posteriores, entende-se como opção mais adequada para verificação do cumprimento de parte da deliberação (itens 9.2.3 e 9.3, parte final, do Acórdão 2.859/2013-P) que as unidades jurisdicionadas prestem as devidas informações no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, motivo pelo qual esta Selog entrou em contato com a Diretoria de Normas e Gestão de Contas visando a alterar a DN-TCU 134/2013 (parágrafo 6.9.1 desta instrução).

13. Deve-se determinar ao DEST que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação para remeter as informações diretamente ao TCU, inserida no item 3 do referido ofício provavelmente devido a algum mal entendido, é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados (parágrafo 6.9.3-6.9.6 desta instrução).

14. As determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do Acórdão 2.859/2013-P foram, em menor ou maior grau, cumpridas pelos órgãos mencionados na referida deliberação, ao passo que se consideram os itens 9.2.3 e 9.3 (parte final) não mais aplicáveis (parágrafo 6.10 desta instrução).

BENEFÍCIOS DA AÇÃO DE CONTROLE EXTERNO

15. Espera-se com a presente ação de controle um benefício direto do tipo "Correção de irregularidades ou impropriedades", subtipo "redução do valor contratual", conforme definido no parágrafo 48.3 das "Orientações para benefícios do controle" (Portaria-Segecex 10/2012). No presente momento, ainda se mostra inviável a quantificação financeira do benefício. De acordo com a proposta delineada nesta instrução, tal verificação poderá ser realizada em momento futuro, aproveitando as informações que constarão nos relatórios de gestão das unidades jurisdicionadas.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

16. Pelo exposto, submete-se o presente processo à consideração superior, propondo a adoção das seguintes medidas:

16.1. considerar cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do Acórdão 2.859/2013-P e tornar insubsistentes aquelas contidas nos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final);

16.2. determinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) que divulguem aos órgãos e entidades a eles vinculados que as informações sobre o cumprimento do Acórdão 2.859/2013-P deverão ser prestadas no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, conforme item a ser acrescido na DN-TCU 134/2013;

16.3. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação para remeter as informações diretamente ao TCU, inserida no item 3 do referido ofício, é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados;

16.4. comunicar a deliberação que vier a ser adotada nestes autos aos seguintes órgãos: Câmara dos

Deputados (CD), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU);

16.5. com fulcro no art. 42 da Resolução TCU 191/2006, c/c o art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009, apensar definitivamente o presente processo ao TC [013.515/2013-6](#)."

É o relatório

Voto:
VOTO

Em exame processo de monitoramento das seguintes determinações expedidas pelo [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#):

"9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento**, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da **desoneração**, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela **desoneração da folha de pagamento**, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida."

2. O TC [013.515/2013-6](#), do qual resultaram os mencionados comandos, originou-se de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog sobre possível irregularidade em diversos contratos no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão dos preços praticados pelas empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que permitiu a **desoneração da folha de pagamento** para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a **contribuição previdenciária**), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

3. Nesta ocasião, a unidade técnica, na instrução que consta do relatório supra, examinou as informações prestadas pelos órgãos envolvidos e concluiu que: (i) "foram cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#), haja vista que os órgãos mencionados na referida deliberação adotaram, em menor ou maior grau, as providências expedidas"; (ii) "em relação aos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final) da referida decisão, as determinações ali exaradas não são mais aplicáveis, considerando a proposta no sentido de que as informações sobre o cumprimento da deliberação deverão constar no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, sendo desnecessária a continuidade do monitoramento no âmbito do presente processo".

4. Em função disso, a Selog propôs, no essencial, o seguinte:

4.1. "considerar cumpridas as determinações exaradas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3 (parte inicial) do [Acórdão 2.859/2013-P](#) e tornar insubsistentes aquelas contidas nos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final)";

4.2 "determinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) que divulguem aos órgãos e entidades a eles vinculados que as informações sobre o cumprimento do Acórdão 2.859/2013-P deverão ser prestadas no relatório de gestão referente ao exercício de 2014, conforme item a ser acrescido na DN-TCU 134/2013”;

4.3 "determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) que divulgue às entidades destinatárias do Ofício-Circular 1/2014-MP/SE/DEST que a orientação para remeter as informações diretamente ao TCU, inserida no item 3 do referido ofício, é absolutamente nula e sem efeito, motivo pelo qual não será dado qualquer tratamento aos ofícios porventura enviados”.

5. Inicialmente, destaco que todos os órgãos tomaram as devidas providências, segundo as especificidades da estrutura de funcionamento de cada um, atinentes às medidas descritas nos referidos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do acórdão ora objeto de monitoramento. Assim sendo, estou de acordo com a parte inicial da proposta da Selog, transcrita no subitem 4.1 acima, de considerar cumpridas tais determinações.

6. Quanto à parte que propugna "tornar insubsistentes aquelas contidas nos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final)", observo que ela carece de sentido, pois, a rigor, promoveria, pelas vias indevidas, uma reforma da decisão, que, em todo caso, não deve ocorrer. Ora, em que pesem as dificuldades de alguns "órgãos e entidades para realizar um detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida", o fato é que, como a própria Selog destacou, "por deixarem transcorrer em branco o prazo recursal, infere-se que os OGS"s [órgãos governantes superiores], mencionados no item 9.2 do acórdão em foco, manifestaram concordância tácita com os termos ali descritos”.

7. Não obstante, é razoável a conclusão da unidade técnica de que "as informações sobre o cumprimento da deliberação deverão constar no relatório de gestão referente ao exercício de 2014”.

8. Porém, as alterações na Decisão Normativa TCU 134/2013, que "dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2014, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação", dependem de decisão do Plenário do Tribunal e são antes avaliadas por unidade específica da Segecex e pelo Ministro-Relator sorteado.

9. Portanto, os termos das propostas descritas nos subitens 4.2 e 4.3, acima, também devem ser alterados.

10. A providência que, neste momento, mostra-se mais pertinente é a de apensar os autos ao processo originário (TC 013.515/2013-6) e encaminhá-los à Secretaria de Gestão e Apoio ao Controle Externo - Segest para que, em conjunto com Selog, verifique a oportunidade e conveniência de alterar a Decisão Normativa TCU 134/2013 com a finalidade de que ela albergue e torne efetivo o comando das determinações dos itens 9.2.3 e 9.3 (parte final) do [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#). Concomitantemente, a Segest deve manter as unidades relacionadas nestes autos informadas sobre o desenrolar da questão.

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 14 de maio de 2014.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Relator

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações contidas no [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento arts. 3º e 7º da Lei 8.443/1992; e 243 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar parcialmente cumpridas as determinações dos itens 9.2 e 9.3 do [Acórdão 2.859/2013 - Plenário](#);

9.2. determinar à Secretaria de Gestão e Apoio ao Controle Externo - Segest que, em conjunto com Selog, verifique a oportunidade e conveniência de propor a alteração da Decisão Normativa TCU 134/2013 para que ela albergue e torne efetivo o comando das determinações dos itens 9.2.3 e 9.3 do [Acórdão](#)

2.859/2013 - Plenário, mantendo as unidades relacionadas nestes autos informadas sobre o desenrolar da questão;

9.3. apensar este processo ao TC 013.515/2013-6 e encaminhá-los à Segest;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação às unidades listadas no item 4, acima

Entidade:

Entidade: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Diretoria-Geral do Senado Federal; Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; e Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

Interessado:

Interessado: Tribunal de Contas da União

Representante do MP:

não atuou

Unidade técnica:

Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog

Advogado:

não há

Quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho

Data da sessão:

14/05/2014